



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS**

**FRED AGANJU SANTIAGO FERREIRA**

**MAAFA: POLITICAS DE MORTE NO CONTEXTO DA**  
**GUERRA RACIAL DE ALTA INTENSIDADE NA BAHIA**  
**CONTEMPORÂNEA**

Salvador

2020

**FRED AGANJU SANTIAGO FERREIRA**

**MAAFA: NECROPOLITICA RACIAL NO CONTEXTO DO  
PROGRAMA PACTOPELA VIDA DA BAHIA (2011 – 2018)**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplina de Pós-Graduação em Estudos Étnicos Africanos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador do Prof. Dr. Osmundo Pinho.

Salvador

2020

Dedico essa tese a memoria de Ubiraci dos Santos (Birr6), a Isis Yamasse minha primeira filha, e a todos os meus alunos assassinados, desaparecidos ou desovados em covas clandestinas, ao longo dessa ultima decada que estou radicado e atuando como educador comunitario nas ruas sangrentas de Cachoeira-BA.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço humildemente a Orixá por me dá o merecimento espiritual, saúde e sanidade mental para escrever uma obra de tamanha envergadura teórica e responsabilidade comunitária.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. MAAFA: Políticas de morte no contexto da guerra racial de alta intensidade na Bahia contemporânea 352f. il. 2020. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

## RESUMO

Tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil, a presente tese tem como objetivo realizar uma investigação multidisciplinar e multifocalizada sobre os dispositivos necropolíticos (MBEMBE, 2018) na Segurança Pública da Bahia, dentro do contexto de implementação e ramificação do Programa Pacto pela Vida. Nossa ambição aqui é preencher as lacunas existentes nos estudos sobre Segurança Pública, e da implantação-ramificação do Programa Pacto Pela Vida que tem mostrado uma tendência de invisibilizar o caráter racialmente seletivo das políticas de segurança pública (ZAVERRUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014). A retomada da história institucional e análise crítica da estrutura organizacional do Programa Pacto Pela Vida revelaram que os altos investimentos em armamento, munições, policiamento ostensivo e repressão qualificada, não freou a matança em andamento, pelo contrário, as técnicas foram aprimoradas e intensificadas em sua letalidade. Mais que isso, argumentamos que os números assombrosos de mortes violentas cometidas por arma de fogo nas ruas da Bahia, são fragmentos de uma realidade nacional de Genocídio Anti-Negro (VARGAS, 20017), descrita pelo Estado como “Guerra às drogas”, e por alguns pesquisadores como Estado de Sitio (AGAMBEM, 2004) ou Guerra Civil de Novo Tipo (MIR, 2004). Ainda aqui, revelamos que o tipo peculiar de situação de violência generalizada que caracteriza os padrões de mortandade na Bahia na última década são melhores descritos a partir da noção de: Guerra Racial de Alta Intensidade.

Palavras chave: Guerra Racial de Alta Intensidade, Políticas de Morte, Genocídio Negro, Programa Pacto Pela Vida.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. MAAFA: Death policies in the context of high-intensity racial war in contemporary Bahia 352f. il. 2020. Thesis (Doctorate) - Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

## RESUME

Taking as a backdrop the criminal statistics referring to Public Security in Brazil, this thesis aims to carry out a multidisciplinary and multifocal investigation on necropolitical devices (MBEMBE, 2018) in Public Security in Bahia, within the context of implementation and branching of the Pact for Life Program. Our ambition here is to fill the gaps in the studies on Public Security, and the implementation-branching of the Pacto Pela Vida Program, which has shown a tendency to make the racially selective character of public security policies invisible (ZAVERUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014). The resumption of the institutional history and critical analysis of the organizational structure of the Pacto Pela Vida Program revealed that the high investments in armaments, ammunition, ostensive policing and qualified repression, did not stop the killing in progress, on the contrary, the techniques were improved and intensified in their Lethality. More than that, we argue that the staggering numbers of violent deaths committed by firearms on the streets of Bahia are fragments of a national reality of Anti-Black Genocide (VARGAS, 20017), described by the State as “War on drugs”, and by some researchers such as Estado de Sitio (AGAMBEM, 2004) or Civil War of New Type (MIR, 2004). Still here, we reveal that the peculiar type of widespread violence that characterizes the patterns of death in Bahia in the last decade are best described from the notion of: High Intensity Racial War.

Keywords: High Intensity Racial War, Death Policies, Black Genocide, Pact for Life Program.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. MAAFA: Politiques de mort dans le contexte d'une guerre raciale de haute intensité dans la Bahia contemporaine 352f. il. 2020. Thèse (Doctorat) - Faculté de philosophie et des sciences humaines, Université fédérale de Bahia, Salvador, 2020.

## RÉSUMÉ

Prenant en toile de fond les statistiques criminelles se référant à la sécurité publique au Brésil, cette thèse vise à mener une enquête multidisciplinaire et multifocale sur les dispositifs nécropolitiques (MBEMBE, 2018) en Sécurité publique à Bahia, dans le cadre de la mise en œuvre et de la ramification du Programme Pacte pour la vie. Notre ambition ici est de combler les lacunes des études sur la sécurité publique et la mise en œuvre-ramification du programme Pacto Pela Vida, qui a montré une tendance à rendre invisible le caractère racialement sélectif des politiques de sécurité publique (ZAVERRUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS Et Lourenço, 2014). La reprise de l'histoire institutionnelle et l'analyse critique de la structure organisationnelle du programme Pacto Pela Vida ont révélé que les investissements importants dans les armements, les munitions, la police ostensive et la répression qualifiée, n'ont pas arrêté les massacres en cours, au contraire, les techniques ont été améliorées et intensifiées dans leur létalité. Plus que cela, nous soutenons que le nombre impressionnant de morts violentes commises par des armes à feu dans les rues de Bahia sont des fragments d'une réalité nationale du génocide anti-Noir (VARGAS, 20017), décrit par l'État comme «guerre contre la drogue», et par certains chercheurs comme Estado de Sitio (AGAMBEM, 2004) ou Civil War of New Type (MIR, 2004). Toujours ici, nous révélons que le type particulier de violence généralisée qui caractérise les schémas de mort à Bahia au cours de la dernière décennie est mieux décrit à partir de la notion de: guerre raciale de haute intensité.

Mots-clés: guerre raciale de haute intensité, politiques de mort, génocide des Noirs, programme Pacte pour la vie.

## Lista de Tabelas

Tabela 1 Programa de ação MNU e do Movimento de ação contra UPP _____	95
Tabela 2 Fonte: Portal Deepask _____	127
Tabela 3 Fonte: Portal Deepask _____	127
Tabela 4 Portal Deepask _____	128
Tabela 5 Fonte: Portal Deepask _____	128
Tabela 6 Fonte: Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) _____	129
Tabela 7 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2015. _____	136
Tabela 8 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2016. _____	138
Tabela 9 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2017. _____	141
Tabela 10 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2018. _____	142
Tabela 11 Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2015. _____	145
Tabela 12 Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2016. _____	146
Tabela 13 Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Felix em 2017. _____	148
Tabela 14 Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Félix em 2018. _____	148
Tabela 15 Óbitos decorrentes de intervenções policiais nas Unidades Federativas – 2016. _____	152
Tabela 16 Óbitos p/Ocorrência em Cachoeira-BA por Grupo CID10 _____	153
Tabela 17 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix – 2015. _____	154
Tabela 18 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix -2017. _____	155
Tabela 19 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix -2018. _____	156
Tabela 20 Unidades Operacionais Especializadas na Bahia. _____	159



Tabela 21 Companhias Independentes especializadas no Recôncavo Sul. _____	162
Tabela 22 Como Interlocutores Conhece o Cine do Povo. _____	206
Tabela 23 Trajetória de vida dos interlocutores. _____	210

## Lista de Figuras

Figura 1: Logo Marca do Movimento Contra UPP.....	304
Figura 2: Placa hasteada no terreno que iria ser construída a Base Comunitária de Segurança da Engomadeira Salvador-BA.....	304
Figura 3: Prédio em construção para Base Comunitária de Segurança da Engomadeira.....	305
Figura 4: Cartaz Movimento Contra UPP – 24-02-2013.....	305
Figura 5: Cartaz de Debate Organizado pelo Movimento Contra UPP - 03-06-2014.....	306
Figura 6: Cartaz de Cine Clube Comunitário impulsionado pelo Movimento Contra UPP – 16-09-2014.....	306
Figura 7: Fachada da Construção do Prédio da BCS da Engomadeira com a Faixa que foi hasteada pelo Movimento Contra UPP.....	307
Figura 8: Militantes e apoiadores do Movimento Contra UPP hasteando faixa de protesto na sede da BCS da Engomadeira – 2014.....	307
Figura 9: Pichações realizadas por apoiadores do Movimento Contra UPP.....	308
Figura 10: Painel realizado por apoiadores do Movimento Contra UPP.....	308
Figura 11: Microfone aberto da Engomadeira organizado pelo Movimento Contra UPP e sua rede de alianças comunitárias.....	309
Figura 12: Pichadores fazendo um BOMB durante ação comunitária impulsionada pelo Movimento Contra UPP.....	309
Figura 13: BOMBs feitos por pichadores durante ação comunitária do Movimento Contra UPP.....	310
Figura 14: Microfone Aberto na Engomadeira.....	310
Figura 15: Microfone Aberto na Engomadeira.....	311
Figura 16: Microfone Aberto no Bairro da Paz.....	311
Figura 17: Microfone Aberto no Bairro da paz.....	312
Figura 18: Cartaz de convocação para reunião do Movimento Contra UPP.....	312
Figura 19: Cartaz de convocação para reunião do Movimento Contra UPP.....	313
Figura 20: Cartaz de Ato publico impulsionado pelo Movimento Contra UPP.....	313
Figura 21: Audiência publica convocada pelo Movimento Contra UPP.....	314

## **Lista de Siglas**

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ABSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ASFAP Bahia – Associação de Familiares de Amigos(as) de Presos(as) da Bahia

BA – Bahia

BCS – Bases Comunitárias de Segurança

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BPCHq – Batalhão de Polícia de Choque

BR – Rodovia Federal

CA – Centro Acadêmico

CAPA – Coalizão Contra Abuso Policial

CDCN – Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra

CDN – Centros de Defesa do Negro

CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra

CESPCT – Secretaria Executiva da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais

CG – Corregedoria Geral

CID – Classificação Internacional de doenças

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

CIPE – Companhia Especiais Independentes da Polícia Militar da Bahia

CIPGD – Companhia Independente de Polícia de Guarda

CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar

CIPPA – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental

CIPRV – Companhia Independente de Polícia Rodoviária

CME-PMBA – Coordenadoria de Missões Especiais da Polícia Militar da Bahia

CMR – Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância

CO – Certidão de Óbito

COE – Companhia de Operações Especiais

COISP-2 de Julho – Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho

CONSU – Conselho Universitário

Corte IDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

COVID-19 – Coronavirus

CPE – Comando de Policiamento Especializado

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPIADJ – Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Assassinato de Jovens

CPRL – Comando de Policiamento da Região Leste

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

DA – Diretório Acadêmico

DATASUS – Departamento de informática do Sistema Único de Saúde

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEPT – Desordem de Estresse Pós-Trauma

DHPP – departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa

DJ – Disc Jockey

DO – Declaração de Óbito

EUA – Estados Unidos da América

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FOTOCRIM – Base Informatizada de Fotografias Criminais

GAECO – Grupo Especial de Atuação para o Controle Externo da Atividade Policial

GAT – Grupamentos de Ação Tática

GRAER – Grupamento Aéreo

GTEDEO – Grupo de Trabalho a Eliminação da discriminação na Empresa e na Ocupação

HAF – Homicídios por Arma de Fogo

HGE – Hospital Geral do Estado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IML – Instituto Médico Legal

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e todas as possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

MAVE – Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância

MC – Mestre de Cerimonia

MN – Movimento Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

MP – Ministério Público

MP – Ministério Público

MUCDR - Movimento Unificado Contra Discriminação Racial

NEGO – Estudos sobre a Problemática do Negro Brasileiro

NNS - Núcleo Negro Socialista

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

OEA - Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização Das Nações Unidas

PATAMO – Companhia de Patrulhamento Tático Móvel

PCA – Pretos Conscientes Atuais

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCC – Primeiro Comando da Capital

PDP – Prêmio por Desempenho Policial

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PETO – Pelotão Tático Operacional

PHOC II – Projeto Habitacional Organizado de Camaçari

PIB – Produto Interno Bruto

PLANESP – Plano Estadual de Segurança Pública

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD/ IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPV – Programa Pacto Pela Vida

PREAF – Prêmio Especial por Apreensão de Armas de Fogo

PREOP – Prêmio por Resultados Operacionais

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

Risp – Policiamento na Região Integrada de Segurança Pública

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RONDESP – Rondas especiais

ROTAMO – Ronda Tático Móvel

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SEC – Secretaria Estadual de Educação

SECOM–BA – Secretaria de Comunicação do Governo da Bahia

SEPPIR – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SIM – Sistema de Informação sobre Mortandade

SIM/MS – Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde

SIM/SVS/MS – Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde  
(SIM/MS),

SISEPIR – Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial

SJDHDS – Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SSP-BA – Secretaria de Segurança Pública Da Bahia

SUS – Sistema Único de Saúde

TJ – Tribunal de Justiça

TV – Televisão

UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas

UFRB – Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UPA – Unidade De Pronto Atendimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

VANT – Veículo aéreo não-tripulado



## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPITULO I - A Necropolítica racial no Padrão Organizacional da Segurança Pública na Bahia (2011 – 2017) .....</b>	<b>11</b>
1.1.Aspectos metodológicos.....	11
1.2.Uma Crítica comunitária ao Programa Pacto Pela Vida: estrutura organizativa da Política de Segurança Pública na Bahia. ....	13
1.3.“A cada três brasileiros, um tem parente ou amigo vítima de assassinato”: estatísticas de mortes violentas na Bahia e no Brasil. ....	22
1.4.Análises transnacionais e nativas da Necropolítica.....	26
1.5.Dispositivos de necropoder na Segurança Pública na Bahia: Cartilha da tatuagem e a Companhia de Patrulhamento Tático Móvel. ....	31
<b>CAPITULO II - Movimento Contra UPP: Sentidos e Significados de Uma Luta Comunitária Contra Instalação de Uma Base Comunitária de Segurança no Bairro Da Engomadeira - Salvador/Ba - (2013-2015) .....</b>	<b>50</b>
2.1. Bases Comunitárias de Segurança na Bahia: uma análise crítica da implantação e estruturação de um dispositivo necropolítico de segurança.....	55
2.2. Memória política de uma luta comunitária contra instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira (Salvador/BA) (2013-2015). ....	65
2.3. Tradições radicais negras nas cidades transatlânticas .....	81
2.4. A Influência organizativa da esquerda branca marxista na Política racial contemporânea no Brasil.....	90
2.5. Criminalização e risco de morte no contexto organizativo do Movimento Contra UPP .....	97
<b>CAPITULO III - Banho de sangue no Recôncavo Sul: execuções sumárias, corpos desovados e homicídios decorrentes de intervenção policial em Cachoeira e São Félix (2015-2018) .....</b>	<b>114</b>
3.1 Introdução.....	114
3.2. Procedimentos metodológicos.....	117
3.3. A evolução histórica dos homicídios por arma de fogo no Brasil.....	122
3.4. Estatísticas criminais sobre homicídios por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix–BA.....	124
3.5. Dinâmicas e sinuosidades das Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix (2015-2018) ..	130
3.6. Intervenções policiais letais em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba (2015-2018). ....	150
3.7. Banhos de sangue no Recôncavo Sul: fragmentos de uma guerra racial de alta intensidade...	166
<b>CAPÍTULO IV- Sobreviventes na Zona Limítrofe: Percepções Subjetivas de Jovens Homens Negros Acerca de Homicídios por Arma de Fogo no Recôncavo Sul da Bahia .....</b>	<b>183</b>
4.1. Aspectos teóricos: Masculinidades negras e políticas de gênero em contextos de Morte social.....	186
4.2. Aspectos metodológicos: O trauma como arquivo de Guerra.....	195

4.3. Os interlocutores e o contexto político comunitário .....	200
4.4. Números de guerra: “perdi a conta de quantos parceru perdi nessa desgraça” .....	210
4.5. Marcas psicológicas da guerra: <i>Desordem de Estresse Pós-Trauma</i> (DEPT). .....	214
4.6. O Carro Prata: métodos subterrâneos de extrema violência.....	222
4.7. Tecnologias de guerra: Veículo Aéreo Não Tripulado: “O Drone” .....	225
4.8. Laços fúnebres: “Bagaçaram meu parceru. Ele era tipo um irmão pra mim” .....	230
<b>ADIÇÕES – Política Racial Linha Auxiliar na Bahia Contemporânea: Uma Análise Crítica Acerca da Implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade .....</b>	<b>237</b>
5.1 – A sombra do Triunfo: Um Panorama histórico da política racial protagonizada pelo Movimento social negro nas últimas quatro décadas no Brasil. ....	242
5.2 – Uma análise crítica da implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da BAHIA (SEPROMI).....	245
5.3. A política racial Linha Auxiliar da SEPROMI como contraponto às mobilizações comunitárias pela justiça, memória e verdade da Chacina do Cabula. ....	256
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>265</b>
<b>Referências.....</b>	<b>274</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>296</b>
Roteiro de entrevista semiestruturada - Movimento Contra UPP na Uneb: História comunitária, sentidos e significados de uma política racial comunitária .....	296
Roteiro de entrevista semiestruturado - ENTREVISTA COM PICHARDOR@S .....	300
Roteiro de entrevista semiestruturado – Percepções politico- subjetivas de jovens homens negros acerca de morte por arma de fogo no recôncavo sul .....	301
<b>ANEXOS .....</b>	<b>304</b>
Imagens.....	304
Conheça o Movimento Contra a UPP .....	315
Conheça nossas bandeiras de luta .....	317
Convocatória do Fórum para a Condução de Contraproposta de Instalação da Base Comunitária de Segurança (BCs, Ou... UPP) -Engomadeira, no Terreno do Campus I da Uneb.....	319
“Não a U.P.P, eu quero educação, saúde, cultura pra sobreviver”.....	321
Conheça Nossas Bandeiras de Lutas .....	324
Nota do Movimento Contra UPP Sobre a Rejeição da Comunidade Acadêmica a Construção da UPP.....	326
DOCUMENTO: Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça- O Pacto Pela Vida. ....	328
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>333</b>



## Introdução

Maafa na terminologia Swahili significa “*desastre, grande tragédia, matança*”, na década de 90 do século XX o termo tornou-se um popular neologismo utilizado por organizações nacionalistas negras em África e diáspora, para descrever o processo de genocídio durante a escravidão racial ocidental moderna (UCPA, 2019). Foi dentro desse contexto político-intelectual, que a professora historiadora-antropóloga Marimba Ani, cunha em sua obra “*Yuguru: uma critica africano centrada do pensamento e comportamento cultural europeu*” (1992), o conceito de Maafa, para descrever o Genocídio de pessoas não brancas no período colonial e contemporaneamente no contexto de Estado Ocidental Neoliberal (UCPA, 2019).

No Brasil a noção de *continuum* processo de Genocídio contra pessoas negras é inaugurada na arena publica política racial com a publicação do livro; O Genocídio do Negro Brasileiro (1978), escrito pelo militante negro Abdias do Nascimento. Em sua obra o autor defende que o conceito de Genocídio elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) deveria ser aplicado para definir a situação de sujeição e opressão racial experienciada historicamente pela população negra no Brasil (NASCIMENTO, 1978).

Genocídio este não apenas físico, mas também cultural e o mito da democracia racial seria a força motriz ideológica que dava sedimento e incremento a matança em curso. A politização da situação de opressão racial de negros/as através do conceito de Genocídio foi importante para municiar intelectualmente e politicamente uma nova geração de militantes negros/as que emergiram no interior das fileiras do que passou a ser conhecido como o *Movimento Negro Contemporâneo* (PEREIRA, 2009).

Quase quarenta anos se passaram desde a publicação do livro; O Genocídio do Negro Brasileiro (NASCIMENTO, 1978), e durante esse íterim diversas organizações do movimento negro interpretaram, formularam e construíram dispositivos de análise e intervenção anti-racista na sociedade brasileira, a partir da noção inaugurada por Abdias do Nascimento. De acordo o autor, negros/as estariam secularmente submetidos a um estado Permanente de *Terror Racial*, manifestado na contemporaneidade pelos altos índices de mortes violentas de jovens negros, notadamente, no contexto de intervenções policiais letais, na atuação de grupos de extermínio e esquadrões da morte tolerados pelo Estado (NASCIMENTO, 1980)

Diante dessa conjuntura, nos últimos 30 anos, mais de um Milhão de pessoas foram assassinadas no país, sendo a maioria esmagadora desses óbitos constituídos de negras/os (MAPA DA VIOLENCIA, 2011). Números esses, que superam todas as guerras contemporâneas realizadas no planeta Terra nos últimos 40 anos. De acordo relatórios publicados pelo próprio Estado, a morte prematura violenta é uma experiência social compartilhada por negros/as em todo território nacional (MAPA DA VIOLENCIA, 2011; 2012; 2014; 2015).

Nesse mesmo período de tempo o Estado Brasileiro, seja em artigos de sua Constituição Federal ou como país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem se apresentado em fóruns internacionais como uma nação preocupada em construir políticas públicas que previna os altos índices de homicídios contra a juventude negra. Entretanto, entidades como a *Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação racial* e a própria ONU delatam como essa “preocupação institucional” é meramente demagógica, ao ponto em que tais organismos emitem constantemente recomendações visando provocar o Estado brasileiro e denunciar à comunidade internacional as séries de violências e arbitrariedades cometidas pelo aparato policial no Brasil.

Como aponta os dados oficiais entre os anos de 1980 e 2011 aproximadamente um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil, sendo 880 mil por disparos de arma de fogo (MAPA VIOLÊNCIA, 2012; 2013; 2014; 2015). Nos últimos dez anos os homicídios têm sido a principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos, sobretudo de homens negros moradores de periferias de grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Os dados do Mapa da Violência (2012; 2014; 2015) apontam que dos 56 mil mortos por homicídios em 2012 no país, 77% eram jovens negros e 93% do sexo masculino. Ainda segundo este Mapa, entre os anos de 2002 e 2012 há queda de 32,3% no número de homicídios de jovens brancos, enquanto o percentual de homicídios de jovens negros cresceu na mesma proporção, com um aumento de 32,4%.

Diante dessa circunstância, a Bahia alçou o quarto lugar no ranking nacional de homicídios por arma de fogo, registrando cerca de cinco mil no ano de 2012, sendo 1.499 apenas na capital baiana, dos quais, 1.020 eram jovens (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). Esses dados que dimensionam uma realidade nacional, quando focalizados na realidade da Bahia, tornam-se mais alarmantes. Ainda segundo o mesmo documento, a Bahia tem o maior número de homicídios do país e apenas em 2014 cerca de 5.450 baianos foram assassinados.

Uma hecatombe sem precedente nas democracias multirraciais contemporâneas (VARGAS, 2016).

Os dados estatísticos demonstram como a morte violenta, acentuadamente os homicídios por arma de fogo, tem sido uma constante na experiência de vida dos jovens homens negros no Brasil. Ou mesmo, evidenciam o caráter genocida dos dispositivos de segurança do Estado Brasileiro, como o movimento negro há mais de 30 anos tem afirmado e denunciado a órgãos internacionais (NASCIMENTO, 1978; SANTOS, 2008; DOS SANTOS, 2014; NZUMBI, 2011).

Diante deste quadro, tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil<sup>1</sup>, a presente tese tem como objetivo realizar uma investigação multidisciplinar e multifocalizada sobre os dispositivos necropolíticos (MBEMBE, 2018) na Segurança Pública da Bahia, dentro do contexto de implementação e ramificação do Programa Pacto pela Vida (PPV). Nossa ambição será preencher as lacunas existentes nos estudos sobre Segurança Pública, e a implantação-ramificação do Programa Pacto Pela Vida que tem mostrado uma tendência de invisibilizar o caráter racialmente seletivo das políticas de segurança pública (ZAUERUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014). Assim, inserimos nosso trabalho no bojo das novas agendas negras radicais de pesquisa sobre violência letal Estatal contra a juventude negra no Brasil (FLAUZINA, 2008; AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; PINHO, 2015; 2016; ROCHA, 2016).

O conceito de *Necropolítica racial*, cunhado e amadurecido na última década pelo filósofo nigeriano Achille Mbembe (2018), nos traz relevantes contribuições para compreendermos em profundidade as nuances das estatísticas oficiais sobre violência letal na Bahia no contexto de implementação e ramificação do Programa de Segurança Pacto Pela Vida. Mbembe (2018) tem demonstrado como a morte adquiriu centralidade no *modus operandi* das tecnologias de segurança pública e de controle do Estado ocidental contemporâneo, de modo que categorias como política e poder podem ser mais bem compreendidas através das noções de *necropoder* ou *necropolítica*, tendo em vista que a matança generalizada de grupos racializados tornou-se a espinha dorsal para manutenção e legitimação da soberania do Estado. Assim,

[...] O poder ainda depende do firme controle sobre os corpos (ou sobre concentrá-los em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas em conformar os corpos em aparatos disciplinares que, quando chegar a hora,

---

<sup>1</sup>Notadamente o conjunto de dados sintetizados no documento estatal; X Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

conformá-los á ordem da máxima economia representada pelo massacre (MBEMBE, 2003, p.34).

Nesses termos, a noção de *Necropolítica* racial (MBEMBE, 2018) é fundamental para entendermos a centralidade da morte violenta e prematura nas experiências de vida da população negra no Brasil, notadamente nos encontros mortais da juventude negra com o aparato de terror policial. Tal conceito nos permite analisar como o alto índice de homicídios por arma de fogo na Bahia, está inserido no contexto de legitimação de um modelo de Estado que historicamente foi alicerçado no massacre generalizado de populações racializadas; Genocídio.

É preciso frisar que são poucos, mas já há trabalhos acadêmicos empíricos norteados pela perspectiva teórica da *Necropolítica* Racial (MBEMBE, 2018), que analisam a interface entre segurança pública, racismo e extermínio sistemático de jovens negros/as (ALVES, 2011). Em suas pesquisas Jaime do Amparo Alves (2011) mostra como a ação letal da polícia em São Paulo é operacionalizada através de uma concepção de segurança pública que dirige uma gestão urbana do medo, fincada no massacre e na punição racialmente seletiva da juventude negra. Ou mesmo, apontando como em diferentes capitais do Brasil (Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo) há concentração da violência e letalidade policial em determinados bairros periféricos majoritariamente negros, constatando a *Necropolítica Estatal* no modelo de segurança pública vigente, a partir do que o autor chama de *padrão mórbido de governança espacial* (ALVES, 2016).

Especificamente no que tange a realidade da Bahia, Alves (2011) nos deixa indícios que contribuem para nossa investigação em andamento. Em primeiro lugar o autor sinaliza que, sobre o pretexto de “confrontos” com a polícia, os índices de letalidade policial na capital baiana aumentam em escala sem precedentes no país, tendo como principais áreas de concentração o cinturão periférico constituído pelos bairros de Beiru, Nordeste de Amaralina, Periperi, Pero Vaz, Pau da Lima e no Subúrbio Ferroviário. Para além de esboçar de forma preliminar o *padrão mórbido de governança espacial* em Salvador-BA, o autor indica que há uma profusão de organizações de direitos humanos, do movimento negro e de familiares que denunciam permanentemente as torturas, sequestros e chacinas promovidas pela polícia baiana na periferia da cidade

Além das referencias acadêmicas supracitadas, acompanhamos o pensamento de pesquisas transnacionais que têm demonstrado como militantes negros/as têm formulado, teorias nativas sobre o Genocídio de Negros/as no contexto de Diáspora (VARGAS, 2008; 2010; 2016). No Brasil não é diferente, como nos elucida o pesquisador João Vargas (2010),

em diferentes contextos político-geográficos militantes negros/as tem erigido uma corrente de pensamento teórico, que insere as condições transnacionais de subjugação racial de negros/as ao conceito mais amplo de Genocídio,

...A percepção do genocídio são produtos de iniciativas de ativistas do presente e do passado. Os escritos de intelectuais ativistas, refletindo sobre teoria e ações pragmáticas empregadas por sujeitos políticos, são fontes de perspectivas sistemáticas sobre genocídio. Estes escritos nos auxiliam a entender e contextualizar as teorizações conduzidas por ativistas quando eles se envolvem com o genocídio. Iniciativas de ativistas contemporâneos que combatem o genocídio anti-negro tem uma genealogia que se remete ao passado, bem como revelam teóricos cruzando Estados Nacionais (VARGAS, 2010 p.44).

Dentro dessa conjuntura, Cabe acentuar que minha experiência como militante de uma organização negra comunitária que faz o enfrentamento direto às políticas estatais de aniquilação da comunidade negra na Bahia, bem como minha condição de professor-educador e cine clubista comunitário, também são parte constituinte da pesquisa em curso.

A dialética entre antropologia e envolvimento engajado com organizações políticas possibilita a construção de um conhecimento teórico-metodológico etnográfico distinto, que questiona a dita neutralidade científica da pesquisa acadêmica (MARCUS, 2004). Ou seja, o distanciamento ou neutralidade científica se configuram enquanto descuidos metodológicos, que impossibilitariam o pesquisador de realizar o trabalho de campo etnográfico (FERREIRA, 2015).

Como tem apontado os antropólogos George Marcus (2004) e João Vargas (2008), pesquisas conduzidas por intelectuais-militantes, ou como denomina Marcus: *antropólogos públicos*<sup>2</sup> tornaram-se uma condição *sine qua non* para um trabalho de campo verdadeiramente crítico. Segundo esses autores o fazer antropológico público está umbilicalmente ligado a emergência no cenário acadêmico contemporâneo, de antropólogos que estão envolvidos direta ou indiretamente com movimentos sociais organizados, como é o meu caso.

Nesse sentido, minha identidade étnico-racial de homem negro, narrativa pessoal e experiência no movimento social negro organizado são caracteres constitutivos na abordagem antropológica que pretendemos discorrer. Tal totalidade é levada em consideração não apenas do ponto de vista do engajamento político, mas sobretudo, no contexto de coleta e análise dos

---

<sup>2</sup>Acompanhando o pensamento do antropólogo George Marcus (2005), entendemos que antropólogos *públicos* teriam a competência de dirigir suas pesquisas para pressionar governos locais a atender as demandas históricas do grupo marginalizado, além de divulgar a luta do grupo para outros fóruns de debate. Seria nesse cenário que as pesquisas de caráter militante/ativista se consolidariam na contemporaneidade, sobretudo quando o pesquisador/a estivesse envolvido/a de forma ativa no processo de luta organizada de sujeitos sociais submetidos a opressões.



dados etnográficos, ou seja, na dimensão teórico-metodológica. Ou como afirma João Vargas (2008), uma *Participação Observante*,

Enquanto a *observação participante* tradicionalmente coloca ênfase na observação, a *participação observante* refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, á noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p.175).

O recurso etnográfico da Participação Observante de Vargas se insere na pesquisa em andamento, especialmente no que tange a abordagem, coleta e análise dos dados etnográficos, ou seja, na dimensão teórico-metodológica. Uma abordagem *participante* do trabalho de campo possibilita uma qualificação do ponto vista do acesso ao material etnográfico empírico, contribuindo para o alargamento da experiência etnográfica.

A constituição do dispositivo etnográfico da *participação observante* dilata a instrumentalidade metodológica da tradicional *observação participante* ao inverter a ordem cognitiva do método tradicional. Vargas (2008) propõe um maior destaque na participação ostensiva do pesquisador no grupo organizado estudado, de maneira que a observação é realizada no complexo experiencial da colaboração com o grupo. A partir da *participação observante* pudemos ter acesso à história política, documentos organizacionais e estruturas de sentido de um conjunto de pessoas ligadas diretamente a organizações comunitárias que tem enfrentado as políticas de morte (MBMBE, 2018) do Programa Pacto Pela Vida Na Bahia.

Outro aspecto metodológico a ser ressaltado são as motivações que nos levaram a delimitar o recorte temporal de nossa pesquisa; 2011 a 2018. Acompanhando as teorizações dos novos estudos sobre genocídio de pessoas negras no Brasil, que tem apontado a necessidade nevrálgica de pesquisadores se debruçarem sobre o fato “*constrangedor*”, de mesmo no contexto político de quinze anos de ganhos sociais e econômicos sem precedentes na história do Brasil, dentro do contexto político do Partido dos Trabalhadores (PT) a população negra continua sujeitada há um processo endêmico de marginalização social (VARGAS, 2010; 2016). Marginalização social que é expressa também nos altos índices de segregação residencial, morte por doenças previsíveis e mortes violentas causadas por agentes do Estado, ou não,

As políticas públicas pró-pobres do Partido dos Trabalhadores revelam ainda mais nitidamente a posição única, talvez sem analogias, que as pessoas negras no Brasil ocupam. No mesmo momento, único e de fato espetacular, em que principalmente a renda, mas também o acesso a educação e a saúde beneficiam desproporcionalmente, e de maneira contundente, as pessoas afro-descendentes, são também elas as mais vulneráveis a doenças letais evitáveis, segregação residencial, e, mais, emblematicamente, a mortes violentas, inclusive as causadas por agentes do

Estado. Esse ultimo fato é ainda mais perturbador pois ocorre num período no qual homicídios e violência de u modo geral diminuem para não negros (VARGAS, 2016, pag.14).

A Bahia é nesse contexto, um fragmento de uma realidade nacional. A partir da ascensão no poder institucional dos governadores petistas, Jacques Wagner (2006-2012) e com posterior sucessão, do então Governador Rui Costa (2012-atual), observamos a consolidação de uma agencia governamental que desde seus primeiros mandatos tem se afirmado como democrático-popular. Ou seja, temos um governo discursivamente alicerçado em princípios democráticos e ancorado na *escuta institucional* das demandas históricas dos movimentos sociais de base popular. No entanto, nesse mesmo período de tempo, ao contrario do que apregoa os documentos organizacionais do Programa Pacto Pela Vida da Bahia, vemos a ramificação – na capital e interior baiano – de um modelo de segurança publica belicista, orientado por uma perspectiva de *guerras moleculares* (MIR, 2004) contra inimigos internos.

Nesse sentido a retomada da historia institucional e analise critica da estrutura organizacional do Programa Pacto Pela Vida, inter-relacionada com os dados de estatísticas criminais na Bahia, evidenciam que a estratégia adotada pelo Programa não diminuiria os altos índices de violência letal que atinge de sobremaneira a juventude negra. O cruzamento de dados qualitativos e quantitativos indicam que os altos investimentos em armamento, munições, policiamento ostensivo e repressão qualificada, não freou a matança em andamento, pelo contrario, as técnicas foram aprimoradas e intensificadas em sua letalidade.

O Programa Pacto Pela Vida – ao contrario do que diz em sua narrativa institucional – tem estruturado uma política de segurança Publica Militarizada e altamente letal. Nesse contexto, na Tese em curso arrolaremos os índices de homicídios referentes aos anos posteriores ao lançamento do Programa, inserindo essas mortes no bojo do conceito de Necropolítica (Mbembe, 2003).

No que concerne à estrutura da dissertação está divida em quatro capítulos complementares. No primeiro capitulo, “*A necropolítica racial no Padrão Organizacional da Segurança Pública na Bahia*”, tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil, o presente capitulo tem como objetivo realizar uma investigação etnográfica organizacional do Programa Pacto Pela Vida analisando seu conjunto de dispositivos de segurança, a partir da categoria conceitual de Necropolítica (MBEMBE, 2013).

No escopo de municiar nossa investigação utilizaremos uma interface entre métodos quantitativos e qualitativos. Os conjuntos de documentos quantitativos serão; a *X Edição do*

*Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016)*, além das últimas edições do Mapa da Violência (MAPA DA VIOLENCIA, 2012; 2014; 2015) e do Atlas da Violência (2017). No que concernem os métodos qualitativos, além da participação observante (VARGAS, 2010), empreenderemos um estudo crítico e sistemático de dois documentos; *o Relatório Anual de segurança Pública* apresentado pelo Governo da Bahia no ano de 2011<sup>3</sup>, como diretriz estratégica para o Programa Pacto Pela Vida, além de examinarmos criticamente o documento; “*Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça*” (REAJA, 2011) – apresentado pela Campanha Reaja ou Será Mort@<sup>4</sup> como contraponto aos dispositivos de segurança defendidos pelo Programa<sup>5</sup> de segurança do Governo.

No segundo capítulo “*Movimento Contra UPP: Sentidos e significados de uma luta comunitária contra instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira – Salvador-BA (2013 - 2015)*”, tomando como pano de fundo a luta comunitária organizacional do Movimento Contra a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o capítulo tem o objetivo de traçar uma investigação crítica do processo de implantação de um dos dispositivos de segurança estratégicos do Programa Pacto Pela Vida; as Bases Comunitárias de Segurança. Nossa tentativa será preencher as enormes lacunas existentes nos estudos sobre as Bases Comunitárias de Segurança na Bahia, que por um lado tem tido um forte compromisso em invisibilizar o caráter racialmente seletivo desse dispositivo de segurança e, por outro lado, tem silenciado ou negado a existência política de agências sociais comunitárias que tem enfrentado as políticas de morte (MBEMBE, 2018) operadas pelos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida na Bahia (SILVA, 2014; MARTINS & LOURENÇO, 2014; MARTINS, 2015; PEDREIRA, 2016).

No que concerne o conjunto de documentos e dados que municiam nosso argumento, analisaremos criticamente a Portaria N°059 - CG/15 6 que regulamenta as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança no âmbito da Polícia Militar da Bahia (BAHIA PM, 2015), assim

---

<sup>3</sup>O documento em questão é “*Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos*” (GOVERNO DA BAHIA, 2011). O Documento é a diretriz estratégica do Programa Pacto Pela Vida.

<sup>4</sup>O documento em questão é “*Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça – O Pacto Pela Vida*”, que foi apresentado por militantes da Campanha Reaja ou será mort@ no dia do lançamento do Programa Pacto Pela Vida. Ver em: <https://blogbahianarede.wordpress.com/2011/06/19/reaja-reflete-e-critica-programa-pacto-pela-vida/>

<sup>5</sup>Quando utilizar a palavra Programa em com letra maiúscula, estaremos nos referindo ao Programa Pacto Pela Vida.

<sup>5</sup> Ver documento na íntegra nos anexos.

como nos debruçaremos sobre o texto da Lei nº 12.357 que estabelece o Sistema de Defesa Social - o Programa Pacto pela Vida (BAHIA, 2011).

Tivemos também acesso a um conjunto de documentos<sup>5</sup> produzidos pelo Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira: panfletos, fotografias, bandeiras de luta, cartilhas informativas e notas públicas redigidas pelo Movimento. Além de entrevistas gravadas com militantes do Movimento<sup>7</sup>, a partir de aplicação de questionário de perguntas semiestruturadas. Recorreremos também a um conjunto de notícias de jornalismo online que se debruçaram sobre o processo de implantação das BCS na Bahia.

Outra base documental que substancia o segundo capítulo são os testemunhos orais colhidos de militantes do Movimento Contra UPP, seus apoiadores, e um grupo de pichadores que participavam das ações do Movimento. Depoimentos esses que serão articulados a um conjunto de documentos organizacionais cedidos a mim pelo Movimento Contra UPP, a exemplo de; as bandeiras de luta do Programa de Ação do Movimento Contra a UPP, Nota contra a construção da Base Comunitária de Segurança, Nota do Movimento Contra a UPP sobre a rejeição da Comunidade Acadêmica a construção da UPP, flyers de divulgação das atividades do Movimento Contra a UPP – todos os documentos estão organizados integralmente nos anexos da presente tese.

Em uma terceira sessão intitulada “*Banho de sangue no Recôncavo Sul: execuções sumárias, corpos desovados e homicídios decorrentes de intervenção policial em Cachoeira e São Félix (2015-2018)*”, inventariamos, analisamos criticamente e montamos um banco de dados inédito, referente aos índices de homicídios praticados por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA no último triênio (2015 -2018), notadamente homicídios ocorridos em circunstâncias de execuções sumárias e decorrentes de intervenção policial. Para os fins que se pretende o capítulo, utilizamos um conjunto de dados oriundos de agências de processamento de estatísticas criminais ligadas ao Estado, bem como construímos um banco de dados inédito baseado na sistematização e análise de notícias de jornalismo online referente ao assunto.

A fonte primordial para coleta de dados referentes a assassinados por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, é oriunda do *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)*, que tem divulgado anualmente dados referentes à morte por causas externas desde o ano de 1979. Cabe ressaltar, que de acordo a legislação vigente no

---

<sup>7</sup>Nessa sessão quando utilizar a palavra Movimento em letra maiúscula estarei me referindo ao Movimento Contra a UPP.

Brasil; Lei nº 6.216, de 30/06/1975, todos os sepultamentos em território nacional devem ocorrer com uma certidão de óbito (CO), além do registro feito na declaração de óbito (DO).

No quarto e, último capítulo, “*Sobreviventes na Zona Limítrofe: percepções politico-subjetivas de jovens homens negros acerca de homicídios por arma de fogo no recôncavo sul*”, analisei os impactos psicossociais, as percepções subjetivas e aspectos psicossociais, acerca das experiências traumáticas de jovens homens negros que perderam parentes, amigos ou entes queridos em contextos de violência letal por arma de fogo.

Dentro desse contexto, demonstramos a partir de extenso material etnográfico, de que maneira mortes violentas de entes queridos, tem afetado estruturas cognoscíveis-afetivas e itinerários/trajetórias de vida de jovens homens negros no recôncavo sul baiano, sobretudo, pela forte presença de variados sintomas de Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT); insônias, pesadelos, ansiedades, medo constante de morrer violentamente, isolamento afetivo-social, sentimento de ódio e uma sensação de luto estendido.

Por fim, no ensaio teórico; *Adições – Política Racial Linha Auxiliar na Bahia Contemporânea: Uma Análise Crítica acerca da implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial*, realizo um balanço crítico da política racial (HANCHARD, 2001) protagonizada pela agência social coletiva do *movimento negro de sentido estrito*<sup>8</sup> (RUFINO 1985; PEREIRA, 2009) na Bahia contemporânea, tomando como pano de fundo o processo de ramificação de um dos dispositivos do Programa de defesa social Pacto Pela Vida; A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

---

<sup>8</sup> Joel Rufino dos Santos (1985) e Amauri Pereira (2019) compreendem que o Movimento negro de sentido estrito, são o conjunto de entidades, seus respectivos militantes, bem como, instâncias governamentais sobre influência/coordenação de militante negro-as, que têm protagonizado processos de luta organizada contra o racismo estrutural da sociedade brasileira, em variados campos de atuação política nas últimas quatro décadas.

## CAPITULO I - A Necropolítica racial no Padrão Organizacional da Segurança Pública na Bahia (2011 – 2017)

### 1.1. Aspectos metodológicos

Tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil<sup>9</sup>, o presente capítulo tem como objetivo realizar uma investigação etnográfica organizacional do Programa Pacto Pela Vida (PPV) analisando seu conjunto de dispositivos de segurança, a partir da categoria conceitual de Necropolítica (Mbembe, 2013). Nossa tentativa será preencher, em certa medida, as lacunas existentes nos estudos sobre violência urbana, que tem mostrado uma tendência de invisibilizar o caráter racialmente seletivo das políticas de segurança pública no Brasil (ZAVERRUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014). Assim, inserimos nosso trabalho no bojo das novas agendas negras radicais de pesquisa sobre violência letal Estatal contra a juventude negra no Brasil (FLAUZINA, 2008; AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; PINHO, 2015; 2016; ROCHA, 2016).

Cabe reafirmar que minha experiência como militante de uma organizações negras comunitárias<sup>10</sup>, que faz o enfrentamento direto às políticas estatais de aniquilação da comunidade negra na Bahia, também é parte constituinte da narrativa etnográfica em curso. A dialética entre antropologia e envolvimento engajado com organizações políticas possibilita a construção de um conhecimento teórico-metodológico etnográfico distinto, que questiona a dita neutralidade científica da pesquisa acadêmica. Ou seja, o distanciamento ou neutralidade científica se configuram enquanto descuidos metodológicos, que impossibilitariam o pesquisador de realizar o trabalho de campo etnográfico.

Como tem apontado os antropólogos George Marcus (2004) e João Vargas (2008), pesquisas conduzidas por intelectuais-militantes, ou como denomina Marcus: *antropólogos públicos*<sup>11</sup> tornaram-se uma condição *sine qua non* para um trabalho de campo

<sup>9</sup>Notadamente o conjunto de dados sintetizados no documento estatal; X Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<sup>10</sup>A exemplo de minha atuação como impulsor/organizador das ações comunitárias do Cine do Povo e Centro Comunitario de Audiovisual Luiz Orlando, ambos baseados em Cachoeira-BA. Bem como meu itinerário junto a Reaja Organização Política. Ver mais em; <http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html> Acessado em 09/06/2017 as 00:17 min

<sup>11</sup>Acompanhando o pensamento do antropólogo George Marcus (2005), entendemos que antropólogos *públicos* teriam a competência de dirigir suas pesquisas para pressionar governos locais a atender as demandas históricas do grupo marginalizado, além de divulgar a luta do grupo para outros fóruns de debate. Seria nesse cenário que as pesquisas de caráter militante/ativista se consolidariam na contemporaneidade, sobretudo quando o

verdadeiramente crítico. Segundo esses autores o fazer antropológico público está umbilicalmente ligado a emergência no cenário acadêmico contemporâneo de antropólogos que estão envolvidos direta ou indiretamente com movimentos sociais organizados, como é o meu caso.

No escopo de municiar nosso argumento utilizaremos uma interface entre métodos quantitativos e qualitativos os conjuntos de documentos quantitativos serão; a *X Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016)*, além das últimas edições do Mapa da Violência (MAPA DA VIOLENCIA, 2012; 2014; 2015) e do Atlas da Violência (2017). No que concernem os métodos qualitativos, além da participação observante<sup>12</sup> (VARGAS, 2010), empreenderemos um estudo crítico e sistemático de dois documentos; o *Relatório Anual de segurança Pública* apresentado pelo Governo da Bahia no ano de 2011<sup>13</sup>, como diretriz estratégica para o Programa Pacto Pela Vida, além de examinarmos criticamente o documento; “*Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça*” (REAJA, 2011) – apresentado pela Campanha Reaja ou Será Mort@<sup>14</sup> como contraponto aos dispositivos de segurança defendidos pelo Programa de segurança do Governo.

Sobre o que diz respeito à estrutura da presente sessão, organizaremos nossa investigação em quatro eixos argumentativos complementares. Em um primeiro momento sistematizaremos a história institucional e princípios organizativos do Programa Pacto Pela Vida, tomando como base o relatório anual de Governo (2011); “Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos” (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011 p.2), que aponta as diretrizes estratégicas do Programa. Ao mesmo tempo apresentaremos a contra-narrativa comunitária da *Campanha Reaja ou será Morta@* ao Programa Pela Vida, tomando

---

pesquisador/a estivesse envolvido/a de forma ativa no processo de luta organizada de sujeitos sociais submetidos a opressões.

<sup>12</sup>De acordo com Vargas - Enquanto a *observação participante* tradicionalmente coloca ênfase na observação, a *participação observante* refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, à noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p.175).

<sup>13</sup>O documento em questão é “*Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos*” (GOVERNO DA BAHIA, 2011). O Documento é a diretriz estratégica do Programa Pacto Pela Vida.

<sup>14</sup>O documento em questão é “*Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça – O Pacto Pela Vida*”, que foi apresentado por militantes da Campanha Reaja ou será mort@ no dia do lançamento do Programa Pacto Pela Vida. Ver em: <https://blogbahianarede.wordpress.com/2011/06/19/reaja-reflete-e-critica-programa-pacto-pela-vida/>

como base o documento divulgado pela organização também no ano de 2011, diante do contexto de lançamento do Programa.

Em um segundo momento, munidos das estatísticas criminais referentes aos anos posteriores à implementação do Programa Pacto Pela Vida, demonstraremos como, ao contrário do que diz a narrativa institucional do Governo, os índices de mortes violentas aumentaram exponencialmente diante de uma *política de segurança Pública Militarizada* (MIR, 2004) conduzida pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), através de investimentos em tecnologias de monitoramento, repressão qualificada e na ocupação militar de comunidades negras através da expansão das Bases Comunitárias de Segurança.

Nesse contexto os altos índices de homicídios contra jovens homens negros na Bahia, são analisados criticamente na terceira sessão, dentro do entendimento teórico que nas democracias ocidentais contemporâneas os dispositivos de segurança cumprem o papel de subjugar a vida de grupos historicamente racializados; ao poder da morte – Necropolítica (Mbembe, 2003).

Por fim, filtraremos nossa análise em dispositivos policiais de segurança do Programa Pacto Pela Vida, notadamente, a Cartilha de Orientação policial, “*Tatuagens: desvendando segredos*” (SILVA, 2012). Além de nos debruçarmos criticamente sobre um conjunto de materiais do jornalismo online que apresentam a população baiana o mais novo instrumento policial do Governo; a PATAMO - *Companhia de Patrulhamento Tático Móvel*<sup>15</sup>. Ambos dispositivos são analisados a partir de recursos teóricos disponibilizados pelo conceito de Necropolítica e de (re) leituras da obra de Mbembe (2003), em particular as proposições do pesquisador negro Jaime Amparo Alves (2010; 2011).

## **1.2. Uma Crítica comunitária ao Programa Pacto Pela Vida: estrutura organizativa da Política de Segurança Pública na Bahia.**

O programa Pacto Pela Vida (PPV) foi lançado no dia 06/06/2011 em uma solenidade com a presença do então governador Jacques Wagner, o ministro da justiça da época; José Eduardo Cardoso, o Secretário de Segurança Pública, Mauricio Telles Barbosa, além de

---

<sup>15</sup>De acordo depoimento do Governador Rui Costa a PATAMO tem a “*função de garantir o direito de ir e vir dos baianos. Na prática, a unidade especializada atuará fazendo ocupações em localidades em que seja percebida a necessidade de intervenção maior no estado*” (INFORME BAIANO, 2007). Ver em: <http://informebaiano.com.br/40967/policia/pega-eles-patamo-nova-unidade-da-pm-vai-atuar-no-combate-ao-crime-organizado> acessado em;



representantes de movimentos sociais organizados, da defensoria pública, ministério público e dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo do Estado da Bahia<sup>16</sup>.

O Programa inaugurara uma nova fase na estrutura de operacional da Secretaria de Segurança Pública na Bahia, especialmente, no tocante ao combate ao crime organizado e em uma política de redução de crimes contra vida e tráfico de entorpecentes (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011). De acordo gestores do Governo o principal diferencial do Programa seria seu caráter transversal e integrado, no sentido de articular operações de repressão e ocupação militar em bairros com altos índices de criminalidade, com a atuação coordenada de outros órgãos da administração pública Estadual; Secretarias de Saúde, Esporte, Cultura, de Promoção da Igualdade Racial, além do Ministério Público Estadual<sup>17</sup>. Nas palavras do então secretário de Segurança Pública Mauricio Barbosa,

**O Pacto** é uma nova visão de enfrentamento a questão da Segurança Pública, que não só prevê ações de polícia, muito pelo contrário. Temos ações sim, voltadas para prevenção e repressão qualificada, como implantação das Bases Comunitárias, como a criação do departamento de Homicídio, como a contratação de novos policiais e novas viaturas. Mas queremos dar uma visão muito maior, muito mais ampla pras causas que levam a prática desses crimes (Secretário de Segurança Pública Mauricio Barbosa, entrevista SECOM-BA; [https://www.youtube.com/watch?v=pBdaa\\_zTKYs](https://www.youtube.com/watch?v=pBdaa_zTKYs)) (grifo nosso).

O Programa estava inserido no contexto de última etapa do Plano Plurianual 2008-2011 do Governo da Bahia (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011), que tinha como objetivo consolidar uma diretriz estratégica em torno da pasta de Segurança Pública no Estado, no entanto, construindo dispositivos de segurança integrados, transversais, articulados entre si, a partir de uma política de Estado. Nas palavras do Governo do Estado da Bahia,

A iniciativa é uma **política de Estado** inovadora, que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, visando à redução dos índices de criminalidade. A concepção do Programa desenvolveu-se considerando a integração horizontal das ações programadas, envolvendo várias secretarias cujo campo de atuação se relaciona à redução dos índices de criminalidade, aliada a uma atenção especial ao modelo de gestão do programa (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, p3) (grifo nosso).

Das muitas medidas que compõem o Programa, a implementação de Bases Comunitárias de Segurança, seria uma das grandes promessas para o combate integrado a criminalidade, notadamente, a partir da estratégia de ocupação territorial permanente por parte das forças de segurança do Estado, que retomariam territórios que segundo o discurso

<sup>16</sup> Uma das muitas Matérias sobre lançamento do Programa Pacto Pela Vida; <http://www.vermelho.org.br/noticia/155882-1>

<sup>17</sup> Ministério Público Estadual presente no lançamento do Programa Pacto Pela Vida; <https://www.mpba.mp.br/area/ceosp/noticias/26664>

institucional estariam dominadas pelo Tráfico de Drogas (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011). Para além de uma ocupação militar, as Bases de segurança ofereceriam outros serviços à população dessas comunidades como inclusão digital, pré-vestibular e programas de alfabetização de jovens e adultos. Além da instalação de Bases comunitária nas comunidades do Calabar, Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz, posteriormente o Programa ampliaria a implantação de mais 14 bases na capital e no interior baiano (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

As bases de Segurança Comunitárias são pontos nevrálgicos na engenharia de segurança do Programa Pacto Pela vida (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011). De acordo com relatório anual do Governo da Bahia publicado em 2011, as Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são núcleos operacionais que potencializam as ações policiais em comunidades desassistidas pelo Estado. Nesse contexto, para além de operações de repressão, patrulhamento, busca ou apreensão, as Bases comunitárias teriam o objetivo de articular instâncias comunitárias, públicas e privadas, na busca de oferecer outros serviços para comunidade ocupada (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011). O relatório anual de Governo publicado no final do ano de 2011, como balanço estratégico do primeiro ano do Programa, sistematiza os principais objetivos – segundo o Governo – das Bases Comunitárias de Segurança,

A BCS tem como objetivos (i) promover a segurança e a convivência pacífica nas localidades atendidas, (II) potencializar o policiamento comunitário por meio de uma base permanente associada aos programas de capacitação contínua dos servidores, (iii) promover o aumento da segurança local de escolas, postos de saúde e demais órgãos públicos incluídos no perímetro de ação e (iv) reduzir os índices de ocorrências policiais e da criminalidade em geral (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.7).

O Pacto, como é referenciado o Programa pelos gestores governamentais, foi à concretização do processo de mudança na concepção estatal de segurança Pública na Bahia, inserindo o Estado no bojo do modelo nacional de defesa social, adotado em outros Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011) Nesses termos a SSP-BA passaria a atuar orientada por uma política de Estado, que estaria além do modelo de gestão de Governo A ou B. Como bem apontou o então Secretário de Segurança Pública, Mauricio Barbosa, como demonstra a matéria jornalística abaixo,

Conforme anunciado pelo secretário Mauricio Barbosa. “O pacto contempla um olhar intersetorial de transversalidade das ações”, afirmou ele, acrescentando que a iniciativa estabelecerá uma mudança de filosofia na área da Segurança Pública, incorporando experiências de sucesso implementadas em outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro e Pernambuco. “O pacto é um programa de estado, que foi construído de forma articulada com a sociedade e órgãos como o MP, o TJ, a Defensoria e o Poder Legislativo”, explicou Barbosa. Para a sua efetividade, um

projeto de lei assinado pelo governador do estado durante o evento será encaminhado ao Legislativo com a finalidade de instituir o 'Sistema de Defesa Social' e estabelecer as atribuições de cada órgão que o comporá (Site do ministério Público da Bahia; <https://www.mpba.mp.br/area/ceosp/noticias/26664> ).

No entanto a narrativa institucional do Governo em torno do Programa Pacto Pela vida foi duramente criticada já no dia do lançamento do Programa, por militantes da Campanha Reaja ou será mort@<sup>18</sup>, que literalmente invadiram<sup>19</sup> o Teatro Yemanjá no Centro de Convenções e apresentaram aos representantes da sociedade civil organizada, líderes comunitários, movimento negro, artistas, imprensa e ao Governador Jacques Wagner um documento<sup>20</sup> que “visava declarar nossa posição sobre a política de segurança pública em curso e fazer uma análise embrionária sobre o programa **Pacto Pela Vida**, lançado no dia 06/06/2011 pelo governo do Estado da Bahia” (Quilomboxis, 2011).

De acordo o manifesto da Organização<sup>21</sup> a segurança publica na Bahia, historicamente tem sido pautada em princípios organizativos racistas, homofóbicos e sexistas. O Programa Pacto Pela vida nesse contexto seria a continuidade de um padrão operacional de segurança que negligencia os “princípios republicanos e democráticos, tão repetidos por Sua Excelência, o Governador do Estado da Bahia Jaques Wagner” (Quilomboxis, 2011).

O documento aponta que a *Campanha Reaja ou Será Mort@* já teria alertado Excelentíssimo Governador Jacques Wagner sobre o padrão mórbido de política criminal adotado pela SSP-BA, especialmente, sobre o que diz respeito a operações policiais no ano de 2010 que tiveram como resultado os “corpos de vários jovens que tomaram durante as operações Saneamento I e II, na Chacina de Pero Vaz, na Chacina de Vitória da Conquista, na Chacina (vingança Estatal) de Cana Brava, nas mortes de Edvandro, de Djair, e Clodoaldo Souza, o Negro Blul, entre outras” (Quilomboxis, 2011). Chacinas essas que, tal qual operações policiais letais, já haviam sido documentadas e denunciadas pela Campanha Reaja no ano anterior, diante de uma série de casos de execução sumaria na capital e no interior do Estado (NZUMBI, 2011).

---

<sup>18</sup>Ver matéria “Reaja crítica e reflete Pacto pela vida” <https://blogbahianarede.wordpress.com/2011/06/19/reaja-reflete-e-critica-programa-pacto-pela-vida/>

<sup>19</sup>Não estava presente nesse dia, nem mesmo era militante da organização, entretanto, em diversos momentos de minha trajetória de militância na Campanha reaja ou será mort@, a história da “invasão” do lançamento do Pacto Pela Vida já foi contada diversas vezes, de diferentes olhares, mas um fato político comum ; “ Invadimos o bagui” como me disse um dos fundadores da Campanha Reaja.

<sup>20</sup>O documento em questão é: *Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça*. Disponível em; <http://quilombox.blogspot.com.br/2011/06/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto.html>

<sup>21</sup>Quando utilizarmos a palavra Organização em letra maiúscula estaremos nos referirmos especificamente a Campanha Reaja ou será mort@.

A Organização denuncia que as medidas de segurança adotadas pelo Programa Pacto pela Vida são baseadas em uma concepção dicotômica entre o bem (cidadão/sociedade) e mal (bandido/criminoso), que criminaliza, brutaliza e etiqueta racialmente comunidades negras, transformando as populações dessas comunidades em inimigos cor-padrão das forças de segurança,

Os chamados inimigos, os maus, em sua maioria são jovens, encarcerados nas instituições de seqüestro por crimes contra o patrimônio, o chamado crime anão, crimes de bagatela e que entopem as cadeias gerando lucros para os empreendedores do ramo industrial carcerário. A *ideologia da defesa social* quer proteger o patrimônio privado, contendo uma criminalidade descalça, de rua, analfabeta. (QUILOMBOXIS, 2011).

Por fim, o documento aponta como a idéia de Pacto Pela Vida, confirma o quão a Vida – enquanto bem inviolável a ser protegida pelo Estado – tem sido violada constantemente no Estado da Bahia, de maneira que, a constituição do Programa apenas confirmaria a tragédia humana que estaria em curso. Tragédia essa, que atinge de sobremaneira a população negra, de baixa escolaridade e moradora de periferias urbanas e rurais (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014). O documento também sinaliza que se o interesse do Estado é tratar de fato de um Pacto Pela Vida, o Governo da Bahia deveria investir menos em dispositivos de controle e punitivos de segurança – como as BCS – e apresentar “instrumentos em política cultural, política de saúde, educação, saneamento, política pública ao invés de militarização do espaço urbano” (Quilomboxis, 2011).

Diante desse quadro, a Campanha Reaja ou será Mort@ encerra o texto com proposições – que segundo a Organização – seriam eixos centrais na montagem de um verdadeiro e responsável Pacto Pela Vida,

1- O ordenamento jurídico já consagra a vida como um bem jurídico a ser protegido. O Pacto Pela Vida confirma o fracasso do Estado Brasileiro em garantir nossa segurança. O governo nos convoca por que não pode esconder a tragédia humana em suas mãos. A tragédia de uma guerra cruel, cujas vítimas são negros de baixa escolaridade residindo em lugares precários.

2- O Pacto Pela Vida não pode concentrar-se numa suposta guerra contra o crime apoiada na ideologia da defesa social e da teoria do direito penal do inimigo. Essa lógica do bem e do mal é reducionista e espalha o medo, sem promover o verdadeiro diálogo. Esse é um modelo ideológico amparado na criminalização, no etiquetamento de pobres, negros e mulheres - estigmatizadas por sua relação afetiva com homens (jovens negros) que são o principal alvo do atual sistema de segurança pública exilados nas instituições de seqüestros (Casas de Detenção, cadeia, delegacias, etc).

3- O atual Secretário de Segurança Pública Mauricio Barbosa, surpreendeu a sociedade com o “Baralho” símbolo da indignidade e da ofensa aos direitos fundamentais. Os supostos criminosos exibidos no jogo de carta virtual são violados em seu direito ao princípio contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal. São pessoas exibidas como culpados antes de serem processados, antes do trânsito em julgado. Este baralho é um ultraje a dignidade

humana, uma repaginação dos institutos racistas de busca de africanos foragidos. O baralho deve ser retirado do sistema da SSP (QUILOMBOXIS, 2011).

A crítica comunitária protagonizada pela Campanha Reaja ou será mort@ denuncia – ou mesmo revela – como estratégias de segurança baseadas no aumento de tecnologias de patrulhamento, repressão ou encarceramento, recrudescem os impactos sociais dos altos índices de morte violenta por arma de fogo na Bahia, que atinge de sobremaneira jovens homens negros, moradores de periferias urbanas (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014). Nesses termos, o Pacto Pela Vida estaria fadado ao fracasso, tendo em vista que, ao fim e ao cabo, o Programa estava baseado em uma ideologia de defesa social que elegeu a *guerra a criminalidade* como *modus operandi* por excelência. O baralho do crime, por exemplo, demonstra como dispositivos de segurança que reafirmam a noção de *inimigo interno* têm sido utilizados para justificar o total desrespeito por parte do Estado, por direitos humanos fundamentais como o princípio do contraditório, da ampla defesa e do processo legal.

Para além de uma projeção dos caminhos organizacionais do Pacto Pela Vida, a Organização delineia uma crítica comunitária radical a estratégia de Segurança Pública adotada pelo Governo<sup>22</sup>. Estratégia essa, que não é uma excepcionalidade da política de Segurança Pública da Bahia, mas sim; a ramificação de um padrão mórbido de soberania (Mbembe, 2003; 2014) que tem organizado os padrões de governança nas democracias ocidentais contemporâneas (Mbembe, 2003; 2014).

Poucos meses após o lançamento do Programa Pacto Pela Vida – ainda em 2011 – o Governo do Estado da Bahia lança o relatório “*Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos*” (2011), onde apresenta as diretrizes estratégicas do Programa. Além de apresentar de maneira sistematizada estatísticas referente a orçamentos na área Segurança Pública no Estado (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

O balanço organizacional dos primeiros seis meses do Programa Pacto Pela Vida, da conta de demonstrar como as críticas da Campanha Reaja ou será mort@ ao Programa não só faziam sentido, mas se concretizaram via de facto, diante de frondosos investimentos do Governo da Bahia em tecnologias de repressão e monitoramento, construção de instituições de seqüestro, armamento exponencial da corporação policial, instituição do Baralho do Crime e outros dispositivos de etiquetamento racial (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

---

<sup>22</sup>Quando usar a palavra Governo em letra maiúscula estaremos nos referindo ao Governo da Bahia no período de tempo analisado; 2011-2018.

De acordo esse mesmo relatório, o Governo da Bahia em 2011 adquiriu 816 veículos, um investimento de cerca de 16 milhões de reais, sendo que 604 desses veículos foram direcionados para estruturação da frota da Polícia Militar. Ainda em 2011 foram investidos 11 milhões de reais para aquisição de material bélico, fardamento e equipamentos de combate; 120 escudos anti-tumulto, 930 coletes balísticos, 3659 armas de fogo e 11.110.450 cartuchos com munição (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

Além da montagem de uma nova engenharia logístico-policia, o Pacto Pela Vida investiu em ações de inovação tática, como por exemplo, o estabelecimento de uma tecnologia de segurança que passou a ser conhecida como; o *baralho do crime*. Mesmo diante da denuncia realizada pela Campanha Reaja sobre a grave violação de direitos humanos fundamentais que estrutura o *Baralho do crime* – como a transgressão do princípio do contraditório, da ampla defesa e da negação do processo legal – a SSP-BA, adotou o *Baralho do Crime*, como política de segurança legítima e amplamente divulgada como recurso de interação entre polícia e comunidade,

SSP, inovando em sua atuação e buscando estimular a colaboração e participação ativa da comunidade nas ações da polícia, além de garantir o uso intensivo da inteligência, pautada em conceitos como certeza e segurança das operações, lançou em junho de 2011 o jogo da memória e uma seqüência de cartas de baralho conhecida como “baralho do crime”, contendo fotos dos principais suspeitos de participação em delitos (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.13).

O investimento na ocupação de territórios urbanos através da instalação das Bases Comunitárias de Segurança foi pedra angular na composição do primeiro ano do Programa Pacto Pela Vida. Em 27 de abril de 2011 foi implantada a primeira base comunitária; no bairro do Calabar. Além de contar com 106 policiais, três viaturas e duas motocicletas, a BCS do Calabar foi inaugurada com uma ampla estrutura física, que abrigava projeto de inclusão digital, curso de inglês, pré-vestibular e o projeto 2º Tempo esportes para crianças e adolescentes; além de uma detenção (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

Já no mês de setembro de 2011 foram instaladas mais três BCS; Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz. No total as Bases Comunitárias agrupavam 361 policiais e mais de 13 viaturas. De acordo o Relatório Anual de Governo, mais investimentos seriam concentrados no esforço de ocupar militarmente territórios, “Para 2012, além da BCS de Fazenda Coutos, no subúrbio ferroviário, está prevista, ao longo do ano, a implantação de mais 14 BCS, em locais que revelam elevados índices de criminalidade, tanto na capital como no interior, beneficiando a 13 localidades” (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.17).

Além do investimento na construção de BCS o Programa Pacto Pela vida investiu ainda no ano de 2011 em frondosos recursos no âmbito da aquisição de tecnologias de monitoramento e repressão qualificada (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011), como ressalta o documento,

A utilização de ferramentas tecnológicas de alto desempenho é indispensável para o sucesso das ações em segurança pública. Buscando sempre tecnologias mais modernas, seguras e eficientes, a SSP investiu cerca de R\$ 154 milhões na expansão e modernização do sistema de segurança pública, consubstanciando-se na implantação de novos serviços e sistemas, disponibilização de recursos inovadores, utilização de videomonitoramento e vigilância remota de áreas prioritárias (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.5).

Por fim, o relatório Anual de Governo (2011) disponibiliza dados referentes à apreensão de entorpecentes realizadas dentro do contexto organizacional de operações de repressão qualificada que são de acordo o documento, “as operações de repressão ao tráfico de drogas foram intensificadas em todo o estado, como uma forma de combater e minimizar os efeitos do crescimento desta modalidade criminosa, que aflige e atinge a sociedade de modo bastante peculiar” (RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.14). Conforme esse mesmo documento, no ano de 2011 foram apreendidas a quantidade de 16.144,64 quilogramas de drogas; dos quais 10.46 quilos de Crack, 16.127.82 quilos de maconha e 6,36 quilos de cocaína (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011).

Ao destrincharmos narrativas institucionais e contra-narrativas comunitárias em torno do Programa Pacto Pela Vida, podemos notar que em ambos os setores; governamental ou comunitário é latente o discurso em torno dos direitos humanos e do direito a vida. No entanto, se para o Governo “ações no âmbito da segurança pública são indispensáveis para assegurar a tranquilidade da população” (RELATORIO ANUAL DE GOVERNO, 2011, pag.3), para Campanha Reaja ou será Mort@ Segurança Pública deve ser pensada em uma perspectiva que tenha a vida da pessoa humana como bem inviolável, sobretudo, em um contexto histórico de uma nação onde parte de sua população – negros/as – tiveram seus direitos enquanto humanos positivados na jurisprudência apenas a partir de 1888, antes desse período, pessoas negras no Brasil eram consideradas coisas, objetos, patrimônio (NASCIMENTO, 1978; 1980).

Nesse sentido, a própria noção de um Pacto Pela vida, estaria reafirmando o processo de negação de direitos que a população negra é sujeitada historicamente no Brasil, ou mesmo, evidenciando como parte da população tem vivido em um contexto social de uma verdadeira *guerra civil* (MIR, 2004) ou *estado de sitio* (MBEMBE, 2003), diante de uma realidade nacional de altas taxas de letalidade contra um grupo da população; jovens, homens, negros,

em sua maioria moradores de periferias urbanas (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014; 2016). Diante desse enquadramento histórico A Campanha Reaja declara em seu documento,

Cento e vinte e três anos depois da proclamação do pacto abolicionista “fajuto” que as elites fizeram entre si, nos tirando da condição legal de escravizados e nos empurrando para a quase perpétua exclusão dos meios de produção, de participação e do exercício de poder a que temos direito, o Estado, compreendido como os poderes de justiça, o poder legislativo, executivo e agora a defensoria pública, nos convoca a pactuarmos pela proteção da vida. Entendemos que esse pacto, pela vida, já está expresso em nosso ordenamento jurídico e que o Constituinte Originário imprimiu no artigo 5º e esparsamente em toda nossa carta mãe, os fundamentos de um estado democrático de direito, sendo o direito à vida e à vida digna sua expressão máxima. Portanto, segundo várias correntes doutrinárias e o próprio corpo de juízes supremos - (STF) Guardiões da Constituição, excetuando “*caso de Guerra declarada*” (I, XLVII “a” Art.5º) - o valor da vida é um valor absoluto. (QUILOMBOXIS, 2011).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a Bahia investiu cerca de R\$ 197.512.154,43 em policiamento e R\$ 11.682.775,69 em ações de inteligência e informação (FBSP<sup>23</sup>, 2012). No que diz respeito ao investimento em estratégias de Segurança Pública para a redução de homicídios, o Governo da Bahia investiu cerca de *dois bilhões e quinhentos e sessenta e sete milhões e quarenta e quatro mil e três reais e vinte e cinco centavos*<sup>24</sup> no ano de 2011 (FBSP, 2012). Todavia, mesmo diante de vastos investimentos em Segurança Pública proporcionados pelo Programa Pacto Pela Vida, os índices de homicídios no Estado continuaram e continuam alçando cifras calamitosas (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014).

Os dados disponibilizados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2012) dimensionam estatisticamente a tragédia humanitária narrada pelos militantes da Campanha Reaja ou será mort@. Foram *Quatro mil quinhentos e trinta e cinco homicídios* no ano de 2010, sendo que desse total *quatro mil quatrocentos e quarenta e nove* foram atribuídos a arma de fogo (FORUM SEGURANÇA PUBLICA, 2012). Já em 2011 *quatro mil trezentos e oitenta* baianos/as foram assassinados, sendo que desse montante *duzentas e trinta e um*, foram assassinadas em contextos de operações policiais letais (FBSP, 2012).

A retomada da história institucional da estrutura organizacional do Programa Pacto Pela Vida, inter-relacionada com os dados de estatísticas criminais na Bahia, evidenciam, ou mesmo ratificam a narrativa dos/as militantes da Campanha Reaja ou será Mort@, que apontaram que a estratégia adotada pelo Programa não diminuiria os altos índices de violência letal que atinge de sobremaneira a juventude negra. O cruzamento de dados qualitativos e quantitativos indicam que os altos investimentos em armamento, munições, policiamento

<sup>23</sup>Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<sup>24</sup>Em números; 2.567.044.003,25



ostensivo e repressão qualificada, não freou a matança em andamento, pelo contrario, as técnicas foram aprimoradas e intensificadas em sua letalidade.

O Programa Pacto Pela Vida – ao contrario do que diz em sua narrativa institucional – tem estruturado uma política de segurança Publica Militarizada e altamente letal. Nesse contexto, nas sessões posteriores arrolaremos os índices de homicídios referentes aos anos posteriores ao lançamento do Programa, inserindo essas mortes no bojo do conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2003).

### **1.3. “A cada três brasileiros, um tem parente ou amigo vítima de assassinato<sup>25</sup>”: estatísticas de mortes violentas na Bahia e no Brasil.**

O Estado Brasileiro, seja em artigos de sua Constituição Federal ou como país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem se apresentado em fóruns internacionais como uma nação preocupada em construir políticas públicas que previna os altos índices de homicídios contra a juventude negra. Entretanto, entidades como a *Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação racial* e a própria *Organização das Nações Unidas (ONU)* delatam como essa “preocupação institucional” é meramente demagógica, ao ponto em que tais organismos emitem constantemente recomendações visando provocar o Estado brasileiro e denunciar à comunidade internacional as séries de violências e arbitrariedades cometidas pelo aparato policial no Brasil<sup>26</sup>.

Os dados oficiais apontam que entre os anos de 1980 a 2011, aproximadamente um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil, sendo 880 mil por disparos de arma de fogo (MAPA VIOLÊNCIA, 2012; 2014). Nos últimos dez anos os homicídios têm sido a principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos, sobretudo de homens negros moradores de periferias de grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Os dados do Mapa da Violência (2014; 2015) apontam que dos 56 mil mortos por homicídios em 2012 no país, 77% eram jovens negros e 93% do sexo masculino. Ainda segundo este Mapa, entre os anos de 2002 e 2012 há queda de 32,3% no número de homicídios de jovens brancos, enquanto o

---

<sup>25</sup>Título de pesquisa publicada na pagina do Fórum Brasileiro de Segurança Publica, ano de 2017. Ver mais em; <http://www.forumseguranca.org.br/a-cada-3-brasileiros-1-tem-parente-ou-amigo-vitima-de-assassinato/>

<sup>26</sup>ONU pede o fim da policia militar no Brasil: <http://institutopaulofonteles.org.br/2016/09/24/conselho-da-onu-recomenda-fim-da-policia-militar-no-brasil/>

percentual de homicídios de jovens negros cresceu na mesma proporção, com um aumento de 32,4%.

Diante dessa conjuntura, a Bahia alçou o quarto lugar no ranking nacional de homicídios por arma de fogo, registrando cerca de cinco mil no ano de 2012, sendo 1.499 apenas na capital baiana, dos quais, 1.020 eram jovens (MAPADAVIOLENCIA, 2015). De acordo outro documento oficial do Estado, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*<sup>27</sup>; todos os dias nove pessoas são assassinadas no Brasil em decorrência de intervenções policiais, sendo que entre os anos de 2004 a 2014, 20.420 pessoas foram assassinadas em ações policiais no Brasil.

Para termos uma noção do trauma em curso, apenas entre os anos de 2011 e 2015, foram registradas cerca de 278.839 mortes violentas intencionais<sup>28</sup> no Brasil, sendo que no mesmo período de tempo a Síria – *em guerra civil declarada* - registrou cerca de 256.124 mortes violentas (ATLAS DA VIOLENCIA, 2017), esse conflito alcançou proporções apocalípticas na Bahia, ao ponto que atualmente, segundo o mesmo documento, 12 pessoas são assassinadas todos os dias por disparos de armas de fogo. O país ocupa atualmente o ranking número um no quesito letalidade na ação policial, superando inclusive, países como Honduras que é considerado por agências internacionais como o país mais violento do mundo em termos proporcionais (ATLAS DA VIOLENCIA, 2017).

Diante dessa conjuntura, recentemente uma pesquisa de alcance nacional produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP/Data Folha<sup>29</sup>) sob encomenda do Instituto Vida, divulgou resultados alarmantes sobre a realidade de violência experienciada por brasileiros/as de maneira geral. De acordo a pesquisa cerca de 56 milhões de brasileiros com mais de 16 anos possuem um amigo ou parente assassinado; uma verdadeira hecatombe. Cabe esmiuçarmos alguns aspectos da pesquisa em questão, pois para além de tentar quantificar os altos índices de mortes violentas no Brasil, a investigação deu conta de mensurar aspectos da experiência e percepção social dos brasileiros em torno do alto índice de mortes violentas no Brasil.

De acordo o documento, 16 milhões de brasileiros já receberam ameaças de homicídio e 7,5 milhões já sofreram algum ferimento por arma de fogo. Ainda segundo a mesma pesquisa, cerca de 20 milhões de habitantes perderam um parente, amigo ou conhecido decorrente de incursões policiais letais e 17% da população tem um parente, amigo ou conhecido desaparecido.

---

<sup>27</sup> Ver em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1827079-nove-pessoas-sao-mortas-por-policiais-a-cada-dia-no-pais.shtml> . Acessado em 09/06/2017 . As 00:40 min

<sup>28</sup>Por mortes violentas intencionais estamos tratando de; homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial.

<sup>29</sup>Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o instituto Data Folha, utilizou uma abordagem metodológica quantitativo-qualitativa e entrevistou brasileiros/as a partir dos 16 anos, em 150 municípios de pequeno, médio e grande porte. Ver mais em; <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/pesquisa-instinto-de-vida/> . Acessado em 09/06/2017 as 00:50

Em relação à percepção dos brasileiros referente à violência e segurança pública o estudo aponta que 94% da população acredita que no Brasil as taxas de homicídios são altíssimas. 64% da população reconhece que as maiores vítimas da violência letal no Brasil são jovens, negros e do sexo masculino. A pesquisa demonstra que 93% dos brasileiros defendem que a polícia deve defender a vida acima de tudo, entretanto, 56% acreditam que a polícia tem o direito de ocupar sem ordem judicial residências localizadas em favelas, ocupações e comunidades, desde que, para enfrentar o que chamam de “criminalidade”.

Sobre as estatísticas criminais o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2016) nos revela dados assombrosos no tocante à violência letal no Brasil. A cada nove minutos uma pessoa é assassinada no Brasil, sendo que em 2015, 58 mil pessoas foram assassinadas; 54% jovens de 14 a 24 anos, 73% dos quais, jovens homens negros (FBSP, 2016). O ABSP<sup>30</sup> registra que no ano de 2015 cerca de 3.320 pessoas vieram a óbito em operações policiais letais. Retomando uma série histórica, esse mesmo documento aponta que do ano de 2009 a 2015, cerca de 17.688 pessoas foram assassinadas pela corporação policial no Brasil (FBSP, 2016). Nesse mesmo período de tempo – de 2009 a 2015 - 2543 policiais foram assassinados.

Na Bahia entre os anos de 2014-5 o estado alcançou a assombrosa cifra de 11.472 de vítimas de homicídios (FBSP, 2016). Essas estatísticas macabras chamaram atenção da mídia corporativa, como por exemplo o *portal Aratu online*, ligado a rede de televisão SBT, que publicou em maio de 2015 a matéria intitulada “*Gestão do Atual secretário da SSP ultrapassa 25 mil homicídios: 15 baianos mortos por dia*”<sup>31</sup>, que faz um cruzamento de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), mapa da violência (2014) e DATASUS, apontando que de janeiro de 2011 a maio de 2015, mais de 25 mil baianos foram assassinados. O marco temporal da matéria se refere à Gestão da pasta de segurança pública por Mauricio Barbosa, carioca, bacharel em direito, delegado da polícia federal e desde 2011 – ano da implementação do Pacto Pela Vida – Secretário de segurança Pública do Estado da Bahia. A matéria agrupa os dados estatísticos referentes a homicídios dolosos de aproximadamente nove anos, tomando como marcos cronológicos os consecutivos Secretários de Segurança Pública do Estado da Bahia, desde os anos de 2003,

#### **MORTANDADE NAS ÚLTIMAS GESTÕES DA SSP**

Kátia Alves – 2002 - 1759 assassinados

Edson Sá Rocha – 2003 a 2006 - 10743 assassinados

Paulo Bezerra – janeiro 2007 a fevereiro 2008 - 4114 assassinados

César Nunes – fevereiro 2008 a janeiro 2011 - 14830 assassinados

Maurício Barbosa – janeiro 2011 - + 25000 assassinados (Aratu Online, 2015).

O cruzamento de dados realizado também mostra como Chacinas tem tido uma recorrente incidência nas estatísticas criminais na Bahia, de modo que nos 53 meses de gestão do secretário Mauricio Barbosa, 17 chacinas foram contabilizadas,

<sup>30</sup>Anuário Brasileiro de Segurança Pública

<sup>31</sup>Ver matéria completa em: <http://www.aratuonline.com.br/blogdepabloreis/?p=475v>. Acessado em Junho de 2015

### CHACINAS NA BAHIA – 2011 a 2015 -

09/02/2011 – 7 lavradores mortos em Cris polis  
 17/04/2011 – 4 mortos e 3 feridos em churrasco no bairro de Cosme de Farias, em Salvador  
 20/08/2011 – 4 mortos em bar no bairro Arenoso, em Salvador  
 06/09/2011 – 4 executados em posto de gasolina Jaguaquara  
 21/09/2012 – 3 mortos em casa em Itamaraju  
 08/03/2013 – 5 pessoas amarradas e mortas com tiro na cabeça em Aripe, na entrada de uma fábrica  
 04/06/2013 – 6 mortos a tiros e facadas em Itagi, perto de Ipiaú  
 09/01/2014 – 4 pessoas assassinadas com tiro na cabeça em uma casa em Itacaré, que foi incendiada.  
 15/05/2014 – 5 pessoas (inclusive uma idosa de 65 anos) assassinadas em uma casa no bairro de Marechal Rondon  
 13/07/2014 – 4 assassinados na porta de bar em Ubatã  
 09/08/2014 – 6 mortos e 2 feridos em Periperi  
 05/09/2014 – 5 pessoas assassinadas em Camaçari  
 07/09/2014 – 7 pessoas assassinadas em um bar em Porto Seguro.  
 22/10/2014 – 3 mortos na comunidade de Caraíbas, em Umburanas  
 6/02/2015 – 12 mortos por policiais no Cabula em Salvador  
 6/02/2015 – 3 mortos por policiais em Cosme de Farias  
 26/04/2015 – 3 mortos e um ferido por policiais em Cosme de Farias (Aratu Online, 2015).

Os dados expostos aqui ilustram como a morte violenta tem sido uma constante na experiência de vida dos jovens negros moradores de periferias urbanas no Brasil (FBSP, 2015; MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016). Como aponta a literatura que relaciona violência urbana, brutalidade policial e racismo, o Estado brasileiro, como o país que mais mata negros/as no mundo, tem no aparato policial um dos principais dispositivos legitimadores de uma política de segurança pública alicerçada no *extermínio sistemático de jovens negros* (ALVES, 2010; 2011, VARGAS, 2010; FLAUZINO, 2008).

Ou mesmo, estes números evidenciam o caráter genocida do Estado Brasileiro, como o movimento negro há mais de 30 anos tem afirmado e denunciado a órgãos internacionais (NASCIMENTO, 1978; SANTOS, 2008; DOS SANTOS, 2014; NZUMBI, 2011). Nesse sentido, aferir as mortes praticadas por agentes do Estado tem uma relevância peculiar por delimitar os limites e possibilidades do Estado democrático de direito, além de expor as fragilidades na manutenção de direitos humanos básicos no que tange as experiências de vida e de morte de grupos populacionais historicamente racializados.

Os investimentos no arsenal demonstram o nível de comprometimento do **Governo baiano** com a política de militarização da estrutura policial e, conseqüentemente, com os altos índices de letalidade das estatísticas criminais do Estado. Em 2013 o então Governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), investiu cerca de 44 milhões na compra de 370 viaturas, 8.440

armas – entre pistolas e metralhadora – 17.900 coletes balísticos, além de uniformes e muita munição de grosso calibre<sup>32</sup>. Dando continuidade a estratégia de militarização da Segurança Pública, recentemente o Governador Rui Costa (PT) anunciou a compra de 1,4 mil veículos – caminhonetes, *minivans e motos* – um investimento de aproximadamente 100 milhões de reais.

Números esses que não superam os 260 milhões investidos na construção do **Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho**<sup>33</sup>. Como o maior centro de operações policiais da América do Sul, o **COISP-2 de Julho**, conta com cerca de 400 funcionários e uma mega unidade operacional que agrupa todas as forças de repressão do Estado da Bahia, articulando o uso militar de tecnologias digitais, a vigilância disciplinar da população, através do monitoramento de 1.000 câmeras integradas, que captam imagens do metrô de Salvador, das BR-324/116, além de imagens de câmeras da iniciativa privada<sup>34</sup>.

A estratégia de militarização da segurança pública tem tornado as forças de segurança na Bahia verdadeiras *maquinas de guerra* (MBEMBE, 2003). Nesse contexto, as forças Policiais Militares, que nas *democracias modernas de massa* teriam a função do policiamento ostensivo e da manutenção da ordem pública, passam a exercer de sobremaneira uma função que em tese só exerceriam em regimes de exceção.

Diante desse contexto, retomaremos criticamente parte da obra do filósofo Achille Mbembe para dar conta de compreender como a violência estrutural e morte violenta tem sido uma experiência recorrente para grupos racializados no interior de formações sociais com raízes coloniais. E mais que isso, como a gestão estatal de dispositivos de segurança nas democracias multirraciais contemporâneas, tem sido baseada em uma noção de *soberania* pautada no poder de matar, mutilar, transmitir terror, vigiar e controlar grupos historicamente marginalizados dentro de fronteiras nacionais (MBEMBE, 2003;2018;2019).

#### 1.4. Análises transnacionais e nativas da Necropolítica

---

<sup>32</sup> Ver mais em <http://www.policiaeviola.jornalfolhadoestado.com/noticias/985/governo-da-bahia-entrega-370-viaturas-e-equipamentos-de-armamento-para-reforçar-a-seguranca-do-estado> .Acessado no dia 09/06/2017 as 2:40 min

<sup>33</sup> Ver mais em <http://www.ssp.ba.gov.br/2016/07/1237/Centro-de-Operacoes-inicia-nova-fase-da-Seguranca-Publica.html> . Acessado no dia 09/06/2017 as 2:50 min

<sup>34</sup> <http://www.ssp.ba.gov.br/2016/07/1237/Centro-de-Operacoes-inicia-nova-fase-da-Seguranca-Publica.html>. Acessado no dia 09/06/2017 as 3:20 min

O filósofo Achille Mbembe (2003), ao formular o conceito de *necropolítica*, nos traz relevantes contribuições para compreendermos em profundidade os números exorbitantes das estatísticas oficiais sobre violência letal no Brasil, especialmente, ao elucidar como a relação da população negra com o Estado tem sido marcada historicamente por encontros violentos que configuram um verdadeiro *estado permanente de exceção* (Mbembe, 2003; 2018). Segundo o autor, a morte adquiriu centralidade no *modus operandi* das tecnologias de controle e massacre do Estado neoliberal contemporâneo, de modo que categorias como política e poder podem ser mais bem compreendidas através das noções de *necropoder* ou *necropolítica*. Tendo em vista que a matança generalizada de grupos racializados tornou-se a espinha dorsal para manutenção e legitimação dos padrões de governança nas democracias ocidentais contemporâneas (Mbembe, 2003).

Mbembe (2003) parte do entendimento que a expressão contemporânea de soberania, está baseada na manutenção de dispositivos que regulem a morte. A Necropolítica nesses termos se expressaria contemporaneamente,

Nas várias formas que em nosso mundo contemporâneo, armas são empregadas no interesse de destruição máxima de pessoas e a criação de mundos de morte, formas novas e únicas de existência social nas quais vastas populações são sujeitas a condições de vida que conferem a elas o status de morte em vida (MBEMBE, 2003, pag. 28).

Assim,

[...] O poder ainda depende do firme controle sobre os corpos (ou sobre concentrá-los em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas em conformar os corpos em aparatos disciplinares que, quando chegar a hora, conformá-los á ordem da máxima economia representada pelo massacre (MBEMBE, 2003, p.34).

Contudo, a forma contemporânea de gerencia estatal da morte possui raízes históricas na formação do Estado moderno e em sua relação intrínseca com territórios militarmente colonizados (Mbembe, 2003). As fontes são múltiplas e qualquer consideração histórica sobre o caráter necropolítico da Modernidade Ocidental deve tomar a escravidão racial moderna como interface análise (MBEMBE, 2003; MOORE, 2012; FANON, 2013).

A estrutura social do sistema de *plantation* configura-se como um verdadeiro *Estado permanente de exceção* (Mbembe, 2003) onde a humanidade do escravizado é usurpada diante de uma tripla condição; “perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político” (Mbembe, 2003, pag. 10). O escravizado é coisificado pela estrutura jurídico-política da colônia, sendo um *artigo* necessitado, largamente utilizado e que

é mantido vivo em um *estado de danos permanente* (MBEMBE, 2003). Sujeitado cotidianamente a violência estrutural, diante de uma estrutura social edificada em práticas de terror racial,

O teor violento da vida do escravo é manifestado através da disposição do supervisor de comportar-se em um modo cruel e destemperado e no espetáculo de dor infligida ao corpo do escravo. A violência, aqui, se toma um elemento, como açoitar ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e destruição pura focado em infundir terror. A vida do escravo, em muitas formas, é uma forma de morte – em – vida (MBEMBE, 2003, pag. 10).

Nesses termos, o autor afirma que as formações nacionais coloniais fundadas na escravização e aniquilação de povos racializados, foram experiências históricas que municiaram tecnologias de gerenciamento da morte no mundo ocidental moderno e contemporâneo (Mbembe, 2003). A colônia configura-se como um território de violência estrutural, um campo para testes de tecnologias de massacre e burocratização da morte (Mbembe, 2003; FANON, 2005). As colônias enquanto *formações sociais de terror racial* (MBEMBE, 2003) foram laboratórios de aplicação de níveis de violência anteriormente desconhecidos pela Europa Ocidental. Tal violência estrutural, que durante séculos foi reservada aos povos colonizados, foi entendida aos povos branco-ocidentais, tendo como expressão máxima a experiência de serialização e industrialização da morte durante o período da Alemanha Nazista,

Tomando uma perspectiva histórica, um numero de análises afirmou que as premissas materiais do extermínio Nazista são encontradas no colonialismo imperial por um lado e, por outro, na serialização de mecanismos técnicos para levar pessoas a morte. Mecanismos desenvolvidos entre a revolução industrial e a Primeira grande guerra (MBEMBE, 2003, pag. 7).

A escravidão racial moderna, a empresa colonial moderna, a formação do Estado Moderno Europeu e o imperialismo colonial, são as bases históricas da *formação social de terror* que Achille Mbembe (2003) chama de Necropolítica ou necropoder. Ou seja, o conjunto de dispositivos operados pelo Estado na “destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2003, pag. 3) é edificado durante o contexto histórico da formação da Modernidade Ocidental, porém, de acordo o argumento do autor “Ao invés de considerar a razão como a verdade do sujeito, nós podemos olhar outras categorias fundacionais que são menos abstratas e mais tácteis, tais como vida e morte” (Mbembe, 2003, pag. 3).

O autor argumenta que o processo de formação da modernidade ocidental tem sido conceituado em uma perspectiva normativa, que tem tomado de maneira acrítica o conceito de razão como o elemento fundacional do projeto de modernidade (MBEMBE, 2003). O autor demonstra que a violência estrutural foi a principal tecnologia civilizacional empregada na expansão e consolidação de soberanias nacionais e supranacionais da Modernidade Ocidental. A noção abstrata de razão, é nesse esquema explicativo deslocada e as tecnologias de massacre e morte, passam a ocupar um papel nevrálgico no argumento e análise em curso,

A violência constituía a forma original do direito, e a exceção fornecia a estrutura de soberania. Cada estágio de imperialismo também envolvia certas tecnologias chave; canhoneira, linhas de navio a vapor, cabos telegráficos submarinos e estradas de ferro... A soberania significava ocupação, e a ocupação significava relegar os colonizados a uma terceira zona entre o estado de sujeito e o estado de objeto (MBEMBE, 2003, pag. 14).

*Formações sociais de terror* baseadas na Necropolítica não são experiências históricas de um passado distante ou específica da modernidade ocidental (MBEMBE, 2003). Contemporaneamente o Estado tem utilizado táticas de ocupação colonial, dentro e fora de fronteiras nacionais, combinando uso militar de tecnologias, táticas de cercos, sítios, expulsão e captura em massa de grupos populacionais racializados, como recurso civilizacional de manutenção da soberania (MBEMBE, 2003). A militarização da vida cotidiana através do que Mbembe (2003) chama de *belicismo infra-estrutural*, tem instituído em diferentes partes do Globo verdadeiros *estados de sitio* (MBEMBE, 2003). A política nesse contexto é implementada a partir de uma noção de guerra a inimigos internos; que mesmo juridicamente sendo cidadãos permanecem em permanente *estado de sitio*,

O estado de sitio é ele mesmo uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de matança que não distingue entre inimigo externo e o interno. Populações inteiras são alvos de soberania. As vilas e cidades sitiadas são isoladas e cortadas fora do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É dada aos comandantes militares locais a liberdade de usar a discricção sobre quando e em quem atirar (MBEMBE, 2003, pag. 18).

Algumas interpretações do trabalho de Mbembe demonstram como contemporaneamente a necropolítica tem se conformado através de novas tecnologias de governança em um contexto de hegemonização do Estado neoliberal (ALVES, 2010; 2011). A morte sistemática e em massa de grupos populacionais empobrecidos e racializadas, tem sido a principal estratégia para manutenção do poder soberano do Estado neoliberal, de maneira que em *formações sociais de terror* (MBEMBE, 2003) como a brasileira, a morte prematura e violenta tem sido uma experiência largamente compartilhada pela população negra das periferias urbanas dos grandes centros urbanos (ALVES, 2010; 2011).

Jaime Amparo Alves (2010; 2011) tem demonstrado em suas pesquisas que o conceito de necropolítica, apesar de ser utilizado por Mbembe na análise de outros contextos – Apartheid, ocupação militar palestina, formações nacionais da África contemporânea – pode ser empregado criticamente para o pleno entendimento da “Experiência de negras e negros em seus encontros mortais com o Estado e suas novas tecnologias de controle no contexto do urbanismo Neoliberal” (ALVES, 2011, pag. 118). Tomamos esse enquadramento analítico como necessário para nossa análise sobre o padrão organizacional da Necropolítica na Política de Segurança Pública da Bahia. Entendemos que os altos índices de mortes violentas que atingem de sobremaneira jovens, homens, negros, moradores de periferia, devem ser examinados partindo do pressuposto que a formação social colonial brasileira, é marcada por diferentes tecnologias estatais de controle territorial, gerenciamentos distribuição da morte; Necropolítica (Mbembe, 2003).

O trabalho de Jaime Amparo Alves (2010; 2011) nos instrumentaliza no tocante a analisar a necropolítica a partir de uma interface entre segurança pública, letalidade na ação policial, racismo e extermínio sistemático de jovens negros (ALVES, 2011). O autor tem demonstrado em suas pesquisas, como a ação letal da polícia é operacionalizada através de



uma concepção de segurança pública que dirige *uma gestão urbana do medo* (ALVES, 2010). Gestão urbana essa baseada no controle de territórios majoritariamente negros e na eliminação racialmente seletiva da juventude negra (ALVES, 2011).

Como aponta Alves (2010) em diferentes capitais do Brasil (Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo) há concentração da violência e letalidade policial em determinados bairros periféricos majoritariamente negros (ALVES, 2010;2011). De acordo seu argumento a super-representação negra nos indicadores de homicídio no Brasil evidencia como a *necropolítica* tem estruturado o modelo de segurança pública adotado no Brasil (MIR, 2004).

Especificamente no que tange a realidade de Salvador, Alves (2011) nos deixa indícios que contribuem para nossa investigação em andamento. O autor sinaliza que, sobre o pretexto de “confrontos” com a polícia, os índices de letalidade policial na capital baiana aumentam em escala sem precedentes no país, tendo como principais áreas de concentração o cinturões periféricos majoritariamente povoados por pessoas negras (ALVES, 2013).

Alves (2010) também releva que ser jovem negro e do sexo masculino no Brasil contemporâneo é “viver com a constante sombra da morte prematura e evitável” (ALVES, 2010, pag. 568). Essa *sombra da morte* (ALVES, 2010) permanente, que acompanha as experiências de viver e morrer da população negra, não é uma dimensão nova da necropolítica no Brasil, pelo contrario, os encontros violentos entre o Estado e o corpo negro, imolado, mutilado e racializado, tem na própria formação histórico- social do Estado brasileiro suas bases fundacionais,

A obsessão com o corpo negro tem historicamente alimentado desejos e medos irracionais. No Brasil, o imaginário das elites sempre foi povoado por uma paranóia em relação ao corpo negro. Tal paranóia sustentou o terror racial no Brasil colônia, as teorias eugenistas do século XIX, a configuração territorial das nossas cidades, o surgimento do aparato policial e as narrativas contemporâneas da violência urbana que ainda hoje são profundamente racializados (ALVES, 2010, 567).

A noção de necropolítica enquanto “tecnologias contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2003, pag.28) nos municia teoricamente para compreendermos e analisarmos os altos índices de homicídios contra jovens homens negros no Brasil. E mais que isso, nos fornece elementos analítico-argumentativos em nossa investigação sobre o padrão mórbido da Segurança Pública na Bahia na ultima década.

Na próxima sessão analisaremos a partir de uma perspectiva etnográfica dois dispositivos da engenharia organizacional da SSP-BA; a Cartilha de Orientação policial – tatuagens: desvendando segredos (SILVA, 2012) e o novo instrumento policial do Governo

do Estado da Bahia; *Companhia de Patrulhamento tático Móvel*<sup>35</sup> (PATAMO). Ambos dispositivos analisados a partir de recursos teóricos disponibilizados pelo conceito de necropolítica (Mbembe, 2003) e suas (re)leituras críticas (MBEMBE, 2003; ALVES, 2010; 2011).

### **1.5. Dispositivos de necropoder na Segurança Pública na Bahia: Cartilha da tatuagem e a Companhia de Patrulhamento Tático Móvel.**

A formação social de terror (MBEMBE, 2003) especifica que chamamos de necropolítica tem mundializado tecnologias de controle, repressão e aniquilação em massa, que tem dividido grupos populacionais, entre aqueles que devam viver e os que devem morrer (MBEMBE, 2003; ALVES, 2010; 2011). A Segurança Pública tem sido nesse contexto a pedra angular na gestão espacial do terror estatal nas cidades neoliberais contemporâneas (VARGAS, 2005; ALVES, 2011).

Pesquisas recentes na área de segurança pública demonstram como em diferenciados contextos histórico-geográficos, de maneira especial após os ataques ao império estadunidense em setembro de 2001, o Estado neoliberal tem consolidado um modelo planetário de governança e controle territorial de áreas tidas como perigosas, problemáticas ou com forte incidência da criminalidade (Mbembe, 2003; ALVES, 2010; 2011; 2016). Essas políticas de controle e etiquetamento de territórios, grupos populacionais ou tipos de pessoas, tem sido largamente utilizada em contextos de conflitos armados declarados – como na palestina – ou em *democracias multirraciais* (VARGAS, 2017) como na África do Sul Pós-Apartheid,

Analisando o caso da cidade de Cape Town, na África do Sul, Steve Robins (2002) observa que o estado neoliberal sul-africano tem empregado novas formas de governança territorial para garantir o controle de certas áreas da cidade tidas como “problemáticas”. As políticas de tolerância zero, as estratégia de policiamento comunitário, os condomínios fechados e os novos designs arquitetônicos são algumas das estratégias usadas na Cape Town Pós-apartheid (ALVES, 2011, pag. 117).

O estado brasileiro tem incorporado em sua engenharia de segurança pública tecnologias de controle territorial e da população, que dialogam organizacionalmente e ideologicamente com os modelos Necropolítica vigentes na ordem global neoliberal (ALVES, 2016). Como podemos analisar nas sessões anteriores, operações policiais em larga escala e hiper-militarizadas, tem deixado de ser um cotidiano exclusivamente das *favelas cariocas* e passa a ser uma engenharia de segurança pública presente em outros Estados da União; no caso em tela a Bahia.

---

<sup>35</sup>De acordo depoimento do Governador Rui Costa a PATAMO tem a “*função de garantir o direito de ir e vir dos baianos. Na prática, a unidade especializada atuará fazendo ocupações em localidades em que seja percebida a necessidade de intervenção maior no estado*” (INFORME BAIANO, 2007). Ver em: <http://informebaiano.com.br/40967/policia/pega-eles-patamo-nova-unidade-da-pm-vai-atuar-no-combate-ao-crime-organizado>

Jaime Amparo Alves (2011; 2016) demonstra em suas pesquisas que as constantes operações policiais em favelas e comunidades periféricas de todo o Brasil, devem ser entendidas dentro de um contexto de produção racial do espaço urbano (ALVES, 2011) onde imaginário racial, criminalização e produção espacial/racial do medo, compõem o que tem chamado de *governança Necropolítica* (ALVES, 2013; 2016) ou *estratégia territorial de dominação racial* (ALVES, 2011). Tais aspectos estão presentes na produção material e simbólica da Segurança Pública no Brasil, notadamente, no tocante aos altos índices de letalidade na ação policial, no superencarceramento em massa de negros/as e nos mais de 50 mil homicídios anuais no Brasil, que atinge de sobremaneira um grupo específico; Jovens, homens, negros, moradores de periferias urbanas,

Nesse sentido, as operações nas favelas realizadas pela polícia devem ser compreendidas no contexto de estratégias de criação de uma “imagem *controladora*” (COLLINS, 2005), de corpos e geografias vistos como ameaça a ordem branca. Helicópteros, armas sofisticadas, policiais, câmeras, repórteres, são dispositivos que produzem não apenas narrativas de soberania do Estado, mas também os corpos e geografias puníveis. Como se evidencia nas disparidades raciais das taxas de encarceramento e homicídios no Brasil, tais narrativas sustentam um padrão macabro de dominação racial ao qual tenho chamado de *governança Necropolítica* (ALVES, 2016, pag. 60).

A noção de *governança Necropolítica* (ALVES, 2013; 2016) nos fornece subsídios analíticos para compreender como a Política de Segurança Pública na Bahia - tomando como marco o Programa Pacto Pela Vida – tem sido operacionalizada em uma perspectiva militarizada e racialmente seletiva. Nesses termos, as políticas criminais agenciadas pelo Programa, serão entendidas como um conjunto de *dispositivos Necropolítica/necropoder* que dão sedimento organizacional a uma *estratégia territorial de dominação racial* (ALVES, 2011).

Diante dessa contextualização, na presente sessão analisaremos dois desses dispositivos necropolíticos/necropoder; a Cartilha de Orientação policial – tatuagens: desvendando segredos (SILVA, 2012) e o novo instrumento policial do Governo do Estado da Bahia; PATAMO-*Companhia de Patrulhamento tático Móvel*.

A Cartilha de Orientação Policial – tatuagens: desvendando segredos<sup>36</sup> (SILVA, 2012) foi publicada pelo Governo do Estado da Bahia, em 2012. A cartilha é fruto do trabalho de investigação criminal do capitão Alden José Lazaro da Silva (2012), instrutor da Academia de Polícia Militar e especialista em Prevenção da violência, promoção da segurança e cidadania, e traz cerca de 38 tipos de tatuagens que segundo o argumento do autor são associadas a tipos criminais e comportamentos criminosos. O documento tem o objetivo de servir como

---

<sup>36</sup>A cartilha esta disponível online em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/leia-cartilha-que-explica-significado-das-tatuagens-no-mundo-do-crime/>

ferramenta policial de identificação de criminosos em potencial, sobretudo, em operações ostensivas de patrulhamento nas ruas,

A cartilha de orientação de tatuagens é mais uma ferramenta usada no cotidiano da atividade policial para ajudar a nortear as investigações de crimes. Muitas estão associadas a organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), os Caveiras e o Comando da Paz. Isso não significa que quem tiver qualquer tatuagem será abordado. Os determinados tipos de tatuagem encontrados nos presos e a parte do corpo onde foram colocados servirão de alerta, mas as investigações acontecerão caso a gente identifique outros indícios", explica o capitão (Capitão Alden, JORNAL CORREIO, 2015)

A cartilha tem formato de catálogo ilustrado, onde uma série de tatuagens são apresentadas com foco nas partes do corpo onde foi fixada. Além das fotografias o material de orientação policial possui descrições sobre os significados de cada tatuagem e o “tipo criminoso” que as utiliza. O objetivo do material é municiar os agentes de segurança no contexto de operações de patrulhamento, facilitando o reconhecimento visual de suspeitos que possuem tatuagens que “invariavelmente são encontradas nos corpos de pessoas que cometem delitos” (SILVA, 2012, pag.9).

Do ponto de vista da metodologia adotada para organização do estudo, já na introdução é detalhado como foram coletados cerca de 30 mil fotos, retiradas em delegacias, presídios, no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e na Coordenadoria de missões especiais (CME-PMBA), além de materiais fotográficos enviados por policiais da Bahia e de corporações policiais de outros Estados (SILVA, 2012). O estudo afirma que cerca de 60% da população carcerária do sexo masculino possui uma tatuagem, dos quais, 20% afirmam ter estampado desenhos em sua pele dentro do sistema prisional (SILVA, 2012). De acordo com o argumento do capitão Alden da Silva, as tatuagens na cultura carcerária não são meramente adornos, mas sim simbologias de poder, hierarquia e, sobretudo servem “para identificar o tipo de crime cometido pelo detento” (SILVA, 2012, pag.,7).

As tatuagens foram organizadas na cartilha em categorias criminais; homicídio, roubo ou latrocínio. Além de tipificar criminalmente as tatuagens, a cartilha evidencia o comportamento do criminoso. Sendo assim, uma tatuagem de um coringa que de acordo com a cartilha significa matador de policiais ou assaltante, também atribui uma série de significados e padrões de comportamento para o portador, que vão desde as características psicológicas a pré-disposições para violência,

A maioria dos portadores dessa tatuagem possuem ligação com a prática de roubo e possibilidade de envolvimento com morte de policiais. São extremamente perigosos. Portadores dessa tatuagem demonstram frieza e desprezo pela vida. A maioria dos criminosos que a utilizam parece absorver as características desses personagens (insano, sarcástico, vida louca). Normalmente não se entregam fácil e partem para a violência – confronto – (SILVA, 2012, p. 19).

As tipografias criminais são reiteradas de maneira sub-reptícia durante o texto da cartilha. Homicídio, latrocínio e roubo são atribuídos às imagens de um do Boneco assassino Chuck, Jesus Cristo, do Diabo e até mesmo Nossa Senhora Aparecida (SILVA, 2012). Já os

portadores da tatuagem da “Carpa” seriam possíveis traficantes. Acentuando que a depender da posição – para baixo ou para cima – e em que parte do corpo estiver à tatuagem, revelaria a posição de destaque de um indivíduo em uma organização criminosa (SILVA, 2012).

Já o indivíduo que ostentar o Ofá de Oxossi<sup>37</sup> acreditaria estar divinamente protegido, de forma que estariam resguardados “contra prisões e emboscadas” (SILVA, 2012 pag.37). Até mesmo desenhos animados fariam parte do repertório classificatório dos arquétipos criminais. Como por exemplo, a tatuagem do demônio da tasmânia, que representaria o grupo de criminosos que se especializaram na prática de roubo a ônibus, bolsas ou arrastões (SILVA, 2012).

Os dizeres “*Vida Loka*” também fazem parte do repertório classificatório da Cartilha. Pessoas que portarem tatuagem com as palavras Vida Loka, seja no Braço, antebraço, ou mesmo apenas fazendo o gesto V.L com as mãos, ou portando jóias e roupas de marcas, indicariam indícios de um “indivíduo que não mede conseqüências para praticar delitos” (SILVA, 2012, pag.55). Indivíduos que portarem múltiplas tatuagens; Índia, Mago, Vida Loka, Teia de Aranha, Taz Mania, Cebolinha ou Jesus Cristo, seriam pessoas de alta periculosidade que “estariam há muito tempo envolvido com a prática de crimes” (SILVA, 2012, pag.58).

Ao final da cartilha em uma sessão intitulada “Advertência”, o autor aponta outras experiências de catalogação de dados fotográficos referentes a tatuagens, utilizando como exemplo a experiência conduzida pela corporação policial de São Paulo, que criou a Base Informatizada de Fotografias Criminais (FOTOCRIM). Para além de listar experiências de catalogação de informações criminais, a cartilha recomenda que, “os policiais deverão tirar foto, com os recursos tecnológicos disponíveis no momento, de todos os suspeitos conduzidos às delegacias como resultado da prisão em flagrante delito” (SILVA, 2012, pag.60).

A cartilha Orientação Policial – *tatuagens: desvendando segredos* é um documento institucional produzido pelo Comando de Operações Policiais Militares da Bahia e publicado pelo Governo do Estado da Bahia (SILVA, 2012). Além da versão impressa e digitalizada, a cartilha ganhou também uma versão audiovisual, publicada no canal do Youtube do próprio

---

<sup>37</sup>Ofá é o arco portado pela divindade afrobrasileira Oxossi. Oxóssi (Òsòòsi) é o deus caçador, senhor da floresta e de todos os seres que nela habitam, orixá da fartura e da riqueza. Oxóssi é o rei de Kêtu, segundo dizem, a origem da dinastia. A Oxóssi são conferidos os títulos de Alakétu, Rei, Senhor de Kêtu, e Onílê, o dono da Terra, pois na África cabia ao caçador descobrir o local ideal para instalar uma aldeia, tornando-se assim o primeiro ocupante do lugar, com autoridade sobre os futuros habitantes. Okê Arô é sua saudação. Ver Figura 2 nos anexos

Capitão Alden da Silva, que até a nossa última visita tinha recebido cerca de 694.143 visualizações apenas no primeiro vídeo; Tatuagem Criminal: desvendando segredos Parte 1/2<sup>38</sup>.

É preciso destacar que a cartilha foi largamente divulgada pela SSP-BA através do investimento em impressão e em vídeo aulas disponibilizadas pela internet. Pude constatar a eficácia na propaganda do Governo, quando no ano de 2014 fomos abordados por policiais militares, que nos dividiram em dois grupos; tatuados e sem tatuagem. A abordagem em questão ocorreu quando voltávamos de uma sessão de cine clube, realizada em uma das comunidades empobrecidas e racialmente apartada da cidade de Cachoeira-BA.

Éramos cerca de oito pessoas – todas negras/os – e fomos abordados já na saída do bairro por uma viatura do Pelotão Tático Operacional (PETO), aproximadamente às 21h00minh, pouco mais de vinte minutos depois do término na sessão de cinema. Antes mesmos de nos revistar, os policiais já com armas em punho gritaram “*quem tem tatuagem vem pro lado de cá. Quem não tem espera ali*”. O que se seguiu foi uma verdadeira incursão *neolombrosiana*<sup>39</sup>, onde além de nos separarem por tipos – tatuados e não tatuados – os policiais fotografaram os rostos e tatuagens de pelo menos cinco dos jovens presentes. Situação essa documentada pela Campanha Reaja ou será Mort@ na segunda edição de *Jornal Assata Shakur*<sup>40</sup>, em um depoimento feito por um dos jovens que estava presente na abordagem em questão e teve sua tatuagem de Taz Mania fotografada,

Ah véi, se eu falar tudo ‘cê tá ligado como é, né? Muitas coisas a gente não fala. Até as Tia tem medo de falar. Mas eu vejo bem como entra lá no gueto. Assim que elas aparece abre logo a porta da viatura e bala pra cima de quem tiver na rua. Outra coisa também que é algo subterrâneo que eles criaram né? De ficar tirando foto das pessoas. Tão pegando os preto, dando o “*baculejo*”, tirando foto e escondendo. Num sei pra que essas foto, não sei pra que eles tão mapeando essas pessoas (JORNAL ASSATA SHAKUR, 2016, pag.5).

Na época conversando entre nós, tínhamos suspeitado que a abordagem tivesse sido uma represália, frente uma série de atividades comunitárias realizadas pelo Cine do Povo e a Campanha Reaja ou Será Mort@ no bairro do Viradouro (Cachoeira-BA) no ano de 2014.

<sup>38</sup>Para ver a versão online da cartilha acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=U-UTxJk5dHg>

<sup>39</sup>Sobre a doutrina criminal lombrosiana discorreremos nos próximos parágrafos.

<sup>40</sup>O Jornal Assata Shakur é uma publicação da Campanha Reaja ou será mort@s. Com duas publicações de 3.000 tiragens o Jornal Leva o nome de Assata Shakur, uma histórica militante radical negra que esteve inserida no final dos anos 60 e início dos 70 no Partido dos Panteras Negras e posteriormente, como membro-fundadora do *Black Liberation Army*. De acordo o editorial de sua primeira edição o Jornal se insere em um contexto de reerguimento da “*imprensa preta, comunitária, pan-africanista e de combate*” (JORNAL ASSATA SHAKUR, 2016, pag2).

Ações comunitárias que culminaram no evento **arte na Comunidade: Consciência Negra Contra Brutalidade Policial**<sup>41</sup>.

Meses mais tarde, conversando com um militante mais velho da Campanha Reaja, descobri a existência da cartilha da Tatuagem e pude ter acesso a sua versão impressa. Lendo o material não pude deixar de lembrar do “*incidente*” em cachoeira, assim como não pude deixar de notar que várias das tatuagens catalogadas em tipos criminais, estavam marcadas nos corpos de muitos de meus amigos, alguns familiares, vizinhos, além de outras pessoas do circuito social que transito, que possuem tatuagens como; Carpa, ferramentas de orixás, Vida Loka, Negro Drama, Desenhos animados, personagens de filme de terror, teia de aranha, dentre outras. Tal qual agora, quando li pela primeira vez a *Cartilha de orientação policial: Tatuagens, desvendando segredos* (SILVA, 2012) vieram em minha mente à obra e doutrina criminal de Cesare Lombroso (2013).

Cesare Lombroso, médico Italiano especialista em psiquiatria, nascido na cidade de Verona, Dedicou sua vida ao estudo da criminalidade humana, especialmente, na tentativa de dimensionar causas, tipologias e na identificação de predisposições biológicas de determinados sujeitos a cometer ações delituosas (LOMBROSO, 2013). Em seu celebre estudo intitulado *homem Delinqüente* (2013) o medico italiano defendeu que determinados indivíduos teriam uma predisposição ético-comportamental para cometer delitos. Predisposição essa, que poderia ser catalogada a partir do estudo minucioso da anatomia, psicologia e da cultura subterrânea desses seres não evoluídos da espécie humana; os criminosos (LOMBROSO, 2013). As tatuagens ocupam um papel de destaque na narrativa racialista de Lombroso,

O lugar da tatuagem, e, sobretudo o número, são de grande importância antropológica, porque provam a vaidade instintiva que é característica do criminoso. Um ladrão veneziano tinha no braço direito uma águia de duas cabeças, ao lado do nome da mãe e o da amante Luígia, com esta epígrafe, singular para um ladrão: ‘Luígia, cara amante, meu único conforto’. O outro trazia no peito e nos braços três iniciais de amigos, uma cruz, um coração perfurado. Outro ladrão tinha no braço direito um pássaro com um coração no bico, estrelas, uma âncora e um membro viril. Um vagabundo tinha dois vasos, duas cruces, um cachimbo, rosto de beduíno, nome ou sobrenome (LOMBROSO, 2013, pag.36).

As idéias de Lombroso emergem, ganham corpo e são mundializadas no contexto político-intelectual da Europa do século XIX, onde um conjunto de teorias, ligadas a correntes científicas como o evolucionismo social, darwinismo social, teoria das raças e miscigenação,

---

<sup>41</sup>O evento **Arte na Comunidade: Consciência Negra Contra Brutalidade Policial** foi uma ação cultural e de caráter de formação que buscou alertar a sociedade sobre a crescente onda de brutalidade policial nas periferias de cachoeira-BA e, sobretudo, da necessidade da construção de estratégias comunitárias no enfrentamento a esse aspecto específico do Genocídio do Povo Negro. Ver mais em; <http://reajanasruas.blogspot.com.br/2014/12/nota-publica-de-enfrentamento.html>

se tornaram hegemônicas no discurso científico ocidental. De acordo o pensamento político-intelectual da época existiria uma hierarquia biológica entre as populações humanas que constituíam os diversos continentes, hierarquias essas, demarcadas através de características como: cor da pele, tamanho do nariz, forma craniana (MUNANGA, 1999).

Essas características físicas das “raças” definiriam padrões psicológicos, morais, culturais, intelectuais e civilizacionais das populações de todo mundo, e, sobretudo, estabelecendo hierarquias e legitimando a dominação físico-militar de um povo sobre o outro. Dessa forma, no século XIX, até metade do século XX, não se havia dúvidas no mundo ocidental de que havia subdivisões entre a espécie humana. Tal doutrina científica (e política) foi definida pelo estudioso Apiah (1997) como racismo, e proliferou-se por diversas regiões do planeta, definindo e legitimando hierarquias e desigualdades, inclusive no Brasil ().

No Brasil as idéias político-científicas de Cesare Lombroso foram recepcionadas e proliferadas a partir da montagem das primeiras universidades, notadamente nas grades curriculares dos cursos de Direito e Medicina na segunda metade do século XIX. Contemporaneamente pesquisas indicam que a doutrina criminal lombrosiana é atualizada no exercício das funções normativas da corporação policial (REIS, 2002; BARROS, 2008). A *Cartilha de orientação policial: Tatuagens, desvendando segredos* (SILVA, 2012) é contextualizada em nosso argumento etnográfico no bojo das atualizações dos discursos e práticas lombrosianas, a partir de dispositivos institucionalizados de suspeição policial,

No século XVIII, Cesare Lombroso definiu uma lista de elementos que, segundo ele, classificariam os indivíduos como potencialmente criminosos ou com grande propensão ao crime. Alguns desses elementos ainda persistem na sociedade moderna e constituem-se em fonte inspiradora para suspeição policial. Refiro-me aqui, por exemplo, a presença de tatuagens pelo corpo, sinais ou cicatrizes, tipo de cabelo e até mesmo a cor da pele (REIS, 2002, pag. 181-182).

Os estudos sobre o caráter racialmente seletivo da suspeição policial são subsídios analíticos importantes para o pleno entendimento de como doutrinas científico-políticas orientam secularmente o modus operandi da corporação policial no Brasil. Mas para além das análises assépticas da academia, agrupamentos de defensores de direitos humanos e organizações comunitárias de enfrentamento à brutalidade policial, tem denunciado uma série de dispositivos de segurança pública, que operam pautados em lógicas racialmente seletivas de combate a criminalidade (NZUMBI, 2010, MAESDEMAIO, 2012, JORNAL ASSATA SHAKUR, 2016).



A Campanha Reaja ou Será Mort@, por exemplo, denunciou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI): *violência contra jovens negros e pobres*<sup>42</sup> o caráter lombrosiano – como tal racista – da cartilha de Orientação Policial – *tatuagens: desvendando segredos* (SILVA, 2012). A denúncia foi recepcionada pelos relatores da CPI, em audiência pública realizada na câmara dos deputados em Brasília, no dia 28/04/2015,

Nós estamos em uma situação que foi fundada por uma lógica de segurança pública lombrosiana. Lombroso era um médico que fundou a criminologia e tinha uma idéia da criminologia, pela qual a Sra. Deputada aqui do meu lado, com seus traços característicos africanos - com o seu crânio, com os seus lábios, com o seu nariz -, seria um bandido padrão. Ela nasceria com o traço da violência, nasceria com o traço da desgraça, conforme as palavras do próprio Lombroso. Causa-nos espanto que um Governo democrático popular crie uma cartilha e deixe que o autor dessa cartilha, um tenente da polícia que deveria ser chamado aqui para ser sabatinado... Como é que ele conseguiu uma série de informações? Ele pede elogios pelo fato de ter entrado em cadeias como estagiário de polícia e coletado informações, quebrando, inclusive, as regras da boa pesquisa, da ética na pesquisa. Os depoimentos são todos dele. Se os senhores quiserem comprovação, nós teremos essas comprovações em documentos assinados por ele em redes sociais e nos debates que faz nas cidades. Ele cria a cartilha da tatuagem. A cartilha da tatuagem - lombrosiana, como deveria ser - é uma cartilha que indica que determinadas pessoas que ostentam determinadas tatuagens são bandidos padrão, que essas pessoas que ostentam essas tatuagens... Se o senhor tiver, Deputado Jean Wyllys, que eu cumprimento com muito prazer, uma tatuagem de um Ofá de Oxossi... - O seu orixá? Se o senhor tiver uma tatuagem do Ofá de Oxóssi, e a polícia o pegar, e o senhor morar nos bairros populares de Salvador e carregar a marca de sua raça, pode ser morto ou pode ser preso, porque, segundo esse especialista de meia-pataca, é o cobrador do tráfico de drogas (Hamilton Borges dos Santos Walê, representando a Campanha Reaja ou será mort@ em depoimento à CPI - violência contra jovens negros e pobre. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Como assinalam pesquisas acadêmicas “suspeição policial está baseada em dois fatores fundamentais: marca biológica – aparência física e cor da pele – e marca social” (REIS, 2002, pag.195). Tal qual a denuncia dos militantes da Campanha Reaja na CPI, às pesquisas acadêmicas indicam que doutrinas criminais racialistas têm dado sedimento ideológico as praticas organizacionais da corporação policial em todo o Brasil (REIS, 2002; BARROS, 2008; VARGAS, 2005). A cartilha de orientação policial, *tatuagens: desvendando segredos* (SILVA, 2012), tem sido um instrumento policial que tem retroalimentado uma perspectiva lombrosiana de segurança pública na Bahia, que elege, etiqueta e classifica determinado tipo de individuo como criminoso padrão a ser abordado e, muitas vezes, eliminado; jovens homens negros.

<sup>42</sup>CPI aberta para tratar dos altos índices de violência letal contra jovens negros. Para saber mais ver em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0410/15&nuQuarto=0&nuOrdador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=&Data=28/4/2015&txApelido=C%20PI%20-%20VIOL%20C3%8ANCIA%20CONTRA%20JOVENS%20NEGROS%20E%20POBRES&txFaseSessao=Reuni%C3%A3o%20Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=>

Quem são esses corpos expostos em fotografias dignas de um seriado forense? Ou mais que isso, qual o perfil sócio-racial dos internos/as em casas correccionais no Brasil, tendo em vista que as informações colhidos pela Cartilha de orientação policial foram coletadas em mais de “30 mil fotos/documentos” (SILVA, 2012, pag.9) obtidas em delegacias, presídios e no instituto médico legal Nina Rodrigues (SILVA, 2012).

Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN<sup>43</sup> – nos informam o perfil socioeconômico dos detentos no Brasil e mostra que 55% têm entre 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% têm até o ensino fundamental completo. Segundo o estudo, o Brasil conta com a quarta maior população carcerária (607 mil) do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237). Entre os detentos brasileiros, 40% são provisórios, ou seja, não tiveram condenação em primeiro grau de jurisdição. O relatório ainda aponta que a cada três pessoas presas no Brasil dois são negros, de tal modo que, na Bahia, que possui cerca de 15 mil internos em unidades prisionais, 87% da população carcerária do Estado é constituída de pessoas negras.

Diante desse breve levantamento estatístico podemos perceber com mais exatidão o perfil sócio-racial dos corpos expostos na Cartilha de Orientação Policial (SILVA, 2012), são jovens negros, do sexo masculino e de baixa escolaridade, que são etiquetados em uma perspectiva criminal essencialmente racista, que pressupõe – tal qual o pensamento de Lombroso – que o fato de um sujeito portar tatuagem A ou B, o torna invariavelmente um potencial criminoso.

Nesse contexto, para os fins que se pretende esta tese, o documento de orientação policial em questão, é desvendado e revelado como uma das peças organizacionais que compõem o *padrão mórbido de segurança pública* (ALVES, 2011) na Bahia, notadamente, como um dispositivo de segurança que marca racialmente o perfil do criminoso a ser caçado, capturado e mutilado pela *Governança Necropolítica* (ALVES, 2013; 2016). O criminoso “ideal” na narrativa institucional do Governo da Bahia são os homens negros, listados e etiquetados em dispositivos de segurança Pública que tem como único fim a regulação da morte negra através da *economia máxima do massacre* (MBEMBE, 2003) reservada aos inimigos do Estado,

Mais que criminosos, os homens negros são considerados inimigos do Estado. A distinção entre criminoso e inimigo, como aponta Paul Khan, tem importantes implicações políticas e teóricas: os inimigos pertencem ao campo do poder soberano. A ELES, A MORTE. Os criminosos pertencem ao campo político da cidadania. A eles a lei. Se levarmos em consideração o fato que a transição colônia -

---

<sup>43</sup>Ver relatório completo do INFOPEN em; <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

republica não representou, no plano substantivo, a inclusão dos negros no regime de cidadania e sim a produção de novas ansiedades e novos medos sobre o sujeito negro desajustado (MOURA, 1977), fica mais fácil de entender a criminalização negra nos meios de massa como uma sempre presente estratégia de inclusão patológica do negro como inimigo da nação (ALVES, 2016, pag. 62).

As considerações de Jaime Amparo Alves são fundamentais para compreendermos o quão comprometidos com políticas de morte e massacre, estão os modelos de segurança Pública adotados contemporaneamente pelo Estado neoliberal (ALVES, 2016). Como apontamos nas sessões anteriores, o Estado Ocidental moderno foi fundado através da edificação de uma noção de soberania pautada no poder e na capacidade operacional de instituir quem pode viver e, sobretudo, quais grupos devam morrer (MBEMBE, 2003). Nesses termos, as democracias ocidentais neoliberais são “modos contemporâneo sob os quais a política, sob disfarce de guerra, da resistência, ou da luta contra o terror, faz do assassinio do inimigo seu objetivo primário” (MBEMBE, 2003, pag. 1). O inimigo no caso da realidade brasileira são os homens negros (ALVES, 2010; 2011; 2016).

Tomando o enquadramento teórico de Achille Mbembe (2003) e de Jaime Amparo Alves (2010; 2011; 2013; 2016) como suportes analíticos em nossa investigação, podemos aferir diante do conjunto de dados etnográficos inventariados, que a cartilha de Orientação Policial – *tatuagens: desvendando segredos* (SILVA, 2012) se configura como um dispositivo que compõem a *Governança Necropolítica* (ALVES, 2013; 2016) da engenharia organizacional da SSP-BA. A cartilha da tatuagem é revelada em nosso argumento como de fato é: uma tecnologia de etiquetamento social que alimenta o senso comum racial sobre sentidos e significados atribuídos historicamente aos Jovens homens Negros. Ou seja; Inimigos públicos a serem abatidos para manutenção de um padrão de soberania nacional pautado na “instrumentalização generalizada da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2003, pag.3).

A partir daqui trataremos de outro dispositivo de necropolítica na engenharia Organizacional da SSP-BA, no caso em questão, o novo instrumento policial do Governo do Estado da Bahia; *Companhia de Patrulhamento tático Móvel* (PATAMO). A PATAMO será estudada em a partir do aporte analítico proporcionado pela noção *maquinas de guerra* (MBEMBE, 2003).

A PATAMO é uma tropa policial especializada em atuações em áreas tidas como de alto risco e de elevado índice de criminalidade na capital baiana. A tropa veio a público em cerimônia solene realizada em frente ao prédio da Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia no dia 09/08/2017, com a presença do Governador Rui Costa e do secretario de

Segurança Pública Mauricio Teles Barbosa<sup>44</sup>. Com sede no Batalhão do Choque, em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o grupamento desempenhará um monitoramento diferenciado em comunidades que tem maior índice de operações policiais que culminam em confronto.

As localidades que inicialmente seriam os focos de atuação da PATAMO eram; Engenho Velho da Federação, Cosme Farias, Valéria, Santa Cruz, Baixa do Tubo, Vale do Matatu e Boqueirão. Bairros esses que compõem a chamada Mancha criminal, que são bairros que hospedam “um volume maior de ocorrências de violência” (Jornal Correio, 2017).

A nova unidade policial da Secretaria de Segurança Pública possui 90 policiais, a maioria de soldados incorporados a menos de cinco meses na corporação. Os policiais da PATAMO passaram por um treinamento especializado para “atuar em áreas de conflito” (Jornal Correio, 2017), realizando uma série de simulações operacionais em topografias irregulares que imprimam as intempéries do trabalho de patrulhamento em escadarias, ladeiras, becos e vielas dos grandes centros urbanos; Favelas.

A PATAMO é uma tropa militar de ocupação territorial que possui recursos logísticos, táticos e operacionais para ocupar localidades por mais de uma semana. Como afirma o comandante geral da PM-BA, coronel Anselmo Brandão, em pronunciamento cedido ao canal do Youtube da Polícia Militar da Bahia, no dia 11/08/2017, data da primeira operação do grupamento, realizada no bairro do Engenho Velho da Federação,

Hoje nós estamos fazendo a primeira aplicação da PATAMO. Tamo chamando a *tropa de pacificação* e escolhemos o bairro da federação, estou aqui presente, juntamente com os comandantes regionais o comandante do CPE<sup>45</sup>, para mostrar a todos nossos guerreiros, nossos policiais e a sociedade de um modo geral, que a policia militar é o braço forte do Estado... E essa tropa tem esse propósito, é o resgate, é a força do Estado presente e acima de tudo, devolvendo tranqüilidade e mostrando que nós estamos aqui preparados para o enfrentamento (comandante geral da PM-BA, coronel Anselmo Brandão, em: <https://www.youtube.com/watch?v=7J8yhe0IYM> ).

O padrão operacional militarizado da PATAMO é visto como um aspecto positivo não somente pelo alto oficialato da corporação, como é o caso do depoimento anterior do Coronel Anselmo Brandão, mas também por outras instancias sociais como é o caso do Ministério Público da Bahia, que vê “como boa iniciativa da polícia militar” (Jornal Correio, 2017). Mais do que uma boa iniciativa, a tropa é tida como uma necessária tecnologia operacional em contexto urbano de topografias irregulares, como é a circunstância na cidade de Salvador-BA. Nas palavras de Isabel Adelaide, coordenadora do Grupo Especial de atuação para o Controle

<sup>44</sup>Lançamento da PATAMO: <http://informebaiano.com.br/40967/policia/pega-eles-patamo-nova-unidade-da-pm-vai-atuar-no-combate-ao-crime-organizado>

<sup>45</sup>Comando de Policiamento Especializado

Externo da Atividade Policial (GAECO), a PATAMO “É necessário, porque não adianta ter uma polícia parada. Se faz necessária a criação de uma equipe especializada a nossa topografia, cheia de vielas, escadarias” (Jornal Correio, 2017). Mas se representantes do Estado vêm com aprovação a criação do grupamento militar, militantes da Campanha Reaja ou Será Mort@ se pronunciam contrário a expectativas positivas em relação à tropa,

É uma resposta à sociedade que terá um efeito placebo. Ou seja, não surtirá efeito algum. Um tipo de polícia que emprega a punição coercitiva sempre será um fracasso. O que existe é uma lógica de segurança pública baseada na morte, no enfrentamento. Os próprios policiais deveriam ter consciência crítica (Hamilton Borges dos Santos Walê. JORNAL CORREIO, 2017).

Seja nas falas do alto oficialato da corporação policial, no pronunciamento do ministério público estadual ou na narrativa comunitária da militância da Campanha Reaja ou Será Mort@, é evidente que o caráter militarizado da tropa é publicamente notável e explícito, seja no modelo operacional adotado, na estética do fardamento ou no alto poder de fogo empregado nas operações de ocupação territorial das chamadas manchas *criminais*. Como bem disse o comandante geral da polícia militar a PATAMO “é uma tropa de pacificação” e como tal é “baseada na morte e enfrentamento”, como concluiu Hamilton Borges Santos Walê (2017).

Pouco mais de um mês de ser lançada a Companhia de Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO) iniciou na madrugada do dia 21/09/2017 a ocupação militar do bairro Nordeste de Amaralina, em ação conjunta com outra tropa militarizada; Rondas Especiais (RONDESP)<sup>46</sup>. Em três dias de operações cinco jovens foram mortos, que de acordo a mídia, “tinham envolvimento com o tráfico de drogas, foram mortos em confronto com forças policiais” (Jornal Correio, 2017).

Entretanto, ambas as versões, da mídia e da SSP-BA, foram contestadas por um grupo de familiares e amigos dos jovens assassinados, que pararam um trecho da Avenida Juracy Magalhães, ateadando fogo em Pneus<sup>47</sup>. Os familiares denunciaram que os jovens foram baleados por policiais da PATAMO e, posteriormente levados com vida por esses mesmos policiais. Horas depois os jovens “foram encontrados mortos no Hospital Geral do Estado (HGE)” (Jornal Correio, 2017). Essa foi à quarta ocupação territorial militar realizada pelo

---

<sup>46</sup> Ver notícia em; <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/unidade-especial-da-pm-ja-fez-quatro-ocupacoes-em-salvador-saiba-mais/>

<sup>47</sup> Ver “Protesto fecha Juracy Magalhães após mortes no Vale das Pedrinhas” em; <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/protesto-fecha-juracy-magalhaes-apos-mortes-no-vale-das-pedrinhas/>

grupamento especial da PM<sup>48</sup>, que mesmo revelando publicamente um padrão operacional baseado no enfrentamento e na morte de um “*inimigo*”, não gerou nenhum tipo de constrangimento, seja por parte da mídia corporativa que noticiou as operações como positivas no tocante ao combate ao tráfico de drogas, ou, por parte da cúpula de segurança pública do Estado, como demonstra o depoimento abaixo, do coronel Francisco Kerjean Sampaio Lopes, do Policiamento na Região Integrada de Segurança Pública (Risp) Atlântico,

Força máxima contra essas quadrilhas de tráfico de drogas. Na Bahia a polícia não recua. As ações ostensivas reforçadas continuam sem hora para acabar. Estamos em constante conversa com os rodoviários, mas o combate a grupos criminosos que tentam ditar regras será prioridade (JORNAL CORREIO, 2017).

Gestores de Segurança Pública na Bahia tem defendido uma doutrina criminal belicista, que é transmitida cotidianamente em veículos de comunicação corporativos - *estatais e privados*- Essa doutrina criminal tem no discurso midiático de *Guerra as Drogas* o “espaço privilegiado onde o discurso hegemônico sobre masculinidade negra é construído” (ALVES, 2016, pag.70). A mídia corporativa ocupa destaque no plano de estruturação e organização do *controle da imagem* (COLLINS, 2005) da agencia dos homens negros, que invariavelmente são expostos em narrativas de jornais, blogs, paginas de facebook, Youtube e agencia de notícias online, como o criminoso padrão. Como pontua Jaime Amparo Alves,

A indústria cultural articula sua retórica racial não em termos de raça, mas em termos de “*pobreza*”, “*criminalidade*”, “*feiura*”, “*tráfico*”, um discurso que convida a todos a travar uma guerra contra o “*criminoso*”, “o “*inimigo*”. Quem é o inimigo publico, por excelência, na “*guerra*” contra a violência urbana no Brasil? (ALVES, 2016, pag.71).

Por inimigos leiam-se Homens negros, como demonstra a literatura e pensamento político radical da diáspora negra que articula masculinidade negra, violência urbana e urbanismo neoliberal (CLEAVER, 1971; GORDON, 1997; ABU-JAMAL, 2001; VARGAS, 2005; 2010; 2017; FLAUZINA, 2005; BEATRIZ & BORGES WALÊ, 2013; ALVES, 2010; 2011; 2016). Como aponta Alves (2016) à economia política racial brasileira tem construído historicamente uma serie de narrativas criminalizastes e patológicas em torno de sentidos e significados atribuídos a agencia social dos homens negros. Diante desse enquadramento político racial, a supremacia branca tem consolidado um senso comum racial que tem elegido “os homens negros como inimigo público” (ALVES, 2016, pag.63), de modo que, “a

---

<sup>48</sup>A primeira ocupação da PATAMO aconteceu entre os dias 11 e 13 de agosto quando um efetivo de 60 policiais militares ocuparam o Engenho Velho da Federação. Outra operação da unidade começou no dia 17 de agosto quando o grupo atuou no bairro da **Liberdade**. A terceira ocupação aconteceu novamente no Engenho Velho da Federação no **início de setembro**. Ver mais em; <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cinco-sao-mortos-pela-policia-em-tres-dias-no-complexo-do-nordeste-de-amaralina/>

violência policial aparece neste contexto como uma condição imprescindível para manutenção da ordem social branca” (ALVEZ, 2016, pag.63).

A PATAMO é mais um componente de uma engenharia de Segurança Pública que tem colocado a Bahia no ranking das policias que mais matam no Brasil<sup>49</sup>. A letalidade na ação policial tem sido um componente organizacional que estrutura um modelo de enfrentamento à violência urbana orientado por uma ideológica de defesa social belicista (MIR, 2004). Não é por menos que a policia brasileira é considerada por organismos internacionais de monitoramento de direitos humanos como a corporação policial mais violenta do mundo, inclusive, com recomendações na ONU para fim da Policia Militar no Brasil<sup>50</sup>.

As recomendações internacionais são pautadas nos dados estatísticos inventariados e analisados por agências de pesquisas estatais (MAPA DA VIOLENCIA, 2012; 2014; 2015). Como por exemplo, os dados coletados no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2016), que demonstram que do ano de 2009 a 2015, 17.688 pessoas foram assassinadas em contextos de intervenção policial letal no Brasil. Desse montante, apenas no ano de 2015 cerca de 3.320 pessoas foram vítimas letais de operações policiais (ABSP,2006). Na Bahia no mesmo ano, 225 pessoas vieram a óbito diante de ações policiais letais, enquanto em Honduras no mesmo período de tempo, 98 vítimas pereceram em operações policiais letais (FBSP, 2016).

O próprio Estado brasileiro já reconhece o caráter racialmente seletivo e letal da corporação policial no Brasil. Ainda no ano de 2015 , em audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>51</sup> – entidade signatária das resoluções da ONU – O Estado brasileiro, tendo como representante um homem negro, funcionário da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da presidência da Republica , acolheu a denuncia dos peticionários que denunciavam o caráter essencialmente genocida da Estratégia Nacional de Segurança Pública no Brasil. Nas palavras do Secretário; *“o Governo Federal avalia que parte da elevada taxa de homicídio dos jovens negros deve ser atribuída ao racismo”*.

---

<sup>49</sup>Ver mais em: <http://exame.abril.com.br/brasil/estes-sao-os-estados-onde-a-policia-mais-mata-no-brasil/>

<sup>50</sup> Ver mais em “Conselho da ONU recomenda fim da polícia militar do Brasil”; <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>

<sup>51</sup>Audiência em questão tinha como tema o assassinato em larga escala de jovens negros no Brasil e foi provocada por uma articulação comunitária transnacional encabeçada pela Campanha Reaja ou será morta\o. A organização peticionaria defendeu a tese que as altas taxas de violência letal contra comunidade negra no Brasil era uma das manifestações de um processo de Genocídio mais amplo. Ver mais em: <http://www.global.org.br/blog/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/> . Acessado em 09/06/2017 as 14:20 min.

Audiência que tinha como tema “*o assassinato de jovens negros no Brasil*”, foi provocada pela organização política comunitária **Campanha Reaja ou será Mort@**, que desde o ano de 2005 tem denunciado a brutalidade policial, a seletividade racial no sistema de justiça criminal e politizado os altos índices de mortes violentas de jovens homens negros na Bahia. Mortes essas, que são definidas pela Campanha como uma constatação do Genocídio Negro na Bahia<sup>52</sup>.

Os esforços da Campanha Reaja em denunciar o terror racial nas políticas de segurança pública na Bahia, soma esforços a ações coordenadas de uma série de **organizações de Familiares de Vitimas do Estado**, que a mais de trinta anos tem travado uma luta comunitária de enfrentamento a brutalidade policial e a militarização do espaço Público (KUCINSKI, 2015, MÃES DE MAIO, 2011; 2012, PINHO & VARGAS, 2016). Esforço esse, que tem aspectos organizativos comunitários, mas também, interferem nos meandros do direito internacional e programas de Estado que versem sobre o controle e monitoramento da ação policial, como demonstra o trecho do relatório do *Atlas da Violência* (2017),

Nos últimos anos, assistimos a um realinhamento a favor desse modelo de atuação policial que permanece como um dos maiores desafios de nosso processo de consolidação democrática e de um efetivo Estado de Direito. Não com surpresa, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em sentença do dia 16 de fevereiro de 2017, no Caso Favela Nova Brasília. O Estado brasileiro foi condenado pelas falhas e demora na investigação e sanção dos responsáveis pelas execuções extrajudiciais de 26 pessoas durante operações realizadas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro nessa comunidade do Complexo do Alemão, em 1994 e 1995. Na sentença, a Corte dispõe que o Estado brasileiro deve publicar anualmente um relatório oficial com os dados referentes às mortes decorrentes de intervenção policial em todas as Unidades Federativas; e que o Estado tem o prazo de um ano para estabelecer os mecanismos normativos necessários para que, nos casos de mortes decorrentes de intervenção policial, o responsável pela investigação seja um órgão independente da força pública envolvida, uma autoridade judicial ou o Ministério Público – MP – (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, pag. 21).

Municiados pelos dados colhidos na narrativa midiática, no discurso institucional do Governo da Bahia expressos nas falas dos gestores de Segurança Pública e das denúncias políticas de agentes sociais comunitários – somados aos dados estatísticos - podemos aferir que a PATAMO se configura como mais um dispositivo da necropolítica (MBEMBE, 2003) no padrão organizacional da Política de Segurança Pública do Estado da Bahia – tomando como marco o lançamento do Programa Pacto Pela Vida . Nesse sentido, tomando novamente o pensamento teórico do filósofo Achille Mbembe (2003) como recurso analítico, inseriremos

---

<sup>52</sup> Para saber mais sobre a Campanha Reaja ou será Morta\o acompanhe o Blog: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/>. Acessado em 09/06/2017 as 15h.



a noção de *Máquinas de Guerra* (MBEMBE, 2003) para dar conta de situarmos o *padrão mórbido de ação policial* da Companhia de Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), no contexto global das “formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte – necropolítica –.” (MBEMBE, 2003, pag. 28).

De acordo Achille Mbembe as *formações sociais de terror* que antecederam a era neoliberal; potentado colonial-escravocrata, imperialismo, Estado pós-colonial, seriam formações históricas caracterizadas por tecnologias de policiamento, disciplinamento e de rendição das populações racialmente subjugadas (MBEMBE,2003). No entanto, contemporaneamente a necropolítica (Mbembe, 2003) é manifesta em tecnologias de destruição total do inimigo e seus recursos; humanos, naturais, culturais, sensoriais. Como aponta:

Se o poder ainda depende do controle rígido sobre corpos- ou em concentrá-los em campos, as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, quando chegar a hora, na ordem da economia máxima agora apresentada pelo massacre (MBEMBE, 2003, pag. 22-23).

De acordo o argumento do autor, as guerras contemporâneas – dentro ou fora das fronteiras do Estado-Nação – seriam distinguidas pelo uso crescente alta tecnologia militar para destruição imediata e máxima do Inimigo (MBEMBE, 2003). Campanhas militares como da Guerra do Golfo e Kosovo, são retomadas pelo autor como exemplos do poder de destruição científico - militar do Estado Ocidental neoliberal que aplicou “o uso combinado de bombas inteligentes e bombas cobertas com urânio empobrecido, armas de alta tecnologia, sensores eletrônicos, mísseis guiados a laser, bombas de fragmentação e asfixia” (MBEMBE, 2003, pag.109). Ainda ressalta que tais tecnologias de destruição máxima, são utilizadas em diferentes contextos geográficos e políticos, como o caso da ocupação colonial contemporânea da Palestina (MBEMBE, 2003).

A ocupação colonial contemporânea da Palestina combina um conjunto de dispositivos necropolíticos – discursivos e militares – que maximiza as tecnologias de destruição do inimigo, mesmo que interno, como é o caso da ocupação militar realizada pelo Estado de Israel, na faixa de Gaza e Cisjordânia. A combinação nefasta entre discurso nacional-teocrático, ocupação militar de territórios e investimento em alta tecnologia armamentista para destruição máxima do inimigo, coloca a ocupação militar contemporânea da palestina, como “a forma mais completa de necropoder” (MBEMBE, 2003, pag.15). A tecnologia de massacre utilizada pelo Estado de Israel contra os palestinos são aspectos do

*belicismo infra-estrutural* (MBEMBE, 2003) presentes nas formações sociais de terror que o autor chama de necropolítica,

Em outras palavras, belicismo infra-estrutural. Enquanto o canhão do helicóptero Apache é usado para policiar o ar e para matar a partir de cima, o bulldozer blindado é usado no solo como uma arma de guerra e intimidação. Em contraste a ocupação colonial moderna, estas duas armas estabelecem a superioridade de ferramentas de alta tecnologia do terror contemporâneo (MBEMBE, 2003, p.18).

Esse padrão tecnológico-militar de gestão de áreas urbanas aparece em outros contextos geopolíticos, como é o caso do Estado Neoliberal Sul Africano (ALVES, 2011) ou do processo de militarização da segurança pública do Brasil, notadamente, a partir do ano de 2010, quando o Governo Lula sanciona a lei que atribuí o poder de policiar as forças armadas<sup>53</sup> (SOUZA, 2014). Nesse contexto, as forças Policiais Militares, que nas *democracias contemporâneas de massa* teriam a função do policiamento ostensivo e da manutenção da ordem publica, passam a exercer de sobremaneira uma função que em tese só exerceriam em regimes de exceção; *força auxiliar e ou exército reserva* (MIR, 2004). Ou como aponta Mbembe (2003), ao tratar de formações sociais necropolíticas; *máquinas de guerra*,

Maquinas de guerra são feitas de segmentos de homens armados que se separam ou se unem uns aos outros dependendo de tarefas a serem cumpridas e das circunstancias. Organizações polimorfas e difusas, as maquinas de guerra são caracterizadas por sua capacidade de metamorfose. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes, elas participam de ligações complexas com formas de Estado. O Estado pode, por contra própria, transforma-se ele mesmo em uma maquina de guerra. Ele pode mais além apropriar-se de uma maquina de guerra existente para auxiliar a criar uma. As maquinas de guerra funcionam emprestado de exércitos regulares enquanto incorporam novos elementos bem adaptados ao principio de segmentação e desterritorialização. Exércitos regulares, por sua vez, podem facilmente apropriar de algumas características de maquinas de guerra (MBEMBE, 2003, p. 20-21).

Qualquer semelhança com o padrão operacional da PATAMO não é mera coincidência. Como já apontamos, há uma ordem necropolítica global que tem nas tecnologias militares de destruição a espinha dorsal de um modelo de dominação racial baseado na ocupação de territórios e na destruição de grupos populacionais – dentro e fora de fronteiras nacionais – (MBEMBE, 2003, ALVES, 2010; 2011).

A corporação policial ocupa papel estratégico na engenharia racial de terror das *democracias multirraciais contemporâneas* (VARGAS, 2017), de modo que o padrão mórbido e militarizado da PATAMO é inserido teórico e analiticamente em nosso argumento, no bojo das tecnologias de terror racial constituinte das *máquinas de guerra* (MBEMBE,

---

<sup>53</sup>De acordo o pesquisador Luis Antonio Francisco Souza a sanção dessa lei, permitiu que o exercito passasse a ter atribuições policiais, como revistar pessoas, veículos e embarcações. Além de ser o marco legal que passa a permitir as constantes ocupações do exercito em favelas, e da militarização do padrão operacional policial (SOUZA, 2014).

2003). Como aponta, por exemplo, Jaime Amparo Alves (2016) ao refletir sobre aspectos da necropolítica no padrão operacional da polícia no Brasil,

Terror policial é funcional. Ele não produz apenas cadáveres, mas também a própria soberania do Estado; estado que se preze necessita de um inimigo para se constituir enquanto estado. E o Estado brasileiro encontra no inimigo negro a razão da sua soberania (ALVES, 2016, p.63).

A estratégia nacional de militarização da segurança pública adotada pelo Estado brasileiro é ponto nevrálgico para compreendermos o padrão mórbido da ação policial. Luis Antonio Francisco de Souza (2014) toma a lei sancionada em 2010 pelo governo Lula – que permitiu o poder de polícia às forças armadas – como marco organizacional do processo contemporâneo de militarização da Segurança Pública no Brasil (SOUZA, 2014). De acordo o autor, três circunstâncias correlacionais são características das complexas dinâmicas da militarização da segurança pública no Brasil contemporâneo; 1- o exercito e forças armadas passam a ter influencia organizacional nas corporações policiais, 2- a estrutura de treinamento e organização corporação policial continua sendo baseado no modelo das forças militares e 3- o exército passa a assumir cada vez mais funções da corporação policial (SOUZA, 2014 ZAUERUCHA, 2005).

É nesse contexto que na ultima década as corporações policiais brasileiras tem tornado-se cada vez mais *exércitos policiais* (MIR, 2004), que passam a exercer de sobremaneira uma função que em tese só exerceriam em regimes de exceção; *força auxiliar e reserva do Exército*. Essa estratégia Nacional de Militarização da Segurança pública (MIR, 2004; SOUZA, 2014) é uma das molas mestras que movem as macabras cifras sobre mortes violentas de jovens homens negros no Brasil, que nos últimos 20 anos teve um milhão de pessoas assassinadas (MAPA DA VIOLENCIA, 2012; 2014; 2016). Como aponta Antonio Francisco de Souza (2014), ao traçar um padrão organizacional da engenharia policial no Brasil,

O modelo de Policia Militar continua sendo fortemente atrelado a idéia de Segurança Nacional. Metáforas cotidianas ligadas à segurança são ainda militares: combate ao crime; eliminar o inimigo; derrotar o inimigo; enfrentar o inimigo. O controle de drogas e das armas ainda tem conexão com o modelo militar, com conexões fortes com as estratégias de enfrentamento adotadas pelos Estados Unidos: *War on drugs*. As unidades de policia especializadas no Brasil são fortemente militarizadas e são elas que apresentam os maiores indicadores de violência policial e de isolamento institucional (SOUZA, 2014, p.33).

A PATAMO é uma policia especializada na invasão de territórios inimigos como frisou em reportagens jornalísticas os dirigentes da corporação. Entretanto, tal qual o pesquisador Antonio Francisco de Souza, a mídia corporativa e os representantes do Governo, silenciam-se discursivamente sobre o perfil do inimigo caçado e abatido pela corporação

policial; desproporcionalmente negro, do sexo masculino, morador de periferias, como indicam os dados estatísticos (MAPA DA VIOLENCIA, 2012; 2014; 2016).

Correlacionando dados estatísticos com a literatura teórica apresentada, consideramos que a PATAMO é um dos componentes do *belicismo infra-estrutural* (MBEMBE, 2003) da Política de Segurança Pública da Bahia – tomando como marco o Programa Pacto Pela Vida. *Belicismo infra-estrutural* (MBEMBE, 2003) expresso na consolidação de *maquinas de guerra* (MBEMBE, 2003), através de investimentos em tecnologias militares de segurança pública; Bases Comunitárias, na compra de viaturas e armamento, na aquisição de helicópteros e na constituição de agrupamentos policiais especializados; Rondas especiais (RONDESP), Pelotão de Emprego Tático Operacional (PETO), Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e a Companhia de Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO).

## **CAPITULO II - Movimento Contra UPP: Sentidos e Significados de Uma Luta Comunitária Contra Instalação de Uma Base Comunitária de Segurança no Bairro Da Engomadeira - Salvador/Ba - (2013-2015)**

As Bases Comunitárias de Segurança surgem na Bahia em 2011, no contexto de montagem da engenharia organizacional do sistema de defesa social do Programa Pacto Pela Vida<sup>54</sup>. De acordo o Governo do Estado da Bahia, as Bases Comunitárias de Segurança (BCS) tem o objetivo de potencializar as ações de policiamento comunitário, articulando setores públicos, privados e comunitários em uma agenda comum de segurança pública alicerçada na defesa dos direitos humanos fundamentais. Como reafirma o Art. 2º da Portaria nº 106-CG/12, publicada no boletim geral ostensivo nº 244, de dezembro de 2012,

Art. 2º As Bases Comunitárias de Segurança tem por objetivo promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração da comunidade local com as instituições de segurança pública e demais órgãos públicos, e destas entre si, resgatando a cultura depaz, baseado nos moldes do Sistema Koban, tendo por princípio a excelência nos serviços prestados baseados na promoção e defesa dos direitos humanos. (BAHIA, PM, 2012, p.1-2)

Todavia, existem narrativas e experiências sociais que destoam e vão de encontro aos discursos institucionais proferidos pelos dispositivos de segurança do Estado. Como evidenciamos no capítulo anterior<sup>55</sup>, a estratégia adotada pelo Programa Pacto Pela Vida não diminuiu os altos índices de violência letal que atinge de sobremaneira jovens homens negros (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014; 2015). Pelo contrário, as técnicas de matança foram aprimoradas, especialmente em um contexto de recrudescimento das “tecnologias contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte”. (MBEMBE, 2003, p.28)

É nessa conjuntura de estruturação e expansão dos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida, que surge no ano de 2013, em Salvador (BA), o Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira. Um agrupamento comunitário de estudantes, moradores do bairro da Engomadeira e de outras comunidades onde já haviam instalado as BCS, que se reuniram com o objetivo de barrar a continuidade da construção de uma Base Comunitária de Segurança em um terreno cedido pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Através de uma metodologia política que articulava ações organizativas dentro e fora da universidade, esse agrupamento comunitário denunciou o caráter racialmente seletivo das

---

<sup>54</sup> Sobre a lei que rege o Programa de Defesa Social Pacto Pela Vida, ver em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11>

<sup>55</sup> A necropolítica racial no padrão organizacional da Segurança Pública na Bahia (2011-2017).

políticas de Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), colocando em xeque a legitimidade operacional de um dos dispositivos de segurança estratégicos para engenharia organizacional do Programa Pacto Pela Vida; as Bases Comunitárias de Segurança.

Durante os dois anos de existência – 2013/2015 – o Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, realizou uma série de reuniões abertas, formações político-ideológicas, cineclubes, audiências públicas, microfones abertos, pichações e atos públicos, com o intuito de frear a construção de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira. Depois de aproximadamente dois anos de ações comunitárias continuadas, em março de 2015 a Universidade Estadual da Bahia emitia uma nota em seu portal institucional, que em um dos trechos dizia: “A construção de uma Base Comunitária de Segurança (BCS) dentro do Campus I da UNEB, em Salvador, foi rejeitada pelo Conselho Universitário (CONSU), instância deliberativa máxima da universidade”<sup>56</sup>. (UNEB. BR, 2015).

Desde o ano de 2011 participo de programas comunitários de enfrentamento a brutalidade policial. Especialmente, na articulação de Cineclubes Comunitários em cidades do interior da Bahia<sup>57</sup>. Dentro desse contexto, em 2012 passei a atuar em uma organização política negra de enfrentamento ao genocídio negro<sup>58</sup>. Foi dentro dessa conjuntura política racial comunitária, que em 2014 conheci as militantes do Movimento Contra UPP, no Tributo ao Negro Blul<sup>59</sup>; uma atividade político-cultural em homenagem ao rapper Clodoaldo de Souza, que foi assassinado em 2006, aos 22 anos, vitimado por um grupo de extermínio, em um episódio conhecido como a matança de Nova Brasília (NZUMBI, 2011).

Depois desse primeiro encontro, tive oportunidade de participar de algumas ações comunitárias e debates públicos organizados pelo Movimento Contra a UPP, assim como participamos conjuntamente do I Encontro de Cineclubes Comunitários da Bahia; uma articulação comunitária que realizou um intercâmbio entre cineclubes comunitários que atuam permanente em favelas, presídios, quilombos, ocupações urbanas e rurais. O encontro de Cineclubes Comunitários foi também um espaço de formação política, fortalecimento de laços

<sup>56</sup> Ver em <http://www.uneb.br/sgc/2015/03/12/comunidade-unebiana-rejeita-construcao-de-bcs-dentro-do-campus/>

<sup>57</sup> Sobre ações comunitárias que participo no interior da Bahia ver: [http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario\\_11.html](http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario_11.html)  
<http://oganzazan.com.br/dos-bueiros-do-reconcavo-para-o-mundo/>

<sup>58</sup> A organização em questão é a Campanha Reaja ou Será Morta/o, agrupamento político de negras/os que atuo desde 2012. Para saber mais dessas experiências, ver textos meus em sites e blogs de mídia independente que assino como Aganju Shakur.

<sup>59</sup> Notícia sobre o tributo em questão, em: <http://blogdosolar.wordpress.com/2014/03/20/tributo-a-negro-blul/>

de solidariedade e construção coletiva de uma estratégia política de autonomia e protagonismo comunitário.

De fato, meu histórico de luta organizativa junto ao Movimento, foi o principal pressuposto para que a investigação em curso pudesse ser realizada. Minha atuação em programas comunitários de enfrentamento aos dispositivos genocidas do Programa Pacto Pela Vida na Bahia me aproximou anos atrás do Movimento Contra a UPP. Depois desse primeiro encontro, realizamos uma série de atividades de formação, atos de rua, espaços de organização comunitária e participamos das Marchas Contra o Genocídio do Povo Negro<sup>60</sup>. Foi no interstício das políticas comunitárias que surgiu a ideia de realizar o presente capítulo. Na verdade, o capítulo em andamento partiu de uma série de conversas que tive com as militantes do Movimento Contra a UPP, sobre a importância da ação que empreenderam, e de como essa poderosa articulação foi silenciada diante de uma narrativa institucional-estatal, que tem tentado a todo custo extinguir vestígios da memória política desse Movimento.

Diante desse quadro, tomando como pano de fundo a luta comunitária organizacional do Movimento Contra a UPP<sup>61</sup>, o presente capítulo tem o objetivo de traçar uma investigação crítica do processo de implantação de um dos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida; as Bases Comunitárias de Segurança. Nossa tentativa será preencher as enormes lacunas existentes nos estudos sobre as Bases Comunitárias de Segurança na Bahia, que por um lado tem tido um forte compromisso em invisibilizar o caráter racialmente seletivo desse dispositivo de segurança, e por outro lado, tem silenciado ou negado a existência política de agências sociais comunitárias que tem enfrentado as políticas de morte (MBEMBE, 2018) operadas pelos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida na Bahia (SILVA, 2014; MARTINS & LOURENÇO, 2014; MARTINS, 2015; PEDREIRA, 2016).

No que concerne o conjunto de documentos e dados que municiam nosso argumento, analisaremos criticamente a Portaria N° 059 – CG/15 62 que regulamenta as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança no âmbito da Polícia Militar da Bahia (BAHIA. PM, 2015), assim

---

<sup>60</sup> Para mais informações sobre as Marchas Internacionais Contra o Genocídio do Povo Negro, realizadas pela Campanha Reaja ou Será Morto/esta, ver matéria da site Vice: [http://www.vice.com/pt\\_br/article/vv4ne8/o-movimento-baiano-reaja-ou-sera-morto-esta-na-linha-de-frente-na-luta-contra-o-racismo](http://www.vice.com/pt_br/article/vv4ne8/o-movimento-baiano-reaja-ou-sera-morto-esta-na-linha-de-frente-na-luta-contra-o-racismo)

<sup>61</sup> O Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, ficou comumente conhecido na cidade pela alcunha de “Movimento Contra a UPP”, assim como, uma nomenclatura adotada pelo conjunto das pessoas que compunham a militância do Movimento. Desse modo a partir daqui, passo a me referir a esse agrupamento como Movimento Contra a UPP, muito orientado também, pelas perspectivas das militantes que concederam entrevistas para realização do presente capítulo.

como nos debruçaremos sobre o texto da Lei nº 12.357 que estabelece o Sistema de Defesa Social – o Programa Pacto pela Vida (BAHIA, 2011).

Tivemos também acesso a um conjunto de documentos produzidos pelo Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira: panfletos, fotografias, bandeiras de luta, cartilhas informativas e notas públicas redigidas pelo Movimento. Além de entrevistas gravadas com militantes do Movimento <sup>63</sup>, a partir de aplicação de questionário de perguntas semiestruturadas. Recorreremos também a um conjunto de notícias de jornalismo online que se debruçaram sobre o processo de implantação das BCS na Bahia.

Outra base documental que substancia o presente capítulo são os testemunhos orais colhidos de militantes do Movimento Contra UPP, seus apoiadores, e um grupo de pichadores que participavam das ações do Movimento. Depoimentos esses, que serão articulados a um conjunto de documentos organizacionais cedidos a mim pelo Movimento Contra UPP, a exemplo de; as bandeiras de luta, o Programa de Ação do Movimento Contra a UPP, Nota contra a construção da Base Comunitária de Segurança, Nota do Movimento Contra a UPP sobre a rejeição da Comunidade Acadêmica a construção da UPP, flyers de divulgação das atividades do Movimento Contra a UPP.

Além dos documentos supracitados, apreendemos estruturas de sentidos no contexto de minha Participação Observante (VARGAS, 2010) junto ao Movimento. A noção de participação observante (VARGAS, 2008) é um recurso metodológico fundamental para confecção de nosso argumento e na apreensão e catalogação dos dados de maneira geral. Como ressalta o pesquisador João Vargas (2008), e sigo seu pensamento, em estudos antropológicos de organizações políticas comprometidas com a justiça social, uma prática etnográfica politicamente engajada é um pressuposto metodológico essencial para efetivação da pesquisa,

Enquanto a observação participante tradicionalmente coloca ênfase na observação, a participação observante refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, à noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p.175).

Notem que a narrativa em andamento é fundamentada na minha experiência de participação e observação junto a luta organizativa do Movimento Contra a UPP. Minha participação coerente em ações encabeçadas pelo Movimento foi “minha carta de aceite” para

---

<sup>63</sup> Nessa sessão quando utilizar a palavra Movimento em letra maiúscula estarei me referindo ao Movimento Contra a UPP.



poder empreender essa investigação. As militantes do Movimento são extremamente reticentes a agendas investigativas das universidades. De acordo uma das militantes, a universidade tem produzido um conhecimento que tem pouca serventia para grupos de ação comunitária como o Movimento Contra a UPP. A universidade apresentou sempre um conhecimento pretensamente “neutro”, mas que ao fim e ao cabo, estava a serviço dos inimigos por excelência do Movimento. Nesse sentido, minha pesquisa é reconhecida pelas militantes do Movimento Contra a UPP como uma iniciativa inovadora, que vai relevar aspectos da segurança pública na Bahia, negligenciados pelas universidades e programas de governo,

— E a gente nessa busca de tentar entender, a gente começou a estudar mesmo sobre segurança pública. A gente não tinha noção. E não é por que não tínhamos leituras acadêmicas. Porque as leituras acadêmicas jamais iriam nos proporcionar a realidade e vivência do que era aquilo. A gente espera que com esse seu trabalho né Fred, uma outra leitura, que a gente possa participar desse viés aí. Porque a gente precisa de substância para nos auxiliar. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Perdi a conta das vezes que fui colocado nessa posição de atender a expectativas por parte dos sujeitos sociais investigados. Minha lealdade é posta à prova todo momento. Mas ora, em empreitadas etnográficas baseadas na Participação Observante (VARGAS, 2008; FERREIRA, 2015), lealdade, confiança e compromisso com o grupo organizado estudado, devem ser apreendidos pelos sujeitos pesquisados como incontestes, para a plena efetivação da investigação.

A Participação Observante também me municiou metodologicamente na escolha das militantes, apoiadores e pichadores que foram entrevistad@s. Bem como, foi no contexto da participação observante (VARGAS, 2008; FERREIRA, 2015) que pude constatar que a maioria esmagadora das militantes eram mulheres. Posteriormente observando com maior cuidado, pude apreender que as mulheres não eram apenas a maioria das militantes, como também a direção política da organização era coordenada exclusivamente por mulheres, uma delas uma mãe, mulher negra, moradora da Engomadeira. Para aprender os sentidos e significados dessas mulheres em relação à luta comunitária que protagonizaram, optamos pelo procedimento de aplicação de um roteiro semiestruturado de perguntas.

Nesse contexto, a presente sessão será organizada em eixos argumentativos que se complementam. Em um primeiro momento a partir do estudo crítico sistemático da Portaria nº 058-CG/15<sup>64</sup> e da Lei nº 12.357 que institui o Sistema de Defesa Social - o Programa Pacto

---

<sup>64</sup> Essa portaria que dispõe sobre as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança – BCS no âmbito da PMBA.

pela Vida, percorreremos a história institucional de implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança (BCS) na Bahia, demonstrando que, ao contrário do que anuncia os documentos que regulamentam as BCS, o dispositivo de segurança não tem contribuído para prevenção de crimes letais intencionais, longe disso, a estratégia adotada tem contribuído para os altos índices de mortes violentas ,notadamente, de jovens homens negros (FBSP& IPEA,2018).

Em um segundo momento, munidos de documentos organizacionais, arquivos fotográficos, e depoimentos colhidos em entrevistas semiestruturadas, retomaremos a história e memória do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, delineando seus princípios organizativos, motivações, bandeiras de luta, perspectiva político-ideológica, táticas e conjunto de estratégias adotadas na luta comunitária contra a instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira (Salvador/BA). Ao mesmo tempo em que realizaremos uma análise sobre os sentidos e significados atribuídos por militantes desse Movimento, as políticas de morte (MBEMBE, 2018) operacionalizadas pelo Programa Pacto Pela Vida.

## **2.1. Bases Comunitárias de Segurança na Bahia: uma análise crítica da implantação e estruturação de um dispositivo necropolítico de segurança**

O modelo de Base Comunitária de Segurança foi estabelecido na Bahia em 2011, dentro do contexto de implantação do sistema de defesa social; o programa Pacto Pela Vida (SILVA, 2014). Um dos principais objetivos do Programa é combater e reduzir os altos índices de crimes violentos letais intencionais, como afirma em seu Art.7,

Fica instituído o Programa Pacto pela Vida, consistente no conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem como finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI<sup>65</sup> (BAHIA, 2011).

As referências organizacionais para estruturação do sistema de defesa social do Estado da Bahia, foram baseadas em experiências já vigentes em outras unidades federativas, como o Pacto Pela Vida de Pernambuco e as Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (SILVA, 2014; FRANCO, 2014). Nesses termos, a SSP-BA traceja um **sistema de defesa social** que, por um lado adota princípios operacionais de uma polícia cidadã,

---

<sup>65</sup> Ver em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11>

entretanto, recrudescer uma estratégia militarizada de segurança pública, baseada na repressão qualificada, aperfeiçoamento de tecnologias bélicas e de vigilância. Como aponta o projeto do Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP, que reifica os princípios organizacionais que orientam a implementação do Programa Pacto Pela vida e seus dispositivos de Segurança,

O Programa Pacto pela Vida é um Programa de Governo que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, destinado à redução dos índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com sistematização, monitoramento e avaliação das ações de Estado, de forma permanente e pactuada com a sociedade, tendo como principal objetivo a garantia do direito à vida e os seguintes fundamentos:

- PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, desde a formulação das estratégias até a execução das ações do Pacto.
- ÊNFASE NA PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA, combinada com a qualificação da repressão, baseada no uso de inteligência, informação, tecnologia e gestão (PLANESP, 2011, p. 8, apud PEDREIRA, 2013, p. 39).

Diante das orientações regimentais do Programa Pacto Pela Vida e do Plano Estadual de Segurança Pública, a SSP-BA instituiu um levantamento estatístico-criminal com o intuito de mapear as regiões do Estado com maior índice de Crimes Letais Intencionais. O conjunto desses dados fornece subsídios analíticos para SSP-BA definir as áreas territoriais que abrigarão as BCS, como assinala a Portaria nº 058 –CG/15 que retifica as normas e procedimentos necessários para implantação das Bases Comunitárias de Segurança: “para criação e efetivação da BCS serão previamente estudados quanto aos índices de ocorrências criminais e aos dados estatísticos sociais relativos à população.” (BAHIA, 2015, p.2).

Feito o mapeamento estatístico pelos órgãos de inteligência, a Secretaria de Segurança Pública estabelece uma estratégia organizacional para implantação das BCS na Bahia, que tem na incursão e ocupação policial de áreas com índice elevado de Crimes Letais Intencionais, uma de suas principais estratégias para estruturação do dispositivo de segurança.

É nesse contexto, que ainda em abril de 2011, a Polícia Militar da Bahia deflagra a primeira operação de ocupação de favelas em Salvador (BA), com o objetivo de instalar as BCS<sup>66</sup>. A operação que abrangeu os bairros do Nordeste de Amaralina, Calabar e Alto das Pombas, contou com cerca de 228 policiais militares e 122 policiais civis. Na época a mídia local destacou comentários cedidos por membros do alto escalão da SSP-BA, como o depoimento do Major Elsimar, comandante da 41ª CIPM, no Calabar, que confirmou o objetivo estratégico da mega operação, além de afirmar que o modelo operacional adotado era inspirado nas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, “[...] 288 *policiais militares*

<sup>66</sup> Ver a matéria em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/73747/salvador-policia-comeca-operacao-de-ocupacao-no-calabar-e-alto-das-pombas.html>

*e civis participaram da operação, que antecede a instalação da Base de Polícia Comunitária no local, modelo inspirado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que ocupam favelas no Rio de Janeiro”* <sup>67</sup>. No que complementou o então secretário de segurança pública Mauricio Barbosa: *“O Calabar é um pequeno laboratório para avançarmos até outras áreas. Vamos ocupando essas áreas, tirando traficantes, até que consigamos acuá-los”* <sup>68</sup>.

Contudo, mesmo diante de uma forte propaganda do governo baiano a favor das BCS, ainda no início do processo de implementação o projeto sofre duras críticas, oriundas de agentes da própria estrutura organizacional da SSP-BA. Como evidencia a matéria jornalística online intitulada *“Policiais baianos criticam UPP de Jacques Wagner”*, publicada no Portal Último Segundo da IG. De acordo a matéria, policiais que atuaram na operação de ocupação da favela do Calabar (Salvador/BA), denunciam que estavam “acampados” na comunidade em um regime de trabalho sub-humano, sem alojamento e alimentação imprópria.

Além das condições logístico-sanitárias inapropriadas, os policiais afirmaram na denúncia que o processo de ocupação da favela por parte das forças de segurança do Estado, não cessou com o tráfico de entorpecentes na região, e mais que isso, que todo o projeto de implantação de BCS na Bahia, estaria atendendo a interesses político-eleitorais e não alinhados a princípios técnico-estratégicos da Segurança Pública. Afirma um dos policiais na matéria,

É certeza: o tráfico continua acontecendo e ficamos engessados, porque é uma operação totalmente política. Não querem que a gente vá atrás desses casos, porque estão se vangloriando que a ocupação ocorreu sem um tiro. O almoço todos os dias chega azedo, o pessoal do (turno) noturno não tem refeição a não ser as sobras azedas do almoço, sem contar as péssimas instalações em que ficamos. Só tem cadeiras de escola para sentarmos durante o descanso, o pessoal da noite dorme no chão, em cima de papelão. [...] Lixo e entulho por todos os lados, poeira. Enquanto isso o governador, secretário da SSP (Secretaria da Segurança Pública), Cmt.Geral (Comandante Geral da PM) e Cmt. do Choque (Comandante do Batalhão de Choque) só se promovendo, e a sociedade e a mídia sem conhecimento do absurdo que está acontecendo conosco<sup>69</sup> (IG, 2012).

Mesmo diante dessas críticas incisivas ao projeto de implantação das BCS, a SSP-BA desconsiderou as reivindicações dos agentes de segurança denunciante, e dias após a primeira operação de ocupação militar de favelas o governo do Estado instala a primeira Base Comunitária de Segurança, no bairro do Calabar em Salvador (BA). A unidade era subordinada a 41ª Companhia Independente da Polícia Militar e contava com um efetivo de

<sup>67</sup> Ver a matéria em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1282371-secretario-diz-que-calabar-e-laboratorio-para-ssp-avancar-em-outras-comunidades>

<sup>68</sup> Ver a matéria em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1282371-secretario-diz-que-calabar-e-laboratorio-para-ssp-avancar-em-outras-comunidades>.

<sup>69</sup> Ver a matéria em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ba/policiais-baianos-criticam-upp-de-jacques-wagner/n1300083310112.html>

120 policiais, viaturas, motocicletas, além de uma instalação física que comportava salas para cursos de inglês, pré-vestibular, sala de informática e um programa de alfabetização de jovens e adultos (BAHIA, 2011).

Após a inauguração da primeira BCS no Calabar, a SSP-BA dá continuidade a sua estratégia organizacional de incursão e ocupação policial de bairros com índices elevados de Crimes Violentos Intencionais, de tal modo que, na madrugada do dia 25 de março de 2011, cerca de 900 policiais ocupam o conglomerado de favelas do Nordeste de Amaralina em Salvador (BA). A ocupação resultou na prisão de aproximadamente 27 pessoas, além de três jovens negros mortos, que de acordo declaração da SSP-BA tinham envolvimento com o tráfico de entorpecentes na região,

A operação conjunta iniciada na madrugada desta sexta-feira (25) no bairro do Nordeste de Amaralina, em Salvador, é tida como o primeiro passo para a instalação de um modelo semelhante ao das Unidades de Polícia Pacificadora que existem no Rio de Janeiro. Na capital baiana, a ocupação de áreas tomadas pelo tráfico e violência dará origem ao projeto de Base Comunitária de Segurança. O objetivo é ajudar a reforçar a presença do estado nas comunidades e garantir a tranquilidade da população. O Capitão Marcelo Pita, responsável pela comunicação da Polícia Militar, afirmou que o bairro será o segundo ter a Base instalada. A partir da atuação das polícias Civil e Militar nesta sexta-feira (25), com ação de 900 policiais, o governo terá uma dimensão das dificuldades para instalação das Bases de Segurança em breve. A operação tem apoio da Superintendência de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública e se estende também para os bairros de Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas. A ação da polícia deve continuar até que os 30 mandados de prisão expedidos sejam cumpridos, mas já resultou na morte de suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas. Um deles seria o traficante conhecido como “Camisinha”, cujo nome é Luiz Fernando Anunciação da Cruz<sup>70</sup> (BNEWS, 2011).

Meses após a inauguração da BCS do Calabar, o governo da Bahia instala mais três unidades dentro do território do Nordeste de Amaralina, que havia sido ocupado recentemente pelas forças de segurança do Estado (BAHIA, 2011; PEDREIRA, 2016). As BCS do complexo de comunidades do Nordeste de Amaralina atenderiam acerca de 120 mil moradores da região, com um contingente de cerca de 360 policiais atuando nas três unidades que foram instaladas especificamente no “Centro Social Urbano, no Beco da Cultura, Nordeste de Amaralina; na rua Coréia do Sul, na Chapada do Rio Vermelho e na rua Nova República, em Santa Cruz” (PEDREIRA, 2016, p.41).

Em janeiro de 2012 o Governo do Estado inaugura uma BCS na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com aproximadamente 120 policiais. A unidade é responsável pelo patrulhamento de cerca de 30 mil pessoas que residem nos bairros de Fazenda Coutos, Fazenda Coutos II e Fazenda Coutos III. (PEDREIRA, 2016)

---

<sup>70</sup> Ver a matéria em: <http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/policia/9611,operacao-em-amaralina-e-previa-para-instalacao-de-bases.html>

Ao mesmo tempo em que as Bases Comunitárias são expandidas para outras regiões da capital e interior do Estado, as operações de incursão e ocupação policial também continuam como espinha dorsal da estratégia organizacional de implantação das BCS. É nesse contexto que no ano de 2012 a Polícia Militar ocupa os bairros de Itinga – Região Metropolitana de Salvador - e posteriormente o Bairro da Paz. As operações contam com centenas de policiais civis e militares, que realizam incursões nas comunidades para cumprir mandados de prisão e ocupar o território pelo tempo que for necessário para estruturação das BCS nos respectivos bairros<sup>71</sup>.

É preciso ressaltar que esse conjunto de operações policiais de repressão qualificada que antecedem a instalação de BCS, fazem parte do procedimento operacional padrão adotado pela SSP-BA, na estruturação e ramificação das unidades de segurança, como evidencia trechos do Artigo 5º da portaria que regulariza o funcionamento das BCS,

Art. 5º Para a implantação das BCS serão consideradas as seguintes ações:

II- A intervenção promoverá a ação direta de desarticulação e repressão qualificada da criminalidade existente no local. Esta fase será planejada e coordenada pelo Comando de Operações Policiais Militares, que solicitará a participação de outras Instituições de Segurança Pública, bem como do Poder Judiciário e Ministério Público;

III- A ocupação dar-se-á, quando couber, pela incursão e permanência das forças táticas e/ou reativas da PMBA, a fim de impedir que criminosos retornem para o local ocupado. Esta fase terá duração indeterminada, de forma que possibilite a instalação da BCS e implantação das atividades de policiamento comunitário (BAHIA, 2015, p.2).

Em agosto e setembro de 2012 são instaladas respectivamente as BCS de Itinga e do Bairro da paz, que foram as primeiras unidades fora de Salvador, que também inauguraram um novo modelo logístico de Base Comunitária que se caracterizou por uma estrutura física de “módulos habitáveis temporários, até a construção de uma sede fixa. Esta estratégia foi semelhante a que foi empregada no Rio de Janeiro com as UPPs que também utiliza os módulos antes que o equipamento definitivo seja finalizado” (PEDREIRA, 2014, p.42/43).

O ano de 2012 é o marco do início da implantação de BCS no interior da Bahia. As primeiras cidades a sediarem bases comunitárias no interior do Estado foram Itabuna, Vitória da Conquista e Feira de Santana. Contando com um efetivo de cerca de 80 policiais cada unidade, em todas as cidades as instalações físicas das BCS foram erigidas no regime de modulo temporário (PEDREIRA, 2016).

---

<sup>71</sup> Sobre as ocupações da polícia nos bairros de Itinga e Bairro da Paz ver: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/09/policia-ocupa-bairro-da-paz-para-implantacao-de-base-comunitaria.html> e <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/policia-realiza-operacao-para-implantacao-de-base-comunitaria.html>

No ano de 2013 o Governo do Estado seguindo as prerrogativas do Programa Pacto Pela Vida, dá continuidade ao projeto de expansão das BCS na Bahia (BAHIA, 2011). São inauguradas unidades no sul da Bahia, na cidade de Porto Seguro, que possui certo ineditismo em sua configuração, pois foi a primeira BCS que “foi resultado da parceria público-privada entre o Governo do Estado e as empresas Veracel Celulose, JSL, BRA Logística, Andritz, Expresso Brasileiro, Eka Bahia e a Associação Proden” (PEDREIRA, 2016, p.44). A segunda BCS inaugurada no ano de 2013 foi no bairro de São Caetano em Salvador. Outra unidade foi anunciada no ano de 2013 pelo Governo da Bahia, entretanto, como veremos posteriormente, o projeto caiu por terra diante de forte mobilização social comunitária do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira.

Em 2014 quatro BCS são instaladas na Bahia. Duas delas nos bairros do Uruguai e Águas Claras na capital baiana, que valeram um investimento de aproximadamente 1,3 milhões de reais, com efetivos de 60 policiais, cada unidade monitora um território com aproximadamente 40 mil pessoas. As outras duas unidades de segurança contavam cada uma com 60 policiais, foram instaladas em Camaçari, no bairro PHOC II (Projeto Habitacional Organizado de Camaçari), e a outra na cidade de Feira de Santana no bairro Rua Nova (PEDREIRA, 2016).

Em apenas três anos o Governo da Bahia instalou dezessete Bases Comunitárias de Segurança, na capital, região metropolitana e interior da Bahia, como podemos observar no quadro abaixo que organiza o histórico de implantação do dispositivo de segurança,

<b>Histórico de implantação das Bases Comunitárias nos primeiros três anos de funcionamento do Programa Pacto Pela Vida na Bahia</b>	
<b>2011</b>	Governo da Bahia Inaugura 04 Bases Comunitárias de Segurança: Salvador/Bairro do Calabar (01 Unidade); Salvador/Bairro do Nordeste de Amaralina (03 Unidades).
<b>2012</b>	Governo da Bahia inaugura 06 Bases Comunitárias de Segurança na capital e interior do Estado: Salvador/Bairro de Fazenda Coutos; Lauro de Freitas/Bairro de Itinga; Salvador/Bairro da Paz; Feira de Santana/Bairro George Américo; Itabuna/ Bairro Monte Cristo; Vitoria da Conquista/ Bairro Nova Cidade.
<b>2013</b>	Governo da Bahia inaugura 02 Bases Comunitárias de Segurança: Porto Seguro/Bairro FryCalysto; Salvador/Bairro do São Caetano.
<b>2014</b>	Governo da Bahia Inaugura três Bases Comunitária de Segurança: Salvador/Bairro de Aguas Claras; Salvador/Bairro do Uruguai; Camaçari/Bairro PHOC II (Projeto

	Habitacional Organizado de Camaçari); Feira de Santana/Bairro da Rua Nova.
--	--

Tabela 1 Histórico de implantação das Bases Comunitárias nos primeiros três anos de funcionamento do Programa Pacto Pela Vida na Bahia Fonte: O Autor.

As Bases Comunitárias de Segurança se inserem na engenharia organizacional do Programa Pacto Pela Vida como um dispositivo estratégico na política de segurança pública do Governo da Bahia. As BCS cumprem um papel importante no fortalecimento da estratégia e filosofia de Polícia Comunitária em andamento no Estado da Bahia, em especial a partir do Programa Pacto pela Vida, instituído pela Lei n.º 12.357 (BAHIA, 2015)

O Programa Pacto Pela Vida tem entre uma de suas prerrogativas determinar as “diretrizes estratégicas e acompanhamento das ações que objetivem, no âmbito do Estado da Bahia, a progressiva e contínua redução das taxas de criminalidade, em especial aquelas relacionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI”<sup>72</sup>. (BAHIA, Lei Nº 12.357, 2011). O Governo da Bahia aposta em um Sistema de Defesa Social “que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, visando à redução dos índices de criminalidade” (BAHIA, 2011, p. 223). De maneira que para o Governo da Bahia uma das “ações que orientaram essa nova concepção de segurança pública, em 2011, está a implantação de bases comunitárias de segurança” (BAHIA, 2011, p. 223).

No entanto, a retórica do discurso “transversal” do Governo da Bahia, cai por terra quando analisamos criticamente os dados estatísticos criminais durante o período de instalação, estruturação e ramificação das Bases Comunitárias de Segurança. Se tomarmos, por exemplo, os dados estatísticos criminais do ano de 2012, que foi o período que o Programa Pacto Pela Vida mais investiu na instalação de BCS – foram seis<sup>73</sup>, vamos poder ter uma noção do nível de falência da estratégia adotada, baseada na incursão e ocupação policial de territórios “dominados pelo tráfico”.

De acordo a VII Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2013), no ano de 2012 a Bahia foi o quarto Estado em números de homicídios no Brasil - 5.462 -, com 40,7 assassinatos por 100 mil habitantes (FBSP, 2013). Número esse muito superior à média nacional de 25,8. Ainda segundo o documento supracitado, a Bahia teve em 2012 cerca de

<sup>72</sup> Ver em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11>

<sup>73</sup> Como apresentamos no histórico anterior foram instaladas nos respectivos territórios: Salvador/Bairro de Fazenda Coutos; Lauro de Freitas/Bairro de Ítinga; Salvador/Bairro da Paz; Feira de Santana/Bairro George Américo; Itabuna/Bairro Monte Cristo; Vitoria da Conquista/Bairro Nova Cidade.



280 pessoas assassinadas pela Polícia Militar da Bahia e 60 pela Polícia Civil. (FBSP, 2013) Em 2012 no Estado da Bahia 5.462 pessoas foram assassinadas.

É dentro dessa conjuntura de altas taxas de homicídios, que Salvador (BA), cidade que hospedava nove das dezessete BCS instaladas até o momento, entra no ano de 2012 no ranking das cinquenta cidades mais violentas do mundo, com afirma trecho da matéria abaixo,

O levantamento leva em conta a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes no ano passado. De acordo com a ONG, foram levantados dados disponibilizados pelos governos em suas páginas na internet e consideradas só cidades com mais de 300 mil. Essa foi a quarta edição do ranking. Os 16 municípios do Brasil no ranking das cidades mais violentas do mundo, seis vão receber jogos da Copa do Mundo: Fortaleza, Natal, Salvador, Manaus, Recife e Belo Horizonte <sup>74</sup> (INTERIORDABAHIA, 2014).

A edição 2013 do Mapa da Violência demonstra o caráter central que cor/raça ocupa no contexto dos homicídios violentos na Bahia e no Brasil de maneira geral. (Waiselfisz, 2013) De acordo com o cruzamento de dados do Mapa da Violência – Homicídios e Juventude no Brasil (2013), na Bahia a taxa de homicídios entre os jovens negros e brancos variam enormemente: 31,6 para juventude branca e 100,3 para juventude negra. (Waiselfisz, 2013) . Pesquisadores que se debruçaram minuciosamente sobre os dados de homicídios em Salvador (BA) no ano de 2012, constataram que,

Na população jovem na Bahia, o Mapa da Violência (2013) indica, usando dados oficiais do SIM/SVS/MS; PNAD/IBGE, que a taxa de homicídios entre jovens por 100.000 mil habitantes varia segundo raça/cor da seguinte forma: 31,6 para a população branca e 100,3 para a população negra (preta e parda). Em bairros periféricos de Salvador, como Cajazeiras, onde se concentra a população negra, as taxas são sempre superiores a 90 por 100 mil habitantes, em contraste, em bairros como o Canela, quase exclusivamente branco, as taxas equivalem a zero. A situação, que é histórica e estrutural, que assume a realidade de uma cartografia mortal, configura, efetivamente, um genocídio de base racial<sup>75</sup> (PINHO, 2014, p.7).

A oitava edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2014) aponta que a polícia baiana é a terceira mais letal do Brasil. De acordo o levantamento de dados apresentado no documento supracitado, entre os anos de 2009 a 2012, a polícia baiana assassinou cerca de 935 pessoas em operações da SSP-BA (FBSP, 2014). O mesmo levantamento aponta que em 2013 foram 313 mortes decorrentes de intervenções policiais na Bahia. Esse quadro macabro, fez com que a Bahia entrasse no ranking de terceiro Estado com

<sup>74</sup> Ver a matéria em: <http://www.interiordabahia.com.br/2014/03/28/brasil-tem-16-cidades-no-grupo-das-50-mais-violentas-do-mundo-maceio-capital-de-alagoas-e-a-campea-negativa/>

<sup>75</sup> Ver a matéria em: <https://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/>

maior índice de intervenções policiais letais no Brasil, mesmo liderando também o ranking no quesito falta de transparência na informação dos dados oficiais<sup>76</sup> (FBSP, 2014).

Ainda em 2012 a polícia baiana deflagra uma greve, que começa no dia 01/02/2012 (quarta-feira), e se estende até 11/02/2012 (sábado). Os 11 dias de greve tornaram público um panorama brutal da violência letal contra jovens negros no Estado, especialmente, no contexto da atuação de grupos de extermínio<sup>77</sup>. Durante os onze dias de greve aproximadamente 177 pessoas foram assassinadas apenas em Salvador (BA) e Região Metropolitana<sup>78</sup>. Desse montante, cerca 30 foram mortas em contextos que apontam a atuação de grupos de extermínio/esquadrões da morte, como admitiu o delegado Arthur Gallas, diretor do departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em entrevista ao jornal O GLOBO,

São crimes em que as vítimas foram algemadas ou amarradas, e atingidas na cabeça por assassinos encapuzados, que chegaram ao local em carros com placas clonadas e armados com munição de grosso calibre. O delegado suspeita de que “25 a 30” destes casos tenham a participação de militares. São suposições, já que se eu tivesse o número preciso das ocorrências os casos já estariam elucidados. É uma conjectura com base na análise dos fatos e do modus operandi dos crimes - afirmou Gallas<sup>79</sup> (O GLOBO, 2012).

Diante dessas cifras calamitosas, no ano de 2012 o governador Jacques Wagner cria um grupo de trabalho para apurar e investigar a atuação de grupos de extermínio e pontos de desovas de cadáveres na Região Metropolitana de Salvador.

De acordo a matéria “*Jovens Negros na Mira de Grupos de Extermínio na Bahia*”<sup>80</sup> de autoria da jornalista investigativa Lena Azevedo, o grupo de trabalho apresentou algumas estatísticas, que relevaram que no ano de 2012, 77 das 184 pessoas assassinadas no município de Simões Filho, foram encontrados em uma antiga região de desova de corpos na cidade, conhecida como Estrada do CIA. De acordo com o delegado titular de Simões Filho, Adam Filho<sup>81</sup>, no ano de 2012 a 2013, em média quatro corpos eram encontrados toda semana nesse

<sup>76</sup> Veja mais em: <http://reportercoragem.com.br/policia/policia-baiana-uma-das-policias-que-mais-matam-no-pais/>

<sup>77</sup> Sobre histórico de grupos de extermínio na Bahia ver: Relatório final CPI do assassinato de jovens, em <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>

<sup>78</sup> Veja a matéria: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/02/bahia-teve-mais-de-cem-homicidios-durante-greve-da-pm-diz-secretaria.html>

<sup>79</sup> Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pms-sao-suspeitos-de-25-30-homicidios-durante-greve-na-bahia-3966205#ixzz2XEMancrI>

<sup>80</sup> Ver matéria completa em: <https://apublica.org/2013/07/jovens-negros-na-mira-de-grupos-de-extermínio-na-bahia/> ou <https://www.revistaforum.com.br/jovens-negros-na-mira-de-grupos-de-extermínio-na-bahia/>

<sup>81</sup> Um fato curioso e intrigante é que de acordo com Lena Azevedo, o mesmo delegado que estava chefiando o grupo de trabalho que investigava grupos de extermínio e pontos de desova na região metropolitana de Salvador, foi apontado pela CPI do extermínio do Nordeste (2005) como um integrante desses esquadrões da morte, sendo atribuído ao mesmo cerca de mais de 30 mortes desse tipo ao delegado em questão. Ver mais em: <https://apublica.org/2013/07/jovens-negros-na-mira-de-grupos-de-extermínio-na-bahia/>

conhecido campo de desova, totalizando assim no final de um ano, 192 pessoas assassinadas por grupos de extermínio.

Nesse breve cenário estatístico criminal sobre os primeiros anos de implantação das BCS na Bahia, podemos observar que, se o objetivo do dispositivo de segurança era reduzir os crimes intencionais violentos, a meta não só não foi cumprida, como a Bahia alçou cifras trágicas no quesito mortes violentas letais por arma de fogo (FBSP, 2014). Tal ineficiência do dispositivo de segurança foi avaliada e criticada por diversas agências comunitárias, como é o caso da Associação de moradores do Nordeste do Amaralina, um dos primeiros bairros a instalarem as Bases Comunitárias de Segurança.

Em um documento intitulado “*Seis anos de Pacto Pela Vida no Nordeste de Amaralina: E daí?*”<sup>82</sup>, divulgado online pelo portal da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, um dos moradores expõe de maneira sistemática a falência organizacional das BCS.

De acordo um dos integrantes da Associação, a instalação das bases tinha o objetivo de trazer melhorias na infraestrutura e de requalificação para comunidade; obras essas que nunca foram realizadas. Na contramão do que o governo do estado propagandeava os investimentos nas áreas contempladas pelas BCS foram os mesmos de sempre; armamento, viaturas, tecnologias de controle e repressão. Nas palavras de um dos moradores do Nordeste de Amaralina,

Em minha opinião simplória, sem base alguma em dados estatísticos, mas se valendo da vivência diária, enquanto morador nativo da região, o quadro da violência pouco mudou desde a implantação das Bases. Se houve certa pacificação, antes foi por conta de fatores estranhos à política de segurança pública do Governo do Estado, que bem sabemos, nós, moradores. A polícia é, e sempre foi, um dos principais fatores de violência na região, se não o maior. A aproximação da polícia e a comunidade, com as bases, mostrou-se ineficaz, se resumindo a encontros esporádicos e segmentados. Na verdade, só mostrou, em veias abertas, o quanto estamos separados – nós e a polícia - por um histórico de violência em que nós, moradores de periferia, sempre somos as maiores vítimas. (BLOG DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA, 2017).

E conclui,

Anos de política de repressão policial não deu em nada, muito pelo contrário, é uma política conhecidamente, pela prática, ineficiente e contraproducente. E as Bases surgem neste contexto, como se percebeu ao longo desses cinco anos desde a primeira instalação. A resolução do problema da violência está longe e se afasta todos os dias, aos clarins da política demagógica do Governo de Estado, com anúncios, na área de segurança pública, de aquisições de viaturas e de pessoal, com o aumento do efetivo policial nas ruas, como se, num passe de mágica, fosse ser

---

<sup>82</sup> Ver documento integralmente em: <http://amnaluta.blogspot.com/2017/09/seis-anos-de-pacto-pela-vida-no.html>

resolvido o problema da violência <sup>83</sup>. (BLOG DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NORDESTE DE AMARALINA, 2017).

O depoimento do morador evidencia como a estratégia organizacional traçada pela SSP-BA na operacionalização das BCS, não tem surtido o efeito ensejado nos documentos oficiais que regem o dispositivo de segurança (BAHIA, 2015). As Bases Comunitárias de Segurança na Bahia não tem freado a larga escalada de mortes violentas no Estado (WAISELFISZ, 2012; 2013), que tem atingindo de sobremaneira jovens homens pretos. (AMPARO, 2010, PINHO, 2016)

A centralidade estratégica em operações de repressão qualificada, a exemplo das “megas operações” de ocupação territorial militar de comunidades negras por forças policiais ostensivas, que ocorrem como pressuposto organizacional para implantação das bases Comunitárias de Segurança demonstra quão comprometido com uma concepção militarizada de segurança pública está o Dispositivo em questão. As BCS enquanto política de Segurança pensada para o “fortalecimento da estratégia e filosofia de Polícia Comunitária em andamento no Estado da Bahia, em especial a partir do Programa Pacto pela Vida” (BAHIA, 2015, p.1), tem se mostrado ineficiente como dispositivo de segurança no combate aos crimes violentos letais intencionais. Ao aferirmos criticamente a história de implantação das BCS na Bahia, correlacionando com dados estatísticos criminais, podemos constatar o quão letal, sobretudo para jovens homens negros, tem sido a implantação dessas bases de segurança em comunidades negras da Bahia.

Durante o processo de implantação das BCS na Bahia, mesmo diante forte investimento do Governo em propaganda, vozes destoantes construíram narrativas que vão de encontro ao discurso oficial do governo. Na próxima sessão retomaremos a história e memória de uma dessas agências, que não apenas formulou uma crítica radical ao projeto das BCS na Bahia, mas também conseguiu impedir a implantação de uma dessas unidades: o Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira.

## **2.2. Memória política de uma luta comunitária contra instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira (Salvador/BA) (2013-2015).**

O Movimento Contra a UPP surge em Salvador (BA), no ano de 2013, a partir de uma articulação de um grupo de alunos/as da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), todas/os

---

<sup>83</sup>Ver em: <http://amnaluta.blogspot.com/2017/09/seis-anos-de-pacto-pela-vida-no.html>

moradoras/es de diferentes periferias urbanas da cidade, que se reuniram para barrar a instalação de uma BCS no bairro da Engomadeira, em um terreno cedido pela Universidade Estadual da Bahia, em seu campus no bairro do Cabula em Salvador (BA).

A iniciativa surgiu depois que uma das fundadoras-militantes do Movimento e, moradora da Engomadeira, viu uma enorme Placa do Governo do Estado fixada na entrada uma construção na entrada principal do bairro da Engomadeira<sup>84</sup>. A placa em questão tinha os dizeres “*Obras a Serviço de Implantação da Base Comunitária de Segurança Engomadeira – Salvador (BA) – Programa Pacto Pela Vida*”, e de acordo uma das militantes do Movimento, foi a partir daí que tomaram conhecimento da instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira,

— Eu fiquei sabendo antes né, apesar de que a gente tem aqui algumas discordâncias, no sentido da construção. Mas eu me lembro que a placa veio antes da construção do prédio em si, como ele tá hoje. Como a placa foi colocada dentro do bairro da Engomadeira, por morar aqui e passar pela frente todos os dias, eu fiquei sabendo antes. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018)

Ana, uma das fundadoras do Movimento Contra a UPP na UNEB e também moradora do bairro da Engomadeira, nos contou que depois que ficou sabendo da construção da BCS, a primeira coisa que fez foi repassar a informação no bairro onde morava, e descobriu, que assim como ela, muitos moradores – se não a maioria – não sabia da instalação da unidade, e nem mesmo a Associação de Moradores do Bairro tinha algum entendimento ou ciência de como se deu o processo de construção do prédio da futura Base de Segurança.

Depois dessa primeira investigação no bairro que morava, Ana voltou seus esforços para saber uma posição do conjunto de técnicos, professores e alunos da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), especialmente, tendo em vista que o terreno onde a placa estava hasteada pertencia às dependências da universidade. Ana nos contou que após muito “peregrinar” nos corredores da universidade à procura de uma notícia em relação à instalação de uma BCS em seu bairro, não obteve nenhuma resposta concreta, apenas especulações e opiniões das mais diversas sobre a instalação da BCS.

Mas esse quadro de desinformação mudaria, especialmente, diante do fato de que na época a UNEB estava em processo de eleição para uma nova reitoria, e era prática comum candidatos/as aparecerem nas salas de aula para apresentar suas propostas de campanha para aluno/as. Uma dessas aparições foi justamente na sala de aula que Ana estava cursando uma disciplina do seu curso. Diante da presença dos candidatos/as, um dos estudantes perguntou

---

<sup>84</sup> Ver imagem da placa em Anexos.

aos candidatos qual era a opinião dos mesmos em relação à construção de uma Base Comunitária de Segurança no campus da universidade.

De acordo Ana, a pergunta gerou um constrangimento geral nos candidatos/as, que depois de muito tentarem se explicar, não estabeleceram propostas concretas em relação à permanência ou não da BCS no terreno pertencente à UNEB. Esse constrangimento deveu-se a um duplo fator. Por um lado, a universidade passava na época por graves problemas referentes a espaço físico, especialmente no tocante a novas salas de aulas, construção de uma farmácia que atendesse a comunidade do entorno, além de Restaurante Universitário e residência universitária. O outro fator que gerou o constrangimento geral nos candidatos/as, foi o fato de a universidade ser uma autarquia, como tal é gerida a partir de princípios democráticos, que implicam em envolvimento de todas as categorias – professores, técnicos e estudantes – em decisões de ordem estratégica; como a instalação de uma BCS em um terreno cedido pela universidade.

O silêncio institucional da reitoria da UNEB em relação à instalação de uma BCS em um de seus terrenos, revelou a postura política dos grupos dirigentes da universidade, que não só sabiam do projeto da Base de Segurança, como muitos professores, técnicos e a reitoria da época, haviam participado de reuniões com o Governo do Estado, como relata Ana, todo processo foi muito bem pensando, planejado e amplamente divulgado para um setor em específico da universidade,

— Por que é necessário que se diga, que a reitoria da UNEB já sabia do projeto, antes da construção da base teve várias reuniões, com professores e diretores da UNEB pra conceber esse espaço. Então não foi nada de uma hora pra outra, que o governador tinha mandado um decreto, nada disso. O que aconteceu foi uma construção de cima pra baixo, muita bem pensada, pensada pra ferrar com o bairro da Engomadeira. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

A primeira declaração pública – porém informal – da reitoria em relação à construção da BCS na UNEB repercute por toda universidade, de maneira que durante os próximos dias, estudantes, professores, técnicos e funcionários, debatem a questão nos corredores, salas de aula, refeitório e outros espaços de sociabilidade. É nesse contexto de efervescência das opiniões a favor ou contra a instalação de uma BCS na UNEB, que Ana toma a iniciativa de convocar uma reunião geral com estudantes e representantes estudantis. A reunião foi convocada através de um cartaz fixado no mural da universidade e amplamente divulgado nas redes sociais.

O cartaz continha informações referentes à local, data e horário da reunião; 18h, no auditório da UNEB, no dia 24/02/2013. Além de ter os seguintes dizeres; “*Convidamos todos*

*os estudantes da UNEB, bem como os representantes de CA's e DA's para discutir sobre a utilização do espaço já construído da U.P.P para outros fins. Não podemos permitir que esse espaço seja utilizado para legitimar a violência na comunidade da engomadeira. Participe.*"<sup>85</sup> Ana nos conta que essa articulação tinha o objetivo de sensibilizar e também aferir o pensamento médio dos estudantes, muitos dos quais moradores de bairros que já tinham a experiência das BCS.

Essa reunião foi à primeira de muitas que se arrastaram por alguns meses em diferentes ambientes dentro da UNEB: salas de aula, CA's, DA's, auditório e, anfiteatro e área externa da biblioteca. As militantes do Movimento Contra a UPP contam que não se conheciam e foi durante essas primeiras reuniões que uma tomou ciência da outra. Essas reuniões foram importantes para disseminar o debate público em relação à construção da BCS no bairro da Engomadeira.

De acordo Liane, outra militante do Movimento, foi em uma dessas reuniões que tomou conhecimento do processo de construção de uma BCS na Engomadeira. A militante relata que as reuniões eram cheias, o público era inconstante e diverso; foi nesse processo que o Movimento foi tomando um formato organizacional, desenvolvendo suas pautas, nome próprio e, organizou as primeiras ações,

— Não me lembro exatamente como fiquei sabendo do Movimento Contra a UPP, sei que cheguei em uma reunião no prédio de Ciências Sociais, aí eu fiquei pam, peguei as ideia e tipo assim, essas primeiras reuniões do Movimento Contra a UPP elas eram relativamente cheias, as salas um bucado de gente. Conheci Ana nesse corre. (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

As três militantes entrevistadas concordam que essas primeiras reuniões tiveram uma importância estratégica nos rumos organizacionais que o Movimento foi tomando. Com essa série de reuniões o Movimento começou a ganhar destaque dentro da universidade, disseminando o debate para outros setores da burocracia universitária. Foi nessas reuniões que o Movimento começou a erigir as bases ideológicas de suas futuras bandeiras de luta, além de começarem a construir o germe de uma estrutura organizacional e identidade política própria - como por exemplo o nome do Movimento.

Assim como aproximou pessoas, a reuniões preliminares do Movimento afastaram um número maior ainda, sobretudo de professores, técnicos e agrupamentos do movimento estudantil. Esse afastamento ocorreu pelo fato de cada vez mais o Movimento alinhar seu discurso no sentido de condenar a UNEB – e suas instancias representativas internas – por recepcionarem sorrateiramente o projeto de BCS, além de denunciarem nas reuniões a

---

<sup>85</sup> Foto do cartaz nos Anexos.

falência do dispositivo de segurança, tendo em vista a experiência das UPPs no Rio de Janeiro e das próprias BCS já instaladas na Bahia, que já eram conhecidas por suas operações letais de implementação.

Nesse sentido, as primeiras reuniões do Movimento Contra a UPP, serviram também ao propósito de estabelecer a principal pauta do Movimento; o fim da instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira, e esse ponto de pauta que era inegociável, tornou-se um princípio organizativo. Essa posição política inegociável foi taxada de “radical”, deflagrando um afastamento de um montante considerável de pessoas que tinham um olhar diferenciado sobre o processo de implantação da BCS.

As militantes relatam que o pensamento médio dos professores, técnicos e estudantes da universidade, eram em defesa da implantação das BCS, utilizando-se do argumento que o dispositivo de segurança traria melhorias em infraestrutura, saúde e educação para comunidade da engomadeira. Além de uma defesa da necessidade do Estado “combater energicamente” a ação de grupos criminosos nas favelas. O agrupamento que defendia a instalação da BCS era constituído por professores, técnicos, estudantes policiais, além de policiais à paisana que passaram a frequentar as reuniões abertas do Movimento Contra a UPP.

Por outro lado, existia um agrupamento, constituído de estudantes da UNEB, muito dos quais moradores de bairros que já possuíam BCS, moradores da comunidade da engomadeira, pichadores, grafiteiros, MC’s, poetas de rua, DJ’s e todo um conjunto de pessoas ligadas à chamada cultura *underground* ou *cultura de rua*, começaram a compor o Movimento. Uma das militantes descreve como eram essas reuniões e a dinâmica organizacional que foi tomando,

— Aí a galera chegava na reunião, ouvia o que tava rolando e pá. Tipo na outra semana já eram outras cabeça que tavam lá. E tipo as pessoas que foram ficando foram poucas, e foi assim que a gente foi se fechando na verdade, chegou uma hora que nós não fazíamos reunião mais pra divulgar, a gente fazia entre a gente. (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Depois de certo tempo, além das reuniões o Movimento começa a realizar suas primeiras atividades de formação e propaganda política-comunitária. No dia 16/09/2013 realizaram um cineclube aberto a comunidade acadêmica e também para moradores do entorno da universidade, com o objetivo de debater estratégias comunitárias para frear o andamento da construção da BCS; o filme exibido foi “Elas da Favela”<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Foto do cartaz nos anexos.



Meses depois, no dia 1/10/2013 o Movimento convoca um ato público, onde ocuparam a entrada principal da UNEB, trancando o portão de acesso de carros e pedestres. Além da interrupção da via de acesso, as/os militantes distribuíram panfletos que dizia “*UNEB apoia o Genocídio da Juventude Negra. Diga Não! Ato Contra a implantação da UPP*”<sup>87</sup>.

Foi nesse período que o Movimento Contra a UPP da UNEB/Engomadeira consolidou sua identidade política dentro da universidade, passando a ser conhecido na universidade como um agrupamento radical, que não respeita divergências políticas, reconhecido por “implodir reuniões”, por ser antidemocrático no que tange a condução das pautas e, ou até mesmo, violento.

Uma das militantes do Movimento ressalta a importância dessas reuniões iniciais, onde compartilharam experiências e impressões sobre o projeto de BCS. Puderam também traçar as referências organizacionais do dispositivo de segurança, além de amadurecerem a posição política do Movimento em relação à implantação desse modelo de segurança pública na Bahia,

— A gente já tinha um exemplo do que tava acontecendo no Rio de Janeiro. Essa mudança da nomenclatura também, na tentativa de maquiagem é muito importante de ser ressaltada, convenceu aqueles que quiserem se convencer. Por que a verdade é só uma, a Base Comunitária é na verdade uma unidade de pacificação policial, que tava vindo como um Projeto do Pacto Pela Vida. Quando projetamos a construção dessa unidade, a gente parou e pensou “ gente vai ser uma unidade de tortura legal dentro da engomadeira”. Já tinha rolado Amarildo, Joel também em Amaralina, nós já sabíamos do fracasso que estava sendo essas Bases Comunitárias. Nessa perspectiva a gente sempre condenou, pelo menos sempre tivemos a certeza que não queríamos uma UPP na engomadeira. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

A comparação feita pela militante do Movimento entre o padrão operacional das UPPs do Rio de Janeiro e das BCS da Bahia não é leviana. O Rio de Janeiro tem sido uma referência histórica nas principais mudanças tático-operacionais da segurança pública no Brasil (FRANCO, 2014). E, no quesito “pacificação de favelas” a experiência Das UPPs no Rio de Janeiro foi tomada como eixo estratégico para implantação do Programa Pacto Pela Vida na Bahia,

Levando em conta tamanha empreitada a Secretária de Segurança Pública adotou como principais referências para sua intervenção o programa Pacto Pela Vida de Pernambuco, incrementado com o modelo das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (PEDREIRA, 2016, p.38).

As Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs – foram implementadas no Rio de Janeiro em dezembro de 2008 (FRANCO, 2014). O dispositivo de segurança foi inspirado em

---

<sup>87</sup> Ver fotos do cartaz e do ato nos anexos.

uma experiência de “pacificação” já vigente na América latina; o modelo de policiamento militarizado da Colômbia,

O modelo internacionalizado, em cujas veias corre o “sangue” colombiano, marca a inspiração das políticas de segurança pública brasileira, que tratam a “vizinha” Colômbia como um laboratório, dado a visita de alguns governadores ao país, como Aécio Neves (MG), Geraldo Alckmin (SP) e Sérgio Cabral (RJ), para conhecer a experiência colombiana (FRANCO,2014,p.67).

Depois da inauguração das primeiras unidades no Rio de Janeiro, o projeto das UPPs ganha força a nível nacional, a partir de forte propaganda positiva da mídia corporativa, que realiza um gradativo processo de convencimento da “opinião pública” e de setores da classe média brasileira (FRANCO, 2018). De tal modo que, até 2014 eram aproximadamente 40 unidades que funcionavam em diferentes áreas da região centro-litorânea da cidade do Rio de Janeiro; Zona Sul, Centro da cidade, Zona Norte e o chamado “Cinturão da Tijuca” (FRANCO, 2014).

De acordo Marielle Franco<sup>88</sup> o projeto das UPPs tem na noção de “pacificação” um suporte ideológico que organiza toda uma lógica de segurança pública militarizada (FRANCO, 2014). A pesquisadora demonstra em seu estudo “ *UPP – a redução da favela a três letras: Uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*”, que a implantação das UPPs não tem o objetivo de trazer melhorias infra estruturais, ou da ordem de acesso a saúde e educação para comunidades que historicamente não tiveram acesso aos direitos fundamentais (FRANCO, 2014). Pelo contrário, o alto investimento em tecnologias de controle, vigilância, repressão e alta tecnologia armamentista, demonstra que o compromisso do projeto das UPP com uma concepção policialesca de Segurança Pública,

O que está em questão é que a polícia, com a abordagem que predominou, não se firma apenas como uma das atividades do Estado, mas acaba por ganhar um local estratégico nesse processo de ocupação territorial. O que ocorre é uma propaganda geral pela paz, na qual a polícia, e não a política, ocupa lugar central. Esse é mais um dos sintomas do predomínio de uma política de segurança sustentada na militarização. É nesse sentido que se pode afirmar que há uma proposição aparentemente utópica, que assume caráter profundamente ideológico. Não se trata de algo que adota um rumo contrário à lógica e ao modelo imposto até o momento; ainda que possua fissuras diferenciadas, não consegue romper com o modelo já em curso. (FRANCO, 2014, p. 123)

---

<sup>88</sup>Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco(Rio de Janeiro, 27 de julho de 1979 – Rio de Janeiro, 14 de março de 2018) foi uma socióloga e militante negra, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Franco foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, por volta das 21h30min de 14 de março de 2018, quando também foi assassinado Anderson Pedro Mathias Gomes, motorista do veículo em que a vereadora se encontrava. Franco foi assassinada no contexto de graves denúncias que fazia em relação a intervenção federal no Rio de Janeiro e das atrocidades cometidas pela nas favelas cariocas.

O modelo organizacional das UPPs tem na ação bélico-militar estrutura operacional primária, substituindo as táticas de incursões policiais esporádicas a territórios tidos como “perigosos” ou “dominados pelo tráfico”, por um padrão operacional de ocupação militar permanente, que obedece aos seguintes parâmetros organizacionais: a) intervenção tática; b) estabilização; c) implantação; e d) avaliação e monitoramento (FRANCO, 2014).

A primeira etapa é uma progressão policial nas comunidades “perigosas”, com apoio de policiais especiais e, quando necessário, do próprio Exército. A segunda fase do processo de implantação de uma Unidade pacificadora é a ocupação por tempo indeterminado da comunidade, muitas vezes, correlacionando a permanência da tropa no território, com constantes operações táticas de repressão qualificada. A terceira e quarta etapa, é um período que em tese deveriam ser construídas nas comunidades assistidas pela UPP, um conjunto de melhorias de ordem infraestrutura e de acesso da população a direitos básicos, todo esse processo, garantido pela permanência no local de uma tropa de pacificação,

Nesse modelo de “pacificação” descrito acima, considera-se que as políticas públicas sociais chegam, no mínimo, em segundo plano, e em determinadas regiões nem chegam. Ocorre que a polícia figura como força reguladora e responsável pela manutenção da “ordem” nas favelas. (FRANCO, 2014, p.57)

As Unidades de Polícia Pacificadoras do Rio de Janeiro são uma das referências organizacionais das Bases Comunitárias de Segurança na Bahia (SILVA, 2014; PEDREIRA, 2016). Essa referência é operacional, no sentido do *modus operandi* para implantação das UPPs e BCS: a) intervenção tática; b) estabilização; c) implantação; e d) avaliação e monitoramento (FRANCO, 2014). Mas há também uma referência discursivo-ideológica, que se manifesta na narrativa estatal em torno das noções de “pacificação” e “guerra ao narcotráfico”.

As militantes do Movimento Contra UPP contam que a similaridade operacional entre as UPPs do Rio de Janeiro e as BCS da Bahia, já era largamente conhecida, sobretudo, pela forte noticiabilidade que o tema das UPPs tinha nas grandes mídias televisivas, inclusive, com coberturas ao vivo de mega operações policiais de implantação dessas unidades. Também já eram conhecidos os casos de violações dos direitos humanos cometidos por policiais lotados nas UPPs; como o caso do desaparecimento forçado do pedreiro Amarildo<sup>89</sup> e, a posterior luta

---

<sup>89</sup>Amarildo Dias de Souza (Rio de Janeiro, 1965/1966 - Rio de Janeiro, 2013) foi homem negro, ajudante de pedreiro que ficou conhecido internacionalmente por conta de seu desaparecimento forçado, após ter sido detido por policiais militares lotados na UPP da rocinha, Rio de Janeiro. Após forte pressão comunitária de familiares, amigos, parentes e organizações de familiares vítimas do Estado do Brasil e outras partes do mundo, foi descoberto que Amarildo foi detido, torturado, morto e esquartejado por cerca de 25 policiais da UPP da

por justiça e verdade de seus familiares no Rio de Janeiro, “em Salvador nós já tínhamos bastante relatos do Rio de Janeiro, o cenário lá bastante problemático. No rio de Janeiro as organizações comunitárias, as mães, muitos discursos, muitas articulações” (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Por outro lado, as notícias sobre a implantação das BCS em Salvador circulavam constantemente em fóruns de debate comunitários, grupos de amigos, redes sociais e na convivência cotidiana nas comunidades periféricas da cidade de Salvador e região metropolitana. As notícias que chegavam desenhavam um quadro de violência letal policial e falência institucional do dispositivo de segurança, especialmente, no que concerne a efetivação de políticas públicas nos territórios ocupados pelas BCS,

— Antes da construção dessas bases, nós sabíamos que haveria na comunidade uma grande operação e essas operações resultavam em muita morte. Era meio que uma limpeza, a limpeza dos bairros pra que as bases fossem construídas. Não foi diferente no Nordeste, muitos jovens morreram nessas operações. As notícias que chegavam é que a base não resolvia, a estrutura da polícia continua sendo a mesma, não ouve diminuição de nada, muito menos, construção de nada. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Depois de uma sequência de reuniões e um ato público que trancou os portões da UNEB, o Movimento organizou no dia 10/12/2013 uma audiência pública dentro das dependências da universidade, com o tema: UPP NA UNEB. Essa audiência pública, contou com a presença de representantes da reitoria, DCE, técnicos administrativos e representantes da Polícia Militar, além de uma multidão de pessoas das mais variadas partes da cidade, curiosos, e moradores da Engomadeira.

Dois dias após a audiência pública o Movimento Contra a UPP – agora já sendo conhecido e assumindo esse nome – realizou a última reunião do ano de 2013. Nessa reunião o Movimento fez um balanço das ações durante o ano, uma avaliação política da audiência pública, além de traçarem os rumos dos próximos passos a serem adotados. Uma das militantes do Movimento nos conta que nesse momento, o número de pessoas que participavam do agrupamento diminui em uma quantidade significativa por um duplo fator; a metodologia de ação direta adotada pelo Movimento e a constante aproximação do Movimento com comunidades e agrupamentos comunitários atingidos diretamente pelas políticas de morte do Programa Pacto Pela Vida.

Nesse contexto, o Movimento passa a centralizar suas manobras político-comunitárias em uma metodologia de ação direta, que tomou as pichações como linguagem política por

---

rocinha, que o confundiram com um traficante de entorpecentes. Até hoje nenhum dos 25 PMs indiciados foram presos ou a julgamento. Ver mais em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-44790123>

excelência nas ações de agitação, propaganda e na perpetuação da memória política do Movimento Contra UPP na cidade. Ou seja, a pichação passou a compor o repertório de tecnologias políticas do Movimento. De acordo um dos pichadores que apoiavam o Movimento Contra UPP, o interesse, motivações e aproximação de pichadores com o Movimento, se deram por fatores ligados as dinâmicas internas da cultura organizativa da pichação na cidade,

*Uma das coisas que me chamou atenção do Movimento Contra UPP foi a perspectiva de auto-organização. A pichação é organizada. Ela se difere justamente por isso, pelo grau de coesão. É o que difere do grafite la fora se ligou. A participação da pichação por exemplo, não era nas reuniões , mas as pichações estavam la nas ações de rua. Por que também já é orgânico na pichação participar de acoes comunitárias ta ligado. A galera de 15 em 15 dias puxa um mutirão em alguma comunidade e sempre rola uma comunicação e a galera faz as paradas. Além da espontaneidade da galera participar mesmo em ação comunitária, tem também a fita de colar em ação comunitária porque faz um Bomb, faz uma parada, não é apenas um letrado, domina também outras estéticas e pah. Além de ser uma oportunidade de encontrar a galera e fazer um trampo sem a repressão policial (PICHADOR A, Entrevista cedida em 10/08/ 2018 grifo meu)*

Militantes do Movimento e apoiadores/as pichadores/as de outras partes da cidade realizaram uma serie de pichações, que começaram na área interna da UNEB. Posteriormente as pichações não só extrapolaram as dependências da universidade, como também, ganharam telas em diferentes bairros de Salvador. A tática do pixo tornou-se uma marca política indelével da ação do Movimento dentro e fora da universidade, já que os pichadores/as de diversas partes da cidade “abraçaram a ideia”, e espalharam as palavras de ordem e o próprio nome do Movimento, em muros, sacadas, viadutos, e nas portas de estabelecimentos comerciais por toda cidade de Salvador.

As militantes contam que a aproximação com a cultura do pixo se deu de diversas maneiras; relações interpessoais, alguns pichadores/as moravam em comunidades já atingidas pelas BCS, outros/as eram do bairro da Engomadeira ou arredores e, com o tempo, a pauta do Movimento tornou-se temas de letrados em variadas partes da cidade. Na narrativa de um dos pichadores que apoiava o Movimento Contra UPP, fica evidenciado que a aproximação de agrupamentos de pichadores nas dinâmicas políticas protagonizadas pelo Movimento Contra UPP, foram também motivadas pelo fato da pauta e retorica política utilizada pelo Movimento, tocarem as subjetividades e percepções de jovens homens negros que compõe hegemonicamente o cenário cultural da pichação da cidade,

*Essa pauta logo estampada MOVIMENTO CONTRA UPP, uma pauta que querendo ou não toca ne vei, qualquer jovem preto vai pensar “qual minha relação com a policia”. Então acredito que a aproximação dos pichadores se deu por conta disso “qual a relação da pichação com a policia”. Entao qual a necessidade de você se organizar contra uma UPP, contra uma base comunitária dentro de sua comunidade ta ligado. Essa questão da violência policial é uma denuncia permanente no*

Movimento. Assim como é permanente na pichação. Por vida a galera tá denunciando a questão da violência policial. E assim, quando chega o Movimento Contra UPP é uma pauta específica de uma comunidade se ligou. (DEPOIMENTO PICHADOR B, entrevista cedida 15/08 2018).

A cultura da pichação tem uma larga tradição nas ruas de Salvador, que remonta as próprias origens da Cultura Hip Hop na cidade, já que muitos dos primeiros grafiteiros eram pichadores (MIRANDA, 2014). Desse modo, a estética do grafite e do pixo possuem dinâmicas de interações que se cruzam em diversos contextos; comunitários, territoriais, tecnológicos. Bem como, a cultura da pichação possui dinâmicas internas próprias, muitas das quais, atravessam as dinâmicas raciais excludentes da geografia espacial da morte na cidade de Salvador,

Eu acredito que cada vez mais se criar essa possibilidade da gente se comunicar por vias que sejam de fato marginais, marginalizadas. Quando eu entrei pra pichação eu não imaginava esse potencial, quando comecei a comunicar eu não sabia. Como é que um jovem, sei lá, tala em São Cristóvão, vai conhecer outro jovem preto da suburbana, com todas as limitações criadas na cidade pra você não se locomover na cidade. Você não tem o dinheiro do transporte. Se você for pra outra área estranha você pode ser encurralado por uma outra galera ali que vai estranhar sua presença. Os polícia ali também te caçando. Entao assim, a pichação acaba criando uma dinâmica na cidade que atravessa isso tudo. (DEPOIMENTO PICHADOR B, entrevista cedida 15/08/ 2018).

Nesse contexto, o pesquisador e militante da cultura Hip Hop, Jorge Hilton Miranda, aponta em suas pesquisas que a cultura do pixo é vivenciada por uma juventude negra marginalizada, como forma de protesto político e como manifestação de sentimento de insatisfação em relação a ordem vigente. (MIRANDA, 2014) A pichação é uma cultura historicamente criminalizada pela corporação policial, pelo sistema de justiça e pelo pensamento médio da população em geral. E essa criminalização manifesta-se de diferentes maneiras, muitas das quais, em práticas de tortura perpetrada por policiais,

São infinitos casos de violência policial, incluindo agressão física e humilhação, direcionadas aos pichadores, e quem demoniza pode achar que tudo isso justifica. Segundo o ex-pichador Pinel, um colega que assinava KPTA foi pego pela PM, que lhe obrigou a abrir a boca e então jogou tinta spray dentro e por todo seu rosto (MIRANDA, 2014, p.53).

Hilton continua a descrever praticas policiais de tortura contra pichadores, e relata um dos depoimentos mais chocantes coletados com um dos mais antigos pichadores da cidade de Salvador (BA),

Sobre violência policial, o caso que mais lhe chocou aconteceu com os pichadores Seta, Azedo e Slop. Flagrados no ato da pichação, só foram tempo depois encontrados nus, em Areia Branca, município de Lauro de Freitas. Sem roupas, foram obrigados a deitar no chão e receberem agressões tão violentas que dois deles tiveram fraturas nas pernas. Um ficou três meses sem poder andar (MIRANDA, 2014, p. 57).

Além das práticas cotidianas de violência policial os/as pichadores enfrentam uma forte campanha midiática de criminalização, além de ações oriundas de setores do legislativo da cidade, como o projeto de lei tramitando na câmara de vereadores de Salvador, que prevê multa de três mil reais pra quem pichar imóveis públicos ou privados na cidade<sup>90</sup>. A pichação é na narrativa do poder público municipal de Salvador e da SSP-BA, uma prática de vandalismo ou mesmo, banditismo, que deve ser combatida energicamente, inclusive com operações policiais especificamente para o combate dessas práticas,

A Polícia Civil tenta identificar um grupo de pichadores que tem depredado prédios públicos e privados no Centro de Salvador. Imagens recuperadas do circuito de segurança de uma loja da região vão ajudar na investigação, comandada pelo delegado Márcio Vilas Boas, da 1ª Delegacia (Barris). O delegado afirmou que várias ocorrências registradas na delegacia levaram a polícia a começar uma investigação sobre o caso. O grupo seria formado por cerca de dez pichadores que costumam agir na madrugada. Enquanto uma parte do grupo fica observando a movimentação para o caso da polícia chegar, os outros picham fachadas de prédios públicos e lojas da região<sup>91</sup> (JORNAL CORREIO, 2016)

Foi nesse contexto de aproximação com pichadores/as da cidade que o Movimento decidiu ainda em 2013 realizar uma ação ousada, que marcaria a presença do Movimento dentro e fora da Universidade; invadiram e picharam completamente o prédio que iria ser instalado a BCS da Engomadeira, além de hastearem uma faixa enorme com os dizeres: “*NÃO A UPP, QUEREMOS SAUDE, EDUCAÇÃO E LAZER*”<sup>92</sup>. Depois das pichações as obras pararam definitivamente, conta uma das militantes que participou “do ataque”. Um dos pichadores nos relatou o significado da participação de pichadores nessa ação,

Quando surgiu o Movimento Contra UPP minha participação não era orgânica. Eu tava em algumas ocasiões com o Movimento. Uma delas inclusive foi quando a galera planejou botar a faixa no prédio. Por que tipo assim a gente pensa pichação e associa ao spray, mas pichação é um giz na parede, um carvão, um extintor, um extensor. É uma faixa. Por isso que falei da questão da faixa na parada da UPP. Por que tipo assim foi uma faixa que é pichação também, por que em um grau é comunicação e em outro grau é crime contra propriedade, já que tão invadindo patrimônio publico. E assim, a medida que a repressão incide com mais força a parada vai se radicalizando. Se criando outras tecnologias (DEPOIMENTO PICHADOR A, entrevista cedida 10/08 2018).

Liane, uma das militantes-dirigentes do Movimento Contra UPP relata como foi esse episódio deu início a uma série de articulações do Movimento com agrupamentos comunitários. No caso em questão, com um agrupamento de pichadores/as da cidade,

<sup>90</sup> Ver sobre projeto de lei contra pichações aqui: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1872633-prefeitura-avalia-lei-que-preve-multa-de-r-3-mil-para-pichadores>

<sup>91</sup> Ver matéria em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/policia-civil-tenta-identificar-pichadores-que-estao-agindo-no-centro/>

<sup>92</sup>Fotos da Base Comunitária e do dia do ato estarão disponíveis no anexo.

— A gente se preparou pra esse dia, chamamos uma galera de fora, teve a galera do Movimento e uma galera de fora. Uma galera foi por dentro da UNEB, outros pularam o muro, outros pegando a visão. Umas 8 pessoas na ação. Ai a gente botou uma faixa encima do prédio, tem fotos dessa faixa: NÃO A UPP, QUEREMOS SAUDE, EDUCAÇÃO E LAZER. Essa frase acabou virando uma palavra de ordem. E dentro colocamos NÃO A UPP! bagaçamo - pixaram - o lugar todo assim. (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

O conjunto de táticas baseadas na ação direta – pichações e trabalho comunitário – foram constantemente criminalizadas por opositores do Movimento. Entretanto, assim como afastou pessoas, as opções táticas do Movimento Contra UPP na UNEB/Engomadeira, acabaram por atrair cada vez mais gente que não tinham vínculos diretos com a universidade, mas estavam totalmente inteirados dos efeitos catastróficos das políticas de morte (MBEMBE,2018) do programa Pacto Pela Vida.

O Movimento realizou durante o ano de 2013 panfletagens na comunidade da engomadeira, além de sessões de cine clube e ações culturais educativas com as crianças do bairro. Correlacionada com essas ações dentro da comunidade que seria atingida diretamente pela implantação da BCS, o Movimento articulou uma série de reuniões, audiências públicas e trancamentos de portões, dentro da Universidade; somados a isso, pichações espalhadas por toda UNEB, que denunciavam o caráter militarizado e racista das BCS.

Ao fim do ano de 2013, depois de um conjunto de ações dentro e fora da universidade, o Movimento Contra UPP, já tinha delineado os princípios organizativos de suas ações fora e dentro da universidade,

— Começamos com umas ações dentro da Universidade. Então a agente fazia vários bang, pichava a UNEB toda. Colocávamos placas dentro da UNEB, a gente fazia panfletagem, fizemos várias reuniões dentro da UNEB, conseguimos fazer duas audiências com a presença da comunidade e com a presença da polícia também; audiências muito tensas. Me lembro que teve uma panfletagem em um bairro que a polícia chegou. A gente tava em uma área que a letalidade é bem alta, fazendo uma panfletagem, debatendo com a comunidade como seria a construção dessas bases. Quando a polícia chegou tivemos que sair correndo. Foi um processo muito tenso. Comunidade tinha medo, mas conseguimos mobilizar muito a partir das atividades comunitárias. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Nos primeiros dias do ano de 2014 (07/01/2014), o Movimento Contra a UPP retoma suas atividades, convocando uma reunião em frente à biblioteca da UNEB com a seguinte pauta; Intervenções na Comunidade e Audiência Pública com representantes da Secretaria de Segurança pública e Governo. Dias mais tarde – 21/01/2014 – o Movimento realiza mais uma reunião com a pauta; Construção do Panfleto do Evento; Panfletagem na Engomadeira, dia 25/01; Evento do dia 01/02.



As militantes nos relatam que cada vez mais o Movimento foi assumindo um caráter comunitário, no sentido de atuar politicamente, construir alianças tático-estratégicas e recrutar novos militantes nas comunidades diretamente atingidas pelas políticas de segurança do Programa Pacto Pela Vida.

Não que o Movimento tenha abandonado sua atuação na Universidade, na verdade, a UNEB era peça fundamental no conjunto de táticas adotadas para barrar a instalação da BCS da engomadeira, especialmente, no tocante a vocalização da pauta. Entretanto, o Movimento Contra a UPP avaliou que a ação comunitária, era mais central no conjunto de táticas, diante da constatação que a série de reuniões, audiências públicas e debates com a Reitoria e o Governo, não levavam a ações concretas de paralização das obras de instalação da BCS na engomadeira. Nas palavras de uma das militantes do Movimento,

— Tiveram essas ações comunitárias, que eram onde nós conseguíamos mobilizar. Nós estávamos fazendo essas ações pra mostrar que o que resolvia não era a polícia, eram outras coisas. A ideia era a gente organizar pra mostra que não dependemos da polícia pra ter segurança. Aí fizemos atividades com as crianças, microfones abertos. Quando fazíamos essas ações conseguíamos o contato de várias pessoas, a galera da rua colava, a galera da rua que vinha de vários lugares da cidade. (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

É nesse contexto de centralidade tática no trabalho comunitário que o Movimento Contra UPP realiza no dia 01/02/2014, o “*I Microfone Aberto*”, no final de linha do bairro da engomadeira<sup>93</sup>. A ação comunitária foi uma articulação de diversos agrupamentos, que na época, enfrentavam de diferenciadas formas e, em diferentes pontos da cidade, as políticas de Morte (MBEMBE, 2018) do programa Pacto Pela Vida. O Movimento Contra a UPP reuniu nesse dia; pichadores/as, grafiteiros/as rappers, b-boys/b-girls, poetas de rua, DJ's, agrupamentos que lutavam contra instalação de BCS em outros bairros, estudantes universitários, militantes de movimentos sociais populares, lideranças comunitárias e de organizações de enfrentamento a brutalidade policial. Nas palavras de um dos muitos pichadores que compareceram ao microfone aberto, a ação comunitária foi um marco no contexto de articulação e protagonismo político de agrupamentos de Pichadores junto ao itinerário político do Movimento Contra UPP,

O Movimento contra upp conseguiu juntar vários Sistemas em suas acoes. No microfone aberto ficou mais evidente ainda essa adesão da cultura da pichação a pauta do Movimento. La no cabula tem uma galera que é o COMANDO ETERNO, é um sistema. Por que assim, a pichação tem níveis de organização; tem a gangue que é célula, a unidade basica, a gangue se juntando forma uma família e com o tempo a família forma um Sistema. O sistema geralmente já tem uma ligação com uma localidade, com um território. *As Gangues e Sistemas que tavam ali naquele perímetro abraçaram a ideia e botaram a parada adiante* (Entrevista com PICHADOR A, Depoimento cedido 10/08/2018 grifo meu).

<sup>93</sup>Ver fotos da ação comunitária nos anexos.

Também compareceram ao evento um contingente representativo de moradores da comunidade da Engomadeira, representantes da associação do bairro, mães, pais e jovens da comunidade; uma comunidade majoritariamente negra. Nas palavras de uma das militantes do Movimento; “Colou a rua, colou uma galera do pixo também que nos ajudou em atividades e tal, da cena da rua mesmo, da resistência, que nos auxiliou em muita coisa, foi muito importante. A galera que ta sofrendo a brutalidade policial na pele”. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Essa poderosa articulação foi fruto do processo de recrudescimento das ações comunitárias protagonizadas pelo Movimento Contra a UPP nas ruas da cidade; a exemplo das pichações, das panfletagens, cine clube e ação educacional com as crianças. Essa ação político-comunitária permanente possibilitou que o Movimento tivesse contato com outros agrupamentos que protagonizavam lutas comunitárias contra as BCS e outras políticas de Morte (MBEMBE,2018) do Programa Pacto Pela Vida. Há exemplo da *Campanha Reaja ou Será Morto@*, que de acordo uma das militantes do Movimento, foi a organização responsável por articular diferentes agrupamentos comunitários espalhados pela cidade, na luta parar frear o avanço dos dispositivos de segurança do Pacto Pela Vida,

— Com a chegada da Reaja a gente conseguiu ter contato com outros grupos que lutavam contra as bases comunitárias em seus bairros. Então tivemos contato com o pessoal do bairro da paz, fizemos um microfone aberto lá, fizemos um microfone aberto aqui na engomadeira. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

A Campanha Reaja ou Será Morta/o surge em Salvador (BA) no ano de 2005, como uma articulação de movimentos sociais negros e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, que se reuniram na época para construir e implementar estratégias comunitárias de enfrentamento aos altos índices de violência letal contra a população negra.

O postulado político central da organização era que esses altos índices de violência letal que atingem de sobremaneira a comunidade negra, são a manifestação mais latente do Genocídio negro em curso no Brasil. Genocídio esse que tem os dispositivos de segurança do Estado, um dos principais agências de propagação da morte negra violenta. Atualmente a organização atua em cidades do interior da Bahia, além de ter ramificações em outras unidades federativas. As principais pautas da organização é o enfrentamento a brutalidade policial, a causa anti-prisionale pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.

Como afirma uma das militantes do Movimento Contra UPP, o dialogo organizacional com a Campanha Reaja ou Será Morta/o, foi importante para formação política e rumos que o Movimento tomou posteriormente,

— A Campanha Reaja é uma campanha de peso; Contra o genocídio do Povo Preto. E foi uma questão de sobrevivência, foi muito importante o que podemos dialogar, as ações que fizemos em conjunto também muito importantes. Várias perspectivas até de discurso, de fala, de exemplo, do que a gente queria e o que não queria, foi um amadurecimento pra gente. A gente se olha agora e vemos o quanto essa relação nos amadureceu. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

A aproximação entre as duas organizações se deu principalmente pela similaridade tática; ações diretas de caráter comunitário. Ana nos contou, que conheceu uma das lideranças da Campanha Reaja em um dos muitos debates que o Movimento Contra foi convidado. Ao termino do evento Ana foi à direção do militante em questão, se apresentou, falou um pouco do Movimento contra UPP e entregou um panfleto com horário e local da próxima reunião. Esse foi o primeiro de muitos contatos, que culminaram em uma série de ações comunitárias conjuntas.

Uma das militantes do Movimento Contra UPP relata que “A Reaja foi meio que um Movimento que a gente via fazendo esse debate e podemos dialogar. Tipo assim, a Reaja tava construindo uma fita e noiz aqui outra e ai dialogamos” (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018). O diálogo entre as organizações, para além de um alinhamento no campo ideológico, era pautado em ações práticas de mobilização comunitária, ação direta nas ruas e formação político-comunitária. Conheci as Militantes do Movimento Contra UPP em uma dessas ações – o Tributo a Negro Bull – e depois nos encontramos e organizamos juntos diferentes ações comunitárias; a exemplo do I encontro de Cine Clube Comunitários da Bahia.

Cinco meses após a ação político-cultural “Microfone Aberto” no bairro da Engomadeira, o Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, juntamente com a Campanha Reaja, organizam uma nova edição do evento, agora em outra comunidade, onde um grupo de moradores/as se organizava para denunciar uma serie de violações dos direitos humanos, cometidas por policiais lotados na BCS do bairro da paz. Tal qual a ação na Engomadeira, o Microfone Aberto no Bairro da paz, contou com a presença de pichadores, rappers, DJ’s, grafiteiros, militantes comunitários, estudantes universitários, representantes da Associação de moradores do bairro, além de um grupo de moradores/as que já debatiam internamente no bairro a presença da BCS.

Além do Microfone Aberto, no dia 03/06/2014 o Movimento construiu com a Campanha Reaja o espaço de debate “*Movimento Contra a UPP debate: periferia em destaque*”, evento de caráter de formação, que ocorreu no auditório da UNEB, onde foram realizados uma série de debates temáticos que abordavam a questão da segurança pública por uma ótica comunitária. Somadas a essas ações supracitadas, o Movimento Contra a UPP da UNEB/Engomadeira, construiu e participou de da II edição da Marcha Internacional Contra o Genocídio Negro, organizada pela Campanha Reaja em agosto de 2014, na cidade de Salvador Nas palavras de Ana,

— A Reaja serviu pra nós como suporte, no sentido de encaminhar a gente pra ter uma visão da importância da luta que nós fazíamos. Acho que serviu pra nos nortear em relação a isso; a importância dessa luta comunitária. A Reaja veio em um momento muito importante e nos fez nos enxergar enquanto mobilizadoras de um movimento muito perigoso estávamos com nossa vida em risco. A partir da Reaja tivemos contato com o pessoal do bairro da Paz e outras comunidades. A partir dos ensinamentos da Reaja o Movimento Contra UPP se reinventou. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

O Movimento Contra a UPP se consolidou como uma agência social comunitária que conseguiu colocar em xeque o projeto de implantação das BCS na Bahia. A intensificação das táticas comunitárias foi articulada a ações de agitação e propaganda dentro da UNEB; Fóruns de debate, panfletagem, trancamento dos portões e pichações. A reitoria da UNEB até momento não havia se pronunciado concretamente. A construção do prédio que iria hospedar a BCS da Engomadeira havia sido interrompida, especialmente depois que o Movimento pichou todo o local. Entretanto, mesmo com a interrupção da obra, o Movimento exigia uma posição oficial da universidade.

### **2.3. Tradições radicais negras nas cidades transatlânticas**

No segundo semestre de 2014 o Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, já tinha desenvolvido seu programa de ação baseado em quatro bandeiras de luta; 1)Desmilitarização; 2)Contra o Genocídio do Povo Negro; 3)Descriminalização e legalização das drogas; e 4)Extensão universitária efetiva (CONTRA A UPP NA UNEB, 2014).

O programa de ação do Movimento Contra UPP foi edificado no decorrer da luta comunitária contra instalação da BCS na Engomadeira. Ou seja, em um contexto organizativo, onde as bandeiras de luta foram incorporadas gradativamente pelo Movimento, à medida que sua luta organizativa o conectava com outras agências negras comunitárias, que também protagonizavam enfrentamentos diretos a políticas de morte (MBEMBE, 2018) em

outras partes da cidade. É necessário destacar, que Salvador enquanto uma *cidade negra transatlântica* (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016), possui uma larga tradição de luta política racial. Assim sendo, a coalizão de agrupamentos comunitários que juntamente com o Movimento Contra UPP, construíram – e constroem – estratégias e táticas contra as políticas de morte (MBEMBE, 2018), estão inseridas no bojo dos variados itinerários dessa tradição política racial das cidades negras transatlânticas (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016).

Como aponta Avelar (2016), historicamente as dinâmicas sociais das cidades brasileiras têm sido marcadas por estruturas seculares de divisão racial do espaço urbano. De modo que as estratégias de resistência, organização e territorialização da comunidade negra são constantemente vigiadas e duramente reprimidas pela supremacia branca que patrimonializa os dispositivos do Estado (CHALHOUB, 1990; FARIAS et al, 2006; AVELAR, 2016).

Nesses termos, a noção de *cidades negras transatlânticas* (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016), para além de destacar a superioridade populacional de pessoas negras nesses territórios, aponta que mesmo dentro de uma estrutura secular de urbanidade racializada, agrupamentos de negro\as constituíram secularmente uma série de reinterpretações desse espaço urbano essencialmente anti-negro (VARGAS, 2010), criando redes de resistência, que em diferentes contextos históricos, protagonizou processos políticos organizativos que vão de encontro as políticas de morte (Mbembe,2018) da supremacia branca. Diante desse quadro, entendemos que Salvador enquanto uma *cidade negra transatlântica*,

...afronta, liberta e desenha territórios de resistência no espaço, a cidade branca formal, desconfia, controla, vigia e risca o espaço a partir de estratégias de controle. De forma ainda mais detalhada digo que: se territórios negros surgem em meio as ruas das cidades escravistas e marcam espacialidades por meio de suas subjetivações e resistências. De outro lado, os mecanismos de controle sob a população negra erguidos e operados em nome da cidade branca formal (AVELAR, p.29, 2016).

Historicamente uma das principais estratégias para implementação das políticas de morte (MBEMBE, 2018) nas cidades negras transatlânticas (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016) foi a construção do aparato policial, que ganhou maior força nos centros urbanos das cidades coloniais nas últimas décadas que antecederam fim da escravidão racial no Brasil (Mattos, 2008). Em Salvador no século XIX, o poder público baiano demonstrava preocupações em torno da “*segurança dos cidadãos de bem*”, que deveriam ser protegidos, sobretudo de sublevações populares e da população escravizada em constante rebelião. Como aponta a literatura historiográfica, durante a primeira metade do

século XIX vários órgãos policiais foram criados com o objetivo de controlar, disciplinar e reprimir a enorme massa escravizada e liberta nas ruas da cidade (MATTOS, 2008; REIS, 2003).

A partir da primeira metade do século XIX a relação entre poder público e as populações negras passou a ter como ponto nevrálgico a noção de segurança pública (Mattos, 2008). Mattos (2008) aponta como durante todo o século XIX, mesmo antes da criação da Guarda Nacional em 1831, foi erigida uma série de órgãos policiais na cidade de Salvador, que em 1825 já possuía companhias de policia com 116 homens (MATTOS, 2008; MATTOSO, 1992). É nesse contexto que a policia militar da Bahia surge historicamente, a partir de um decreto imperial no ano 1825, que instituiu uma companhia militar que inicialmente tinham a tarefa de combater uma coalização de escravos fugidos e libertos liderados por uma mulher negra chamada Zeferina; Uma das principais lideranças do quilombo do Urubu, localizado em Salvador que era capital da província na época (REIS, 2003; MATTOS, 2008).

Ainda na primeira metade do século XIX Salvador é palco de um dos mais importantes levantes negros da história da escravidão racial nas américas; a revolta dos malês<sup>94</sup>. Nesse mesmo ano, um novo corpo de policia é criado na capital baiana com o intuito de fortalecer a “segurança” da cidade, especialmente, no tocante a constituição de um aparelho policial que desse conta de reprimir com maior eficiência revoltas populares de escravizados, libertos e africanos (REIS, 2003; MATTOS, 2008). Como aponta Mattos, o recrudescimento dos dispositivos policiais, a partir do advento da Revolta dos Malês não foi mera coincidência,

A coincidência da criação desses órgãos policiais com a Revolta dos Malês, evidentemente, não foi casual, pois a eclosão da revolta, ponto culminante de um ciclo de revoltas negras que marcou os primeiros anos do século XIX baiano, impôs ao poder publico local, e mesmo imperial, a adoção de um conjunto de medidas legais extremamente duras em relação as populações negras ... Um exemplo disso é a lei imperial de 10 de junho de 1835 que estabelecia a pena de morte a escravos por pratica de ofensa ou ferimento contra senhores, administradores, respectivas mulheres e familiares ( MATTOS, p. 92, 2008).

Diante dessa breve revisão histórica das raízes escravocratas-coloniais da segurança publica na Bahia, podemos observar como a montagem do aparelho policial no século XIX,

---

<sup>94</sup>Em 25 de janeiro de 1835, um domingo, aconteceu em Salvador uma revolta de escravos africanos de proporções históricas, pelo nível de articulação e proposito politico. O movimento de 1835 é conhecido como Revolta dos Malês, por serem assim chamados os negros muçulmanos que o organizaram. A expressão malê vem de imalê, que na língua iorubá significa muçulmano. Para mais informações ler “Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835”, do historiador Joao Jose Reis (2003).

faz parte de uma estratégia de controle e dominação racial por parte da supremacia branca, que intensificou a força repressiva dos dispositivos policiais do Estado, sobretudo, à medida que a população negra – escravizada, liberta, ou africana – também intensificava táticas insurrecionais, práticas de aquilombamento e rebeliões contra ordem racial vigente. A cidade, o aparato policial e o corpo negro – cativo, liberto ou africano – possuem conexões longínquas, seja do ponto de vista da constituição de dispositivos de controle e dominação racial, mas também, da constante e multifacetada insurgência racial.

Contemporaneamente, Salvador enquanto *cidade negra transatlântica* (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016,) continua atravessada por padrões racializados de urbanidade. Padrões esses, que contemporaneamente estão manifestos nos dispositivos de segurança que tem sido um dos principais agentes estatais de ramificação das políticas de morte (Mbembe, 2018). Mas assim como há permanências e reinvenções da repressão racial, há também uma fervilhante tradição de luta racial comunitária, protagonizada por agrupamentos de negro\as que são atingidos diretamente pelas políticas de morte (MBEMBE, 2018). Nas palavras de Avelar,

O passar dos anos, as transições históricas nas cidades negras, não significaram transformações que permitam falar de uma cidade ou urbanidade cidadã para população negra. O regime racializado de cidade e de cidadania, como parte do “elo de continuidade de exclusão”, assegura a permanência do negro nas zonas precárias da cidade, as quais, não coincidentemente, serão os locais privilegiados da repressão estatal... Aquilombado (NEDER, 1997) em bairros populares de Salvador, o povo negro de hoje refaz, cotidianamente, as estratégias de resistência e enfrentamento desse projeto de cidade (AVELAR, p. 32, 2016).

No entanto, para além de digressões históricas seculares, cabe esmiuçarmos as referências contemporâneas que substanciam a luta organizativa do Movimento Contra UPP, que no ano de 2014 havia construído e publicizado seu programa de ação. Esse programa de ação foi concebido dentro do contexto da luta comunitária pela interdição da construção de uma BCS no bairro da Engomadeira. Dentro desse contexto, o Movimento Contra UPP e sua rede de alianças comunitárias fazem parte – direta ou indiretamente – de uma longa trajetória de experiências organizativas do povo negro, que secularmente tem resistido e enfrentado as políticas de morte (Mbembe, 2018) na *cidade negra transatlântica* (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016) de Salvador.

O programa de ação nesse sentido faz parte do conjunto de referências organizativas que substanciam a luta comunitária do Movimento Contra UPP. No caso em questão, ao realizarmos uma leitura histórica do documento “*programa de ação*” e da narrativa inscrita

em seu conteúdo<sup>95</sup>, pudemos notar a forte influencia da cultura politico-organizativa do Movimento Negro contemporâneo (GONZALEZ, 1982; MOURA, 1982; DOS SANTOS, 2006; MENDES & DA SILVA, 2009).

Na década de 1970, entra em cena na arena política racial brasileira, o movimento negro contemporâneo (GONZALEZ, 1982; MOURA, 1982; DOS SANTOS, 2006; MENDES & DA SILVA, 2009). Este, fora da crítica vinda dos salões das universidades, se constitui como antítese político-ideológica da democracia racial, desferindo a partir dos anos de 1970 candentes golpes ao discurso oficial nacional.

Para os agrupamentos vinculados a cultura política do Movimento Negro Contemporâneo, a democracia racial é um mito-ideologia do autoengano (MOORE, 2012), construída pela supremacia branca para desmobilizar a organização política da comunidade negra (MNU, 1988; 2001). Além do caráter escamoteador da realidade de opressão e desigualdade racial da sociedade brasileira, segundo o Movimento Negro (MN), a democracia racial opera um objetivo mais nefasto ainda, que seria o genocídio programado de negras e negros, na medida em que o mito-ideologia favorece a negação identitária de negro/as e a mistura racial com o grupo racial branco dominante (NASCIMENTO, 1978-1980; MORRE, 2012).

O movimento negro contemporâneo estabelece um ávido confronto dentro da esfera pública (HANCHARD, 1994) brasileira como uma antítese político-discursiva a democracia racial, desautorizando publicamente o mito e construindo uma contranarrativa que propõe a refundação do Estado-Nação brasileiro rumo a uma verdadeira democracia racial. Nas palavras do próprio Movimento negro,

Quem defende a existência da democracia racial, aponta como provas de falta de preconceitos, os poetas, escritores e vultos históricos negros. Nos dias de hoje, indicam como provas, nossos atletas, cantores, compositores, pintores, escultores, atores e atrizes negros, além é claro, “mulatas exuberantes”, que seriam aceitos e integrados na sociedade. Dizem até que negros bem de vida ou ricos, e alguns parlamentares negros, confirmam a democracia racial. Os defensores de tal democracia, principalmente quando brancos, trabalham com provas aparentes e, através delas, lançam suspeitas, rejeição e respondem com indignação, contra os que – como nós – negamos a democracia racial, com o objetivo de demonstrar sua falsidade e trabalhar para que seja autentica verdadeira e humana (MNU, 1988, p.20).

Dentro dessa conjuntura político-racial, no final da década de 1970, emerge na arena pública racial brasileira um novo tipo de organização política de luta antirracista, que tinha a pretensão de construir um novo marco organizacional, que aglutinasse a estrutura de um

---

<sup>95</sup> Para o proposito do argumento do presente capitulo, iremos expor integralmente o documento “Programa de acao do Movimento Contra UPP”. Ainda no presente capitulo.



partido político nacional, mas com a capilaridade e autonomia de um movimento social (HANCHARD, 2001). É nesse bojo que emerge o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente torna-se o Movimento Negro Unificado (MNU, 1988).

O Movimento Negro Unificado surge em um contexto de efervescência criativa cultural na política racial brasileira (CONCEICAO, 1988). Surge no mesmo ano que o poeta Cuti (Luiz Silva) publica o livro poemas da carapinha, reinserindo a literatura de temática negra, que nos anos anteriores havia sido trabalhada pelo poeta/militante negro Solano Trindade. No mesmo ano é publicado também o primeiro volume da ontologia poética Cadernos Negros, um marco na literatura protagonizada por negr@s no Brasil (CONCEIÇÃO, 1988).

Além desse contexto Litero-cultural, o MNU foi fundado em seus primórdios para combater a discriminação e violência racial contra pessoas pretas no Brasil, notadamente, a discriminação em ambientes aparentemente públicos, mas reservados a supremacia branca, bem como, uma reação a violência cometida por agentes do Estado em serviço ou lotados em grupos de extermínio (MNU,1988). O militante negro e escritor Jonatas conceição (1988), pontua em seus escritos, que no princípio do MNU a violência letal contra negro/as foi o catalizador de uma reação organizada, sobretudo em São Paulo, quando na mesma época quatro atletas negros haviam sido discriminados, espancados e impedidos de entrar no clube tietê de São Paulo. Na mesma época, a comunidade negra de São Paulo ficou chocada com a morte extremamente violenta do operário Robson Silveira da Luz, torturado e assassinado por policiais nas dependências de uma delegacia (CONCEICAO, 1988). De acordo Jonatas Conceição,

Esses foram os motivos decisivos para a mobilização e reagrupamento, a nível político, de entidades negras e pessoas de diversas matizes: CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra; Associação Cultural Brasil Jovem; Grupo Afro-Latino – América; Blacks, representantes de equipes de bailes, artistas, estudantes, esportistas. A 18 de junho de 1978 funda-se oficialmente o MNUCDR com militantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua primeira atividade pública acontece no dia 7 de julho de 1978: um ato público, em frente as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Esse ato foi para protestar contra os atos de violência e foi também uma forma de colocar o movimento e sua proposta na rua (CONCEICAO, 1988 p.7).

Na Bahia o MNU constituiu seu quadro inicial através das pessoas negras que participavam do *Grupo NEGO – Estudos sobre a Problemática do negro brasileiro* (CONCEIÇÃO, 1988). Jonatas Conceição (1988) conta em seu texto “*história de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia*”, que foi a partir do grupo NEGO, que se formou o primeiro núcleo organizativo do MNU na Bahia, sobretudo, pelo fato

de pessoas desse agrupamento estar em constante contato com as mobilizações negras que ocorriam no Rio de Janeiro e São Paulo. O grupo NEGO conseguiu enviar representantes ao ato de fundação do MNU no dia 7 de julho de 1978, representantes esses, que foram municiados de documentos e cartas públicas construídas no contexto das reuniões organizativas do grupo NEGO. Os documentos programáticos foram lidos em praça pública na frente ao teatro municipal de São Paulo, demarcando a presença da militância negra da Bahia no ato de fundação do MNU.

Entretanto, Jônatas conceição alerta em seu escrito que o protagonismo do grupo NEGO em se articular nacionalmente, foi parte de um processo de crescente efervescência político-racial na Bahia, com destaque para cidade de Salvador, que desde a primeira metade da década de 1970, já hospedava uma série de agrupamentos de negro/as que se debruçavam de diferentes maneiras sobre as questões políticas em torno das categorias raça, racismo, negritude e cultura negra. Jonatas conceição (1988) relata,

A efervescência de 1978 (quando se criou o Movimento Negro Unificado) foi resultado da movimentação cultural já em curso na primeira metade dos anos 70. Havia em Salvador, grupos culturais preocupados com a questão política do negro. Aliado ao trabalho político-cultural de blocos como o Ilê Ayê realizavam – trabalho este voltado para questões como identidade cultural, divulgação e revelação de compositores e cantores, formação de instrumentistas e outras – existiam entidades como o Malê Cultura arte Negra, o Núcleo Cultural Afro-brasileiro, o Grupo de Teatro Palmares Inaron e pessoas independentes que estavam levando a questão do negro para outro caminho. Quer dizer, já começava a se delinear na mente das pessoas a necessidade de se organizar um movimento negro político, reivindicativo e de oposição na Bahia (CONCEICAO, 1988 p.12).

O MNU na Bahia é gestado dentro de um contexto político-cultural multifacetado. Essa característica de multiplicidade de trajetórias de vida, posicionalidades de classe, gênero e perspectivas ideológicas diversas – muitas vezes dispare – demonstra o quão *cidades negras transatlânticas* (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016,) como Salvador, hospedam em suas estruturas sociais racialmente segregadas, manifestações diversas da resistência cultural e organizativa da comunidade negra. O MNU é nesse sentido, fruto das fricções da política racial protagonizadas por pessoas negras na cidade, uma tradição política de luta racial, que como discorreremos em páginas anteriores, está em constante dinâmica de recriação desde os tempos coloniais-imperiais.

Jonatas Conceição (1988) aponta que essa diversidade cultural e política, dos sujeitos sociais que erigiram e impulsionaram o MNU na sua primeira década de atuação na Bahia, se manifestou na constituição de três setores organizativos que atuavam na época, muitos dos quais em constante conflito político-ideológico e, que em momentos distintos da história

organizativa do MNU, hegemonizaram a liderança política de atuação do movimento nas comunidades.

O primeiro setor identificado por Jonatas Conceição (1988) era o agrupamento que defendia que a política de protesto do Movimento Negro Unificado, deveria estar alinhada a uma perspectiva de ascensão social dentro da ordem racial dominante. (CONCEICAO, 1988). O segundo setor do MNU era constituído de negro/as que tinham uma perspectiva político ideológica marxista-leninista, alicerçando seu protagonismo racial a partir de uma noção de “vanguarda revolucionária”.

O terceiro e último setor que se agrupava dentro do MNU, era constituído de pessoas que acreditavam na noção de trabalho de base comunitário e, de acordo com Jonatas Conceição, foi o setor que mais se espalhou pelo interior do movimento, sobretudo, por seu trabalho comunitário permanente nas comunidades diretamente atingidas pelas políticas de morte (MBEMBE, 2018) da cidade negra transatlântica de Salvador (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016). Jonatas Conceição toma o depoimento de um dos militantes-fundadores do MNU na Bahia, para melhor ilustrar amplitude de ação e alcance organizativo desse terceiro setor no interior do MNU,

O resultado desse trabalho com as bases leva-o a concluir que, se hoje não temos, ainda, um movimento de massa, temos em contrapartida um movimento com resultado de massa. Isso significa que hoje, quando este setor do movimento propõe o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, esta reivindicação é referendada no Brasil inteiro e em todas instancias sociais e políticas. Para Luiz Alberto, as atitudes assumidas, na conjuntura de 1978, por esse setor do MNU, até hoje estão sendo entendidas e incorporadas por segmentos democráticos do país (CONCEICAO, p.15, 1988).

O MNU espalhou-se gradativamente, firmando profundas raízes na história política racial da cidade de Salvador e sua experiência organizativa é uma referência histórico-cultural na política racial da cidade, até mesmo na contemporaneidade (CONCEIÇÃO, 1988; NZUMBI, 2010; SANTOS WALE, 2018). Essa influência do MNU na cultura política racial de Salvador, não se restringe apenas a consolidação de pautas hegemônicas no Movimento Negro<sup>96</sup>, mas também no campo da constituição de uma cultura organizativa que se espalhou

---

<sup>96</sup>Por pautas hegemônicas, estou me referindo ao contexto histórico da primeira década do século XXI, onde o Movimento Negro brasileiro, a partir de uma política racial de conflito e de construção de oportunidades institucionais (RODRIGUES, 2014) no Estado, vem consolidando cada vez mais uma agenda de políticas públicas de caráter racial. É nessa conjuntura que se criam secretarias estatais para promoção da igualdade racial: aprova-se na suprema corte a viabilidade jurídico-institucional das cotas raciais em universidades públicas; estabelece-se o ensino de história afro-brasileira, africana e indígena em todos os níveis da educação básica; aprova-se o Estatuto da Igualdade Racial e, recentemente, criam-se cotas raciais em concursos públicos a nível federal (PEREIRA, 2005; 2009; RODRIGUES, 2014). Ou seja, nos últimos anos a mobilização política agenciada pelo Movimento Negro atingiu não apenas as ruas e academia, mas também instâncias importantes do

e recriou-se nos mais diversos agrupamentos politico-culturais de negros/as, especialmente, aqueles diretamente inseridos em processos organizativos comunitários de enfrentamento a políticas de morte (Mbembe, 2018).

O Movimento Contra UPP e muito dos agrupamentos comunitários, que formaram uma coalizção com o Movimento para o enfrentamento as políticas de morte (MBEMBE, 2018) do programa Pacto Pela Vida, são herdeiros diretos ou indiretos, da cultura politica organizacional MNU<sup>97</sup>.

Em nossa participação observante (VARGAS, 2010), pudemos apreender, por exemplo, em que medida o Movimento Contra UPP dispõe em sua retorica politica, de aspectos da cultura organizacional do MNU, sobretudo, no tocante a elaboraçção de documentos programáticos. Nesse contexto, ao estudarmos sistematicamente e relacionarmos discursos dos programas de açção do MNU e do Movimento Contra UPP, podemos observar que apesar de terem sido redigidos em contextos politico-raciais distintos, apresentam pontos de conexão e narrativas que em muitos aspectos se complementam.

O programa de açção do Movimento Contra UPP<sup>98</sup> publicizado em 2014, foi anteriormente citado<sup>99</sup>. Já o programa de açção do MNU, foi construído na década de 1990, no contexto dos debates políticos do IX Congresso nacional da organizaçção. O programa de açção do MNU tinha o objetivo de ser um “guia de atuaçção política do MNU, orientado para as seguintes Lutas Prioritárias” (MNU, 1990, pag. 1). As bandeiras de luta do programa de açção do MNU<sup>100</sup> eram: 1 - Por um movimento negro independente. 2 - Pelo fim da violência policial e contra a “Indústria” da criminalidade. 3 - Pelo fim da discriminaçção racial no trabalho. 4 - Por uma educaçção voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos. 5 - Pelo fim da manipulaçção política da cultura negra. 6 - Contra a exploraçção

---

Estado brasileiro e, conseqüentemente, capilarizou-se pela sociedade brasileira em outras esferas. Para saber mais ver o quarto capitulo de minha dissertaçção.

<sup>97</sup> Por herdeiros diretos da cultura politico-racial do MNU, me refiro ao conjunto de organizaçções de negr@s que foram fundadas a partir de cisões, rachas ou dissidências do MNU. O que implicou na constituicção de agrupamentos de negr@s que mesmo desenvolvendo criticas ideológica ou de ordem de ingerências politica há direçção do MNU, ainda assim, mantiveram, recriaram ou reinventaram dispositivos organizativos-pautas do MNU. Por herdeiros indiretos, me refiro aqui ao conjunto de organizaçções e agrupamentos de negr@s que tem em sua cultura politica, estratégias de enfrentamento e conjunto de táticas, aspectos organizativos do MNU, como pautas, documentos organizacionais, retorica politica ou estética e performance militante.

<sup>98</sup> O programa de açção do Movimento Contra UPP será disponibilizado integralmente nos anexos do presente capitulo.

<sup>99</sup> Cabe lembrarmos suas bandeiras de luta: 1) Desmilitarizaçção; 2) Contra o Genocídio do Povo Negro; 3) Descriminalizaçção e legalizaçção das drogas; e 4) Extensão universitária efetiva (CONTRA A UPP NA UNEB, 2014).

<sup>100</sup> O programa de açção do MNU está integralmente disponibilizado nos anexos do presente capitulo.

sexual, social e econômica da mulher negra. 7 - Pelo fim da violência racial nos meios de comunicação. 8 - Pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos (MNU, 1990).

Historicamente o termo “programa de ação” faz parte do léxico político e da engenharia organizacional da esquerda marxista (BOGO, 2011; GROSGOUEL, 2008; 2012; FERREIRA, 2015). Programas de ação são documentos organizacionais que tem o objetivo de definir o conjunto de lutas prioritárias de organizações políticas (BOGO, 2011). Nesses termos, os conteúdos dos programas de ação são construídos com o intuito de sofisticar e intensificar a engenharia organizacional de uma dada organização política, através da sistematização de um documento que dê orientações objetivas de como a militância deve atuar politicamente dentro do contexto de uma determinada pauta (BOGO, 2011).

No entanto, para compreendermos em que sentido os programas de ação do MNU e do Movimento Contra UPP possuem conexões históricas relacionais, temos que fazer um recuo histórico, para situarmos em que medida a própria fundação do Movimento Negro Contemporâneo, através do surgimento na arena pública racial do MNU, teve como pano de fundo uma tensão política racial em torno dos limites e possibilidades da utilização das tecnologias políticas da esquerda marxista na luta racial organizada.

#### **2.4. A Influência organizativa da esquerda branca marxista na Política racial contemporânea no Brasil.**

Tendo como marco fundacional os escritos de Marx e Engels que, durante a segunda metade do século XIX, formularam um *corpus* teórico radical para compreensão das raízes históricas do sistema capitalista, a intitulada esquerda marxista, se consolidou historicamente como uma tradição política, teórica e ideológica que há aproximadamente dois séculos elegeu a luta de classes como engrenagem motora da história da humanidade e a derrocada da civilização capitalista como princípio básico para construção de uma sociedade comunista, em que não existiriam quaisquer tipos de exploração do homem pelo homem.

No entanto, foi a partir da revolução russa de 1917 que a tecnologia política da esquerda branca marxista se difundiu pelo mundo, alçando seu paradigma organizativo como ideia motora de lutas políticas anti-imperialistas, anticoloniais, revolucionárias e na constituição de movimentos sociais no campo e na cidade.

No Brasil, a esquerda marxista tem como marcos histórico a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, com forte alinhamento Leninista-Stalinista e,

posteriormente, nos idos de 1970, acompanhando uma autocrítica internacional do campo de esquerda, a constituição de movimentos sociais, partidos e frações de tendência marxista leninista ou trotskista. Ironicamente, uma das importantes forças motoras desse processo foi um setor de uma organização marxista Trotskista clandestina chamada Convergência Socialista. Como um campo estratégico de treinamento político para vários militantes do Movimento Negro Unificado, a Convergência Socialista, através de seu Núcleo Negro Socialista, foi protagonista de uma importante aliança entre o movimento negro e grupos marxistas em torno da questão racial.

A convergência socialista surge em 1974, a partir da articulação de militantes da fração bolchevique trotskista com o grupo Ponto de Partida de tendência leninista-trotskista, que juntos formaram a Liga Operária, que teve como referência internacional o Partido Socialista dos Trabalhadores da Argentina. Nos idos de 1975, a Liga Operária realizou seu II Congresso e decidiu criar uma política marxista centrada nos movimentos operários e estudantis da época. Já em 1978 a Convergência socialista representava em um cenário de extrema repressão política do regime militar, a célula marxista mais radical no cenário político nacional, que tinha como principal objetivo a formação de um partido socialista no Brasil (FERNANDES, 1989; NASCIMENTO, 2002; IANNI et al, 2005). Com a política organizacional de atrair negros para suas fileiras, à Convergência tinha no interior de sua organização uma fração de trotskistas negros, intitulados de Núcleo Negro Socialista, os quais foram um dos grupos impulsionadores da construção do MNU (HANCHARD, 2001).

Essa nova linguagem política se espalhou pelo Brasil, inclusive, como vimos em páginas anteriores, fincando profundas raízes na história política racial da cidade de Salvador (CONCEICAO, 1988). A territorialização do Movimento Negro Contemporâneo em Salvador, a partir da atuação de núcleos do MNU na cidade, também foi entrecruzada pelo protagonismo teórico-ideológicos de frações dentro do movimento negro que formularam propostas organizacionais de enfrentamento ao racismo baseadas no léxico político marxista. Mais que isso, como vimos anteriormente, o pensamento político marxista chegou a formar um bloco político dentro do MNU, que foi chamado por próprios militantes da época, como setor socialista (CONCEICAO, 1988).

Para além de filiações ideológicas, assim como no Rio de Janeiro e São Paulo, a fricção política ocasionada pela presença do pensamento marxista na formação do MNU-Bahia, gerou várias tensões que em médio prazo delimitaram os limites e possibilidades da aplicabilidade teórico-organizativa marxista no enfrentamento ao dilema racial no Brasil (EU). Essa tensão político-racial foi o estopim de uma nova fase na política racial brasileira,

em que a criação de núcleos, secretarias e setores específicos para negros dentro das estruturas organizacionais de partidos, movimentos sociais e entidades de classe, tomou forma e contemporaneamente é uma pauta de longo alcance, até mesmo apropriada clinicamente por setores da direita.

Entretanto, além de capilarizar a pauta racial para outros âmbitos externos a agenda do movimento negro, esse diálogo intercultural entre a militância do MNU e a ideologia marxista, também foi um campo estratégico de treinamento político para constituição do Movimento Negro Unificado enquanto uma organização social que pretendia ter a estrutura organizacional de um partido político nacional – muito influenciada pela perspectiva de partido marxista-Leninista – mas que tivesse a autonomia de ação de um movimento social (HANCARD, EU). Além da estrutura organizativa, o MNU recriou a partir de sua experiência com a esquerda, documentos organizacionais que orientavam as ações dos militantes; como é o caso do programa de ação.

O MNU – a nível nacional e na Bahia – é historicamente uma das referências na cultura organizacional de diferenciados agrupamentos de negros/as que constroem estratégias contra o racismo estrutural no Brasil. Notadamente, agrupamentos de negros/as que têm uma denúncia radicalizada contra as hierarquias raciais, ou mesmo, agrupamentos que mesmo deslocados ideologicamente das perspectivas do MNU, herdaram tecnologias organizacionais da entidade, como as noções de cartas de princípios e programa de ação. O Movimento Contra UPP faz parte do conjunto desses movimentos comunitários de negros/as que recriaram a seu modo, tecnologias políticas que foram inseridas historicamente na política racial baiana a partir do surgimento e proliferação do ethos político do MNU.

Bem, até o momento pudemos averiguar em que medida a coalizão de agrupamentos comunitários que juntamente com o Movimento Contra UPP, protagonizaram um processo de enfrentamento as políticas de morte (MBEMBE, 2018) do Programa Pacto Pela Vida, estão inseridas no bojo de variados itinerários de uma tradição política racial secular na cidade negra transatlântica (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016,). Tradição política racial essa, que tem como uma de suas referências contemporâneas o MNU-BA, que foi um grande disseminador de uma cultura política de enfrentamento racial, que influenciou gerações de agrupamentos políticos de negro/as na Bahia. Mais que influenciar, o MNU foi um dos principais agentes sociais na disseminação de tecnologias organizativas – como é o caso da própria noção de programa de ação.

Cabe destacar, que as narrativas e estruturas de sentido dos programas de ação do MNU e Movimento Contra UPP, se aproximam teórico-ideologicamente, mesmo sendo

produções organizacionais construídas em momentos distintos da política racial baiana. O quadro abaixo, onde agrupei os programas de ação de ambas as organizações tornam mais evidentes os pontos de enclave entre os respectivos programas,

<b>Programa de ação do MNU – 1990</b>	<b>Programa de Ação do Movimento Contra UPP – 2014</b>
<p data-bbox="252 636 740 701"><b>Pelo fim da brutalidade policial e contra a “indústria” da criminalidade</b></p> <p data-bbox="225 734 769 1361"><i>No Brasil, o ESTADO não cumpre as funções sociais que justificam sua existência. O dever de assegurar ao cidadão o acesso à moradia, escolas, postos de saúde, saneamento básico, transporte e lazer foi abandonado em favor da repressão: forma de relação arbitrária entre o Estado e os setores explorados da sociedade, negros em sua maioria, O melhor exemplo disto são as ações da polícia e dos grupos de extermínio sob sua proteção que, em todo o país, atingem o povo negro com ostensiva e impressionante impunidade. Mesmo urna rápida consulta às páginas policiais dos jornais comprova essa afirmação. Entretanto, a ideologia da democracia racial e a dramática incorporação destes fatos ao cotidiano da sociedade impedem que os assassinatos sejam entendidos como a forma mais extrema de VIOLÊNCIA RACIAL.</i></p> <p data-bbox="225 1395 769 2051"><i>O MNU entende que a redefinição nas formas de luta contra a ação exterminadora da polícia - prioridade definida já desde a criação da entidade - deve passar pela análise de pelo menos três pontos principais, intimamente ligados entre si. Em primeiro lugar, considerar que as tentativas de associar o negro à imagem do perigoso, do malfeitor, do bandido, nascem ainda no período escravista, como evidente distorção na consciência social, da imagem do negro que se rebelava contra a opressão. Muito mais tarde essa idéia é reelaborada na perspectiva de justificar a exclusão do negro das relações capitalistas. Atualmente, o negro continua sendo a maioria dos que vivem nas piores condições, e seu potencial de luta por uma melhor situação de vida e trabalho é contido pela repressão sistemática da polícia civil e militar. Não é por acaso, que as ações arbitrárias da polícia e seus</i></p>	<p data-bbox="890 645 1203 674"><b>Desmilitarização da Policia</b></p> <p data-bbox="794 707 1375 981"><i>A Policia no Brasil é criada nos anos oitocentos, para combater o quilombo do Urubu que representava a resistência do povo negro em busca de sua liberdade. Enquanto braço armado do Estado, foi executora de desocupações das comunidades negras no período pós-abolicionista e no combate a religiões e manifestações culturais de origens africanas.</i></p> <p data-bbox="794 1014 1375 1429"><i>Esse modelo da PM atual tem sua origem no período da ditadura militar, servindo para “manter a ordem”, agredindo, torturando e matando aqueles que protestavam contra o sistema ditatorial. A formação militar é utilizada para combater inimigos externos, mas, no caso do Brasil, esses inimigos são os marginalizados por um sistema desigual e opressor – são os negros, pobres, moradores de periferias. Os capitães do mato da atualidade possuem abordagens racistas e preconceituosas, como o baralho do crime e a produção de cartilhas de tatuagens.</i></p> <p data-bbox="794 1462 1375 1736"><i>Pedir desmilitarização da Policia Militar é reivindicar o seu próprio fim, mas não significa a extinção das políticas de seguranças públicas. Em 2012, até mesmo a ONU pediu o fim da PM brasileira, constatando seus atos de extermínio e brutalidade. É pelo entendimento de sua história e do seu papel social que defendemos a desmilitarização já! (MOVIMENTO CONTRA UPP, 2014, pag 1).</i></p> <p data-bbox="858 1832 1315 1861"><b>Somos contra o genocídio do povo negro</b></p> <p data-bbox="794 1895 1375 2051"><i>A PM brasileira mata em média cinco pessoas por dia, além de ser uma das mais letais do mundo. Essas mortes engordam as estatísticas do Estado, mas para nós são muito mais do que isso, elas possuem cor e classe social. É a população jovem e negra que é</i></p>



grupos de extermínio alastraram-se a partir das grandes cidades e, hoje, são rotineiro exercício macabro, de inequívoca dimensão nacional. SEU OBJETIVO DELIBERADO É DISSEMINAR O MEDO E O TERROR, antecipando-se a qualquer possibilidade do negro exigir a redefinição de seu lugar dentro da estrutura de poder e riqueza da sociedade. O segundo ponto a destacar, diz respeito à “escalada da criminalidade” como justificativa para as prisões inconstitucionais e as execuções sumárias, que caracterizam a prática da Pena de Morte no Brasil

Não resta dúvida que a chamada criminalidade não apenas é produto da miséria a que muitos negros estão submetidos. Também é incentivada pelo Estado, através das instituições que o representam, especialmente a policial, onde a corrupção desempenha um importante na manutenção do próprio repressivo. Desse modo a polícia vangloria-se de prender e eliminar criminosos, a mesma que fornece armas aos grupos que assaltam e traficam drogas. É a mesma que finge não ver que as crianças e adolescentes negros, que vivem nas ruas ou sob a “guarda” do Estado, são, frequentemente, recrutados para a formação de “quadrilhas” que atuam sob o comando de, até mesmo, funcionários públicos das áreas de justiça e segurança. Por outro lado, as próprias empresas beneficiam-se deste processo, com o crescimento da produção de armas, equipamentos de segurança e a prestação de serviços de segurança privada, caracterizando uma verdadeira “indústria do crime”. Sua matéria-prima é a miséria, associada ao racismo, que identifica o negro ao marginal; sua mão-de-obra é o imenso contingente de favelados negros que, contraditoriamente, é impelido ao mundo da criminalidade, ao mesmo tempo em que constitui a maioria entre os policiais civis e militares. Neste sentido, a “indústria” da criminalidade é um poderoso instrumento na obtenção da conivência da opinião pública, para qual até mesmo crianças negras passaram a representar um perigo. Por sua vez, os Meios de Comunicação, especialmente o rádio, através do bombardeio ideológico, veiculado em programas de grande audiência no meio popular, encarregam-se de assegurar o apoio da sociedade aos grupos de extermínio, bem como de estimulá-la a “fazer justiça com as próprias mãos”, por meio de linchamentos. Finalmente, é

criminalizada e morta nas mãos da polícia.

Casos ganham a mídia todos os dias, como o do Geovane e Davi Fiuza, pessoas inocentes que são confundidas e assassinadas. Sabemos da atuação dessas bases policiais em todo país e podemos nos calar frente a esse genocídio. Quem não lembra o caso Amarildo? Pedreiro sequestrado e morto foi torturado por policiais dentro de uma UPP no Rio de Janeiro. Não podemos naturalizar essas posturas e é por isso que o Movimento Contra UPP está organizado em luta (MOVIMENTO CONTRA UPP, 2014, pag 1).

### **Descriminalização e legalização das drogas**

A população carcerária do Brasil vem aumentando consideravelmente e seus prejuízos atingem o sistema econômico do país, assim como a população pobre e negra. As maiorias dos casos são de pessoas envolvidas com tráfico de drogas ou pequenos furtos, demonstrando o caráter falho da proibição.

Nem sempre as drogas foram proibidas, mas, no século passado, essas medidas foram exportadas dos Estados Unidos para o resto do mundo, na tentativa de apontar um novo inimigo, esses são os marginalizados e excluídos do sistema capitalista. Não podemos negar que as abordagens aos usuários são variadas pelos critérios de cor e classe social, onde os presos e mortos são os varejistas, meninos que correm de chinelos entre os dedos nos locais mais pobres da cidade.

Poucos são os casos de mortes pelo uso de droga, enquanto o tráfico é a maior justificativa de assassinatos todos os dias. A proibição das drogas é sustentada pelo negócio das armas e controle social do Estado. Defendemos a descriminalização e legalização das drogas, levando em conta que a verdadeira forma de lidar com essa questão é por meio de educação e saúde pública (MOVIMENTO CONTRA UPP, 2014, pag.2)

<p><i>preciso relacionar a ampla difusão dessas práticas de extermínio com a intensificação do protesto negro na última década. Para o MNU este é o modo mais eficaz de desnudar essa forma extrema de Violência Racial. Porém, a intervenção não pode limitar-se às denúncias.</i></p> <p><i>Ao lado da utilização de instrumentos de apoio jurídico, como os CENTROS DE DEFESA DO NEGRO (CD N's), o MNU deve pensar, a mais longo prazo, em trabalhar as contradições geradas por esta situação através dos seus projetos autônomos de educação, implantados nas comunidades.</i></p> <p><i>CABE TAMBÉM AO MNU: DESMISTIFICAR o combate à criminalidade em que o Estado fundamenta sua atitude - genocida, transformando os acontecimentos em momentos de reflexão e ação políticas. CRIAR condições para que a insatisfação da comunidade negra seja canalizada para formas - concretas EM DEFESA DO DIREITO À VIDA. MOBILIZAR os familiares das vítimas da violência policial, a fim de apoiá-los psicologicamente - e politicamente, bem como oferecer-lhes condições para a realização de ações indenizatórias contra o Estado. INTENSIFICAR o processo de denúncias contra a violência policial, através da elaboração - de dossiês de casos e de pressões junto às Secretarias de Segurança e Ministério da Justiça. VIABILIZAR um Plano de Trabalho que dê conta da questão dos presidiários negros, na perspectiva de que o PRESO "COMUM" É UM PRESO POLITICO. COMPROMETER instituições de sociedade civil e do movimento social na luta contra a - Violência Policial (MNU, 1990, pg.2)</i></p>	
--	--

Tabela 2 Programa de ação MNU e do Movimento de ação contra UPP

No quadro acima, agrupamos as bandeiras de luta dos programas de ação do MNU e Movimento Contra UPP. Especificamente, as bandeiras que compartilham e se aproximam do ponto de vista de terminologias, pautas, narrativas e estruturas de sentidos:

- Pelo Fim da Brutalidade policial e contra a “indústria” da Criminalidade (MNU, 1990).
- Somos Contra o Genocídio do Povo Negro (Movimento Contra UPP, 2014)

- Desmilitarização da Polícia (Movimento Contra UPP, 2014)
- Descriminalização e legalização das drogas (Movimento Contra UPP, 2014)

Para além de terminologias os documentos compartilham matrizes organizacionais. No caso em questão, matrizes organizativas que advém da agência política do MNU na proliferação das agendas políticas reivindicadas pelo conjunto de organizações do Movimento Negro Contemporâneo. Agendas essas, que foram amadurecidas e sintetizadas pelo MNU em variados documentos organizacionais, como é o caso do programa de ação (MNU, 2008).

O MNU nesse contexto tem formado e influenciado organizacionalmente gerações de agrupamentos de negros/as. O Movimento Contra UPP, como uma das organizações de negros/as que enfrentaram as políticas de morte (MBEMBE, 2018) na cidade negra de Salvador-BA, é herdeiro, mesmo que indireto, dessa tradição organizativa. Digo indireto, pois em minha participação observante (VARGAS, 2010; FERREIRA, 2015) pude perceber em que medida a cultura política do MNU esteve presente nas dinâmicas organizativas do Movimento Contra UPP. Cabe ressaltar, que para além de similitudes de ordem documental, também pude apreender que em diferentes momentos de sua história política comunitária, o Movimento Contra UPP dialogou politicamente com militantes ou organizações formadas por dissidências do MNU. Como por exemplo, a forte influência organizativa que a Campanha Reaja ou será mort@<sup>101</sup> exerceu sobre o Movimento Contra UPP. Influência essa, já debatida em páginas anteriores e que como ressaltou as próprias militantes do Movimento Contra UPP, a relação com a Campanha reaja foi um dos principais fatores de amadurecimento político do Movimento, bem como, um “campo de treinamento” que municiou o Movimento a construir estruturas organizacionais sólidas baseadas em documentos programáticos; como é o caso do Programa de ação.

Foi dentro desse contexto, que no segundo semestre de 2014, o Movimento Contra UPP consolida seu programa de ação, assim como, uma intrincada teia de alianças comunitárias espalhadas por toda cidade negra transatlântica de Salvador (CHALHOUB, 1990; FARIA et al, 2006; AVELAR, 2016).

---

<sup>101</sup>Em páginas anteriores fiz um histórico sobre a Campanha reja ou seramort@, mas cabe ressaltar, que essa organização que surgiu em 2005, foi fundada por dissidentes do MNU-BA, que não concordavam com os rumos que o MNU estava tomando na época, sobretudo, no tocante a relação do Movimento com o Estado, partidos políticos e governo.

## 2.5. Criminalização e risco de morte no contexto organizativo do Movimento Contra UPP

É no período de 2014, que recrudescer – fora e dentro da universidade – discursos e práticas de criminalização contra militantes do Movimento Contra UPP. Práticas essas, que desde o começo da mobilização já eram presentes, mas que com o tempo foram se tornando cada vez mais constantes, coordenadas e com forte teor policialesco-judicial,

— Queiram me encurralar colocando em xeque minha posição que diziam ser “pró-trafficante”. As pessoas queriam taxar o Movimento Contra UPP como braço ideológico do tráfico. Até por que, nós tínhamos um discurso bem seguro sobre o uso da maconha. Então vamos debater quem são as pessoas que estão presas por causa de um baseado? Enquanto isso tem um helicóptero com pasta de cocaína caindo do céu e você que falar isso comigo? Que mundo de Alice é esse que a sociedade vive? Então certas coisas que não tem cabimento, uns contra-argumentos assim. Então recaia muito sobre nós mulheres, ainda mais que temos mulheres usuárias e as não usuárias colam na roda [risadas]. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

As práticas de criminalização eram constantemente denunciadas nos discursos públicos das militantes do Movimento Contra UPP. Recordo-me que quando conheci pessoalmente o Movimento, no tributo a Negro Bull, estavam denunciando a campanha pública de criminalização que o Movimento vinha sofrendo, por parte de grupos de professores da UNEB, estudantes, estudantes-policiais, policiais-professores e pela corporação policial baiana de maneira geral. Essa campanha pública de criminalização disseminava uma narrativa que tachava as militantes do Movimento Contra UPP de estarem defendendo o tráfico de drogas no campus, tendo em vista que, eram todas usuárias de drogas, ou mulheres de traficantes, e como tais ligadas “naturalmente” ao tráfico de entorpecentes.

As militantes contam que à medida que o Movimento foi centralizando suas ações em táticas comunitárias e atraindo assim, cada vez mais pessoas de fora da institucionalidade universitária, as criminalizações foram aumentando em intensidade. A relação com pichadores, com a Campanha Reaja e incisiva defesa da descriminalização e legalização das drogas, fez com que os ataques viessem cada vez mais de agentes de segurança do estado, alguns estudantes da UNEB, outros tantos de fora do espaço universitário.

O Movimento Contra UPP propunha um itinerário político perigoso ao ir de encontro a implementação de um dos dispositivos de segurança estratégicos na engenharia do Programa Pacto Pela Vida da Bahia; as Base Comunitárias de Segurança. O perigo e risco

permanente de morte era comumente um tema que orbitava nas falas de militantes em atos públicos e ações comunitárias do Movimento Contra UPP. Em minha participação observante (VARGAS, 2010) junto ao Movimento, pude perceber como a segurança d@s militantes e apoiador@s era sempre uma preocupação constante na dinâmica dos atos públicos e ações comunitárias do Movimento Contra UPP. De tal modo que era corriqueiro nos atos impulsionados pelo Movimento as lideranças alertarem a todos presentes, a possibilidade de estarem sendo vigiados por policiais à paisana. Bem como ressaltavam o risco de vida que todos corriam ao participar de ações protagonizadas pelo Movimento Contra UPP.

Além das falas públicas que denunciavam o *perigo constante* que as militantes e apoiadores do Movimento Contra UPP estavam submetidas, o Movimento adotava ações práticas de segurança comunitária que eram variadas em seus métodos e dimensões. Uma dessas táticas de segurança comunitária adotadas-incorporadas pelo Movimento Contra UPP, era a prática de não utilizarem camisas, bandeiras, botons ou qualquer adereço que os identificasse ou distinguisse um indivíduo como militante do Movimento. Essa prática foi adotada pelo Movimento à medida que as militantes começaram a se sentir cada vez mais vulneráveis e vigiadas durante os atos de rua e ações comunitárias impulsionadas pelo Movimento. Tal prática veio a tornar-se uma norma organizativa em meados de 2014, sobretudo, a partir do diálogo organizacional com a Campanha Reaja ou será mort@.

Há anos a Campanha Reaja ou seramort@ tem adotado a cultura política de orientar seus militantes a serem discretos enquanto sua filiação a organização, bem como, evitar andar nas ruas com camisas ou qualquer adereço estético da organização<sup>102</sup>. Tal medida foi tomada pela Campanha Reaja dentro do contexto do histórico de perseguições e até mesmo, assassinatos políticos à militantes da organização<sup>103</sup>.

À medida que o Movimento Contra UPP foi dialogando politicamente com a Campanha Reaja, passou a incorporar a prática de não identificar esteticamente seus militantes, inclusive, diferente da Campanha Reaja que possui sua logo marca estampada em camisas e bandeiras, o Movimento Contra UPP decidiu não distribuir para militantes ou apoiadores, camisas, botons ou bandeiras com a logo marca, ou qualquer material estético que identificasse militantes do Movimento.

Outra tática de segurança comunitária adotada pelo Movimento Contra UPP, era a prática d@s militantes andarem em grupos ao voltarem de atos ou ações comunitárias

---

<sup>102</sup> Tenho conhecimento dessa informação a aproximadamente 5 anos, tempo que tenho colaborado como militante da organização.

<sup>103</sup> Negro Blul

coordenadas pelo Movimento. Bem como, era costume @s militantes do Movimento construir rotas diferenciadas para voltarem para suas casas, ou mesmo, depois de atos de rua, era comum muit@s das militantes dormirem em locais diferentes de sua residência fixa. Ambas as práticas tinham como objetivo dificultar a localização e monitoramento do itinerário de militantes do Movimento, por parte de membros da corporação policial a paisana ou mesmo em serviço. Esse conjunto de táticas de segurança comunitária eram aplicadas também dentro da universidade, que de acordo as militantes, era um espaço que aglutinava os variados discursos de criminalização contra o Movimento. Nas palavras de uma das militantes,

— O Movimento era visto como pró-trafficante por que tinha pessoas que eram usuárias. E viam a gente também como mulher de traficante, “a outra brother ali é da quebrada da engomadeira, deve ser mulher de traficante”, era o que diziam. Era esse tipo de assédio e as coisas foram se acirrando. Dentro da UNEB tem polícia, vários estudantes, vários cursos, professor de direito e as porra cêru. A gente tava sempre rodeado daquilo que era o inimigo mesmo. (MAGALI, militante do Movimento Contra UPP na Engomadeira, 02/06/2018).

Por “as coisas foram se acirrando”, entenda-se risco permanente de morte violenta. A militância do Movimento Contra UPP nos contou em seus depoimentos que tinham plena consciência do perigo de vida que corriam na luta organizacional comunitária que impulsionavam. Sabiam também, que a campanha racista-sexista de criminalização contra o Movimento, vocalizada dentro e fora da universidade, tinham através das imagens controladoras (COLLINS, 1990; 2004; PERRY, 2008) de “mulher de ladrão”, “usuárias de drogas” e “braço ideológico do tráfico”, eram dispositivos discursivos que legitimavam a ação letal por parte de agentes do estado ou grupos de extermínio.

Em um contexto de avanço dos processos de criminalização contra defensores humanos no Brasil na última década (JUSTIÇA GLOBAL, 2013), não era por menos os receios da militância do Movimento Contra UPP em relação ao risco permanente de morte que estavam sujeitad@s. Como aponta o relatório, *Na linha de frente – defensores de direitos humanos no Brasil* (2013), o Estado brasileiro historicamente tem constituído diferenciados dispositivos para criminalização e eliminação física de defensores dos direitos humanos, dispositivos esses, que são reformulados dinamicamente, tal qual o próprio conceito-categoria de defensores dos direitos humanos. Como sinaliza o relatório,

São considerados defensores\as dos direitos humanos todos os indivíduos, grupos, organizações, povos e movimentos sociais, que atuam na luta pela eliminação efetiva de todas as violações de direitos e liberdades fundamentais dos povos e indivíduos. Incluindo os que buscam a conquista novos direitos individuais, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que ainda não assumiram forma jurídica ou definição conceitual específica (Dias & CARVALHO & MANSUR, 2013, p.20).

Ainda segundo o relatório supracitado, a criminalização a defensores dos direitos humanos, é uma das estratégias utilizadas por agentes do Estado e setores conservadores da sociedade civil, para consolidar o processo político-social de deslegitimação, que conceitualmente abarca uma variedade de dispositivos de criminalização. De acordo a ONG justiça global, o processo de deslegitimação se dá a partir das seguintes práticas,

**Desqualificação:** Busca distorcer os sentidos e objetivos das demandas, discursos e praticas de determinados indivíduos ou grupos sociais, de modo a promover a sua difamação pública.

**Invisibilização:** Processo pelo qual se oculta a demanda, contexto social ou quaisquer manifestações de indivíduos ou grupos sociais, de modo a evitar que conquistem publicidade perante a sociedade, mídia ou instituições estatais.

**Inferiorização:** Estratégia que atinge indivíduos ou grupos sociais ao reduzir ou ignorar completamente a legitimidade de sua alteridade, historicidade, dignidade, diferenciar culturais ou pratica social.

**Omissão:** A omissão decorre de inação do Estado em vista de contexto de recorrente, flagrante ou iminente violação dos direitos humanos contra indivíduos ou grupos sociais.

**Despolitização\individualização:** Característica da mesma estratégia que tende a retirar o aspecto político de determinada luta social, ao individualizar a responsabilidade sobre as mesmas (DIAS & CARVALHO & MANSUR, 2013, p. 23).

O repertório de procedimentos utilizados na criminalização de defensores dos direitos humanos (DIAS & CARVALHO & MANSUR, 2013), era largamente utilizado contra as militantes do Movimento Contra UPP, de tal modo que, a morte letal violenta era uma variante permanentemente debatida internamente no Movimento, tendo em vista que a militância intuía que o processo de criminalização tinha como objetivo a legitimação de uma ação letal por parte de agentes da corporação policial em serviço ou lotados em grupos de extermínio. Nesses termos, a possibilidade de morrer violentamente, era um constante pensamento que pairava na subjetividade e sentidos atribuídos a luta por parte das militantes, muitas das quais, moravam em bairros periféricos da cidade de Salvador, onde execuções sumarias, desaparecimentos forçados e chacinas, eram na época – e ainda o são – práticas rotineiras no padrão operacional da corporação policial e de grupos de extermínio tolerados pelo Estado. Como descreve minuciosamente Ana,

— Sabendo do tamanho da frieza desses caras. Vários episódios na engomadeira de jovens que foram sequestrados por viaturas e não apareceram mais, ou que apareceram apenas o corpo esquartejado. Uma vizinha nossa foi sequestrada por viatura na entrada do bairro e apareceu o corpo na estrada velha do aeroporto. Sabendo dessas práticas e sabendo que isso era possível, eu tinha medo. Não era um medo que chegava a me limitar, ou que chegava a dizer “não vou fazer mais isso”, era um medo estratégico para que eu tivesse alguns cuidados. Eu passei a ter mais cuidado e isso permanece em mim até hoje. Uma viatura representa muito medo, sobretudo se for da RONDESP. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

O medo de uma ação letal por parte da corporação policial era fundamentado na própria experiência de vida das militantes do Movimento Contra UPP, em suas comunidades de origem nas periferias da cidade de Salvador. Mas o medo era também um recurso tático diante do tipo de dispositivo organizacional que o Movimento edificou; comunitário, baseado em ações diretas, liderado/coordenado por mulheres negras e de periferias urbanas da cidade. Todo cuidado era pouco,

— No trajeto pra casa estávamos muito vulneráveis. Tipo pegar dois ônibus pra voltar pra casa, descer no ponto, aquele medo clássico de ser um alvo. Eram esses medos cotidianos, também a gente se expunha em estar em outros bairros discutindo essas questões, isso gerava constante tensões dentro dessa militância. E fazendo uma o suporte da outra, por que a gente tinha essa confiança, por isso que o movimento foi se estreitando, se tornando um núcleo de ação onde tínhamos total confiança na outra. O medo da morte nos fez mudar muitas posturas, sobretudo de ter estratégia em nossas ações. (LIANE, militante do Movimento Contra a UPP na UNE/Engomadeira, 02/06/2018).

O medo de uma morte violenta constantemente relatada pelas militantes do Movimento, para além de uma experiência cognoscível, é também um dado histórico dentro de uma estrutura de *continuum Genocida* (VARGAS, 2010). Como já é largamente documentado, o Estado brasileiro historicamente reprimiu e criminalizou manifestações políticas da comunidade negra (NASCIMENTO, 1978; VARGAS, 2010; NZUMBI, 2011; TADDEO, 2012). Nesse contexto, a violência contra negros/as tem sido marcada por uma experiência ontológica (VARGAS, 2010: 2016). Já para os agrupamentos políticos brancos a violência estatal é inserida em contextos sociais de reivindicação e críticas ao gerenciamento do aparato burocrático do Estado; uma violência que pode vir em forma de repressão direta, mas que quase que invariavelmente, se configura em conflitos negociados, que a maioria das vezes desdobra em diálogos entre as partes envolvidas e posterior consenso; as manifestações de junho de 2013 são um exemplo tácito desse argumento (VARGAS, 2016).

Por outro lado, para população negra a violência tem sua natureza incrustada na própria formação social-colonial do Brasil, uma experiência histórica marcada por encontros letais com o Estado. (ALVES, 2010) A população negra na diáspora está envolta em uma cultura de naturalização da morte violenta. Não há clamor público choque ou remorso, na verdade, é um fato esperado e tido como corriqueiro a morte negra violenta. (GORDON, 1970). Nas palavras de Vargas,

A violência que fundamenta a experiência da negritude é estrutural por que, de acordo o esquema de Fanon, as pessoas negras estão posicionadas exteriormente com relação tanto (a) a humanidade (b) a sociedade civil, já que esta, pela perspectiva negra, constitui um estado de guerra. E a violência anti-negra gratuita é porque, ao contrário do que não negros vivenciam, ela não é contingente a transgressão da hegemonia da sociedade civil (VARGAS, 2016, p. 15).



Nesse sentido, como demonstra Vargas, a violência estrutural contra pessoas negras esta inserida dentro de uma estrutura transnacional de *continuum genocida* (VARGAS, 2010). Vargas nos traz um instrumental teórico importante para entendermos que, mesmo cientes das especificidades históricas dos territórios nacionais na diáspora negra, não podemos perder de vista a existência de uma Diáspora supranacional, que se mantêm em constante fluxos e interfaces relacionais, baseadas nas experiências de terror racial compartilhadas por comunidades negras nas mais variadas regiões do mundo. É nesse contexto que ao reler a obra de William Patterson<sup>104</sup>, o autor cunha o conceito de *Continuum Genocida*<sup>105</sup>, para dar conta de entender como em diferentes territórios nacionais “a obliteração das comunidades negras é aceitável” (VARGAS, 2010, pag. 47).

O conceito de *continuum genocida* foi elaborado inicialmente pela antropóloga Nancy Sheper Huges, que parte da noção de que nas formações sociais contemporâneas, a morte, marginalização e desigualdade sociais são esperadas, consideradas rotineiras ou mesmo justificadas como aceitáveis, desde que tais aspectos sejam experiências reservadas a negros/as. De acordo esse pensamento, que em muito se relaciona com as teorizações do militante negro William Patterson, a população negra compartilharia de maneira supranacional, experiências sociais de opressão psicológica, física, política, econômica.

Nesses termos, as várias geografias dos Estados Nacionais, se relacionariam entre si a partir de uma permanente *geografia supranacional da morte negra* (VARGAS, 2008; 2010; ALVES, 2010; 2011). Ou seja, fenômenos locais como marginalização social, terrorismo racial, altos índices de mortes violentas e facilmente preveníveis, além do encarceramento em massa do Povo Negro, seriam fenômenos sociais compartilhados pela experiência negra no contexto de diáspora. Vargas relata,

Exploro algumas das manifestações contemporânea mensuráveis e ideológicas do genocídio negro nos Estados Unidos e no Brasil. Isto mostrara que a discriminação antinegros ocorre não somente nas políticas oficiais sistemáticas, mas também nas menos perceptíveis, mas igualmente eficazes representações compartilhadas por não-brancos – especialmente dos negros – que os desumanizam e justificam sua imposta e continuada marginalização maciça e morte prematura. É em relação aos efeitos genocidas do racismo institucionalizado, diário e cultural antinegros que as práticas transnacionais se tornam vitais para a sobrevivência das comunidades afrodiáspóricas e como projetos da organização social que sugerem alternativas ao

---

<sup>104</sup>A obra analisada por Joao Vargas é *We Charge Genocide: The Historic Petition to the United Nation for Relief a Crime Of The United Staes Government Against The Negro People* (1951).

<sup>105</sup> Por *Continuum Genocida* antinegro Vargas está falando do conjunto de experiências de subjugação racial e genocídio vivenciadas por negros/as em diferenciados contextos culturais-geográficos. Experiências essas como; aprisionamento maciço, brutalidade policial, mortalidade infantil elevada, morte prematura, falta de assistência medica digna, educação formal sucateada, além de outros aspectos da violência endêmica em medias e grandes cidades.

nosso desumanizante, hierárquico e extremamente injusto mundo (VARGAS, 2010, p. 49).

Nesse contexto de violência racial supranacional, movimentos sociais comunitários têm encarado a luta contra brutalidade policial e, mais que isso, pela abolição do Estado necropolítico policial armado contra negros/as, como fator estratégico na construção de projetos de autodeterminação organizacional. Como nos revela Vargas (2008), nos EUA, por exemplo, a **Coalizão Contra Abuso Policial (CAPA)**, encampa uma luta de organização da comunidade negra que concilia o enfrentamento a brutalidade policial, assessoria jurídica a familiares e vítimas do Estado e a construção de programas comunitários de desenvolvimento nas comunidades sociorracialmente segregadas. Segundo a CAPA, em seus relatórios organizacionais, o enfrentamento a brutalidade policial é uma metodologia de autodefesa, que pode ser um suporte importante na construção coletiva de autonomia política e justiça social,

A CAPA vê não apenas a necessidade de se organizar contra o abuso policial (...) Em outras palavras, se os trabalhadores fazem greves por melhores salários, que é chamado? O policial. Se você não pode pagar o aluguel e se recusa a se mudar para as ruas, que é chamado? O policial. E se você organizar manifestações contra um sistema corrupto e injusto, que é chamado? A polícia, seja com força ou como espíões infiltrados. A CAPA acredita que a polícia é um elemento necessário para a manutenção de um sistema controlado por uns poucos milionários e políticos brancos que colocam o lucro antes das pessoas (RELATÓRIO CAPA, 1989 a 1993 Apud Vargas, 2008 p. 10).

Tal qual o CAPA no EUA, o Movimento Contra UPP, tomou o enfrentamento aos dispositivos de segurança como ponto nevrálgico na luta por justiça social e direito a vida de pessoas pretas na Bahia. Como aponta o programa de ação do Movimento à violência racial praticada pelas forças de repressão do Estado não é dissociada das desigualdades estruturais e históricas que a comunidade negra está sujeitada. A corporação policial executa, aterroriza e brutaliza corpos negros, militariza comunidades e destrói focos de resistência negra. Ou seja, garantem que o *status quo* racial da supremacia branca permaneça incontestado e em constante expansão pelos territórios negros.

Diante desse quadro analítico, “a diferença entre a experiência negra da violência e a experiência não negra da violência é que a primeira não produz escândalo”. (VARGAS, 2016, p. 20). Ou seja, a experiência negra é uma forma de morte social (PATTERSON, 2008; PINHO, 2018).

De acordo Orlando Patterson (2008), a escravidão é definida historicamente pela supressão total de autonomia, dignidade e direitos sociais básicos de determinado sujeito, dentro de uma estrutura político-social, em que a violência contra os corpos dos escravizados, é peça fundante e constituinte de uma ordem social alicerçada no terror. O escravizado seria

então uma não-pessoa, desenraizado de vínculos familiares, violentado estruturalmente, alienado radicalmente de si, ao ponto de ser totalmente subtraído do universo das relações sociais que o distingue como ser humano. Nas palavras de Osmundo Pinho, ao revisar a obra de Patterson,

Tal desvinculação esvazia o escravo de qualquer possibilidade de reivindicação de honra ou dignidade pessoais, seria assim, por definição, desonrado em termos gerais, sendo ademais tal desonra de caráter hereditário, seguindo usualmente a descendência materna: *partussequiturventrem*. O que Patterson diz, buscando caracterizar a escravidão de um modo em geral, em um esforço de conceituação histórico-sociológico, é válido para escravidão moderna dos africanos nas Américas (PINHO, 2018, p.5).

Nesse contexto, extrapolando a temporalidade histórica da escravidão racial moderna, autores negros-as estadunidenses vinculados a corrente de pensamento “*Afropessimismo*”, tem incorporado-reinterpretado a análise sobre escravidão e morte social de Patterson, com o intuito de decodificarem a realidade de genocídio e terror racial, que a população negra esta sujeitada contemporaneamente em diferentes contextos político-sociais (WILDERSON, 2011). Wilderson III, por exemplo, aponta em seus estudos que a condição da pessoa negra na contemporaneidade é equivalente a definição de escravidão-morte social. Sobretudo, dentro de conjunturas político-raciais onde a violência estrutural, terror racial e técnicas de guerra total são utilizados como dispositivos de governança nas democracias multirraciais de massa.

Nesses termos, a condição existencial da pessoa negra (ou não-pessoa) é estruturada – ainda que contemporaneamente – por diferenciados processos de desonra, alienação total e desenraizamento. Do ponto de vista da política racial, a condição de *morto socialmente*, implica na impossibilidade das demandas políticas de pessoas negras serem atendidas – ou sequer ouvidas - no campo da sociedade civil (VARGAS, 2017). Nas palavras de Vargas,

Trata-se de uma violência estrutural, por que de acordo com a perspectiva de Fanon, a pessoa negra está posicionada fora dos âmbitos da sociedade civil e da humanidade. E a violência anti-negra é gratuita por que, ao contrario do que o não-negro vivência, a violência não depende de a pessoa negra transgredir a hegemonia da sociedade civil (VARGAS, 2017, p. 93).

Não é por menos que manifestações negras comunitárias, contra brutalidade policial, ou de familiares de vítimas do Estado, são caracterizadas cotidianamente como “articuladas pelo tráfico de drogas” e são duramente reprimidas pelo aparato policial muitas vezes, se não a maioria, empregando armamento letal contra os manifestantes. Nas palavras de Vargas isso nos mostra como,

Os manifestantes não negros se deparam com violência contingente: um tipo de violência que resultou de seu posicionamento contra hegemônico em relação ao gerenciamento do bem público ou privado e da máquina estatal. Para as pessoas negras, no entanto, a violência é de uma natureza distinta pois ela não depende de

circunstâncias... Pessoas negras vivenciam a violência do estado como terror sempre presente, como um fato da vida... O aumento de homicídios de pessoas negras cometidas por agentes do estado, no momento exato quando homicídios de pessoas não negras diminuí da substancia a essas proposições. (VARGAS, 2016, p. 21)

Cabe destacar que Movimento Contra UPP era constituído majoritariamente de mulheres negras, das quais algumas eram mães. Ana por exemplo, uma das fundadoras do Movimento, é uma mulher preta, mãe de um menino preto e “cria da engomadeira” como gosta de destacar em sua narrativa. Ana tal quais outras mães que participaram do Movimento, reafirmam a posição estratégica, de liderança política-ideológica, que mulheres negras têm ocupado historicamente em movimentos comunitários de enfrentamento aos dispositivos de repressão do Estado. (PERRY, 2008; ROCHA, 2016) Nesses termos, o protagonismo político de mulheres negras têm edificado uma cultura política contra hegemônica, que tem construído organizações comunitárias que tem enfrentado e revelado as minúcias dos dispositivos de *necropoder* (MBEMBE, 2018) da supremacia branca,

[...] mulheres negras que vêm desafiando e transformando o que a socióloga negra americana France WinddanceTwine (1998) identificou, quase uma década atrás, como “o senso comum racista” sobre os negros. No caso das mulheres, pode-se apontar a existência de um “senso comum racista e sexista” acerca das mulheres negras no Brasil. Também a feminista afro-americana Patricia Hill Collins (1990) identificou este senso comum nas representações naturalizadas de mulheres negras como “imagens controladoras (controllingimages)”, imagens estas “utilizadas para fazer com que o racismo, o sexismo e a pobreza pareçam realidades naturais e normais, e ainda circunstâncias inevitáveis da vida cotidiana” (p. 68, tradução nossa). Desta perspectiva, a liderança das mulheres negras e sua atuação na luta pelos direitos à terra na Gamboa de Baixo têm sido necessariamente ligadas às lutas para contrapor as “imagens controladoras” que estereotipam as mulheres negras, sobretudo, aquelas moradoras de bairros populares na sociedade baiana (PERRY, 2008, p.136).

Para além de uma presença física, as mulheres negras do Movimento Contra a UPP formularam o conjunto de táticas e estratégias comunitárias adotadas gradativamente pelo Movimento. A luta comunitária contra instalação de uma Base Comunitária de Segurança no Bairro da engomadeira, impulsionada majoritariamente por mulheres, negras, muitas das quais mães, teve um forte papel na construção de uma cultura política racial comunitária, que desmistificou gradativamente um conjunto de imagens controladoras (COLLINS, 1990; PERRY, 2008) atribuídas negativamente a essas militantes e ao Movimento de maneira geral.

Pesquisas acadêmicas realizadas por militantes negros/as, tem demonstrado como historicamente na formação social do Brasil, as mulheres negras tiveram um papel estratégico na construção, consolidação e disseminação de dispositivos sociais de enfrentamento a violência racial (NZUMBI, 2010; 2017, ROCHA, 2016). O papel de liderança ocupado por mulheres negras em movimentos comunitários tem sido uma constante estratégica no

enfrentamento a violência racial protagonizado por agrupamento de negros/as. Como afirma a pesquisadora e militante negra Luciane de Oliveira Rocha,

A experiência da Diáspora Africana é intrinsecamente relacionada com a morte. Como os trabalhos de muitos autores mostram, a antinegitude e genocídio da população negra são as principais características da vida coletiva de negros e negras, sendo a morte masculina o efeito mais visível. No entanto, é impossível pensar na resistência a esta violência que é contínua, estrutural e gratuita, sem levar em consideração a contribuição social, cultural e emocional das mulheres negras. Acima de tudo, é impossível negar a importância de nossos pensamentos e de nossa participação nas estratégias políticas para transcender o genocídio (ROCHA, 2016, p. 177).

Genocídio esse expresso nas altas taxas de mortandade violenta que atinge de sobremaneira jovens homens negros (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014; 2015). Entretanto, a morte violenta desses jovens negros impacta em outros aspectos psicossociais da experiência e sociabilidade negra na diáspora. Como por exemplo, a experiência da maternidade negra que historicamente está passível a interrupções abruptas, tendo em vista que os/as filhos/as de mães negras são alvos sistemáticos da violência letal no Brasil (ROCHA, 2016). Nesses termos, a experiência das mulheres negras com a violência letal no Brasil está marcada pela constante ameaça a maternidade negra (ROCHA, 2016).

Ana, uma das militantes-fundadoras do Movimento Contra a UPP, mulher negra, moradora do bairro da Engomadeira e mãe de D.T., nos conta um pouco dos sentidos e significados dessa permanente “sombra da morte” que paira sobre as famílias negras em comunidades diretamente atingidas pelas políticas de morte (MBEMBE, 2018) do Programa Pacto Pela Vida na Bahia,

— Sou mãe de um garoto de 08 anos, tenho assistido de perto várias mortes de jovens, não tenho como não pensar na possibilidade de meu filho ser alvo. Sempre quando estamos na rua, que nos deparamos com viaturas (a chocolate, Rondesp, nos deixa bastante temerosos) penso que D. T. nunca desfrutou de liberdade, nunca andamos em Salvador sem pensar na possibilidade de presenciá-lo, viver uma ação da polícia. Eu tento de todas as formas protegê-lo, mas existe marcador muito forte que a presença da mãe não dá conta. A cor de sua pele, que se agrava quando é morador de um bairro periférico de um Estado onde a polícia tem licença pra matar. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

A história política-comunitária do Movimento Contra a UPP substancia esse argumento ampliando-o em certa medida, pois para as jovens negras que impulsionavam o Movimento, não foi preciso que alguma delas tivesse um filho assassinado pela corporação policial para se organizarem contra um dos dispositivos da *necropolítica* (MBEMBE, 2018) do Programa Pacto Pela Vida. Ana nos relatou que um dos principais motivos para decidir impulsionar um Movimento contra a construção de uma BCS em seu bairro, foi o medo de essa política de segurança atingir diretamente seu filho de oito anos,

— Bom, eu sei o que a presença da polícia causa na vida das mulheres negras moradora daquele bairro, sei também que isto se intensifica quando esta mulher é mãe de um homem/ jovem / negro. Pensava no futuro, como seria para meu filho aquelas viaturas circulando pelo bairro e fazendo abordagem a todo momento. Quando passava pela placa do Governo do Estado, lembrava de módulo policial que existia no final de linha, era sempre um terror passar na frente por que sempre tinha um moloque apanhando lá dentro e uma mãe do lado de fora com o documento de seu filho em mãos. Não queria ver as crianças da minha comunidade passando por isto diariamente. (ANA, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira,02/06/2018).

As mães negras em contextos sociais de necropolíticas (MBEMBE, 2018) lutam cotidianamente e organizam estratégias para sobrevivência física de seus filhos/as em comunidades negras diretamente atingidas pelos dispositivos de segurança do necropoder. (MBEMBE, 2018). A História comunitária do Movimento Contra UPP demonstra como a interrupção da maternidade negra é uma variável constante na experiência social, sentidos e significados das mulheres negras, de tal modo que, o fato de muitas militantes ainda não serem mães, ou não terem filhos vitimados pela violência estrutural letal, não impediu que se organizassem contra um dispositivo de segurança baseado em políticas de morte (MBEMBE, 2018).

## 2.6. A cada fim um Recomeço

No dia 12 de março de 2015 a assessoria de comunicação da UNEB emitiu em seu portal oficial na internet uma matéria com o seguinte título: *Comunidade Unebiana rejeita a construção da BCS dentro do campus*<sup>106</sup>. O texto da matéria relata que no dia 06/03/2015, uma reunião do Conselho Universitário (CONSU) – instancia deliberativa máxima da universidade – instalou uma comissão especial para analisar minuciosamente a questão da doação de um terreno da universidade, para construção de uma Base Comunitária de Segurança nas imediações do bairro da Engomadeira.

De acordo a matéria supracitada, o projeto de construção da BCS foi de autoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), que solicitou a intermediação da Secretaria Estadual de Educação (SEC) junto a UNEB, para que a universidade doasse parte de seu terreno no campus central. Terreno esse que fazia divisa com o bairro da engomadeira. Depois desse breve histórico a matéria em questão expõe em minucias o parecer do CONSU,

---

<sup>106</sup>Ver matéria em: <http://www.uneb.br/sgc/2015/03/12/comunidade-unebiana-rejeita-construcao-de-bcs-dentro-do-campus/>

No parecer aprovado pelo CONSU, a comissão, embora reconheça a importância e atualidade da questão da segurança pública, sendo objeto do interesse da universidade, avalia que a decisão do anterior Reitorado desconsiderou as opiniões e manifestações da comunidade acadêmica da UNEB e das instâncias representativas dos seus três segmentos (professores, estudantes e corpo técnico): “Pela maneira antidemocrática e autoritária com que foi autorizada a construção, ferindo os princípios da autonomia universitária, recomendamos a não cessão do espaço da universidade para a BCS”, afirma o parecer. Presidida pelo professor Valdério Santos Silva, a comissão especial teve como demais integrantes Flávio Dias Correia, Marluce de Lima Macedo, Bruno Mattos da Conceição e Frederico José dos Santos<sup>107</sup>. (UNEB. BR, 2015).

Notem que a oposição por parte da universidade em relação à instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira, não é necessariamente uma discordância com a política de segurança pública em andamento na Bahia. Pelo contrário, a universidade reconhece a importância e operacionalidade dos dispositivos de segurança conduzidos pelo Programa Pacto Pela Vida. De acordo a instância deliberativa máxima da UNEB, o grande entrave para doação de um terreno que serviria para implantação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira, seria o caráter antidemocrático e autoritário da decisão, que foi tomada pela administração anterior, sem um debate público com as categorias representativas da universidade: professores, técnicos e estudantes.

Nesse contexto, poucos dias após a decisão do CONSU, o Movimento Contra UPP, que continuava suas atividades político-comunitárias para barrar a instalação de uma BCS na engomadeira, emitiu uma nota pública<sup>108</sup>, dando seu parecer em relação à decisão da instância deliberativa máxima da Universidade,

O Movimento Contra UPP, organizado antes mesmo da posse da atual gestão de reitoria da UNEB, não pode deixar passar um momento tão importante para nossa luta: no dia 6 de março, o Conselho Universitário da UNEB aprovou parecer que recomenda a não doação do terreno da Universidade para projeto de construção de Base Comunitária de Segurança de autoria da SSP-BA, articulado junto à Secretaria Estadual de Educação (SEC). (MOVIMENTO CONTRA A UPP, 2015, p.1).

De acordo as militantes do Movimento Contra a UPP o documento supracitado foi elaborado diante de um duplo contexto. Primeiramente como uma denúncia pública do fatopolítico da administração central da UNEB tentar a todo custo invisibilizar a ação comunitária do Movimento, negando sua existência e não reconhecendo o protagonismo político-comunitário autônomo do agrupamento, na luta contra instalação de uma BCS no bairro da Engomadeira.

<sup>107</sup> Ver em: <http://www.uneb.br/sgc/2015/03/12/comunidade-unebiana-rejeita-construcao-de-bcs-dentro-do-campus/>

<sup>108</sup> O documento em questão tinha como título “Nota do Movimento Contra UPP sobre a rejeição da comunidade acadêmica a construção da UPP”. A nota estará integralmente disponibilizada nos anexos do presente capítulo.

Tal perspectiva autônoma do Movimento em relação às instancias organizacionais formais da universidade – Reitoria, Movimento estudantil, DAS, CAS, DCE – era visto de maneira negativa pelas forças políticas da universidade, que não reconheciam o Movimento com uma instancia representativa de qualquer categoria. Como afirma o Movimento em outro trecho do documento, “O Movimento Contra a UPP sempre optou por sua autonomia, talvez por isso não tenha sido sequer citado na nota” (MOVIMENTOCONTRA A UPP, 2015, p.2).

Outra motivação que fez com que o Movimento redigisse uma nota em relação à decisão da UNEB – em não ceder parte de seu terreno para construção de uma BCS – foi de revelar publicamente, que ao contrário da narrativa vocalizada pela institucionalidade, a universidade sempre se mostrou acolhedora com as políticas de segurança pública do Programa Pacto Pela Vida. Na verdade a UNEB desde seu surgimento, tem estreitas relações com as corporações policiais que compõem a segurança pública na Bahia, inclusive, firmando convênios com a SSP-BA no tocante a pesquisas acadêmicas que municiem a ação policial, além de ser a universidade responsável pela elaboração do curso de oficiais da polícia militar<sup>109</sup>. De acordo o Movimento Contra UPP, essa relação intestinal da universidade com a corporação policial, era inaceitável, execrável, diante de um contexto de uma universidade que se dizia inclusiva, a primeira a dotar políticas de cotas raciais na Bahia,

É, de fato, inconciliável que a Universidade, enquanto espaço responsável por fomentar o conhecimento, e que assume o compromisso de contribuir com a comunidade na qual está inserida, ofereça suporte a uma ferramenta de repressão dessa polícia truculenta (MOVIMENTOCONTRA A UPP, 2015, p.2).

Nesses termos, a nota pública do Movimento Contra a UPP, além de revelar a estreita relação da universidade com uma das corporações policiais mais violentas do mundo, também demarcou o posicionamento político-ideológico do Movimento, que mesmo conquistando sua principal pauta – barrar a instalação de uma BCS no bairro da Engomadeira – já sinalizava que a luta comunitária era contra o conjunto dos dispositivos de segurança do programa Pacto Pela vida, que ao contrário do discurso do governo, não reduziram as taxas de mortes violentas letais,

Diferente da posição de concordância perante as políticas de segurança pública expressada na nota, nós somos contra a instauração de qualquer unidade desse caráter na Engomadeira ou qualquer comunidade periférica. Reconhecemos que as medidas de segurança defendidas pelo Estado são motivadoras do genocídio da população negra e pobre e não poderíamos legitimar tal execução em massa de nenhuma forma, em nenhum lugar (MOVIMENTO CONTRA A UPP, 2015, p.2).

Por fim, o Movimento Contra a UPP termina sua nota pública provocando a universidade a se manifestar sobre uma operação da polícia militar que ocorreu no dia 6 de

---

<sup>109</sup> Para mais informações ver o portal da UNEB sobre o vestibular para oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros: <https://portal.uneb.br/noticias/2017/06/12/uneb-realiza-concurso-para-oficiais-da-policia-militar-e-do-corpo-de-bombeiros/>



fevereiro de 2015, no bairro do Cabula em Salvador (BA), que resultou na morte de 12 jovens homens negros, no episódio que ficou internacionalmente conhecido como Chacina do Cabula<sup>110</sup>,

Aproveitamos para expressar repúdio a qualquer tentativa de utilização da área da Universidade em ações de qualquer natureza perpetradas pelas forças armadas, e para cobrar novamente um posicionamento da Universidade do Estado da Bahia acerca da ação policial do dia 6 de fevereiro de 2015 que deixou 13 homens mortos na região do Cabula, entendendo a Universidade enquanto importante sujeito político que deve estar comprometido com o que acontece em seu entorno (MOVIMENTO CONTRA A UPP, 2015, p.2).

O Movimento Contra a UPP foi um dos atores sociais comunitários a denunciarem a falência operacional do Programa Pacto Pela vida. Denuncia essa, que estava inserida dentro do contexto de implantação de um dispositivo de segurança estratégico na engenharia da segurança pública do Estado da Bahia: As Bases Comunitárias de Segurança. Durante os dois anos de atividades políticas-organizacionais, o Movimento organizou uma série de atos públicos de rua, audiências públicas, panfletagens, atividades de formação político-ideológicas, além de ações culturais comunitárias na Engomadeira e em outros bairros diretamente atingidos pela implantação de BCS.

Somadas as ações anteriormente citadas, o Movimento adotou as pichações como gramática política por excelência em sua vocalização para outras partes da cidade, bem como, foi um dos principais atores sociais na consolidação de uma rede informal de enfrentamento aspolíticas de morte (MBEMBE, 2018) do Programa Pacto Pela Vida. Uma rede subterrânea composta por pichadores/as, grafiteiros/as, MCs, agrupamentos de negros/as que enfrentam a brutalidade policial, estudantes negros/as, muitos/as dos quais, moradores da engomadeira e de outros bairros periféricos da cidade de Salvador.

No mesmo período de tempo em que o Movimento Contra a UPP manteve suas atividades organizacionais – 2013/2015 – o governo da Bahia implantou sete Bases Comunitárias de Segurança, em Salvador, região metropolitana e interior da Bahia. Em 2015, eram 17 Bases Comunitárias de Segurança no total, que compunham o conjunto de dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida (PEDREIRA, 2014). Diante desse quadro, o ano de 2015 foi marcante na história do Movimento Contra UPP, pois foi nesse período que a principal pauta do Movimento foi conquistada – barrar a construção de uma BCS na Engomadeira – assim como, foi o período de encerramento das atividades políticas organizacionais do agrupamento.

---

<sup>110</sup>Sobre a Chacina do Cabula ver mais em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/chacina-com-12-mortos-no-cabula-foi-planejada-por-pms-como-vinganca/> e <http://www.vejauseramortx.com/2015/02/pai-faz-mae-cria-e-rondes-p-da-sumico.html>

O projeto de construção de uma BCS no bairro da Engomadeira caiu por terra depois que a UNEB negou definitivamente o terreno onde seria construído o dispositivo de segurança. Decisão essa que foi provocada diretamente pela agência comunitária do Movimento Contra UPP, que ao adotar uma metodologia política pautada em ações organizativas dentro e fora da universidade, conseguiu dar vocalização pública ao caráter racialmente seletivo das políticas de segurança pública da SSP-BA, notadamente, no contexto de implantação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira, Salvador (BA).

As Bases comunitárias de Segurança surgem na Bahia em 2011, no contexto de montagem da engenharia organizacional do Sistema de defesa Social do Programa Pacto Pela Vida (Bahia, 2011). De acordo com a Portaria regimental que delineia os princípios organizacionais de implantação das BCS, o dispositivo de segurança tem como principal objetivo instituir um modelo de segurança pública responsiva, humanizada, pautada na defesa dos direitos humanos (BAHIA, 2012/2015). A redução dos crimes violentos letais era a principal meta a ser alcançada, diante de uma conjuntura de altos índices de mortes letais, que na época – assim como hoje – incidiam de sobremaneira sobre jovens homens negros,

Devido aos alarmantes índices de violência na aurora do século XXI, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia foi obrigada a reavaliar suas políticas. As novas estratégias deveriam seguir os parâmetros do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com o objetivo de fomentar novas alternativas de controle da criminalidade para intervir nas causas da violência, e promover ações de segurança pública juntamente com políticas sociais. Desse modo, o governo da Bahia estabeleceu o Pacto Pela Vida como política pública de segurança do Estado. O programa foi importado do Estado de Pernambuco, onde alcançou expressivos resultados. A versão do Pacto Pela Vida da Bahia criou as Bases Comunitárias de Segurança, que instituiu como estratégia organizacional a filosofia de Polícia Comunitária, semelhante ao modelo das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (PEDREIRA, 2016, p. 13)

É dentro desse pano de fundo, nos interstícios comunitários da implantação de um dos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida, que surge o Movimento Contra UPP. Um agrupamento comunitário de estudantes, moradores do bairro da Engomadeira e de outras comunidades que já haviam instalado BCS, que se reuniram com o objetivo de barrar a continuidade da construção de uma Base Comunitária de Segurança em um terreno cedido pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Definitivamente a experiência comunitária organizativa do Movimento Contra UPP é histórica no contexto das lutas sociais na Bahia contemporânea. A exemplo da luta por

território dos quilombolas do Quilombo Rio dos Macacos<sup>111</sup>, da luta por moradia e direitos básicos da Ocupação Quilombo Lucas da Feira<sup>112</sup> e da luta por justiça e verdade da Chacina do Cabula, protagonizada por mães, pais, familiares, e amigos das vítimas, bem como por militantes da Campanha Reaja ou Será Morta@<sup>113</sup>. Lutas sociais essas que pude participar como apoiador, militante ou aliado, em diferentes contextos.

O Movimento Contra UPP foi impactante no cenário político-racial da Bahia na última década: no método, na pauta, na política de alianças e linguagem política adotada em sua agenda de enfrentamento. Como bem disse uma de suas militantes, o Movimento tencionou no limite a pauta da “segurança pública” na Bahia,

—Então é aquela coisa, o nome do Movimento já trazia um destaque muito grande. Movimento Contra a UPP, porra! Vai colocar isso numa cidade que tem um projeto como o Pacto Pela Vida, que está investindo milhões em segurança pública. Maiores onda, céu. (MAGALI, militante do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, 02/06/2018).

Além de ser um ator social estratégico no processo que culminou na não instalação de uma Base Comunitária de Segurança no Bairro da Engomadeira, analiso que outra vitória organizativado Movimento Contra UPP, foi desmontar o argumento defendido pelo Governo, de que os dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida reduziriam os índices de mortes violentas letaisintencionais no Estado. Ou mesmo, que esses dispositivos fossem plenamente aceitos pelo conjunto da população, notadamente, aquela parcela da população que é diretamente atingida por esses dispositivos de segurança: pessoas negras.

Como pudemos evidenciar a partir de uma análise crítica do processo de implantação das Bases Comunitárias de Segurança na Bahia, os índices de violência letal não diminuiram,

---

<sup>111</sup>O quilombo Rio dos Macacos está localizado dentro da Vila Naval de Aratu, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador, Bahia. Secularmente o local chamava-se Fazenda dos Macacos e pertencia à família Martins, que abdicou do terreno devido ao declínio da produção da cana de açúcar. Os remanescentes de quilombolas permaneceram no local vivendo tradicionalmente por aproximadamente 150 anos. No início da década de 1960, parte das terras foi tomada para a construção de uma barragem. Posteriormente, em 1972, a situação foi agravada pelo início das obras da vila naval, sendo 57 famílias expulsas e sua estrada tradicional destruída pela marinha. Em meados de 2010 novamente amarinha de guerra do Brasil investe contra a comunidade quilombola, com tentativas de reintegração de posse, guerra psicológica, tentativa e assassinatos políticos de lideranças, além de constantes cercos militares contra os quilombolas. Ver mais em - <https://anovademocracia.com.br/no-127/5263-os-valentes-quilombolas-de-rio-dos-macacos>

<sup>112</sup>A Ocupação Quilombo Lucas da Feira é um aglomerado de dezenas de moradias precárias numa antiga fábrica de beneficiamento de leite às margens da BR 116 Norte. Autointitulada como quilombo – em referência à forma comunitária com que os quilombos se organizavam – a ocupação surgiu em 2011 através de uma mobilização tocada pelo MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia). Em torno de 45 famílias aguardam ali pela desapropriação da área para que a mesma seja regularizada.. Ver mais em - <https://feirenses.com/ocupacao-lucas-da-feira/>

<sup>113</sup>A Chacina do Cabula foi um intervenção policial ilegal realizada pela RONDESP (Rondas especiais) em Salvador-BA resultou na morte de 12 jovens e em um processo de luta organizada de Familiares pela justiça, verdade, memória e reparação. Ver mais em - <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/02/06/chacina-do-cabula-acao-da-pm-que-deixou-12-mortos-na-ba-segue-sem-solucao-apos-4-anos.ghtml>

pelo contrário, aumentaram de sobremaneira atingido majoritariamente jovens homens negros. Nesse sentido, as Bases Comunitárias de Segurança, enquanto peça estratégica na engenharia organizacional do Programa Pacto Pela Vida é um dispositivo que representa recrudescimento das “tecnologias contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte”. (MBEMBE, 2003, p.28).

O término das atividades organizacionais do Movimento Contra UPP não significou o fim do protagonismo da militância que organizava e impulsionava o Movimento. Muitas das militantes do Movimento se reagruparam em outros movimentos políticos comunitários, ou mesmo, se integraram a outras organizações comunitárias que faziam parte da política de alianças do Movimento. Há exemplo das três militantes entrevistadas no capítulo em curso, que continuam a desenvolver atividades comunitárias. Magda por exemplo, atualmente atua na Biblioteca Comunitária Zeferina-Beiru, inaugurada no dia 29 de novembro de 2015, em uma das comunidades que fazem parte do complexo de favelas do Cabula<sup>114</sup>. Ana por outro lado, passou a integrar a organização política Reaja ou Será Morta@, especialmente, dentro do contexto de luta comunitária por justiça e verdade de familiares das vítimas da Chacina do Cabula.

---

<sup>114</sup>Inaugurada simbolicamente nos dias 28 e 29 de novembro de 2015, a Biblioteca Comunitária Zeferina-Beiru já se encontrava em construção desde meados de 2013, quando foram iniciadas as reformas do prédio e a arrecadação de livros para compor o nosso acervo. O prédio que hoje abriga a Biblioteca, o Centro Comunitário do Arenoso, teria sido construído no final da década de 80 para abrigar um cinema comunitário. Passado o período de funcionamento do cinema, o prédio abrigou outras iniciativas dos próprios moradores: uma associação desportiva e uma escola infantil (onde alguns membros atuais da Biblioteca chegaram a estudar). Para saber mais ver em: <http://www.facebook.com/ZeferinaBeiru/>

## **CAPITULO III - Banho de sangue no Recôncavo Sul: execuções sumárias, corpos desovados e homicídios decorrentes de intervenção policial em Cachoeira e São Félix (2015-2018)**

### **3.1 Introdução**

O conceito contemporâneo de Genocídio é fruto de inúmeros debates internos na Organização das Nações Unidas (ONU), e apenas no ano de 1948 houve um consenso conceitual entre os países que coordenam a instituição. De tal modo, apenas no dia 9 de dezembro de 1948 a ONU aprova a resolução nº260 A (III) que normatiza uma definição internacional do termo Genocídio. Norma essa, que passa a ser seguida pelos países signatários da *convenção sobre a Prevenção e a Repressão do crime de Genocídio*<sup>115</sup>. De acordo com esse documento, os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso se caracteriza como uma situação de Genocídio:

- 1- Assassinato de membros do grupo;
- 2- Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- 3- Submissão deliberada do grupo a condições de existência degradantes que acarretarão em sua aniquilação total ou parcial;
- 4- Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

O debate travado internamente na ONU no contexto da aprovação da Resolução nº 260 A (III) reverberou em diversos contextos político raciais, como é o caso do Brasil. De tal modo, a noção de um continuum Genocídio de Negros/as no Brasil não é recente na história política contemporânea da Nação. O tema foi inaugurado na arena pública política racial com a publicação do livro: *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), escrito pelo militante negro Abdias do Nascimento.

Em sua obra, o autor defende que o conceito de Genocídio elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), deveria ser aplicado para definir a situação de sujeição e opressão racial experienciada historicamente pela população negra no Brasil

---

<sup>115</sup>Cabe retomarmos que moderna definição de Genocídio foi publicada em 1944 no *Axis Rule in Occupied Europe*, pelo polonês radicado nos Estados Unidos Raphael Lemkin. Esta definição foi baseada em sua observação e experiência como judeu na Alemanha Nazista, e partir do princípio de que quaisquer ações por parte de um Estado que afligissem a liberdade, a dignidade humana e a segurança física de um grupo, seriam fenômenos sociais caracterizados como Genocídio.

(NASCIMENTO, 1978). Genocídio este não apenas físico, mas também cultural. E o mito da democracia racial seria a força motriz ideológica que dava sedimento e incremento a matança em curso. A politização da situação de opressão racial de negros/as através do conceito de Genocídio, foi importante para municiar intelectualmente e politicamente uma nova geração de militantes negros/as que emergiram no interior das fileiras, do que passou a ser conhecido como o *Movimento Negro Contemporâneo*.

Quase quarenta anos se passaram desde a publicação do livro: *O Genocídio do Negro Brasileiro* (NASCIMENTO, 1978), e durante esse ínterim diversas organizações do movimento negro interpretaram, formularam e construíram dispositivos de análise e intervenção antirracista na sociedade brasileira, a partir da noção inaugurada por Abdias do Nascimento. É dentro desse contexto, que anos mais tarde ocorre uma audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>116</sup> – entidade signatária das resoluções da ONU.

A audiência que tinha como tema: “*O assassinato de jovens negros no Brasil*”, foi provocada pela organização política comunitária – Campanha Reaja ou será Morta@, que desde o ano de 2005 têm denunciado a brutalidade policial, a seletividade racial no sistema de justiça criminal e politizado os altos índices de mortes violentas de jovens homens negros na Bahia. Mortes essas que são definidas pela campanha como uma constatação do Genocídio Negro na Bahia.

O Estado brasileiro tendo como representante um homem negro, funcionário da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Presidência da República, acolheu a denúncia dos peticionários que denunciavam o caráter essencialmente genocida da *Estratégia Nacional de Segurança Pública no Brasil*. Nas palavras do Secretário, “*o Governo Federal avalia que parte da elevada taxa de homicídio dos jovens negros deve ser atribuída ao racismo*”.

Ainda em 2015, um dos desdobramentos da audiência temática na comissão interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a montagem de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assassinato de Jovens (CPIADJ) no Brasil. Apelidada pelos movimentos sociais como a “CPI do Genocídio”, a comissão parlamentar de inquérito foi criada pelo requerimento nº115 de 2015, de autoria da então Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), tinha como objetivo investigar e

---

<sup>116</sup>Audiência em questão tinha como tema o assassinato em larga escala de jovens negros no Brasil e foi provocada por uma articulação comunitária transnacional encabeçada pela Campanha Reaja ou será morta@. A organização peticionária defendeu a tese que as altas taxas de violência letal contra comunidade negra no Brasil era uma das manifestações de um processo de Genocídio mais amplo. Ver mais em: <http://www.global.org.br/blog/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/>. Acesso em: 09/06/2017 às 14:20 min.

apontar os agentes sociais responsáveis pelos elevados índices de assassinatos cometidos contra jovens no Brasil, notadamente a juventude negra (FARIAS, 2015). De acordo o documento supracitado,

Esta CPI, em consonância com os anseios do Movimento Negro, bem como com as conclusões de estudiosos e especialistas do tema, assume aqui a expressão GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA como a que melhor se adequa à descrição da atual realidade em nosso país com relação ao assassinato dos jovens negros. O Brasil não pode conviver com um cotidiano tão perverso e ignominioso. Anualmente, milhares de vidas são ceifadas, milhares de famílias são desintegradas, milhares de mães perdem sua razão de viver. A hora é de repensarmos a ação do Estado, mais particularmente do aparato policial e jurídico, como forma de enfrentar essa questão. Para que em um futuro próximo tenhamos uma nação mais justa e igualitária onde as famílias, as mães e irmãos não tenham mais que chorar pela morte desses jovens (FARIAS, 2015, p. 33-24).

Diante desse contexto, o documento final da CPI do Assassinato de jovens (2015) aponta a necessidade nevrálgica de focarem os trabalhos da comissão sobre homicídios de jovens negros decorrentes de intervenção policial (FARIAS, 2015). Tal decisão foi tomada pelos parlamentares diante das provocações, depoimentos e denúncias realizadas por um conjunto de organizações comunitárias de mães, pais, familiares e amigos de jovens negros assassinados em contextos de ações policiais letais. Provocações essas, que são substanciadas por um conjunto de dados gerados por agências de pesquisas que apontam que a corporação policial do Brasil é a que mais mata no mundo (IPEA, 2018), tendo como vítima preferencial jovens homens negros. Como aponta o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (2015),

A opção nos parece adequada. Os homicídios cometidos pelo braço do Estado se revelam muito mais preocupantes do que aqueles que decorrem por quaisquer outras razões. Execuções extrajudiciais demonstram o fracasso do Estado em aplicar a Lei, ao tempo em que revelam que a mesma Lei não se aplica indistintamente aos cidadãos: alguns merecem o devido processo legal, outros a execução sumária. Ademais, o Estado possui o monopólio do uso da força, como forma primeira de preservar o direito à vida de seus cidadãos, assim, nada mais deletério a uma idéia de nação que este Estado utilize a força, sem suporte legal, contra estes cidadãos (FARIAS, 2015, p. 36)

Essa realidade de violência letal contra jovens homens negros, não está reservada apenas aos grandes centros urbanos do Brasil. Na Bahia, por exemplo, como indica as compilações dos anais documentais da SSP-BA<sup>117</sup> (2014), variados municípios, com

---

<sup>117</sup>Para acessar as informações ver em:

<http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Estatistica2014/01ESTADOMUNICIPIO2014.pdf>. Acesso em: 09/06/2017 às 19h e 40 min.

diferentes contextos sociodemográficos, estão imersos dentro de uma realidade latente de violência letal, notadamente por arma de fogo (SSP-BA, 2014; 2015).

Segundo a SSP-BA (2014), apenas em Salvador 1.320 pessoas foram assassinadas no ano de 2014, número esse que não inclui as 450 pessoas assassinadas ao somarmos os números de óbitos por morte violenta por arma de fogo em regiões metropolitanas como Lauro de Freitas e Simões Filho (WAISELFISZ, 2014). Mais adentro no interior da Bahia a morte negra se recrudesce como no caso de cidades como Feira de Santana (430 assassinatos), Itaberaba (35) e Vitória da Conquista (161).

Nesse sentido, no presente capítulo, nossa ambição é inventariar, analisar criticamente e montar um banco de dados inédito referente aos índices de homicídios praticados por arma de fogo em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba no último triênio (2015 -2018), notadamente homicídios ocorridos em circunstâncias de execuções sumárias e decorrentes de intervenção policial.

### **3.2. Procedimentos metodológicos**

Para os fins que se pretende o presente capítulo, utilizamos um conjunto de dados oriundos de agências de processamento de estatísticas criminais ligadas ao Estado, bem como construímos um banco de dados inédito baseado na sistematização e análise de notícias de jornalismo online referente ao triênio – 2015/2018 – sobre assassinatos cometidos por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA.

A fonte primordial para coleta de dados referentes a assassinados por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, é oriunda do *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde* (SIM/MS), que tem divulgado anualmente dados referentes à morte por causas externas desde o ano de 1979. Cabe ressaltar, que de acordo a legislação vigente no Brasil; Lei nº 6.216, de 30/06/1975, todos os sepultamentos em território nacional devem ocorrer com uma certidão de óbito (CO), além do registro feito na declaração de óbito (DO).

A declaração de óbito (DO) é preenchida por um profissional da saúde no caso de morte natural. No caso de morte por causas não naturais ou externas, em localidades que possuam Instituto Medico Legal (IML) a declaração de óbito (DO) deve ser preenchida por um médico legista, e em localidades sem IML, por um médico local que é investido pela autoridade policial ou judicial para tal tarefa. Nesse sentido, o *Subsistema de Informação sobre Mortandade* reúne, organiza e sistematiza o conjunto de dados oriundo das declarações de óbito de todo território nacional.



Para termos acesso aos dados do *Subsistema de Informação sobre Mortandade* referentes às mortes por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, utilizamos o programa/portal TabNet, hospedado dentro do DATASUS – *Departamento de informática do SUS* – que foi elaborado com a finalidade de organizar e publicar digitalmente informações estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre essas informações, estão circunstâncias e contextos de mortes naturais ou homicídios.

O portal TabNet disponibiliza informações referentes a mortandade no Brasil, subdividindo essas mortes em categorias; 1- mortandade geral, 2- Óbitos por causas evitáveis de 0 a 4 anos, 3- óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos, 4- óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos, 5- óbitos fetais, 6- óbitos infantis e 7- Óbitos por causas externas. Dentro do contexto da pesquisa em andamento, o que nos interessa é especificamente os dados referentes às mortes por causas externas, onde estão agrupados os homicídios por arma de fogo.

Cabe acentuar que desde 1995 o SIM passa a catalogar também a causa da morte, a partir da adoção das categorias da Classificação Internacional de doenças (CID-10), que prevê que para além de tabular quantitativamente as mortes por causas externas, o Estado deve também ter atenção na descrição das lesões, circunstâncias e instrumentos que originaram óbitos por causa externa, sobretudo em contextos de homicídios cometidos por manuseio de armas de fogo.

No entanto, apesar de toda sistematização de informação agrupada pelo SIM, as próprias agências de pesquisa e catalogação de dados do Estado, assinalam o caráter subnotificado das informações disponibilizadas pela plataforma. Como aponta o Mapa da Violência – Homicídios por armas de fogo no Brasil (2015),

Não se pode negar que as informações de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio Ministério da Saúde e também por diversos especialistas que trabalham com essas bases. A primeira grande limitação assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro, devido a ocorrência de inúmeros sepultamentos sem devida certificação, determinando uma redução do número de óbitos declarados. Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados têm sofrido reparos: mortes sem assistência médica; deficiências no preenchimento adequado da Certidão, etc. (WAISELIZ, 2016, p. 13).

A subnotificação documental de estatísticas criminais é historicamente acentuada em contextos de coleta e sistematização de dados por parte do Estado brasileiro (MIR, 2004). O pesquisador Luís Mir relata em sua obra “*Guerra civil - Estado e Trauma (2004)*”, que múltiplos fatores colocam em xeque a confiabilidade dos dados organizados e divulgados pelo SIM (MIR, 2004). Há questões de ordem técnico-operacional, seja da própria estrutura dos IML, ou mesmo de ingerência por parte dos técnicos responsáveis no preenchimento da

declaração de óbito, que muitas vezes não são minuciosos quanto à causa morte e circunstância do homicídio, ou mesmo sobre a cor/raça da vítima (MIR, 2004).

Outro aspecto enfatizado por Luis Mir, sobre o que diz respeito à subnotificação do SIM, é referente o próprio contexto geral de violência letal no Brasil, onde anualmente centenas de milhares de pessoas são enterradas ilegalmente em cemitérios clandestinos, campos de desova ou mesmo locais inacessíveis (MIR, 2004). O autor ressalta que outro fator preponderante no contexto de subnotificação de dados criminais no Brasil, é a própria cultura organizacional das instituições de saúde e policiais responsáveis pela reunião e sistematização dos dados criminais, que tem sérias dificuldades de comunicação entre si, bem como, muitas dessas instituições são extremamente corporativistas e não vêm com bons olhos a perspectiva de compartilhamento e publicização de dados (MIR, 2004).

Diante desse quadro, seria leviano de nossa parte tomar os dados do SIM como banco de dados absoluto em nossa empreitada investigativa. Sobretudo, tendo em vista que a mensuração de dados referentes a intervenções policiais letais são extremamente subnotificados, como aponta o Atlas da Violência (2018), “Nesse sentido, a análise dos dados de mortes decorrentes de intervenções policiais apenas a partir dos registros do SIM pode levar a grandes equívocos ou distorções, já que a diferença entre as duas fontes supera 67,5%” (IPEA, 2018, p. 28).

Em nossa investigação o *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM)* se insere como uma *fonte metodologicamente questionada-questionável*. Com isso quero dizer que os índices de subnotificações no SIM, nos incitou a construir um banco de dados autônomo e inédito, que será relacionado criticamente aos dados provenientes da plataforma TabNet.

Nossa ambição é montar tabelas quantitativo-qualitativas referentes aos contextos e circunstâncias de homicídios por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, a partir da catalogação de informações criminais no período de três anos. Nesses termos, inventariamos, organizamos e analisamos um conjunto de notícias de jornalismo online criminal da região do recôncavo sul, sobretudo notícias que tenham como conteúdo execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira-BA e São Félix-BA.

O *Clipping*<sup>118</sup> de notícias online criminais foi realizado a partir da triagem de matérias online dos últimos três anos do site “*Forte do recôncavo: o verdadeiro lado da notícia está*

---

<sup>118</sup>Clipping é uma expressão da língua inglesa, uma "gíria" da cultura e processo de trabalho jornalístico que define o processo de selecionar, inventariar e organizar notícias referentes a um tema específico contido nas matérias de jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação.

*aqui*”, fundado no ano de 2011, na cidade de Cruz das Almas-BA. O site atua na região do recôncavo sul da Bahia produzindo conteúdo jornalístico – a grande maioria sobre crimes – de cidades como Amargosa, São Felipe, Cruz das Almas, Muritiba e evidentemente de Cachoeira e São Félix.

É preciso ser dito que a mídia de massa é um dispositivo estratégico na constituição do discurso hegemônico sobre o arquétipo criminal-racial; jovem homem preto (AMPARO ALVES, 2016). Discurso esse responsável pela produção simbólica sobre a violência letal contra jovens homens negros, bem como pela legitimação de uma concepção abjeta do corpo negro, narrado na TV, jornal, revistas e sites de jornalismo online, como um corpo perigoso, sujo, inalienavelmente criminoso, passível de ser exposto não somente a violência letal, pois mesmo morto, o corpo negro tem sua dignidade humana negada, quando exposto mutilado nos dispositivos de comunicação da *Mass Mídia* sensacionalista. Como relata Jaime Amparo Alves,

Aqui a mídia ocupa papel de destaque. Ela ajuda a consolidar/legitimar estratégias de dominação por meio do que Patrícia Hill Collins (2005) tem chamado de “controle de imagem”. Neste sentido, a narrativa da violência na mídia brasileira produz um conjunto de significados sobre o corpo negro que o marca como o “outro”, mas também o “eu”. Elas produzem a cidade branca e a favela negra, o criminoso negro e a vítima branca (AMPARO ALVES, 2016, p.71).

A mídia sensacionalista-criminal tem crescido exponencialmente nos veículos de comunicação hegemônicos do Brasil, e na Bahia não é diferente. Tendo como matrizes operacionais os programas de TV de meio dia como “Cidade Alerta”, “Se liga Bocão” ou “Balanço Geral”, sites como o portal *Forte do Recôncavo* proliferam e ganha cada vez mais notoriedade noticiando de maneira sensacionalista acontecimentos referentes a crimes, especialmente homicídios por arma de fogo. A mídia de massa sensacionalista é uma importante linha auxiliar no contexto de construção simbólica das imagens controladoras (COLLINS, 1994; 2004) dos jovens homens negros,

Linha auxiliar importantíssima na manipulação, na justificação e no incentivo da violência policial, estão os programas sensacionalistas vespertinos. Segundo o Tenente-Coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo Adilson Paes Souza, esses programas enaltecem a associação de “truculência e arbitrariedade policial com o exercício da autoridade”. Segundo ele, alimentam ainda mais essa violência porque são consumidos avidamente nos quartéis (CAPRIGLIONE, 2015, p.59).

Diante desse contexto, por que montar um banco de dados com uma fonte eticamente questionável? De fato como indicam pesquisas, a mídia tem sido um local de excelência na construção e proliferação de um imaginário social patológico-criminal em relação às masculinidades negras (AMPARO ALVES, 2016). A mídia sensacionalista nesse sentido tem

se especializado em encontrar, noticiar e publicizar repetidamente, notícias que tenham como principal foco o corpo negro mutilado, alvejado por tiros, esquartejado ou mesmo decapitado. Essa ânsia por corpos negros mortos, mutilados ou gravemente feridos por parte da *Mass Mídia*, não é eticamente aceitável, mas nos permite triangular criticamente outros ângulos da violência letal contra jovens homens negros.

Nesse sentido, as notícias de jornalismo online são inseridas no presente estudo como uma *fonte metodologicamente provocada*. Com isso quero dizer que o arrolamento de notícias referentes a execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira-BA e São Félix-BA no período de três anos (2015-2018), nos permitiu inventariar dados que estão além dos números de corpos vítimas pela violência letal. Revelou-nos aspectos negligenciados pelas agências formais de tabulações de dados estatístico-criminais. Aspectos como:

- 1- Circunstância em que as vítimas foram assassinadas;
- 2- Horário do homicídio;
- 3- Localidade/bairro onde ocorreu o homicídio;
- 4- Método empregado pelos matadores;
- 5- Tipo de armas e veículos utilizados;
- 6- Partes do corpo atingidas pelos disparos;
- 7- Mapear qual grupamento/batalhão policial efetuou uma intervenção letal.

Todas essas informações estão contidas textualmente nas notícias de jornalismo online coletadas por nós no último triênio, especificamente do portal online Forte do Recôncavo. Observarmos que as notícias seguem um padrão na redação, variando a depender do tipo de ocorrência, execução sumária ou intervenção policial letal.

No caso de execuções sumárias é relatado o provável horário do assassinato, local-localidade onde ocorreu, além de ser narrada a circunstância do homicídio, tipo de armamento empregado, número de tiros e região atingida, bem como o veículo utilizado pelos assassinos. Já nas notícias referentes às intervenções policiais letais, além de informar a localidade onde ocorreu a operação, é identificado a guarnição que protagonizou a ação e quantas foram as vítimas. Outro aspecto latente nas narrativas jornalísticas virtuais do *Portal Forte do Recôncavo*, é que invariavelmente, em todas as notícias referentes às intervenções letais, é informado que os policiais reagiram diante de ataque protagonizado por criminosos fortemente armados.

Além dos dados quantitativo-qualitativos textualmente diluídos nas notícias do *Portal Forte do Recôncavo*, outro documento importante presente nas notícias é a fotografia da vítima. A foto é organizada de forma que em um primeiro plano tenha uma imagem da vítima

viva, e em outro plano fotos detalhadas da condição do corpo antes de ser retirado pelas autoridades competentes. Ou seja, fotos de corpos negros – em sua esmagadora maioria – alvejados por tiros na face, tórax e outras partes do corpo, algumas vezes fotos da vítima esquartejada ou mesmo decapitada.

A sistematização e análise crítica pormenorizada das notícias de jornalismo online do portal “*Forte do Recôncavo*” nos permitiu construir um banco de dados que triangulou com maior exatidão *os meandros da violência letal* por arma de fogo nas cidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA. Permitindo que não apenas tabulássemos quantitativamente execuções sumárias e intervenções policiais letais, como também possibilitou a construção de um banco de dados que abarcasse as sinuosidades dos padrões de violência letal por arma de fogo no interior da Bahia.

### **3.3. A evolução histórica dos homicídios por arma de fogo no Brasil**

Os homicídios por arma de fogo (HAF) têm crescido enormemente no Brasil nas últimas três décadas, de maneira que entre os anos de 1980 a 2014, aproximadamente um milhão de pessoas morreram vítimas por disparos de arma de fogo (WAISELFIZ, 2016).

Diante desse quadro geral de violência letal por arma de fogo no Brasil, no período de 2004 a 2014 a região nordeste apresentou as maiores taxas de homicídios por arma de fogo do Brasil, com uma taxa média de 32, 8 HAF por 100 mil habitantes em 2014 (WAISELFIZ, 2016). De acordo o *Mapa da violência – Homicídios por arma de fogo no Brasil* (2016), a posição dianteira do nordeste no quesito homicídios por arma de fogo na primeira década do século XXI, foi alavancada dentro de uma conjuntura de esgotamento econômico de grandes metrópoles brasileiras, e do redirecionamento dos fluxos de capitais e mão de obra pra regiões interioranas das unidades federativas nordestinas, inclusive para cidades de pequeno porte com menos de 100 mil habitantes. Como aponta o Mapa da violência,

Vários fenômenos concomitantes parecem ter acontecido no final do século, impactando fortemente a geografia dos homicídios no país. Por um lado, o esgotamento do modelo desenvolvimento econômico vigente, concentrado em poucas grandes metrópoles. Custos de implantação, carga impositiva, organização sindical, etc. Reorientaram o fluxo de capitais e de mão de obra para locais até então virgens de desenvolvimento... Esses novos polos atraíram investimentos e fluxos populacionais, mas também criminalidade e violência, diante da virtual ausência as instituições do Estado, Fundamentalmente as de Segurança (WAISELFIZ, 2016, p. 25-26).

Ainda segundo o *Mapa da violência – Homicídios por arma de fogo no Brasil* (2016) é possível identificar quatro períodos históricos na evolução dos índices de homicídios por

arma de fogo no Brasil nas últimas três décadas. O primeiro período seria de 1980 a 1994, quando o desenvolvimento econômico financeiro-industrial estava concentrado em pouquíssimas megalópoles brasileiras, bem como os índices de violência letal cresciam de maneira acelerada, notadamente nas capitais que na época possuíam taxas de homicídios por arma de fogo superiores aos índices nacionais (WAISELFIZ, 2016).

Outro momento histórico da evolução dos homicídios por arma de fogo no Brasil foi o período de 1994 a 1997, onde começa o gradativo processo de interiorização da violência homicida por arma de fogo, retirando a posição incontestada das grandes capitais como territórios por excelência no quesito violência letal (WAISELFIZ, 2016).

Nos idos de 1997 a 2003, observa-se uma nova escalada da violência nas grandes metrópoles brasileiras, de maneira que as taxas de homicídios por arma de fogo das capitais que eram em 1997 de 27,9 por 100 mil habitantes passaram a alçar a calamitosa cifra de 34,1 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes.

Por fim, o período de 2003 a 2014, onde há uma reorganização e intensificação do processo de interiorização da violência letal por arma de fogo em municípios com menos de 100 mil habitantes, deslocando a violência letal dos eixos centrais tradicionais, para cidades do interior (WAISELFIZ, 2016). Nesse contexto, municípios de fronteira, cidades próximas ao arco do desmatamento amazônico, municípios com foco do turismo predatório e municípios com histórico de violência tradicional-colonial, passam a dar novos contornos aos padrões, configurações e focos da violência letal cometida por arma de fogo no Brasil (WAISELFIZ, 2016).

A evolução histórica dos homicídios por arma de fogo no Brasil, quando contextualizados com as estatísticas criminais do Estado da Bahia, tornam-se mais alarmantes ainda. A Bahia em 2014 era o estado com o maior número de homicídios do país com cerca de 5.450 baianos assassinados no ano. Como apontam as compilações dos anais documentais da SSP-BA<sup>119</sup> (2014).

Segundo a SSP-BA (2014), apenas em Salvador 1.320 pessoas foram assassinadas no ano de 2014, número esse que não inclui as 450 pessoas assassinadas por arma de fogo em regiões metropolitanas como Lauro de Freitas e Simões Filho (WAISELFIZ, 2015). Ainda conforme o Mapa da Violência (2015) – a Bahia tem o maior número de homicídios do país, e apenas em 2014 cerca de 5.450 baianos foram assassinados (WAISELFIZ, 2015).

---

<sup>119</sup>Para acessar as informações ver em:

<http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Estatistica2014/01ESTADOMUNICIPIO2014.pdf>. Acesso em 09/06/2017, às 19h e 40 min.

A Bahia alçou em 2015, o quarto lugar no ranking nacional de homicídios por arma de fogo (WAISELFIZ, 2015; 2016). O Mapa da Violência – Homicídios por armas de fogo no Brasil (2016) aponta que das 4.441 pessoas assassinadas por arma de fogo na Bahia em 2014, 75% estão na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 4228 homens. Cabe ressaltar que dos 5450 baianos assassinados em 2014, aproximadamente 3.999 eram pessoas negras (WAISELFIZ, 2016).

A Bahia nesse sentido, é o fragmento de uma realidade nacional onde as taxas de vitimização de pessoas negras aumentam a cada ano, enquanto o mesmo fenômeno em relação a população branca tem diminuído drasticamente. O Mapa da Violência (2016) aponta que se no ano de 2003 13.224 pessoas brancas foram assassinadas por arma de fogo, em 2014 esse número diminuiu para 9.766, o que consiste em uma queda de aproximadamente 26,1%. Por outro lado, no mesmo período de tempo, a vitimização de pessoas negras passa de 20.291 para 29.813, um aumento de 46,9%.

#### **3.4. Estatísticas criminais sobre homicídios por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA.**

Historicamente as cidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA, foram erigidas no contexto de expansão colonial do império escravagista ultramarino português no século XVI. Inicialmente como um porto de navegação fluvial que conectava a Baía de Todos os Santos as regiões interioranas, e posteriormente como Plantation açucareiro-fumageira (NASCIMENTO, 2010).

Cachoeira desde seus primórdios se destacou com uma cidade estratégica para a territorialização e ramificação da empreitada colonial ultramarina portuguesa, seja por aspectos topográficos ou pelo desenvolvimento gradativo de uma robusta economia fluvial e, posteriormente, agroexportadora de Plantation. Como aponta o historiador Luiz Claudio Nascimento,

Sua posição eco-geográfica e como zona fluvial foi o ponto de ligação quase que obrigatório entre a Baía de Todos os Santos, o sertão baiano e o interior brasileiro. Cachoeira nasceu no limite de navegação do rio Paraguaçu...Por ele circularam, a partir do século XVII, as drogas e minas vindas do interior baiano para o porto de Salvador. Cachoeira está aninhada na zona litoral do Oeste da Baía de Todos os Santos, na zona fisiográfica do Recôncavo, onde uma falha tectônica ou graben forma o golfo de Saubara em Santo Amaro, e a separa de Salvador em pilares a leste e oeste da Baía. O município de Cachoeira limita-se ao norte com o município de Conceição da Feira, ao sul com Maragogipe; a Leste com Santo Amaro; a oeste com São Félix, do qual está separado pelo Paraguaçu (NASCIMENTO, 2010 p. 40).

Até a segunda metade do século XIX Cachoeira-BA dispunha de uma dimensão territorial de aproximadamente 3.190 metros quadrados, abrangendo as freguesias de São Tiago do Iguape, São Gonçalo dos Campos, Nossa Senhora do Desterro de Outeiro Redondo, Santo Estevão do Jacuípe, São Félix, e até mesmo Feira de Santana (NASCIMENTO, 2010). De tal modo que, apenas no período republicano São Félix foi emancipada e desmembrada de Cachoeira, a partir da assinatura do Ato número 4, de 20 de dezembro de 1889, pelo então governador Manoel Vitorino Pereira, transformando o então distrito de São Félix, em uma vila-município independente <sup>120</sup>.

Contemporaneamente, Cachoeira possui cerca de 35 mil habitantes, enquanto São Félix possui aproximadamente 16 mil. Em ambas cidades uma parte substancial da população reside na zona rural – dois terços da população de Cachoeira por exemplo. Ambas as cidades também se destacam por uma arquitetura paisagística urbana Barroca colonial, conjunto arquitetônico esse, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em meados de 1971 (NASCIMENTO, 2010). Incluindo uma ponte bicentenária doada por Dom Pedro II que atravessa/unem os dois municípios.

Além de edificações tombadas, as duas cidades possuem destaque nacional por sua história e cultura afrobrasileira, sobretudo no que diz respeito à presença substancial de instituições religiosas seculares de matriz Africana, comunidades remanescente de quilombos, e toda extensa rede histórica de manifestações culturais afrobrasileiras, como o samba de roda, irmandades religiosas afrobrasileiras, etc. (NASCIMENTO, 2010).

Entretanto, além de compartilharem questões demográficas, religiosas, históricas e culturais, as duas cidades também compartilham índices endêmicos de pobreza, concentração de renda, desemprego generalizado e índices de violência letal altíssimos.

De acordo o IBGE, 55% da população de Cachoeira-BA e São Félix- BA tem renda per capita de zero a meio salário mínimo, e 38% das famílias entre meio e dois salários mínimos. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Atlas do desenvolvimento humano (2003) demonstram que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cachoeira é de aproximadamente 0,681, fazendo com que a cidade fique na 42ª posição no ranking do Estado.

---

<sup>120</sup>Quando mencionar a cidade de Cachoeira até o período do final do século XIX, estarei me referindo também a São Félix, que na época fazia parte das freguesias de Cachoeira.



Cachoeira também possui um índice altíssimo de desemprego, onde de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 apenas 3.600 pessoas ocupavam postos formais de trabalho. Ou seja, 10,3% da população ativado município. Em São Félix não é tão diferente, aproximadamente 1.500 pessoas ocupam postos de trabalho formal, totalizando 9,9 % dos habitantes que estão empregados.

O Censo demográfico de 2010 também indica que dos aproximadamente 35 mil habitantes de Cachoeira-Ba, 13 mil são da cor preta, 3 mil da cor branca, 650 da cor amarela e 14 mil da cor parda. De modo que somando as categorias preta e parda, podemos aferir que mais de 80% da população se autodeclara negra, tornando a região uma das mais negras do Brasil.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre as duas cidades, são os altíssimos índices de violência letal que tem aumentado exponencialmente a cada ano, notadamente mortes violentas decorrentes do manuseio de arma de fogo. De acordo o portal online de processamento de dados Deepask<sup>121</sup>, tanto Cachoeira quanto São Félix, tem apresentado um aumento alarmante de mortes violentas intencionais, inclusive superando porporcionalmente as taxas e médias de homicídio a nível nacional.

O portal Deepask organiza em uma plataforma online dados provenientes do *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)* do Ministério da Saúde, do período de 2001 a 2013. O levantamento estatístico do Deepask demonstra que São Félix, por exemplo, desde 2001 vem aumentando sua média de homicídios, de modo que, em 2013 atinge a taxa de homicídio 33, 32 óbitos/100 mil habitantes, superando a média nacional na época que era de 26, 99 óbitos/100 mil habitantes. Nesse mesmo ano, São Félix passa ocupar a 125º posição no ranking estadual de homicídios em números absolutos e a 85º posição no quesito taxa de homicídios no Estado.

De acordo o mesmo portal de tabelamento estatístico – o Deepask – Cachoeira também teve aumentos substanciais na ordem de mortes violentas intencionais, de modo que, se em 2001 uma pessoa foi assassinada anualmente na cidade, anos depois em 2013, esse número aumentou radicalmente atingindo a cifra de 13 pessoas assassinadas em um ano, fazendo com que a cidade tivesse uma taxa de homicídio de cerca de 27, 96 óbitos por 100 mil habitantes, superando a média nacional que era na época 26, 99 óbitos/100 mil habitantes.

---

<sup>121</sup>O portal online deepAsk reúne e centraliza os dados abertos da internet e torna-os mundialmente acessíveis para pesquisa e análise. Ver mais em: <http://www.deepask.com/goes?page=cachoeira/BA-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>

Nesse contexto, no ano de 2013 Cachoeira ocupa a 57<sup>o</sup> posição no ranking estadual de homicídios e 77<sup>o</sup> no quesito taxa de homicídios no Estado da Bahia. Vejamos o quadro abaixo que triangula a evolução dos homicídios em ambos municípios,

**Quadro 1: Número de homicídios em Cachoeira –BA (2010 a 2013)**

Ano	Cachoeira-Ba
2013	13 óbitos
2012	13 óbitos
2011	4 óbitos
2010	4 óbitos

**Tabela 3** Fonte: Portal Deepask

**Quadro 2: Número de homicídios em São Félix-Ba (2011 a 2013)**

Ano	SÃO FÉLIX-BA
2013	5 óbitos
2012	4 óbitos
2011	2 óbitos

**Tabela 4** Fonte: Portal Deepask

Ainda segundo o portal Deepask, no ano de 2013, 11 pessoas foram assassinadas por arma de fogo em Cachoeira-Ba, ou seja, 84,62% dos assassinatos da cidade foram cometidos por disparos de armas de fogo, fazendo com que a cidade alcançasse a cifra de 32, 12 óbitos por arma de fogo a cada 100 mil habitantes. Nesse mesmo período São Félix-BA teve dois óbitos por arma de fogo no ano de 2013, de maneira que 40% dos homicídios da cidade eram cometidos por arma de fogo.

Os quadros abaixo, retiradas do portal online Deepask, demonstram a partir de séries históricas, em que medida as taxas de homicídios por arma de fogo têm oscilado na última década nas duas cidades.

**Quadro 3 - Taxa de Homicídio por arma de fogo em Cachoeira – BA (2001 a 2013)**

ANO	CACHOEIRA-BA	MÉDIA NACIONAL
-----	--------------	----------------

2013	32,12 óbitos/100 mil hab.	19,19 óbitos/100 mil hab.
2012	34,09 óbitos/100 mil hab.	20,66 óbitos/100 mil hab.
2011	12,44 óbitos/100 mil hab.	19,10 óbitos/100 mil hab.
2010	6,24 óbitos/100 mil hab.	19,29 óbitos/100 mil hab.
2009	17,76 óbitos/100 mil hab.	19,13 óbitos/100 mil hab.
2008	2,99 óbitos/100 mil hab.	18,82 óbitos/100 mil hab.
2007	Sem dados	18,04 óbitos/100 mil hab.
2006	3,13 óbitos/100 mil hab.	18,70 óbitos/100 mil hab.
2005	Sem dados	18,14 óbitos/100 mil hab.
2004	Sem dados	19,09 óbitos/100 mil hab.
2003	3,22 óbitos/100 mil hab.	20,42 óbitos/100 mil hab.
2002	Sem dados	19,56 óbitos/100 mil hab.

Tabela 5 Portal Deepask

#### Quadro 4 - Taxa de Homicídio por arma de fogo São Félix –BA (2010 a2013)

ANO	SÃO FÉLIX-BA	MÉDIA NACIONAL
2013	13,33 óbitos/100 mil hab.	19,19 óbitos/100 mil hab.
2012	14,33 óbitos/100 mil hab.	20,66 óbitos/100 mil hab.
2011	7,08 óbitos/100 mil hab.	19,10 óbitos/100 mil hab.
2010	14,19 óbitos/100 mil hab.	19,29 óbitos/100 mil hab.
2009	Sem dados	

Tabela 6 Fonte: Portal Deepask

A partir do ano de 2014 coletamos dados sobre vitimização por arma de fogo diretamente do Sistema de Informações sobre Mortandade (SIM). O *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)* tem divulgado anualmente dados referentes à morte por causas externas desde o ano de 1979, com sua última atualização no ano de 2017.

Para termos acesso aos dados do *SIM* referente às mortes por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, utilizamos o programa/portal TabNet, hospedado dentro do *Departamento de informática do SUS (DATASUS)* que foi elaborado com a finalidade de organizar e publicizar digitalmente informações estatísticas do Sistema Único de Saúde, dentre essas informações estão circunstâncias e contextos de mortes naturais ou homicídios.

O portal TabNet disponibiliza informações referentes a mortandade no Brasil, subdividindo essas mortes em categorias: 1- mortandade geral, 2- Óbitos por causas evitáveis de 0 a 4 anos, 3- óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos, 4- óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos, 5- óbitos fetais, 6- óbitos infantis e 7- Óbitos por causas externas.

Diante desse contexto, agrupamos no quadro abaixo os óbitos por causas externas advindo de disparos de arma de fogo, em Cachoeira-BA e São Félix-BA, no período de 2014 a 2017.

**Quadro - 5 Óbitos por causas externas Cachoeira-Ba e São Félix-BA – tiros de arma de fogo. CID10: X95**

ANO	CACHOEIRA-BA	SÃO FÉLIX-BA
2014	11	8
2015	15	5
2016	20	5
2017	13	8

Tabela 7 Fonte: Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)

Bem, ate aqui pudemos acompanhar a evolução histórica de homicídios nas cidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA, notadamente óbitos cometidos por armas de fogo. Seja através dos dados provenientes do portal de processamento de dados Deepask, ou nas informações cedidas por consultas ao *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)*, pudemos examinar os padrões de mortandade em duas cidades do interior baiano.

Contudo, como alertamos em páginas anteriores, o conjunto de dados disponibilizados por agências de catalogação de dados do Estado, como o SIM, por exemplo, são em vários aspectos subnotificados, seja nos aspectos quantitativos das informações disponibilizadas, aos

aspectos qualitativos referentes aos contextos e circunstâncias da violência letal por arma de fogo no Brasil.

Diante desse entrave, com o intuito de realizar uma análise pormenorizada dos padrões de violência letal por arma de fogo nas cidades do interior baiano, construímos um banco de dados inédito, baseado em informações quantitativas-qualitativas extraídas de clipping realizado no triênio de 2015 a 2018 na mídia virtual local – Portal Forte do Recôncavo – onde inventariamos os homicídios por arma de fogo nas cidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA, especialmente, óbitos decorrentes de contextos de execuções sumárias e intervenções policiais letais.

### **3.5. Dinâmicas e sinuosidades das Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix (2015-2018)**

Há mais 10 anos estou radicado em Cachoeira-BA, onde resido desde o ano de 2008. Nesse contexto, desde o ano de 2011 tenho contribuído na articulação de Cineclubes comunitários e na disseminação da Cultura Hip Hop<sup>122</sup> nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, sobretudo, através de minha participação como co-fundador e educador comunitário no Cine do Povo<sup>123</sup>.

Coadunado a minha atuação como militante comunitário, também me formei em uma universidade pública como professor de história, e mais que isso, exerci em diferenciados contextos o ofício de professor – educador de nível básico, bem como em cursos de capacitação de professores da rede municipal e estadual de ensino.

Essa breve contextualização sobre minha trajetória e inserção dentro das cidades de Cachoeira-Ba e São Félix-Ba, é de salutar importância, pois foi dentro dos interstícios de minha atuação comunitária e ofício como professor, que percebi o aumento exorbitante dos números de jovens homens negros assassinados por disparos de arma de fogo em ambas cidades.

---

<sup>122</sup>Para saber mais veja <https://oganpazan.com.br/dos-bueiros-do-reconcavo-para-o-mundo/>.

<sup>123</sup>O Cineclube Comunitário do Povo é uma organização comunitária que tem atuado permanentemente nos últimos 8 anos que nas periferias urbanas de Cachoeira- Ba com a realização de ações permanentes de trabalho de base centradas em uma política cultural comunitária, abrangendo instrumentos como o cinema, educação popular, Cultura Hip Hop, entre outros elementos da cultura da juventude negra periférica. Ver mais sobre o Cine do Povo em: [http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario\\_11.html](http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario_11.html) e <https://pt-br.facebook.com/cinedopovonoviradouro/> ou assistir ao filme “Cine do Povo uma história de Luta”: [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_327LNTYK0](https://www.youtube.com/watch?v=z_327LNTYK0).

Essa percepção não se deu através de leituras sistemáticas dos relatórios que ano após ano, são emitidos por agências de tabulação de dados do Estado (WAISELFISZ, 2005; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016). Percebi o aumento dos índices de homicídios cometidos por arma de fogo contra jovens negros em Cachoeira-BA e São Félix-BA, ao receber as corriqueiras notícias de alunos assassinados. Quando não eram meus alunos assassinados, eram histórias de seus vizinhos, parentes, conhecidos ou cônjuges que eram diretamente atingidos pela violência letal. Foi no meu trânsito nos meandros do cotidiano violento das duas cidades que comecei a erigir o banco de dados que detalharemos na presente sessão.

Além das informações “coletadas” por mim em meu perímetro de atuação como professor-educador, meu trânsito pelos rincões periféricos das duas cidades, através do exercício permanente de cine clubismo comunitário, possibilitou-me conhecer as dinâmicas culturais, demográficas e da violência letal, nos territórios esquecidos pela noção de “Patrimônio histórico-cultural”.

São bairros como o Viradouro, Cucuí de Brito, Cucuí de São Cosme, Cucuí de Caboclo, Ladeira Manoel Vitorino, Três bocas, Linha Velha, Vila 25 de Junho, 135, Varre Estrada, Rosarinho, Caquende, e tantas outras comunidades que compõem o “*cinturão da morte*”, onde a maioria das pessoas – a grande maioria negras – estão sendo assassinadas por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA.

Nesse sentido, minha experiência de inserção como professor e educador-comunitário dentro das comunidades diretamente atingidas pelos altos índices de violência letal em Cachoeira e São Félix, possibilitou-me perceber que: 1- os índices de violência letal por arma de fogo têm aumentado enormemente ano após anos nas duas cidades, 2- as mortes por arma de fogo tem se concentrado nos bairros periféricos das duas cidades, 3- os números de óbitos por arma de fogo disponibilizados no SIM estão enormemente subnotificados, 4- Além do número exorbitante de jovens homens negros assassinados por arma de fogo, tem me chamado atenção os métodos empregados pelos matadores e o constante envolvimento de agentes do Estado em operações policiais letais.

No intuito de agrupar e serializar informações sobre os fluxos e refluxos da violência letal por arma de fogo em Cachoeira e São Félix, decidi inventariar quantitativamente e qualitativamente os portais online sensacionalistas que atuam na região do recôncavo sul. Portais como “Forte do Recôncavo”, “Portal Pititinga”, “Recôncavo net”, e uma infinidade de sites, blogs, páginas de redes sociais, grupos de WhatsApp, que tem se proliferado no interior baiano nos últimos 5 anos. Uma gama desordenada de dispositivos de *Mass Mídia* com

ávidos “*apetites jornalísticos*” por notícias referentes a assassinatos brutais de jovens homens negros.

O levantamento de notícias referentes a execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira e São Félix no período de três anos (2015-2018), nos permitiu revelar aspectos negligenciados pelas agências formais de tabulações de dados estatístico-criminais. Aspectos como: 1- Circunstância em que as vítimas foram assassinadas; 2- Localidade/bairro onde ocorreu o homicídio; 3- Método empregado pelos matadores; 4- Tipo de armas e veículos utilizados; 5- Parte do corpo atingida por disparos; 6- Mapear qual grupamento/batalhão policial efetuou uma intervenção letal; 7- aferir o quão o método da execução sumária é largamente utilizado nos homicídios cometidos por manuseio de arma de fogo nas duas cidades.

Essas e outras informações estão diluídas textualmente nas notícias de jornalismo online coletadas por nós no último triênio, especificamente do portal online *Forte do Recôncavo*, foram transformadas em um conjunto de dados que foi sintetizado por nós em três quadros: 1- Execuções sumárias em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018), 2- Intervenções Policiais Letais em Cachoeira-Ba e São Félix-BA (2015-2018) e Corpos desovados em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018).

O primeiro quadro erigido por nós foi: *Execuções sumárias em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba (2015-2018)*. Esse quadro inicialmente não estava no planejamento do capítulo em curso, no entanto, à medida que me debruçava na leitura sistemática e crítica das notícias de jornalismo online do portal *Forte do Recôncavo*, pude perceber como o método da execução sumária era largamente empregado na maioria dos homicídios por arma de fogo nas duas cidades.

A execução sumária, enquanto *modus operandi* padrão nos assassinatos cometidos por manuseio de arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, são registrados no conjunto de notícias de jornalismo online que inventariamos. As notícias relatam as circunstâncias e métodos dos matadores; tiros concentrados no crânio ou região torácica, precisão em cada assassinato, utilização de tocas ninjas pelos matadores, utilização de pistolas automáticas, matadores motorizados em carros ou motos, muitas das vítimas mortas dentro de duas casas, muitas das quais ainda dormindo.

Contudo, como demonstra o Relatório Final da **CPI do Extermínio no Nordeste** (2005), a prática da execução sumária não é uma variante nova nos padrões de morbidade por arma de fogo no interior baiano. Cabe realizarmos uma breve digressão histórica.

A Comissão Parlamentar de Inquérito “*Ações criminosas das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda região Nordeste*”, foi criada no ano de 2003, através do requerimento 019/2003. A CPI do Extermínio no Nordeste foi construída a partir de um esforço coletivo de parlamentares, movimentos sociais, defensores dos direitos humanos e familiares vítimas do Estado, para investigarem a atuação de grupos de extermínio, esquadrões da morte e bandos de matadores no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, a Bahia notadamente os municípios do interior baiano foram uma das regiões investigadas pelos parlamentares e a rede de apoio que compunha a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Municípios como Cruz das Almas, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, dentre outras localidades do Recôncavo Sul, fizeram parte do roteiro das diligências investigativas realizadas pelos parlamentares e apoiadores dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o relatório final da CPI do Extermínio no Nordeste (2005) foi um documento estudado minuciosamente por nós, e foi imprescindível para compreendermos em que medida a prática/método da execução sumária tem uma larga tradição no interior baiano, notadamente, na ação permanente de grupos de extermínio, esquadrões da morte ou bando de matadores. Como aponta o relatório,

A execução sumária é a prática utilizada pelos grupos de extermínio. Desde que a terra brasileira foi ocupada por portugueses, há cinco séculos, toda a sua história apresenta fatos dessa natureza. A execução sumária engloba os casos em que agentes públicos e/ou privados matam civis sem justificativa. Esses assassinatos podem ou não contar com o apoio explícito ou implícito de representantes institucionais. Ainda podemos dizer que a execução sumária é todo e qualquer homicídio praticado sem que a vítima tenha tido a oportunidade de exercer o direito de defesa (COUTO, 2005, p. 21).

O Relatório da CPI do Extermínio no Nordeste (2005) relata que historicamente os grupos de extermínio surgem como estratégia do empresariado, políticos profissionais e fazendeiros das cidades de pequeno porte, com o intuito de eliminar segmentos indesejáveis da sociedade, para assim promover a segurança privada de uma parcela restrita da população. Ainda acordo o relatório supracitado, no Nordeste 80% dos homicídios cometidos por grupos de extermínio tem a participação de policiais ou ex-policiais. Além da prática da execução sumária agrupamentos de matadores são identificados por marcas deixadas nas vítimas, encontradas com mãos amarradas e marcas evidente de torturas, tiros em pontos vitais e alto grau de precisão nos projéteis que acertam o crânio e região torácica. Dentro dessa conjuntura grupos de extermínio são,

Os grupos de extermínios são constituídos em sua maioria por agentes públicos – policiais civis e militares, agentes penitenciários, enfim, por um pessoal que tem



uma força muito grande e possuem informações, armas e condições para agir. Ainda se incluem nessa composição variável: ex-políciais expulsos da corporação, devido à participação em atividades ilícitas; policiais na ativa, que utilizam estes grupos como um meio de aumentar os seus salários; indivíduos contratados como segurança privada; grupos que participam de organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas e outras atividades ilícitas; e grupos que não guardam relações específicas com o crime organizado, mas exercem o controle de determinadas regiões com a desculpa de garantir a ‘segurança’ de seus moradores ... Os membros desses grupos atuam no extermínio tanto de adultos como de crianças e adolescentes. As vítimas adultas costumam estar ou não ligadas ao mundo do crime. Também agem sob o ódio de base étnica, cultural, racial, sexual e violência rural (COUTO, 2005, p. 21).

Mantidas as peculiaridades regionais, grupos de extermínio, esquadrões da morte ou *grupos de matadores* – **como trataremos os casos inventariados na presente sessão** – possuem características logístico-operacionais similares, no que consiste a prática da execução sumária; tortura antes da execução, tiros no tórax, crânio e o “de confere”, utilização de motos, ou carros nas execuções e posterior fuga. Algumas vítimas são seqüestradas em determinado local, posteriormente torturadas, executadas e desovadas em outra localidade.

A execução sumária é um *modus operandi* praticado historicamente em diversos contextos por grupos de matadores ligados ou não ao Estado e suas instituições. O método varia de acordo as habilidades dos matadores no manuseio de arma de fogo, recursos logísticos, rapidez na fuga e arsenal utilizado. No entanto, a prática da execução sumária no Nordeste, é uma constante no cotidiano urbanizado ou rural desde a década de 80,

Nos anos 80, o *modus operandi* dos matadores de aluguel tomou outra forma. O cavalo foi trocado pelo carro e, logo em seguida, a incidência de crimes cometidos por homens guiando motos ficou mais freqüente. A moto atribui uma maior vantagem e rapidez na fuga dos pistoleiros e, em lugares urbanos, ela é preferida por matadores na atualidade. As máscaras na cor preta eram usadas com mais freqüência em décadas anteriores. Hoje, utiliza-se menos, quase sempre substituída pelo capacete do motoqueiro, que envolve os traços do rosto, dificultando a identificação do criminoso. As espingardas estão sendo substituídas por revólveres, pistolas semi-automáticas de calibres 380 e até fuzis. O grupo, geralmente, atua em número de três, indo ao encontro da vítima e chegando a ela, muitas vezes, sem nada dizer, outras vezes, falando um tipo de “sentença de morte”: Você vai pro inferno! Matam somente aquela vítima que lhe foi encomendada e que é abatida com disparos em regiões fatais. Outra vezes, ‘seqüestram’ a vítima e a assassinam com um ou dois tiros na cabeça, levando o corpo para lugares de desova de cadáveres. Há matadores que torturam a vítima. Também há, dentro dos grupos de extermínio, execução por queima de arquivo (COUTO, 2005, p.29-30)

Em nossa análise sistemática das notícias de jornalismo online referentes a homicídios por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, pudemos averiguar em que medida as práticas operacionais dos grupos de extermínio e esquadrões da morte proliferou-se pela

região do Recôncavo Sul. Nesse sentido, a execução sumária é contemporaneamente uma constante nas dinâmicas da violência letal por arma de fogo em ambas cidades. Como podemos observar no quadro construído a partir da catalogação, gerenciamento e processamento de notícias de jornalismo online no último triênio (2015-2018), no que diz respeito a assassinatos cometidos por arma de fogo nos municípios de Cachoeira-BA e São Félix-BA.

**Quadro 6 - Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2015**

<b>Ano - 2015</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de mortos</b>	<b>Circunstância</b>	<b>Site-Fonte</b>
Janeiro	Cachoeira-Ba	Rua da Feira	1	Homens encurralam vítima e executam sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/cachoeira-homem-e-assassinado-cruelmente.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/cachoeira-homem-e-assassinado-cruelmente.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
Janeiro	São Félix-BA	Salva Vidas	1	Homens armados com máscaras no rosto, invadem casa e executam jovem.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/sao-felix-cidade-uma-execucao-seguida.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/sao-felix-cidade-uma-execucao-seguida.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
Fevereiro	São Félix-BA	Zona rural	1	Dois homens se aproximam da vítima e atiram sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/sao-felix-cidade-uma-execucao-seguida.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/sao-felix-cidade-uma-execucao-seguida.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
Marco	Cachoeira - BA	Cucuí	1	Homem executado a tiros em circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/03/leocu-duro-e-executado-cruelmente-em.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/03/leocu-duro-e-executado-cruelmente-em.html</a> . Acesso em 13-03-2019.
Junho	Cachoeira - BA	Zona Rural – Belém da Cachoeira	1	Homens armados em um carro executam jovem a tiros.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/05/cachoeira-bracinho-e-assassinado.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/05/cachoeira-bracinho-e-assassinado.html</a> . Acesso em: 13-03- 2019.

Junho	Cachoeira-BA	Zona rural	1	Homem executado sobre circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/06/cachoeira-galego-e-assassinado.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/06/cachoeira-galego-e-assassinado.html</a> . Acesso em:13-03-2019.
Julho	Cachoeira-BA	Centro – Feira livre	1	Homens em moto alvejando vítima a tiros sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/07/cachoeira-flavio-do-requeijao-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/07/cachoeira-flavio-do-requeijao-e.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
Agosto	Cachoeira - BA	Rua da Feira	1	Homens armados invadem casa e executam vítima sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/08/cachoeira-didi-voyage-verde-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/08/cachoeira-didi-voyage-verde-e.html</a> . Acessado em 13-03-2019.
Setembro	Cachoeira - BA	Capueruçu	1	Jovem executado tiros em circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/09/cachoeira-corpo-de-jovem-e-encontrado.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/09/cachoeira-corpo-de-jovem-e-encontrado.html</a> . Acesso em:13-03-2019.
Setembro	Cachoeira – BA	Rua da Feira	1	Homens em um carro prata executam jovem.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/09/cachoeira-genilson-da-rua-da-feira-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/09/cachoeira-genilson-da-rua-da-feira-e.html</a> . Acessado em 13-03-2019.
Totais execuções sumárias em 2015 nas cidades de Cachoeira e São Félix	<b>10</b>				

Tabela 8 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2015. Fonte: O Autor

**Quadro7 - Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2016**

2016	Cidade	Bairro	Número de mortos	Circunstância	Site -fonte
------	--------	--------	------------------	---------------	-------------

<b>Fevereiro</b>	Cachoeira-BA	Morumbi	2	Homens torturados e executados a tiros	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/02/cachoeira-identificado-corpo-de-homens.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/02/cachoeira-identificado-corpo-de-homens.html</a> . Acesso em: 13-03-2019
<b>Mai</b>	São Félix-BA	Varre estrada	2	Homens em um carro prata executam sumariamente jovens	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/05/duas-cidades-do-reconcavo-baiano.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/05/duas-cidades-do-reconcavo-baiano.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Junho</b>	Cachoeira-BA	Zona Rural – Belém da Cachoeira	1	Homens em m carro prata executam jovem em área de lazer	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/06/cachoeira-yuri-e-assassinado-cruelmente.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/06/cachoeira-yuri-e-assassinado-cruelmente.html</a> . Acesso em: 13-03-2019
<b>Agosto</b>	Cachoeira-BA	Caquende	1	Homens armados entram em um bar e executam vitima sem chance de defesa	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/08/homicidio-em-cachoeira-seguido-de-uma.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/08/homicidio-em-cachoeira-seguido-de-uma.html</a> . Acesso em: 13-03 - 2019.
<b>Outubro</b>	Cachoeira-BA	Rosarinho	2	Homens em um carro prata executam sumariamente vitimas, sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/10/cachoeira-duplo-homicidio-de-jovens.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/10/cachoeira-duplo-homicidio-de-jovens.html</a> . Acesso em:
<b>Novembro</b>	Cachoeira-BA	Viradouro	1	Homens armados invadem casa e executam vitima dormindo	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/11/cachoeira-mais-uma-morte-violenta-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/11/cachoeira-mais-uma-morte-violenta-e.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Dezembro</b>	Cachoeira-BA	Zona rural	2	Homens armados invadem casa e executam casal	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/12/jovee-assassinado-em-rafael-jambeiro.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/12/jovee-assassinado-em-rafael-jambeiro.html</a> . Acesso em: 13-03-2019

<b>Dezembro</b>	Cachoeira-BA	Ladeira da Cadeia	1	Homens armados invadem casa e executam jovem na frente da mãe	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/12/cachoeira-jovem-e-morto-cruelmente-na.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/12/cachoeira-jovem-e-morto-cruelmente-na.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Total de execuções sumárias no em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba no ano de 2016</b>	<b>12</b>				

Tabela 9 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2016. Fonte: O Autor

**Quadro 8 - Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2017**

<b>Ano - 2017</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de mortos</b>	<b>Circunstância</b>	<b>Site-fonte</b>
<b>Janeiro</b>	Cachoeira-BA	Capoeiruçu	1	Homens em um carro prata executam jovem a tiro.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/cachoeira-violencia-desabida-ceifa-vida.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/cachoeira-violencia-desabida-ceifa-vida.html</a> . Acesso: em 13-03-2019
<b>Janeiro</b>	São Félix-BA	Salva Vidas	1	Jovem é alvejado a tiros em circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/sao-felix-marcelo-e-vitima-de-homicidio.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/sao-felix-marcelo-e-vitima-de-homicidio.html</a> . Acesso: em 13-03-2019
<b>Fevereiro</b>	Cachoeira-BA	Capoeiruçu	1	Homens armados invadem casa e executam vítima a tiros.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/sao-felix-marcelo-e-vitima-de-homicidio.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/sao-felix-marcelo-e-vitima-de-homicidio.html</a> . Acesso: em 13-03-2019

<b>Fevereiro</b>	Cachoeira-BA	Capoeiruçu	1	Homem executado em circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/ednaldo-e-vitima-de-homicidio-e-homem-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/ednaldo-e-vitima-de-homicidio-e-homem-e.html</a> . acesso em: 13-03-2019 . acesso em: 13-03-2019.
<b>Fevereiro</b>	São Félix-BA	Centro-Próximo a delegacia	1	Jovem e executado a tiros por homens em moto.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/lucas-e-morto-proximo-delegacia-de-sao.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/lucas-e-morto-proximo-delegacia-de-sao.html</a> . Acesso em 13-03-2019.
<b>Março</b>	São Félix-BA	Salva Vidas e 135	2	Homens armados invadem casas e executam jovens e Bairros diferentes.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/03/sao-felix-mais-um-homicidio-choca.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/03/sao-felix-mais-um-homicidio-choca.html</a> . Acesso em: 13-03 -2019.
<b>Abril</b>	Cachoeira-BA	Manuel Vitorino	1	Jovem executado a tiros em circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/04/cachoeira-ja-registra-12-homicidios.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/04/cachoeira-ja-registra-12-homicidios.html</a> . Acesso em: 13-03-2019
<b>Maiο</b>	Cachoeira-BA	Zona Rural	1	Taxista assassinado a tiros e corpo encontrado em estrada vicinal.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/taxista-e-morto-cruelmente-tiros-na.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/taxista-e-morto-cruelmente-tiros-na.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Maiο</b>	São Félix -BA	Alto da Caixa d'Água	1	Circunstância desconhecida.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-registram-mais-um-homicidio.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-registram-mais-um-homicidio.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Maiο</b>	Cachoeira-BA	Centro-Próximo ao Centro	1	Homem é executado por motoqueiros	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-</a>

				com mais de 8 tiros na porta de casa.	registram-mais-um-homicidio.html . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Junho</b>	São Félix-BA	Varre estrada	1	Homens armados executam vítima em Bar.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/06/sao-felix-corpo-de-tailan-e-encontrado.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/06/sao-felix-corpo-de-tailan-e-encontrado.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Junho</b>	Cachoeira - BA	Rua da Feira - Linha velha	1	Dois Homens armados aproximam-se a pé de vítima e a executam sumariamente.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/06/cachoeira-diabo-e-morto-tiros-na-rua-da.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/06/cachoeira-diabo-e-morto-tiros-na-rua-da.html</a> . Acesso em: 13-03-2019
<b>Agosto</b>	Cachoeira-BA	Centro-Rua do Brega	1	Homens armados, dentro de um carro prata, executam liderança LGBTQIA+ no porto de Cachoeira.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/cachoeira-lily-e-assassinado-cruelmente.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/cachoeira-lily-e-assassinado-cruelmente.html</a> . acesso: em 13-03-2019.
<b>Setembro</b>	São Félix - BA	Alto do cemitério	1	Homens armados , pilotando uma moto, executam jovem perto de hospital	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/09/sao-felix-diego-e-morto-tiros-em-plena.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/09/sao-felix-diego-e-morto-tiros-em-plena.html</a> . acesso em: 13-03-2019
<b>Setembro</b>	São Félix - BA	Rodoviária	1	Dono de quiosque é executado a tiros por homens em moto.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/09/forlan-e-mais-uma-vitima-fatal-da.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/09/forlan-e-mais-uma-vitima-fatal-da.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Total de execuções sumárias</b>	<b>16</b>				

<b>no em Cachoeira -Ba e São Félix-Ba no ano de 2016</b>	
--	--

Tabela 10 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2017. Fonte: O Autor.

**Quadro 9- Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2018**

<b>Ano -2018</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de mortos</b>	<b>Circunstância</b>	<b>Site –fonte</b>
<b>Janeiro</b>	São Félix-BA	Alto do Cemitério	1	Mulher encurralada por homens armados e executada sem chance para defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/01/sao-felix-mulher-e-morta-tiros-apos-ser.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/01/sao-felix-mulher-e-morta-tiros-apos-ser.html</a> acesso em:
<b>Abril</b>	Cachoeira-BA	Pitanga	1	Homem é encurralado na hora de ir para o trabalho e executado na frente da esposa	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/04/cachoeira-homicidio-ceifa-vida-de.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/04/cachoeira-homicidio-ceifa-vida-de.html</a> . Acesso em: dia 13-03-2019.
<b>Maió</b>	Cachoeira -BA	Zona rural	2	Homens armados invadem casa e executam jovens a tiro	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/05/cachoeira.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/05/cachoeira.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Maió</b>	Cachoeira-BA	Centro-Tiro de Guerra	1	Jovem é perseguido e executado por homens armados em um carro.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/05/cachoeira-jovem-e-assassinado-e-outro-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/05/cachoeira-jovem-e-assassinado-e-outro-e.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Agosto</b>	Cachoeira-BA	Pitanga	1	Homens armados invadem casa e executam jovem em sua própria	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/08/cachoeira-mototaxista-e-morto.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/08/cachoeira-mototaxista-e-morto.html</a> . Acesso



				casa.	em: 13-03-2019.
<b>Setembro</b>	Cachoeira-BA	Zona Rural	1	Jovem é executado por homens armados em um bar.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/09/cachoeira-mototaxista-e-morto-tiros-na.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/09/cachoeira-mototaxista-e-morto-tiros-na.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Setembro</b>	Cachoeira-BA	Morumbi	1	Jovem executado com 16 tiros na porta de casa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/09/Cachoeira-Batata-e-morto-tiros-no.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/09/Cachoeira-Batata-e-morto-tiros-no.html</a> . Acesso em: 13-03-2019.
<b>Outubro</b>	Cachoeira-BA	Zona RURAL – Santiago do Iguape	1	Homens chegam atirando e executam vítima sem chance de defesa.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/10/cachoeira-jovem-de-20-anos-e-morto.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/10/cachoeira-jovem-de-20-anos-e-morto.html</a> . Acesso em:
<b>Dezembro</b>	São Félix – BA	Varre Estrada	1	Homens armados invadem casa e executam vítima a tiros.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/12/sao-felix-homem-e-retirado-forca-de.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/12/sao-felix-homem-e-retirado-forca-de.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Total de execuções sumárias no em Cachoeira-Ba e São Félix no ano de 2018</b>					<b>10</b>

Tabela 11 Execuções sumárias em Cachoeira e São Félix no ano de 2018. Fonte: O Autor

Os quadros anteriores delineiam as dinâmicas e sinuosidades dos homicídios por arma de fogo em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba no ultimo triênio, notadamente as execuções sumárias. Os quadros foram organizados de maneira a agruparem dados quantitativos e qualitativos, que são sintetizados em informações como; mês e ano que ocorreu o homicídio. Cidade, bairro ou localidade, número de óbitos na prática de execução sumária e circunstância

que o homicídio ocorreu. Além das informações supracitadas os quadros também disponibilizam o link da notícia online que foi extraída das informações.

Os quadros demonstram que no período de 2015 a 2018, **48 pessoas foram executadas sumariamente** nas duas cidades, em diferentes circunstâncias e contextos. No ano de 2015, oito pessoas mortas em Cachoeira-BA e duas em São Félix-BA. No ano de 2016, as cifras continuam a aumentar e dez pessoas são mortas em circunstâncias de execuções sumárias em Cachoeira-BA e duas em São Félix-BA.

Além do aumento do número de pessoas vítimas no ano de 2016, pudemos perceber também a incidência de chacinas na cidade. Ou seja, a prática da execução sumária em um contexto de duas ou mais pessoas assassinadas ao mesmo tempo, em uma mesma circunstância. Em 2016 são três chacinas em Cachoeira-BA e uma em São Félix-BA. No ano de 2017, ocorre mais uma chacina em São Félix-Ba e no ano de 2018, uma última chacina acontece em Cachoeira-Ba.

Em 2017 as execuções sumárias aumentam ainda mais em números absolutos nas duas cidades do Recôncavo Sul. São dezesseis pessoas mortas em contextos de execução sumária. Sendo oito pessoas vítimas em Cachoeira-BA e outras oito também em São Félix-BA. No ano de 2018, há uma redução no número de execuções sumárias em relação aos anos de 2016 e 2017. São oito óbitos em Cachoeira-BA e dois em São Félix-BA.

No que diz respeito os métodos empregados pelos matadores, é possível mapear algumas práticas que são recorrentes nas operações de execução sumária. Uma das circunstâncias mais presentes são as *invasões de casas por homens armados*, a maioria das vezes encapuzados com armas de grosso calibre, como escopetas de repetição. Nesses casos, os matadores arrastam a vítima para fora de sua residência e a executam, quando não as matam na frente de familiares, cônjuges ou filhos. Muitas das vítimas estavam dormindo no momento que foram executadas. No triênio analisado, cerca de **doze invasões de casas com fins de execuções sumárias** foram realizadas nos municípios de Cachoeira-BA e São Félix-BA.

Outra circunstância intensamente presente nas dinâmicas de homicídios por arma de fogo nas duas cidades são *execuções sumárias perpetradas por homens pilotando automóvel*, a grande maioria das vezes, um carro prata ou branco, com vidros fumês e placa adulterada-clonada. No triênio de 2015 a 2018 foram inventariadas *oito ações de execução sumária* que tiveram como agentes grupos de homens armados dentro de um carro, a maioria das vezes encapuzados, bem como muitas das vezes realizando chacinas.

Tanto Cachoeira-BA, quanto São Félix-BA tem forte incidência de casos como esses, que além de semelhanças nos aspectos logísticos – no caso a utilização de automóvel – possui similitudes no *modus operandi*; tiros concentrados no crânio, precisão em cada assassinato, utilização de tocas ninjas por parte dos matadores e nenhum tipo de chance para as vítimas revidarem.

Em Cachoeira-BA, por exemplo, durante o ano de 2016/2017, pelo menos cinco jovens negros foram assassinados em circunstâncias em que os matadores estavam em um carro prateado. Ainda no início do ano de 2017, um jovem negro foi assassinado a tiros concentrados na cabeça, na comunidade de Capoeiruçu<sup>124</sup>. De acordo com a população local, homens encapuzados em um Gol prateado, realizaram o crime. No ano anterior, dois jovens da comunidade do Rosarinho, também na cidade “heróica”, foram alvejados e mortos a tiros, por homens encapuzados em um Gol prata<sup>125</sup>. Em agosto de 2017, a travesti e militante LGBTQIA+ do município de Cachoeira, conhecida como Lili, foi morta à tiros, surpreendida por três homens armados que chegaram ao local em um carro prateado<sup>126</sup>.

Há outras circunstâncias de execuções sumárias em Cachoeira-BA e São Félix-BA, que não se repetem tão exaustivamente quanto os contextos de casas invadidas por bandos armados ou a ação do “*carro prata*” supracitado anteriormente. A exemplo de: 1- execuções sumárias efetuadas por homens pilotando moto, 2- execuções sumárias que ocorreram em porta de bares, 3- execuções sumárias que ocorreram na porta da casa da vítima ao sair para o trabalho, 5- tocaias, quando a vítima é interceptada e encurralada durante um trajeto cotidiano, como ir à escola, trabalho ou visitar parentes ou amigos.

Além das circunstâncias de execuções sumárias supracitadas, também mapeamos uma série de casos de corpos encontrados em estágio avançado de putrefação, todos com marcas de perfurações de bala no crânio ou caixa torácica, e muitos com mãos amarradas, marcas de tortura, hematomas, marcas de queimaduras e genitálias cortadas. Vejamos os dados que reunimos no quadro - *Corpos desovados em Cachoeira-Ba e São Félix-BA no período de 2015-2018*,

#### **Quadro 10 - Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2015**

<b>2015</b>	<b>Cidade</b>	<b>Localidade onde corpo</b>	<b>Quantidade de corpos</b>	<b>Condição que o corpo foi</b>	<b>Site-Fonte</b>
-------------	---------------	------------------------------	-----------------------------	---------------------------------	-------------------

<sup>124</sup> Fonte em: <http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/cachoeira-violencia-desabida-ceifa-vida.html>

<sup>125</sup> Ver fonte: [http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-245600/doi\\_s\\_jovens\\_sao\\_assassinados\\_em\\_cachoeira](http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-245600/doi_s_jovens_sao_assassinados_em_cachoeira)

<sup>126</sup> Ver fonte: <https://folhadecondeuba.com.br/travesti-e-morta-a-tiros-no-reconcavo-baiano/>

		<b>foi desovado</b>	<b>encontrados</b>	<b>encontrado</b>	
<b>Janeiro</b>	Cachoeira -BA	Morumbi	1	Adolescente desaparecida a mais de um ano é encontrada enterrada em terreno baldio.	<a href="http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/01/restos-mortais-de-garota-desaparecida.html">http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/01/restos-mortais-de-garota-desaparecida.html</a> Acesso em: 22-03-2019.
<b>Abril</b>	São Félix - BA	Ladeira do Milagre	1	Corpo com perfurações de arma de fogo encontrado em matagal.	<a href="http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/04/cachoeira-corpo-de-saci-foi-encontrado.html">http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/04/cachoeira-corpo-de-saci-foi-encontrado.html</a> Acesso em: 22-03-2019.
<b>Junho</b>	Cachoeira - BA	Rio Paraguassú	1	Corpo com marcas de bala e em estado de putrefação encontrado submerso no rio.	<a href="http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/06/corpo-de-desconhecido-foi-encontrado-as.html">http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/06/corpo-de-desconhecido-foi-encontrado-as.html</a> Acesso em: 22-03-2019.
<b>Junho</b>	Cachoeira - BA	Rio Paraguassú	1	Corpo com marcas de bala encontrado submerso no rio.	<a href="http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/06/mais-um-corpo-e-encontrado-no-rio.html">http://www.fortenorconcavo.com.br/2015/06/mais-um-corpo-e-encontrado-no-rio.html</a> Acesso em: 22-03-2019.
<b>Total de corpos encontrados desovados em 2015</b>	<b>4</b>				

Tabela 12 Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2015. Fonte: O Autor.

**Quadro 11 - Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2016**

2016	Cidade	Localidade onde corpo foi desovado	Quantidade de corpos encontrados	Condição que o corpo foi encontrado	Site-Fonte
<b>Janeiro</b>	São Félix-BA	Ladeira da Misericórdia	1	Corpo encontrado enterrado em cova rasa, com marcas de queimadura e cápsulas de bala alojadas.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/01/sao-felix-jovem-desaparecido-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/01/sao-felix-jovem-desaparecido-e.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Total de corpos encontrados os desovados em 2016</b>	<b>1</b>				

Tabela 13 Corpos encontrados desovados em Cachoeira e São Félix em 2016. Fonte: O Autor.

### Quadro 12- Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Felix em 2017

2017	Cidade	Localidade onde corpo foi desovado	Quantidade de corpos encontrados	Condição que o corpo foi encontrado	Site-Fonte
<b>Janeiro</b>	Cachoeira-BA	Estrada das Águas – Zona Rural	2	2 corpos encontrados dentro de um carro abandonado em estrada vicinal, ambos os corpos com marcas de tiro.	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/dois-corpos-sao-encontrados-em-carro.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/dois-corpos-sao-encontrados-em-carro.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Fevereiro</b>	São Félix-BA	Alto do cemitério	1	Corpo encontrado em terreno próximo a cemitério com marcas de perfuração de	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/sao-felix-tadinha-e-morto-tiros-sao.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/02/sao-felix-tadinha-e-morto-tiros-sao.html</a> . Acesso em: 22-03-

				arma de fogo.	2019.
<b>Marco</b>	Cachoeira-BA	Engenho da Vitória - Zona Rural	1	Corpo encontrado em estado de putrefação em estrada vicinal com marcas de perfuração de arma de fogo.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/03/corpo-de-um-homem-em-putrfacao-e.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/03/corpo-de-um-homem-em-putrfacao-e.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Mai</b>	Cachoeira-BA	Rio Paraguassú	1	Corpo encontrado com marcas de perfuração de arma de fogo em estado de putrefação boiando no rio.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-corpo-de-homem-vitima-de.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/05/cachoeira-corpo-de-homem-vitima-de.html</a> . Acesso em: 22-03-2019
<b>Julho</b>	Cachoeira-BA	Viradouro	1	Corpo encontrado esquartejado em campo de futebol.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/07/cachoeira-moradores-do-viradouro.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/07/cachoeira-moradores-do-viradouro.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Setembro</b>	Cachoeira-BA	Capoeiruçu - Estrada Vicinal	1	Corpo encontrado em estrada vicinal de acesso a BR-101, com marcas de tiros no rosto.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/09/cachoeira-moradores-encontram-corpo-em.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/09/cachoeira-moradores-encontram-corpo-em.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Novembro</b>	São Félix-BA	Rio Paraguassú	1	corpo encontrado com perfurações de arma de fogo boiando nas margens do Rio Paraguassú.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/11/sao-felix-corpo-e-encontrado-boiano-no.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2017/11/sao-felix-corpo-e-encontrado-boiano-no.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.

<b>Total de corpos encontrados desovados em 2017</b>	<b>8</b>
--	----------

Tabela 14 Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Félix em 2017. Fonte: O Autor

**Quadro 13- Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Félix em 2018**

<b>2018</b>	<b>Cidade</b>	<b>Localidade onde corpo foi desovado</b>	<b>Quantidade de corpos encontrados</b>	<b>Condição que o corpo foi encontrado</b>	<b>Site-Fonte</b>
<b>Abril</b>	São Félix-BA	Oiteiro Redondo - Zona Rural	1	Corpo encontrado em estado de putrefação com perfurações de arma de fogo em estrada vicinal.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2018/04/jovem-de-muritiba-e-encontrado-morto-na.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2018/04/jovem-de-muritiba-e-encontrado-morto-na.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Dezembro</b>	Cachoeira-BA	Rio Paraguassú -Santiago do Iguape	1	Corpo encontrado esquartejado no rio Paraguassú.	<a href="http://www.forteneoreconcavo.com.br/2018/12/homossexual-de-27-anos-e-esquartejado.html">http://www.forteneoreconcavo.com.br/2018/12/homossexual-de-27-anos-e-esquartejado.html</a> . Acesso em: 22-03-2019.
<b>Total de corpos encontrados desovados em 2017</b>	<b>2</b>				

Tabela 15 Corpos encontrados desovados em cachoeira e São Félix em 2018. Fonte: O Autor.

No triênio 2015-2018 triangulamos 15 corpos encontrados em estradas vicinais, terrenos ermos, boiando ou à margem no Rio Paraguassú. Assim como corpos enterrados precariamente, ou seja, em “covas rasas”, bem como encontrados incendiados em carros ou mesmo esquartejados. Além do estágio avançado de putrefação, todas as vítimas tem em

comuns sinais evidentes de execuções sumárias, como tiros deflagrados diretamente no crânio, além de muitos dos corpos estarem com mãos amarradas e marcas de torturas, como queimaduras, perfurações por arma branca ou artefatos similares.

Outro aspecto comum em todos os corpos desovados, é o fato de boa parte das vítimas serem pessoas desaparecidas, algumas até há mais de um ano. Quando não foi citado na notícia o caráter de desaparecido da vítima, era por que o corpo encontrava-se em um estado tão avançado de putrefação e de ferimentos infligidos, que não foi possível reconhecer a vítima. As notícias também revelam que diante das características em que se encontram os corpos, não há como negar o envolvimento de grupos de matadores. No entanto, como demonstra o relatório final da *CPI do Extermínio no Nordeste* (2005) a prática de sequestro, tortura e ocultação de cadáveres, tem uma larga tradição nas práticas de execuções sumárias na região do Recôncavo Sul.

De acordo o relatório supracitado desde o final de 2001, ocorrem denúncias alertando as autoridades competentes que jovens tem sido corriqueiramente seqüestrados. Todos posteriormente torturados, muitos mortos e poucos sobreviventes. As denúncias foram realizadas na CPI do Extermínio do Nordeste por familiares que tiveram filhos sequestrado por homens encapuzados, dirigindo um carro branco ou prata (COUTO, 2005). Alguns dos denunciantes, eram sobreviventes que evadiram do jugo dos captores, ou foram liberados após intensa sessão de tortura. Em um dos depoimentos da CPI, a promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus - Ana Rita Cerqueira Nascimento – descreve em minúcias dos métodos de torturas empregados pelos seqüestradores – matadores. A informação relatada pela promotora foi passada a ela por sobreviventes dos sequestros e sessões de tortura,

As pessoas que narram as torturas sofridas não se conheciam entre si, foram presas em épocas totalmente diferentes umas das outras e narravam o mesmo *modus operandi*: pá, picareta, corda, câmara de pneu (câmara de ar), a ordem para que, quando tivessem “algo a dar” (para falar), batessem 3 vezes com o pé no chão, todas narrando o mesmo fato, a mesma forma de ação, os mesmo carros: um Gol branco, um Uno verde e uma Parati cinza rondando cada um deles antes de sofrerem coisas dentro desses carros ou de um ou outro carro. Quer dizer, foi um *modus*. Eu pude vislumbrar o *modus operandi* (COUTO, 2005, p. 319)

Além do método de tortura e execução, a promotora também relata as táticas utilizadas pelos matadores para capturar as vítimas, bem como revela o itinerário e dinâmicas dos campos de desova de corpos da região,

Um grupo encapuzado em um carro sem placa, com vidros escuros seqüestraram pessoas que nunca mais foram vistas, um exemplo é de Paulo Libinitz, visto sendo colocado algemado no banco de trás de um Gol branco, vidro fumê, chapa fria, por Luís de Bia e o Pomponet Gilson Branco, Zé de Anjo, Varal, Antônio Carlos e Pinto



foram vítimas do grupo. Toinho, outra vítima, está desaparecido, podendo ter sido eliminado pela polícia por pequenos delitos. Há idênticas narrativas de torturas de sobreviventes que nunca se tinham visto, apontando para o mesmo *modus operandi*, que dizem de uma área chamada Cascalheira, que serviria para a desova de corpos, e também dos lugares chamados a Pedra do Cavalo e a mata de Dr. Humberto (COUTO, 2005, p. 366-367 )

É importante advertir que os corpos “desovados”, antes de sua descoberta tinham o *status* de desaparecidos. Ou seja, compõem duplamente as chamadas cifras ocultas (MIR, 2005). De acordo Luís Mir (2005), as cifras ocultas são a robusta quantidade de corpos enterrados indevidamente desovados, ocultados, ou mesmo uma boa porcentagem dos “desaparecidos”, que em grande maioria são corpos ainda não encontrados/catalogados pelas autoridades competentes. Essas cifras ocultas não compõem as estatísticas criminais sobre homicídio, e são um dos fatores que influenciam na subnotificação das taxas de mortalidade no Brasil.

Como sinaliza o Atlas da Violência (2018), mortes violentas com causa indeterminada são caracterizadas por óbitos de causas não naturais que os legistas não conseguem informar a motivação ou circunstância que desencadeou a morbidade (IPEA, 2018). Um exemplo disso são corpos encontrados nas seguintes condições: alto nível de putrefação, esquartejados, totalmente incendiados, marcas múltiplas de tortura ou mesmo deformados por lesões.

Ainda de acordo o Atlas da Violência (2018), as taxas por 100 mil habitantes de mortes violentas por causa indeterminada atingiram níveis críticos em nove estados no 2016, contribuindo enormemente para subnotificação das taxas gerais de mortalidade a nível nacional (IPEA, 2018). O caso mais crítico é do estado da Bahia, que possui a taxa de mortes violentas por causas indeterminadas em média de (9,7), sendo seguido por Pernambuco (9,1), Rio de Janeiro (7,9), Minas Gerais (7,4), Ceará (6,7), Espírito Santo (6,0), Roraima (5,8), Rio Grande do Norte (5,6) e São Paulo (5,1). Por fim o relatório em questão alerta,

Certamente, a análise sobre as taxas de homicídios registrados nesses cinco estados inspira cautela, uma vez que a proporção de MVCI em relação ao total de homicídios assumiu patamares elevados, o que implica dizer que, provavelmente, os registros oficiais de homicídios nesses estados estejam subestimados. Efetivamente, em 2016, esses indicadores atingiram as marcas de 47,0%, 33,5%, 21,8%, 20,7% e 19,3% nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, respectivamente (IPEA, 2018, p.77).

### **3.6. Intervenções policiais letais em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba (2015-2018).**

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) define que a vida é um direito humano essencial, cujo exercício pleno é um pressuposto para que o ser humano desfrute de todos os outros direitos humanos, sociais e políticos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Nesse contexto os Estados democráticos de direitos contemporâneos têm a obrigação de assegurar a vida a seus cidadãos, além de construir mecanismos para prevenir e penalizar indivíduos que cometam homicídios deliberados. Assim como, é dever do Estado evitar execuções extrajudiciais que sejam cometidas por agentes de segurança.

Execuções extrajudiciais são violações do direito a vida cometidas por agentes de segurança do Estado agindo sobre ordens, ou nas frestas da omissão de autoridades que deveriam garantir e preservar o direito a vida dos cidadãos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015). Além da prevenção, cabe ao Estado investigar exaustivamente e levar a juízo, quaisquer agentes de segurança que estejam sobre suspeitas de envolvimento em execuções extrajudiciais no exercício policial (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

No Brasil quando uma pessoa é assassinada em contexto de execução extrajudicial praticada por grupamentos policiais, o caso transforma-se em uma ocorrência que é tipificada como “*homicídio decorrente de intervenção policial*”, chamado também de auto de resistência (ANISTIAINTERNACIONAL, 2015). Os autos de resistência são registros administrativos que atribuem a classificação prévia de excludente de ilicitude aos homicídios cometidos decorrente de intervenção policial. Ou seja, a princípio, para o Estado e suas instituições, as ações policiais letais são consideradas como de autodefesa por parte do agente de segurança no exercício de seu ofício.

Diante desse quadro, a Bahia ocupa atualmente o terceiro lugar no ranking das corporações policiais mais letais do Brasil, ficando atrás apenas das policias do Rio de Janeiro e São Paulo (FBSP, 2012; 2015). Como aponta 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na Bahia, no ano de 2015 cerca de 350 pessoas foram assassinadas em decorrência de intervenção policial letal. No ano de 2016, 457 pessoas foram vitimadas em operações policiais letais<sup>127</sup>.

No entanto, mesmo com números exorbitantes no quesito intervenções policiais letais, a subnotificação dos registros de ocorrências policiais e a falta de transparência nos dados produzidos pelas Secretarias de Segurança Pública, tornam difíceis uma mensuração exata ou aproximada da quantidade de pessoas assassinadas em contextos de operações policiais (IPEA, 2018).

---

<sup>127</sup>Ver o anuário de segurança pública aqui: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

O atlas da violência (2018), afirma que os dados registrados nas categorias intervenções legais e operações de guerra do Sistema de Informação sobre Mortandade (SIM) são extremamente subnotificados, chegando a uma diferença de 67% se comparados aos registros das Secretarias de Segurança Pública. Em 2016 por exemplo, o SIM registrou 1.374 ocorrências de operações policiais letais. Por outro lado, estatísticas publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, aponta que foram 4.222 pessoas vitimadas em contextos de intervenções policiais letais no mesmo ano em todo território nacional (IPEA, 2018).

Vejamos o quadro abaixo, que sistematiza as diferenças na tabulação de intervenções policiais letais em alguns estados brasileiros a partir do cruzamento de dados do FBSP e do SIM,

**Quadro 14 - Óbitos decorrentes de intervenções policiais nas Unidades Federativas – 2016**

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Fórum Brasileiro de Segurança Pública</b>	<b>Sistema de Informação sobre Mortandade (SIM)</b>
Bahia	457	354
Ceará	109	5
Pará	282	3
Rio de Janeiro	925	538
São Paulo	856	254

Tabela 16 Óbitos decorrentes de intervenções policiais nas Unidades Federativas – 2016. Fonte: Atlas da Violência 2018

A subnotificação presente nos dados referentes às intervenções policiais letais nas unidades federativas brasileiras se reproduz a nível municipal. Como podemos ver no quadro abaixo que construímos a partir de dados retirados do SIM, referentes a intervenções policiais letais em Cachoeira-BA e São-Félix-BA no período de 2015 a 2017,

**Quadro 15 - Óbitos p/Ocorrência em Cachoeira-BA por Grupo CID10 segundo Município**  
**Grupo CID10: Intervenções legais e operações de guerra**  
**Período: 2015 a 2017**

<b>Ano</b>	<b>Cachoeira-Ba</b>	<b>São Félix-Ba</b>
2015	0	0

2016	0	0
2017	1	0

Tabela 17 Óbitos p/Ocorrência em Cachoeira-BA por Grupo CID10 segundo Município Fonte:  
Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)

Como veremos posteriormente, a subnotificação presente no Sistema de Informação sobre Mortandade (SIM) atinge proporções críticas em Cachoeira-BA e São Félix-BA. O quadro que construímos a partir do levantamento e análise sistemática de notícias referentes intervenções policiais letais nas duas cidades expôs as dinâmicas dos homicídios cometidos por intervenção policial no triênio 2015-2018. Vejamos,

#### **Quadro 16- Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix - 2015**

<b>Ano-2015</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de Mortos</b>	<b>Pelotão operacional envolvido na ação letal</b>	<b>Site-Fonte</b>
<b>Janeiro</b>	Cachoeira-BA	Ladeira da Cadeia	1	Pelotão Tático Operacional -PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/cachoeira-pite-morre-durante-confronto.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/01/cachoeira-pite-morre-durante-confronto.html</a> . Acesso em: 19-03-2019.
<b>Fevereiro</b>	Cachoeira-BA	Viradouro	1	Pelotão Tático Operacional - PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/02/cachoeira-jovem-tomba-durante-confronto.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/02/cachoeira-jovem-tomba-durante-confronto.html</a> . Acesso em: 19.03.2019.
<b>Agosto</b>	Cachoeira-BA	Viradouro	1	Pelotão Tático Operacional – PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/08/jovem-morre-durante-troca-de-tiros-com.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/08/jovem-morre-durante-troca-de-tiros-com.html</a> . Acesso em: 19-03-2019.
<b>Total de vítimas em operações policiais letais no ano de 2015 em</b>	<b>3</b>				

<b>Cachoeira e São Félix</b>	
------------------------------	--

Tabela 18 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix – 2015. Fonte: O Autor.

**Quadro17- Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix - 2017**

<b>2017</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de Mortos</b>	<b>Pelotão Operacional envolvido na ação letal</b>	<b>Site-Fonte</b>
<b>Julho</b>	Cachoeira-BA	Ladeira da Cadeia	2	PETO & CIPE Litoral Norte (Caatinga)	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/07/cachoeira-rambo-e-comparsa-sao-mortos.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/07/cachoeira-rambo-e-comparsa-sao-mortos.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Agosto de</b>	Cachoeira-BA	Morumbi	3	PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/cachoeira-trio-acusado-de-traffic-de.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/cachoeira-trio-acusado-de-traffic-de.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Agosto</b>	São Félix-BA	Zona rural	1	PETO & Polícia Civil	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/sao-felix-suspeito-morre-decorrente-de.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/08/sao-felix-suspeito-morre-decorrente-de.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Novembro</b>	Cachoeira-BA	Morumbi	2	PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/11/cachoeira-dois-suspeitos-morrem-durante.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/11/cachoeira-dois-suspeitos-morrem-durante.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Novembro</b>	Cachoeira-BA	Centro – Próximo a UFRB	3	PETO & CIPE Litoral Norte (CAATINGA)	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/11/cachoeira-nani-morre-com-quatro-tiros.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/11/cachoeira-nani-morre-com-quatro-tiros.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Dezembro</b>	Cachoeira-BA	Caquende	1	PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/12/cachoeira-suspeito-de-cometer-assaltos.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/12/cachoeira-suspeito-de-cometer-assaltos.html</a> . Acesso

					em: 19-03-2019
<b>Dezembro</b>	São Félix-BA	Alto do Cemitério	2	PETO & Pelotão Local	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/12/sao-felix-confronto-entre-suspeitos-e.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/12/sao-felix-confronto-entre-suspeitos-e.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Total de vítimas em operações policiais letais no ano de 2017 em Cachoeira e São Félix</b>	<b>14</b>				

Tabela 19 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix -2017. Fonte: O Autor.

**Quadro 18- Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix - 2018**

<b>2018</b>	<b>Cidade</b>	<b>Bairro</b>	<b>Número de mortos</b>	<b>Pelotão operacional envolvido em ação letal</b>	<b>Site –Fonte</b>
<b>Janeiro</b>	Cachoeira-BA	Alto do jenipapeiro	1	PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/01/cachoeira-jovem-de-22-anos-morre.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/01/cachoeira-jovem-de-22-anos-morre.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Marco</b>	Cachoeira-BA	Rua da feira	1	CIPE litoral norte & PETO	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/03/cipe-faz-operacao-de-combate.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/03/cipe-faz-operacao-de-combate.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Abril</b>	São Félix-BA	Bairro 135	1	PETO & Pelotão local	<a href="http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/04/jovem-morre-durante-troca-de-tiros-com.html">http://www.fortenoreconcavo.com.br/2018/04/jovem-morre-durante-troca-de-tiros-com.html</a> . Acesso em: 19-03-2019

<b>Maio</b>	São Félix-BA	Bairro 135	1	CIPE litoral Norte (Caatinga) & PETO	<a href="http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/05/sao-felix-zoi-morre-durante-confronto.html">http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/05/sao-felix-zoi-morre-durante-confronto.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Maio</b>	Cachoeira-BA	Ladeira da Cadeia	3	CIPE litoral norte (Caatinga) & PETO	<a href="http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/05/cachoeira-operacao-conjunta-entre-cipe.html">http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/05/cachoeira-operacao-conjunta-entre-cipe.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Dezembro</b>	Cachoeira-BA	Caquende -Alto da Levada	1	CIPE litoral Norte (Caatinga) & PETO	<a href="http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/12/cachoeira-broa-e-morto-durante-operacao.html">http://www.fortenoreconca vo.com.br/2018/12/cachoeira-broa-e-morto-durante-operacao.html</a> . Acesso em: 19-03-2019
<b>Total de vítimas em operações policiais letais no ano de 2018 em Cachoeira e São Félix</b>					<b>8</b>

Tabela 20 Homicídios decorrentes de intervenções policiais em cachoeira e São Félix -2018. Fonte: O Autor

Os quadros anteriores delineiam as ondulações dos homicídios cometidos em contextos de intervenções policiais em Cachoeira-BA e São Félix-BA, triangulando aspectos como: ano, mês, cidade e bairro onde ocorreu o homicídio em circunstância de ação policial, bem como identifica o pelotão operacional envolvido na ação. Diferente do único óbito apontado pelos dados do SIM, o quadro que construímos a partir do levantamento e análise sistemática de notícias referentes intervenções policiais letais, aponta que **vinte cinco pessoas** (25) foram assassinadas em contextos de operações policiais letais no período de 2015 a 2018 nas duas cidades.

No ano de 2015, duas pessoas vieram a óbito decorrente de intervenção policial letal em Cachoeira-BA e, uma em São Félix-BA. Em todos os casos, o Pelotão Tático Operacional (PETO) foi o grupamento que protagonizou a ação letal. Surpreendentemente em 2016, tal quais os dados disponibilizados pelo SIM, não foi registrado nenhuma ocorrência de

intervenção policial letal em Cachoeira-BA ou São Félix-BA. No entanto, o ano de 2017 um verdadeiro banho de sangue foi protagonizado pela corporação policial nas ruas das duas cidades. Foram **quatorze vítimas** em intervenções policiais letais. Treze das vítimas em Cachoeira-BA e uma em São Félix-BA.

Além dos números exorbitantes, em média uma pessoa assassinada por mês em ações policiais no ano de 2017, não podemos deixar de notar a quantidade preocupante de operações policiais que culminaram em chacinas. Foram **cinco chacinas** no período de 2017, duas no bairro do Morumbi, uma no centro da cidade, outra na ladeira da cadeia, e uma chacina em São Félix-Ba no Alto do Cemitério. Tais operações foram protagonizadas por duas Companhias Especiais Independentes da Polícia Militar da Bahia: CIPE Litoral Norte e o PETO. Apenas uma das operações policiais letais foi protagonizada pelo pelotão local da polícia militar.

Em 2018, os números de homicídios cometidos em contextos de operações policiais reduziu em relação ao ano anterior. No entanto, ainda assim, as duas cidades continuam a apresentar cifras macabras, oito homicídios praticados por grupamentos policiais. Duas vítimas em São Félix-BA e seis vítimas em Cachoeira-BA. Em todos os casos foram unidades especiais da polícia militar que protagonizaram as ações, CIPE Litoral Norte e PETO.

A partir do monitoramento das intervenções policiais letais no período de 2015 a 2018, observamos que nos últimos anos a região do Recôncavo Sul – onde se localiza Cachoeira-BA e São Félix-BA – tem sido foco de políticas de militarização da corporação policial, notadamente, na ramificação das chamadas Companhias Independentes/Policiais Especiais por variadas cidades do interior baiano.

As **Companhias Independentes Especializadas**, são caracterizadas por serem batalhões que possuem sede própria, carga de armamento bélico particular, viaturas e uniformes padronizados e treinamento especializado em combate urbano e rural. São Companhias Independentes na Bahia os batalhões especiais da Caatinga, Litoral Norte, Cerrado, Peto, Rondesp, dentre outros. Dentro desse contexto, as Companhias Independentes Especializadas são os grupamentos da corporação policial que,

Atende ocorrências de maior gravidade, realizar patrulhamento nos setores considerados de maior periculosidade e adotar ações repressivas contra o tráfico de drogas, além de realizar a primeira intervenção em ocorrência de crises. Atribuições estas, que levam essas Unidades a uma maior exposição, representando o efetivo que, empiricamente, apresenta o maior número de registros de autos de resistência (SANTOS, 2016, p. 78).



As operações das Companhias de Policiamento Especializado são coordenadas atualmente pelo **Comando de Policiamento Especializado (CPE)**, criado em 09 de julho de 2003, através da Lei Estadual nº. 8.636. O CPE é uma instância estratégica que coordena e direciona as ações dos/as PMs lotados nas unidades operacionais especializadas. Vejamos no quadro abaixo algumas Unidades especializadas e operações permanentes, que fazem parte do quadro organizacional do Comando de Policiamento Especializado,

**Quadro 19 - Unidades Operacionais Especializadas na Bahia**

<b>Unidade Operacional Especializada/ Operação coordenada pelo CPE</b>	<b>Data de criação</b>
<b>CIPE/CAATINGA</b>	18/04/2001
<b>CIPE/CERRADO</b>	09/05/2003
<b>CIPRv/ITABUNA</b>	09/07/2003
<b>CIPE/LITORAL NORTE</b>	29/01/2004
<b>CIPE/MATA ATLÂNTICA</b>	29/01/2004
<b>CIPE/SEMIÁRIDO</b>	29/01/2004
<b>CIPE/SUDOESTE</b>	29/01/2004
<b>CIPE/CACAUEIRA</b>	29/12/2005
<b>CIPE/POLO INDUSTRIAL</b>	29/12/2005
<b>GRUPAMENTO AÉREO</b>	08/12/2006
<b>CIPPA/LENÇÓIS</b>	06/01/2009
<b>CIPPA/PORTO SEGURO</b>	06/01/2009
<b>CIPRv/BARREIRAS</b>	06/01/2009
<b>CIPRv/BRUMADO</b>	06/01/2009
<b>OPERAÇÃO GEMEOS</b>	
<b>OPERAÇÃO RONDA ESCOLAR</b>	
<b>BEPE</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>BOPE</b>	Lei 13.201, de 09dez2016

<b>CIPFaz</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>ESQUADRÃO DE POLÍCIA MONTADA /Feira de Santana</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>Esqd Mel Asa Branca/Feira de Santana</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>CIPGD/Feira de Santana</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>CIPGD/Itabuna</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>CIPE/CHAPADA</b>	Lei 13.201, de 09dez2016
<b>CIPE/CENTRAL</b>	Lei 13.201, de 09dez2016

Tabela 21 Unidades Operacionais Especializadas na Bahia. Fonte: PM/BA

O quadro anterior nos releva a quão comprometida a SSP-BA está com ramificação de unidades operacionais especializadas. Além das **Companhias independentes** especializadas instituídas a partir de leis orgânicas, existem outras unidades operacionais que estão em atuação. Entretanto, ainda não foram formalizadas na estrutura organizacional da Polícia Militar. A exemplo do Pelotão de Emprego Tático Operacional (PETO), que tem atuado largamente em várias cidades do interior baiano e capital.

É dentro desse contexto de proliferação das Companhias Independentes que Cachoeira-BA e São Félix-BA, passam a ser territórios de atuação de unidades operacionais especializadas como a CIPE Litoral Norte, PETO e RONDESP, ou seja, há um gradativo processo de militarização organizacional da corporação policial nas duas cidades e região do Recôncavo Sul de maneira geral.

Cabe acentuar que esse processo de militarização da segurança pública nas cidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA tem uma gradativa intensificação a partir do ano de 2015, e tem como um de seus marcos a solicitação pública do então prefeito da época – Carlos Pereira – ao requerer do Governo da Bahia a instalação de uma Companhia Independente da Polícia Militar na cidade de Cachoeira-Ba,

Em entrevista ao jornal A Tarde, o prefeito de Cachoeira, Carlos Pereira ( PP),

relatou que, nos últimos quatro anos, Cachoeira passa por uma “Crise na segurança, com o aumento do tráfico de drogas e do número de homicídios”...O prefeito reivindica a instalação de uma Companhia Independente da Polícia Militar na Cidade (Jornal Forte no Recôncavo, 2015).

Um ano depois – em 2016 – mais uma vez Cachoeira é acometida por uma “*crise de segurança*”, diante de um contexto de aumento crescente dos índices de assassinatos cometidos por arma de fogo. Para combater essa arrancada da violência na cidade foi montada pela SSP-Ba uma força tarefa operacional composta por grupamentos especiais da Caatinga, RONDESP, PETO, dentre outras unidades especiais <sup>128</sup>.

Em 2017 mais uma ação estratégica é tomada pela SSP-BA no sentido de enraizar Companhias Independentes Especializadas em Cachoeira-Ba e cidades circunvizinhas: a instalação de uma base da divisão especial da Polícia Militar CIPE Litoral Norte, popularmente conhecida como Caatinga,

Cachoeira localizada no recôncavo, é um município tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural, conhecida como pelourinho do interior. O governo do Estado, após varia instituições clamarem a medida, implantou uma base da divisão especial da polícia militar. A Caatinga irá atuar principalmente nessas áreas distantes do centro urbano, mas de grande movimento turístico como São Francisco do Paraguaçu, localidade rural de Cachoeira com enorme acervo histórico e fluxo de turista. As guarnições estão provisoriamente instaladas no distrito de capuerçu. Municípios vizinhos também terão rondas e a presença da divisão da PM instalada em Cachoeira-Ba (Jornal Forte no Recôncavo, 2017).

Ainda em 2017 a corporação policial em Cachoeira-BA recebeu no início do ano reforços no efetivo, novas viaturas, embarcações de patrulhamento fluvial, além de ser o primeiro município da região a ter um grupamento da *RONDESP – Rondas especial*,

Duas Agências Bancárias tiveram suas estruturas danificadas após explosões aos caixas eletrônicos na madrugada da última terça-feira (30), além de 7 homicídios registrados na cidade em menos de um mês. Com esse clima insustentável na Segurança Pública os vereadores se reuniram na manhã da última quarta-feira (31) com o comandante geral da Polícia Militar na Bahia, Coronel Anselmo Brandão. A audiência aconteceu no gabinete do oficial em Salvador. Durante a assembleia ficou definido que a cidade histórica e monumento nacional ganhará reforços na segurança pública com a chegada de mais policiais militares e viaturas. O município também será o primeiro da região do Recôncavo a receber a presença da Companhia do Policiamento Tático - Rondesp -, sendo que ainda este ano o comando geral da PM irá liberar uma embarcação para o patrulhamento fluvial no Rio Paraguaçu que banha a cidade e cidades do Recôncavo. (Jornal Mídia Recôncavo, 2017).

Além de ações de militarização a nível municipal, a SSP-BA através do Comando de Policiamento Especializado (CPE) empreendeu nesse mesmo período de tempo rearranjos na estrutura operacional das Companhias Independentes especializadas no interior da Bahia.

<sup>128</sup>Ver mais em <http://www.fortenoreconcavo.com.br/2016/06/policia-monta-forca-tarefa-para.html>

Como por exemplo, a instalação de bases das Rondas Especiais Leste (RONDESP-LESTE) em Feira de Santana e, posteriormente, em outros municípios do interior baiano.

A sede da RONDESP em Feira de Santana foi inaugurada em 10/11/2017 em uma solenidade que contou com a participação do alto oficialato da Polícia Militar, bem como representantes do poder partidário local e a nível estadual. A aquisição da sede que está localizada na BR-116, no antigo prédio do Departamento de Infraestrutura e Transporte, foi uma ação fundamental para o enraizamento das Companhias Independentes de Policiamento Tático, que tem atualmente na RONDESP, um dos batalhões publicamente mais conhecidos. Como sinaliza o Major Átila, a aquisição da sede é estratégica para aumentar o efetivo da tropa em Feira de Santana e região,

Segundo o major, a Rondesp pretende aumentar a tropa na região leste. “Quando cheguei em junho de 2015 éramos 90, e aumentamos para 122 ao logo destes dois anos e cinco meses e estamos querendo aumentar um pouco mais. Uma unidade como a nossa, pelo quadro organizacional, deveria ter 180 homens”, ressaltou. Em seu discurso ele destacou o diferencial da tropa de choque da Região Leste: “Vocês são diferentes, vocês fazem a diferença no combate ao crime, é a tropa de retaguarda do CPRL Leste, é a tropa que naquele momento as tropas ordinárias sabem que podem contar com essa tropa adestrada, preparada com mais poder de fogo para enfrentamento da criminalidade. Estamos materializando isso dando esta sede e tem mais: estamos comprando armas, estamos comprando mais viaturas, estamos equipando as nossa tropas, quero ver até o final de nossa gestão, senhores deputados, chegarmos ao fator 1 de ter cada policial com sua arma e seu colete”, declarou em público (Jornal Acorda Cidade, 2017)

Em 2018 a política de militarização da corporação policial no interior baiano continua, de modo que, a RONDESP-LESTE instala batalhões operacionais em diferentes cidades do Recôncavo Sul. De acordo declarações do secretário de Segurança Pública Maurício Telles Barbosa, a ramificação das Companhias Independentes Especializadas amplia o trabalho ostensivo e repressivo da corporação policial em diferenciados municípios do interior,

As Rondas Especiais (Rondesp) Leste e 16 novas viaturas reforçam as ações ostensivas, no Recôncavo Baiano. As entregas foram realizadas, na manhã desta sexta-feira (15), pelo governador Rui Costa e o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, durante evento em Santo Antônio de Jesus. O efetivo da Rondesp Leste passa a contar com bases, no Batalhão e Companhias Independentes da Polícia Militar em Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Amargosa. As áreas destinadas facilitarão a logística do efetivo em operações. “Mais uma demonstração de que a segurança pública, na Bahia, é prioridade. Com a Rondesp Leste atuando ampliaremos o trabalho ostensivo e, quando necessário, o repressivo”, declarou Barbosa. (ASCOM). (Jornal Tribuna do Recôncavo, 2018).

Diante desse histórico sobre a ramificação das Companhias Independentes Especializadas, até 2018 aproximadamente toda área do Recôncavo Sul passa a ser palco de operações dessas unidades especiais conhecidas pela brutalidade e altos índices de ações letais. Vejamos o quadro abaixo,

**Quadro 20 - Companhias Independentes especializadas no Recôncavo Sul**

<b>Unidade Operacional Especializada</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano de instalação</b>
CIPE Litoral Norte	Cachoeira-BA	2017
RONDESP	Cachoeira-BA	2017
RONDESP	Feira de Santana-BA	2017
RONDESP	Amargosa, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas-BA.	2018

Tabela 22 Companhias Independentes especializadas no Recôncavo Sul. Fonte: PM/BA

As chamadas **Companhias Independentes/Políciais Especiais** tem ocupado um papel estratégico na estruturação e ramificação de um padrão operacional de Segurança Pública militarizado. Cachoeira-BA e São Félix-BA, são um exemplo de como essa política tem dado certo a custo de vários homicídios decorrentes de intervenção policial.

O fortalecimento logístico-institucional das **Companhias Independentes Especializadas** tem implicado na legitimação de um padrão operacional policial belicista. Pudemos averiguar no quadro “*Homicídios decorrentes de intervenções policiais*” como as chacinas, tem se tornado norma nas operações policiais coordenadas por essas unidades especiais. Não por acaso o **Programa Pacto Pela Vida** elegeu as Companhias Independentes: Caatinga, Litoral Norte, Cerrado, PETO, ROTAMO, RONDESP, dentre outras, para ser o foco de investimento de recursos financeiros, logísticos e tecnológicos.

A RONDESP, por exemplo, surge a partir de uma operação do antigo Comando de Policiamento da Capital em 2002, que na época possuía uma única viatura operacional. Hoje possui sede própria na capital baiana e outras cidades do interior, carga de armamento bélico, helicóptero, viaturas padronizadas e efetivo próprio. Em 28 de julho de 2019 a RONDESP torna-se ainda mais robusta, elevada a uma formação maior, ganha cerca de 40 viaturas, além de começar a ser submetida ao Comando de Policiamento Especializado (CPE).

Nesse contexto, ao prezar por investimento em unidades operacionais treinadas para repressão qualificada e combates urbanos, o Governo do Estado da Bahia institui uma política de Segurança Pública militarizada, apesar de apregoar publicamente que os princípios norteadores do Programa Pacto Pela Vida prezam por uma concepção cidadã de segurança pública. Para além de uma análise dos dados apresentados por nós, substanciamos nossa

investigação em um conjunto de pesquisas que tem apontado as latentes fissuras ideológico-operacionais do programa Pacto Pela Vida,

O Governo do Estado da Bahia, então, de forma contraditória, diante do seu discurso democrático e da opinião pública, mesmo após a adoção do PPV-BA em 2012, que nos apresenta um modelo estratégico de segurança pública, menos repressivo por intermédio de uma polícia cidadã “amiga” da população; que objetiva prevenir o crime e consequentemente reduzir os confrontos armados; adota a estratégia de investir, cada vez mais, em recursos materiais e humanos principalmente para a polícia militar, através da aquisição de armas de alto potencial letal, como os fuzis 762, da contratação de membros para a corporação e da expansão considerável de sua frota de viaturas. Também houve investimento na capacitação dos policiais para atuar em contextos de “guerrilha urbana”, aumentando-se o efetivo da Companhia de Operações Especiais (COE) e do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHq), além de se criarem Grupamentos de Ação Tática (GAT) nos batalhões convencionais (COUTINHO JUNIOR, 2014, p. 41-42).

Na dissertação de mestrado “*Homicídios e/ou autos de resistência: na contramão do Pacto Pela Vida – Bahia (2014)*”, o autor Hiran Souto Coutinho Junior, realiza uma análise crítica do Programa Pacto Pela Vida, tomando como base de dados os altos índices de letalidade na ação policial (COUTINHO JUNIOR, 2014). O autor demonstra a contradição operacional de um Programa de Segurança pública que apregoa a vida, mas baseia sua ação em políticas criminais pautadas na especialização de unidades policiais treinadas literalmente para guerra (COUTINHO JUNIOR, 2014).

O autor demonstra em seu argumento que além do Programa Pacto Pela Vida ter investido recursos na estruturação de uma polícia ostensiva treinada para matar, o Programa também possui estratégias legais que fomentam a doutrina militarizada na corporação policial. Algumas dessas estratégias segundo o autor são: instituição do Prêmio por Desempenho Policial (PDP), o Prêmio Especial por Apreensão de Armas de Fogo (PREAF), e o Prêmio por Resultados Operacionais (COUTINHO JUNIOR, 2014).

De acordo Coutinho Junior (2014) os prêmios de desempenho policial estimulam o padrão operacional belicista e uma doutrina criminal militarizada por parte das corporações policiais. Ainda segundo o autor, tal política baseada em ganhos pecuniários diretos para agentes policiais, é uma evidente influência doutrinal da chamada política de tolerância zero que foi erigida nos Estados Unidos da América, e posteriormente mundializada (COUTINHO JUNIOR, 2014).

Diante desse contexto, a SSP-BA ao adotar uma política de gratificação policial evidentemente belicista, corrobora com a estruturação de um padrão operacional policial letal, pautado em operações de cerco e repressão a criminalidade,

Por intermédio do Prêmio por Resultados Operacionais (PREOP), o PPV-BA pretende premiar especificamente a(o) servidor(a) da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Departamento de Polícia Técnica que, atuando direta e pessoalmente em

atividades finalísticas realizadas por Unidades vinculadas às Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP e/ou por Unidades ou Grupos Especializados, alcançar as primeiras posições na classificação dos resultados de produtividade a cada mês. Entende-se por resultado de produtividade: a quantidade de mandados de prisão provisória expedidos, desde que decorrentes de representações formuladas por Autoridades Policiais; a quantidade de mandados de prisão cumpridos, desde que expedidos pela Justiça Criminal; a quantidade de drogas (maconha, cocaína e/ou derivados) apreendidas, desde que atreladas a procedimento pré-processual; Com se vê acima, sobretudo, a partir das atividades finalísticas do prêmio por resultados operacionais (PREOP), a repressão ao tráfico e comércio de drogas é (ou será) incentivada pelo PPV-BA, o que retroalimenta o círculo vicioso da criminalidade violenta no estado, provocada, em parte, pelo tráfico de drogas; isto é, a repressão ao tráfico aumenta o valor de troca das drogas ilícitas, fazendo das mesmas uma mercadoria valorizada no mercado, o que estimula o consumo, ao tempo em que impõe riscos aos traficantes, que para defender seus ativos da polícia e/ou de outros concorrentes se armam até os dentes, o que faz o preço aumentar valorizando o tráfico e assim sucessivamente (COUTINHO JUNIOR, 2014, p. 37-38).

As políticas de gratificação de desempenho policial, assim como o investimento bélico, logístico e em infraestrutura têm colocado as **Companhias Independentes Especializadas** na dianteira dos índices de homicídios decorrentes de intervenção policial na Bahia. E mais que isso, a inserção massiva de policiais em tropas especiais tem construído um perfil psicológico belicoso no conjunto da tropa (SANTOS, 2016).

Um exemplo de como a noção de “*guerra as drogas*” esta entranhada na cultura – organizativa das tropas especiais na Bahia, é o depoimento de um Tenente – comandante da PETO Alfa e Bravo, da 27ª CIPM de Cruz das Almas, que no ano de 2016, disseminou um polêmico áudio em grupos de WhatsApp, posteriormente espalhou-se em sites de notícias, mídia impressa e de radiodifusão na região do Recôncavo Sul,

Quero aqui em público, poder passar esse áudio para a Bahia toda e para o Brasil, externar o prazer que é comandar uma tropa como é a do Pelotão de Emprego Tático Operacional, popularmente chamada na região do recôncavo como Tático Móvel da 27ª. Essas guarnições, esse pelotão dá tesão a qualquer comandante sair por aí dizendo ‘eu comando o Tático Móvel’, é o orgulho da 27ª, é orgulho do recôncavo, é orgulho da Bahia comandar esse pelotão. Avante Guerreiros! Botou de frente, pau, pau e pau, descarrega tudo, depois a gente briga com o subtenente Erivelton e bota os cartuchos no lugar, porque ele fica ‘retado’ quando a gente gasta, mas é pra gastar mesmo e a partir de agora gastar botando no peito ou na cabeça, arranca a cabeça. Deixa Ministério Público reclamar, deixa para o Juiz reclamar, deixa todo mundo reclamar, deixa a imprensa. Normal tem que ser o bandido morrer e não um policial, que se lasque todo mundo que não gostou do que eu estou falando. Quem está falando aqui e o tenente Suzart a dispor de quem quiser achar ruim. (Jornal Bahia na Web, 2016)

A tropa é inclinada ao massacre já que seus comandantes publicamente são matadores. A declaração do Tenente - Oficial, ou seja, o comandante de um contingente substancial de soldados evidencia a quão enraizada e legítima é a noção de “*guerra*” dentro da sociabilidade das unidades especiais.

O pesquisador e militar André Vinício Sales Dos Santos (2016) apontam em sua investigação como os policiais lotados em unidades operacionais especializadas carregam um sentimento e estigma de “distinção” em relação ao restante da tropa, bem como, um senso de lealdade extremado com a unidade especial que faz parte (DOS SANTOS, 2016).

Pertencer a uma Companhia Independente Especial nesses termos, é fazer parte de uma subcultura dentro da corporação policial baiana (SANTOS, 2016). Como demonstra Santos (2016), essa subcultura é erigida no cotidiano do labor das tropas especiais, sobretudo, dentro do contexto das operações letais que corriqueiramente protagonizam que são entendidas por essas tropas como empreendimentos de guerra, de modo que, sentem-se como a linha de frente do conflito em curso,

Durante as entrevistas foi identificado um sentimento próprio dos policiais que se encontram lotados nas Unidades visitadas, o que acaba por diferenciar suas percepções em relação a outras Unidades da Polícia Militar. Nota-se, uma mística peculiar, atribuída por eles ao fato de pertencerem à RONDESP. Conforme relatos dos entrevistados, pertencer à RONDESP (encontrar-se lotado na RONDESP) é algo extremamente especial, gerando uma experiência própria, que não vivenciaram em nenhuma outra Unidade. Percebe-se que, ao falarem, são tomados por um sentimento ímpar, que traduz a realidade de trabalhar nessa Unidade. Constatou-se, durante as entrevistas, a existência de laços de identidade profundos entre os policiais, gerando um forte sentimento de ligação familiar, talvez pelo fato de vivenciarem, juntos, constante risco de vida ou pela união diante das adversidades, como narraram alguns, ou até mesmo pela vaidade de pertencer a uma tropa singular, reconhecida por boa parte da sociedade (SANTOS, 2016, p. 89).

As unidades operacionais especiais são distinguidas por sua inclinação para o confronto e disposição para serem as “linhas de frente” na guerra contra o crime. Dentro desse contexto, as tropas lotadas em Companhias Especiais Independentes são as que incorporam organicamente em sua estrutura organizativa a noção de “Guerra as Drogas”.

O conceito de “*guerra às drogas*” tem municiado narrativas e práticas militarizadas sobre Segurança Pública nos últimos 30 anos em todo mundo (HOBSSBAWM, 2007). Contemporaneamente o conceito tem larga aceitação na sociedade brasileira, como demonstrou a Anistia Internacional (2015) ao apontar em um dos seus relatórios que no Brasil 43% da população concordam com a afirmação “*bandido bom é bandido morto*”, e outros 32% concordam parcialmente com essa máxima (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Essa lógica funesta também está fortemente entranhada na cultura policial militar de maneira geral e, nas **Companhias Independentes Especiais** com maior intensidade ainda, já que tais unidades são o ponto nevrálgico das políticas públicas de combate a criminalidade baseadas em confrontos letais e cerco militares a territórios tidos como “*habitat*” do inimigo (MIR, 2004; ANISTIAINTERNACIONAL, 2015). Nesses termos, a noção que o assassinato



de “bandidos” é um ato nobre, heróico, ou mesmo uma benfeitoria para sociedade como um todo, é um aspecto cultural-organizativo presente nos sentidos e estruturas narrativas dos policiais lotados nessas unidades (ANISTIAINTERNACIONAL, 2015; COUTINHO JUNIOR, 2014).

### **3.7. Banhos de sangue no Recôncavo Sul: fragmentos de uma guerra racial de alta intensidade**

No presente capítulo inventariamos e analisamos criticamente um conjunto de dados referentes a homicídios praticados por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA no triênio 2015-2018. Dentro desse enquadramento – *Homicídio cometido por arma de fogo* – triangulamos especificamente os assassinatos ocorridos em circunstâncias de execução sumária, decorrente de intervenção policial letal, e corpos “desovados” nas imediações das duas cidades. Para tal empreitada, além das estatísticas disponibilizadas no *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)*, coletamos dados qualitativo-quantitativos a partir de um *Clipping*<sup>129</sup> de notícias de jornalismo online criminal que realizamos no período de três anos.

O arrolamento de notícias referentes a execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira-BA e São Félix-BA no triênio 2015-2018, nos permitiu construir um banco de dados inédito que está além da tabulação dos números de corpos vitimados pela violência letal. Os quadros: 1- Execuções sumárias em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018), 2- Intervenções Policiais Letais em Cachoeira-Ba e São Félix-BA (2015-2018) e Corpos desovados em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018), nos permitiu inventariar e analisar as nuances e dinâmicas necropolíticas (MBEMBE, 2018) em duas cidades históricas Recôncavo Sul.

Tomando como base o banco de dados inédito que erigimos no período de 2015 a 2018, cerca de **oitenta e oito pessoas** (88) foram assassinadas decorrentes de manuseio de armas de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA. São em media duas pessoas vitimadas por arma de fogo a cada mês. Desse montante, **quarenta e oito pessoas** (48) foram executadas

---

<sup>129</sup>**Clipping** é uma expressão da língua inglesa, uma "gíria" da cultura e processo de trabalho jornalístico, que define o processo de selecionar, inventariar e organizar notícias referentes a um tema específico contido nas matérias de jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, geralmente impressos, para

sumariamente, **vinte e cinco pessoas** (25) vitimadas em contextos de operações policiais letais, e **quinze pessoas executadas** (15), e posteriormente desovadas em estradas vicinais, terrenos baldios, matas ou as margens do rio Paraguaçu.

Além dos números de corpos, também triangulamos os contextos, circunstâncias e nuances dos padrões de morbidade por arma de fogo. Como por exemplo: mapeamos a incidência de chacinas, seja em contextos de execução sumária ou em operações policiais letais. Assim como demonstramos em que medida a prática de execuções sumárias tem uma larga tradição no Recôncavo Sul, notadamente, a partir da histórica ação de grupos de extermínio, esquadrões da morte e grupos de matadores na região (COUTO, 2005; FARIAS, 2015).

Constatamos que contemporaneamente o método da execução sumária é largamente empregado em diferenciadas circunstâncias em ambas as cidades; O exemplo de; 1- execuções sumárias efetuadas por Homens pilotando moto, 2- Execuções sumárias que ocorreram em porta de bares, 3- execuções sumárias que ocorreram na porta da casa da vítima ao sair para o trabalho, 5- Tocaias, quando a vítima é interceptada e encurralada durante um trajeto cotidiano, como ir à escola, trabalho ou visitar parentes ou amigos. Além das circunstâncias supracitadas, dois outros contextos são reentrantes nos padrões operacionais das execuções sumárias em Cachoeira-BA e São Félix-BA, grupo de matadores em carro prata-branco e, invasões de casas por homens armados com fins de execução sumária.

Além de aspectos circunstâncias, triangulamos aspectos táticos das práticas de execuções sumárias, que apresentam padrões no que diz respeito o *modus operandi* dos assassinatos, tiros concentrados no crânio e caixa torácica, e nenhum tipo de chance para as vítimas revidarem.

Cabe acentuar que os dados inéditos inventariados por nós, confirmam as afirmações de agências de pesquisas ligadas ao Estado, que tem admitido publicamente em seus incontáveis relatórios que há um alto grau de subnotificação nas estatísticas criminais disponibilizadas pelo *Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde-SIM* – (WAISELFIZ, 2016; IPEA, 2018; IPEA & FBSP 2019). Essa subnotificação ficou evidente à medida que pudemos contrastar os dados do SIM, com os quadros que erigimos a partir da serialização e arrolamento de notícias online de execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira-BA e São Félix-BA no período de três anos (2015-2018).

As mortes decorrentes de intervenção policial são uma constante nas dinâmicas de homicídios cometidos por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA. Além da assiduidade de operações policiais letais nas duas cidades, inclusive com recorrência de

operações que culminaram em chacinas, foi possível triangular quais grupamentos policiais protagonizam com maior afinco ações letais nas duas cidades.

Nesse contexto, pudemos apurar em que medida as **Companhias Independentes Especializadas** tem se destacado no quesito letalidade na ação policial. Esses grupamentos policiais tem ocupado um papel estratégico na territorialização da política de segurança pública do Programa Pacto Pela Vida da Bahia (COUTINHO JUNIOR, 2014). Sobretudo, como um dos dispositivos de segurança nevrálgicos na estruturação e ramificação de um padrão operacional policial militarizado e, invariavelmente letal.

O Programa Pacto Pela Vida tem investido volumosos recursos logísticos-financeiros na militarização da corporação policial baiana (COUTINHO JUNIOR, 2014). Essa estratégia belicista tem colaborado enormemente para o aumento de homicídios decorrentes de ação policial, notadamente, mas não somente em operações coordenadas por *Companhias Independentes Especiais*. Demonstramos por exemplo, como Cachoeira-Ba e São Félix-Ba, e a região do Recôncavo Sul de maneira geral, tem sido um dos laboratórios das políticas de ramificação de batalhões operacionais especiais, que tem sido um dispositivo de segurança estratégico nas operações de repressão qualificada do Programa Pacto Pela Vida. Ao mesmo tempo, revelamos em que medida o discurso de “Guerra as Drogas” tem larga aceitação dentro da corporação policial, inclusive como suporte ideológico no repertório discursivo e programático das Companhias Independentes Especiais.

Nas dinâmicas de violência letal por arma de fogo em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba, o perfil das vítimas segue o padrão de mortandade a nível nacional: Jovem-homem-negro (IPEA & FBSP, 2019). No triênio analisado por exemplo, *houve apenas um caso de homicídio por arma de fogo cometido contra uma jovem-mulher-negra*. Todos os outros homicídios coletados foram de jovens, com faixa etária entre 15 a 30 anos, e invariavelmente jovens - homens negros. Esse perfil de vitimização letal por arma de fogo ao nível municipal, é um fragmento de uma realidade nacional, como demonstra o Atlas da Violência 2019 (IPEA & FBSP, 2019).

O Atlas da Violência (2019) coletou e analisou dados criminais referentes a homicídios no ano 2007 a 2017 no Brasil, e demonstrou que os homicídios são a principal causa morte de jovens negros na faixa etária de 15 a 29 anos (IPEA & FBSP, 2019). São 65 mil assassinatos em 2017, dos quais aproximadamente 40 mil eram pessoas negras, e 35 mil desse montante eram jovens, uma taxa recorde nos últimos 10 anos de 69,9 homicídios a cada 100 mil habitantes (IPEA & FBSP, 2019).

Esse recorde nos índices de violência letal contra jovens negros no Brasil, acontece no mesmo período que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, com uma parte substancial da população envelhecendo, enquanto a juventude é assassinada ano, após ano em progressão apocalíptica. Além de uma tragédia humanitária, esses índices elevadíssimos de violência tem um custo econômico de 1,5% do PIB nacional (IPEA & FBSP, 2019).

As dinâmicas de violência letal no Brasil são marcadas por profundas desigualdades raciais (IPEA & FBSP, 2019). O Atlas da Violência (2019) demonstra que 75% das vítimas de homicídios no Brasil são pessoas negras. No período de 2007 a 2017 a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 33% a nível nacional, ao passo que a taxa de homicídios de não negros, cresceu timidamente 3%. No estado da Bahia as cifras são ainda mais sangrentas, e o ano de 2017 foram 7.487 homicídios, sendo 6.798 das vítimas pessoas negras, 4.522 desse montante eram jovens e, 5.427 mortas por arma de fogo (IPEA & FBSP, 2019).

Esses números perturbadores, em média 140 vítimas de arma de fogo por dia, cinco óbitos a cada hora, faz com que o Brasil acumule anualmente mais óbitos do que territórios que estão em conflitos armados declarados nos últimos vinte anos (WAISELFISZ, 2016). Como aponta o Mapa da violência (2016),

O Brasil consegue a façanha de vitimar, por arma de fogo, mais cidadãos do que muitos conflitos armados contemporâneos, como guerra da Chechênia, a do golfo, as várias intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de libertação de Angola e Moçambique, ou, ainda, uma longa serie de conflitos armados acontecidos já no presente século... Ainda no contexto internacional, analisando os dados correspondentes a 100 países para os quais contamos com informações fidedignas, o Brasil, com uma taxa de 20, 7obitos por armas de fogo por 100 mil habitantes, ocupa o décimo lugar, atrás de países como Honduras, El salvador, Venezuela, Guatemala e Colômbia , com enorme carga de violência (WAISELFIZ, 2016, p.70).

Dentro desse contexto, apesar do Estado negar veementemente que não existe uma guerra contra seus cidadãos – mas sim contra a macro criminalidade – nas últimas duas décadas pesquisadores tem demonstrado como nas democracias multirraciais contemporâneas o Estado tem construído dispositivos de segurança com fins de dar impulso a *guerras de baixa escala* contra grupos específicos de suas populações (AGAMBEM, 2004; MBEMBE, 2014; 2018). De tal modo, que nos últimos vinte anos tem se ramificado globalmente tecnologias/sistemas de segurança pública baseadas na noção de “Estado de Sítio”,

Depois do 11 de Setembro, o mundo entrou num momento muito específico, que pode ser chamado de “estado de sítio”: uma série de garantias jurídicas fundamentais que permitiam assegurar a nossa segurança e a nossa liberdade foi posta em causa, de forma explicita ou indirecta. A excepção tornou-se norma. A detenção de pessoas que supõem tratar-se de inimigos vulgarizou-se, as prisões sem julgamento também, a tortura com o objectivo de extrair à força informações, assassinatos

extrajudiciais e a submissão das populações de todo o mundo a sistemas de vigilância sem contrapontos legais tornaram-se comuns. A consequência de tudo isto resulta numa rebanalização do mundo... (MBEMBE, 2014, p. 3).

Nesse sentido, as *guerras civis de novo tipo* (MIR, 2004) nas democracias multirraciais ocidentais de massa contemporâneas, seriam as expressões de um *Estado Permanente de Sítio* (AGAMBEM, 2004), onde os dispositivos de segurança do Estado são utilizados na eliminação física de populações inteiras (AGAMBEM, 2004; MBEMBE, 2018).

O pesquisador Giorgio Agambem (2004), por exemplo, argumenta que o Estado de Exceção e as *guerras civis de novo tipo* (MIR, 2004) estão se tornando cada vez mais o paradigma hegemônico das tecnologias de governo das democracias de massa ocidentais (AGAMBEM, 2004).

No entanto, essa *Re-balcanização* do mundo ocidental contemporâneo, é precedida historicamente de uma série de processos de balcanização-militarização dos dispositivos de segurança das democracias de massa ocidentais (MIR, 2004; HOBBSAWM, 2007). Como por exemplo, a ramificação na América Latina da **Doutrina de Segurança Nacional**, e anos depois, sua reelaboração a partir a política-filosofia da Tolerância Zero nos EUA, que veio a se tornar o sedimento doutrinal-operacional da chamada “*Guerra as drogas*”.

Desde a década de 1950, que diversos países da América Latina passaram por sucessivos regimes totalitários militares (HOBBSAWN, 1995; 2007). Foi dentro dessa conjuntura que a chamada **Doutrina da Segurança Nacional** foi semeada, ramificada e reproduzida em diferenciados contextos políticos, sobretudo, a partir da influencia política dos EUA no treinamento político-ideológico das academias militares na América Latina (HOBBSAWN, 1995; 2007; MIR, 2004).

A **Doutrina da Segurança Nacional** espalhou-se por toda América latina no contexto da instauração de ditaduras civil-militares a partir da década de 1960. Tal doutrina institucionalizou nos termos da lei a repressão a grandes multidões, torturas, execuções sumárias extrajudiciais e desaparecimentos forçados como *modus operandi* na ação policial-militar. Nesse contexto, práticas policiais seculares na América Latina, foram reeditadas e qualificadas, dando novos contornos às práticas de Terrorismo Estatal,

Existe poucas definições de terrorismo de Estado entre nós. Como é certo que o terror empregado pelo Estado não é algo novo na história brasileira e foi sobreposto nas origens de sua construção. Mas a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional aplicada indiscriminadamente na América Latina a partir da década de 1960 criou formas aterrorizantes de controle e repressão social (MIR, 2004. p. 382).

Com a derrocada dos regimes militares na América latina a *Doutrina Nacional de Segurança* foi reorganizada pelos governos das democracias de massa liberais que assumiram

os postos institucionais do Estado. Especialmente na construção de sistemas de segurança pública que atendessem as novas demandas dentro de um quadro político geral de Estado democrático de direito. Dentro dessa conjuntura de reorganização dos dispositivos de segurança do Estado democrático de direito, que os EUA mundializada e hegemoniza uma doutrina criminal comumente conhecida como “*filosofia da tolerância zero*” que somada à cultura – dispositivos da **Doutrina de Segurança Nacional**, consolida um padrão de Segurança Pública fundamentado em uma polícia ostensiva-repressiva, municiada de armamento de ponta e treinamento especializado em manuseio de armas-veículos militares, em operações de cercos, captura de inimigos e combates urbanos (MIR, 2004; WACQUANT, 2007; 2008).

Willian Brattons é considerado o pai da doutrina criminal da *Tolerância Zero*. Brattons fundamentou sua doutrina a partir de uma noção comumente utilizada na filosofia penal: “*a teoria das janelas quebradas*”. De acordo essa teoria todo criminoso que comete um delito e sai impune, almeja cometer outro crime pela certeza da impunidade, encorajando a outros. Desse modo, aqueles que forem pegos cometendo atos infracionais deveriam ser exemplarmente reprimidos para que não seja encorajada a mesma postura em outros “*cidadãos de bem*”.

A doutrina criminal do teórico Brattons ramificou-se, e tornou-se mundialmente conhecida no mundo, a partir na gestão governamental do ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani<sup>130</sup> que adotou como política de governança da segurança pública a filosofia da tolerância zero (WACQUANT, 2008).

A política de *Tolerância Zero* transformou categorias sociais – como raça/pobreza – em categorias policiais (MIR, 2004; WACQUANT, 2008). De acordo essa doutrina criminal existiria na sociedade um grupo de pessoas, perigosas, irrecuperáveis, suscetíveis a cometer crimes. Esses grupos deveriam ser monitorados constantemente, reprimidos através de incursões policiais letais e quando presos, deveriam ser submetidos a rígidas leis, para que permanecessem encarcerados o máximo possível de tempo (ABU-JAMAL, 2001).

Nesse contexto, políticas de segurança pública como aumento massivo do número de tropas policiais, utilização intensiva de poder de fogo altamente letal, sistemas tecnocratas de controle de multidões e vigilância permanente de “bairros perigosos”, são alguns dos dispositivos da Política de *Tolerância Zero Giuliani*, que foram internacionalizados por toda a

---

<sup>130</sup>Rudolph William Louis Giuliani foi um prefeito de Nova York de 1994 a 2002 e ficou mundialmente conhecido por aplicar a noção de “*tolerância zero*” na segurança pública, encarcerando em um ano mais de 2 milhões de pessoas, sua grande maioria constituído das minorias raciais dos EUA.

América latina, notadamente, a partir da extensa campanha ideológica-militar de “*Guerra as drogas*” (HOBSBAWN, 1995; 2007; MIR, 2004; WACQUANT, 2008).

A doutrina-criminal da *tolerância zero* foi um novo marco na balcanização da gestão governamental planetária dos sistemas de segurança pública e, seus dispositivos de repressão e controle,

A brutalidade chegou até a execução de deficientes mentais, injeções letais em adultos por delitos que tinham cometido quando eram adolescentes, depois de longos processos judiciais cuja função principal, parece ser, nestes casos, a facilitar esse álibi sinistro. O aumento das penas, a limitação drástica da liberdade condicional e da redução de condenações, o trato draconiano dado as reincidências e a aplicação de penas aos adolescentes produziram um aumento espetacular da população carcerária (MIR, 2004 p. 404)

A balcanização do aparato de segurança pública das democracias ocidentais contemporâneas na segunda metade do século XX, é o pano de fundo que substancializada o novo período de re-balcanização do mundo ocidental no século XXI (MIR, 2004). É dentro dessa conjuntura, que o medico e historiador Luís Mir (2004) em sua obra *Guerra Civil – Estado e Trauma*, defende que a ramificação do *Estado de Sitio* (AGAMBEN, 2004) no Brasil, se manifesta a partir de uma *Guerra Civil de novo tipo* (MIR, 2004).

De acordo Mir (2004), no Brasil o Estado admite publicamente sem nenhum tipo de constrangimento que há uma guerra contra a macro criminalidade. No entanto, mesmo diante do saldo de milhares de vítimas civis assassinadas nessa “*guerra contra as drogas*”, o Estado recusa a admitir que ao fim e ao cabo, sendo “*criminosos*” ou cidadãos, são civis que estão sendo vitimados por armas de fogo aos milhares todos os anos o Brasil (MIR, 2004). De acordo Mir,

Guerra Civil? Guerra contra os civis? Guerra Incivil? Não se trata de uma discussão semântica. E muito menos um debate teórico abstrato. É necessário um esforço mais sistemático para definir o tipo de guerra que estamos sofrendo. Um conflito social e étnico como o que vivemos – uma situação de violência generalizada – é, sim uma guerra civil (MIR, 2004, p.156).

A noção de guerra civil tem sido usada corriqueiramente para definir qualquer conflito armado entre um determinado Estado-Nação, e parte da população (MIR, 2004). No entanto, a doutrina militar já definia três estágios para constituição de um contexto de guerra civil; *rebelião, insurgência e beligerância* (MIR, 2004).

A rebelião seria o primeiro estágio que antecederia uma guerra civil, onde ocorreria uma série de protestos públicos violentos, com enfrentamentos esporádicos entre os dispositivos de seguranças do Estado e bandos da população – que podem estar armados ou não (MIR, 2004). O segundo estágio para classificação de uma guerra civil seria um período intermediário, é descrito pelo autor como *insurgência*. Ou seja, o período em que as

manifestações públicas violentas, ou enfrentamentos entre o Estado e bandos tomam proporções nacionais, ao ponto do Estado não conseguir assumir o controle desses distúrbios, mesmo com o emprego de repressão qualificada letal (MIR, 2004). A terceira e última etapa para se classificar um conflito nacional como guerra civil, seria o período de beligerância, quando o Estado reconhece o bando “Insatisfeito” como inimigos formais do Estado-Nação. O estágio de beligerância seria o “*tipo ideal*” de guerra civil (MIR, 2004).

O autor ainda elucida que na teoria militar contemporânea, o conceito de guerra civil foi largueado para incorporar os rearranjos do Estado-Nação – contemporâneo pós 11 de setembro nos EUA (MIR, 2004). Rearranjos esses, nas próprias práticas operacionais de guerra civis, que passam a se manifestar nas democracias ocidentais contemporâneas não tanto pelo caráter de conflito armado declarado entre população insurgente e Estado, mas sim por um conjunto de dispositivos necropolíticos (MBEMBE, 2019), que travestidos de políticas de Segurança Pública, operacionalizam táticas de guerra de baixa escala contra grupos específicos da população (MIR, 2004; MBEMBE, 2019). Conforme Mir (2004),

A nova Guerra civil toma emprestada da contrarrevolução técnicas de desestabilização dirigidas a semear o medo e o ódio... O objetivo estratégico destas guerras é aterrorizar a população mediante diversos métodos, com as chacinas, a criação de áreas urbanas sem lei, a partir de técnicas psicológicas e econômicas de intimidação (MIR, 2004, p.159).

Dentro dessa conjuntura, contemporaneamente as contribuições mais originais do campo da teoria militar tem definido que na atualidade guerras civis, estão para além das descrições e práticas da doutrina militar clássica,

Faz muito tempo que a guerra civil se instalou nas metrópoles, sob a forma de guerras moleculares, no seio das sociedades industrializadas. Sempre começam com uma minoria e sua escala e tempo tomam proporções epidêmicas. A guerra civil contemporânea é decorrente, fundamentalmente, da violência do Estado e da criminalidade (MIR, 2004, p. 157).

E continua o argumento,

A guerra civil tomou uma exterioridade, uma visibilidade na história social do país que a podemos subestimar, mas não suprimir. Cada vez mais universalizada socialmente, o Estado a rotula como o seu conflito com as populações segregadas e os seus enfrentamentos ocasionais com a macro criminalidade como desordem provocada. Rejeita a categorização *guerra civil* como incorrer e politicamente perversa. O que admite, em benefício próprio, é uma guerra da macro criminalidade contra a sociedade civil. Essa precisão conceitual não tem o menor sentido diante das dezenas de milhares de corpos. No Brasil temos uma guerra civil real, mesmo que esse conflito possa apresentar condicionantes peculiares, e cujo pavoroso contexto tende a se complicar cada vez mais (MIR, 2004, p.161).

As guerras civis na contemporaneidade estão instaladas no bojo das dinâmicas de *governança necropolítica* (ALVES, 2016) dos sistemas de segurança pública das democracias



de massa ocidentais (ALVES, 2016; MBEMBE, 2018). Ou seja, dentro do conjunto de discursos e práticas da “*guerra à criminalidade*” ou “*guerra as drogas*”,

Mais que uma guerra generalizada, o que existe é uma completa e destrutiva geografia da violência. O país está sofrendo as consequências de altíssimos graus de violência. É o que se conhece com formas múltiplas de violência. E m poucas ocasiões a retórica do Estado tem reconhecido que o país está em guerra. Mas ele admite, preferencialmente, haver uma guerra da macro criminalidade, notadamente do narcotráfico, contra os civis. A expressão “guerra” não é muito comum no discurso do governo (MIR, 2004, p.158).

E acrescenta em seu argumento,

A inacabável balcanização da população brasileira, dos territórios e da fronteira física interna delineada pelo Estado é responsável pelo atual desenho político e estagio policial-militar da guerra. A geografia econômica e social dessas disputas esta presente em todo o país, e os conflitos metropolitanos tem a forma e a letalidade de uma guerra civil integral. Uma guerra sem qualquer amparo do direito humanitário para as suas vítimas (MIR, 2004, p.78).

Nesse sentido, a *guerra civil* contemporânea no Brasil está travestida ideologicamente de “combate a criminalidade” ou “guerra às drogas” (MIR, 2004). Esse embuste ideológico tem sido o pano de fundo da estratégia de militarização da segurança publica no Brasil, que nos últimos trinta anos tem adotado gradativamente políticas de militarização das corporações policiais. O *exército policial*, orientado por uma *doutrina ideológica-militar*, orienta padrões operacionais letais, que utilizam de tecnologias de repressão e monitoramento populacional, além do uso de alto poder armamentista em áreas densamente povoadas - *notadamente por pessoas não brancas* - Como aponta Luís Mir,

Os treinamentos táticos desses grupos são de técnicas contrarrevolucionarias, guerra de baixa intensidade. O grande fim das novas armas utilizadas no controle de multidões ou repressões urbanas em áreas selecionadas é ampliar o grau de agressão que pode ser administrado por um único agente. Essa escalada militar da polícia é feita com a incorporação de armas exclusivas dos arsenais militares, armas automáticas, rifles, submetralhadoras etc, que aumentaram o poder letal da polícia; com isso um único policial pode matar muitos inimigos ao mesmo tempo (MIR, 2004, p. 409).

No entanto, mesmo com sólidos argumentos, a tese defendida por Luís Mir (2004) não define que tipo particular de *guerra civil de novo tipo* (MIR, 2004) seria essa a brasileira, onde as vítimas civis são desproporcionalmente, jovens-homens-negros com idade entre 15 a 29 anos (IPEA, 2018; IPEA & FBSP 2019). Ou seja, que guerra civil é essa que as vítimas são quase que invariavelmente pertencentes a um grupo geracional, racial e de gênero da população?

A *guerra civil de novo tipo* (MIR, 2004), no Brasil se distinguiria por sua estrutura racial e como tal necropolítica (MBEMBE, 2018). Como alerta Achile Mbembe,

contemporaneamente necropoder-necropolítica são, “as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas” (MBEMBE, 2018, p.71).

Ainda sobre a necropolítica contemporânea Mbembe acrescenta, “mundos de morte, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos vivos” (MBEMBE, 2018, p.71). De acordo o esquema explicativo de Achille Mbembe (2018; 2019), o necropoder contemporâneo se ramificaria por diferentes contextos sócio-raciais-demográficos, a partir da internacionalização de conflitos moleculares no interior das democracias ocidentais multirraciais de massa (MBEMBE, 2018); *Guerras de novo tipo*,

[...] Gostaria tratar agora das guerras contemporâneas. Tais guerras pertencem a um novo momento e dificilmente podem ser entendidas por meio de teorias anteriores de violência contratual ou tipologias como guerra “justa” e “injusta”... Segundo Sygmunt Bauman, guerras da era da globalização não incluem em seus objetivos conquista, aquisição e gerencia de um território. Idealmente, são ataque relâmpago (MBEMBE, 2018, p. 49).

De acordo o argumento de Mbembe (2018), em contextos necropolíticos (MBEMBE, 2018) as práticas e discursos sobre raça, ocupam um papel proeminente na regulação de “vivos”, “mortos” e dos subgrupos populacionais matáveis (MBEMBE, 2018). Nesses termos, a raça distinguiria o grupo populacional que será diretamente atingida pelos dispositivos necropolíticos do *Estado de Sítio* (AGAMBEN, 2004). De acordo Mbembe (2018), as tecnologias necropolíticas espalham-se e enraíza-se contemporaneamente nas democracias multirraciais de massa formando *guerras de novo tipo*, internas, de curto alcance territorial, porém, de alta intensidade,

Aliás, a crescente força do Estado securitário nas atuais circunstâncias é acompanhada de uma reconfiguração do mundo pelas tecnologias e de uma exacerbação de formas de designação racial. Face à transformação da economia da violência no mundo, os regimes democráticos liberais agora se consideram em estado de guerra quase que permanente contra novos inimigos fugidios, moveis e reticulares (MBEMBE, 2018, p. 51).

A raça nesses termos ocupa um papel crucial nas dinâmicas das novas tecnologias de governo, que regulam, disciplinam e destroem corpos racializados em uma economia política fundamentada no massacre (MBEMBE, 2018). A violência estrutural é distribuída em escala planetária nos territórios onde se encontram os “*novos condenados da terra*”,

Nesse caminho, os novos “condenados da terra” são aqueles a quem é recusado o direito de ter direitos, aqueles que se avalia que não devam se mover, os que são condenados a viver em todo tipo de estruturas de reclusão - os campos, os centros de triagem, os milhares de locais de detenção que se espalham por nossos espaços jurídicos e policiais. São os rejeitados, os deportados, os expulsos, os clandestinos e outros “sem documento” – Os “novos condenados da terra” são o resultado de um

trabalho brutal de controle e de seleção, cujos pressupostos raciais são bem conhecidos (MBEMBE, 2018, p. 306).

Contemporaneamente os “*novos condenados da terra*” são os grupos populacionais diretamente atingidos pelas tecnologias necropolíticas fundamentadas na distribuição, regulação e gestão da morte de grupos racializados (MBEMBE, 2018). No Brasil, como tem indicado os dados, a distribuição da morte violenta, notadamente por arma de fogo, é estruturada por critérios raciais-gênero largamente documentados (IPEA & FBSP, 2019).

Em 2017, por exemplo o Atlas da Violência (2019) assinala que foram 49,5 mil pessoas negras assassinadas, o que representa cerca de 75% dos homicídios acontecidos naquele ano (IPEA & FBSP, 2019). Ainda de acordo o Atlas da Violência (2019), no período de 2007 a 2017, a violência letal contra pessoas negras aumentou 33,1 %, ao mesmo tempo, a violência homicida contra não-negros apenas aumentou 3,3%.

Além dos dados supracitados, o Atlas da Violência (2019) aponta que das 65 mil pessoas assassinadas em 2017, 35.783 eram jovens, sendo 94% do sexo masculino (IPEA & FBSP, 2019). Ou seja, no Brasil, “*os novos condenados da terra*” são jovens homens negros atingidos desproporcionalmente por padrões de violência letal.

Raça/cor nesse contexto é dispositivo de segurança, tecnologia de governo e diferenciador entre seres matáveis e não matáveis,

A raça é o que permite identificar e definir grupos populacionais em que função dos riscos diferenciados e mais ou menos aleatórios dos quais cada um deles seria o vetor... A raça, desse ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar de princípio do enraizamento biológico pela espécie. Raça é ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo (MBEMBE, 2018, p. 74-75).

De fato, contemporaneamente não há mais como esconder o caráter necropolítico das políticas de segurança pública no Brasil (AMPARO ALVES, 2010; 2011; 2016). O próprio Estado, seja na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>131</sup>, ou no relatório final da CPI dos assassinatos de jovens negros<sup>132</sup>, já admitiu publicamente o caráter genocida do padrão operacional das forças de segurança do Brasil.

Mas que guerra é essa? No discurso oficial da **Estratégia nacional de Segurança Pública** há uma *guerra contra as drogas*. No entanto, como evidenciamos anteriormente,

<sup>131</sup>Audiência em questão tinha como tema o assassinato em larga escala de jovens negros no Brasil e foi provocada por uma articulação comunitária transnacional encabeçada pela Campanha Reaja ou será morta\o. A organização peticionária defendeu a tese que as altas taxas de violência letal contra comunidade negra no Brasil era uma das manifestações de um processo de Genocídio mais amplo. Ver mais em: <http://www.global.org.br/blog/brasil-reconhece-exterminio-da-juventude-negra-em-audiencia-na-oea/>.

<sup>132</sup> Ver fonte em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra>

pesquisadores tem demonstrado que o conflito em curso se caracteriza como uma *Guerra civil de novo tipo* (MIR, 2004).

No entanto, o argumento de Luís Mir (2014) de que existe um fenômeno de *guerra civil de novo tipo* no Brasil está parcialmente correto, já que fica evidente nos dados disponibilizados pelo próprio Estado, que a *guerra civil de novo tipo no Brasil* (MIR, 2004) atinge desproporcionalmente um grupo racial e de gênero da população brasileira, jovens-homens- negros (IPEA & FBSP, 2019). Dentro desse quadro, a *guerra civil de novo tipo no Brasil* (MIR, 2004) seria melhor descrita se a definirmos como *uma guerra racial de alta intensidade*.

A noção de *Guerra Racial de Alta Intensidade* foi utilizada - inaugurada por mim no ano de 2015, em um ensaio que publiquei no portal A Ponte<sup>133</sup>. Ensaio esse intitulado “*Chacinas, massacres e Terrorismo Racial na Bahia*”, onde assinei com o pseudônimo de Aganju Shakur<sup>134</sup>.

No ensaio argumentei que as políticas de segurança instituídas pelo Programa Pacto Pela Vida da Bahia, a exemplo do pagamento de prêmios de desempenho policial (PDP), da cartilha da tatuagem, e da ramificação de **Companhias Independentes Especializadas** por todo Estado, promoviam um padrão operacional policial belicoso, e altamente letal. Também evidenciei em que media o Programa Pacto Pela Vida da Bahia, difundia em seus veículos de comunicação estatal, ou através da mídia corporativo-privada, o discurso de “*Guerra as Drogas*”, proliferando-disseminando narrativas institucionais que legitimam um padrão operacional bélico de segurança pública.

Por fim, discorri sobre aspectos táticos das operações de “guerra as drogas”, demonstrando como contemporaneamente *as forças policiais são inseridas na Estratégia Nacional de Segurança Pública* como um exército doméstico auxiliar (MIR, 2004), empregado em operações militares moleculares de “guerra a criminalidade”. Além de dados

---

<sup>133</sup>Sobre o Portal A Ponte: <https://ponte.org/contact/autores/>

<sup>134</sup>Durante o ano de 2014 a 2018, redigi um conjunto de ensaios políticos sobre a situação da segurança pública e política racial na Bahia, onde assinei com o pseudônimo de Aganju Shakur. Os textos estão inseridos dentro do contexto de minha participação-colaboração junto a movimentos comunitários e agrupamentos de pessoas pretas que enfrentam as políticas de morte do Programa Pacto Pela Vida da Bahia. Alguns textos que assino como Aganju Shakur:

<https://ponte.org/chacinas-massacres-e-terrorismo-racial-na-bahia/>

<https://jornalapatria.wordpress.com/category/opinioao/outros/aganju-shakur/>

<https://daslutas.wordpress.com/2016/03/23/a-ultima-linha-de-auto-defesa/>

<https://reajanasruas.blogspot.com/2015/02/pai-faz-mae-cria-e-rondesp-da-sumico.html?view=mosaic>

online da SSP-BA, mapas da violência, e análise crítica de jornalismo criminal, utilizei narrativas de militantes de organizações comunitárias que protagonizam enfrentamento as políticas de morte (MBEMBE, 2018) no Estado da Bahia.

Anos mais tarde, em 2017, a noção de *Guerra Racial de Alta Intensidade* foi retomada e acrescida em subsídios analíticos, por um doutorando em Ciências Sociais (IFCH) da Unicamp, Willians Santos, que publicou um ensaio no *Le Monde Diplomatique* intitulado “*Guerra Racial de Alta Letalidade*”<sup>135</sup>. Em seu escrito, o autor cita exaustivamente meus argumentos do ensaio “*Chacinas, massacres e Terrorismo Racial na Bahia*”, para sedimentar sua análise sobre o contexto de “invisibilidade nacional das experiências laboratorial da guerra racial de alta letalidade que ocorria na capital do Espírito Santo” (William Santos, 2017).

De acordo Santos (2017) tal qual na Bahia, o Programa de Segurança Pública do Espírito Santo era baseado em uma estratégia belicista, orientada por uma ideologia de “combate a criminalidade”. Assim como na Bahia, o governo do Espírito Santo investia vultosos recursos no treinamento de tropas especiais, e na compra de armamento de alto calibre, carros blindados, drones e toda uma série de recursos logísticos-armamentistas altamente tecnológicos. O autor também evidencia como no contexto da greve da polícia militar no Estado do Espírito Santo em 2017, o discurso de “crise de segurança”, foi a justificativa ideológica para utilização da Guarda Nacional e do exército na capital e cidades do interior. Tal medida, somadas a histórica atuação de grupos de extermínio no Espírito Santo, levou a Guerra Racial de Alta Letalidade a outro patamar.

Apesar da “*corruptela*” conceitual, ao utilizar o termo “Alta Letalidade” e não “Alta Intensidade”, as análises de Willians Santos foram relevantes para o amadurecimento analítico da noção de *Guerra Racial de Alta Intensidade*. Além de relacionar o padrão organizacional militarizado da Segurança Pública da Bahia e Espírito Santo, Willians Santos (2017) traz relevantes contribuições ao historicizar o gradativo processo de militarização dos dispositivos de segurança e das políticas de governança do Estado brasileiro nos últimos 15 anos,

O uso da Guarda Nacional e do Exército não foi exclusivo do governo do Espírito Santo e da Prefeitura de Vitória. Faz parte de um histórico de ações articuladas desde o governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), com anuência de outros partidos de esquerda e de direita, que estiveram na gestão das

---

<sup>135</sup> Originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique*, o ensaio foi replicado em diversos portais online no Brasil: <https://www.geledes.org.br/guerra-racial-de-alta-letalidade/>

prefeituras e governos estaduais, câmaras municipais, assembleias legislativas, assembleia nacional e secretarias de segurança pública durante os anos petistas, passando pela deposição da presidenta Dilma Rousseff (WILLIAN SANTOS, 2017).

Na administração de Michel Temer (PMDB) o processo de militarização das tecnologias de governo continua a todo vapor,

Na administração de Michel Temer (PMDB) essa mobilização também está ocorrendo, porém, seguindo as tradições escravagistas e militaristas de seu governo, iniciando com o empossamento no Ministério da Defesa de Raul Jungmann (ex-secretário do Ibama e do Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo Fernando Henrique) e a criação do Gabinete de Segurança Institucional sob coordenação do general de exército Sérgio Westphalen Etchegoyen - ex-Chefe do Estado Maior do Exército - (WILLIAN SANTOS, 2017)

O autor também aponta que do período de 2004 a 2017, o Estado brasileiro mobilizou as forças armadas em diferentes contextos, locais ou internacionais. Em todas as circunstâncias há graves denúncias de violações dos direitos humanos e de colaboração operacional das forças armadas, e corporações policiais nas ações de ocupação militar a nível doméstico. Nesse contexto, do período de 2004 a 2017, as forças armadas brasileiras foram utilizadas a nível doméstico e internacional em,

Intervenção militar no Haiti - 2004 a 2017  
 Garantia de Lei e da ordem na Segurança da Copa das Confederações – 2013  
 Garantia de Lei e da ordem na Segurança da Copa do Mundo – 2014  
 Intervenção militar na Favela da Maré – 2015  
 Garantia de Lei e da ordem na Segurança nas Olimpíadas – 2016  
 Intervenção Militar na Grande Recife – 2017 (WILLIAN SANTOS, 2017).

Por fim, Santos (2017), apresenta dados sobre o investimento do Estado brasileiro em estrutura bélica, logística e tecnológica no quesito segurança interna, notadamente no combate ao tráfico de drogas,

Em 2014, o país ocupou a 11ª posição no ranking do Internacional Institute for Strategic Studies para investimento em estrutura bélica, com cerca de US\$ 23,2 bilhões. Na época, o governo federal informou que foram gastos R\$ 74,4 bilhões, metade do valor destinado ao Exército (R\$ 34.334.064.729,38), seguido por Marinha (R\$ 19.436.300.788,32), Aeronáutica (R\$ 18.188.235.556,17) e Ministério da Defesa (R\$ 469.114.890,37). Mesmo em 2016, com US\$ 24,6 bilhões, continua entre os primeiros. A prioridade dos investimentos, conforme a Internacional Institute, é a “manutenção da lei” e a “segurança interna com foco no combate ao tráfico de drogas” (WILLIAN SANTOS, 2017).

As análises de Willians Santos (2017), apesar de algumas lacunas metodológicas, revelaram-me em que medida o processo de militarização da segurança pública a nível estadual, como por exemplo, nos estados da Bahia e Espírito Santo, está inserido dentro de uma estratégia nacional de militarização dos dispositivos de segurança, e das políticas de governança necropolíticas. Nesse contexto, o ensaio “*A guerra Racial de Alta Letalidade*” foi

um instrumental analítico relevante para o amadurecimento da noção que eu havia inaugurado em 2015: *Guerra racial de Alta intensidade*.

Como tem alertado pesquisas nacionais e, internacionais, as *guerras civis de novo tipo* (MIR, 2004) contemporâneas – internas ou externas – são difusas, descentralizadas e no contexto de democracias ocidentais de massa, travestidas de ações policiais de larga escala que “adotam estratégias de guerras convencionais – cerco, assalto com superioridade total, causando o maior número de baixas possível nos inimigos” (MIR, 2004, pag. 135). Como alerta Mbembe (2018), os padrões de policiamento e governança contemporâneos não buscam disciplinar corpos, mas sim, infligir toda sorte de destruição a “*cidadãos de segunda categoria*”,

As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que caracterizou o potestado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado seu extremismo. Tecnologias de destruição tornam-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte (MBEMBE, 2018, p.59).

No Brasil as tecnologias necropolíticas de destruição estatais e para estatais atingem desproporcionalmente jovens-homens-negros (IPEA & FBSP, 2019). Esse padrão de morbidade letal, que a pouco menos de 20 anos era característico de grandes centros urbanos, nos últimos 10 anos tem se ramificado por municípios de pequeno porte em todo território nacional (WASELFISZ, 2016; IPEA & FBSP, 2019). No presente capítulo, analisamos de maneira pormenorizada a evolução de homicídios por arma de fogo nos últimos três anos em duas cidades do Recôncavo Sul – Cachoeira-BA e São Félix-BA.

Nossa pesquisa demonstrou em que medida as duas cidades supracitadas acompanham, e muitas vezes sobrepõem as estatísticas nacionais de homicídios por arma de fogo. Bem como, pudemos construir um banco de dados inédito que dê conta de tabular quantitativamente-qualitativamente os índices de homicídios por arma de fogo, que atingem de sobremaneira os jovens homens negros da região do Recôncavo Sul, assim como triangulamos os métodos utilizados por matadores estatais e paraestatais que atuam livremente em diferenciadas circunstâncias, a exemplo de ações policiais letais, chacinas, massacres, execuções sumárias, desaparecimento forçados e ocultamento de cadáveres.

Os dados estatísticos-criminais disponibilizados do próprio Estado tem demonstrado que o conflito em curso é estruturado por critérios raciais-cor-gênero. Ou seja, dentro de um contexto de internacionalização *da governança necropolítica* (ALVES, 2016) e consequente

hiper-militarização dos dispositivos de segurança e da vida pública, *a guerra civil de novo tipo no Brasil* (MIR, 2004) é fundamentalmente um conflito de ordem racial.

Assim, inserindo nosso trabalho no bojo das novas agendas negras radicais de pesquisa sobre violência letal Estatal no Brasil, compreendemos por **Guerra racial de alta intensidade**, o tipo peculiar de situação de *violência generalizada* (MIR, 2004) que caracteriza os padrões de mortandade no Brasil nos últimos 30 anos.

Os dados inventariados e análises feitas até aqui, delineiam como a morte violenta, acentuadamente os homicídios por arma de fogo, tem sido uma constante na experiência de vida dos jovens homens negros moradores de periferias urbanas no Brasil, inclusive, em cidades de pequeno porte como Cachoeira-Ba e São Félix-Ba. Como aponta a modesta literatura que relaciona violência urbana, brutalidade policial e racismo, o Estado brasileiro, como o país que mais mata negros/as no mundo, tem política de segurança pública alicerçada na eliminação sistemática *de joven-homens-negros* (ALVES, 2010; 2011; 2016, VARGAS, 2017). Ou como relatam alguns pesquisadores, uma política de Genocídio Anti-Negro,

Exploro algumas das manifestações contemporânea mensuráveis e ideológicas do genocídio negro nos Estados Unidos e no Brasil. Isto mostrara que a discriminação antinegros ocorre não somente nas políticas oficiais sistemáticas, mas também nas menos perceptíveis, mas igualmente eficazes representações compartilhadas por não-brancos – especialmente dos negros – que os desumanizam e justificam sua imposta e continuada marginalização maciça e morte prematura. É em relação aos efeitos genocidas do racismo institucionalizado, diário e cultural antinegros que as práticas transnacionais se tornam vitais para a sobrevivência das comunidades afrodiáspóricas e como projetos da organização social que sugerem alternativas ao nosso desumanizante, hierárquico e extremamente injusto mundo (VARGAS, 2010, p. 49).

Como tem demonstrado as novas agendas negras radicais de pesquisa sobre violência letal Estatal contra a população negra no Brasil, a diáspora negra é uma experiência histórica marcada por uma miríade de dispositivos estatais e paraestatais de manutenção e ramificação de práticas de Genocídio Negro (FLAUZINA, 2008; AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; PINHO, 2016; ROCHA, 2016; FERREIRA, 2015; 2016; 2017).

É dentro desse contexto que pesquisador João Costa Vargas<sup>136</sup> tem empreendido um largo trabalho político-intelectual, encabeçando pesquisas acadêmicas de ordem transnacional, que dêem conta de analisar as multifacetadas características do processo de Genocídio que tem atingido a população negra na diáspora. Por um lado, o autor nos mostra como o genocídio negro é uma realidade supranacional experienciada por pessoas negras nas

---

<sup>136</sup>Professor associado do Centro de Estudos Africanos e Afro-americanos, do departamento de Antropologia da Universidade do Texas em Austin. Além de professor, João Vargas tem colaborado ativamente com organizações negras que enfrentam o genocídio negro em diferentes contextos e territórios da Diáspora Negra.



mais variadas partes do mundo. Genocídio esse que não é restrito apenas a manifestações diretas como quadro internacional de superencarceramento e extermínio sistemático de negros/as, mas que diz respeito também as experiências comuns de subjugação racial de negras/os em diferenciados contextos; morte prematura, mortes violentas, doenças facilmente preveníveis, pobreza endêmica, mortes por negligência hospitalar, entre outros (VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017).

Nesses termos, as várias geografias dos Estados Nacionais, se relacionariam entre si a partir de uma permanente *geografia supranacional da morte negra* (VARGAS, 2008; 2010; ALVES, 2010; 2011). Ou seja, fenômenos locais como marginalização social, terrorismo racial, altos índices de mortes violentas e facilmente preveníveis, além do encarceramento em massa, seriam fenômenos sociais compartilhados pela experiência negra no contexto de diáspora. Diante desse contexto, o Genocídio Negro é um fenômeno sócio-racial que deve ser analisado a partir de instrumentais teóricos que dêem conta de compreender o caráter relacional e especificidades dessas realidades supranacionais.

Dentro dessa conjuntura, os números assombrosos de mortes violentas cometidas por arma de fogo nas ruas do Recôncavo Sul são fragmentos de uma realidade nacional de Genocídio Anti-Negro (VARGAS, 20017), descrita pelo Estado como “Guerra as drogas”, e por alguns pesquisadores como Estado de Sítio (AGAMBEM, 2004) ou Guerra Civil de Novo Tipo (MIR, 2004). No entanto, compreendemos que os padrões de *governança necropolítica* (ALVES, 2016) em curso no Brasil são melhor descritos a partir da noção de **Guerra Racial de Alta Intensidade**.

## **CAPÍTULO IV- Sobreviventes na Zona Limítrofe: Percepções Subjetivas de Jovens Homens Negros Acerca de Homicídios por Arma de Fogo no Recôncavo Sul da Bahia**

As ciências sociais consolidaram-se acadêmico-politicamente nos países centrais do globo terrestre como força epistêmica de legitimação da colonização européia contra povos não brancos e vem sofrendo nos últimos cinquenta anos grandes mudanças de ordem teóricas, metodológicas e, sobretudo, políticas (FISCHER, 1985). No entanto, há um processo histórico de desintegração da autoridade etnográfica, a partir da segunda metade do século XX, em que um novo arsenal antropológico, teórico e metodológico vem sendo construído, muitas vezes por sujeitos sociais oriundos dos grupos populacionais que eram tidos em outro momento como primitivos (CESARIE, 1978; SANTOS, 2003; GROSGOUEL, 2012; HALL, 2003; MAZAMA, 2009).

Dentro desse contexto, nas últimas duas décadas no Brasil, uma nova geração de intelectuais-acadêmicos-negros/as, muitos dos quais auproclamados “ativistas”, tem protagonizado uma série de pesquisas críticas sobre aspectos até então negligenciados, invisibilizados, ou mesmo, ridicularizados pelo *mainstream* acadêmico branco. Essa nova “safra” de pesquisadores-negro/as tem revelado em suas pesquisas as estruturas, dispositivos e nuances da engenharia racial do Estado brasileiro, no tocante a sua relação estruturalmente antagônica com pessoas negras em diferenciados contextos históricos, geográficos e políticos (FLAUZINA, 2008; AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; PINHO, 2015; 2016; ROCHA, 2016; OLIVEIRA, 2019; FERREIRA, 2015; 2018; 2019; ARAUJO, 2019; SANTOS, 2019).

Municiados-as de largo material etnográfico, sociológico, historiográfico e, amparados por noções ampliadas de arquivo e documentos, esses/as pesquisadores/as têm fundamentado suas análises em perspectivas metodológicas inovadoras. Essas agências, fundamentalmente negras, vêm empreendendo um largo esforço no descentramento e deslocamento da figura do pesquisador, bem como têm redirecionado a plataforma de pesquisa no Brasil,

Esta nova geração constrói a partir das ideias de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, entre muitos outros críticos brasileiros negros. Embora esses autores emergentes se expressem em inglês e estejam profundamente imersos em várias correntes feministas de negras, eles desenvolvem um conjunto de estratégias analíticas que descentram as perspectivas anglófonas dominantes sobre a diáspora negra e sobre os feminismos negros. Baseando-se em material etnográfico reunido em e sobre as dinâmicas sociais negras brasileiras, que incidem especificamente sobre a saúde reprodutiva das mulheres negras, práticas de jovens negros que reclamam espacialidade urbana, experiências de violência de mães negras, e

representação de negros e da negritude na cultura popular. (VARGAS, 2012 p. 2).

Diante desse quadro, nos últimos sete anos tenho me inserido no bojo dessa geração de Militantes-intelectuais negros/as que não querem ser apenas *destacados e ordeiros buscadores da veracidade* (DUBOIS, 1999). Sobretudo, a partir do contato com a literatura, teoria, princípios metodológicos e aproximação com professores/as e alunos/as de pós-graduação da autointitulada *Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA*<sup>137</sup>.

Dentro do largo lastro de intelectuais negros/as formados/as na Escola de Austin, ou influenciados/as por seu corpus teórico-metodológico, estabeleci um diálogo teórico com três de seus autores: professor João Vargas, professora Luciane Rocha e professor Jaime Amparo Alves. Todos tiveram suas obras revisitadas por mim durante a confecção da presente tese (AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; ROCHA, 2016).

Os autores/as supracitados trazem relevantes contribuições teórico-metodológicas no que diz respeito à abjeção e sujeição de pessoas pretas em contextos de racismo anti-negro, bem como analisam os encontros mortais de jovens negros com os dispositivos necropolíticos, e demonstram em que medida mães negras que tiveram filhos assassinados por agentes do Estado, protagonizam e formulam estratégias comunitárias de enfrentamento e prevenção ao genocídio negro (AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017 ROCHA, 2016).

Há um pano de fundo geral, que sedimenta e relaciona as pesquisas dessa nova geração de intelectuais negros/as, que tem se dedicado a desvendar/revelar as práticas e estruturas do racismo anti-negro no Brasil. Esse pano de fundo são os indicadores econômicos, sociais e raciais que, por exemplo, demonstram que pessoas negras vivem em um mundo totalmente diferente das pessoas não negras, no caso em questão, o mundo não negro é caracterizado por condições plenas e dignas de vida. O mundo negro por outro lado é uma *Zona Limítrofe* de sobrevivência e *perigo de morte constante*, onde pessoas negras são de sobremaneira sujeitadas a mortes violentas, condições de pobreza crônica, encarceramento em massa, desemprego desproporcional, mortes prematuras, doenças facilmente previsíveis e um conjunto vasto desigualdades no acesso à educação, saúde, lazer e condições básicas de sobrevivência.

---

<sup>137</sup> Para saber mais sobre a Escola de Estudos da Diáspora Negra de Austin-EUA, leia; FERREIRA, Fred Igor Santiago. *Sou Sem Terra Sou Negão: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Ano de Obtenção: 2015. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. 2013 – 2015.

Nesse sentido, equipados por extensa base de dados de agências de pesquisa do Estado, os pesquisadores negro/as que têm investigado o Genocídio de pessoas negras no Brasil, têm realizado análises críticas das estatísticas apresentadas pelo Estado, além de formularem bancos de dados próprios que são construídos a partir de reflexões teóricas sobre a posicionalidade racial e de gênero, em contextos de racismo anti-negro.

Vale ressaltar que, tanto os dados gerados pelo Estado, quanto às análises críticas dos pesquisadores negros/as, demonstram que, estatisticamente, o *Jovem Homem Negro* é de longe, a categoria da população mais diretamente atingida pelas necropolíticas estatais/paraestatais do racismo anti-negro no Brasil. Mesmo trabalhos como o da professora Luciane Rocha (2016), que estuda maternidades negras interrompidas pela violência policial letal, têm na categoria *jovem homem negro* a pedra angular de sua investigação, pois sem um corpo preto masculino mutilado/assassinado, não existiriam maternidades negras interrompidas em luta por justiça, verdade e memória de seus filhos abatidos pelo Estado <sup>138</sup>.

Desse modo, tanto as agências governamentais de processamento de dados sobre violência letal, quanto às pesquisas críticas de intelectuais negros/as, compartilham e concordam que estatisticamente jovens homens negros são as vítimas por excelência de mortes violentas notadamente, mas não somente, em contextos de disparos de arma de fogo. Há enormes diferenças nas duas abordagens, sobretudo, tendo em vista que pesquisadores negros/as como Jaime Amparo Alves, Luciane Rocha e João Vargas, que analisam criticamente e qualitativamente os dados do Estado, a partir de reflexões teórico-metodológicas inovadoras. No entanto, em ambos os paradigmas de investigação, os jovens homens negros são estatísticas, mesmo que, no caso das investigações críticas de pesquisadores negros-as, *estatísticas qualificadas*. Ainda assim, estatísticas, números e curvas de nível. Não há agência, ou mesmo escuta, sobre as *narrativas político-subjetivas* de jovens homens negros acerca de suas experiências de (sobre)viver em um cotidiano estruturalmente necropolítico, ou seja, em um contexto que,

As armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos vivos” (MBEMBE, 2018, p.71).

---

<sup>138</sup> Em sua pesquisa a professora Luciane Rocha (2016) tem demonstrado como historicamente na formação social do Brasil, as mulheres negras tiveram um papel estratégico na construção, consolidação e disseminação de dispositivos sociais de enfrentamento a violência racial. O papel de liderança ocupado por mulheres negras em movimentos comunitários tem sido uma constante estratégica no enfrentamento a violência racial protagonizado por agrupamento de negros/as. Nos casos analisados pela autora, todas as mães estão em luta pela memória de seus filhos assassinados; Jovens-homens-negros.

Como demonstrei no capítulo III da presente tese, no Brasil as tecnologias necropolíticas de destruição estatais e paraestatais atingem desproporcionalmente jovens – homens – negros (IPEA & FBSP, 2019). Esse padrão de morbidade letal, que há pouco menos de 20 anos o que era característico de grandes centros urbanos, nos últimos 10 anos tem se ramificado por municípios de pequeno porte em todo território nacional (WAISELFISZ, 2016; IPEA & FBSP, 2019).

Nesse contexto, os números assombrosos de mortes violentas cometidas por arma de fogo nas ruas do Recôncavo Sul baiano são fragmentos de uma realidade nacional de Genocídio Anti-Negro (VARGAS, 2017), descrita pelo Estado como “Guerra às drogas” e por alguns pesquisadores como Estado de Sítio (AGAMBEM, 2004) ou *Guerra Civil de Novo Tipo* (MIR, 2004). No entanto, revelamos que o tipo peculiar de situação de *violência generalizada* que caracteriza os padrões de mortandade na Bahia na última década são melhores descritos a partir da noção de Guerra Racial de Alta Intensidade.

Diante desse quadro, o presente capítulo tem o objetivo de empreender uma análise das percepções subjetivas e políticas de jovens homens negros, que tiveram parentes, amigos ou conhecidos assassinados por arma de fogo, tomando como base de dados etnográficos um conjunto de entrevistas semiestruturadas. Ou seja, se como indica a literatura: “da perspectiva de uma pessoa negra, não se trata de perguntar se ela será brutalizada a esmo, mas quando” (VARGAS, 2017, p. 93), em que medida as *experiências/vivências traumáticas* de jovens negros em territórios eminentemente necropolíticos, afetam suas trajetórias de vida, projeções para o futuro, percepções afetivo-sensoriais e sua própria psique.

#### **4.1. Aspectos teóricos: Masculinidades negras e políticas de gênero em contextos de Morte social**

Os estudos críticos contemporâneos sobre masculinidades têm partido do princípio de que as representações sociais sobre gênero são historicamente construídas, e como tais, dinâmicas (OLIVEIRA, 2016; ARAUJO, 2019). Tal qual a identidade de gênero mulher, o homem não nasce homem; torna-se. Masculinidades nesse contexto, não devem ser vistas como conceitos análogos a categoria homem, já que masculinidades são *processos dinâmicos de poder*, não agrupamentos de pessoas (CONNEL, 1997; 2000). Masculinidades são também *exercícios de privilégios*, desempenhados pela maioria dos homens, dentro de uma estrutura civilizacional patriarcal-sexista (CONNEL, 1997; 2000; 2013).

É preciso advertir que pesquisadoras-militantes feministas brancas têm hegemonizado a retórica e epistemologias dos estudos de gênero nos últimos 50 anos (HUDSON-WEEMS, 2019; OYEWUMI, 2019). A arquitetura teórica dos estudos de gênero teve sua base epistemológica historicamente erguida pela agência político-intelectual de mulheres brancas euro-americanas, filiadas, majoritariamente, às perspectivas teóricas do feminismo (OYEWUMI, 2019).

A intelectual nigeriana Oyronke Oywumi enfatiza que, apesar da inegável contribuição teórica e política do feminismo branco e de suas protagonistas brancas para os estudos e políticas de gênero no mundo ocidental, é necessário questionar os reais interesses, preocupações e a posicionalidade racial das autoras desses estudos,

Hoje estudiosas feministas são as mais importantes circunscrições com foco em gênero e a fonte de conhecimento sobre as mulheres e hierarquias de gênero. Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo, com tarefa política de prescrever soluções. Assim, embora nossa busca por entender não possa ignorar o papel das feministas ocidentais, devemos questionar a identidade sócio-racial, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos. (OYEWUMI, 2019, p. 291)

Oyronke Oywumi desempenha uma profícua crítica à epistemologia feminista branca ocidental, enquadrando a mesma como racista, etnocêntrica e reducionista. A autora aponta que a agenda política de pesquisa da categoria gênero foi, e ainda é enormemente direcionada pelas bases epistêmicas, referenciais civilizacionais, perguntas metodológicas, conceitos, teorias e preocupações culturais de mulheres brancas euro-americanas (OYEWUMI, 2019). Nesse sentido, os estudos e políticas de gênero, hegemonizados pela perspectiva feminista branca, têm demonstrado que demandas referentes à esfera da vida privada de mulheres brancas devem ser tratadas como questões políticas planetárias. (HUDSON-WEEMS, 2019; OYEWUMI, 2019)

Em suas reflexões, Oyronke Oywumi revela que há uma *geopolítica racial do conhecimento* nos estudos de gênero, liderados historicamente por pesquisadoras feministas brancas, que têm utilizado o gênero como conceito para descrever e interpretar universalmente a opressão de mulheres de todo o Mundo (HUDSON-WEEMS, 2019; OYEWUMI, 2019). Nas palavras de Oyronke Oywumi,

Se o gênero predomina tão largamente na vida de mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? por que não alguma outra categoria, como raça por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas? [...] Em que medida uma análise de gênero oculta outras formas de opressão? As situações de quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas? E de que grupos de mulheres em particular? (OYEWUMI, 2019, p. 292)

Cabe retomarmos também o pensamento teórico da pesquisadora negra estadunidense

Cleonora Hudson-Weems, professora de inglês na Universidade do Missouri, conhecida nos fóruns internacionais da teoria de gênero, especialmente, por ter cunhado o conceito filosófico de: *Mulherismo Africana* (HUDSON WEEMS, 2018).

A partir da década de 1980, Cleonora Hudson-Weems começa a publicar uma série de escritos, em que defende a necessidade de construção de uma teoria filosófica que desse conta das especificidades políticas das mulheres pretas-africanas e das múltiplas opressões que pessoas pretas estão sujeitas no sistema mundo branco-ocidental: Racismo, sexísimos e opressões de classe (HUDSON WEEMS, 2018; 2019). Cleonora Hudson-Weems fez forte oposição à política e teoria de gênero do feminismo, que, de acordo a autora, é uma teoria filosófico-política supremacista branca (HUDSON WEEMS, 2018; 2019). A autora também tem se destacado nos fóruns internacionais de política racial e de gênero por denunciar o eurocentrismo presente nas epistemologias acadêmicas ocidentais, bem como, tem evidenciado em que medida a supremacia branca tem alastrado sua influência ideológica em movimentos sociais de minorias, como no contexto da luta antirracista e contra o patriarcado.

A partir da década de 1990, o Mulherismo Africana passa a ter uma ressonância internacional, sobretudo depois da participação da professora Cleonora Hudson-Weems na *I Conferência Internacional de Mulheres da África e da Diáspora Africana*, na Universidade da Nigéria, Nsukka, em 1992 (HUDSON WEEMS, 2018; 2019), onde apresentou as bases epistemológicas do Mulherismo Africana,

Nem uma consequência, nem um suplemento ao feminismo, Mulherismo africana não é feminismo preto, feminismo africano ou o Mulherismo de Alice Walker, que algumas mulheres africanas chegaram a abraçar. Mulherismo africana é uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de ascendência africana. Baseia-se na cultura africana, e, portanto, necessariamente incide sobre as experiências singulares, lutas, necessidades e desejos das mulheres africanas. Tece uma crítica endereçada a dinâmica de conflito entre: as feministas tradicionais, as feministas pretas, as feministas africanas, as mulheristas africanas. A conclusão é que Mulherismo africana e sua agenda são únicas e separadas do feminismo branco e do feminismo preto, e, além disso, a extensão da nomeação em particular, Mulherismo africana difere do feminismo africano. (HUDSON-WEEMS, 2019, p.164)

De acordo Cleonora Hudson-Weems, a teoria feminista sobre gênero é essencialmente branca e supremacista, de modo que o edifício teórico e políticas de gênero, protagonizado por agências feministas brancas, dentro e fora de universidades, são baseadas em princípios epistemológicos fundamentalmente racistas (HUDSON-WEEMS, 2019). De acordo Hudson-Weems, a hegemonia intelectual das mulheres brancas feministas em torno dos estudos de gênero é, também ou, sobretudo, uma *hegemonia racial do conhecimento*,

Embora o feminismo, com uma agenda destinada a atender as necessidades e demandas das mulheres brancas, seja plausível para esse grupo, colocar a história de todas mulheres sob a história das mulheres brancas, conferindo à essas últimas uma

posição definitiva, é problemático. De fato, isso demonstra uma arrogância suprema e uma dominação racista, sugerindo que a única atividade autêntica das mulheres, reside nas mulheres brancas. (HUDSON-WEEMS, 2019, p.164)

Uma das principais críticas de Cleonora Hudson-Weems, a teoria de gênero hegemônica pelo arcabouço epistemológico da supremacia branca, é o fato da teoria de gênero feminista branca ter negado, silenciado e tangenciado o debate em torno das *opressões compartilhadas*, que homens e mulheres de ascendência africana partilham historicamente. Nas palavras da professora Cleonora Hudson-Weems,

As mulheres pretas compartilham, proporcionalmente, mais opressão imposta aos homens pretos pela sociedade do que a opressão imposta às mulheres brancas. Mulheres pretas e mulheres brancas não são as mesmas. Por exemplo, é muito mais fácil a estrutura de poder colocar mulheres pretas contra homens pretos, não por serem homens, mas por serem pretos. Mulheres e homens pretos têm compartilhado e ainda compartilham a opressão racista. Assim temos compartilhado o desenvolvimento de defesas comuns que não podem ser duplicadas na comunidade branca. Esse fenômeno de “opressão racista compartilhada” é dramatizada em *A bem-amada* de Toni Morrison... Ambos foram vítimas de forma similar, utilizados como cavalos de carga e abusados como objetos dos caprichos sexuais de seus opressores. (HUDSON-WEEMS, 2019, p. 167).

Cleonora Hudson-Weems tem revelado no conjunto de sua obra em que medida o arsenal teórico do feminismo branco – e congêneres – faz uma análise precária no tocante à compreensão das políticas de gênero e suas imbricações com raça, classe e políticas coloniais de escravização.

A pesquisadora e professora negra, Nah Dove, filiada teoricamente a corrente epistemológica do Mulherismo Africano, também traz relevantes contribuições para teoria e política de gênero, principalmente em seu artigo: *Mulherismo Africano: uma teoria afrocêntrica* (DOVE, 2018), na qual investiga em *que* medida a teoria e política de gênero, protagonizadas pela agenda dos feminismos branco-ocidentais, têm escamoteado em suas narrativas teóricas as raízes supremacistas brancas do patriarcado, bem como, das opressões de classe dentro do contexto do sistema mundo capitalista (DOVE, 2018).

Nah Dove postula que uma análise coerente sobre políticas de gênero e masculinidades/feminilidades tem que adotar o conceito de *supremacia branca* como um instrumental analítico salutar para a compreensão das dinâmicas e significados em torno de masculinidades negras, feminilidades negras e políticas de gênero, em sociedades capitalistas ocidentais fortemente impactadas pelos itinerários históricos da escravização racial moderna de pessoas negras e do colonialismo. Nah Dove destaca,

A raça branca, reconhecida como a mais poderosa potência militar, essencialmente controla, dirige e administra, por meio da estrutura do capitalismo, os recursos do mundo, incluindo a energia dos povos. No entanto, como uma instituição europeia estruturada para manter os interesses do desenvolvimento ocidental, pode também ser definida como supremacia branca. O uso da análise cultural permite que se trace



a construção social e ideológica das estruturas de raça, gênero e classe até seus antecedentes europeus. (DOVE, 2018, p. 137).

Bell Hooks é outra intelectual negra que tem se destacado em sua larga produção teórica sobre políticas de gênero e masculinidades negras. A autora faz uma crítica tenaz à hegemonia racial das feministas brancas em torno do debate e política de gênero no mundo contemporâneo (Hooks, 1984, 1998; 2000; 2019).

Em seu ensaio: *Feminist Theory: from margin to center* (1984), Bell Hooks argumenta que o feminismo radical branco estadunidense constrói uma narrativa política que revela os privilégios de gênero de homens em uma sociedade ocidental historicamente patriarcal. No entanto a noção de homem, politizada pela teoria feminista branca, é baseada em arquétipos de *masculinidades hegemônicas* (CONNEL, 2001), que são experienciadas e agenciadas, historicamente, por homens brancos, economicamente estáveis e, na maioria das vezes, provedores de um modelo burguês de família nuclear.

Essa concepção *uni racial* e normativa das representações sociais e práticas de masculinidades fez com que durante muito tempo, a teoria de gênero – *hegemonizada pelo pensamento epistemológico do feminismo branco* – não analisasse as nuances de subalternidades, abjeção e racismo estrutural, que compõem as representações sociais em torno das masculinidades negras, por exemplo.

Bell Hooks foi uma das primeiras intelectuais negras a provocar a necessidade do feminismo e suas variações teórico-ideológicas reavaliarem instrumentais conceituais fundantes da teoria de gênero. Para isso, era imperativo que a teoria de gênero feminista se debruçasse sobre as dinâmicas de identidades masculinas que historicamente foram forjadas em contextos de opressão racial, como é a circunstância das masculinidades negras. Bell Hooks, nesse sentido, é uma das autoras negras que formaram as bases epistemológicas para uma análise crítica e multifacetada das masculinidades negras, sobretudo ao atentar para necessidade da teoria de gênero: 1- investigar as representações ideológicas da supremacia branca sobre as masculinidades negras; 2- refletir teoricamente sobre os espaços de socialização e construção das masculinidades juvenis negras; 3- estudar o histórico dos estereótipos raciais sobre homens negros e suas intersecções com racismo, sexíssimo, opressões de classe, sexualidade e geração.

As críticas epistemológicas elaboradas por uma geração de mulheres negras municiou a constante dinamização das teorias de gênero, até mesmo dentro do campo das epistemologias feministas brancas. Pesquisas críticas, como as de Robert. W. Connell e James. W. Messerschmidt (2001) demonstram que masculinidades não são identidades de

gênero estáticas, pelo contrário, são dinâmicas historicamente construídas e localizadas dentro de complexas hierarquias que se conectam e interagem, a partir de múltiplas categorias como: gênero, raça, classe e geração.

Dentro desse quadro, é imprescindível que os estudos sobre masculinidades atentem-se às nuances complexas dos regimes hierárquicos de gênero, para não universalizar as práticas/exercício de poder das *masculinidades hegemônicas*,

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNEL E MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

As masculinidades negras estão bem distantes do exercício pleno da *masculinidade hegemônica*, exercida e propagada historicamente pelos homens brancos. Estudos críticos contemporâneos apontam, por exemplo, que as masculinidades subalternizadas dos homens negros são uma ameaça ao regime de poder racial de homens brancos e mulheres brancas, de modo que, em diferenciados contextos históricos, a supremacia branca construiu dispositivos que objetivavam eliminar os homens negros e suas práticas de masculinidades da face da terra (OLIVEIRA, 2016; DOS SANTOS, 2019). Os homens negros são, neste enquadramento histórico, os inimigos públicos por excelência do poder soberano da civilização ocidental supremacista branca,

Mais que criminosos, os homens negros são considerados inimigos do Estado. A distinção entre criminoso e inimigo, como aponta Paul Khan, tem importantes implicações políticas e teóricas; os inimigos pertencem ao campo do poder soberano. A eles, a morte. (ALVES, 2016, p. 62).

O pesquisador e professor Daniel dos Santos aponta em seu livro: *Como fabricar um Gangsta* (2019) como, em contextos históricos de formações sociais coloniais, a supremacia branca erigiu um poderoso sistema iconográfico de representações raciais sobre as masculinidades dos homens negros, com o objetivo de estereotipar, mitificar e normatizar o corpo e a própria psique mutilada dos homens negros (DOS SANTOS, 2019).

Nesse contexto, se os homens brancos exercem todos os privilégios e benesses de uma masculinidade hegemônica, os homens negros, por outro lado, estão alocados dentro de um prisma de *masculinidades subalternas, ou contra-hegemônicas*, como define Santos,

As masculinidades contra-hegemônicas emergem em situações de marginalização e subalternização e em oposição reativa as masculinidades hegemônicas, estabelecidas através das relações de força e estruturadas pelas hierarquias sociais. São espécies de masculinidades que subvertem e transgridem os padrões imperantes, que são variáveis entre as sociedades e podem ser compreendidas a partir de perspectivas relacionais. Assim, podemos perceber que o signo da raça é o que legitima a

superioridade do homem branco em relação ao homem negro (SANTOS, 2019, p.73).

Contemporaneamente, estudar masculinidades negras, suas dinâmicas e sinuosidades políticas, é um imperativo estratégico, especialmente para as agendas radicais negras, que tem buscado desvendar as dinâmicas internas das multifacetadas *políticas de morte* (MEMBE, 2018), que atingem de sobremaneira a comunidade negra do Brasil contemporâneo,

Estudar masculinidade negra é assunto que deveria interessar a todas as agendas radicais negras por que os homens negros não vivem sua identidade de gênero e não são interpelados como “homens negros” no vácuo, como parecem supor algumas críticas sobre os estudos da masculinidade negra... Uma pergunta que ajuda a situar a masculinidade negra como uma questão pertinente a toda comunidade negra é a seguinte: quais as consequências sociais e políticas das narrativas patológicas da masculinidade negra? Qual o impacto de tais narrativas na produção do medo e na gestão da ordem urbana, o que tais narrativas informam/escondem sobre o gênero negro e sobre as práticas mais amplas de dominação racial no Brasil? (ALVES, 2016, p.62-63)

Nosso estudo se insere no esteio dessas novas agendas radicais de pesquisa em torno das masculinidades negras (ALVES, 2016; OLIVEIRA, 2016; ARAUJO, 2019; SANTOS, 2019). Masculinidades negras entendidas em suas multiplicidades, diferente dos padrões normativos e estáticos, defendidos durante décadas por uma teoria de gênero supremacista branca, que universalizou o *padrão hegemônico de masculinidade* – homem, branco, heterossexual, classe média, cristão e urbanoide – como norma para todos os homens do planeta.

Nesse sentido, minha intenção no presente estudo é dinamizar as análises até então realizadas sobre as dinâmicas e sinuosidades das masculinidades negras na diáspora (GORDON, 1997). Pretendo expor os dilemas subjetivos da experiência masculina negra, em territórios necropolíticos, zonas limítrofes, *a sombra da morte* (AMPARO, 2010). Nossa ênfase será nas percepções subjetivas e político-comunitárias, de jovens homens negros, tomando como arquivo analítico experiências traumáticas em contextos de violência letal.

Desse modo, muito inspirado nos escritos de Edmund T. Gordon, compreendo que é necessária uma análise *política comunitária* das masculinidades negras, sobretudo em um contexto de ramificação das políticas de morte e racismo Antinegro,

É minha ênfase na política da prática masculina negra. Homens Negros não estão passivamente em conformidade com os padrões específicos de comportamento tradicionalmente estabelecidos nem complacentes para adotar o caminho de menor resistência ou de outras formas de adaptação mecânica para estruturas de opressão. Eu tenho tentado chegar a uma interpretação alternativa da prática masculina negra como sendo uma política ativa de acomodação e resistência. Assim, em vez de falar da "Crise" de homens negros como meramente uma crise social, é útil considerar o crescimento da proliferação das práticas "reputação" como uma crise política também. O "problema" de homens negros, geralmente redigidos em termos psicológicos e sociológicos (por exemplo, "hipermasculinidade", "desvio",

“imoralidade”, delinquência, e criminalidade), deve ser pensado em termos políticos (GORDON, 1997, p. 47).

Concordo plenamente com Gordon quando aponta a necessidade de análises políticas em torno das práticas e experiências masculinas negras (GORDON, 1997). Nesse sentido, entendo que uma abordagem política das masculinidades negras deva dar conta de decodificar as experiências de viver e sobreviver de jovens homens negros, dentro de uma sociedade estruturalmente anti-negra. É imprescindível que compreendamos a relação historicamente estrutural entre negritude e morte, tendo em vista que é dentro dos interstícios, ou melhor, dentro dessa *Zona Limítrofe*, entre a vida e a morte, que as masculinidades negras são construídas e dinamizadas.

Franz Fanon (2008), em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, traz relevantes contribuições para decifrarmos a relação estrutural entre a experiência negra na diáspora e a morte. Fanon defende que pessoas negras, são negras exclusivamente em relação às pessoas brancas, de tal modo que a antologia negra é dependente umbilicalmente da ontologia branca. No entanto, a ontologia branca, não depende da presença negra ontológica.

O pesquisador João Vargas, ao resenhar a obra de Fanon, releva as minúcias do argumento da não presença negra,

No campo semântico planetário as pessoas negras ocupam uma posição única e incomunicável por que a escravidão póstuma faz com que elas convivam com a violência estrutural e gratuita continuamente. Trata-se de uma violência estrutural por que, de acordo a perspectiva de Fanon, a pessoa negra está posicionada fora dos âmbitos da sociedade civil e da humanidade. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania (VARGAS, 2017, p. 93).

O negro é o que é pelo olhar do branco e a identidade negra é construída nos interstícios do imaginário racista, composto nos escombros subjetivos do terror colonial: medos irracionais, desejos, paranóias e neuroses de vítimas e algozes. O racismo branco na obra de Fanon tem uma natureza psicopatológica e a violência colonial é uma força essencialmente necropolítica e, como tal, genocida (FANON, 2008; 2013).

Sendo assim, a experiência político-cognitiva da negritude é historicamente alicerçada na violência necropolítica, um *estado permanente de guerra* (FANON, 2013), que posiciona o colonizado em um não-lugar exterior a humanidade ou, a sociedade civil. Colonizado/Negro e colonizador/não negro compartilham o mesmo território, mas em mundos diferentes,

Esse mundo compartimentado, esse mundo cortado em dois é habitado por espécies diferentes. Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico por que é branco, alguém é branco por que é rico (FANON, 2013, p.56).

Contemporaneamente, as reflexões de Fanon foram revisitadas e em certa medida, reelaboradas por pesquisadores negros/as que buscam analisar a não presença, ou a não inclusão, plena de pessoas negras nas democracias multirraciais contemporâneas (HARTMAN, 1997; WILDERSON, 2005; 2010; 2011; VARGAS, 2017). Por exemplo, as poderosas reflexões teóricas do pesquisador negro Frank B. Wilderson III, especialmente, a formulação da noção de *sobrevida da escravidão/escravidão póstuma* (WILDERSON, 2005; 2010; 2011).

De acordo Frank B. Wilderson III, a posicionalidade negra constituiria uma condição de extensão *a escravidão*, ou: *escravidão póstuma* (HARTMAN, 1997; WILDERSON, 2005; 2010; 2011). O conceito de *escravidão póstuma* sugere uma sujeição contínua e estrutural das pessoas negras, ao ponto que independente da extensão progressiva de direitos sociais, políticos, jurídicos e humanos, nas democracias multirraciais contemporâneas, as pessoas negras nunca atingiriam um patamar de cidadania plena, pois, a sujeição das pessoas negras é fundamental para manutenção da própria humanidade das pessoas não negras (HARTMAN, 1997; WILDERSON, 2005; 2010; 2011; VARGAS, 2017).

Dentro do enquadramento do conceito de *escravidão póstuma*, a agência negra é uma *experiência socialmente morta* e a vulnerabilidade da pessoa negra a dispositivos de violência estrutural é um dos definidores de sua condição de permanente escravo.

A noção de *morte social* é oriunda das investigações históricas de Orlando Patterson (2008), em seu livro *Escravidão e Morte social* (2008), no qual realiza uma pesquisa interdisciplinar, onde comparou 66 sociedades que empregaram o regime da escravidão, em diferentes locais do mundo e em épocas históricas diferentes (PATTERSON, 2008). Patterson argumenta que a escravidão não pode ser definida apenas pela noção de propriedade e sim, através do entendimento de que, o que define a condição do escravizado é sua desposseção, alienação total de si mesmo, eliminação da autonomia e dignidade humana. A escravidão é uma tecnologia social de dominação total,

Pretendo mostrar que a escravidão é um domínio altamente simbólico da experiência humana. Embora todos os aspectos da relação sejam simbolizados, ocorre uma profunda ênfase no desenraizamento completo do escravo... No nível cognitivo ou mítico, um tema dominante emerge, atribuindo um significado excepcionalmente carregado ao ato do desenraizamento; este é a morte social do escravo... O escravo é violentamente arrancado do seu meio. Ele é dessocializado e despersonalizado (PATTERSON, 2008, p. 68-69).

A experiência de *morte social* define a condição de *escravidão póstuma*. Nesse sentido, autores, como Saidiya Hartman e Frank B. Wilderson III, afirmam que a violência estrutural gratuita contra pessoas negras, nas democracias multirraciais ocidentais

contemporâneas, faz da *escravidão póstuma* uma condição do tempo presente.

#### 4.2. Aspectos metodológicos: O trauma como arquivo de Guerra.

O Brasil tem se destacado internacionalmente como a nação com maior número de mortes por arma de fogo no mundo, como afirma dados da Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo (JAMA, 2018), publicada pelo instituto de métricas e avaliação em saúde. Dentro desse contexto, nos últimos 30 anos, ocorreu no Brasil a proliferação de um contexto específico de *violência armada generalizada* (HOBSBAWN, 2007; MOURA, 2008) que tem se concentrado em periferias urbanas, onde as vítimas matadas são majoritariamente jovens homens negros.

A Bahia é, nesse sentido, um fragmento de uma realidade nacional, ainda que com suas peculiaridades conjunturais. Como demonstra o Atlas da Violência (2018; 2019), em dez anos foi registrado um aumento de 126,9% no número de mortes ocasionadas por manuseio de arma de fogo na Bahia e no mesmo período, a taxa de homicídio cometido com arma de fogo teve aumento de 107,2%, saltando de 17,2% para 35,7%.

Ainda no quesito morte por arma de fogo, a Bahia tem se destacado por ser o estado que mais vitimiza pessoas negras, notadamente jovens homens negros, como apontou o Mapa da Violência (2016), que revelou que no ano de 2014, por exemplo, 3.999 pessoas Negras foram vitimadas por armas de fogo e, 289 brancas, de tal modo que, para cada pessoa branca morta por arma de fogo, outras 14 pessoas negras foram vitimadas.

Apesar de números alarmantes que refletem uma política de segurança pública calamitosa, no que diz respeito a preservação da vida, o governo da Bahia, através da Secretaria de Segurança Pública, tem rebatido os números apresentados pelos relatórios supracitados. Como aponta matéria do portal G1,

A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) rebate os dados do Atlas da Violência e critica a metodologia empregada. Conforme apontou a pasta, a Bahia registra progressiva diminuição dos índices de mortes violentas. Afirma que, nos cinco primeiros meses deste ano, o índice recuou 12,6%, no estado, em relação ao mesmo período de 2017, o que, conforme o órgão, demonstra o resultado do trabalho integrado das polícias Militar, Civil e Técnica. Ainda segundo a SSP, com os investimentos feitos na contratação de novos policiais, entregas de novas estruturas, uma delas o Centro de Operações e Inteligência, no ano de 2017, comparando com 2016, a Bahia alcançou a redução de 5,2% nas mortes violentas. De 2015 para 2016, em Salvador, os crimes contra a vida caíram 3,1% e, no estado, houve um aumento de 12,4%, aponta a SSP. O secretário Maurício Barbosa lamentou a divulgação do ranking de mortes violentas no Brasil, que, segundo ele, não leva em consideração que os estados nordestinos figuram sempre como mais violentos, pois contam as ocorrências usando uma metodologia mais fiel à realidade.

O secretário disse, ainda, que a pesquisa, quando fala em mortes violentas, coloca no mesmo patamar o assassinato praticado por um criminoso e os casos em que policiais, quando atacados, reagem proporcionalmente em legítima defesa dele e da sociedade (Portal G1 BA, 2018).

No entanto, a despeito da verborragia retórica do secretário de Segurança Pública, os dados, mesmo que subnotificados alocam a Bahia no *Know-how* dos territórios que hospedam as *guerras de novo tipo, ou novíssimas guerras* (MOUTA, 2008).

As chamadas *novíssimas guerras/guerras de novo tipo* emergem dentro do contexto do fim da “guerra fria” e dos rearranjos sociopolíticos e culturais, que ocorreram na sociedade ocidental, a partir da hegemonia da economia neoliberal nas transações comerciais internacionais e do avanço da social democracia burguesa como modelo legítimo de democracia a nível planetário (HOBSBAWN, 2007).

O historiador Eric Hobsbawm, por exemplo, analisou o processo de derrocada das guerras tradicionais, baseadas, sobretudo, no conflito generalizado entre Estados-Nações e o surgimento e consolidação das novas guerras. O autor aponta que a forma típica de guerra no século XX, a guerra entre países soberanos, estava em constante declínio e, no século XXI, entrou quase em desuso.

Em seu livro *Globalização, democracia e terrorismo* (2007), o autor destaca que apesar do desaparecimento gradual de conflitos generalizados entre países, salvo raras exceções, o século XXI começa sua primeira década como o período da história humana onde mais artefatos de guerra ficaram a disposição de agentes privados, de tal modo que a violência letal nunca foi tão presente em formações político-sociais que não estão formalmente em estado de guerra,

Grande parte dessa violência é possibilitada pela extraordinária explosão da oferta e disponibilidade global de armas destrutivas poderosas que estão ao alcance de pessoas e grupos privados. Armas baratas e portáteis, que podem ser manuseadas por qualquer um. Originalmente, isso era uma consequência da Guerra Fria, mas, como esse é um negócio lucrativo, a produção continuou a aumentar... Assim, sabemos que o mundo de hoje está mais cheio de coisas que matam e mutilam do que qualquer outro período da história (HOBSBAWM, 2007, p. 139-140).

Dentro dessa conjuntura global, armas de fogo portáteis são responsáveis por 70% dos homicídios no Brasil, bem como o país alçou a quarta posição no ranking mundial de países exportadores de arma de fogo, de acordo com o relatório *Small Arms Survey* (2015). Ao mesmo tempo, durante o período de 1980 a 2014, foram assassinadas por arma de fogo no Brasil 967.851 mil pessoas, sendo que 80% desse montante foram resultantes de agressões com intencionalidades homicidas (WAISELFISZ, 2016).

O século XXI é o período de consolidação de um novo modelo operacional de guerra,

através da disseminação de práticas de conflitualidade e violência armada, onde formações sociais, que não estão em processos de guerra declarada, convivem em seu interior com níveis de violência letal, que superam em muito os números de mortos em territórios que estão formalmente em guerra. Como propõem alguns autores-as,

Trata-se da disseminação da violência armada a uma escala cada vez mais micro, que tem como cenários privilegiados as periferias de grandes centros urbanos situados em países em paz formal, e que tem como atores (vítimas diretas quer agentes da violência) jovens do sexo masculino, a maioria pertencente a classes sociais marginalizadas. Apesar de sua manifestação de uma escala micro ou local, estas guerras são um fenômeno mundial. A América Latina constitui um dos exemplos mais expressivos deste fenômeno, onde a paz formal e institucional não significou uma diminuição da violência, mas, antes, uma democratização da violência (MOURA, 2008, p. 230).

Ou ainda, como historiciza a teoria militar contemporânea,

Em 1989, William Lind foi um dos autores de um artigo na *Marine Corps Gazette* que previu como seria a próxima geração de guerras. Identificadas como guerras de *quarta geração*, ele previu que elas seriam mais fluidas, descentralizadas e assimétricas do que as guerras do passado. Quando examina-se a explosão na atividade de atores desvinculados do Estado desde o fim da Guerra Fria, o prognóstico de Lind parece correto. Esse tipo de guerra também corresponde ao estilo de guerra não convencional, o que significa que a ascensão desta pode ser vista como uma consequência direta das *guerras de quarta geração*. (KORYBKO, 2018, p. 26).

As *novíssimas guerra/guerras de novo tipo/Guerras de quarta geração* são distinguidas em relação aos modelos tradicionais de conflito armado por sua tipologia distinta, que agrupa grandes concentrações e intensidade de violência armada, em territórios relativamente pequenos dentro da territorialidade de um Estado soberano, que não se encontra formalmente em período de guerra declarada. Esses microterritórios de violência armada extrema são no Brasil os centros urbanos e suas periferias, territórios por excelência de ramificação das *novíssimas guerras/ guerras de novo tipo* (MIR, 2004; MOURA, 2008; FERREIRA, 2019).

A pesquisadora Tatiana Moura traz proeminentes contribuições ao analisar os atores sociais, objetivos e estratégias utilizadas nas *novíssimas guerras* no Brasil, notadamente na cidade do Rio de Janeiro, que possui um dos maiores índices de letalidade por arma de fogo do mundo. A pesquisadora destaca que uma das distinções entre os tradicionais modelos de guerra e as *novíssimas guerras* contemporâneas é o fato de que as guerras de *novo tipo* operam em realidades onde a guerra não é um fato social isolado, ou regulado por tratados internacionais, ou mesmo, declarações formais de conflito. Pelo contrário, as *guerras de novo tipo* estão alocadas em territórios onde as práticas de guerra penetram vários aspectos da vida social, notadamente através de níveis de violência armada letal que “impregna, como realidade cultural, o nosso cotidiano, fazendo com que para muitos e muitas a guerra se



confunda com a paz” (MOURA, 2008, p. 228).

Outra característica das *guerras de novo tipo*, ainda que não uma distinção, mas uma permanência geral nos variados conceitos e práticas de guerra é o caráter extremamente masculinizado do conflito,

Este sistema requer, para se perpetuar, a construção de um determinado tipo de masculinidade (hegemônica, dominante, violenta). Por sua vez, esta masculinidade necessita sempre de masculinidades e feminilidades silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que lhe sirvam de antítese, negação e contraponto. Nesse sentido, podemos afirmar que as manifestações deste sistema não são exclusivas de contextos que vivem um conflito armado declarado ou reconhecido como tal, e que podem ser encontradas em contextos de indefinição, que vivem uma aparente situação de paz formal (MOURA, 2008, p. 228).

Dentro dessa conjuntura, na presente sessão, ambiciono contribuir no campo dos estudos das dinâmicas e sinuosidades das *guerras de novo tipo* no Brasil. Minha intenção é avançar qualitativamente, no sentido de compreender e revelar as percepções subjetivas e políticas de jovens homens negros, que estão estatisticamente no olho do furacão do genocídio anti-negro, que “nega aos membros das comunidades negras na diáspora o direito de sobreviver plenamente como cidadãos ou seres humanos” (VARGAS, 2010, p. 34). Pretendo desse modo, tratar especificamente dos sobreviventes, aqueles que “tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo” (MBEMBE, 2018, p. 62).

Devo destacar que vou centralizar minha análise nas estruturas de sentimentos e percepções subjetivas de sobreviventes traumatizados. Ou seja, jovens homens negros que tiveram familiares, ou mesmo amigos, assassinados por arma de fogo. Estou seguindo o rastro metodológico de um dos autores negros que mais tem influenciado as novas agendas negras radicais de pesquisa sobre violência letal contra a população negra na diáspora: *Frantz Fanon (2013)*.

Achile Mbembe (2018) ao destrinchar a obra de Fanon, conclui que para o autor, a violência estrutural contra o colonizado é um processo fundamentalmente necropolítico e, como tal, invariavelmente genocida (MBEMBE, 2018; 2019). O trauma nesse contexto é um *arquivo* que pode ser acessado através das percepções subjetivas dos sobreviventes, notadamente, a partir da apreensão de uma faculdade inerente aos seres humanos: a linguagem. Como nos instrui Mbembe (2018) ao resenhar a obra de Fanon,

O trauma de guerra, a destruição circundante, a dor e os sofrimentos produzidos de modo geral pela lei bestial do colonialismo fragilizam as capacidades do sujeito ou do paciente para entrarem no mundo da linguagem humana [...] Se a violência propriamente subjetivada durante a guerra de libertação pode se converter em fala, ela é igualmente capaz de chumbar a linguagem e de produzir, para os sobreviventes

dessa guerra, mutismos, obsessões alucinatórias e traumas (MBEMBE, 2018, p. 283).

Meu intento é retomar o método utilizado por Franz Fanon no capítulo “*Guerra Colonial e distúrbios mentais*” (FANON, 2013), de sua obra *Os Condenados da Terra* (2013), onde o autor faz uma análise minuciosa dos efeitos psicossociais da violência estrutural contra o colonizado, sobretudo naqueles que sobreviveram, ou tiveram amigos/parentes mortos violentamente no contexto da guerra de libertação da Argélia,

Abordamos aqui o problema dos distúrbios mentais originados na guerra de libertação nacional travada pelo povo argelino. Talvez se julguem inoportunas e singularmente deslocadas neste livro estas notas de psiquiatria. Mas nada podemos fazer. Não dependeu de nós que, nessa guerra, fenômenos psiquiátricos, distúrbios de comportamento e de pensamento tenham tomado importância entre os atores da “pacificação” ou no seio da população “pacificada” (FANON, 2013, p. 287).

Retomar a obra de Fanon nos municiou metodologicamente, sobretudo, na confecção do questionário de entrevista semiestruturado, que foi fortemente influenciado pelos questionamentos e análises propostas pelo autor no capítulo “*Guerra Colonial e distúrbios mentais*” (FANON, 2013), onde narra sua experiência como médico em um hospital psiquiátrico na Argélia, onde teve oportunidade de conviver com europeus e argelinos que “depois de fatos bem precisos, apresentaram distúrbios mentais de tipo reacional” (FANON, 2013, p. 292).

Os fatos precisos em questão são: sobreviventes ou testemunhas de chacinas, testemunhas oculares de estupros e de assassinatos por arma de fogo, pessoas que sofreram torturas ou tiveram amigos/parentes torturados e, sobretudo, pessoas que tiveram familiares, amigos ou conhecidos assassinados, ou desaparecidos, no contexto da guerra colonial da Argélia. Dentro desse conjunto, Fanon deu maior ênfase às pessoas que não estavam diretamente envolvidas em atividades políticas na luta de libertação, mas que foram atingidas psicossocialmente pelo cotidiano estruturalmente violento-letal (FANON, 2013).

De acordo Fanon, seu interesse não era clínico, mas sim, uma observação minuciosa, uma espécie de *descrição densa* do conflito em curso, que afetava a todos, independente do grau de envolvimento no *front*,

Este relato não é, obviamente, um trabalho científico. Evitamos toda discussão semiológica, nosológica ou terapêutica. Os poucos termos técnicos que usamos aqui servem apenas de referência [...] Ao fazer isso, privilegia-se o acontecimento que desencadeou a doença, embora, aqui e ali, sejam mencionados o papel do terreno e do meio. Parece-nos que, nos casos apresentados aqui, o acontecimento desencadeante é principalmente a atmosfera sangrenta, impiedosa, a generalização de práticas desumanas, a impressão tenaz que as pessoas têm de assistir a um verdadeiro apocalipse (FANON, 2013, p. 289-290).

Sendo assim, no contexto da **guerra racial de alta intensidade em curso na Bahia**, existem vítimas matadas, matadores e sobreviventes, muitos dos quais, vivendo

constantemente na *sombra da morte* (ALVES, 2010), seja pelo risco constante de serem atingidos no fogo cruzado, ou por terem parentes, amigos ou cônjuges que foram atingidos diretamente pelos projéteis de arma de fogo.

No presente capítulo, nos ataremos especificamente a um tipo específico de sobrevivente: jovens homens negros que passaram por experiências traumáticas relacionadas a perdas abruptas e extremamente violentas de parentes, amigos ou entes queridos, pela violência letal por arma de fogo.

### 4.3. Os interlocutores e o contexto político comunitário

Nossos interlocutores<sup>139</sup> são sete jovens homens negros, moradores de periferias urbanas de três cidades do recôncavo sul baiano: Cachoeira-BA, São Félix-BA e Santo Antônio de Jesus-BA. A escolha dos interlocutores foi fundamentada em um contexto cultural comunitário comum a todos, inclusive a mim, que é o fato de serem colaboradores eventuais, ou impulsionadores<sup>140</sup> atuantes no *Cine Clube Comunitário do Povo*, ou como é popularmente conhecido em Cachoeira-BA e cidades circunvizinhas, Cine do Povo<sup>141</sup>.

Desde o ano de 2011, tenho contribuído na articulação de Cineclubes e disseminação da Cultura Hip Hop nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, através de minha participação como co-fundador e educador comunitário no Cine do Povo. Dentro desse contexto comunitário, tenho contribuído notadamente: 1-Na articulação e execução de políticas culturais comunitárias dentro de comunidades urbanas diretamente atingidas pelas políticas de morte; 2- na consolidação de espaços seguros de criação artística e formação política comunitária para jovens negros-as.

O Cine Comunitário do Povo surgiu em 2011 e inicialmente chamava-se “*Cine do*

---

<sup>139</sup> Cabe ressaltar que por questões de segurança os nomes dos interlocutores são todos fictícios.

<sup>140</sup> Os termos apoiadores e impulsionadores fazem parte do lexico político organizativo do Cine do Povo. Por apoiadores enten-de pessoas que executam atividades esporadicas dentro do conjunto de ações comunitarias do cine clube, que pode ser desde a disponibilização gratuita de serviços, doações em dinheiro ou material. Impulsionadores são as pessoas que formulam, planejam e executam as atividades comunitarias do cine clube. Cabe ressaltar, que devido a propria dinamica do Cine do Povo, muitos apoiadores tornan-se impulsionadores e, muitas vezes, impulsionadores, com o decorrer do tempo, tornan-se apoiadores.

<sup>141</sup> O Cineclubes Comunitário do Povo é uma ação comunitaria que tem atuado permanentemente nos ultimos 9 anos nas periferias urbanas de Cachoeira- BA com a realização de ações permanentes de trabalho de base centradas em uma política cultural comnitária, abrangendo instrumentos como o cinema, educação popular, Cultura Hip Hop, entre outros elementos da cultura da juventude negra periférica. Ver mais sobre o Cine do Povo em :

[http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario\\_11.html](http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario_11.html) e <https://pt-br.facebook.com/cinedopovonoviradouro/> ou assistir ao filme “ Cine do Povo uma história de Luta”: [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_327LNTYK0](https://www.youtube.com/watch?v=z_327LNTYK0) .

*Povo no Viradouro*”, uma ação permanente de exhibições de cinema em comunidades periféricas criminalizadas da cidade de Cachoeira-BA. Na época a ação era impulsionada por militantes do Núcleo de Negras e Negros Estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Núcleo Akofena. Para além de exhibir filmes, o objetivo foi construir um processo de trabalho comunitário que instrumentalizasse a comunidade no enfrentamento à brutalidade policial.

Do período de 2011 ao final de 2012, o *Cine do Povo no Viradouro* atuou de forma permanente, intercalando as exhibições de cinema com atividades culturais, de formação e voltadas para cultura Hip Hop. Foi nesse processo, que participei como membro fundador e educador comunitário, que o cine clube passou a ser profundamente (re)conhecido nas comunidades periféricas da cidade de Cachoeira-BA.

Durante o ano de 2013, por uma série de motivos organizacionais internos, o Cine do Povo ficou praticamente inoperante. No entanto no final do ano de 2013 um grupo de moradores do bairro do Viradouro – mães, pais, artistas locais e jovens negros-as que participavam das ações do Cine clube – articularam uma reunião na praça do bairro para discutir a retomada das atividades. Além de membros da comunidade, foram convidados educadores comunitários, lideranças comunitárias e ex-militantes do Núcleo Akofena, que tinham parceria política e afetiva com os moradores do bairro. Dessa reunião, chegou-se às seguintes avaliações e deliberações:

- Evidenciou-se a necessidade de formar a juventude do Bairro para coordenação do Cine do Povo, sobretudo formar essa juventude no que tange aspectos técnicos do cine clubismo e de comunicação comunitária;
- O Cine do Povo passou a se chamar “Cine Comunitário do Povo”, também conhecido como “Cine do Povo”, desligando-se assim da antiga alcunha de “Cine do Povo no Viradouro”. A inclusão do termo “COMUNITÁRIO” tinha também a intenção de, a médio prazo, o Cine do Povo estender-se para outras comunidades de Cachoeira-BA;
- Foram eleitos jovens do bairro do Viradouro para coordenarem e impulsionarem o processo de reorganização do Cine clube e foi estabelecido um Conselho Comunitário Consultivo que ficou incumbido de debater e protagonizar os rumos da ação comunitária.

Durante os nove anos de atuação nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, o Cine do

Povo firmou uma poderosa rede política comunitária, que tem atingido diretamente e indiretamente uma geração de jovens negr@s, crianças, adultos e idosos que tem atuado como colaboradores ou impulsionadores do Cine Clube. E para além um cine clube, o Cine do Povo tem se consolidado como um dos principais agentes sociais disseminadores e propagadores da Cultura Hip Hop na cidade de Cachoeira-BA e regiões circunvizinhas.

O Hip Hop é um Movimento sócio Cultural da diáspora negra que surgiu em meados da década de 1970 nos EUA, mais especificamente, no bairro do Bronx, na cidade de Nova York, a partir da hibridação da cultura sound system jamaicana e inovações tecnológicas no âmbito da música digital estadunidense (NETO, 2019; Conceição, 2019; D Santos, 2019).

Inicialmente, o Hip Hop foi caracterizado por quatro elementos político-sensoriais-estéticos: o Disc Jockey (DJ), Mestre de Cerimônia (MC), dança de rua (break dance) e o Graffiti. No entanto, com o decorrer do desenvolvimento e ampliação da Cultura Hip Hop a nível mundial, contemporaneamente pensadores do próprio Movimento-Cultural Hip Hop desenvolveram teorias nativas, que alargam as definições primordiais. Como nos revela o pesquisador negro Daniel dos Santos (2019), ao expor o pensamento teórico de um dos protagonistas históricos do Hip Hop,

A clássica organização da cultura Hip Hop em basicamente quatro elementos, o graffiti (manifestação plástica e visual), o breakdance (manifestação performática e corporal), o disc jockey- Dj (manifestação musical) e o rap - *rhythm and poetry* (ritmo e poesia ; manifestação poética e verbal), é reconfigurada pela perspectiva do Mc e ativista KRS-ONE e adotada aqui enquanto uma nova teoria sobre a cultura Hip Hop. KRS-ONE redefiniu as manifestações, termos e códigos, que constituem a cultura Hip Hop, em nove amplos elementos, que podem ser variáveis entre as organizações e coletivos que praticam, protegem e preservam a cultura:

- Breaking (estudo e aplicação das formas de dança de rua);
- Mcing (estudo e aplicação da fala rítmica, poesia e/ou discurso);
- Graffit Art (estudo e aplicação da caligrafia de rua, arte e escrita á mão);
- Djing (estudo e aplicação da produção da música rape difusão por rádio);
- Beatboxing (estudo e aplicação da música corporal – bodymusic);
- Conhecimento de Rua (estudo e aplicação da sabedoria ancestrak; historia e cultura negra);
- Linguagem de rua (estudo e aplicação da comunicação de rua);
- Moda de rua (estudo e aplicação de tendências e estilos urbanos O Street Fashion);
- Empreendedorismo de rua (estudo e aplicação do mercado justo – fair trade – e do gerenciamento dos negócios do Hip Hop) - (SANTOS, 2019, p.32).

Essa investigação compreende a Cultura e Movimento Hip Hop através dessa ampla redefinição teorizada pelo Mc, escritor e militante KRS-ONE, sobretudo, tendo em vista a configuração diversa que o Hip Hop e seus múltiplos códigos se expressam historicamente no recôncavo sul da Bahia.

Como demonstra o pesquisador Manoel Alves Araújo Neto (2019), em sua dissertação de mestrado “*Experiências e Educação: percepções acerca da formação intelectual de MC’S negros/as do recôncavo da Bahia*”, o Hip Hop penetra nas periferias da Bahia em meados da

década de 90 do século XX, notadamente na cidade de Salvador (NETO, 2019). No recôncavo sul, o Movimento sócio cultural emerge também no mesmo período e tem como um de seus marcos fundacionais o surgimento do grupo de rap: Pretos Conscientes Atuais – PCA, baseados na cidade de Cachoeira-BA (NETO, 2019).

Contemporaneamente o Hip Hop espalhou-se pelas cidades do recôncavo sul, dentro de um contexto geral de vocalização dada pela indústria cultural mundial, mas, sobretudo, pelo protagonismo de jovens negr@s que impulsionam e propagam seus múltiplos elementos, notadamente, através de produções musicais-audiovisuais independentes disponibilizadas a nível planetário em plataformas de Streamings<sup>142</sup>. Bem como em conjunturas específicas, como é o caso da cidade de Cachoeira-BA, que tem se destacado por ser um polo difusor de trabalhos comunitários impulsionado por Mcs, Break Dancers, DJs, grafiteiros e cine clubistas, que como apontam pesquisas recentes, estão construindo estratégias comunitárias de enfrentamento ao Genocídio negro nas ruas do recôncavo sul da Bahia. Como têm alertado pesquisas recentes,

Nesse sentido as ações do movimento Hip Hop em Cachoeira como o Baile Pelo Certo, o Arte na Comunidade, e o Mutirão de Graffite desdobradas pelo Cine do Povo e pelo Centro Comunitário de Audiovisual Luiz Orlando compostas pelos mais diversos grupos de rap, equipes de break, Dj's, grafiteiros, e colaboradores da região do Recôncavo tem apresentado características que tomam forma de uma expressão político-cultural estratégica de denúncia e manifestação relevante no contexto da presente investigação e diante o silenciamento e extermínio dessas juventudes. Ações essas que, buscam através da criação de espaços político-culturais autônomos denunciar e vocalizar as ações violentas e de extermínio cometidos pelo Estado, além de reverter fundos para viabilizar atividades que englobam o cine clubismo comunitário e a cultura Hip Hop nas comunidades periféricas de Cachoeira. Nesse sentido, as atividades protagonizadas pelo Cine do Povo tem fomentado estratégias incisivas na luta contra a antinegitude e o racismo por intermédio da arte seja pela música, poesia, dança ou artes visuais e ganhará papel central nas discussões do presente trabalho, no momento em que enquanto ação organizativa e comunitária cria organicamente espaços onde a juventude negra tem encontrado a possibilidade de reinterpretar e reconstruir a realidade a qual estão inseridos. (CONCEICAO, 2019, p.6).

E reitera,

Nesse sentido, ao longo desses mais de sete anos de estabelecimento do movimento Hip Hop nesses bairros marginalizados em Cachoeira, o Cine do Povo cumpriu e cumpre o papel crucial de protagonizar as atividades comunitárias que inseriram e tem inserido o Hip Hop no cenário cultural e político da cidade, através de oficinas, mutirões culturais, atividades pedagógicas e apresentações artísticas dos mais diversos artistas que tem envolvimento ou não com a cultura Hip Hop nesses bairros. Nesse sentido, com esse acúmulo de atividades o Cine do Povo gradativamente tem atraindo mais colaboradores e conquistando cada vez mais espaço e respeito dentro dessas comunidades que atua, e que se encontram em

---

<sup>142</sup>Para saber mais sobre as ações comunitarias e, produções fonograficas do Movimento Hip Hop no reconcavo sul ver a material; <https://oganpazan.com.br/dos-bueiros-do-reconcavo-para-o-mundo/>

estado de marginalização histórica. A relação com os moradores desses bairros foi se estreitando e se tornando mais orgânica, facilitando o contato e a identificação entre colaboradores e moradores (CONCEIÇÃO, 2019, p. 51).

Essa breve contextualização é de salutar importância, pois nossos interlocutores estão ligados diretamente ou atingidos culturalmente pelo raio de ação dessa intrincada rede comunitária, que tem interligado cidades como Cachoeira-BA, São Felipe-BA, Cruz das Almas-BA, Feira de Santana-BA e Santo Antônio de Jesus-BA, em uma perspectiva de estratégias subterrâneas de enfrentamento e prevenção, aos altos índices de mortes matadas por arma de fogo na região do recôncavo sul.

Nossos interlocutores estão inseridos nessa intrincada rede comunitária que o Cine do Povo erigiu em seus nove anos de atuação permanente nas periferias urbanas de Cachoeira-BA. No entanto, cabe ressaltar, que nossos interlocutores se inseriram nas ações comunitárias do Cine do Povo em épocas diferentes, sobretudo, diante da própria dinâmica organizativa do Cine do Povo que é fluida, territorialmente nômade, multigeracional e, em alguns aspectos, subterrânea.

Com isso, quero dizer que os interlocutores entraram em contato com as ações do cine clube de diferentes formas, estabelecendo diferenciados vínculos e protagonismo junto ao cine clube. Para fins pedagógicos, esmiuçamos no quadro abaixo o ano em que os interlocutores conheceram o Cine do Povo, assim como, o contexto em que se inseriram como colaboradores ou impulsionadores das ações comunitárias do cine clube,

<b>Interlocutores/ano em que conheceram as ações do Cine do Povo e nível de vinculação</b>	<b>Contexto em que se inseriu nas ações comunitárias do Cine do Povo</b>
<b>Francisco/ Impulsionador Conheceu o Cine do Povo no ano de 2014</b>	Francisco conheceu o Cine do Povo no ano de 2014, a partir das divulgações das ações do cine clube no facebook e pelo comentário dos “parcerus” das periferias urbanas de Cachoeira, onde o cine clube atuava. Em 2015 conheceu um dos membros fundadores do Cine do Povo, um jovem negro da comunidade do Viradouro, que o convidou para participar como DJ de uma das ações comunitárias do cine clube; O Circuito de Cinema e Rima. A partir de 2016 passou a impulsionar/organizar ações comunitárias do Cine do Povo.

<p><b>Danilo/ Impulsionador</b>  <b>Conheceu o Cine do Povo no ano de 2012</b></p>	<p>Conheceu o Cine do Povo em 2012, na época tinha 12 anos de idade e, tomou conhecimento do cine clube através de amigos de uma das comunidades que o Cine do Povo atuava; passou a ir nas sessões de cinema. Em 2015, tem um novo contato com o cine clube na escola que estudava através de uma ação comunitária chamada Cine do Povo nas Escolas. A partir daí passa a frequentar assiduamente as sessões de cine clube, rodas de freestyles e, ações culturais comunitárias protagonizadas pelo Cine do Povo. Em 2017 funda um grupo de rap e passa a organizar ações comunitárias em parceria com o Cine do Povo. Atualmente é um impulsionador/organizador das ações do Cine do Povo no Bairro que mora.</p>
<p><b>Vanilson /Colaborador</b>  <b>Conheceu o Cine do Povo em 2016</b></p>	<p>Vanilson conheceu o Cine do Povo no ano de 2016 em uma das ações comunitárias do cine clube: o Baile Pelo Certo. Desde então tem colaborado junto ao cine clube na construção de mutirões culturais nas periferias urbanas de Cachoeira-BA, centrados em elementos da Cultura Hip Hop e, como músico em edições do Baile Pelo Certo.</p>
<p><b>Caio/ Colaborador</b>  <b>Conheceu o Cine do Povo em 2017</b></p>	<p>Caio conheceu as ações do Cine do Povo no ano de 2017, em uma das edições do Baile Pelo Certo, e, após saber que o evento tinha como objetivo reverter toda a renda para o cine clube, se dispôs a contribuir em outras edições do Baile como músico. No entanto, para além de participar de edições como músico, Caio passou a partir do ano de 2018 a contribuir também como grafiteiro em mutirões culturais centrados em elementos da Cultura Hip Hop.</p>



<p><b>Ruben / Impulsionador</b></p> <p><b>Conheceu o Cine do Povo em 2014</b></p>	<p>Ruben conheceu as ações do Cine do Povo em 2014, quando ainda secundarista, atuava no Núcleo de Estudantes Negr@s Irmandade Sankofa, baseados na cidade de Amargosa. Anos mais tarde, no ano de 2016, passa a morar na cidade de São Felix-BA, depois que passou a cursar Ciências sociais na UFRB. Desde então, tem sido um dos impulsionadores/organizadores das ações comunitárias do cine clube.</p>
<p><b>Miguel / Colaborador</b></p> <p><b>Conheceu o Cine do Povo em 2017</b></p>	<p>Miguel conheceu as ações do Cine do Povo no ano de 2017, através de comentários nas ruas da cidade de Cachoeira-BA e, posteriormente, no ano de 2018, a convite de um de nossos interlocutores, foi convidado a contribuir como DJ em edições do Baile Pelo Certo e mutirões culturais nas periferias urbanas da cidade.</p>
<p><b>Vidal/ Impulsionador</b></p> <p><b>Conheceu o Cine do Povo em 2011</b></p>	<p>Vidal conheceu o Cine do Povo quando o cine clube começou suas atividades operacionais no bairro do Viradouro, no ano de 2011; Na época Vidal tinha 14 anos de idade. Em 2014 Vidal é um dos jovens negros escolhidos pelo pela comunidade do Viradouro para coordenar as atividades comunitárias do Cine do Povo. Desde então tem atuado no cine clube como articulador comunitário e impulsionador de ações culturais comunitárias nas periferias urbanas de Cachoeira-BA.</p>

Tabela 23 Como Interlocutores Conhece o Cine do Povo. Fonte: O Autor.

Além dos diferenciados níveis de vinculação e protagonismo junto às ações comunitárias do Cine do Povo, nossos interlocutores são diversos também em seus itinerários cotidianos e trajetórias de vida. Pudemos apurar minuciosamente essa multiplicidade sociocultural nos depoimentos colhidos a partir do questionário semiestruturado, que nos

permitiu também penetrar dentro dos meandros do dia-a-dia de nossos interlocutores. No quadro abaixo, expus nuances da trajetória de vida de nossos interlocutores,

<b>Interlocutor</b>	<b>Itinerários cotidianos e trajetórias de Vida</b>
<p><b>Francisco</b></p> <p><b>26 anos</b></p> <p><b>negro</b></p> <p><b>Morador de Cachoeira-BA</b></p> <p><b>Ensino superior completo.</b></p>	<p>Francisco, 26 anos, autodeclarado negro, nasceu na cidade de Cachoeira-BA e possui ensino superior completo. Durante muitos anos morou na comunidade periférica do Morumbi, no entanto, em diversos momentos de sua infância e, adolescência, morou em outros bairros, bem como, em alguns momentos morou na cidade de Muritiba.</p> <p>O trânsito entre os bairros da cidade de Cachoeira e a cidade de Muritiba deveu-se ao fato de, em alguns momentos, morar com a mãe e em outros morar com o pai.</p> <p>Desde o ano de 2011, Francisco trabalha com produção cultural, notadamente, com discotecagem e produção musical digital, com ênfase no rap. Atualmente, Francisco mora sozinho, nas imediações da chamada “Rua do Brega”. Francisco é graduado em ciências sociais, ingressou no mestrado há pouco mais de 2 meses e tem trabalhado com produção de festas independentes, além de coordenar dois estúdios de produção musical digital na cidade de Cachoeira-BA.</p>

<p><b>Danilo</b></p> <p><b>20 anos</b></p> <p><b>Negro</b></p> <p><b>Morador de Cachoeira</b></p> <p><b>Ensino médio em andamento</b></p>	<p>Danilo, 20 anos, autodeclarado negro, morador da cidade de Cachoeira-BA, nascido e criado na comunidade da Rua da Feira, onde mora desde sua mais tenra idade. Possui o ensino médio em andamento. Atualmente mora com a Mãe.</p> <p>Danilo é Mc, estudante secundarista, musicista de sopro, através de sua participação nas filarmônicas na cidade de Cachoeira e no projeto “Orquestra de Regue”. Também participa, desde os 15 anos, de um coletivo de Break Dance da cidade de Cachoeira-BA.</p> <p>Além de estudar, Danilo trabalha de forma avulsa, no que chama de “bicos”, pintando casas, auxiliando pedreiros, carregando mercadorias na feira livre da cidade.</p> <p>Além das atividades supracitadas, pelo menos uma vez no mês, impulsiona ações comunitárias culturais na comunidade em que mora: Mutirões de grafite, apresentações de rap e exposições de Cine Clube.</p>
<p><b>Vanilson</b></p> <p><b>24 anos</b></p> <p><b>Morador de Santo Antônio de Jesus-BA</b></p> <p><b>Ensino médio completo</b></p>	<p>Vanilson, 24 anos, autodeclarado negro, morador de Santo Antônio de Jesus, especificamente de uma das comunidades no entorno da Avenida Juraci Magalhães. Atualmente mora com os pais e os dois irmãos.</p> <p>No período de sua infância-adolescência, além de estudar, soltar pipa, jogar futebol, frequentava um grupo de break Dance e andava de cavalo. Desde a adolescência, além de estudar sempre trabalhou ajudando os pais em diversos ofícios: Fazendo caldo de cana, atendendo os clientes do bar dos pais, ajudando o pai em serviços de pedreiro.</p> <p>Vanilson também já trabalhou como garçom e operário em uma metalúrgica.</p> <p>Nos últimos 5 anos tem se dedicado a construir festas independentes centradas na música digital, com ênfase no Rap, Sound System e Funk Carioca. Tais festas são de dois tipos: abertas ao público e festas fechadas onde se cobra ingressos.</p> <p>Além do trabalho com produção cultural musical, nos últimos 3 anos tem se dedicado a produção audiovisual, realizando trabalhos comerciais que vão desde a cobertura de casamentos, festas de 15 anos e festas de largo, a edição de vídeos de artistas do rap local.</p> <p>Há pouco mais de 4 anos, Vanilson tem sido um dos protagonistas que tem articulado, nas periferias urbanas de Santo Antonio de Jesus – BA, uma série de ações culturais comunitárias</p>

	centradas em elementos da Cultura Hip Hop.
<p><b>Caio</b></p> <p><b>24 ANOS</b></p> <p><b>Morador de São Félix-BA</b></p> <p><b>Ensino superior em andamento</b></p>	<p>Caio, 24 anos, autodeclarado negro, nasceu e cresceu na cidade de São Felipe-BA, no entanto, nos últimos 4 anos tem morado em São Félix-BA, na periferia urbana do Varre Estrada. Atualmente, mora com sua companheira.</p> <p>Durante a infância, adolescência e começo da vida adulta, morou na cidade de São Felipe-BA, em diversos bairros periféricos. Além de estudar, desde os 16 anos tem participado de grupos musicais locais de variados gêneros: Pagode baiano, rock, regue, Rap. Também esteve durante alguns anos de sua vida envolvido com atividade varejista de venda de entorpecentes, no entanto, como o mesmo releva “deixou a vida do crime pra traz, o Hip Hop me salvou”.</p> <p>Caio é Mc, grafiteiro, arte educador e atualmente está se graduando no curso de museologia.</p>
<p><b>Ruben</b></p> <p><b>Autodeclarado negro</b></p> <p><b>29 anos</b></p> <p><b>Ensino superior em andamento</b></p>	<p>Ruben, 30 anos, autodeclarado negro, nasceu na cidade de Amargosa-BA e possui ensino superior em andamento. Durante a maior parte de sua vida morou no bairro da Katiara, uma comunidade negra-periférica enormemente criminalizada na cidade. Desde a adolescência, Ruben teve um apetite voraz pela leitura, de modo que, sempre foi conhecido na comunidade que morava por ser um ávido leitor. Ainda secundarista, Ruben teve inserção dentro da cultura universitária a partir de sua participação</p>

	<p>como militante do Núcleo de negr@s estudantes –Irmandade Sankofa. Ruben era o principal agente fomentador e articulador de ações culturais comunitárias protagonizadas pelo Núcleo de estudantes, notadamente, em diversos mutirões culturais centrados na Cultura Hip Hop que impulsionou no bairro, além de ser um dos protagonistas a instalar um cine clube no bairro. Atualmente, Ruben mora sozinho na cidade de São Félix-BA e é um dos impulsionadores do Cine do Povo há pelo menos 4 anos.</p>
<p><b>Miguel</b> <b>Autodeclarado negro</b> <b>20 anos</b> <b>Ensino superior completo</b></p>	<p>Miguel, 20 anos, autodeclarado negro, morador da cidade de Cachoeira-BA. Durante a infância e adolescência morou de forma intercalada nas cidades de Cachoeira e Conceição da Feira. Em ambas cidades, morou em diferenciados bairros periféricos. Atualmente, mora sozinho, no bairro do Morumbi.</p> <p>Depois de concluir o ensino médio e passar no vestibular, Miguel se mudou de maneira definitiva para Cachoeira. Além de estudar, passou a se inserir no contexto de produção musical através de seu trabalho como dj, bem como, é um dos membros fundadores de uma produtora audiovisual independente, que atualmente desenvolve trabalhos comerciais nas cidades do recôncavo sul da Bahia.</p>
<p><b>Vidal</b> <b>Autodeclarado Negro</b> <b>20 anos</b> <b>Ensino médio incompleto</b></p>	<p>Vidal, 20 anos, autodeclarado negro, morador da cidade de Cachoeira-BA. Durante maior parte de sua vida morou no bairro do Viradouro e, nos últimos 3 anos, tem morado na comunidade da Linha Velha.</p> <p>Estudou até o primeiro ano do ensino médio e atualmente faz alguns “bicos”, além de trabalhar com projetos culturais. Vidal é Mc, arte educador e um dos membros fundadores/coordenadores do Cine Comunitário do Povo, desde o ano de 2013.</p>

Tabela 24 Trajetória de vida dos interlocutores. Fonte: O Autor

#### 4.4. Números de guerra: “perdi a conta de quantos parceru perdi nessa desgraça”

Uma das perguntas mais difíceis para os interlocutores responderem, apesar de inicialmente pensar que seria a mais fácil, foi a seguinte questão: “*quantos vizinhos, familiares ou conhecidos, foram assassinados por arma de fogo nos últimos três anos?*”. Foi unânime no relato de todos os interlocutores o fato de nunca terem parado para contar, ou sequer pensar na totalidade dos números de pessoas assassinadas em seu entorno.

Na verdade para todos os interlocutores, foi um momento inédito em suas vidas: *refletir de forma sistemática sobre o contexto de violência letal que estão imersos*. No entanto, cabe destacar que a dificuldade em se lembrar, ou mesmo de nunca terem parado para contar sistematicamente as vítimas de violência letal por arma de fogo no contexto de suas trajetórias de vida, se deu pelo fato dessas mortes se tornarem recorrentes e ocorrerem com certa regularidade no cotidiano dos interlocutores, de modo que fica impossível precisar os números,

Porra nunca parei pra contar. Mas deixa eu pensar... Umas 10 cabeça. Alguns bem próximos, outros não. Nos últimos 3 anos, uns 3 por ano eu acho. (FRANCISCO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em : 05/12/2019 )

Porra desde ontem fiquei castelando pra lembrar. Próximo, entre amigos ou vizinhos que foram alvejados, eu contei uns 12 e que faleceram foi uns 8. Porra perai, ainda tem dois pivete que morreram hoje, foram executados pelo carro prata, maiores onda. Pô quanto mais a gente vai falando dessa parada vai lembrando as onda, tem também 3 pivete tudo de menor que foi executado, nois conheceu eles na rua, na onda do rap, eram ate mais próximos de jhon, que estudava com eles. E foi as Puta que lombrou, foi uma onda de reação a morte de um policial. Me passei de não lembrar dos pivete também. Porra mano tem mais ta ligado, mas não vou lembrar não, se lembrar nos próximo dia vou te falando (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em : 20/10/2019)

Difícil vü. Foram tantos. Nos últimos três anos? Pivete mais de 10. E próximo de mim era umas sete cabeça, sete parceru assim de verdade mermu ta ligado (CAIO, Morador de São Felix-BA, entrevista cedida em : 06/12/2019 )

Porra mano você me pegou grandão ai. Mas ai deve ser na faixa de uns 30. Deixa eu lembrar alguns; Finado Well, finado Pantera, Finado Junior macumba, finado Rafael, teve Pedro, teve lulinha, teve Broa, e... porra, vários manos, sem contar outros e outros que não lembro. Perai que tem mais, tem vários mano. Teve preto, teve bibito... Porra, Deus é mais! é tanta morte que o cara vai lembrando com o tempo, bagui doido (DANILO, morador de Cachoeira-BA, Entrevista cedida em: 11/11/2019 )

Como demonstram os depoimentos supracitados, mortes violentas por arma de fogo é uma realidade intensamente presente nos itinerários cotidianos de jovens homens negros no recôncavo sul baiano. Depoimentos como os de **Vanilson, Caio, Francisco e Danilo**, narram fragmentos de um contexto geral de altas taxas de homicídios, que atingem de sobremaneira um grupo específico da população: jovens-homens-negros. Como demonstram dados estatísticos do próprio Estado.

O atlas da violência (2019), por exemplo, evidencia que a Bahia registrou em números absolutos, a maior quantidade de homicídios do Brasil, notadamente assassinatos cometidos por manuseio de arma de fogo, que têm vitimado majoritariamente um perfil específico da sociedade: jovem negro, entre 15 e 29 anos, do sexo masculino.

De acordo o relatório supracitado, ocorreram 7.487 assassinatos no Estado da Bahia em 2017: 7 mil foram de homens (93% do total), 6.798 de negros (90%) e 4.522 desse montante, tinham entre 15 e 29 anos (60%). Ainda de acordo o atlas da violência (2019), o município de Santo Antônio de Jesus, cidade em que residem dois de nossos interlocutores, está na 10ª posição entre as cidades mais violentas do país, com uma taxa de 69,3% homicídios por ano, média maior do que a da capital que é de 63,5%.

No que diz respeito às realidades de Cachoeira-BA e São Félix-BA, os dados também são alarmantes. Como demonstramos no capítulo III<sup>143</sup> da presente tese, onde inventariamos e analisamos criticamente um conjunto de dados referentes a homicídios praticados por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA, no triênio 2015-2018.

Tomando como base o banco de dados inédito que erigimos no período de 2015 a 2018, cerca de *oitenta e oito pessoas* (88) foram assassinadas, decorrente de manuseio de armas de fogo em Cachoeira-BA e São Felix-BA. São, em média, duas pessoas vitimadas por arma de fogo a cada mês. Desse montante, **quarenta e oito pessoas (48)** foram executadas sumariamente, **vinte e cinco pessoas (25)** vitimadas em contextos de operações policiais letais e **quinze pessoas executadas (15)** e posteriormente desovadas em estradas vicinais, terrenos baldios, matas ou às margens do rio Paraguaçu.

Os dados estatísticos, somados aos depoimentos de nossos interlocutores, demonstram o quão violento e letal tem sido o viver (e morrer) de jovens homens negros, em cidades de médio e pequeno porte no recôncavo sul baiano.

Outro aspecto relevante apontado por nossos interlocutores foi referente às pessoas desaparecidas. Notadamente quando perguntamos se *“Teve algum parente, amigo ou conhecido que desapareceu ou foi sequestrado e nunca mais voltou? Comente sobre o episódio, ressaltando em que medida afetou e afeta psicologicamente sua trajetória de vida.”*,

Pivete nesse período mais recente tem um conhecido ta ligado? Um parceiro chamado Léo, conheci aqui no rolê do rap coisa e tal. Ele desapareceu tem um tempo e aí são várias versão, mas a que o povo mais fala é que os miliciano deram fim no cara e ocultaram o corpo. Ele não era um cara tão próximo, mas porra mano, eu acompanho o drama da família ta ligado? da eterna busca, mesmo sabendo que o

---

<sup>143</sup>O título do capítulo é; Banho de sangue no recôncavo sul: execuções sumárias, corpos desovados e homicídios decorrentes de intervenção policial em Cachoeira e São Felix (2015-2018).

pivete já era. É um bagui adoecedor, triste pra caralho, a angústia da incerteza que dá uma falsa esperança. A mãe do cara fica na onda, na esperança de encontrar, ou de pelo menos enterrar o filho. E tem outros casos na cidade, volta e meia o carro preto passa, leva os parceru e não se vê mais, ou se encontra pedaços que não dá pra reconhecer. Tem também o caso do irmão de Patrick, que os polícia pegou ele numa fita com flagrante, tem testemunha e as porra que viu o cara entrando no carro dos polícia e depois disso não apareceu mais. Mas nois ta ligado que foi bagaçado (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA , entrevista cedida em: 20/10/2019 )

Tipo assim parceru, nois fala desaparecido (faz sinal de aspas com as mãos), mas os pivete foram cortado. Mas peguei a visão no que você quis dizer, por que pra família é pior ainda por que não enterra o morto. Tipo assim, tenho uns três parceru que sumiram (novamente sinal de aspas com as mãos), só que na rua todo mundo sabe da colé, por que os cara são sequestrado na cara dura, até a luz do dia, chega os cara no carro de vidro fumê, tudo encapuzado e impeçado, joga os pivete no porta mala e não se vê mais. Mas geral sabe que foram cortado e, com certeza torturado. Mas vai dizer prus parente que tão morto, é barril, por que pra família sempre há esperança do desaparecido (sinal de aspas com as mãos), aparecer do nada, mesmo depois de anos. (VIDAL, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 17/11/2019 )

Os dados de desaparecidos no Brasil são alarmantes e, tal qual intuem nossos interlocutores, muitos desses desaparecimentos são intimamente ligados a contextos de violência letal.

O relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), revela que no ano de 2017 foram registrados cerca de 82.684 desaparecidos, um aumento substancial em relação ao ano de 2016, que registrou 71.796 casos de pessoas desaparecidas. São cerca de 226 pessoas desaparecidas por dia, e no período de 10 anos cerca de 694.007 pessoas foram dadas como desaparecidas no Brasil (FBSP, 2017).

Os desaparecidos são classificados para fins estatísticos de três formas: 1- Voluntário, aquele/a que saiu do lar devido a desentendimentos familiares; 2- Involuntário, que é um afastamento por um evento sobre o qual não se possui controle, como um desastre natural ou queda de um avião; 3- desaparecimentos forçados, que são sequestros realizados por civis ou agentes do Estado, onde muitas das vezes o sequestro é seguido de tortura e posterior morte, com ocultação de cadáver da vítima.

O Brasil é signatário de uma série de tratados internacionais e convenções que condenam práticas de desaparecimentos forçados, como a convenção internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o Estatuto de Roma, que instituiu um Tribunal Penal Internacional exclusivo para julgar casos de desaparecimentos forçados em contextos democráticos.

No entanto, apesar do país referendar documentos internacionais supracitados, não há



no Brasil uma tipificação criminal para *desaparecimentos forçados*, ainda que, Movimentos sociais comunitários de familiares de desaparecidos forçados tenham denunciado nas últimas três décadas, que esses desaparecimentos estão dentro do contexto de violência letal, muitas das vezes, praticados por agentes do Estado,

Nós requeremos também a Presidência da República e ao Ministério da Justiça os primeiros encaminhamentos para criação de uma Comissão da Memória, Verdade e Justiça para vítimas de agentes do estado durante o período democrático. No Brasil, nos últimos anos, tem morrido assassinadas cerca de 48.00 pessoas anualmente, segundo estudos recentes publicados pela ONU e divulgados pelo próprio Ministério da Justiça. Boa parte dessas mortes e desaparecimentos cometidas por agentes do Estado em pleno cumprimento de suas obrigações, que deveriam garantir o direito à vida e a liberdade de ir e vir em paz de todos cidadãos... Por fim, exigimos também a criação de uma Comissão da Anistia para presos, perseguidos, mortos e desaparecidos políticos por agentes do estado durante o período democrático. A exemplo do que foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, em relação aos familiares e vítimas da ditadura Civil-Militar, é preciso avançar no mesmo sentido quanto aos *Presos, Perseguidos, Mortos e Desaparecidos Políticos da Democracia* (MAESDEMAIO, 2012, p. 323).

#### 4.5. Marcas psicológicas da guerra: *Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT)*.

As poucas pesquisas que se debruçam sobre os múltiplos efeitos psicossociais da violência armada no Brasil, têm demonstrado que o nível de violência letal generalizada das últimas três décadas, tem afetado diretamente uma parte substancial da população, sobretudo, as chamadas *vítimas ocultas* (SOARES 2006), que são as pessoas que perderam parentes, amigos, cônjuges ou vizinhos em contextos de violência letal, notadamente, por arma de fogo,

São vítimas ocultas, invisíveis, as (os) sobreviventes da violência armada que não fazem parte das estatísticas da criminalidade violenta. Considerá-las exemplos indiretos da violência armada tem contribuído para legitimar a sua invisibilização. Estes impactos que decorrem da morte e da perda de entes queridos, que são vividos muitas vezes em silêncio e que são difíceis de nomear, afetam, de forma bem direta, a vida de quem fica e tenta lidar com a perda (MOURA, 2008, p. 250).

Contemporaneamente, os números das *vítimas ocultas* no Brasil aumentaram enormemente, no entanto ainda há poucos estudos sobre tal dimensão da violência letal armada, bem como, há uma total inexistência de políticas públicas que visem reparar ou assistir psicologicamente parentes e amigos que perderam seus familiares por mortes violentas,

É difícil calcular o número de vítimas ocultas. Há parentes e amigos que são muito atingidos pela morte do ente querido; há outros que reagem melhor, havendo, inclusive, os que não são afetados ou quase não o são. Em geral, pais e mães, filhos, cônjuges e irmãos são mais atingidos do que os demais; uma estimativa conservadora nos daria três pessoas muito atingidas e outras tantas afetadas significativamente. Como tivemos cerca de 130 mil mortes violentas em 2002, podemos estimar que, naquele ano, perto de 800 mil pessoas entraram para o rol das vítimas ocultas no Brasil (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006, p. 11).

Gláucio Ary Dillon Soares, Dorian Borges e Dayse Miranda Dorian Borges (2006), demonstraram em seu estudo: *As vítimas Ocultas da Violência Urbana no Rio de Janeiro*, que pessoas que tiveram parentes ou amigos mortos violentamente desenvolvem em variados graus uma *Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT)*. Em sua pesquisa, o autor e autora evidenciam a gravidade dos efeitos psicossociais da violência letal na cidade do Rio de Janeiro, que no ano de 1979 a 2011, teve cerca de 110 mil mortes violentas, gerando dessa forma, de acordo os cálculos dos autores, cerca de 300 a 600 mil vítimas ocultas, que são profundamente marcadas psicologicamente.

O livro é uma de nossas referências metodológicas, ao analisarmos as percepções subjetivas de jovens homens negros que tiveram amigos ou parentes assassinados por arma de fogo. Sobretudo, ao nos municiar instrumentalmente para triangularmos aspectos multifacetados dos efeitos da violência letal no cotidiano de jovens negros, como por exemplo, a presença de sintomas de *Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT)*.

Historicamente, a *Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT)* foi estudada por psicólogos, psiquiatras e antropólogos de guerra, a partir da observação da trajetória de vida de pessoas que viveram diretamente situações de extrema violência e sobreviveram: soldados em guerras, vítimas de estupro, policiais; ou mesmo, grupos de pessoas que passaram por experiências de catástrofes naturais, como furacões, terremotos ou erupções vulcânicas (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006).

No entanto, o conceito foi sendo reelaborado e, sobretudo, disseminado para outras áreas das ciências humanas, dentro de um contexto de mudança das dinâmicas de violência letal a nível planetário, de tal modo que, o conceito de DEPT é contemporaneamente utilizado na análise de experiências traumáticas no contexto das *guerras de novo tipo* (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006; MOURA, 2008).

Gláucio Ary Dillon Soares e Dayse Miranda Dorian Borges (2006) assinalam que a maioria das pessoas que vivem um evento traumático letal, são seriamente afetada, na maneira de pensar, sentir e agir, podendo, em casos extremos, interromper a vida profissional e pessoal. Nesse contexto, a DEPT atinge cada um-a de uma maneira particular, no entanto, os sintomas mais evidenciados são:

1. Memórias recorrentes, intrusivas e debilitantes do acontecimento; inclusive imagens, pensamentos ou percepções;
2. Sonhar e ter pesadelos repetidos com o acontecimento;
3. Intenso mal-estar psicológico ao ser exposto a indicadores do leque de lembranças, internos ou externos, que simbolizam ou parecem com um aspecto do evento traumático;
4. Esforço para evitar pensamentos, sentimentos, sensações e conversas associadas ao trauma;

5. Esforço para evitar atividades, lugares ou pessoas que provocam lembranças deste trauma;
6. Incapacidade em lembrar um ou mais aspectos importantes do trauma;
7. Sensação de isolamento e de afastamento dos demais;
8. Limitação na capacidade afetiva, inclusive com impossibilidade de amar;
9. “encurtamento” do futuro, não sonha, pensa, nem planeja uma carreira, casamento, família, filhos ou uma duração normal da vida.
10. Dificuldades em dormir ou em continuar dormindo;
11. Irritabilidade e explosões de mau humor;
12. Dificuldades na concentração;
13. Hipervigilância (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006, p.13-14).

Uma das perguntas do questionário que mais fez emergir discursivamente os efeitos psicossociais da violência letal nos *interlocutores*, notadamente, sintomas de DEPT foi a questão: “*Comente em que medida o assassinato de amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, tem afetado sua trajetória de vida, do ponto de vista psicológico, afetivo e de suas projeções de vida para o futuro*”. Novamente, foi uma constante os interlocutores acentuarem que nunca haviam conversado de tal tema com alguém, apesar de muitos afirmarem que subjetivamente sempre pensavam consigo mesmo sobre o assunto.

De maneira geral, os interlocutores avaliam que as constantes mortes violentas de amigos, parentes ou vizinhos, têm afetado diretamente suas trajetórias de vida e, sobretudo, projeções para o futuro. Como podemos observar nos depoimentos a seguir,

Pivete esse bagui me afeta de uma forma tão grande tá ligado. Por eu ser próximo de muitas pessoas que já foram mortas a tiros tá ligado. Geralmente mortas pelas polícia ou por treta assim tá ligado. Eu sinto muito medo, medo de me relacionar com as pessoas e rolar uma onda comigo. Você tá ligado que quando nois sai na rua, já sai com medo, aparece um carro lá pam, o cara já fica vendo bicho. Meu medo é de eu sair e acontecer uma onda por besteira, por ser confundido, ou por estar próximo a pessoas que tiveram esse fim e eles querer me arrastar também (CAIO, Morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019)

Porra pode crer pivete. Afeta todo contexto, por que na verdade a gente se guia através disso né pivete. Pensando que a gente vive em um contexto violento e a qualquer segundo, por exemplo, você pode ser vítima dessa violência tá ligado. A gente projeta tudo a partir disso, desse contexto violento. Porra é onda pivete. Se fosse falar em poucas palavras, é tipo assim, me sinto em uma corda bamba. Eu me sinto basicamente assim tá ligado, caminhando em um desfiladeiro, a qualquer hora, se não tiver visão posso cair. (FRANCISCO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 05/12/2019).

Os depoimentos dos interlocutores são bem elucidativos no que consiste dimensionarmos qualitativamente os efeitos psicossociais da violência letal em seus cotidianos e trajetórias de vida. É perceptível no conjunto das narrativas, que os interlocutores intuem que a perda abrupta e rotineira de amigos ou parentes pela violência letal tem implicações nas relações cotidianas, nas projeções para futuro, nas relações interpessoais e subjetividades.

Os relatos dos interlocutores, apesar de partirem de experiências contextuais

particulares, em alguns aspectos têm afinidades nas avaliações que conjecturam, notadamente, ao pontuarem como o nível de violência que estão lidando no cotidiano, tem sido uma experiência cognoscível que orienta o modo de pensar, agir e lidar com as pessoas. Ou seja, os sucessivos casos de entes queridos mortos violentamente, têm afetado em múltiplas formas a psique desses jovens negros, muitos dos quais, se não todos, com sintomas variados de *Desordem de Estresse Pós-Trauma* (DEPT).

Os sintomas de *Desordem de Estresse Pós-Trauma* que apreendi como mais latentes nas narrativas e comportamento cotidiano dos interlocutores são: *Hipervigilância, medo constante de morrer, dificuldade de dormir ou continuar dormindo, limitação da capacidade de interação afetiva e sensação de isolamento, dificuldade de projetar o futuro.*

A hipervigilância é um sentimento e comportamento notadamente presente nos itinerários cognoscíveis dos interlocutores. Baseado em um “*instinto*” de autopreservação e total consciência sobre o “*perigo*” de ser um jovem homem negro, os interlocutores se privam – para fins de preservar suas vidas – de sair nas ruas, ou quando saem estão sempre atentos, sobretudo à aproximação de carros, motos ou de pessoas estranhas. O sentimento de desconfiança sobre o outro é permanente,

O cara tem que tá na visão o tempo todo, em todos os movimentos que tá fazendo. Hoje em dia eu até saio menos de casa., evito de estar em vários lugar pra não ser visto, também evito estar com muita gente, não confio nas pessoas, aquela onda quem não é visto não é lembrado ; nem lombrado (FRANCISCO, morador de Cachoeira-BA , entrevista cedida em:05/12/2019 )

Da onde eu venho se você for branquinho, morar em um bairro mais pam, ou filho de uma pessoa mais pam, você pode dar um rolé de moto, carro ou a pé a qualquer hora. Ninguém vai lhe parar. Agora se eu for dar um rolé fora do meu bairro eu vou ser parado, pelo meu jeito de andar, meu jeito de me vestir, de como eu falo, por causa de minha cor. Quem ta tomando enquadro ou morrendo é os pivete igual a mim tá ligado. Sou do bairro da cidade taxado de perigoso, onde rola crime, rola droga, rola isso aquilo, o pior lugar. Então é sempre isso, por você ser de um lugar pobre, ter uma pele mais escura, você tá com um alvo nas costas tá ligado. As puta mata sorrindo e com requinte de crueldade. Sem amor (CAIO, Morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019).

Outra característica sintomática, nas narrativas e comportamento cotidiano dos interlocutores, é um profundo sentimento de isolamento em relação às pessoas e uma dificuldade de interação afetiva. O sentimento de isolamento se manifesta, sobretudo, motivado por um medo permanente de morrer violentamente, de modo que é preferível se relacionar com pouquíssimas pessoas, já que não se deseja o luto para os pouquíssimos entes queridos. O sentimento e noção de medo é uma das características mais latentes no contexto dos sintomas da *Desordem de Estresse Pós-Trauma* (DEPT),

Essas características moldaram uma sociedade com um grande número de vítimas ocultas, secundárias ou terciárias, de violência grave ou letal, além das vítimas

primárias (sobreviventes e testemunhas da violência). O caráter contínuo gerou um medo crônico na população. (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p. 34).

E concluem o argumento,

atualmente, sentir medo e mudar hábitos são comuns entre os cidadãos brasileiros; e muitas pessoas vitimadas pelo sentimento do medo sofrem de desordem de estresse pós-trauma (DEPT). O medo e os problemas psicológicos causados pela violência se transformaram em problemas de saúde pública e o poder público, em todos os níveis – federal, estadual e municipal – deve se posicionar face aos determinantes desse estresse e trauma (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p.13-14).

A dificuldade de se relacionar com as pessoas também se soma a pouca capacidade de interação afetiva, que se manifesta no cotidiano de diferenciadas maneiras, mas que tem na sensação de medo, a principal motivação. O maior temor é morrer de maneira violenta por motivos banais,

Por isso que eu também não me relaciono com as pessoas tá ligado, sou um cara muito fechado, isso me deixou assim. Por que tipo assim, desde pivete eu venho presenciando várias onda agravante. Essa parada me bloqueia pra varias coisa, que deixo de fazer várias fita, com receio de morrer assim por besteira (CAIO, Morador de São Félix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019).

Projetar, ou mesmo planejar o futuro torna-se um exercício criativo difícil nesse contexto. Não que os interlocutores não possuam metas ou planos de vida, no entanto, o medo da morte prematura faz com que as projeções de futuro sejam imediatistas. Ficou evidenciado nas falas dos interlocutores, certo sentimento de “descrença” em relação ao futuro, já que compreendem que, mesmo superando adversidades econômico-sociais, a possibilidade de morrerem violentamente é uma constante,

É foda porque afeta completamente a gente, sobretudo, no que diz respeito a projeções para o futuro. É onda, porque a gente nunca ta livre de morrer de uma forma dessa. A gente quebra uma estatística, com eu por exemplo, o primeiro de minha família a entrar em uma universidade, fazer um curso de alto prestígio, ganhar prêmios etc, etc. Mas, ao mesmo tempo, posso a qualquer momento aparecer morto, crivado de bala. Então fica difícil fazer projeções pro futuro, porque é tudo muito imediato, tou vivo agora, mas amanhã pode aparecer uma noticia que eu, ou você, ou até os dois, foram mortos a tiro (MIGUEL, Morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 27/10/2019).

Se projetar o futuro é uma tarefa difícil diante do contexto de alta letalidade contra jovens homens negros, cogitar a possibilidade de morrer violentamente, por outro lado, é um pensamento permanente nos itinerários de nossos interlocutores. Quando perguntei: “*O que aconteceria com sua família se você morresse violentamente por arma de fogo*“, fui surpreendido com respostas convictas, projeções minuciosas sobre um cenário em que fossem mortos violentamente, como se já tivessem refletido diversas vezes sobre o assunto,

Porra ia ser onda doida pivete. Primeiro emocionalmente, psicologicamente e financeiramente também. Por que tipo assim a família tem que ter uma tinta pra fazer o velório, aí já ia dar esse preju, além do preju da perda. Meus pais iam ficar

naquela onda, minha mãe já ia entrar em uma depressão tá ligado, ia ser maior onda. Essa parada aí afeta de todos os lados a família. É que nem quando o cara tá cumprindo a pena, a família tipo tá lá cumprindo a pena com o cara. Então quando o cara é assassinado tragicamente de forma violenta uma parte da família é assassinada também. Maiores onda (FRANCISCO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 05/12/2019).

Porra pivete seria devastador, que nem foi com meus primos pra nois. Pelas relações dentro de casa, tem uma onda de esperança, eu médio as ideia tá ligado? busquei conversar, falar com a galera, sou uma peça chave na família em vários sentido. Então seria destruidor pros meus pais, pra nossa família de forma geral. E também pro corre que nois faz, você tá ligado. As parada que protagonizo, tou ali fazendo conexões, puxando um bonde na maioria das vezes na linha de frente com outras pessoas, fazendo as parada acontecer. É até uma reflexão que tenho que fazer, deixar as paradas mais explicita, por que se rolar uma dessa, uma onda dessa, nois num tá livre, você tá ligado? Tamo na pista mesmo, então temos que pensar, pras paradas ter continuidade. Seria frustrante não só pra minha família, mas pra um bonde que cola com nois nas ações. Seria destruidor mano, ia travar várias possibilidade da produção da minha vida, talvez no momento mais produtivo de minha vida (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em: 20/10/2019).

Nossa é foda pensar nisso, dá até medo. Uma pergunta dessa eu lembro de uma situação, a muitos anos atrás, eu tava doente e era bem novo, lembro que já tava uns dois a três dias de cama e um dia vi minha mãe desesperada chorando. Cheguei nela pra perguntar o que era e ela disse que tinha medo que eu morresse, além disso me disse uma frase que já é clássica entre as mães “o filho tá preparado pra perder a mãe, mas a mãe nunca tá preparada pra perder o filho”. Então lembrando disso, eu penso que se fosse assassinado o psicológico de minha mãe ficaria destruído. Acredito também que meus amigos próximos iam ficar abaladíssimos, além da galera que cola comigo nos projetos que construo. E isso também afetaria materialmente minha família, por que estou trabalhando pra dar uma melhora pra meus familiares (MIGUEL, Morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 27/10/2019)

Ao relatarem os desdobramentos de suas hipotéticas mortes, os interlocutores revelam os meandros dos impactos psicossociais da morte abrupta de um jovem homem negro em um contexto familiar e comunitário. Nesse sentido, os depoimentos supracitados evidenciam minúcias dos dilemas econômicos e dramas psíquico-sociais, que emergem nas sociabilidades comunitárias negras, a partir da morte violenta de jovens homens negros. Como por exemplo, impactos econômicos, pois muito desses jovens colaboram ativamente na renda da família, além de exercerem papéis estratégicos como lideranças comunitárias, seja dentro de seus núcleos familiares, ou na comunidade em que moram,

As mortes violentas podem, também, causar sérios problemas financeiros e econômicos para os familiares, particularmente, se o falecido for um dos que mais aportam para o orçamento familiar. Os gastos com a burocracia, remoção, enterro e rituais afetam os orçamentos das pessoas pobres e são frequentes causas de rixas internas na família. A reestruturação familiar se faz, também, necessária para substituir a renda do falecido, e esta mudança traz consigo uma nova ordem dos papéis familiares; filhos e filhas mais velhos que estudavam podem ser solicitados a abandonar os estudos para trabalhar, sendo que alguns não se ajustam rapidamente a um padrão de vida muito mais baixo (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p. 43).

Outro ponto a se destacar na narrativa dos interlocutores é o fato de intuïrem que suas mortes prematuras também afetariam enormemente a saúde mental de seu núcleo familiar, sobretudo, na figura de seus pais, avós e parentes de primeiro grau. Como narra Vanilson, a nos contar sobre processos de adoecimento mental crônico de seus familiares, dentro de um contexto de mortes violentas prematuras de parentes,

Depois de rick teve outro primo meu que não se entrava em nada, tava em uma situação na feira, foi apaziguar uma briga e foi alvejado. E foi foda, o pivete tinha acabado de ter um filho, nem chegou a ver o filho grande. E porra, a morte dele ocasionou uma doença sinistra em minha tia, depressão mesmo né veio, melancolia, várias desgraça. Depois de alguns anos ela faleceu de tanto sofrer, não tava bem nem pra trocar ideia. E tia Isabel era uma pessoa forte e de correria, com a morte do filho, ficando nessa condição, afetou geral, por que ela era tipo um exemplo de guerreira pra todo mundo. Muito triste essa porra (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em: 20/10/2019).

A avaliação feita pelos interlocutores evidencia outro efeito psicológico da *Desordem de Estresse Pós-Trauma* (DEPT), que é a noção de co-morbidade,

A co-morbidade é a presença simultânea de outros problemas ou desordens psicológicas e/ou psiquiátricas. A depressão, por exemplo, é uma doença mental de direito próprio, além de acompanhar várias outras. Como algumas co-morbidades apresentam sintomas semelhantes e têm consequências também semelhantes, há problemas tanto no diagnóstico da DEPT quanto na avaliação dos seus efeitos. A co-morbidade é comum: Brady, em 1997, sugeriu que até 80% dos pacientes de DEPT também poderiam ser diagnosticadas com outra desordem psiquiátrica, particularmente as depressões. Essa é a mesma percentagem mencionada por Scher que, em carta, afirma que o National Comorbidity Survey permitiu concluir que quatro em cada cinco pacientes com DEPT apresentam co-morbidade com, pelo menos, uma outra desordem psiquiátrica. Confirma que o tratamento produz melhoria significativa, mas que, evidentemente, o diagnóstico tem que ser correto, o que é dificultado pela co-morbidade (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p.31).

Também procurei saber pormenores dos efeitos sensoriais da violência letal em meus interlocutores, instigando-os através da pergunta: “*Você sonha ou tem pesadelos com regularidade com algum amigo, ente querido ou cônjuge, que foi assassinado-a por arma de fogo? Conte em detalhes o sonho mais marcante ou que se repita com regularidade*”. Dos sete jovens entrevistados, apenas um declarou que não tinha pesadelos recorrentes que envolvam violência letal. Os que afirmaram sonhar, narraram pesadelos que pedagogicamente vamos dividir em quatro eixos narrativos:

#### 1- **Pesadelo em que é assassinado a tiros:**

Porra toda vez é assim; os cara chega de brucutu na cara, em um carro preto, e me bagaçam todo. Bagui feião, vários tiro na desgraça da cara. Mas já tou acostumado, que quando acordo já não fico em pânico (VIDAL, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 17/11/2019).

## 2- Pesadelo em que é perseguido:

É tipo uma desgraça que vem atrás de mim. Num sei o que é, nem quem é, só saio correndo tipo vendo bicho, por que se a desgraça me pega vai me matar. Porra maior onda, num sei se deu pra entender (DANILO, Morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 11/11/2019).

## 3- Pesadelo em que vê entes queridos que foram assassinados:

Nois ta de quebrada trocando ideia. Aí no sonho percebo que ele já morreu. Da uma vontade de ficar no sonho, como se meu parceiro tivesse vivo. Mas aí eu acordo. Pra mim isso é pesadelo, por que bate uma tristeza da porra quando acordo e percebo que meu parceiro ta é morto (CAIO, Morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019).

## 4- Pesadelos repetitivos e insônia:

Tenho pesadelos com amigos e familiares que foram mortos. Tipo vejo eles sendo morto, como se eu tivesse vendo a fita toda, mas não posso fazer nada. E tenho sonhos comigo também sendo morto a tiros; esses são os piores. Isso praticamente chega a ser de duas a três vezes na semana. E isso não me deixa bem. Fico com dor de cabeça, irritado, depois que acordo desses pesadelos não consigo dormir direito. Mas ai amanhece né cero? E o cara tem que ir pra pista ganhar o ganha o pão. Acho que esse sono que perco me mata aos poucos. Sei lá, maiores onda (RUBEN, morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 30/09/2019).

Os padrões de sono das vítimas ocultas da violência armada no Brasil são profundamente afetados pelo trauma da perda abrupta de um ente querido (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006). Além da dificuldade de dormir, muitas vezes as vítimas ocultas desenvolvem insônia, dores de cabeça crônicas e pesadelos repetitivos (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006).

Esse quadro de disfunções emocionais-sensoriais no sono afeta também aspectos físicos das *vítimas ocultas*, inclusive sua qualidade e expectativa de vida, como apontam as pesquisas que têm relacionado à quantidade/qualidade de horas de sono e aspectos múltiplos da saúde física-mental para o ser humano,

A duração e a qualidade do sono são fatores fundamentais para a qualidade da vida e para saúde física e mental. Há um século os americanos dormiam, em média, nove horas por noite ao passo que, hoje, dormem menos de sete horas. Essa redução foi constatada em outros países industrializados. Não obstante, estamos começando a descobrir a seriedade das consequências do sono insuficiente e de baixa qualidade. Bryce A. Mander, em 2001, apresentou dados de pesquisa-piloto na qual verificava a relação entre a qualidade do sono e a diabetes. Comparando dois grupos, um que dormia mais de 7, 5 horas por noite e outro que dormia menos de 6,5. Mander (2001) verificou que a falta de sono pode diminuir a sensibilidade à insulina. Eve Van Cauter, pesquisadora do Departamento de Medicina da Universidade de Chicago, tem ampla produção sobre as relações entre a qualidade do sono e a



duração, por um lado, e disfunções metabólicas, do outro, particularmente as relacionadas com o hormônio do crescimento e os problemas relacionados com a insulina e a glucose. Sua formação em biofísica da Universidade Livre de Bruxelas possibilita um elo que os médicos usualmente não conseguem estabelecer. Seus trabalhos deixam poucas dúvidas a respeito da importância da duração e da qualidade do sono para a saúde física e mental (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p. 77- 78).

Nesse sentido, pudemos apurar em que medida os jovens homens negros, que tiveram amigos ou parentes assassinados por arma de fogo, apresentam em diferentes níveis sintomas de DEPT, muitas das vezes, afetando diferentes dimensões da trajetória de vida desses jovens.

#### **4.6. O Carro Prata: métodos subterrâneos de extrema violência**

O “*Carro Prata*”, ou “*carro do corte*” e até mesmo, “*carro do suco*”, são gírias cotidianamente utilizadas por jovens homens negros das periferias urbanas da Bahia, para classificar um dos *métodos de violência extrema* (FERREIRA, 2019) utilizados por grupos de extermínio na prática da execução sumária.

Apesar de variadas denominações, como vigilantes, grupos de extermínio, esquadrões da morte, agrupamento de matadores ou justiceiros, na América Latina como um todo, existe uma gama diversa de agrupamentos de cidadãos que utilizam o manuseio de armas de fogo para infringir a violência letal não-autorizada contra grupos específicos da população. (MANITZAS, 1991; CHEVIGNY, 1991; MINAYO, 1994; CAMPBELL, 2000; HUGGINS, 2006; TEIXEIRA BAHIA, 2015; FLORES, 2017; FERREIRA, 2019).

Na última década, os estudos sobre as dinâmicas de atuação de grupos de extermínio no Brasil têm desenvolvido extenso conteúdo teórico, que tem se debruçado sobre os impactos psicossociais provocados pelos homicídios nas comunidades diretamente atingidas pelas operações dos agrupamentos de matadores (TEIXEIRA BAHIA, 2015; FLORES, 2017; FERREIRA, 2019). Bem como, análises que buscam compreender a dinamização da cultura/indústria da morte e suas imbricações com a omissão ou ação direta de agentes do Estado, no contexto de execuções sumárias, como aponta Teixeira Bahia,

A participação de agentes de Estado, notadamente policiais, em grupos de extermínio, aponta para a existência de um caldo cultural, uma institucionalização da morte e uma aceitação da utilização deste recurso, ainda que não direcionado, exclusivamente a bandidos. A formação de uma cultura da morte pode ser a chave para o entendimento da relação atualmente existente entre a ação dos grupos de extermínio e a tolerância do Estado, analisados sob a perspectiva da permanente utilização da violência não autorizada dentro do Estado Democrático de Direito (TEIXEIRA BAHIA, 2015, p.10).

De acordo o autor supracitado, a Bahia destacaria-se historicamente como território de atuação de grupos de extermínio (TEIXEIRA BAHIA, 2015). Em 1970, quando o procurador de justiça de São Paulo – Hélio Pereira Bicudo – foi designado para chefiar uma investigação criminal contra um esquadrão da morte coordenado por policiais civis e militares, anos antes, já havia sido noticiado o fenômeno na Bahia (TEIXEIRA BAHIA, 2015).

Anos mais tarde, a Bahia entra em destaque no contexto das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do extermínio no nordeste, sobretudo, pela alta incidência de grupos de extermínio na capital baiana e municípios do interior, como por exemplo, a cidade de Santo Antônio de Jesus (COUTO, 2005; TEIXEIRA BAHIA, 2015).

Dentro desse contexto, Teixeira Bahia (2015), através de sua leitura-análise minuciosa do documento final da CPI do extermínio no Nordeste, nos traz importantes contribuições para compreendermos historicamente as dinâmicas e métodos empregados nas práticas de execuções sumárias protagonizadas por grupos de extermínio nas cidades do recôncavo sul baiano,

Mais próximo da capital baiana, no município de Santo Antônio de Jesus, a promotora Ana Rita Cerqueira Nascimento, também em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, relatou haver notícias de envolvimento de membros da polícia militar e também da polícia civil na prática de crimes, geralmente assassinatos, principalmente contra indivíduos com histórico policial, ou seja, que respondiam na justiça a ações penais ou que já houvessem sido condenados. Expôs o relato da promotora que naquela localidade a ação do grupo se dava geralmente através do sequestro de pessoas, geralmente por agentes policiais, em um carro sem placa e com vidros escuros. As vítimas dos sequestros, em regra, não mais eram vistas. A dinâmica, à época de 2002, da prática do extermínio na cidade de Santo Antônio de Jesus, segundo relato da promotora, contava com a deficiência na atuação do delegado da cidade e com a inércia da Secretaria de Segurança Pública, órgãos que, deliberadamente ou não, facilitavam as referidas práticas, através de investigações deficientes ou até mesmo inexistentes. Esta característica foi identificada nos casos analisados neste trabalho (TEIXEIRA BAHIA, 2015, p. 26-27).

A execução sumária, ou seja, o homicídio praticado em circunstâncias em que a vítima não tenha oportunidade de se defender é um *modus operandi* praticado historicamente em diversos contextos por grupos de extermínio, ligados ou não, ao Estado e suas instituições. No entanto apesar da diversidade organizacional, esses agrupamentos de matadores possuem características operacionais similares, no que consiste o *modus operandi* empregado contra suas vítimas: sequestro e tortura antes da execução, tiros sequenciais no tórax, crânio e o “de confere”, utilização de motos, ou carros no apoio logístico para execuções e posterior fuga (COUTO, 2005; TEIXEIRA BAHIA, 2015; FERREIRA, 2019).

Em Cachoeira-BA, por exemplo, mapeei<sup>144</sup> as nuances operacionais desses grupos de extermínio, durante o período de 2016-2017 (FERREIRA, 2019). Durante esse período, pelo menos cinco jovens foram assassinados em um contexto que aponta fortes indícios de ação de grupo de extermínio. Ainda no início do ano de 2017, um jovem negro foi assassinado a tiros concentrados na cabeça, na comunidade de Capoeiruçu<sup>145</sup>. De acordo com a população local, homens encapuzados em um Gol prateado realizaram o crime. No ano anterior, dois jovens da comunidade do Rosarinho, também na cidade “heróica”, foram alvejados e mortos a tiros por homens encapuzados em um Gol prata<sup>146</sup>. Em agosto de 2017, a travesti e militante LGBTQIA+ do município de Cachoeira, conhecida como Lili, foi morta a tiros, surpreendida por três homens armados que chegaram ao local em um carro prateado<sup>147</sup>.

Dentro dessa conjuntura, execuções sumárias são praticadas por grupos de extermínio que operam em diversas cidades do recôncavo sul baiano (COUTO, 2005; TEIXEIRA BAHIA, 2015; FERREIRA, 2019). Como demonstram nossos interlocutores, ao esmiuçarem em que medida os métodos de extrema violência utilizados por grupos de matadores interferem no cotidiano das comunidades diretamente atingidas por tais práticas,

Essa fita muda o cotidiano da população toda, por que fica geral com medo. Porra é um barato louco por que as próprias mães de família ficam na onda de deixar os filhos sair, por causa desses grupos de matador. E tipo assim essa onda abala e afeta, tipo umas parte mental e sentimental, por que a pessoa que perde um amigo ou parente numa fita dessa, fica a vida toda com medo. Eu vejo que os policia fazem essas paradas pra deixar a comunidade com medo, matam mesmo tipo os terrorista, pra deixar geral vendo bicho. (DANILO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 11/11/2019).

Já rolou várias vezes. Um carro preto, um corsa e um gol. E quando rolou a última vez o bonde tava de treta, ai as puta aproveita pra fazer bagaço. Quando a pista ta assim nois fica encurralado, por que nois ta num bagui que querendo ou não a gente é um alvo. E tipo assim, nois perde a pouca liberdade que nois tem, nois fica em pânico, sempre passando a visão prus parceiro“porra ta rolando um carro ai pam, num fica boiando não parceru”. Até a família do cara chega no cara e dá várias ideia pro cara nao ficar saindo. É muita onda pivete, isso aí deixa a gente com muito medo e mais encurralado do que é. Por que tipo assim, em uma cidade pequena, tem um carro que executa pessoas e você sabe que são as pessoas do seu bairro que tão morrendo nessas execuções. Isso afeta você totalmente porque são seus parcerus que tão morrendo e você pode ser o próximo (CAIO, morador de São Félix-BA, Entrevista cedida em: 06/12/2019).

Você tá ligado que aqui já rolou varias braba de onda de grupo de extermínio, os cara é grandão, tem dinheiro, é candidato a vereador, tem mandato de deputado e as porra. E nois cresceu nessas ideia ai, de parar um carro, sair uns maluco armado de brucuto e sumir com os pivete, aí depois de meses aparece o corpo no rio, com os pés amarrado em pneu ou em jante de carro, maiores onda. Mas aqui é um método que rola. A cor do carro varia, mas o método é o mermo. Agora mermo tem um

<sup>144</sup>Como demonstrei no artigo; *Matança de Jovens Homens Negros no Recôncavo Sul da Bahia* (2019),

<sup>145</sup>Fonte em: <http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/cachoeira-violencia-desabida-ceifa-vida.html>

<sup>146</sup>Ver fonte: [http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-245600/doi\\_s\\_jovens\\_sao\\_assassinados\\_em\\_cachoeira](http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-245600/doi_s_jovens_sao_assassinados_em_cachoeira)

<sup>147</sup>Ver fonte: <https://folhadecondeuba.com.br/travesti-e-morta-a-tiros-no-reconcavo-baiano/>

carro vinho e um Ford Car, que geral fica na onda. Se brotar na rua, a maloca pinota logo. Quem vai ficar pra saber da colé? Vários bagaçados porque boiaram (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em: 20/10/2019).

Os relatos supracitados revelam em que medida a execução sumária tem sido um dos *métodos de violência extrema* (FERREIRA, 2019), utilizadas no assassinato de jovens no interior baiano, de maneira que, os grupos de extermínio e esquadrões da morte agem livremente, sem nenhum tipo de constrangimento ou sanção por parte do Estado. E mais que isso, os depoimentos demonstram em que medida os métodos de extrema violência, utilizados em práticas de execuções sumárias extrajudiciais, interferem no próprio cotidiano das comunidades negras no recôncavo sul baiano.

#### **4.7. Tecnologias de guerra: Veículo Aéreo Não Tripulado: “O Drone”.**

O Veículo Aéreo Não tripulado é um termo que abrange uma variedade de aeronaves de diversos tamanhos e formas, que possam ser controladas remotamente, ou voar a partir de direcionamentos pré-programados (CHAMAYOU, 2015). No entanto, o dispositivo ficou mundialmente conhecido pela denominação “Drone”.

O termo Drone em sua origem significa zangão, no entanto no começo da segunda Guerra Mundial, os pilotos estadunidenses empregavam a expressão “*Drones Alvos*”, para descrever os minis-aviões comandados por rádio, que utilizavam como alvos em seus treinamentos militares (CHAMAYOU, 2015). A metáfora era uma alusão ao pequeno porte dos aviões alvo, bem como, o zumbido que faziam que lembrava o zumbido de um zangão.

Décadas se passaram para os Drones planarem nos campos de batalhas como armas teleguiadas. Foi durante a guerra do Vietnã, que a força aérea estadunidense investiu em um programa de reconhecimento aéreo não tripulado, para dar conta de responder aos mísseis terra-ar soviéticos.

Com o fim da guerra do Vietnã, os programas militares dos Estados Unidos para construção de Drones foi praticamente encerrado, no entanto, um aliado estratégico na política imperialista dos EUA, o Estado de Israel, deu continuidade às pesquisas operacionais de Aeronaves Não Tripuladas, de modo que, durante as décadas de 70 e 80 do século XX, o Israel utilizou Drones em diversos cenários operacionais em sua guerra sionista-expansionista no oriente médio,

Em 1973, o Tsahal, o exército israelense, enfrentou por sua vez, diante do Egito, o problema tático dos mísseis terra-ar. Depois de perder cerca de trinta aparelhos

durante as primeiras horas de Guerra do Yom Kippur, a aviação do Estado hebreu mudou de tática. Decidiu-se enviar uma onda de Drones para enganar as defesas adversárias: “*Depois que os egípcios atiraram sua primeira salva contra os Drones, os aviões de combate puderam passar ao ataque enquanto o inimigo se recarregava*”. O ardil permitiu a Israel garantir o controle aéreo. O mesmo tipo de tática foi reciclado contra os sírios, em 1982, na planície do Bekaa. Tendo previamente lançado sua frota de Drones Mastiff e Scouts, os israelenses enviaram em seguida aviões-chamarizes na direção dos radares inimigos, que ativaram seus mísseis terra-ar em puro desperdício. Os Drones, que do céu, observavam a cena, puderam facilmente determinar a localização das baterias antiaéreas e indicá-las aos aviões de combate, que as aniquilaram em sequência (CHAMAYOU, 2015, p. 36).

Com a eficácia operacional dos Drones nos conflitos protagonizados pelo expansionismo sionista israelense no oriente médio, os EUA retomaram suas pesquisas militares com Aeronaves Não Tripuladas em meados da década de 1990. Na época, o grande desafio era mesclar a já notável habilidade dos Drones em vigilância, reconhecimento e catalogação de informações táticas, com uma capacidade bélica controlada remotamente.

Foi em meados de 1995, no contexto da guerra do Kosovo e do Afeganistão, que a empresa militar *General Atomics* construiu o primeiro protótipo de um avião-Espião telecomandado armado: o Predator (CHAMAYOU, 2015). Na época, a aeronave não possuía um sistema de arma, mas era municiada de uma série de dispositivos a laser que marcavam com precisão os alvos de bombardeios aéreos ou baseados em destroyers navais.

Com a virada para o século XXI, sobretudo a partir dos ataques ao imperialismo estadunidense em 11 de setembro, os Drones metamorfosearam em aeronaves não tripuladas armadas, que modificaram enormemente as noções de “*guerra*”, “*paz*”, “*inimigo*”, “*combate*” e “*soberania nacional*”. Como aponta Gregoire Chamayou em seu livro: *A teoria do Drone*,

Desde os primeiros dias que se seguiram ao 11 de Setembro, George W. Bush prevenira: os Estados Unidos iam lançar em um novo tipo de guerra, “uma guerra que requer de nossa parte uma caça ao homem internacional”. O que a princípio soava simplesmente como um slogan pitorescos de caubói texano foi depois convertido em doutrina de Estado, com especialistas, planos e armas. Em uma década constituiu-se uma forma não convencional de violência de Estado que combina características díspares da guerra e da operação de polícia, sem realmente corresponder nem a uma bem a outra, e que encontra sua unidade conceitual e prática na noção de caça ao homem militarizada (CHAMAYOU, 2015, p. 41).

A doutrina operacional de dronização das forças militares-policiais foi disseminada a nível planetário, como parte da política imperialista estadunidense (CHAMAYOU, 2015; MBEMBE, 2014; 2018). Seja em territórios formalmente em estado de guerra, ou no contexto das democracias-liberais multirraciais contemporâneas, que incorporaram tecnologias militares em suas políticas de defesa social, com fins de dar impulso a *guerras de baixa escala* contra grupos específicos de suas populações (AGAMBEM, 2004; MBEMBE, 2014;

2018).

De tal modo que, nos últimos vinte anos, tem se ramificado globalmente tecnologias/sistemas de segurança pública fortemente orientada pela doutrina militar estadunidense contemporânea de guerra Cinergética, onde o combate passa a ter como principal estratégia o rastreamento, identificação e localização do inimigo, através da utilização de tecnologias logístico-militares, que combinam monitoramento aéreo por vídeo, interceptação de comunicação em redes sociais e em uma lógica de segurança pública baseada “na eliminação preventiva de indivíduos perigosos” (CHAMAYOU, 2015, pag. 45).

Os inimigos a serem abatidos, preventivamente, são aquelas pessoas que habitam territórios necropolíticos, onde as *Práticas de Zoneamento* (MBEMBE, 2018) são operacionalizadas a todo vapor,

Aliás, captura, predação, exploração e guerras assimétricas seguem lado a lado com a re-balkanização do mundo e a intensificação de práticas de zoneamento... Estas práticas de zoneamento vêm geralmente acompanhadas por toda uma malha transnacional de repressão: esquadrinhamento ideológico das populações, emprego de mercenários afeito a luta contra guerrilheiros locais, formação de comandos de caça, recurso sistemático a prisão em massa, tortura e execuções extrajudiciais. (MBEMBE, 2018, p. 18-19)

E reitera o argumento,

Depois do 11 de Setembro, o mundo entrou num momento muito específico, que pode ser chamado de “estado de sítio”: uma série de garantias jurídicas fundamentais que permitiam assegurar a nossa segurança e a nossa liberdade foi posta em causa, de forma explícita ou indirecta. A excepção tornou-se norma. A detenção de pessoas que supõem tratar-se de inimigos vulgarizou-se, as prisões sem julgamento também, a tortura com o objectivo de extrair à força informações, assassinatos extrajudiciais e a submissão das populações de todo o mundo a sistemas de vigilância sem contrapontos legais tornaram-se comuns. A consequência de tudo isto resulta numa re-balkanização do mundo... (MBEMBE, 2014, p.3).

Nesse sentido, a utilização de Veículos aéreos não tripulados (VANTS), ou Drones, como são popularmente conhecidos, pelos programas de Segurança Pública de governos das mais variadas concepções ideológicas, demonstram o quão profundo penetrou a política planetária dos EUA de “Dronização” das operações bélico-militares,

O desenvolvimento tecnológico apresentado pelo VANT que supera em muitos aspectos o emprego das aeronaves convencionais tripuladas vem contribuindo para a sua disseminação nas forças policiais de vários países. A eficácia das missões cumpridas pelos VANT durante a Guerra do Afeganistão (2001) e 2ª Guerra do Iraque (2003) demonstrou as possibilidades do equipamento e acabou por despertar interesse para sua aplicação em operações de policiamento ostensivo (SANTOS, 2008). Constatou-se que os EUA foram os precursores na utilização dos VANT neste sentido. Os primeiros relatos sobre seu emprego datam de 2003, quando cumpriram missões de patrulhamento de fronteiras em proveito da U.S Customs and Border Protection. Foram empregados na vigilância tanto da fronteira seca dos EUA com o México quanto da faixa costeira do Golfo do México e utilizado para isto três modelos de VANT: Hermes, Hunter e Predator B, este último em operação atualmente. (OLIVEIRA, 2005) Outro país de destaque no cenário internacional é Israel, que emprega os VANT principalmente em missões de controle de trânsito,

perseguições policiais a veículos e pessoas (ALMEIDA & MIRANDA NETO, 2009, p. 34-35).

O Brasil acompanhou esse movimento internacional de militarização tecnológica dos dispositivos de segurança do Estado, empregando o VANT/DRONE como um artefato de baixo custo, utilizado em tarefas de monitoramento, reconhecimento tático, vigilância e no auxílio ao ataque de tropas por terras, bem como, pelo ar. Inclusive, a partir de 2004, o Ministério da Defesa, através da Portaria nº606 de 11 de junho, estabelece o conceito operacional de VANT/DRONE a ser empregado e operado pelas forças armadas e policiais no Brasil,

Art. 4º Para os efeitos desta Portaria Normativa são utilizados os seguintes conceitos:

I - Veículo Aéreo Não Tripulado: é uma plataforma aérea de baixo custo operacional que pode ser operada por controle remoto ou executar perfis de voo de forma autônoma podendo ser utilizada para:

- a) transportar cargas úteis convencionais, como sensores diversos e equipamentos de comunicação;
- b) servir como alvo aéreo; e
- c) **levar designador de alvo e cargas letais, sendo nesse caso empregado com fins bélicos.**

(MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004, p. 1 grifo meu)

Criados fundamentalmente para fins militares, contemporaneamente os Drones são utilizados em diversas áreas da Segurança Pública, de modo que, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), atualmente são 62 mil Veículos aéreos não tripulados em operação no Brasil.

Dentro dessa conjuntura no ano de 2018, a PM da Bahia passa a integrar organizacionalmente Drones a seu padrão operacional<sup>148</sup>. Após anos de pesquisas e laboratórios de campo, o Grupamento Aéreo (GRAER) integra aeronaves não tripuladas em sua frota e passa a ser o centro difusor estratégico dessa tecnologia de segurança. No entanto, antes do ano de 2018, a Polícia Militar da Bahia já empregava com certa regularidade os Drones como dispositivos de apoio a operações de repressão qualificada, ou monitoramento de comunidades que estavam territorialmente nas chamadas “*manchas criminais*”.

O Drone, nesse sentido, no interior da Bahia ou na capital, se tornou um dispositivo tão conhecido pelas comunidades atingidas diretamente pelas políticas de morte, quanto às viaturas, tropas fortemente armadas e helicópteros de combate. Como ressalta um dos interlocutores,

---

<sup>148</sup> Drones passa a integrar operações da PM : <https://www.pilotopolicial.com.br/gr aer-da-pm-da-bahia-passa-a-integrar-drones-em-suas-operacoes-aereas/>

Pivete esse bagui de drone é na Bahia inteira. E é aquilo que já falei, é incurralação total, a gente fica na onda. É aquela tensão estar sendo monitorado o tempo todo. Monitorado pra Táctico fazer bagaça. Então é aquele bagui, cada vez mais incurraldo, é as viatura na terra, junto com o carro preto e o drone no céu, tudo isso ai te caçando, monitorando sua vida toda pra te matar na covardia (CAIO, morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019 )

Eles querem monitorar tudo e causar medo. Já causa um medo, imagina quando usar os drones armados. E vão usar, a demora é só ter autorização, ou eles forjar que é necessário, ai vão botar na pista (FRANCISCO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 05/12/2019)

Oia pivete pique ataque cibernético. Ficção científica. Daqui uns dia o bagui vai ta atirando, jogando rede e taiser de choque. O drone aqui nas área já é ate comum. Geral nas quebrada fica na atividade, quem ta no varejo pega a visão logo e se maloca. No dia que nois tava pintando a comunidade que o pivete que morreu hoje morava, foi até perto da casa dele, o drone tava lá monitorando toda ação. (VANILSON, morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em 20/10/2019).

Nossos interlocutores especificam em suas narrativas em que medida a utilização de Drones no patrulhamento policial tem afetado o cotidiano de jovens homens negros nas periferias urbanas do recôncavo sul baiano. **Caio** conta como o Drone, apesar de não estar municiado de armas, é um dispositivo altamente letal, no sentido de municiar tropas terrestres, no caso o táctico móvel, em operações policiais letais. De fato, como intui o interlocutor, a utilização de VANT/DRONE tem uma relevância estratégica nas atividades policiais ostensivas, sobretudo, no que diz respeito às práticas operacionais de *policimento velado* (ALMEIDA & MIRANDA NETO, 2009),

Situada entre as atividades de prevenção e investigação criminal, a atividade repressiva é a mais importante das atividades policiais no que concerne principalmente à solução dos conflitos delituosos. Essa atividade reside no ato de chamamento pela população da ação policial, a ser executada pela Polícia Militar, quando o cidadão a convoca para a intervenção diante do delito em cometimento, é dizer, nas fases de execução e consumação - a repressão imediata. No intuito de efetuar esta atividade com um nível maior de eficiência, busca-se por meio de um serviço já existente nas Polícias Militares (policimento velado) utilizar o VANT como um serviço integrado entre as viaturas caracterizadas e descaracterizadas e chegar a excelência no atendimento à população, frente à evolução constante dos métodos empregados pela criminalidade, multiplicando-se assim as chances de se efetuar uma prisão em flagrante e atingindo um maior controle da criminalidade (ALMEIDA & MIRANDA NETO, 2009, p. 40).

Na última década, houve uma política planetária – impulsionada pelos EUA e Israel – de ramificação do uso de aeronaves não tripuladas equipadas com dispositivos de vigilância, bem como com armamento bélico, com o objetivo de auxiliar tropas policiais. Essa banalização da utilização dos Drones Tem implicado em rearranjos na própria dinâmica de interação entre cidadãos e Estado,

A generalização dessa arma implica a tendência a uma mutação das condições de



exercício do poder de guerra, e isso na relação do Estado com seus próprios sujeitos. Seria um erro reduzir a questão das armas à esfera da violência extrema. O que implica, para uma população, tornar-se o sujeito de um Estado-Drone? (CHAMAYOU, 2015, p.26)

E alerta,

Essa lembrança se estende com uma lição mais geral para o presente: não esquecer que uma nova arma, quando equipa as forças não só militares, mas também policiais do Estado, também “nos” transforma, por sua vez, em alvos potenciais...Uma das questões é saber se sociedades ou “*opiniões públicas*”, que fracassaram em conter o uso desse tipo de tecnologia para “guerras” conduzidas no outro extremo do mundo, conseguirão, talvez num sobressalto, quando perceberem que também elas podem acabar sendo alvo desses procedimentos, mobilizar-se para barrar a generalização de Drones policiais. Pois é preciso ter consciência de que é esse futuro que nos é prometido se não impedirmos: dispositivos de videovigilância móveis e armados como polícia aérea de proximidade. (CHAMAYOU, 2015, p. 224-225)

Dentro desse contexto, é cada vez mais efervescente, dentro dos fóruns nacionais de segurança pública, o debate sobre a utilização de Drones armados no “combate a criminalidade” no Brasil. Em novembro de 2018, o Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), juntamente com o senador Flavio Bolsonaro (PSL), foram juntos a Israel para conhecer de perto o programa de Drones armados, utilizados em ações tático-operacionais do exército israelense nos territórios palestinos<sup>149</sup>.

Tempos depois, o presidente Jair Bolsonaro deu declarações públicas sobre seu desejo de utilizar Drones armados nas operações de segurança pública: “Quero botar no projeto também que, para cumprimento da missão, todas as possibilidades para cumprir a missão podem ser empenhadas, até mesmo um pelotão de Drones” (Jornal Folha UOL, 2019).

Nesse sentido, como intuem nossos interlocutores, de fato há um gradual processo de dronização da segurança pública, que tem como horizonte operacional a integração dos recursos de monitoramento do Drone a um sistema de armas letais ou incapacitantes (CHAMAYOU, 2015).

#### **4.8. Laços fúnebres: “Bagaçaram meu parceru. Ele era tipo um irmão pra mim”.**

As pouquíssimas pesquisas que se debruçam sobre as vítimas ocultas no Brasil (MIRANDA NETO & ALMEIDA, 2009) têm evidenciado aspectos como: 1- luta por justiça e verdade de Mães, pais – com maior ênfase nas experiências das mães – e familiares de vítimas de violência letal por arma de fogo; 2- efeitos psicossociais e econômicos, nas

---

<sup>149</sup> Drones armados; <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/witzel-flavio-bolsonaro-vaio-israel-comprar-drone-que-faz-disparos-23206958.html>

trajetórias de vida e cotidiano de mães, pais e familiares de vítimas de violência letal por arma de fogo.

Dentro desse contexto, pouca ou mesmo nenhuma importância tem se dado aos impactos psicossociais que atingem pessoas que estabeleciam vínculos afetivos não parentais ou não conjugais com vítimas de violência letal por arma de fogo. Nesse sentido, a presente sessão vai evidenciar as impressões subjetivo-afetivas de nossos interlocutores, em torno do contexto das mortes violentas de amigos extremamente próximos; os seus *parcerus*.

O termo *parceru*, ou *cêru*, são categorias nativas utilizadas por jovens homens negros das periferias urbanas da Bahia, para definir um conjunto de experiências masculinas negras de interação, baseadas em práticas comunitárias de confiabilidade, afetividade, vínculo de lealdade e solidariedade, estabelecidas internamente entre agrupamentos diversos de jovens homens negros.

Os *parcerus* eram amigos de infância que, muitas vezes, moravam no mesmo bairro/rua dos interlocutores, assim como, eram em vida jovens negros que eram referências de masculinidade para nossos interlocutores. Os *parcerus* também são distinguidos dentro das redes de sociabilidade por serem pessoas que em vida, compartilhavam visões de mundo e vínculos de lealdade com nossos interlocutores.

Para além de uma relação de amizade, os *parcerus* são como irmãos de sangue e, a perda deles pela violência letal armada, impactou enormemente a psique, trajetória de vida e cotidiano dos interlocutores, como demonstram, em seus extensos depoimentos, quando perguntei: *“Dos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, que foram assassinados por arma de fogo, qual pessoa era mais próxima a você? Conte-me como esse episódio marcou psicologicamente sua trajetória de vida, suas projeções para o futuro. E se possível, descreva a circunstância de como essa pessoa (ou grupo de pessoas) foi assassinada.”*,

A morte do parceru Henrique / Rick:

Porra eu nunca parei pra pensar como essas fita me afetam. O pivete Henrique, Rick meu primo ta ligado, filho do irmão do meu pai, nois era próximo. E era um cara fisicamente muito parecido comigo, tinha um dente falhado pam e, todo mundo ficava dizendo que eu parecia com ele, a galera ficava gastando nessa. E porra ele fazia varias coisa que eu queria fazer, que eu me espelhava; andava de cavalo, ia pras roças, ia pras cavalgada e tinha um respeito da porra com meu pai. O pivete era novo, tinha 17 pra 19 anos quando faleceu, nem lembro. Mas ai numa noite rolou uma fita, tava ele e um parceiro de cavalo ta ligado, ai deram fuga dos policia e ele em vez de correr pru lugar que tinha mais gente, pinotou pro mato ta ligado. Os policia achou ele escondido em uma arvore e pediu pra descer, dizendo que nao iam matar ele. Assim ele fez, desceu da arvore e foi em direção aos policia com a mão pra cima, ai eles deram 7 tiros no pivete, pegou na mão, na garganta, no peito, na barriga, perna. Porra e isso mexeu muito comigo, com a família toda, foi tudo muito triste. Porra foi triste demais, isso roubou minha brisa durante muito tempo, muito triste mesmo. E ao redor também foi barriu, minha vó foi ficando cada vez mais doente (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em:

20/10/2019).

A morte dos parcerus Felipe e Tiago:

Mais próximo era Felipe. Felipe foi morto no final de 2018, em Dezembro, não lembro a data. O pivete era talentoso ta ligado, desde pequeno. Estudava com ele na quarta série, depois estudamos junto em vários colégio. Era um cara que sempre desenhou, era um cara inteligente pra porra, fazia tatuagem ta ligado, mesmo com máquina de motorzinho jogava uns risco perfeito. Cheio de sonhos e planos, só que a realidade do pivete não permitiu ser quem ele queria, ai ele começou se envolver ta ligado. Mas era um cara respeitado, sabia respeitar todo mundo, não tinha inimigo, todo mundo era brother do cara, se pudesse ajudar um morador fortalecia grandão. Porra! Era um cara que não tinha o que falar, não tinha o que reclamar daquele pivete.

E porra pivete a forma que ele morreu me afeta até hoje. Eu vejo foto, tenho as foto dele aqui no celular, a notícia também ta na net, quer dizer, a notícia que essas desgraça de site forjaram. E tipo assim, no contexto que ele morreu foi foda, porque levaram o irmão dele também tá ligado e o irmão dele não se entrava em nada, era Tiago, que também era próximo de mim, desde pequeno.

A fita foi assim, Felipe tinha uma paixão tá ligado, ele criava galo, galo de briga pra rinha. Ai no dia ele foi buscar um galo de moto em outra cidade, só que não tinha ninguém pra ir com ele, ai o irmão (Tiago) deu ideia “bó vei que eu vou com tu”, desceram os dois de moto e no meio do caminho as puta enquadrou eles. Ai executaram os dois, sem ideia, com vários tiro. E nesse bagui ai mataram os pivete, ai o cara fica cheio de ódio, porque era como se nois fosse irmão, via o cara todo dia, varias ideia todo dia. Felipe com quatro filho e Tiago com uma filha também. Eu fico castelando, o cara novo só queria dar uma melhora pra família dele, ai fico pensando em mim, por que nois tinha quase a mesma idade, eu não tenho filho mas o que pode acontecer comigo? O irmão de felipe não entrava em nada e lombraram o cara. Fico na onda com essas parada, direto eu lembro e da vontade de chorar e as porra, sem ideia parceru (CAIO, morador de São Felix-BA, entrevista cedida em: 06/12/2019).

A morte do parceru Well:

Porra todos ai eu tive aproximação, eram tudo meus parceru na caminhada, tudo convivido aqui na comunidade desde que nois era pequeno. E todos eram pessoas legais que a comunidade abraçava grandão, até hoje geral lembra deles tudo. Well mermu era daqui das área, nascido e criado comigo, inteligente demais, jogava capoeira também. Ai uma época se envolveu com bagui de tráfico pra ajudar a mãe, porque era só ele, ela e o irmão que tava preso. Mas depois ele se saiu, mas não deu tempo, quando foi em uma semana santa, em uma situação, a Caatinga se trombou com ele, encurralou ele dentro da casa de uma mãe de família, a tia era até crente, não se envolvia em nada. Ela tentou impedir, mas eles não quis nem saber, foram brutalmente cruel, bateram, xingaram ela, tiraram as pessoas da casa e executaram o pivete e ainda torturaram o cara antes. Ai nois fica como parceru? Chei de ódio na desgraça. (DANILO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 11/11/2019).

**Danilo, Caio e Vanilson** reconstroem os itinerários de seus *Parcerus*, revelando em que medida o assassinato de jovens negros têm efeitos psicossociais em uma ampla rede comunitária, que perpassa o núcleo familiar e se estende por núcleos comunitários outros; a rua, a vizinhança, a escola, espaços de lazer, relações amorosas e laços de lealdade com *parcerus*. Também é evidenciado pelos interlocutores de que modo as mortes de seus

*parcerus* os afetam, sobretudo, subjetivamente e no plano da afetividade. Como disse **Vanilson**, ao falar da morte de Rick “*esse bagui roubou minha brisa durante muito tempo*”. Por brisa, entenda a saudade mental de sua família como um todo, que sofreu um processo adoecimento coletivo, com maior agravo em sua avó.

Os depoimentos dos interlocutores também esmiúçam os *métodos de violência extrema* (FERREIRA, 2019) utilizados pelos matadores de seus *parcerus*. Todos foram mortos em contextos de operações policiais da Tático Móvel, assim como em todos os relatos, fica evidente que as vítimas foram executadas sumariamente, tendo em vista que se renderam ou foram emboscadas por tropas policiais. Há uma ênfase também na quantidade de tiros e local onde os *parcerus* foram alvejados, bem como, na denúncia de que foram torturados antes de serem executados sumariamente. Nesse sentido, fica latente nas narrativas dos interlocutores que a maneira brutal que seus *parcerus* foram mortos potencializou ainda mais o trauma pela perda prematura de um ente querido.

Uma questão inusitada durante a aplicação das entrevistas foi a de que, alguns dos interlocutores, espontaneamente me mostraram as notícias de jornalismo online, sobre a morte de seus *parcerus*. A intenção dos interlocutores era denunciar em que medida a *mídia online* local construiu uma narrativa em que os jovens negros assassinados estavam diretamente envolvidos na operação varejista de drogas ilegais e que teriam trocado tiros com a polícia. No entanto, os interlocutores negam veementemente a versão estampada nos sites de jornalismo online do recôncavo sul,

Quando foi de noite já rolou uma matéria dizendo que a polícia tinha matado dois “traficantes” em confronto, que os menino tava armado e com meio quilo de droga. E várias ideia de merda sobre os cara. Só que os cara não tava com nada, só com o galo ta ligado. Pilantragem da desgraça. (CAIO, morador de São Felix-BA, entrevista cedida em:06/12/2019 ).

Pivete fiquei cheio de ódio. Colocaram a foto do meu parceru todo brocado de bala e uma foto de uma mesa com vários pino, dola de chá, umas brita e um 38 veio da desgraça. A mãe do cara ficou na onda quando viu o bagui no grupo de wat zap, foi ate pra UPA. Por que tipo assim, meu parceru num fumava nem maconha, a onda do pivete era pegar ponga no trem e tomar banho de rio. Pivete era pureza e foi covardiado duas vezes; pelas puta que lombrou e por essa desgraça de site que forjou ele como se fosse do bonde. (VIDAL, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em: 17/11/2019).

Por fim, concluo a presente sessão com depoimentos da pergunta: “*Vamos fazer um exercício ficcional. Se você pudesse enviar uma mensagem de whatsapp (um áudio de 2 minutos), 27 minutos antes de um ente querido, amigo ou conhecido ser assassinado por arma de fogo, qual seria o conteúdo?*”. Minha intenção foi dimensionar em que medida o trauma da perda prematura de amigos, ou familiares, afetava as emoções dos interlocutores. O

questionamento surtiu um efeito bem além do esperado, pois pude presenciar reações emocionais como soluços, olhos marejados e choro descontrolado. Bem como, pude perceber em que medida o sentimento de luto ainda é vividamente presente nas subjetividades dos interlocutores,

Qual é rick e ai pivete ta de quebrada? Col foi vai fazer o que mais tarde? Chega aqui em casa pra nois trocar aquelas ideia de ontem, vê a onda da baia ta ligado, pra nois fazer aqui. E a construção lá terminou a parada da casa que você tava trampando? Tenho que ir lá pegar a corda que esqueci.

E porra mano cuidado com seus caminhos ai, castelã aquelas ideia que o coroa te deu ontem (**começou a lacrimejar**). Cuidado nos seus caminhos pivete, você agora tem um filho pa criar. E porra, a vida é muito rápida pivete, mó onda. Cuidado vei, se rolar alguma onda não corra prus mato não, fique perto de onde tem gente (**chorando e falando**). Se cuide mano (**chorando descontroladamente, ao ponto de impossibilitar o entendimento do que falava**).

Ah mano, não consigo nem falar mais pivete, mó onda. Porra bagui doido, parece que tava falando com ele (VANILSON, Morador de Santo Antônio de Jesus-BA, entrevista cedida em 20/10/2019, Grifos meu).

Salve parceiro, que nosso dia seja maravilhoso, que Deus esteja na frente e que venha ser quebrado toda força do Mal que quer nos arrastar. Porra parceiro, independente de qualquer situação mantenha a cabeça erguida, sempre sorrindo e mantenha sempre essa humildade - **Olhos marejados e fala interrompida por soluços** -. E aquela onda, se acontecer qualquer coisa você nunca vai ser esquecido, não só por mim, mas pela comunidade que te abraça grandão. Eh nois bandido! - **Áudio é interrompido abruptamente** - (DANILO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em 11/11/2019: Grifos meu).

O lacônico exercício permitiu que adentrássemos nos meandros das emoções mais íntimas de nossos interlocutores em relação a morte prematura e violenta de seus *parcerus*. **Vanilson**, por exemplo, no exercício ficcional, tenta orientar seu *parceru* Rick sobre como proceder durante o contexto de uma fuga da polícia. No entanto, parece que no transcorrer da orientação, **Vanilson** relembra que seu *parceru* está morto e, mais que isso, recorda da maneira brutal que foi executado. Essa imbricação cognitiva de projeções ficcionais e da memória dos acontecimentos fez emergir em Vanilson fortes emoções, ao ponto de romper em lágrimas até não conseguir mais falar.

**Danilo** adota uma abordagem diferente no exercício psicanalítico-ficcional e, no áudio enviado para o seu *parceru*, em vez de avisar sobre o perigo letal inevitável, decide entoar quase uma oração de proteção, bem como, ressalta que a possível morte do *parceru* jamais será esquecida por toda comunidade.

No entanto, apesar de percorrer uma estratégia narrativa diferente, tal qual **Vanilson**, **Danilo** também expressa fisicamente suas emoções, através dos olhos marejados prestes a lacrimejar e os soluços entrecortados em suas falas. Em determinado momento, interrompe o áudio e, minutos depois, envia um segundo áudio, onde traz reveladoras intuições sobre a sua

experiência e de seus *parcerus* com o luto,

Porra pivete maior onda quase que chorei. Acho que é a primeira vez que me emociono assim, sem ter dado um raio, ou tomado umas breja. Tipo assim, quando lombraram o pivete, depois do enterro foi aquele modelo, eu e os *parceru* embrazamo vários dia, todo mundo ativado ta ligado! Ai depois, sei lá, ninguém mais falou nada, eu também não. Só quando chega aniversário do *parceru*, ou aniversário da morte dele, que ai fico na onda, dou umas ativada e desastro a falar do *parceru*... Oia que viagem da porra ja tou falando demais né? Parece até que dei uns pega na massa. Nada a ver essas ideia. Mas é nois (DANILO, morador de Cachoeira-BA, entrevista cedida em 11/11/2019).

O depoimento de **Daniilo** revelou minúcias das dinâmicas psicossociais masculinas negras, dentro do contexto da perda de entes queridos para violência letal armada, sobretudo, no o que diz respeito à experiência do luto. O relato de Danilo me instigou a investigar – *através de conversas informais* – como teria sido o itinerário dos interlocutores no velório e primeiros meses após o assassinato de seus *parcerus*. Com exceção de um dos interlocutores, todos relataram que estavam extremamente alcoolizados ou sobre efeito de outras substâncias psicotrópicas; antes, durante e depois do velório. Nesse sentido, como têm alertado pesquisas contemporâneas, os sintomas da DEPT são reavivados por múltiplos *leques de sensibilidade* (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006),

os sintomas da DEPT podem ser reavivados por eventos aos que a vítima é sensível, mesmo depois de períodos relativamente longos de normalidade – semanas, meses e até anos (National Organization for Victim Assistance, 1992). O tipo e número de eventos que despertam a DEPT variam de pessoa para pessoa. Denominamos o conjunto de eventos que podem despertar esses sintomas de leque de sensibilidade. Os eventos que compõem o leque de sensibilidade podem ser internos ou externos. Situações, lugares, datas e até sons e cheiros podem provocar uma reação dolorosa. Os aniversários de eventos dolorosos se incrustam na memória de muitas vítimas. Datas, período do dia e hora exata de eventos traumáticos podem provocar reações dolorosas tanto da parte de vítimas primárias de violências e crimes não letais, quanto da parte de vítimas ocultas. As vítimas primárias podem voltar a sentir medo e vulnerabilidade (SOARES & MIRANDA & BORGES 2006, p. 17).

Dentro desse contexto, pude notar que o luto dos interlocutores é estendido e revisitado em diferenciados contextos cotidianos, como por exemplo, nos aniversários de vida e morte dos entes queridos. Esse *luto estendido* é, muitas das vezes, exercido sobre o consumo conspícuo de substâncias psicotrópicas.

São múltiplos os impactos psicossociais que afetam os cotidianos das chamadas vítimas ocultas (SOARES & MIRANDA & BORGES, 2006; MOURA, 2008). Vão desde impactos físico-emocionais, como por exemplo, variados sintomas de Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT); insônias, pesadelos, ansiedades, medo constante de morrer violentamente, isolamento afetivo-social, sentimento de ódio e uma sensação de luto estendido.

No entanto, há também impactos socioeconômicos, que podem ser dimensionados no

próprio caráter oneroso de um velório inesperado, bem como, o papel econômico de liderança que muitas das vítimas matadas ocupavam em suas famílias. Mas também, se expressa na dificuldade de se projetar e planejar o futuro, dentro de uma realidade social altamente letal.

Dentro desse contexto, no presente capítulo, analisei percepções subjetivas e aspectos psicossociais acerca das experiências traumáticas de jovens homens negros que perderam parentes, amigos ou entes queridos, em contextos de violência letal por arma de fogo. Dentro desse contexto, foi demonstrado de que maneira mortes violentas de entes queridos têm afetado estruturas cognoscíveis-afetivas e itinerários/trajetórias de vida de jovens homens negros no recôncavo sul baiano.

A imersão etnográfica no conjunto de percepções subjetivo-afetivas e políticas de jovens homens negros, acerca de homicídios por arma de fogo cometidos contra seus parentes, amigos, ou conhecidos, nos permitiu adentrar nos interstícios da *experiência socialmente morta* de jovens homens negros em territórios eminentemente necropolíticos.

Nossa investigação demonstrou, em nível microscópico, como a *violência estrutural* gratuita contra pessoas negras, notadamente, jovens homens negros, tem feito da noção de *escravidão póstuma* (HARTMAN, 19987; WILDERSON, 2005) uma condição do tempo presente na experiência e itinerário masculino negro.

## **ADIÇÕES – Política Racial Linha Auxiliar na Bahia Contemporânea: Uma Análise Crítica Acerca da Implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade**

O conceito de política racial pressupõe que há uma dinâmica latente entre os grupos raciais e, mais que isso, parte do princípio de que quase toda política de uma determinada formação social multirracial parte, mesmo que tacitamente, do conjunto de sentidos e significados acerca da raça,

O termo política racial dá um sentido maior da dinâmica das interações sociais entre grupos racialmente distintos. Em vez de compartimentalizar as práticas de um grupo racial, como se ele representasse uma espécie política à parte, o termo política racial fornece um sentido da dinâmica do poder, da identidade e da mobilização nos e entre os grupos raciais. A perspectiva da política racial, portanto, implica mais do que uma simples mudança terminológica. Acarreta também uma abordagem que estabelece que, nas sociedades multirraciais, quase toda política envolve diferenças, antagonismos e desigualdades raciais. Isso não quer dizer que toda política dessas sociedades possa ser definida em termos de raça, mas que quase todas as dimensões da vida política – No nível do Estado, da sociedade civil e das formações culturais e materiais – repercutem nas relações de poder entre e dentro dos grupos racialmente definidos [...] (HANCHARD, 2001 p. 32).

Hanchard (2001) argumenta que as interações raciais são, sobretudo, relações de poder. De modo que, nas sociedades multirraciais contemporâneas, ser uma pessoa negra, por exemplo, significa ter uma alta probabilidade de ter menos acesso a serviços essenciais como educação, saúde ou saneamento básico. Bem como, significa ter uma expectativa de vida enormemente reduzida, seja por doenças facilmente previsíveis, altos níveis de estresse e por interrupção abrupta da vida por morte violenta.

Na presente tese realizamos uma análise crítica da estrutura organizacional do Programa Pacto Pela Vida, em que pudemos evidenciar que a estratégia de segurança pública adotada pelo Programa é baseada em dispositivos necropolíticos (MBEMBE, 2018); ou seja, políticas raciais de morte. E, mais que isso, nossa investigação demonstrou em nível microscópico, como a *violência estrutural* gratuita contra pessoas negras, notadamente, direcionada contra jovens homens negros, tem feito da noção de *escravidão póstuma* (HARTMAN, 19987; WILDERSON, 2005) uma condição do tempo presente na experiência e itinerário masculino negro.

De fato, preenchemos uma enorme lacuna existente nos estudos sobre a implantação-ramificação do Programa Pacto Pela Vida da Bahia, que tem tido uma forte tendência de invisibilizar, ou mesmo negar, o caráter racista dos dispositivos de segurança pública na



Bahia (ZAVERRUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014). Desse modo, reinsserimos uma abordagem político racial sobre a segurança pública na Bahia.

Digo reinsserimos, pois o professor e educador comunitário Ricardo Ferreira “Lio Nzumbi” Santos vem há anos se debruçando sobre as dinâmicas políticas raciais que estão imbricadas na política criminal, que orienta as manobras dos dispositivos de segurança pública na Bahia (NZUMBI 2011; SANTOS NZUMBI 2017). Professor Nzumbi (2011; 2017), como também é conhecido, tem evidenciado o caráter racista da política criminal na Bahia, bem como, tem defendido que o termo “Segurança Pública” na Bahia é um engodo ideológico, que oculta às práticas genocidas que caracterizam o Estado brasileiro e suas respectivas instituições políticas, jurídicas e de gestão governamental.

A análise sobre a política criminal travestida como segurança pública na Bahia permite entender que o sistema penal brasileiro tem como resultado de seu caráter seletivo e racista, as formas mais diretas de genocídio do povo negro; entender ainda que este genocídio estrutura o modelo de Estado brasileiro e se apresenta como realidade nacional no âmbito de todos os seus poderes; e que estrutura, tal modelo de estado, está para além da conjuntura, ou seja, não é uma questão que marca apenas um ou outro governo; é uma questão que marca a prática política e a ordem social sustentada historicamente por este modelo de Estado (NZUMBI, 2011, p. 98).

Ainda de acordo o autor, “Já não há meio possível de velar a face genocida da atual política de segurança pública na Bahia” (NZUMBI, 2011, p.102). Face genocida essa que é evidenciada publicamente pelos altos índices de violência letal contra jovens homens negros e pelo encarceramento em massa de negros/as nas penitenciárias. Esses dados, para além de tabulações e curvas de níveis, demonstram como o aparato de controle penal e a corporação policial tem empreendido uma constante política organizacional de criminalização e eliminação sistemática do grupo populacional que historicamente foi considerado pelo sistema penal como “inimigos internos”: pessoas negras (NZUMBI, 2011).

Nzumbi adverte que, a partir dos anos 2000 a política de segurança pública da Bahia passa a estar alinhada a um contexto internacional de proliferação liberal da “política de tolerância zero”, “guerra às drogas” e “guerra ao terror”. É nesse ínterim que o treinamento para guerra é disseminado como padrão organizacional na Estratégia Nacional de Segurança Pública no Brasil. Inclusive na Bahia, governada por um partido de esquerda que historicamente havia defendido um modelo policial responsivo e desmilitarizado, mas que, na prática, tem atendido aos interesses da Ordem capitalista Mundial, que tem lucrado frondosos recursos com a matança em curso,

[...] A criminalização, o extermínio e o encarceramento massivo de jovens negros geram poder político e econômico para as elites do país, quer dizer, alguém sempre

lucra com a morte do favelado e não são apenas corporações empresariais, imprensa policial, indústria armamentista, empresas de gestão penitenciária, milícias armadas e elites políticas... (NZUMBI, 2011, p. 107).

Anos mais tarde, depois de publicar o artigo “*A Continuidade do Genocídio Negro Através da Política Criminal da SSP/BA*” (NZUMBI, 2011), o professor Ricardo Ferreira “Lio Nzumbi” Santos aprofunda sua análise política racial sobre a Segurança Pública na Bahia, notadamente a partir da construção de sua dissertação de mestrado – com a densidade de uma tese –, intitulada “*Análise crítica da extensão de penas extrajudiciais e da criminalização à sociabilidades de prisioneiros como forma de genocídio do povo negro*” (2017).

Em sua dissertação, o professor Nzumbi analisa a partir de métodos e teorias filiadas ao pensamento anticolonial, procedimentos criminalizantes tolerados e/ou empreendidos pelo estado da Bahia através de sua política racial-criminal (SANTOS NZUMBI, 2017). Municiado de narrativas de familiares e amigos-as de pessoas que estão em cárcere, o autor demonstra procedimentos formais e extra formais empreendidos e/ou tolerados pelo estado na criminalização, não apenas de indivíduos – *como rezam os princípios penais* – mas, estendem extra-legalmente a pena quando não criminalizam a sociabilidade que acompanha o prisioneiro durante a execução da pena de prisão, sobretudo seus amigos e/ou familiares. Tais políticas de extensão de pena são caracterizadas pelo autor como dispositivos necropolíticos, que resultam em formas diretas e dolosas de Genocídio Negro,

Fomos também provocados a entender o conceito de genocídio não apenas no sentido estrito do extermínio imediato de um segmento sócio-racial da sociedade, mas como fato histórico que no transcorrer dos séculos, garantiu a manutenção do projeto de Estado e sociedade brasileira. Deste modo se faz necessário entender posteriormente a política criminal-carcerária como reflexo de um *recurso civilizacional*, um modelo de organização (necro) político-social mais abrangente, assim como analisar as várias faces deste processo histórico de genocídio a que são submetidas às comunidades negras no Brasil. (SANTOS NZUMBI, 2017, p. 4)

Muito influenciado pela abordagem do professor Nzumbi (2011; 2017), na presente tese empreendemos uma análise/abordagem política racial do conjunto de dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida – PPV, a partir da categoria conceitual de Necropolítica (Mbembe, 2013). E, mais que isso argumentamos que os números assombrosos de mortes violentas cometidas por arma de fogo nas ruas da Bahia são fragmentos de uma realidade nacional de Genocídio Anti-Negro (VARGAS, 20017), descrita pelo Estado como “Guerra às drogas”, e por alguns pesquisadores como Estado de Sitio (AGAMBEM, 2004), ou *Guerra Civil de Novo Tipo* (MIR, 2004). No entanto, revelamos que o tipo peculiar de situação de *violência generalizada* que caracteriza os padrões de mortandade na Bahia na

última década são melhores descritos, a partir da noção de: **Guerra Racial de Alta Intensidade**.

Nesse sentido, na presente sessão, – *que tem um caráter de adições* – busco apontar outro aspecto político racial, até então negligenciado nos estudos sobre segurança pública na Bahia, que é a extrema necessidade de pesquisadores se debruçarem sobre o fato “*constrangedor*” de mesmo no contexto político de quinze anos, de ganhos sociais e econômicos sem precedentes na história do Brasil, dentro do contexto político do Partido dos Trabalhadores (PT), a população negra continua sujeita às práticas de violência estrutural, perpetradas por dispositivos de segurança do Estado (VARGAS, 2010; 2016). Como têm sinalizado, timidamente, alguns pesquisadores,

As políticas públicas pró-pobres do Partido dos Trabalhadores revelam ainda mais nitidamente a posição única, talvez sem analogias, que as pessoas negras no Brasil ocupam. No mesmo momento, único e de fato espetacular, em que principalmente a renda, mas também o acesso à educação e à saúde beneficiam desproporcionalmente, e de maneira contundente, as pessoas afro-descendentes, são também elas as mais vulneráveis a doenças letais evitáveis, segregação residencial, e, mais, emblematicamente, a mortes violentas, inclusive as causadas por agentes do Estado. Esse último fato é ainda mais perturbador pois ocorre num período no qual homicídios e violência de um modo geral diminuem para não negros (VARGAS, 2016, p.14).

Diante dessa conjuntura, minha ambição é realizar um balanço crítico da política racial (HANCHARD, 2001) protagonizada pela agência social coletiva do *movimento negro de sentido estrito*<sup>150</sup> (RUFINO 1985; PEREIRA, 2009) na Bahia contemporânea, tomando como pano de fundo o processo de ramificação de um dos dispositivos do Programa de defesa social Pacto Pela Vida; A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, o pensamento social do Movimento Negro contemporâneo<sup>151</sup>, enquanto sujeito político coletivo<sup>152</sup>, tem destaque na presente análise, especialmente, a partir do estudo crítico de material bibliográfico de militantes negros-as, que em diferentes contextos histórico-geográficos, formularam teorias organizativas

---

<sup>150</sup> Joel Rufino dos Santos ( 85 ) e Amauri Pereira ( 2019) compreendem que o Movimento negro de sentido estrito, são o conjunto de entidades, seus respectivos militantes, bem como, instâncias governamentais sobre influência/coordenação de militante negro-as , que têm protagonizado processos de luta organizada contra o racismo estrutural da sociedade brasileira, em variados campos de atuação política nas últimas quatro décadas.

<sup>151</sup>Segundo a bibliografia sobre o tema é consensualmente aceito que o termo contemporâneo se refere aos movimentos sociais negros pós-MNU, organização política negra, que refundou os pressupostos teórico-políticos da militância negra no Brasil (PEREIRA,2005).

<sup>152</sup> De acordo Sader “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas, através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER, 1995, pag 55).

transnacionais, sobre o que diz respeito à política racial em contextos de subjugação racial e Genocídio anti-negro,

... A percepção do genocídio são produtos de iniciativas de ativistas do presente e do passado. Os escritos de intelectuais ativistas, refletindo sobre teoria e ações pragmáticas empregadas por sujeitos políticos, são fontes de perspectivas sistemáticas sobre genocídio. Estes escritos nos auxiliam a entender e contextualizar as teorizações conduzidas por ativistas quando eles se envolvem com o genocídio. Iniciativas de ativistas contemporâneos que combatem o genocídio anti-negro tem uma genealogia que se remete ao passado, bem como revelam teóricos cruzando Estados Nacionais (VARGAS, 2010, p. 44).

Dentro dessa conjuntura, minha colaboração com organizações comunitárias, que tem erigido dispositivos comunitários subterrâneos de enfrentamento e prevenção ao o genocídio de pessoas pretas na Bahia<sup>153</sup>, me possibilitou a construção de um conhecimento teórico-metodológico distinto, sobretudo, ao utilizar o método etnográfico da *participação observante*, que dilata a instrumentalidade metodológica da tradicional *observação participante* ao inverter a ordem cognitiva do método tradicional,

Enquanto a *observação participante* tradicionalmente coloca ênfase na observação, a *participação observante* refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal. Na verdade, é assim que os meus dias foram gastos: depois de horas de inúmeras atividades, á noite, eu ia escrever notas sobre os acontecimentos do dia e refletir sobre como eles afetaram e foram flexionados pelas estratégias que estávamos utilizando para combater a opressão ao povo negro (VARGAS, 2008, p.175).

A dialética do meu engajamento em organizações comunitárias negras produziu um conhecimento teórico-metodológico distinto, sobretudo por me possibilitar acessar uma variedade de arquivos – ou memórias políticas – e teorias organizativas, que acumulei em meu itinerário na política racial na Bahia da última década. Desse modo, a noção de *Participação Observante* me permitiu acessar os interstícios da política racial protagonizada por dispositivos organizativos do *Movimento Negro em sentido estrito* (RUFINO 1985; PEREIRA, 2009).

---

<sup>153</sup> Desde o ano de 2011, tenho contribuído na articulação de Cineclubes, programas comunitários de manuseio de tecnologias de mídia independente e disseminação da contracultura de softwares livres nas periferias urbanas de Cachoeira –BA, através de minha participação como co-fundador e educador comunitário no Cine do Povo. Dentro desse contexto comunitário, em 2012 passo a atuar na Campanha Reaja ou Será mort@., onde tenho contribuído notadamente ; 1-Na articulação e execução de políticas culturais comunitárias dentro de comunidades urbanas diretamente atingidas pelas políticas de morte do Programa Pacto Pela Vida ; 2- Na articulação de protestos de rua , juntamente com Mães e Familiares de Vítimas do Estado Racista Brasileiro, contra a atuação letal da policia e ação de grupos de extermínio na Bahia ; 3- No planejamento, articulação e execução de quatro edições da Marcha Internacional Contra o Genocídio do povo Negro, Organizada pela Campanha Reaja em Salvador –BA desde o ano de 2013.

### 5.1 – A sombra do Triunfo: Um Panorama histórico da política racial protagonizada pelo Movimento social negro nas últimas quatro décadas no Brasil.

De acordo com Cristiano dos Santos Rodrigues (2014), em sua tese de doutorado, “*Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada*”, o Movimento Negro contemporâneo<sup>154</sup> tem galgado, desde a constituinte de 1988, a incorporação por parte do Estado de demandas advindas de sua luta política na arena pública brasileira. Demandas estas que vão desde a criação de novas instituições no interior do Estado, ou mesmo a implementação de políticas públicas voltadas ao combate às desigualdades raciais que estruturam o Brasil. Como historiciza um dos protagonistas históricos desse Movimento,

O governo do FHC no seu primeiro mandato, de 1994-1998, passou a implementar uma face particular do “neo-racismo” brasileiro: a do Estado brasileiro como “mediador” das relações raciais no Brasil, como se este não fosse um agente danoso contra as populações negras. Nos trezentos anos da imortalidade de Zumbi, foi exercida uma grande pressão do movimento negro nacional, das entidades do movimento popular, sindical e partidário. Tal situação levou o governo FHC a tomar iniciativas formais na área das relações raciais, que foram as seguintes: a criação do grupo de trabalho Interministerial (GTI), em 20 de novembro, para propor ações e políticas de valorização da população negra, e do Grupo de Trabalho a Eliminação da discriminação na Empresa e na Ocupação (GTEDEO), no Ministério do trabalho, em março de 1996, ambos com o objetivo de implementar políticas antidiscriminatórias conforme os princípios da Convenção 111 da OIT. Associado a tais fatos, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, em maio de 1996, no qual o governo destacava: “Incentivar e apoiar a criação e instalação, a níveis estadual e municipal, de conselhos da comunidade negra; apoiar a definição de ações de valorização para população negra e com políticas públicas; apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (ALBERTO, 2000, p. 296-297).

Há também, nesse período entre os anos de 1980 até o final da década de 1990, um gradual processo de institucionalização de agências políticas do Movimento Negro ou, como teorizam alguns autores-as, um processo de *Onguização da militância negra*,

Sem a pretensão de uma resposta pronta, definitiva, o que as entrevistas revelam é que o processo de onguização dos movimentos negros tem revelado uma teia complexa de transformações, profundamente inter-relacionadas; perda de um suposto caráter coletivista ou mesmo utópico, comum anos atrás; esvaziamento progressivo de uma dimensão política construída de forma articulada; agilidade de negociação; profissionalização de quadros, etc. Simultaneamente, reconhece-se que o fenômeno da onguização também pode significar adaptações aos desafios institucionais do presente, expressando assim uma exigência crescente de profissionalização de pessoal técnico, do aumento da capacidade de fazer lobby político com vistas a alcançar determinados objetivos ou ter acesso a espaços

<sup>154</sup>Segundo a bibliografia sobre o tema é consensualmente aceito que o termo contemporâneo se refere aos movimentos sociais negros pós-MNU, organização política negra, que refundou os pressupostos teórico-políticos da militância negra no Brasil (PEREIRA, 2005).

decisórios, capacidade de gerenciamento de recursos, logística administrativa, etc. (SANTOS, 2005, p. 50).

O movimento negro contemporâneo, a partir de uma *política racial de construção de oportunidades institucionais* (RODRIGUES, 2014) no Estado, vem consolidando cada vez mais uma agenda de políticas públicas de caráter racial, que tem como marco fundacional institucional a participação massiva da militância negra na 3ª *Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* (3ª CMR)<sup>155</sup>, onde foi exposta internacionalmente, em uma reunião com centenas de líderes de Estado, a realidade de sujeição, opressão e terror racial vivenciado por negros/as no Brasil, totalmente em contramão da propaganda/mito-ideologia da democracia racial (SANTOS, 2005; RODRIGUES, 2014).

A partir da *Conferência de Durban*, as agências institucionais do Estado passam a reconhecer, mesmo que timidamente, raça, racismo e discriminação racial como eixos conceituais estruturais para o entendimento e erradicação das desigualdades sociais no Brasil. E mais, depois de cinco séculos de uma política racial Estatal negacionista/genocida, o Estado brasileiro passa pela primeira vez a adotar uma estratégia afirmativo-propositiva em relação à questão racial.

No entanto, em toda epopeia triunfal há fissuras, frestas e narrativas silenciadas. Yedo Ferreira, uma personalidade histórica no contexto do movimento social negro a nível mundial, considerado por diferentes vertentes do Movimento Negro no Brasil como uma espécie de decano no quesito política racial, narra uma “*outra história*” sobre a Conferência de Durban.

Em seu escrito “*Reparação histórica o contraponto das ações afirmativas*” Yedo Ferreira (2010) analisa criticamente as fricções internas do movimento negro, dentro do processo de mobilização político racial da Conferência de Durban. Yedo Ferreira narra que o setor do movimento negro organizado em torno das plataformas organizativas das chamadas “*ONGS negras*” esvaziaram o debate/propostas em torno das reparações históricas, em benefício da pauta das ações afirmativas,

A militância que viajou à África do Sul acreditava participar de uma conferência onde trabalhos que seriam apresentados e mesmo debates a serem travados, estariam, trabalhos e debates, voltados exclusivamente sobre a discriminação e preconceitos sofridos pelo negro no seu dia a dia, porque assim foram levados a

---

<sup>155</sup>Conferência realizada na cidade de Durban na África do Sul entre os dias 31 de agosto e 08 de setembro de 2001. Reuniu 2500 representantes de mais de 170 países e foi um marco na constituição de políticas públicas de caráter reparatório em todo o mundo.

pensar. Contudo, ao chegar em Durban, acabou tendo uma surpresa desconcertante ao ficar frente a um tema como a Reparação, numa situação para qual não tinha se preparado... Em função deste lastimável erro de avaliação das ONGS – deve-se fazer o esforço grande para acreditar que não foi intencional nem que houve má fé – a militância negra do Brasil, na sua maioria, ficou assim condicionada a assistir, na conferência paralela, debates de racismo como fim em si mesmo, ou seja, abordagens sobre a autoestima do negro e as conhecidas reivindicações para o negro ser integrado na sociedade. A conferência de Durban frustrou desta maneira os militantes do Brasil, aqueles que na época há muito lutavam para que descendentes de escravizados fossem reparados pelo Estado brasileiro. Assim, nos poucos momentos em que as ONGS negras se dispuseram a debater a questão, a reparação era apresentada como “ação afirmativa” e não raras foram as vezes em que reparação e cotas acabaram sendo discutidas como um mesmo assunto. (FERREIRA, 2010, p. 27-28).

A conferência de Durban de fato foi um marco histórico no itinerário político do movimento negro contemporâneo no Brasil, um fórum de debate internacional que, para além de vocalizar as pautas do Movimento, também foi um espaço político onde fricções e cisões internas foram tensionadas, em termos estratégicos, organizacionais e programáticos. Ao ponto de que, ao final de Durban, a imbricada teia organizativa das chamadas *ONGS negras* retornam ao Brasil como uma espécie de “representantes legítimos”, ou intermediadores, entre o Estado brasileiro e as pautas políticas referentes à população negra, sobretudo, no tocante às políticas afirmativas,

Depois da Conferência de Durban esses mesmos negros e também negras que antes nenhuma importância davam a reparação, de repente passaram a demonstrar grande interesse pela questão, inclusive abordando o tema reparação em palestras. Mas, como não poderia esperar que fosse de outra maneira, falam como se a reparação fosse uma questão nova e que antes de Durban, ninguém no Brasil ou mesmo no exterior estivesse envolvido com este assunto. O que se observa nesta adoção tardia da reparação por esses negros é a sua insistência, com seus equívocos que não são poucos, acabam confundindo todos os que se interessam pela questão e não tem ainda um pensamento formado a respeito (FERREIRA, 2010, p. 29).

Diante dessa conjuntura, é notório que nos últimos 20 anos, a partir da política racial protagonizada por setores múltiplos do movimento negro, há uma mudança por parte do Estado, no que consiste a adoção de instrumentos institucionais para enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. Ou seja, a própria cultura política racial brasileira passa por mudanças, tensões, cisões, disputas e (des)construções latentes. Sendo assim, o impacto político institucional da mobilização do movimento negro não pode ser avaliado apenas no plano de alterações na estrutura burocrática do Estado, mas também, a partir de análises críticas sobre a implementação dessas políticas afirmativas.

Sendo assim, nesse mesmo período de tempo, a agência política encabeçada pelo movimento negro, atinge também esferas importantes da sociedade civil, como é o caso dos movimentos sociais e partidos políticos (FERREIRA, 2015; 2018). Uma amostra desse

contexto é que, a partir da década 90, variados movimentos sociais, centrais sindicais, pastorais da igreja católica e partidos políticos, passaram a construir, mesmo que tardiamente, estruturas organizativas internas específicas para tratar das questões referentes à raça.

O PT e a CUT, nesse sentido, se destacam por uma histórica ingerência sobre questões políticas raciais, em determinado período negando e, em outro momento, incorporando timidamente a questão racial em seus programas políticos,

Ao mesmo tempo, se olharmos para fundação do PT e CUT, verificamos que as mesmas organizações que participaram da fundação do MNU, quando atuavam nas organizações de massas do movimento operário, nunca encaram a luta contra a opressão ao povo negro como uma tarefa de ação independente das organizações operárias, fundamental para que essas conquistassem hegemonia sobre os contingentes massivos de pobres urbanos que se acumulavam nas cidades[...] Tanto na “Carta de princípios” do movimento pró-PT publicada no 1 de maio de 1979, como no “Manifesto de fundação” do partido, aprovado em 10 de fevereiro de 1980 – onde estavam presentes essas mesmas correntes de esquerda que participavam do MNU – não existe qualquer menção especial à luta contra opressão histórica ao povo negro no Brasil (ALFONSO & MATOS, 2013, p. 116-117).

É inserido nesse contexto histórico que, no estado da Bahia, a partir da ascensão no poder institucional dos governadores petistas, Jacques Wagner (2006 -2012) e com posterior sucessão do então Governador petista Rui Costa (2012), observamos a consolidação de uma agência governamental que desde seus primeiros mandatos tem se afirmado discursivamente comprometida com a implementação de políticas de equidade racial; políticas afirmativas.

Ou seja, temos um governo discursivamente alicerçado em princípios democráticos e ancorado na *escuta institucional* das demandas históricas dos movimentos sociais de base popular; como é o caso do movimento negro. Dentro desse contexto, nunca antes um governo na Bahia havia investido tanto orçamento em políticas públicas com um recorte étnico-racial, além de abarcar algumas das pautas disputadas historicamente pelos movimentos sociais negros; Políticas afirmativas, cotas raciais em universidades, televisão e no mundo empresarial, programas estatais de “combate” a discriminação racial e a criação de uma secretaria de promoção da igualdade racial (SEPROMI).

## **5.2 – Uma análise crítica da implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da BAHIA (SEPROMI).**

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (SEPROMI) foi a primeira no Brasil a articular políticas públicas para mulheres, negras e negros. A secretaria foi lançada



no primeiro mandato do governo Jaques Wagner (PT), e ganha consistência organizacional-orçamentária a partir da instituição da lei 12.357/11, de 26 de setembro de 2011, que integra a SEPROMI ao Sistema de defesa social; o Programa Pacto Pela Vida<sup>156</sup>.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade articular e executar políticas de promoção da igualdade racial e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância. Em seu regimento, aprovado pelo decreto Nº 16.296, de 26 de agosto de 2015, é possível visualizar as atribuições institucionais da Secretaria, dentro do contexto do Programa de defesa social do Pacto Pela Vida,

Art. 2º Compete à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI: I - implementar, diretamente ou em conjunto com as demais Secretarias de Estado, Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, de proteção dos direitos de indivíduos, Povos e Comunidades Tradicionais e grupos étnicos atingidos pela discriminação racial e demais formas de intolerância; II - acompanhar políticas transversais voltadas para a promoção da igualdade racial, executadas pelos diversos órgãos do Governo do Estado; III - planejar, propor, implementar e monitorar programas, projetos e ações contra práticas discriminatórias na prestação de serviços públicos, bem como na relação da Administração Pública com os servidores e agentes públicos; IV - comunicar aos órgãos e instituições competentes sobre o descumprimento da legislação referente à promoção da igualdade racial e à proteção dos direitos dos povos, comunidades tradicionais e grupos étnicos que tomar conhecimento; V - acompanhar a aplicação e evolução da legislação, acordos e convenções nacionais e internacionais sobre assuntos de sua competência e sugerir inovações e modificações na legislação estadual, quando for o caso; VI - emitir opinativo técnico nos expedientes e procedimentos em curso no Executivo Estadual, relativos a direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos grupos étnico sujeitos à discriminação e outras formas de intolerância; VII - celebrar instrumentos e promover programas de cooperação com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em atividades de sua competência; VIII - promover ações destinadas à captação de recursos financeiros junto a entidades nacionais e internacionais, para o cumprimento de sua finalidade;

IX - coordenar a implementação da Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos; X - presidir o colegiado integrante da estrutura da Secretaria; XI - coordenar o Grupo Intersetorial responsável pela elaboração dos Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental sustentáveis para Comunidades Remanescentes de Quilombos; XII - monitorar a execução dos programas federais para Comunidades Remanescentes de Quilombos, no âmbito do Governo do Estado da Bahia; XIII - exercer a Secretaria Executiva da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais - CESPCT; XIV - promover a interiorização da política de promoção da igualdade racial nos municípios do Estado da Bahia; XV - coordenar o Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SISEPIR; XVI - realizar Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, apoiar Conferências Territoriais e Municipais, e efetivar o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial; XVII - exercer outras atividades correlatas (BAHIA, 2015, p.1-2).

<sup>156</sup> Lei 12.357/11, de 26 de setembro de 2011: [https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-](https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11)

Contemporaneamente, a SEPRONI é uma secretaria estratégica no governo da Bahia, sobretudo, no que diz respeito à articulação e execução de políticas públicas de promoção da igualdade racial, com foco em segmentos populacionais que a secretaria entende como estratégicos; juventude negra, mulheres negras, bem como, povos e comunidades remanescentes de quilombos. A própria envergadura organizacional-patrimonial da SEPRONI demonstra a relevância política desta secretaria para o governo da Bahia na última década,

Art. 3º A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRONI tem a seguinte estrutura: I - Órgão Colegiado: a) Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra - CDCN, com a seguinte composição: 1. o Secretário de Promoção da Igualdade Racial, que o presidirá; 2. 05 (cinco) servidores estaduais, como representantes dos seguintes Órgãos: 2.1. 01 (um) representante da Secretaria da Educação – SEC; 2.2. 01 (um) representante da Secretaria da Segurança Pública – SSP;

3. 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE; 2.4. 01 (um) representante da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS; (Lei nº 13.204/14) 2.5. 01 (um) representante da Secretaria da Saúde. 3. 15 (quinze) representantes da sociedade civil, sendo: 3.1. 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia; 3.2. 01 (um) representante da comunidade acadêmica vinculada ao estudo das questões relevantes à comunidade negra; 3.3. 01 (um) sociólogo; 3.4. 01 (um) antropólogo; 3.5. 01 (um) representante de entidade profissional de imprensa; 3.6. 10 (dez) representantes dentre integrantes de associações, organismos e entidades representativas da comunidade negra. II - Órgãos da Administração Direta: a) Gabinete do Secretário; b) Assessoria de Planejamento e Gestão: 1. Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC; 2. Coordenação de Planejamento e Orçamento. c) Diretoria Administrativa e Financeira: 1. Coordenação de Licitações; 2. Coordenação de Contratos e Convênios. 3. Coordenação Administrativa 3.1. Coordenação de Recursos Humanos; 3.2. Coordenação de Material e Patrimônio; 3.3. Coordenação de Serviços Gerais; 3.4. Coordenação de Execução Orçamentária; 3.5. Coordenação de Suporte e Manutenção de TIC. 4. Coordenação de Finanças; d) Coordenação de Promoção da Igualdade Racial; e) Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais (BAHIA, 2015, p. 2-3).

A intrincada e robusta estrutura organizacional da SEPRONI nos trazem indícios sobre os frondosos orçamentos públicos necessários para subsidiar tamanho equipamento institucional. Bem como, demonstra reentrância que setores/frações do Movimento social negro tem no governo democrático popular do PT na Bahia.

A SEPRONI, tal quais outras secretarias de promoção de igualdade no Brasil contemporâneo, é um dispositivo institucional que é instituído dentro do lastro de mobilizações dos partidos de esquerda e ONGS negras, sobretudo, após Conferência de Durban, onde há um aprofundamento na institucionalização político-estatal de políticas de promoção da igualdade.

Esse processo de institucionalização de programas de equidade racial se efetiva na primeira década do século XXI com a construção da *Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, a instituição de conferências municipais, estaduais e nacionais de *promoção da igualdade racial* e os *programas de ação afirmativa no nível superior de ensino*, fatores estes que demonstram como a agência política do movimento social negro impactou as esferas do Estado, sobretudo, no que consiste a alocação de quadros políticos do Movimento social negro dentro de estruturas de governo.

Dentro dessa conjuntura, para além de articular e executar políticas de promoção da igualdade, a SEPRMI representa a materialização – inclusive orçamentária – das reivindicações, pautas e diretivas programáticas de um setor específico do Movimento social negro baiano. Nesse sentido a SEPRMI é também um dispositivo institucional da política racial do Governo da Bahia e sua histórica interação com militantes negros-as.

A SEPRMI, nesse sentido, para além de uma pretensa “benfeitoria” do governo democrático popular do PT, é também a consolidação das reivindicações de um conjunto vasto de entidades políticas negras, que possuem unidade de propósito no que consiste a noção tática de ocupação de postos institucionais do Estado, seja através de eleições – em seus vários âmbitos – ou na gerência de instituições públicas e privadas de promoção da igualdade racial. Essa fração do Movimento social negro, mesmo com origens diversas e muitas vezes programas organizativos antagônicos, é historicamente oriunda de frações do Movimento Negro Unificado (MNU).

O MNU espalhou-se gradativamente a partir de 1978, fincando profundas raízes na história política da Bahia e sua experiência organizativa é uma referência histórico-cultural na política racial de diferenciados agrupamentos políticos de negros-as, até mesmo na contemporaneidade (CONCEIÇÃO, 1988; NZUMBI, 2010).

A territorialização do Movimento Negro Contemporâneo na Bahia, a partir da atuação de núcleos do MNU na cidade de Salvador, também foi entrecruzada por disputas internas de ordem programática e teórico-ideológicos de frações dentro do movimento negro. Formularam propostas organizacionais de enfrentamento ao racismo baseadas, sobretudo, no léxico político marxista, notadamente, pela relação histórica do PT com diversas entidades políticas de negros-as, como é o caso do MNU.

Para além de filiações ideológicas, a fricção política ocasionada pela presença do pensamento marxista na formação do movimento negro contemporâneo na Bahia, gerou várias tensões que em médio prazo, delimitaram os limites e possibilidades da aplicabilidade teórico-organizativa do marxismo no enfrentamento aos dilemas raciais. Essa tensão político-racial foi o estopim de uma nova fase na política racial na Bahia, em que a criação de núcleos, secretarias e setores específicos para negros dentro das estruturas organizacionais de partidos, movimentos sociais e entidades de classe, tomou forma e, contemporaneamente, é uma pauta materializada pela inauguração da SEPROMI, para se citar apenas um exemplo.

Nesse sentido, é pertinente avaliarmos em que medida o MNU – a nível nacional e na Bahia – é historicamente uma das referências na cultura organizacional de diferenciados agrupamentos de negros/as que constroem estratégias contra o racismo estrutural no Brasil. Ou mesmo, agrupamentos de negros-as que mesmo deslocados ideologicamente das perspectivas do MNU, herdaram tecnologias organizacionais da entidade.

Jonatas Conceição (1988) aponta que essa diversidade cultural e política dos sujeitos sociais que erigiram e impulsionaram o MNU, na sua primeira década de atuação na Bahia, se manifestou na constituição de três setores organizativos que atuavam na época, muitos dos quais em constante conflito político-ideológico e que, em momentos distintos da história organizativa do MNU, hegemonizaram a liderança política de atuação do movimento nas comunidades.

O primeiro setor identificado por Jonatas Conceição (1988) era o agrupamento que defendia que a política de protesto do Movimento Negro Unificado deveria estar alinhada a uma perspectiva de ascensão social dentro da ordem racial dominante (CONCEIÇÃO, 1988). O segundo setor do MNU era constituído de negro/as que tinham uma perspectiva política ideológica marxista-leninista, alicerçando seu protagonismo racial a partir de uma noção de “vanguarda revolucionária”. O terceiro e último setor que se agrupava dentro do MNU era constituído de pessoas que acreditavam na noção de trabalho de base comunitário e, de acordo com Jonatas Conceição, foi o setor que mais se espalhou pelo interior do movimento, sobretudo, por seu trabalho comunitário permanente nas comunidades diretamente atingidas pelas políticas de morte (MBEMBE, 2018).

A concretização da SEPROMI, enquanto uma secretaria estratégica no governo da Bahia na última década, é a materialização em política pública das pautas, demandas e cultura política racial de uma fração específica do movimento social negro na Bahia, que pode ser

melhor descrita, através do depoimento de uma das personalidades públicas, o sindicalista e ex-deputado (PT) negro Luiz Alberto,

O movimento negro nacional, em particular o MNU, vem discutindo nos últimos anos que as novas formas institucionais de combate ao racismo também passam pela elaboração de alternativas legislativas, as quais tenham conteúdo de ações afirmativas que prevaleçam e legislações compensatórias, reparatórias (ou indenizatórias) de proporcionalidade étnico-racial e outras relacionadas às legislações do trabalho e do direito social. Estes instrumentos jurídicos podem ser traduzidos nas políticas públicas de igualdade de oportunidade no emprego, na saúde, e condições reais de uma vida com qualidade, pois não basta ter o direito a vida; é necessário, sobretudo, ter direito a vida com qualidade (ALBERTO, 2000, p. 299).

O relato do ex-deputado Luiz Alberto, esmiúça o conjunto de táticas protagonizadas pela fração do movimento negro na Bahia que vem gradativamente construindo canais institucionais de interlocução entre o Estado e agrupamentos organizados de negros/as. A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia é fruto desse acúmulo político racial de décadas.

No entanto, no mesmo período de tempo em que o governo da Bahia investe frondosos recursos em dispositivos de promoção da igualdade racial, como por exemplo, a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (SEPROMI), vemos a ramificação – na capital e interior baiano – de altos índices de violência letal que tem atingido de sobremaneira a juventude negra. Demonstramos na presente tese, que os altos investimentos em armamento, munições, policiamento ostensivo e repressão qualificada, não frearam a matança em andamento, pelo contrário, as técnicas foram aprimoradas e intensificadas em sua letalidade. A Bahia é nesse contexto um fragmento de uma realidade nacional,

A esquerda brasileira, e principalmente o Partido dos Trabalhadores, por mais que tenha apoiado programas de combate ao racismo, o que inclui políticas de acesso ao ensino superior, de moradia e de renda suplementar, não foi capaz nem de reconhecer a centralidade da antinegritude em seu auto entendimento e práticas, nem de atualizar uma mudança estrutural nas condições sociais, incluindo os modos de cognição da sociabilidade, que requerem e reproduzem a exclusão negra. Mudanças pragmáticas ocorreram, sem dúvida. Importantes, sem precedentes no que tange a ênfase e ao sucesso relativo e temporário na distribuição de renda e terra. Mas aspectos estruturais da desigualdade permanecem. (VARGAS 2017, p. 85)

O breve balanço sobre a incorporação da questão racial na estrutura organizacional do programa de defesa social do Programa Pacto Pela vida, através da instituição da SEPROMI, demonstra limites e possibilidades do tratamento de categorias como raça e racismo por parte de governos democráticos populares na Bahia contemporânea. Um dos principais entraves, ou dualidade, nas ações de promoção da igualdade articuladas pela SEPROMI, é a total ausência de políticas públicas priorizem o enfrentamento e prevenção aos altos índices de homicídios

que acometem de sobremaneira os jovens homens negros no Estado. Há, nesse sentido, por parte da SEPROMI e seus prepostos, um comportamento político institucional que conceituarei na presente tese como: *política racial Linha Auxiliar*.

A noção de *política racial linha auxiliar* é uma referência à teoria **Nacionalista Negra**, que tem analisado a relação das elites políticas negras<sup>157</sup> com governos supremacistas brancos de esquerda ou direita, em diferenciados contextos históricos. Tendo em obras como, *Luta de classes na África* (2017), de Kwame Nkrumah, bem como a obra *Stokely Fala: Do poder Negro ao Pan-africanismo* (2017), de Stokely Carmichael, como nossas principais referências teóricas transnacionais (NKRUMAH, 2017; CARMICHAEL, 2017).

Kwame Nkrumah, em seu livro *Luta de classes em África* (2017), dedica um capítulo específico ao estudo do comportamento político da elite negra que hegemonizou dispositivos do Estado no contexto do processo de consolidação das lutas políticas anticoloniais em África. Nkrumah argumenta que o elitismo, enquanto ideologia e teoria política surge no contexto da segunda metade do século XIX, notadamente, nas obras dos sociólogos italianos Vilfred Pareto e Gaetano Mosca, que afirmavam que nas sociedades burguesas industriais de massa, mesmo aquelas pautadas por princípios democráticos, uma minoria política deteria o poder de gerir instituições jurídicas e políticas,

Um dos princípios fundamentais da teoria elitista pretende que o poder gera o poder e que, no que diz respeito a política, as massas são apáticas, submissas e indiferentes. A democracia foi definida como um conflito de oligarquias rivais... Os primeiros elitistas não escondiam sua intenção de demolir o mito da “democracia”. Pretendiam comprovar que, nas pretensas democracias, o povo ou a maioria do povo não governa e que, pelo contrário, isto é trabalho de uma elite (NKRUMAH, 2017, p. 30).

Analisando o contexto político de luta de libertação no continente africano, Kwame Nkrumah ressalta que as práticas de gerência do Estado adotadas historicamente pela elite política africana, seja no período colonial, neocolonial e no pós-independência, são enormemente influenciados pelos princípios ideológicos do elitismo. Uma das características dessa elite política africana europeizada ideologicamente, inclusive se tratando dos Partidos revolucionários que protagonizaram as lutas de libertação no continente africano, é a histórica posição de servidão e subalternidade em relação à supremacia branca,

---

<sup>157</sup> Quem tiver mais interesse em compreender o papel de linha auxiliar das Elites Negras ler em: **Declaramos Guerra ao Inimigo interno, de Samora Machel; O poder Negro de E.U. Essien-Udon; Uma questão de raça de Cornel West; A África deve Unir-se de Kwame Nkrumah e Mensagem ao Movimento Negro de Assata Shakur.**

A burguesia africana tem elites europeizadas. Na época colonial, a elite era constituída por aqueles que estavam na direção dos conselhos legislativos e serviços administrativos, ou profissões jurídicas, médicas, administrativas, ou ainda que desempenhavam altos cargos no exército e na polícia. A sua posição foi reforçada pós-independência [...] Foi também nesta época que surgiram o que se pode chamar os “novos ricos do partido”. É uma elite que se desenvolveu no seio do próprio partido que arrancou a independência política do imperialismo. As tendências de direita e de esquerda entraram em conflito, por que, uma vez conquistada a independência e o partido no poder, os elementos de direita não ambicionavam senão seu enriquecimento pessoal. Serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregar ao nepotismo e a corrupção [...] Contudo, de modo geral, as elites africanas não são senão os subalternos do imperialismo. Recebem apenas migalhas dos lucros tirados dos investimentos, das sociedades comerciais e dos quadros das empresas estrangeiras. Eis como, uma vez mais, caem na armadilha do neocolonialismo (NKRUMAH, 2017, p. 31).

Na outra margem do atlântico, Stokely Carmichael, autor nacionalista negro, contribuiu enormemente nos estudos em torno das práticas e comportamentos políticos de elites negras na diáspora. Em seu livro *Stokely Fala: Do poder Negro ao Pan-africanismo* (2017), Carmichael realiza uma profícua análise sobre o que chama de comportamento político liberal das elites negras militantes nos EUA, notadamente, no contexto das lutas políticas raciais da era dos direitos civis e seus desdobramentos no âmbito das relações raciais nos EUA.

No capítulo intitulado “*As armadilhas do liberalismo*”, Carmichael postula que o movimento negro nos EUA – em suas múltiplas subdivisões – estaria enormemente influenciado por concepções liberais de política racial. Especialmente, no que diz respeito à estratégia política racial de incorporação de militantes negros-as em instâncias de gerenciamento do Estado. De acordo com Carmichael, a principal armadilha do campo liberal do movimento negro seria confundir erroneamente noções como poder e influência junto ao Estado,

Não penso que os liberais entendam a diferença entre influência e poder, e os liberais se confundem buscando influência e não poder [...] Vamos examinar o período anterior a legislação em matéria de direitos civis nos Estados Unidos. Havia uma coalizão de movimentos trabalhistas, do movimento estudantil e da igreja para passagem de certas leis e direitos civis; enquanto esses grupos formaram uma ampla coalizão liberal e, enquanto puderam exercer sua influência para que aprovassem tal legislação, não tinham o poder de implementar a legislação, uma vez que se tornou lei. O liberal luta para influenciar a mudança não pelo poder de implementar a mudança. (CARMICHAEL, 2017, p. 197).

Há de se advertir que, as práticas e cultura político-racial linha auxiliar possuem um vasto itinerário histórico na política racial do Brasil. O professor Fernando Conceição (2005), em seu livro; *Como fazer amor com um negro sem se cansar e outros textos para o debate contemporâneo da luta anti-racista no Brasil* (2005), discorre que o movimento social negro

possui uma série de contradições, cisões e disputas internas, que são características comuns no âmbito da própria cultura política dos Movimentos Sociais.

De acordo com Fernando Conceição (2005), no Brasil, de maneira geral (na Bahia não era diferente), um setor político racial denominado pelo autor como “*Movimento Negro de resultados*”, estava gradativamente hegemonizando os canais de diálogo institucional entre a comunidade negra e o Estado, sobretudo, orientado por interesses partidários, ou de ascensão social econômica, através da ocupação de cargos políticos na máquina estatal. De acordo com Conceição,

Essas entidades, ao que parece, entendem a modernidade como o não-conflito, a não-explicação da guerra urbana hoje instalada em vários centros do país. Como seus líderes lucram com essa situação, elas não querem alteração do estado de coisas aí instalado. Nesse sentido, em vez de moderno, o discurso desse setor do movimento negro é, na verdade, um discurso neoconservador. Há tempos esse setor vem se aliando e fazendo parcerias justamente com os grupos que controlam as esferas de decisão política, nas quais o negro brasileiro se mantém alijado. Desde a década passada, lideranças negras são incorporadas como assessores a máquina estatal, em várias partes do País – como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. A Bahia é um caso grave, que merece estudo acurado (CONCEIÇÃO, 2005, p.158).

As ácidas análises do professor Fernando Conceição (2005) demonstram as fricções internas na política racial protagonizada historicamente por entidades do *movimento negro de sentido estrito* na Bahia e destacam outros aspectos da *estratégia de construção de oportunidades institucionais* (RODRIGUES, 2014) de setores do movimento negro; ética política, cooptação e aparelhamento racial dos partidos políticos.

Lélia Gonzalez (2018) foi uma das intelectuais e militantes negras que dedicou-se enormemente na formulação de uma teoria organizativa em torno das práticas, táticas e estratégias utilizadas pelo movimento negro contemporâneo, sobretudo, no que tange a alocação de militantes negros-as na estrutura do Estado (GONZALEZ, 2018). A cooptação de elites políticas negras foi um tema assiduamente discutido pela autora,

Essa coisa da solidariedade é fundamental. Falo de uma perspectiva ética, evidentemente, mas estou apontando para o político. E essa solidariedade que vai permitir que você não se envolva com as formas de cooptação que vem de fora. Então a gente percebe que isso leva a essa falta de perspectiva de implementação de uma prática política e de um trabalho efetivo, concreto, visando o futuro. A gente nota que determinados quadros, que são pessoas assim que tem uma competência, uma capacidade se deixam levar pelas propostas de cooptação que vem da parte do sistema. (GONZALEZ, 2018, p. 384)

A narrativa de Lélia Gonzalez é baseada em sua experiência como uma das principais lideranças responsáveis pelo soerguimento e ramificação nacional, no final da década de



1970, de um novo tipo de organização política de luta contra o racismo, que tinha a pretensão de construir um novo marco organizacional, que aglutinasse a estrutura de um partido político nacional, mas com a capilaridade e autonomia de um movimento social (HANCHARD, 2001). É nesse bojo que emerge o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente tornou-se o Movimento Negro Unificado (MNU).

Ao retomar criticamente a história política da fundação do MNU, Lélia Gonzalez (2018) remonta as tensões e retesamentos históricos da agência negra organizada e sua relação, muitas vezes conflituosa, quando não de assimilação racial, frente a dispositivos políticos da esquerda branca (GONZALEZ, 2018). Lélia Gonzalez ressalta que, ironicamente, uma das importantes forças sociais que impulsionaram a fundação do MNU foi um setor de uma organização marxista Trotskista clandestina, chamada Convergência Socialista. Lélia Gonzalez (2018) destaca que, como um campo estratégico de treinamento político para vários militantes do Movimento Negro Unificado, a Convergência Socialista, através de seu *Núcleo Negro Socialista*, foi protagonista de uma importante aliança entre o movimento negro e grupos marxistas em torno da questão racial.

Contudo, entre a concepção do MUCDR (junho de 1978) e a concretização do MNU (setembro de 1978), ocorreu uma série de tensões e reações ao projeto político do Núcleo Negro Socialista. Uma primeira tensão foi em torno da relação umbilical entre o Núcleo Negro Socialista e a Convergência Socialista. Para muitos militantes negros, os negros organizados em torno do Núcleo Negro Socialista (NNS) eram militantes de esquerda, que atuavam dentro da organização antirracista, utilizando-a como correia de transmissão para os ditames políticos ideológicos da direção da Convergência Socialista, que tinha sua direção composta basicamente de homens brancos de classe média.

Lélia Gonzalez (2018) ressalta que, a experiência histórica de formação do MNU, com embates teórico-ideológicos dentro e fora da esquerda branca, foi crucial para, anos mais tarde, setores do movimento negro centrassem fogo na estratégia política racial de criação de núcleos, secretarias e setores específicos para negros dentro das estruturas organizacionais de partidos, movimentos sociais e entidades de classe.

No entanto, já nessa época, Lélia Gonzalez, que estava ativamente organizada em entidades da esquerda branca – como o PDT e o PT – realizou uma autocrítica sobre os limites e possibilidades de dispositivos de inclusão de diversidade racial e de gênero, que

invariavelmente estavam sobre tutela da esquerda branca. Seu depoimento sobre sua participação no conselho da mulher é bem conclusivo nesse sentido,

Olha, com relação aos conselhos, nem tanto. É uma faca de dois gumes. Minha experiência é como Conselho dos direitos da mulher, onde fomos parar em um beco sem saída, porque o conselho engoliu a gente. Mil propostas, todo mundo querendo trabalhar, fazer e acontecer, o maior entusiasmo. E, no entanto, bastou uma penada de um ministro da justiça desses aí e acabou tudo. É isso que nós não podemos perder de vista. É claro que devemos ter frentes de trabalho e eu vejo o Conselho como uma frente de trabalho. Como tal, ela é provisória, absolutamente provisória e você não pode esperar grandes resultados dela... E eu fico preocupada é com a disputa que se trava para participar dessas frentes. Ai neguinho mata a mãe do outro e, de repente, acabou-se a visão de comunidade, entra a visão individualista típica da cultura ocidental. Neguinho cai nas armadilhas do individualismo, briga com outro, sacaneia, entrega o nome na praça para conseguir um carguinho idiota onde ele não tem possibilidade de fazer grandes coisas. (GONZALEZ, 2018, p. 386)

De maneira geral os autores-as supracitados postulam que, elites políticas negras; financeiras, intelectuais e burocráticas, mantêm o seu *status quo racial*, às custas de serem mantenedores de uma etiqueta racial de subjugação e assimilação racial, que busca a incorporação com as estruturas de poder da supremacia branca, através de uma proposição tática de acesso a postos institucionais do Estado. Ou como têm teorizado militantes-pensadores do movimento negro contemporâneo,

Hoje a direita busca golpear com violência a esquerda no Brasil, se aproveitando de erros de concepção desenvolvidos por setores oportunistas e aparthistas do campo majoritário do Partido dos Trabalhadores, que se aliaram com forças retrógradas da sociedade brasileira para buscar garantir seus projetos imediatistas, tentando aparelhar o estado brasileiro, como já haviam feito com setores importantes do movimento sindical. Este mesmo campo político, supostamente de esquerda, tem como prática cooptar quadros do movimento, tenta esvaziar os movimentos sociais, isolar setores que lhes são críticos, implantando uma política de subserviência e compadrio. (BARBOSA, 2018, p. 228)

Diante dessa conjuntura, na Bahia da última década, o conjunto de agrupamentos políticos de negros/as que têm hegemonizado os fóruns institucionais de promoção da igualdade racial, como é o caso da SEPRMI, tem se consolidado como uma das principais agências propagadoras de uma *política racial linha auxiliar*, que tem feito vista grossa, ou mesmo, defendido publicamente a política de segurança pública genocida do governo do PT na Bahia.

Um dos exemplos do conjunto de *políticas raciais linhas auxiliares* agenciadas pelos prepostos da SEPRMI pode ser melhor observado ao retomarmos episódios emblemáticos da segurança pública na Bahia, notadamente, que tiveram repercussão midiática e apelo da opinião pública e sociedade Civil organizada, como a Chacina do Cabula.

### **5.3. A política racial Linha Auxiliar da SEPROMI como contraponto às mobilizações comunitárias pela justiça, memória e verdade da Chacina do Cabula.**

A internacionalmente conhecida “Chacina do Cabula”, aconteceu no dia 06 de fevereiro de 2015, na comunidade negro-periférica da Vila Moisés, no bairro do Cabula, na cidade de Salvador-BA. Na chacina, 12 jovens negros<sup>158</sup>, com idades entre 15 e 28 anos, foram executados com mais de 100 tiros, depois de serem encurralados e rendidos por policiais militares vinculados a Rondas Especiais/PM-BA; a RONDESP (SANTOS, 2018).

A chacina do Cabula foi tratada em denúncia do Ministério Público como um crime praticado por agentes do Estado em serviço, crime esse motivado por vingança diante de um confronto entre policiais e operadores do varejo de droga, no dia 17 de janeiro de 2015, também na vila Moisés (SANTOS, 2018). De acordo com investigações do ministério público, policiais lotados na RONDESP - Rondas Especiais/PM-BA, organizaram uma larga operação extrajudicial de execução. Operação essa chefiada pelo Subtenente Júlio César Lopes Pitta, que premeditou e organizou toda ação, com apoio logístico-operacional de outros integrantes da RONDESP. Na época, a Chacina ganhou enorme notoriedade midiática e mobilizou diferentes setores da opinião pública baiana, notadamente, depois das declarações do Secretário de segurança pública – Maurício Barbosa - e, do Governador recém empossado; Rui Costa,

A resposta é essa. O estado tem que atuar de forma enérgica no combate a criminalidade e ao crime organizado. Defendo muito a vida dos meus policiais, o que importa é a vida dos policiais e da sociedade (JORNAL A TARDE, 2015).

Em perfeito consenso com as declarações do Secretário de Segurança pública, foram às afirmações em entrevista coletiva do então Governador da Bahia Rui Costa (PT):

“É como um artilheiro em frente a um gol, que tem que decidir em alguns segundos como é para colocar a bola para fazer um gol. Depois que a jogada termina, todos os torcedores da arquibancada, se foi feito o gol vai dizer que fez um golaço e vai repetir várias vezes na televisão. Se o gol foi perdido, o artilheiro vai ser condenado, se tivesse chutasse desse ou daquele jeito teria entrada”, afirmou o governador. Segundo ele, no entanto, a polícia deve agir como determina a legislação. “A polícia, assim como manda a constituição e a lei, tem que definir a cada momento, e nem sempre é fácil fazer isso. Qual o limite de energia e de força? Tem que ter a frieza necessária e a calma necessária e a escolha muitas vezes não resta muito

---

<sup>158</sup>Os jovens negros assassinados foram; Jefferson Pereira dos Santos (22 anos), Adriano Souza Guimarães (21 anos) , Rodrigo Martins de Oliveira (17 anos), Ricardo Vilas Boas Silva (27 anos), Agenor Vitalino dos Santos Neto (19 anos), João Luis Pereira Rodrigues (21 anos), Natanael de Jesus Costya (17 anos), Caíque Bastos dos Santos (16 anos), Evson Pereira dos Santos (27 anos), Bruno Pires do Nascimento (19 anos), Vítor Amorim de Araújo (19 anos) e Tiago Gomes das Virgens (18 anos).

tempo. São alguns segundos que nós temos para decisão” (Jornal Bahia Notícias, 2015).

As falas do Secretário de Segurança Pública e do governador Rui Costa (PT) repercutiram negativamente, seja no âmbito da mídia local e nacional, quanto no âmbito das dinâmicas da política racial na Bahia, notadamente, no que diz respeito a atuação dos movimentos sociais, ONGs e agrupamentos políticos comunitários.

A pesquisadora Aline Santos (2018), demonstra em seu trabalho; *Chacina do Cabula: um estudo de caso sobre seletividade racial nas ações da segurança pública do Estado da Bahia* (2018), em que medida a repercussão negativa da Chacina do Cabula abalou as dinâmicas internas do governo da Bahia, sobretudo, tendo em vista o fato de que diferenciadas instâncias institucionais, que atuavam na defesa dos direitos humanos e na promoção da igualdade, foram provocadas por setores comunitários do movimento negro, bem como, por ONGS internacionais de direitos humanos, a se manifestarem publicamente diante de declarações desumanas do governador Rui Costa, bem como, da postura corporativista da polícia civil, que fez de um todo para tentar obstruir as investigações do Ministério Público,

No mesmo período a Organização Reaja enviou para o governador Rui Costa, para Lúcia Barbosa (Secretária de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia) e para Geraldo Reis (Secretário de Direitos Humanos e desenvolvimento social do Estado da Bahia) uma carta de repúdio a postura do governo do Estado. A Justiça global que também acompanhou e denunciou o caso para a Organização das Nações Unidas (ONU) em agosto de 2015, alega que, houve corporativismo da polícia civil baiana que apresentou um inquérito ignorando laudos necroscópicos, entre outros procedimentos considerados importantes para a elucidação do crime (SANTOS, 2018, p. 41-42).

A Chacina do Cabula desdobrou-se em um processo de luta organizativa-comunitária de Familiares e amigos das vítimas. Sobretudo, pelo protagonismo da Campanha Reaja ou Será mort@<sup>159</sup>, que foi o principal agente social mobilizador e aglutinador de uma poderosa articulação comunitária, notadamente, a partir do protagonismo de familiares da *Associação de Familiares de Amigos/as de Presos/as da Bahia (ASFAP)* e os *Núcleos de Mães, Familiares e Vítimas do Estado Racista Brasileiro*<sup>160</sup>. A partir dessas duas instâncias organizativas comunitárias, compostas de uma extensa rede política racial subterrânea, com

<sup>159</sup>Sobre a Campanha Reaja ver: <https://reajanasruas.blogspot.com/p/quem-somos.html>

<sup>160</sup>Um processo de luta organizativa comunitária que pode participar ativamente como militante da Campanha Reaja ou Será mort@, notadamente; -Na articulação e execução de políticas culturais comunitárias dentro de comunidades urbanas diretamente atingidas pelas políticas de morte do Programa Pacto Pela Vida ; 2- Na articulação de protestos de rua, juntamente com Mães e Familiares de Vítimas do Estado Racista Brasileiro, contra a atuação letal da polícia e ação de grupos de extermínio na Bahia ; 3- No planejamento, articulação e

articuladores/as espalhados em postos avançados em Salvador, região metropolitana e cidades do interior, a Campanha Reaja colocou em xeque o discurso democrático-popular e de equidade racial do PT na Bahia.

Dentro dessa conjuntura de luta organizativa comunitária, pude estar em contato direto ou indireto, com prepostos da SEPRONI, sobretudo, em audiências públicas, na entrega de petições reivindicativas junto a Secretaria, em protestos de rua e em reuniões da secretaria com o *Núcleo de Mães, Familiares e Vítimas do Estado Racista Brasileiro*. Em todos esses episódios, ficou evidente nas proposições e manobras políticas dos prepostos da SEPRONI, uma forte tendência de desautorizar publicamente as graves denúncias realizadas pela Campanha Reaja e pelo *Núcleo de Mães, Familiares e Vítimas do Estado Racista Brasileiro*, bem como, uma postura de mediação e de “relações públicas” junto à corporação policial.

Tomando como instrumental metodológico a noção de *Participação Observante* (VARGAS, 2008; 2010; FERREIRA, 2015), vou narrar alguns desses episódios, muitos dos quais estive presente e outros tantos que tive conhecimento através dos fóruns de debate internos da Campanha Reaja e do *Núcleo de Mães, Familiares e Vítimas do Estado Racista Brasileiro*.

No mês de março (2015), a **Campanha Reaja ou Será Morta@** foi recebida em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na OEA, para tratar de extermínio de jovens negros no Brasil<sup>161</sup>. Dentro desse contexto, o governo brasileiro, representado pelo *Secretário de Ações Afirmativas da SEPPIR; um homem negro*, um conhecido militante do MNU da Bahia, que fez uma longa e exaustiva fala, admitindo a falência do governo em reduzir os índices de desigualdades e letalidade que atingem de sobremaneira o Povo Negro. Contudo, apesar de apresentar relatórios, protocolos e programas fantasmas o governo saiu derrotado na reunião.

Ainda no mesmo mês, também no contexto da luta comunitária por justiça e reparação **de mães, pais e familiares das vítimas da Chacina do Cabula**, aconteceu uma reunião, amplamente divulgada pela mídia, entre a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Bahia (SEPRONI) e o baixo-oficialato da Polícia Militar, especialmente, com representantes das tropas especializadas, como RONDESP, Caatinga, Peto, entre outras unidades policiais

---

<sup>161</sup>Ver em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/2015/03/oea-cobra-aco-es-para-enfrentar.html>

especializadas <sup>162</sup>. O objetivo publicamente anunciado da reunião era montar um grupo de trabalho para discutir questões raciais no contexto do exercício policial,

Em reunião na tarde desta quarta-feira (25), na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (Sepromi), em Salvador, representantes da pasta e da Polícia Militar decidiram formar um grupo de trabalho para desenvolver ações conjuntas relacionadas às questões raciais. Estão previstas capacitação para integrantes da corporação, com reformulação de disciplina ofertada no curso de soldados, e ampliação para outras graduações, além de interlocução com organizações da sociedade civil a partir da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa. Também foram discutidas parcerias para execução do Plano Juventude Viva, voltado para a inclusão social dos jovens negros e o enfrentamento à violência contra o segmento; projetos nas bases comunitárias de segurança e valorização dos profissionais que atuam nesses espaços; e atividades de sensibilização nas tropas especializadas, como Rondesp, Caatinga, Peto, entre outras.

Segundo a titular da Sepromi, Vera Lúcia Barbosa, a relação entre as secretarias vai contribuir não apenas para formação da corporação na promoção da igualdade racial, mas para a aproximação com a população baiana. “Essa união é mais uma medida em prol da comunidade negra, visando a garantia dos seus direitos e ampliação do acesso às políticas públicas”, afirmou a gestora. “É imprescindível essa parceria até porque nossos policiais são parte da sociedade. Já incluímos em nossos cursos diversas orientações que capacitam os policiais a multiplicarem o respeito a todos os gêneros e culturas”, disse o comandante-geral da PM, coronel Anselmo Brandão (retirado de: BAHIA, 2015.).

Na época, avaliamos que essa reunião teve um triplo objetivo tático no contexto das lutas políticas raciais em torno da Chacina do Cabula: 1- formalizar uma parceria interinstitucional entre uma secretaria de promoção da igualdade e a SSP-BA; 2- selar uma aliança operacional entre uma elite negra burocrata e uma elite negra militar; 3- a reunião cumpriu o papel de tentar salvar a imagem pública do governo de Rui Costa, que havia sido abalada politicamente no cenário internacional, diante nossa fala na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na OEA.

A reunião causou grande “*furor*” nos fóruns de debates da política racial na Bahia, sobretudo, diante de um contexto em que a imagem da corporação policial estava extremamente desgastada, não se esperava uma posição conciliatória, sobretudo, por parte de uma Secretaria de governo, que em tese, deveria preservar os direitos da população negra e, no entanto, formava uma aliança pública com um dos setores mais belicistas da corporação policial; As Companhias Independentes de Policiamento Tático.

Do ponto de vista da luta política racial comunitária que eu estava inserido, a reunião

---

<sup>162</sup> Ver em: <http://www.secom.ba.gov.br/2015/03/124551/Sepromi-e-PM-formam-grupo-de-trabalho-para-realizar-aco-es-ligadas-as-questoes-raciais.html>

entre prepostos da SEPROMI e das Companhias Independentes de Policiamento Tático, serviu como um alerta para todos nós. Um alerta sobre a fragilidade de nossa segurança e a certeza de que se fossemos assassinados no contexto da luta por justiça e verdade da Chacina do Cabula, não teríamos nenhum tipo de apoio ou respaldo junto ao governo e suas instituições de promoção da igualdade.

No mesmo período em que foi instalado o grupo de trabalho entre a SEPROMI e a corporação policial, militantes da Campanha Reaja estavam sob constantes ameaças de morte, como denunciou a ONG internacional de direitos humanos, Justiça Global,

Na segunda semana de junho, quando a Justiça decidiu acatar a denúncia do Ministério Público pedindo o indiciamento de nove envolvidos na Chacina, uma viatura da PM passou a vigiar a rua onde Hamilton mora. O carro chegou, em alguns dias, ficar estacionado em frente à residência do defensor de direitos humanos, onde, PMs revistaram e chegaram a espancar moradores do bairro. Nesta mesma semana outros integrantes da Campanha foram ameaçados, com constantes blitz feitas pelas polícias civil e militar da Bahia na Engomadeira, no Cabula, especialmente próximo onde moram familiares dos jovens assassinados e que integram a Campanha Reaja. Esse não é o único caso de perseguições a pessoas que acompanham o caso, jornalistas que cobriram a Chacina do Cabula e a execução de Geovane Mascarenhas de Santana, 22 anos, em Salvador, no dia 2 de agosto de 2014, também sofreram intimidações, como tem denunciado o Sindicato dos Jornalistas da Bahia. A Justiça Global, parceira da Quilombo X e da Campanha Reaja, nas denúncias sobre Cabula, solicitou à OEA que acompanhe os desdobramentos do processo da Chacina do Cabula e as ameaças de morte aos integrantes da Campanha Reaja. E que o Governo da Bahia adote medidas que cessem as violações de direitos humanos e as ameaças aos integrantes da Campanha Reaja. (JUSTIÇA GLOBAL, 2015.).

Cabe um breve histórico da espiral de violência racial que articuladores e apoiadores da Campanha Reaja foram, e ainda estão sujeitados na última década na Bahia. No ano de 2013, após a I Marcha, uma guarnição não identificada da Polícia Militar, tentou invadir a casa de um dos membros fundadores da Campanha Reaja. Em 2014, durante todo o ano, nossos militantes foram achacados pela polícia militar da Bahia; armas apontadas para cabeça de nossos articuladores quando identificados como militantes em abordagens policiais, detenções arbitrárias com acusações de “*usar tatuagem de ladrão*”. Um ônibus que voltava da II Marcha foi interceptado por uma guarnição não identificada da polícia militar. Além de serem humilhados na abordagem policial, os jovens tiveram o material de propaganda política da Reaja ilegalmente apreendidos (Faixas e camisas) com a acusação que era material de “defensores de ladrão”.

Já no início de 2015, um de nossos articuladores na cidade de Cachoeira-BA, foi capturado e espancado covardemente por policiais militares, por estar usando a camisa da Campanha Reaja. Somados a esse fato, em meados de julho, organizamos na cidade de

Cachoeira-BA, mais especificamente na quadra poliesportiva de um colégio estadual, uma atividade cultural comunitária, que contou com a presença de militantes do *Núcleo de Mães, Familiares e Vítimas do Estado Racista Brasileiro*, com o objetivo de instalarmos o Comitê de mobilização do Recôncavo, rumo à III Marcha Contra do Genocídio do Povo Negro, organizada pela Campanha Reaja. No entanto, a atividade cultural comunitária foi literalmente cercada por unidades policiais especiais, em uma evidente política de intimidação racial,

Em uma clara tentativa de intimidação, polícias invadem com fuzil na mão, o lançamento do Comitê do Recôncavo da III Marcha Contra do Genocídio do Povo Negro em Cachoeira. Câmeras amadoras registraram o momento em que a polícia entra no espaço em que se estava apresentando o comitê, armada de fuzis, e cerca pelos dois lados as saídas da quadra onde estavam concentrados os ativistas do grupo “Reaja ou seja Morto, Reaja ou seja Morta”, que atua centralmente no estado baiano que desde 2005 organiza a marcha, que terá neste ano a sua terceira versão internacional, no dia 24 de agosto, contando com atos por todo o país nas principais cidades e em alguns países africanos e caribenhos. A Marcha está conectada pela IVª Internacional Garveista que articulará ações de apoio na América Latina, Europa, Estados Unidos e África. Este escandaloso caso de intimidação da organização dos negros deve ser combatida pela população negra, pelos trabalhadores e pela juventude que se une na luta anti-racista no país e no mundo. Não é uma coincidência que após inocentar os “policiais goleadores” de que tanto se orgulha o Governador da Bahia Rui Costa, do PT, que estavam envolvidos no “massacre da Cabula”, esta mesma polícia militar se sinta confortável para intimidar os moradores das favelas da Bahia que se organizam para denunciar a violência policial e sua função como “cães de guarda” deste Estado corrupto. (ESQUERDA DIÁRIO, 2015.).

Ainda em 2015, com nossa entrada na luta por justiça e verdade da Chacina do Cabula<sup>163</sup>, fomos publicamente ameaçados por policiais em uma audiência pública na sede da OAB, além de termos nossa logomarca política editada por policiais da Rondesp, que passaram a circulá-la em grupos de Whatsapp com os dizeres; “Reaja e Morra.

No dia 16/04/2015, ocorreria na Vila Moisés, no bairro do Cabula, uma ação cultural comunitária planejada e articulada pelo Núcleo de Mães e Familiares de Vítimas do Estado Racista Brasileiro, no entanto, dois dias antes da ação comunitária, que havia sido amplamente divulgada, inclusive pela mídia corporativa.

No entanto, a atividade foi adiada diante de uma mega operação realizada pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, com cerca de 180 policiais, com apoio aéreo e a presença de unidades policiais especiais. Nessa operação, para além de prender varejistas de drogas, os mais de 180 policiais envolvidos na ação, arrombaram casas, torturaram jovens,

---

<sup>163</sup>Na madrugada de 06/02/2015 18 jovens negros foram executados sumariamente em uma operação policial liderada pela RONDESP.



ameaçaram moradores, aterrorizaram crianças, desrespeitaram os mais velhos e prenderam arbitrariamente militantes da campanha reaja da comunidade da engomadeira, especialmente, do Núcleo de Mães e Familiares do Estado Racista Brasileiro<sup>164</sup>. Na época, avaliamos internamente que a mega operação policial pretendia; 1- o desmonte da ação comunitária contra o racismo que realizaríamos no final de semana na comunidade, 2- a tentativa de intimidação e desmobilização do núcleo de familiares e amigos das vítimas da Chacina no Cabula.

No ano de 2016, apesar do silêncio institucional de diversas secretarias do governo, dentre elas a SEPROMI, em relação às ameaças à integridade física que estavam sujeitados-as os articuladores da Campanha Reaja, o Procurador da república, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, fez um pedido de **Deslocamento de Competência** junto ao Supremo Tribunal de Justiça, com o objetivo de transferir a investigação, o processo e o julgamento da Chacina do Cabula, para esfera federal. O pedido, além de uma estratégia jurídica, era uma medida que visava proteger a integridade física dos-as militantes da Campanha Reaja, que estavam sob constante ameaça de morte,

O procedimento preparatório do presente incidente foi instaurado de ofício no âmbito da Procuradoria Geral da República, após notícia de representação formulada pela ONG Justiça Global à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com relato das recorrentes ameaças sofridas pelos integrantes da campanha denominada “Reaja ou será Morta, Reaja ou Será morto”, conhecida por sua atuação contra violência policial no Estado da Bahia. Entre os casos destacados pela campanha, está a chamada Chacina do Cabula, também inserida, como tantos outros, em contexto de violência policial (IDC 10, 2016, p. 1-2)

A *política racial Linha Auxiliar* protagonizada pelos prepostos da SEPROMI está muito além de posições pessoais dos/as militantes lotados nesta secretaria de governo, longe disso. As estratégias de silenciamento da Chacina do Cabula, ou mesmo, as táticas frustradas de construir uma imagem “positiva” da corporação policial, estão dentro de um pano de fundo histórico, que remonta a própria cultura política racial da esquerda no Brasil, que é historicamente baseada em uma estratégia assimilacionistas em relação a militância negra (FERREIRA, 2015).

Como já demonstrei em trabalhos anteriores (FERREIRA, 2015; 2018), a Esquerda branca<sup>165</sup> institucional historicamente tem como estratégia a ingerência política racial de

<sup>164</sup> Para mais detalhes sobre esse episódio ver em: <https://reajanasruas.blogspot.com/2015/04/nao-precisamos-ouvir-que-somos-fortes.html>

<sup>165</sup> Acompanhando o pensamento-político de Assata Shakur, Steve Biko e Al Hajj Malik Al-Shabazz, entendemos por esquerda branca o largo campo de agrupamentos políticos signatários de doutrinas e paradigmas

pautas e dilemas sociais do povo negro no Brasil. Em diferenciados contextos históricos, a Esquerda branca utilizou-se de lutas políticas negras para se promover, se legitimar enquanto “*movimento popular*”, ou manter uma correia de transmissão junto às entidades do movimento negro. O partido dos Trabalhadores (PT) se especializou nessa tecnologia política e em sua década no poder institucional, operou com precisão cirúrgica uma política de assimilação ideológica, cooptação organizacional e aparelhamento institucional dos movimentos sociais.

A experiência histórica de formação e ramificação do MNU por todo o Brasil foi marcada por embates teórico-ideológicos, no que tange a incorporação das pautas do movimento negro no programa da esquerda branca, no pretense enfrentamento ao racismo. Essas tensões históricas, que também fazem parte do itinerário do movimento negro contemporâneo na Bahia, foi o pano de fundo político racial que substanciou uma nova fase na política racial na Bahia, onde militantes negros-as foram inseridos – através de indicações de partidos políticos – e passaram a compor a direção de núcleos, secretarias ou outros setores institucionais ligados a políticas afirmativas.

Dentro dessa conjuntura, na última década, a Bahia vive a conjuntura política de tomada do poder institucional do Estado por parte de um partido político que historicamente tem se afirmado como de esquerda, democrático e popular; o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse mesmo período, esse governo democrático popular tem timidamente atendido algumas demandas do movimento negro, como a adoção de políticas afirmativas para o “combate” às discriminações raciais, a consolidação de ministérios e secretarias da “*promoção da igualdade racial*”.

É também nesse contexto que, na última década, militantes negros/as oriundos de frações *do movimento negro em sentido estrito* da Bahia têm sido inseridos/as como gestores de dispositivos institucionais da engenharia governamental do PT na Bahia, sobretudo, como prepostos de secretarias, Pró-reitorias e grupos de pesquisa ligados a universidades, e até mesmo na direção de colégios e nos mais variados cabides de subempregos institucionais.

---

ocidentais Marxista, socialdemocratas ou anarquistas. Desse modo nossa referencia não é apenas a cor da pele, pois muitos desses movimentos são de maioria não-branca, mas que inevitavelmente tem em sua direção e comando pessoas brancas, ou quando não, pessoas negras assimiladas ideologicamente por epistemologias políticas branco-ocidentais. Para um debate mais aprofundado, além dos autores já citados ler também Ramon Grosfoguel e o texto “Biko e a problemática da ausência” de Frank B. Wilderson III.

Na presente sessão, realizamos um balanço crítico da política racial (HANCHARD, 2001), protagonizada pela agência social coletiva do *movimento negro de sentido estrito*<sup>166</sup> (RUFINO 1985; PEREIRA, 20019) na Bahia contemporânea, tomando como pano de fundo o processo de ramificação de um dos dispositivos do Programa de defesa social Pacto Pela Vida; A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Diante desse quadro, pudemos aferir em que medida a *política racial linha auxiliar*, protagonizada por determinado setor/fração do movimento negro baiano, tem ocupado um papel estratégico na *construção de oportunidades institucionais* (RODRIGUES, 2014) junto ao Estado, por exemplo, com a estruturação da SEPROMI. No entanto, também demonstramos em que medida essa *política racial linha auxiliar* tem servido a interesses políticos da supremacia branca que dirige o Partido dos Trabalhadores, como no silenciamento institucional da SEPROMI em relação à política de Segurança Pública do Programa Pacto Pela Vida, que tem sido um dos dispositivos necropolíticos centrais na situação de *violência generalizada*, que caracteriza os padrões de mortandade na Bahia na última década e que, como já discorreremos na presente tese, são melhores descritos como uma **Guerra Racial de Alta Intensidade**.

---

<sup>166</sup> Joel Rufino dos Santos (1985) e Amauri Pereira (2019) compreendem que o Movimento negro de sentido estrito, são o conjunto de entidades, seus respectivos militantes, bem como, instancias governamentais sobre influencia/coordenação de militante negro-as, que tem protagonizado processos de luta organizada contra o racismo estrutural da sociedade brasileira, em variados campos de atuação política.

## Considerações Finais

Termino o presente estudo dentro de uma conjuntura planetária onde a humanidade esta mergulhada em uma profunda crise política, econômica, viral e, sobretudo, civilizacional<sup>167</sup>.

A crise sanitário-humanitária sem precedentes aberta com a pandemia do COVID-19, tem se ampliado terrivelmente no Brasil, de modo que milhões de pessoas estão contaminadas e cerca de 150 mil pessoas já morreram vitimadas pela ação do vírus, sobretudo pela precariedade da saúde pública, a falta de condições adequadas para cuidar dos doentes, além do interesse de governantes e empresariado/patronato em manter seus negócios abertos, mesmo que, a custo das vidas de trabalhadores/as.

A agenda neoliberal supremacista branca, logo genocida, com cortes sucessivos na saúde, o teto de gastos da PEC da Morte, a inoperância de governos, a ganância assassina de patrões, além da condução criminosa e irresponsável do governo Jair Bolsonaro diante da crise, são responsáveis pela situação catastrófica que se encontra vários municípios em todo país.

A Bahia é nesse sentido um fragmento de uma realidade nacional. Como indicam relatórios do Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância epidemiológica (MAVE) o estado deve chegar na segunda quinzena de maio a 1,1 milhão de pessoas infectadas pelo COVID-19, ou seja, 7,4% da população. Essas cifras assustadoras estão dentro de um quadro de inoperância (politicamente orquestrada) de governantes genocidas, que tem potencializado os efeitos virais e sociais do COVID-19, notadamente em comunidades empobrecidas de maioria negra que são historicamente atingidas pelas políticas de morte .

Ainda segundo o relatório do Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância epidemiológica (MAVE), Cachoeira está entre os 10 municípios com maior probabilidade de expansão do COVID-19 da Bahia. O mesmo relatório Identifica cinco classes de vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, levando em considerações variáveis como: expectativa de vida ao nascer; % população vivendo em situação de extrema pobreza; % de domicílio com água encanada, entre outras, o estudo classifica os municípios de A (menos vulneráveis) à E (mais vulneráveis). Cachoeira encontra-se, segundo estes parâmetros, no

---

<sup>167</sup> Ver mais informações em ; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/brasil-se-torna-epicentro-da-pandemia-de-coronavirus-na-america-diz-site.htm>

grupo C, por apresentar mistura de populações urbanas e rurais, pobreza significativamente alta e menos infraestrutura quando comparada aos grupos A e B.

Dentro dessa conjuntura, a população negra tem sido enormemente atingida pelos efeitos virais e, econômicos sociais do COVID-19. Sobretudo, por estar inserida dentro do contexto do chamado grupo de risco, por acumular historicamente uma série de comorbidades que atingem de sobremaneira pessoas negras, tais como; Hipertensão, diabetes, anemia falciforme e uma variedade de doenças cardíacas.

Além das comorbidades históricas, a população negra acumula a seu desfavor desigualdades econômico-sociais ocasionadas pelo racismo estrutural da sociedade brasileira, que potencializam o contágio, proliferação e letalidade do COVID-19. Moradias precárias, ausência de saneamento básico, pobreza endêmica, informalidade trabalhista, desemprego e ausência de uma renda básica, são apenas alguns dos contextos sociais que atingem de sobremaneira a população negra e, tornam o próprio cotidiano e sociabilidade das pessoas negras, ainda mais letal dentro de um contexto de propagação de um vírus, que até o presente momento só pode ser contido por uma política de isolamento social.

Como aponta Deivison Faustino, professor e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo, em depoimento no editorial online da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO),

É preciso abrir um debate urgente sobre o quanto as desigualdades sociais agravam ou até impedem as possibilidades de prevenção de adoecimento e morte pela Covid-19. Graças a um histórico escravista de nossa sociedade, mas, sobretudo, por um racismo que se atualiza em descaso e violência de Estado contra a população negra, nós somos a maioria absoluta nas favelas, nos cortiços, nas palafitas, na população de rua nas cadeias, nos empregos precários. Somos a maioria entre as pessoas que continuam pegando trem ou ônibus lotado para poder ir trabalhar. A pergunta que fica é: como fazer a quarentena nessas condições? Ele vai se isolar aonde? No seu barraco de dois metros quadrados, com filhos, avós, esposa? Como ele vai se cuidar? É urgente que as autoridades sanitárias e as autoridades políticas em geral desenvolvam estratégia de contenção da Covid-19 nesses grupos, ou a gente vai presenciar uma carnificina sem precedentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2020).

Cabe destacar que somados aos fatores sócio-raciais elencados anteriormente, durante o período da pandemia do COVID-19 a letalidade na ação policial aumentou alarmantemente em todo território nacional. Um levantamento estatístico feito pelo jornal O Globo junto às secretarias de segurança públicas, revelou que entre os meses de março e abril, a letalidade policial no Brasil teve índices elevadíssimos. Foram 1.198 mortes em decorrência de intervenções policiais no bimestre, 26% superior ao mesmo período do ano de 2019.

A intensificação das operações policiais em todo Brasil em territórios de maioria negra, dentro de uma conjuntura de uma pandemia de alcance planetário, demonstra o quão comprometido com uma perspectiva genocida esta os políticas de Segurança Pública no Brasil. Além do efeito devastador da perda abrupta de um ente querido pela violência letal, as operações policiais que ocorrem no contexto do isolamento social prejudicam uma serie de medidas de proteção comunitárias adotadas pelos moradores das comunidades diretamente atingidas pelos efeitos virais e econômicos-sociais do COVID-19. Como declara, por exemplo, a ONG Anistia Global, que tem monitorado o aumento da violência letal policial no contexto da pandemia do COVID-19,

As operações policiais ocorreram durante o isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias e prejudicaram as medidas de proteção adotadas pelos moradores da comunidade. Além disso, atividades assistenciais de emergência, como distribuição de cestas básicas, ficaram prejudicadas. As autoridades afirmam que as ações tiveram apreensão de drogas e armas, no Complexo do Alemão, e que tinham mandado de busca e apreensão contra lideranças do tráfico no Complexo do Salgueiro como justificativa para os homicídios de várias pessoas e a ameaça à vida e integridade física de milhares de moradores (ANISTIA INTERNACIONAL, 2020.).

Bem, ao contrario de previsões de especialistas em segurança pública que anunciavam que a redução do numero de pessoas nas ruas devido a pandemia do COVID-19 reduziria o número de homicídios por arma de fogo, sobretudo, a letalidade policial, a ação ainda mais letal das corporações policiais, demonstra o papel estratégico que a corporação ocupa nos multifacetados dispositivos necropolíticos no contexto do genocídio de pessoas pretas e política racial na diáspora Transnacional.

Digo transnacional, dentro de um contexto em que o aumento da violência policial na pandemia do COVID-19 é uma constante planetária no padrão operacional policial. Como evidencia o recente assassinato de George Floyd, um homem negro de 46 anos, que foi asfixiado ate a morte pelo policial Derek Chauvin, em Minnesota, nos EUA<sup>168</sup>.

O assassinato aconteceu no dia 25/05/2020, durou cerca de oito minutos, período em que policial ficou ajoelho sobre o pescoço do Sr. Floyd. Todo o ato foi filmado, ganhando repercussão internacional, sobretudo, diante da série de manifestações que se espalharam por todo o EUA, coordenadas por múltiplos setores da comunidade negra, que impulsionam praticas de ação direta, que vão desde incêndio de delegacias, destruição de viaturas, construção de barricadas e, conflitos campais com a policia. As principais pautas de

---

<sup>168</sup> Ver em; <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/ha-um-mes-reacao-ao-assassinato-de-george-floyd-iniciava-levante-antirracista-global>

reivindicação dessas revoltas antirracistas que tomaram um caráter global é o fim da corporação policial e do Estado supremacista branco neoliberal.

A tensão racial planetária é motivada pela ação de dispositivos necropolíticos dentro de Estados-Nações estruturalmente Genocidas, hegemonzados politicamente por diferenciadas frações de uma elite supremacista branca. A guerra tem se tornado expressão máxima da política nas democracias multirraciais de massa neoliberais contemporâneas, constructos histórico-sociais estruturalmente genocidas.

Dentro dessa conjuntura, tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil<sup>169</sup>, na presente tese realizei uma investigação multidisciplinar e multifocalizada acerca dos dispositivos necropolíticos (MBEMBE, 2018) na Segurança Pública da Bahia, dentro do contexto de implementação e ramificação do Programa Pacto pela Vida. Minha ambição foi preencher as lacunas existentes nos estudos sobre Segurança Pública na Bahia e sobre a implantação-ramificação do Programa Pacto Pela Vida, que de maneira geral tem mostrado uma tendência de invisibilizar o caráter genocida das políticas de segurança pública na Bahia (ZAUERUCHA, 2005, SOUZA, 2014, MARTINS & Lourenço, 2014).

A retomada da história institucional e análise crítica da estrutura organizacional do Programa Pacto Pela Vida, revelou que os altos investimentos em armamento, munições, policiamento ostensivo e repressão qualificada, não freou a matança em andamento, pelo contrário, as técnicas foram aprimoradas e intensificadas em sua letalidade. E mais que isso, argumentamos que os números assombrosos de mortes violentas cometidas por arma de fogo nas ruas da Bahia, são fragmentos de uma realidade nacional de Genocídio Anti-Negro (VARGAS, 20017), descrita pelo Estado como “Guerra as drogas”, e por alguns pesquisadores como Estado de Sitio (AGAMBEM, 2004) ou *Guerra Civil de Novo Tipo* (MIR, 2004). No entanto, revelamos que o tipo peculiar de situação de *violência generalizada* que caracteriza os padrões de mortandade na Bahia na última década são melhores descritos a partir da noção de: **Guerra Racial de Alta Intensidade**.

No que concerne à estrutura da tese esta divide em quatro capítulos, além de um ensaio teórico, que denominei como; Adições. Faremos um breve retrospecto.

---

<sup>169</sup>Notadamente o conjunto de dados sintetizados no documento estatal; X Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No primeiro capítulo, “*A necropolítica racial no Padrão Organizacional da Segurança Pública na Bahia*”, tomando como pano de fundo as estatísticas criminais referentes à Segurança Pública no Brasil, realizo uma investigação crítica-organizacional acerca do Programa Pacto Pela Vida – PPV – analisando seu conjunto de dispositivos de segurança, a partir da categoria conceitual da necropolítica, entendida como o conjunto de “tecnologias contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2003, pag.28).

Dentro desse contexto, no capítulo I centramos nossa análise crítica-organizacional em dois dispositivos policiais de segurança do Programa Pacto Pela Vida da Bahia, notadamente, a Cartilha de Orientação policial, “*Tatuagens: desvendando segredos*” (SILVA, 2012) e o novo instrumento policial do Governo; a PATAMO – *Companhia de Patrulhamento tático Móvel*<sup>170</sup>. Ambos dispositivos analisados a partir de recursos teóricos disponibilizados pelo conceito de necropolítica (Mbembe, 2003) e de (re)leituras da obra de Mbembe (2003), em particular as proposições do pesquisador negro Jaime Amparo Alves<sup>171</sup> (2010; 2011).

O documento de orientação policial foi desvendado e revelado como uma das peças organizacionais que compõem o *padrão mórbido de segurança pública* (ALVES, 2011) na Bahia, notadamente, como um dispositivo de segurança que marca racialmente o perfil do criminoso a ser caçado, capturado e mutilado pela *Governança necropolítica* (ALVES, 2013; 2016). O criminoso “ideal” na narrativa institucional do Governo da Bahia são os homens negros, listados e etiquetados em dispositivos de segurança Pública que tem como único fim a regulação da morte negra através da *economia máxima do massacre* (MBEMBE, 2003) reservada aos inimigos do Estado.

Por fim, municiados pelos dados colhidos na narrativa midiática corporativa, no discurso institucional do Governo da Bahia expressos nas falas dos gestores de Segurança Pública e, das denúncias políticas de agentes sociais comunitários – somados aos dados estatísticos – podemos aferir que a PATAMO se configura como mais um dispositivo da necropolítica (MBEMBE, 2003) no padrão organizacional da Política de Segurança Pública

---

<sup>170</sup>De acordo depoimento do Governador Rui Costa a PATAMO tem a “*função de garantir o direito de ir e vir dos baianos. Na prática, a unidade especializada atuará fazendo ocupações em localidades em que seja percebida a necessidade de intervenção maior no estado*” (INFORMEBAIANO, 2007). Ver em: <http://informebaiano.com.br/40967/policia/pega-eles-patamo-nova-unidade-da-pm-vai-atuar-no-combate-ao-crime-organizado> acessado em;

<sup>171</sup>A noção de *governança Necropolítica* (ALVES, 2013; 2016) nos fornece subsídios analíticos para compreender como a Política de Segurança Pública na Bahia - tomando como marco o Programa Pacto Pela Vida – tem sido operacionalizada em uma perspectiva militarizada e racialmente seletiva. Nesses termos, o conjunto de políticas criminais agenciadas pelo Programa, serão entendidas como um conjunto de *dispositivos necropolíticos/necropoder* que dão sedimento organizacional a uma *estratégia territorial de dominação racial* (ALVES, 2011).



do Estado da Bahia. Notadamente em um contexto de *belicismo infra-estrutural* (MBEMBE, 2003) expresso na consolidação de *máquinas de guerra* (MBEMBE, 2003), através de investimentos em tecnologias militares de segurança pública; Bases Comunitárias, na compra de viaturas e armamento, na aquisição de helicópteros e na constituição de agrupamentos policiais especializados<sup>172</sup>; RONDESP, PETO, BOPE, PATAMO.

No segundo capítulo “*Movimento Contra UPP: Sentidos e significados de uma luta comunitária contra instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira – Salvador – BA (2013-2015)*”, tomando como pano de fundo a luta comunitária organizacional do Movimento Contra a UPP, realizo uma investigação crítica do processo de implantação de um dos dispositivos de segurança estratégicos do Programa Pacto Pela Vida; as Bases Comunitárias de Segurança.

Nossa tentativa foi preencher as enormes lacunas existentes nos estudos sobre as Bases Comunitárias de Segurança na Bahia, que por um lado tem tido um forte compromisso em invisibilizar o caráter racialmente seletivo desse dispositivo de segurança e, por outro lado, tem silenciado ou negado a existência política de agências sociais comunitária que tem enfrentado as políticas de morte (MBEMBE, 2018) operadas pelos dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida na Bahia (SILVA, 2014; MARTINS & LOURENÇO, 2014; MARTINS, 2015; PEDREIRA, 2016).

Dentro desse contexto, o capítulo II foi organizado em dois eixos argumentativos que se complementam. Em um primeiro momento a partir do estudo crítico sistemático da Portaria nº 058-CG/15<sup>173</sup> e da Lei nº 12.357 que institui o Sistema de Defesa Social - o Programa Pacto pela Vida percorreremos a história institucional de implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança (BCS) na Bahia, demonstrando que, ao contrário do que anuncia os documentos que regulamentam as BCS, o dispositivo de segurança não tem contribuído para prevenção de crimes letais intencionais, longe disso, a estratégia adotada tem contribuído para os altos índices de mortes violentas, notadamente, de jovens homens negros. (FBSP& IPEA, 2018) Em um segundo momento, munidos de documentos organizacionais, arquivos fotográficos, e depoimentos colhidos em entrevistas semiestruturadas, retomamos a história e memória do Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira, delineando seus princípios organizativos, motivações, bandeiras de luta,

---

<sup>172</sup>Respectivamente os seguintes agrupamentos policiais especializados: Rondas especiais (RONDESP), Pelotão de Emprego Tático Operacional (PETO), Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e a Companhia de Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO).

<sup>173</sup>Essa portaria que dispõe sobre as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança – BCS no âmbito da PMBA.

perspectiva político-ideológica, táticas e conjunto de estratégias adotadas na luta comunitária contra a instalação de uma Base Comunitária de Segurança no bairro da Engomadeira (Salvador/BA). Ao mesmo tempo em que realizaremos uma análise sobre os sentidos e significados atribuídos por militantes desse Movimento, as políticas de morte (MBEMBE, 2018) operacionalizadas pelo Programa Pacto Pela Vida.

No terceiro capítulo intitulado “*Banho de sangue no Recôncavo Sul: execuções sumárias, corpos desovados e homicídios decorrentes de intervenção policial em Cachoeira e São Félix (2015-2018)*”, inventariamos, analisamos criticamente e montamos um banco de dados inédito, referente aos índices de homicídios praticados por arma de fogo em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba no último triênio (2015-2018), notadamente homicídios ocorridos em circunstâncias de execuções sumárias e decorrentes de intervenção policial. Para os fins que se pretende o capítulo, utilizamos um conjunto de dados oriundos de agências de processamento de estatísticas criminais ligadas ao Estado, bem como construímos um banco de dados inédito baseado na sistematização e análise de notícias de jornalismo online referente ao triênio – 2015/2018 – sobre assassinatos cometidos por arma de fogo em Cachoeira-BA e São Félix-BA.

O arrolamento crítico de notícias referentes a execuções sumárias e intervenções policiais letais em Cachoeira-Ba e São Félix-Ba no triênio 2015-2018, nos permitiu construir um banco de dados inédito que está além da tabulação dos números de corpos vitimados pela violência letal. Os quadros: 1- Execuções sumárias em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018), 2- Intervenções Policiais Letais em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018) e Corpos desovados em Cachoeira-BA e São Félix-BA (2015-2018), nos permitiu inventariar e analisar as nuances e dinâmicas necropolíticas (MBEMBE, 2018) em duas cidades históricas Recôncavo Sul.

Além dos números de corpos, também triangulamos os contextos, circunstâncias e nuances dos padrões de morbidade por arma de fogo. Como por exemplo: mapeamos a incidência de chacinas, seja em contextos de execução sumária ou em operações policiais letais. Assim como evidenciamos em que medida a prática de execuções sumárias tem uma larga tradição no Recôncavo Sul, notadamente, a partir da histórica ação de grupos de extermínio, esquadrões da morte e grupos de matadores na região (COUTO, 2005; FARIAS 2015).

No quarto e, último capítulo, “*Sobreviventes na Zona Limítrofe: percepções politico-subjetivas de jovens homens negros acerca de homicídios por arma de fogo no recôncavo sul*”, analisei os impactos psicossociais, as percepções subjetivas e, aspectos psicossociais,

acerca das experiências traumáticas de jovens homens negros que perderam parentes, amigos ou entes queridos, em contextos de violência letal por arma de fogo.

Dentro desse contexto, demonstramos a partir de extenso material etnográfico, de que maneira mortes violentas de entes queridos, tem afetado estruturas cognoscíveis-afetivas e itinerários/trajetórias de vida de jovens homens negros no recôncavo sul baiano, sobretudo, pela forte presença de variados sintomas de Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT); insônias, pesadelos, ansiedades, medo constante de morrer violentamente, isolamento afetivo-social, sentimento de ódio e uma sensação de luto estendido.

No entanto, há também impactos socioeconômicos, que podem ser dimensionados no próprio caráter oneroso de um velório inesperado, bem como, o papel econômico de liderança que muitas das vítimas matadas ocupam em suas famílias. Mas também, se expressa na dificuldade de se projetar e planejar o futuro, dentro de uma realidade social altamente letal.

A imersão etnográfica no conjunto de percepções subjetivo-afetivas e, políticas, de jovens homens negros acerca de homicídios por arma de fogo cometidos contra seus parentes, amigos, ou conhecidos, nos permitiu adentrar nos interstícios da *experiência socialmente morta* de jovens homens negros em territórios eminentemente necropolíticos. Nossa investigação demonstrou em nível microscópico, como a *violência estrutural* gratuita contra pessoas negras, notadamente, jovens homens negros, tem feito da noção de *escravidão póstuma* (HARTMAN, 19987; WILDERSON, 2005) uma condição do tempo presente na experiência e itinerário masculino negro.

Por fim, no ensaio teórico; “*Adições – Política Racial Linha Auxiliar na Bahia Contemporânea : Uma Análise Crítica acerca da implementação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial*”, realizo um balanço crítico da política racial (HANCHARD, 2001) protagonizada pela agência social coletiva do *movimento negro de sentido estrito*<sup>174</sup> (RUFINO 1985; PEREIRA, 2009) na Bahia contemporânea, tomando como pano de fundo o processo de ramificação de um dos dispositivos do Programa de defesa social Pacto Pela Vida; A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

---

<sup>174</sup> Joel Rufino dos Santos (1985) e Amauri Pereira (2019) compreendem que o Movimento negro de sentido estrito, são o conjunto de entidades, seus respectivos militantes, bem como, instâncias governamentais sobre influência/coordenação de militante negro-as, que têm protagonizado processos de luta organizada contra o racismo estrutural da sociedade brasileira, em variados campos de atuação política nas últimas quatro décadas.

Cabe ressaltar que, o pensamento social do Movimento Negro contemporâneo<sup>175</sup>, enquanto sujeito político coletivo<sup>176</sup>, tem destaque na análise, especialmente, a partir do estudo crítico de material bibliográfico de militantes negros/as, que em diferentes contextos histórico-geográficos, formularam teorias organizativas transnacionais, sobre o que diz respeito à política racial em contextos de subjugação racial e Genocídio anti-negro.

A presente tese contribui enormemente nos estudos sobre a Segurança Pública na Bahia Contemporânea, bem como, inaugura um novo campo de estudos que se debruça sobre *aspectos miliares das políticas de morte dos programas de segurança Pública no Brasil*. Além dos aspectos supracitados, a presente tese colabora no acúmulo teórico-metodológico das novas epistemologias negras radicais de pesquisa no Brasil sobre violência estrutural e genocídio de pessoas negras (FLAUZINA, 2008; AMPARO, 2010; 2011; 2016; VARGAS, 2005; 2008; 2010; 2012; 2016; 2017; PINHO, 2015; 2016; ROCHA, 2016).

---

<sup>175</sup>Segundo a bibliografia sobre o tema é consensualmente aceito que o termo contemporâneo se refere aos movimentos sociais negros pós-MNU, organização política negra, que refundou os pressupostos teórico-políticos da militância negra no Brasil (PEREIRA, 2005).

<sup>176</sup> De acordo Sader “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas, através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (SADER, 1995, pag 55).

## Referências

- ABU-JAMAL, M. **Ao vivo do corredor da morte**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**: Tradução de Iraci D. Poleti – 2 ed, São Paulo. Boitempo, 2004.
- ALBERTO, Luiz. **As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século** In: Tirando a Mascara : ensaios sobre o racismo no Brasil. Guimaraes , Antônio Sergio Alfredo & HUNTLEY, Lynn. São Paulo : Editora Paz e Terra, 2000.
- Alfonso. Daniel & Matos. Daniel (organizadores). **Questão negra, marxismo e classe operaria no Brasil**. São Paulo: Edições Iskra, 2013.
- ALMEIDA FILHO, Carlos Miguel. **O helicóptero nas ações de segurança pública: abordagens preliminares**. Salvador: PMBA/APMB, jun, 1998. (Monografia).
- ALMEIDA, Isnard Edson Sampaio de & MIRANDA NETO, Arlindo Bastos. **A análise do emprego veículo não tripulado (VANT) nas ações e operações PM**. Arlindo Bastos Miranda Neto e Isnard Edson Sampaio de Almeida. – Salvador, 2009.
- ALVES, J. A. "A Sombra da Morte: Violência policial em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador". In: Brasil Análise & Dados. ISSN: 0103-8117 v.20, *fasc.04*, p.563 - 578, 2010.
- ALVES, J. A. "Necropolítica Racial: a produção espacial da morte em São Paulo". In: Brasil Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. ISSN: 2177-2770, v.2 *fasc.3* p.31 – 45, 2011.
- ALVES, J. A. **Inimigo Público: A imaginação branca, o terror racial e a construção da masculinidade negra em “Cidade de Deus”**, In - Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira/ organizado por Os mundo Pinho, João H. Costa Vargas – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- ALVES, J. A. **From necropolis to blackpolls: Necropolítica governance and Black spatial praxis in São Paulo, Brazil**. Antidote 46, n 2, pp. 323-339, 2013.
- ALVES, J. A. "Necropolítica Racial: a produção espacial da morte em São Paulo". In: Brasil Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. ISSN: 2177-2770, v.2 *fasc.3* p.31 – 45, 2011.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!: Homicídios cometidos pela políicia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro- 2015.
- APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. 1ª edição; 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARAUJO, Julio Cesar Cerqueira. **Projetos de vida e construção de identidades masculinas de jovens homens negros: uma etnografia numa escola pública da Zona rural, no Recôncavo da Bahia**. Dissertação de Mestrado, UFRB, Cachoeira-BA. Ano; 2019.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, pp. 93-110. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública da. **Plano Estadual da Segurança Pública – PLANESP.** Governo da Bahia (2012 a 2015) / Secretaria da Segurança Pública. Salvador: Secretaria da Segurança Pública, 2011.

BAHIA, Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011. **Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11>>

BAHIA, **Relatório Anual do Governo da. Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos.** Governo da Bahia, 2011.

BAHIA, Polícia Militar da. **Portaria nº 106-CG/12.** In: Boletim Geral Ostensivo, Nº 244, de 27 de dezembro de 2012, p. 7597-7611. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=2089:bgo-244-27-dez-12&id=127:dezembro&Itemid=598&start=15](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=2089:bgo-244-27-dez-12&id=127:dezembro&Itemid=598&start=15)>. Acesso em 24/08/2020 17h15minh

BAHIA. GOVERNO DA. **DECRETO Nº 16.296 DE 26 DE /AGOSTO DE 2015.** Aprova o Regimento da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI. 2015.

BAHIA, Polícia Militar da. **PORTARIA n.º 058-CG/15** que dispõe sobre as normas e procedimentos necessários para implantação, estruturação e funcionamento das Bases Comunitárias de Segurança – BCS no âmbito da PM-BA, e dá outras providências. Disponível em: <https://docplayer.com.br/26365105-Portaria-n-o-058-cg-15.html>. Acesso em 10/03/2019 22h10minh.

BAHIA, Polícia Militar da. **Comando de Policiamento Especializado – CPE.** Histórico. 2011. Disponível em: [http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=594&Itemid=514](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=594&Itemid=514) Acesso em 24/08/2020 17h15minh

BARBOSA. Milton. **O tigre não precisa dizer que é tigre.** In : Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume I. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

BARROS, S. G. **Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito.** Revista brasileira de Segurança pública, Ano 2, edição 3. Jul/agosto de 2008.

BERNARDO, K [ et .al ] – **Bala Perdida : a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.** – 1.ed.- São Paulo : Boitempo, 2015.

BRASIL (DF). **Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.** ME C-6 Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT). Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Ano 7. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013 – 2014

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CADERNO TEMATICO n.14 – **Contra o Genocídio da População Negra: Subsídios técnicos e teóricos para psicologia. Fala de Hamilton Borges Santos Walê. Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia**. Conselho Regional de Psicologia SP-2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil CPI - violência contra jovens negros e pobres**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

CAMPBELL, Bruce B. **DEATH SQUADES: Definition, Problems and Historical Context**. In: **Death Squades in Global Perspectives - Murder With Deniability**. Nova York. St. Martin's Press, 2000.

CAPRIGLIONE, L. **“Os Mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das policiais militares no Brasil”**, in:– **Bala Perdida : a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. – 1.ed.- São Paulo : Boitempo, 2015.

CARMICHAEL, Stokely. **Stokely Fala: Do poder negro ao Pan-africanismo**. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2017.

CASTRO-GOMEZ, Santiago (2003), **“La Hybris del Punto Cero: Biopolíticas imperiales y colonialidad del poder en la Nueva Granada (1750-1810)”**. Manuscrito inédito.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do Drone**. Tradução Célia Euvaldo. São Paulo ; Cosac Naify, 2015.

CHEVIGNY, Paul G. **Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil e Argentina**. In **Vigilantism and the State in Mordern Latin America – Essays on Extralegal Violence** /edited by Martha K. Huggins, 1991, Praeger Publishers, Nova York.

CLEAVER, Eldridge. **Alma no exílio**. Editora civilização brasileira,1971.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 1990. n. 1, p. 127-153, 2.

COLLINS, P. H. **Black sexual politics: african americans, gender, and the new racism**. New York: Routledge, 2004.

COLLINS, P. H. **Black sexual Politics**. New York: Rodrigues, 2005.

CONCEIÇÃO, Felipe Ramos. **Perspectivas Acerca de uma estratégia de enfrentamento ao genocídio no interior da Bahia: O Movimento Hip Hop em Cachoeira no contexto da Antinegitude**. Monografia, UFRB, ano; 2019.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Como fazer amor com um negro sem se cansar e outros textos para o debate contemporâneo da luta anti-racista no Brasil**. São Paulo: Ed Terceira Margem, 2005.

CONNEL, R. W. **The Men and The Boys**. University Of California Press, 2000.

CONNELL, R. W. **Masculinidades**. editado por el Programa Universitario de Estudios de Género de la UNAM, 2003. Traducción: Irene Ma. Artigas.

CONNELL, R. W. **La Organización Social de La Masculinidad**. In: VALDÉS, T. & OLAVARRÍA, J. (Orgs.). Masculinidad/es, Poder y Crisis. Flacso, Chile, pp. 31-48, 1997.

CORRÊA, Mário. A. CAMARGO JÚNIOR, João Batista. **Estudos de veículos aéreos não tripulados baseado em sistemas multi-agentes e sua interação no espaço aéreo controlado**. Trabalho apresentado no VII SITRAER – RJ – 26 a 28 de nov 2008.

COUTINHO JUNIOR; SOUTO, H. **Homicídios e/o “Autos de resistência”: Na contramão do Pacto Pela Vida – BAHIA**. Dissertação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Cachoeira, 2014.

COUTO, L. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito do extermínio no nordeste cpi criada por meio do requerimento N° 019/2003 – destinada a "investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região nordeste"** - (CPI – Extermínio No Nordeste). Brasília, 2005.

DATASUS. **Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM**. Ministério da Saúde. Disponível em: [www2.datasus.gov.br](http://www2.datasus.gov.br). Acesso em:

DIAS, R. M; CARVALHO, S; MANSUR, Isabel (org.). **Na linha de frente: Criminalização dos defensores dos direitos humanos no Brasil (2006-2012)**. Justiça Global: 2013.

DOS SANTOS, A. B; DOS SANTOS W; BORGES H. **Genocídio e Epistemicídio: as mortes indignas do Povo Negro**. Caros Amigos Especial – Violência Policial. Ano XVII, n.66. 2013.

DOVE, Nah. **Mulherismo Africana: uma teoria afrocentrica** In: Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume II. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

ENGEL, C. L. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON. Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução Elnice Albergarua Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fira ; Ed. UFJF. Coleção Cultura Volume II. Segunda reimpressão; 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. ED.



EDUFBA; Salvador : 2008. p. 194.

FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flavio dos Santos ; SOARES, Carlos Eugenio Libano; ARAUJO, **Carlos Eduardo Moreira de. Cidades Negras: africanos criolos e espaços urbanos no Brasil escravagista do século XIX.** Rio de Janeiro: editora alameda, 2006.

FARIAS, L. **Relatório Final CPI Assassinato de jovens. Senado Federal. Brasília:** 2015.

FBSP & IPEA. **Atlas da Violência** 2018.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos.** 1. ed. São Paulo: Editora UNESO,

FERREIRA, F. A. S. **Breves apontamentos sobre a necropolítica racial na Bahia – Terrorismo de Estado, Racismo e Letalidade na Ação Policial ( 2006-2015).** Artigo no VII Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB: Raça, sexualidade e poder – Sujeitos violados e seus discursos. Cachoeira-Ba, 2017.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Sou Sem Terra, Sou Negão: Raça, Racismo e Política Racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cachoeira - Bahia, 2015.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Matança de jovens homens negros no Recôncavo Sul da Bahia. Revista Akeko – Estudos Pos-coloniais e Decoloniais, Volume 2, n.1.** Rio de Janeiro, UFRB. Setembro de 2019.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **O estranho caso da esquerda que esqueceu Rafael Braga: assimilação racial como tecnologia organizacional da esquerda branca no Brasil.** In: Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume II. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

FERREIRA. Yedo. **Reparação histórica contraponto das ações afirmativas.** Ed. SINDSPREV/RJ. Rio de Janeiro, maio de 2010.

FISCHER, Marcus. J. **Da Antropologia Interpretativa à Antropologia Crítica.** Rio de Janeiro/Fortaleza. Anuário Antropológico/83, Tempo Brasileiro, Edições Universidade Federal do Ceará: 1985.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: O sistema Penal e o Projeto genocida do Estado brasileiro.** Rio de Janeiro; Contraponto, 2008.

FLORES, Tarsila. **Cenas de um Genocídio: Homicídios de Jovens nEGROS no Brasil e a Acao de representantes do Estado.** Universidade de Brasilia (UNB), Centro de Estudos Avancados Multidisciplinares – Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Brasília-DF, 2017. ( Dissertação de Mestrado).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública,** 2016. Ano 10. Acesso em:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública,** 2012. Ano 6. Acesso em:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, FBSP, SP, 2015.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Administração. Mestrado em administração. Niterói, Rio de Janeiro – 2014.

**Global Mortality From Firearms, 1990-2016**. *JAMA*. 2018 Aug 28; 320(8): 792–814  
Published online 2018 Aug 28.

GONZALEZ. Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. União dos Coletivos Pan-africanistas**. Editora Filhos da África, 2018.

GORDON, Edmund T. **Cultural Politics of Black Masculinity**. *Transforming Anthropology*, volume 6, Numbers 1&2, 1997, pp.36-53.

GORDON, L. **Her Majesty's Other Children: Sketches of Racism from a Neocolonial Age**. New York: Rowman and Littlefield, 1997.

GROSFUGUEL, Ramon. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a esquerda transmoderna decolonial**. In: Dossiê Saberes Subalternos, v.2, n.2, p.337-362. Jul-dez. 2012.

HALL, STUART. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini- Petropolis-RJ; Vozes , 2017.

HANCHARD. Michael George. **Orfeu e o poder : o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo ( 1945-1988)**. Tradução ; Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of subjection : terror, slavery, and self-making in nineteenth –century américa**. New York, NY ; Oxford University press, 1997.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: Breve Seculo XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo – Companhias das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HOOKS, bell. **Escolarizando homens pretos** In : Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume III. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2019.

HOOKS, bell. **Talking back: thinking feminist, thinking black**. Boston: South End Press, 1989.

HOOKS, bell.. **Postmodern Blackness**. In: Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics. Boston: South End P, pp: 624-631, 1990.

HOOKS, bell.. **Essentialism and Experience**. In: American Literary History, v. 3, n. 1, p. 172-183, 1991.

HOOKS, bell. **Black Looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992.

HOOKS, bell.. **A Revolution of Values: The promise of Multi-Cultural Change**, In: The Journal of Midwest Modern Language Association, vol. 26, n. 1, pp. 4-11, 1993.

HOOKS, bell. **An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional**, In: Lenox Avenue: A Journal of Inter-Arts Inquiry, vol. 1, pp. 65-72, 1995.

HOOKS, bell.; McKINNON, Tanya. **Sisterhood: Beyond Public and Private**, In: Signs: Feminist Theory and Practice, Vol. 21, n. 4, (Summer), pp. 814-829, 1996.

HOOKS, bell. **Feminist Theory: from margin to center**. New York: South and Press, 2ª Ed. [1984] 2000.

HOOKS, bell. **Where we stand: class matters**. New York: Routledge, 2000a.

HOOKS, bell. **Feminism is for Everybody**. Cambridge: South end Press, 2000b.

HOOKS, bell. **Living to Love**. In: PLOTT, Michele; UMANSKY, Lauri. Making Sense of Women's Lives: An Introduction to Women's Studies. Maryland: Rowman & Littlefield, p. 231-236. 2000c,

HOOKS, bell. **We Real Cool: black man and masculinity**. New York: Routledge, 2004.

HOOKS, bell. **Ensinar novas paisagens, novas linguagens**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 857-864, (Set.-Dez), 2008.

HUDSON-WENS, Cleonora. **Mulherismo Africana: uma visão geral** In : Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume III. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2019.

HUDSON-WENS, Cleonora. **Mulherismo Africana: o outro lado da moeda** In : Coleção Pensamento Preto : Epistemologia do renascimento africano volume I. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

HUGGINS, Martha k. **Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Martha K. Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip G. Zimbardo; tradutor Lólio Lourenço de Oliveira. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2006.

REDAÇÃO. **Taxa de homicídios: Veja número de assassinatos por cidade do Brasil - CACHOEIRA, BA**. Deepask, 2020. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=cachoeira/BA-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>. Acesso em: 24/08/2020 17h19minh.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Institucional**. [S.l.]: 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24/08/2020 17h19minh.

IPEA & FBSP. **Atlas da Violencia no Brasil**. IPEA e FBSP, 2019.

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 24/08/2020 17h19minh.

IPEA. **Atlas da Violência no Brasil**. IPEA e FBSP, 2016.

IPEA. **Atlas da Violência no Brasil**. IPEA e FBSP, 2017.

IPEA. **Atlas da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

IPEA & FBSP. **Atlas da Violencia no Brasil**. IPEA e FBSP, 2019.

João José Reis. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

JORNAL ASSATA SHAKUR. **Campanha Reaja ou será Mort@**. N.1, junho de 2016.

KOMBOA E. L. **Anarquismo e Revolução Negra e outros escritos do anarquismo Negro. Sungular**. Novembro de 2015. Brasil.

KORYBKO, Adrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. Tradução de Thyago Antunes – 1.ed. São Paulo, editora Expressão popular, 2018.

**Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – INFOPEN – junho de 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-tercafeira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 24/08/2020 17h19minh.

LIMA, Antonio dos Santos. **Rastros de fogo e sangue: estudos sobre a (des) centralização e um mercado varejista de drogas na grande Salvador**. Salvador; Edufba, 2017.

LOÏC, W. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LOMBROSO, C. 1885-1909. **O homem delinqüente**. tradução Sebastião José Roque. - São Paulo: Ícone, 2007.

LOMBROSO, C. **Homem delinqüente**. Tradução e seleção de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013. P. 30.

MÃES DE MAIO. **Mães do cárcere – a periferia grita**. São Paulo: Nós por nós, 2012.

MÃES DE MAIO. **Do luto à luta: Mães de Maio**. São Paulo: Nós por nós, 2011.

MANZITAS, Elena S. **All the Minister's Men: Paramilitary Activity in Peru**. In: *Vigilantism and the State in Mordern Latin America – Essays on Extralegal Violence* /edited by Martha K. Huggins, 1991, Praeger Publishers, Nova York.

**MAPA DO ENCARCERAMENTO: OS JOVENS DO BRASIL**. Secretaria Geral da Presidência da República, Brasília, 2014.

MARCUS, G. **“The Passion of Anthropology, circa 2004”**. *Anthropological Quarterly* 78 (3): 673–95. Mills, Blackness Visible. Charles. 1998.

MARIA, D; DARA, Danilo. **Mães e Familiares de Vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial** In **kucinski, Bernardo. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS & LOURENÇO, Luiz Claudio (Orgs). **Criminalidade, direitos humanos e segurança pública na Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

MARTINS, H. & CASTRO, D. **Violência, criminalidade, insegurança e avaliação da segurança pública em Feira de Santana, Bahia**. Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social – GPECS/UFRB. 2015.

MARTINS, Hebert T.; SILVA, André Ricardo Guimarães da. **Uma análise da Portaria nº 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban**. Salvador. Dissertação. UFBA, Faculdade de Direito, 2014.

MATTOS, W. R. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-BA 1850-1888)**. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolitics**. *Public Culture*, Baltimore, v 15, n,1, 2003.

MBEMBE, A. **“O mundo em Estado de Sítio”** In: NOVO JORNAL/ Revista Mutamba – Sociedade, Cultura e Lazer. 2014.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Traduzido por Sebastião Nascimento – São Pulo: n.1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de exceção, Política da morte**. Traduzido por Renata Santini – São Paulo: n.1 edições, 2018.

MESSERSCHMIDT, James W e CONNELL, Robert W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

MINAYO, Maria Cecília de S. e Neto, Otávio Cruz. **Extermínio: Violentação e Banalização da vida**. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 199-212, 1994.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. **Bahia com H de Hip Hop**. Salvador, 2014.

MIR, L. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MNU. **Programa de Ação do MNU**. In Programa de formação política caderno de formação - nível básico. Gt-panafriana do mnu, 2008.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Edição 2, Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOURA, Tatiana. **Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o rio de janeiro**. *Revista gênero*. Niteroi, v.8, n.2, p.227-256, 1. 2008.

- MOVIMENTO CONTRA A UPP. **Bandeiras de luta**. 2014
- MOVIMENTO CONTRA A UPP. **Bandeiras de Lutas**. 2014
- MOVIMENTO CONTRA A UPP. **Carta de repúdio contra construção da Base Comunitária de Segurança**. 2013
- MOVIMENTO CONTRA A UPP. **Nota do Movimento Contra UPP Sobre a rejeição da Comunidade Acadêmica a construção da UPP**. 2015
- MOVIMENTOCONTRA AUPP. **Cartilha informativa “Movimento Contra UPP na UNEB/Engomadeira”**. 2014.
- MUNANGA, K. **“Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”**. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, L. C. **Bitedô - onde moram os nagôs: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé Jêje-Nagô no recôncavo baiano**. 1. edição; Rio de Janeiro, 2010. Uma publicação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP.
- NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petropolis: editora Vozes, 1980.
- NETO. Manoel Alves de Araujo. **Experiências e Educação: Percepções Acerca da Formação intelectual de Mcs Negros/as do Recôncavo da Bahia**. Dissertação, UNEB , ano; 2019.
- NKOSI, Deivison F. **O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, Masculinidades e racismo**. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos paraenfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- NKRUMAH. Kawame. **Luta de classes na África**. Editora Nova Cultura. 2 ed. 2017.
- NZUMBI, Lio. **A continuidade do Genocídio Negro através da política criminal da SSP-BA**. Mães de Maio; 2011. Fundo Brasil Direitos Humanos.
- OLIVEIRA. Gimerson R. P. **“Pegada de Patrão”: Cartografia subjetiva e representações de masculinidades**. Dissertação de mestrado, UESB. Jequié, 2016.
- OLIVEIRA, Gimerson R. P. **Pagodão em Cachoeira BA: produção de identidades na musicalidade baiana**. Trabalho apresentado como pré-requisito de Conclusão de curso em Ciências Sociais pela UFRB em 2013. Inédito.
- OMER, Mohammed. **Em estado de choque: sobrevivendo em gaza sob ataque israelense**. Traduzido por Vinicius Gomes – Sao Paulo: Autonomia literária, 2017.

OYEWUMI, Oyeronke. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas** In: Coleção Pensamento Preto: Epistemologia do renascimento africano volume III. União dos Coletivos Pan-africanistas. Editora Filhos da África, 2019.

PATTERSON. Orlando. **Escravidão e Morte social: Um estudo comparativo**. Tradução; Fabio Duarte July, SP. Editora da Universidade de Sao Paulo. 2008.

PEDREIRA, P. T. M.. **Polícia Comunitária: a segurança que queremos? Um estudo de caso da Base Comunitária de Segurança da Rua Nova em Feira de Santana – Bahia**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2016. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Curso de Mestrado em Ciências Sociais.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Jiselina da (Organizadores). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de uma democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Nandyala, 2009.

PERRY, Keisha-Khan Y.; CAMINHA, Ana Cristina da Silva **“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”:** poder e política das mulheres negras da Gamboa de Baixo, Salvador. **Revista Gênero**, UFF, Niterói, vol. 9, Ano.

PINHO, O. **Espaço, poder e relações raciais: O caso do centro histórico de salvador**. Afro-Ásia, 21- 22 (1998-1999), 257- 274.

PINHO, O. **A vida em que vivemos: raça gênero e modernidade em São Gonçalo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

PINHO, O. **A fiel a Amante e o jovem macho sedutor: sujeitos de gênero na periferia racializada**. Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.2, p.133-145, 2007.

PINHO, O. S. A. **O mundo negro: sócio-antropologia da reafricanização em Salvador**. Editora: progressiva, Curitiba, 2010.

PINHO, O. **O círculo da morte e o materialismo estético**. Em < <https://www.geledes.org.br/o-circulo-da-morte-e-o-materialismo-estetico/> > Acesso em: 2015.

PINHO, Osmundo. **O Fantasma do Estado: Genocídio e Necropolítica**. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/> > Acesso em: 19/05/2016 12h05minh.

PINHO, Osmundo. VARGAS, João H. Costa. **Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINHO, Osmundo. **A pessoa do escravo: morte social e imaginários políticos da diáspora africana no Brasil**. Instituto Tepoztlán para la Historia Transnacional de las Américas, Conferência 2018– “Vidas negras y muertes negras: Despojo, Desaparición, y Cercamiento”.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 24/08/2020 17h24minh.

REIS, D. B. **A marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares.** Caderno CRH, Salvador, n 36, p. 181-196, jan/jun.2002.

RELATORIO ANUAL DO GOVERNO. **Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos.** Governo da Bahia, 2011.

ROCHA, E. **“Programado pra morrer”:** A vida e a morte da juventude negra no rap dos racionais mc. In - Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira/ organizado por Osmundo Pinho, João H. Costa Vargas – Cruz das Almas: EDUFRB. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

ROCHA, Luciane. **De-Matar: maternidade negra como ação política na pátria mãe (Gentil?)** In - Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira/ organizado por Osmundo Pinho, João H. Costa Vargas – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. **As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro.** In Comunicações do ISER nº 67, ano 31, 2012.

RODRIGUES, Cristiano dos Santos. **Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e na Colômbia em perspectiva comparada.** Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERF), Rio de Janeiro, 2014.

RUFINO dos Santos. Joel. **O Movimento Negro e a crise brasileira.** In Rev. Política e Administração, n,2, Rio de Janeiro. 1985.

SADER. Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** 2.ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1995.

SANTOS, A. V. S. **As representações sociais do auto de resistência para os policiais militares das Companhias Independentes de Policiamento Tático – CIPT/RONDEP.** Dissertação. Universidade Federal da Bahia –Faculdade de Direito – Mestrado profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania. Salvador, 2016.

SANTOS. Daniel dos. **Como fabricar um Gangsta: masculinidades negras nos videoclipes de Jay-Z e 50 cent.** Primeira edição/salvador –BA. Editora Devires; 2019.

SANTOS. Marcio André. **A persistência política dos Movimentos negros brasileiros: processo de mobilização á 3 conferencia mundial das Nações Unidas contra o racismo.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ . 2005.

SANTOS, Renato Macedo Bione dos. **O emprego do Vant em operações de garantia da lei e da ordem.** Rio de Janeiro: Ministério da Defesa / Exército Brasileiro, 2008. (Monografia).

SANTOS, Ricardo Ferreira; NZUMBI, Lio. **Entre os Calabouços do Ódio e o mundo além das muralhas - Análise crítica da extensão de penas extrajudiciais e da criminalização a sociabilidades de prisioneiros como forma de genocídio do povo negro.** Cachoeira–BA, 2017. Dissertação. Programa de pós-graduação em ciências sociais. UFRB.



SANTOS, W. **Guerra racial de alta letalidade**. Portal Geledés, 2017. In: <https://www.geledes.org.br/guerra-racial-de-alta-letalidade/>. Acesso em: 24/08/2020 17h25minh.

SANTOS W; BORGES H. **Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia**. Caderno Temático nº14 -. 2014.

SILVA, A. J. L. **Tatuagem: desvendando segredos**. Salvador; Magic gráfica, 2012.

SILVA, J. C. **História de Lutas negras – Memórias do surgimento do movimento negro na Bahia**. In 10 Anos de luta Contra o Racismo – Movimento Negro Unificado. MNU.1988.

Small Arms Survey **A Project of the Graduate Institute of International and Development Studies**, Geneva. 2015

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **As vítimas ocultas da violência no Rio de Janeiro/ Glaucio Ary Dillon Soares, Dayse Miranda, Dorian Borges – Rio de Janeiro**. Civilização brasileira, 2006.

SOUZA, L. A. F.. **Militarização da Segurança Pública no Brasil, Em Direitos Humanos e Segurança Pública na Bahia**. Orgs: Hebert Toledo Martins e Luiz Claudio Lorenço. Cruz das Almas\BA; UFRB, 2014.

SSP-BA. **Estatísticas criminais por Município 2014**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 24/08/2020 17h26minh.

SSP-BA. **Estatísticas criminais por Município 2015**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21>. Acesso em: 24/08/2020 17h26minh.

SSP-BA. **Estatísticas criminais por Município 2016**. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=69>. Acesso em: 24/08/2020 17h26minh.

TADDEO, C. E. **A guerra não declarada na visão de um favelado**. São Paulo, 2012.

TAUSSING, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre terror e cura**. São Paulo. Paz e Terra, 1993.

TEXEIRA BAHIA, Bruno. **Entre o Vigilantismo e o empreendedorismo violento**. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pos-Graduacao em Ciencias Sociais. Salvador – BA, 2015 – Dissertacao de Mestrado.

VARGAS. J. H. C. **Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro**. Rev. Antropol. vol.48 no.1 São Paulo Jan./June 2005

VARGAS, J. H. C. **Activist Scholarship: Limits and Possibilities in Times of Black Genocide**. IN Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship / edited by Charles R. Hale. p. cm. — (Global, area, and international archive; 6) Includes bibliographical references and index, 2008.

VARGAS, J. H. C. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas.** Revista da ABPN, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.

VARGAS, Joao H.Costa. **Gendered antiblackness and the Emerging critical black Brazilian studies.** Cultural dynamics, 2012.

VARGAS. J. H. C. **“Desidentificação”: A lógica de Exclusão Antinegra no Brasil.** In - Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira/ organizado por Osmundo Pinho, João H. Costa Vargas – Cruz das Almas: EDUFRB ; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016

VARGAS, J. H. C. **Por uma mudança de paradigma: antinegitude e antagonismo estrutural.** Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n.2, p.83-105, jul/de\, 2017

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. 3ª edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003.** Brasília, UNESCO, 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil** / Julio Jacobo Waiselfisz – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

WASELFISZ, J. J.. **Mapa da violência 2013: Homicídio e juventude no Brasil.** Brasília: SEPP/PR, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: Os jovens no Brasil.** Rio de Janeiro: FLASCO BRASIL, 2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Mortes matadas por arma de fogo.** Brasília: SEPP/PR, 2015.

WASELFISZ, J. J.. **Mapa da violência 2015: Mortes matadas por arma de fogo.** Rio de Janeiro : FLASCO BRASIL, 2016.

WILDERSON, III, Frank B. **White & Black: Cinema and the structure of U.S.A Antagonisms.** Duke University press. Durham , 2010.

WILDERSON, III, Frank B. **The vegeance of vertigo: Aphasia and abjection in the political trials of black insurgentes.** In Tensions Journal. Toronto. New York University. Issue 5, 2011.

## Sites

ALBUQUERQUE, Rafael. **Operação em Amaralina é prévia para instalação de Bases.** Jornal Bocão News, 2011. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/principal/policia/9611,operacao-em-amaralina-e-previa-para-instalacao-de-bases.html>. Acesso em: 05/08/2020 15h55minh.

ALDEN, Silva. **Tatuagem Criminal - Desvendando Segredos (1/2)**. Youtube, Vídeo 14:41'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U-UTxJk5dHg>. Acesso em: 05/08/2020 22h35minh.

AZEVEDO, Lena. **Jovens negros na mira de grupos de extermínio na Bahia**. Jornal A Pública, 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/07/jovens-negros-na-mira-de-grupos-de-extermínio-na-bahia/> Acesso em: 05/08/2020 20h47minh

BAHIA. **Centro de Operações inicia nova fase da Segurança Pública**. Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia, 2016. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/2016/07/1237/Centro-de-Operacoes-inicia-nova-fase-da-Seguranca-Publica.html> . Acesso no dia 09/06/2017 as 02h50min.

BAHIA. **Graer Forma Operadores de Drones de Diversos Estados**. Secretaria de Segurança Pública 2018. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/2019/02/5093/Graer-forma-operadores-de-drones-de-diversos-estados.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h40minh.

BAHIA. **Lei que Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida, e dá outras providências**. Governo da Bahia, 2011. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1029307/lei-12357-11>. Acesso em: 05/08/2020 20h50minh.

BAHIA. **Programa Pacto pela Vida é lançado oficialmente em Salvador**. Youtube, vídeo 4:13'. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=pBdaa\\_zTKYs](https://www.youtube.com/watch?v=pBdaa_zTKYs). Acesso em: 05/08/2020 21h55minh.

Câmara dos Deputados. **CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES** EVENTO: Audiência Pública REUNIÃO N°: 0410/15. Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0410/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=&Data=28/4/2015&txApelido=C%20PI%20%20VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA%20JOVENS%20NEGROS%20E%20POBRES&txFaseSessao=Reuni%C3%A3o%20Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=>. Acesso em: 05/08/2020 16h32minh.

CÂMARA dos deputados. **CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRE** SEVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA. CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ Reunião: 0410/15, 2015. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0410/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=&Data=28/4/2015&txApelido=C%20PI%20%20VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA%20JOVENS%20NEGROS%20E%20POBRES&txFaseSessao=Reuni%C3%A3o%20Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=>. Acesso em: 05/08/2020 20h27minh.

CARVALHO, Daniel. FERNANDES, Thalita. **Bolsonaro Diz que Quer Usar Pelotão de Drones na Linha de Frente de Operações Policiais**. Jornal Folha de São Pulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/bolsonaro-diz-que-quer-usar-pelotao-de-drones-na-linha-de-frente-de-operacoes-policiais.shtml>. Acesso em: 05/08/2020 22h48minh.

DIAS, Aline. **Justiça Global denuncia à OEA ameaças a integrantes da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto pela Polícia Militar da Bahia.** Justiça Global, 2015. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/justica-global-denuncia-a-oea-ameacas-a-integrantes-da-campanha-reaja-ou-sera-morta-reaja-ou-sera-morto-pela-policia-militar-da-bahia/>. Acesso em: 05/08/2020 20h29minh.

DUARTE, Fernando. **Rui compara policiais em ação com um artilheiro prestes a marcar um gol.** Jornal Bahia Notícias, 2015. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/167091-rui-compara-policiais-em-acao-com-um-artilheiro-prestes-a-marcar-um-gol.html> Acesso em: 05/08/2020 20h29minh.

MAHIN, Lourival Aguiar. **Polícias Militares invadem com fuzil na mão o lançamento do Comitê da III Marcha Contra do Genocídio do Povo Negro em Cachoeira/ BA.** Esquerda Diário, 2015. Acesso em: 05/08/2020 20h55minh.

MARTINS, Pedro. **População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e- raciais-ainda-mais-expostas/46338/>. Acesso em: 05/08/2020 20h57minh.

O GLOBO. **PMs são suspeitos de ‘25 a 30’ homicídios durante greve na Bahia.** Jornal O Globo, 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pms-sao-suspeitos-de-25-30-homicidios-durante-greve-na-bahia-3966205#ixzz2XEMancrI>. Acesso em: 05/08/2020 21h07minh.

PEREZ, Muniz. **Robôs Voadores: Conheça um Pouco Sobre a Tecnologia dos Drones Militares.** Canal Tech. Disponível em: <https://canaltech.com.br/seguranca/Robos-voadores-conheca-um-pouco-sobre-a-tecnologia-dos-drones-militares/>. Acesso em: 05/08/2020 22h49minh.

PINHO, Osmundo. **O Fantasma do Estado: Genocídio e Necropolítica.** Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/>. Acesso em: 05/08/2020 21h05minh.

PITTA, Paulo. **Secretário diz que Calabar é laboratório para SSP avançar em outras comunidades.** Jornal A tarde, 2011. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1282371-secretario-diz-que-calabar-e-laboratorio-para-ssp-avancar-em-outras-comunidades>. Acesso em: 05/08/2020 22h32minh.

Polícia Militar da Bahia. **PATAMO no Engenho Velho da Federação.** Youtube, 2017, Vídeo 0:54". Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_7J8yhe0IYM](https://www.youtube.com/watch?v=_7J8yhe0IYM). Acesso em: 05/08/2020 21h20minh.

Quilomboxis. **Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça- O Pacto Pela Vida.** Quilomboxis, 2011. Disponível em: <http://quilombox.blogspot.com/2011/06/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h59minh.

Redação. **“Reaja” critica programa Pacto pela Vida.** Bahia na Rede, 2011. Disponível em: <https://blogbahianarede.wordpress.com/2011/06/19/reaja-reflete-e-critica-programa-pacto-pela-vida>. Acesso em: 05/08/2020 22h02minh.

Redação. **A cada 3 brasileiros, 1 tem parente ou amigo vítima de assassinato.** Fórum Segurança. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/a-cada-3-brasileiros-1-tem-parente-ou-amigo-vitima-de-assassinato/>. Acesso em: 05/08/2020 15h58minh.

Redação. **Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça – O Pacto Pela Vida.** Quilomboxis. Disponível em: <http://quilomboxis.blogspot.com.br/2011/06/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto.html>, 2011. Acesso em: 05/08/2020 16h25minh.

Redação. **Após ataque de banco Cachoeira ganha.** Jornal Mídia Recôncavo, 2016 Disponível em: <http://www.midiareconcavo.com.br/not%C3%ADcia/7385/apos-ataque-a-bancos-cachoeira-ganha>. Acesso em: 05/08/2020 22h05minh.

Redação. **BA Lidera nº Absoluto de Homicídios no País em 2017, Diz Pesquisa; Homens, Negros e Pobres são a Maiorira das Vítimas.** Portal de Notícias G1 Bahia, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/06/ba-lidera-no-absoluto-de-homicidios-no-pais-em-2017-diz-pesquisa-homens-negros-e-jovens-sao-maioria-das-vitimas.ghtml>. Acesso em: 05/08/2020 22h50minh.

Redação. **Bahia teve mais de cem homicídios durante greve da PM, diz secretaria.** Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/02/bahia-teve-mais-de-cem-homicidios-durante-greve-da-pm-diz-secretaria.html>. Acesso em: 05/08/2020 16h27minh.

Redação. **Bairros com histórico de confrontos entre policiais e bandidos terão monitoramento diferenciado.** Correio 24 horas. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bairros-com-historico-de-confrontos-entre-policiais-e-bandidos-terao-monitoramento-diferenciado/> Acesso em: 05/08/2020 16h29minh.

REDAÇÃO. **Bolsonaro diz que quer usar pelotão de drones na linha de frente de operações policiais.** Jornal Folha Uol, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/bolsonaro-diz-que-quer-usar-pelotao-de-drones-na-linha-de-frente-de-operacoes-policiais.shtml>. Acesso em: 05/08/2020 22h07minh.

Redação. **Brasil tem 16 cidades no grupo das 50 mais violentas do mundo; Maceió, capital de Alagoas, é a campeã negativa.** Jornal Interiordabahia. Disponível em: <http://www.interiordabahia.com.br/2014/03/28/brasil-tem-16-cidades-no-grupo-das-50-mais-violentas-do-mundo-maceio-capital-de-alagoas-e-a-campea-negativa/> Acesso em: 05/08/2020 16h35minh.

REDAÇÃO. **Brasil tem 16 cidades no grupo das 50 mais violentas do mundo; Maceió, capital de Alagoas, é a campeã negativa.** Jornal Interiordabahia.com.br, 2014. Disponível em: <http://www.interiordabahia.com.br/2014/03/28/brasil-tem-16-cidades-no-grupo-das-50-mais-violentas-do-mundo-maceio-capital-de-alagoas-e-a-campea-negativa/>. Acesso em: 05/08/2020 22h09minh.

Redação. **Cachoeira ganha base da Divisão Especial da PM.** Jornal Forte no Recôncavo, 2017. Disponível em: <http://www.fortenoreconcavo.com.br/2017/01/cachoeira-ganha-base-da-divisao.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h10minh.

Redação. **Campanha Reaja – quem somos.** Reaja nas Ruas, 2017. Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/p/quem-somos.html> Acesso em 09/06/2017 as 00h17minmin

Redação. **Chacina com 12 mortos no Cabula foi planejada por PMs como vingança.** Correio 24 horas, 2015. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/chacina-com-12-mortos-no-cabula-foi-planejada-por-pms-como-vinganca>. Acesso em: 05/08/2020 20h15minh.

Redação. **Cinco são mortos pela polícia em três dias no Complexo do Nordeste de Amaralina.** Correio 24 horas, 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cinco-sao-mortos-pela-policia-em-tres-dias-no-complexo-do-nordeste-de-amaralina/>. Acesso em: 05/08/2020 20h02minh.

Redação. **Cinco são mortos pela polícia em três dias no Complexo do Nordeste de Amaralina.** Jornal Correio, 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cinco-sao-mortos-pela-policia-em-tres-dias-no-complexo-do-nordeste-de-amaralina/>. Acesso em: 05/08/2020 22h12minh.

Redação. **Cine do Povo: trabalho comunitário contra o genocídio do Povo Negro.** Coletivo Quilombo, 2015. Disponível em: [http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario\\_11.html](http://coletivoquilombo.blogspot.com/2015/07/cine-do-povo-trabalho-comunitario_11.html) Acesso em: 05/08/2020 20h10minh.

Redação. **Comunidade Unebiana rejeita construção de BCS dentro do campus.** Universidade do Estado da Bahia, 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/sgc/2015/03/12/comunidade-unebiana-rejeita-construcao-de-bcs-dentro-do-campus/> Acesso em: 05/08/2020 20h17minh.

Redação. **Concurso de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros prorroga.** Universidade do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: <https://portal.uneb.br/noticias/2017/06/12/uneb-realiza-concurso-para-oficiais-da-policia-militar-e-do-corpo-de-bombeiros/> Acesso em: 05/08/2020 20h20minh.

Redação. **Conselho da ONU recomenda fim da Polícia Militar no Brasil.** Portal de notícias G1, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 05/08/2020 20h22minh.

Redação. **Dos bueiros do recôncavo, para o mundo... Mara Mukami X propõem uma reflexão sobre a força de resistência do rap frente ao genocídio negro:** <http://oganpazan.com.br/dos-bueiros-do-reconcavo-para-o-mundo/> Acesso em: 05/08/2020 20h32minh.

Redação. **Drones são aposta para Setor de Segurança e Monitoramento.** Ansa Brasil, 2019. disponível em: [http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/economia/noticias/2019/12/23/drones-sao-aposta-para-o-setor-de-seguranca-e-monitoramento\\_e56ea071-55cb-499a-9136-335d1d409f63.html](http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/economia/noticias/2019/12/23/drones-sao-aposta-para-o-setor-de-seguranca-e-monitoramento_e56ea071-55cb-499a-9136-335d1d409f63.html). Acesso em: 05/08/2020 22h42minh.

Redação. **Em inauguração de sede comandante geral anuncia novas viaturas e mais armas para a rondesp leste.** Jornal Acorda Cidade, 2016. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/not%C3%ADcias/185525/em-inauguracao-de-sede-comandante-geral-anuncia-novas-viaturas-e-mais-armas-para-a-rondesp-leste.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h15minh.

Redação. **Em menos de 24 horas, mais quatro pichadores foram flagrados em Salvador.** Varela Notícias, 2016. Disponível em: <http://varelanoticias.com.br/em-menos-de-24-horas-mais-quatro-pichadores-foram-flagrados-em-salvador/> Acesso em: 05/08/2020 20h35minh.

Redação. **Estes são os estados onde a polícia mais mata no Brasil.** Revista Exame Brasil. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/estes-sao-os-estados-onde-a-policia-mais-mata-no-brasil/> Acesso em: 05/08/2020\_20h40minh.

Redação. **Gestão do atual secretário da SSP ultrapassa 25 mil homicídios: 15 baianos mortos por dia.** Jornal Aratu Online. Disponível em: <http://www.aratuonline.com.br/blogdepabloreis/?p=475v>. Acesso em: 05/08/2020 20h40minh.

Redação. **Governo apresenta para a sociedade o ‘Pacto pela Vida’, que conta também com a participação do MP.** Ministério Público do Estado da Bahia, 2011. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/area/ceosp/noticias/26664>. Acesso em: 05/08/2020 20h42minh.

Redação. **Governo da Bahia lança Programa Pacto pela Vida.** Jornal Vermelho, 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/155882-1> Acesso em: 05/08/2020 20h45minh

Redação. **Graer da PM da Bahia Passa a Integrar Drones em suas Operações Aéreas. Piloto Policial, 2018.** Disponível em: <https://www.pilotopolicial.com.br/grajer-da-pm-da-bahia-passa-a-integrar-drones-em-suas-operacoes-aereas/>. Acesso em: 05/08/2020 22h39minh.

Redação. **Jovens negros na mira de grupos de extermínio na Bahia.** Revista Fórum. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/jovens-negros-na-mira-de-grupos-de-extermínio-na-bahia/> Acesso em: 05/08/2020 20h37minh.

Redação. **Leia cartilha que explica significado das tatuagens no mundo do crime.** Jornal Correio 24 horas. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/leia-cartilha-que-explica-significado-das-tatuagens-no-mundo-do-crime/>. Acesso em: 05/08/2020 20h52minh.

Redação. **Leia cartilha que explica significado das tatuagens no mundo do crime.** Jornal Correio, 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/leia-cartilha-que-explica-significado-das-tatuagens-no-mundo-do-crime/>. Acesso em: 05/08/2020 22h20minh.

Redação. **Nº de mortes por armas de fogo na BA mais que dobrou entre 2006 e 2016; estado lidera ranking nacional.** Portal G1 BA, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/n-de-mortes-por-armas-de-fogo-na-ba-mais-que-dobrou-entre-2006-e-2016-estado-lidera-ranking-nacional.ghtml>. Acesso em: 05/08/2020 22h17minh.

Redação. **Nota pública de enfrentamento a Brutalidade policial em Cachoeira-BA.** Reaja nas Ruas, 2014. Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/2014/12/nota-publica-de-enfrentamento.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h02minh.

REDAÇÃO. **NOTA: Operações policiais durante pandemia da COVID-19.** Anistia Internacional, 2020. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/nota-operacoes-policiais-durante-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 05/08/2020\_22h18minh.

Redação. **Nove pessoas são mortas por policiais a cada dia no país.** Folha Uol, 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1827079-nove-pessoas-sao-mortas-por-policiais-a-cada-dia-no-pais.shtml>. Acesso em 09/06/2017 00h40min.

Redação. **O Movimento Baiano Reaja ou Será Morto Está na Linha de Frente na Luta Contra o Racismo.** Jornal Vice, 2015. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/vv4ne8/o-movimento-baiano-reaja-ou-sera-morto-esta-na-linha-de-frente-na-luta-contra-o-racismo](https://www.vice.com/pt_br/article/vv4ne8/o-movimento-baiano-reaja-ou-sera-morto-esta-na-linha-de-frente-na-luta-contra-o-racismo). Acesso em: 05/08/2020 21h10minh.

Redação. **Operação em Amaralina é prévia para instalação de Bases.** Jornal Bocão News, 2011. Disponível em: <https://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/policia/9611,operacao-em-amaralina-e-previa-para-instalacao-de-bases.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h12minh.

Redação. **Pai faz, mãe cria e a Rondesp dá sumiço.** Reaja ou sera mort@, 2015. Disponível em: <http://www.reajaouseramortx.com/2015/02/pai-faz-mae-cria-e-rondesp-da-sumico.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h15minh.

Redação. **Pega eles, Patamo! Nova unidade da PM vai atuar no combate ao crime organizado.** Informe Baiano, 2017. Disponível em: <http://informebaiano.com.br/40967/policia/pega-eles-patamo-nova-unidade-da-pm-vai-atuar-no-combate-ao-crime-organizado>. Acesso em: 05/08/2020 21h25minh.

Redação. **Pesquisa Instinto de Vida. Fórum de Segurança, 2017.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/pesquisa-instinto-de-vida/>. Acesso em: 05/08/2020 21h27minh.

Redação. **PM ocupa bairro para implantação de sexta Base Comunitária na Bahia.** Portal de Notícias G1, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/policia-realiza-operacao-para-implantacao-de-base-comunitaria.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h29minh.

Redação. **PMS são suspeitos de 25 a 30 homicídios na greve na Bahia.** Jornal O Globo, 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pms-sao-suspeitos-de-25-30-homicidios-durante-greve-na-bahia-3966205#ixzz2XEMancrI>. Acesso em: 05/08/2020 21h32minh.

Redação. **Polícia baiana, uma das polícias que mais matam no país.** Repórter Coragem, 2015. Disponível em: <http://reportercoragem.com.br/policia/policia-baiana-uma-das-policias-que-mais-matam-no-pais/>. Acesso em: 05/08/2020 21h35minh.

Redação. **Polícia Civil tenta identificar pichadores que estão agindo no Centro.** Jornal Correio 24 horas. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/policia-civil-tenta-identificar-pichadores-que-estao-agindo-no-centro/>. Acesso em: 05/08/2020 21h47minh.

Redação. **Polícia ocupa Bairro da Paz para implantação de Base Comunitária.** Portal de Notícias G1, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/09/policia-ocupa-bairro-da-paz-para-implantacao-de-base-comunitaria.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h37minh.



Redação. **Policiais baianos criticam UPP de Jaques Wagner.** Último Segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ba/policiais-baianos-criticam-upp-de-jaques-wagner/n1300083310112.html>. Acesso em: 05/08/2020 21h45minh.

Redação. **Prefeito de Cachoeira afirma que cidade passa por uma "crise na segurança".** Jornal Forte no Recôncavo, 2015. Disponível em: <http://www.fortenoreconcavo.com.br/2015/06/prefeito-de-cachoeira-afirma-que-cidade.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h19minh.

Redação. **Protesto fecha Juracy Magalhães após mortes no Vale das Pedrinhas.** Jornal Correio 24 horas, 2017. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/protesto-fecha-juracy-magalhaes-apos-mortes-no-vale-das-pedrinhas/>. Acesso em: 05/08/2020 21h58minh.

Redação. **Protesto fecha Juracy Magalhães após mortes no Vale das Pedrinhas.** Jornal Correio, 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/protesto-fecha-juracy-magalhaes-apos-mortes-no-vale-das-pedrinhas/>. Acesso em: 05/08/2020 22h20minh.

Redação. **Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.** Reaja nas Ruas. Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05/08/2020 20h25minh.

Redação. **Rondesp Leste terá bases em SAJ, Amargosa e Cruz das Almas.** Jornal Tribuna do Recôncavo, 2018. Disponível em: <https://tribunadoreconcavo.com/rondesp-leste-tera-bases-em-saj-amargosa-e-cruz-das-almas/>. Acesso em: 05/08/2020 22h21minh.

Redação. **Salvador: polícia começa operação de ocupação no Calabar e Alto das Pombas.** Jornal Acorda Cidade, 2011. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/73747/salvador-policia-comeca-operacao-de-ocupacao-no-calabar-e-alto-das-pombas.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h27minh.

REDAÇÃO. **Secretário defende PMs que mataram 12 em suposto confronto.** Jornal A Tarde, 2015. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador%20noticias/1658145-tiroteio-entre-a-policia-e-bandidos-deixa-11-mortos>. Acesso em: 05/08/2020 22h22minh.

Redação. **Tenente Suzart afirma que o policial.** Jornal Bahia na Web, 2016. Disponível em: <http://www.bahianaweb.com/2016/01/tenente-suzart-afirma-que-o-policial.htm>. Acesso em: 05/08/2020 22h23minh.

Redação. **Tributo a Negro Blul.** Cine Teatro Solar da Boa Vista, 2014. Disponível em: <https://blogdosolar.wordpress.com/2014/03/20/tributo-a-negro-blul/>. Acesso em: 05/08/2020 22h37minh.

Redação. **Witzel e Flávio Bolsonaro Vão a Israel Comprar Drone que Faz Disparo.** Jornal Extra, 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/witzel-flavio-bolsonaro-vao-israel-comprar-drone-que-faz-disparos-23206958.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h46minh.

RIBEIRO, Isaac. **Polícia Vai Usar Superdrones com Som e Luz no Combate ao Crime.** A gazeta, 2019. disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/policia-vai-usar-superdrones-com-som-e-luz-no-combate-ao-crime-no-es-1119>. Acesso em: 05/08/2020 22h44minh.

RITA, Bruno Santa. **Brasil Lidera Ranking de Mortes por Arma de Fogo no Mundo.** Correio Braziliense, 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/08/28/interna-brasil,702432/brasil-lidera-ranking-de-mortes-por-arma-de-fogo-no-mundo.shtml>. Acesso em: 05/08/2020 22h55minh.

SANTANA, Cássio. Seis anos de Pacto Pela Vida no Nordeste de Amaralina: e daí?. Blog da Associação dos Moradores de Amaralina, 2017. Disponível em: <http://amnaluta.blogspot.com/2017/09/seis-anos-de-pacto-pela-vida-no.html>. Acesso em: 05/08/2020 22h29minh.

SENADO. **Relatório final CPI do assassinato de jovens.** Senado, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 05/08/2020 22h25minh.

SEPROMI. BAHIA, **Governo do Estado. Sepromi e PM formam grupo de trabalho para realizar ações ligadas às questões raciais.** Governo do Estado da Bahia, 2015. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2015/03/124551/Sepromi-e-PM-formam-grupo-de-trabalho-para-realizar-aco-es-ligadas-as-questoes-raciais.html>. Acesso em: 05/08/2020 16h25minh.

SOTERO, Anderson. **Prefeitura avalia lei que prevê multa de R\$ 3 mil para pichadores.** Jornal A Tarde, 2017. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1872633-prefeitura-avalia-lei-que-preve-multa-de-r-3-mil-para-pichadores>. Acesso em: 05/08/2020 21h50minh.

Wendel, Bruno. **Bairros com histórico de confrontos entre policiais e bandidos terão monitoramento diferenciado.** Jornal Correio, 2017 disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bairros-com-historico-de-confrontos-entre-policiais-e-bandidos-terao-monitoramento-diferenciado/>. Acesso em: 05/08/2020 22h37minh.

## APÊNDICES

### **Roteiro de entrevista semiestruturada - Movimento Contra UPP na Uneb: História comunitária, sentidos e significados de uma política racial comunitária**

- 1- Nome:
  - 2- Idade atual:                      Idade durante atuação no Movimento Contra UPP na UNEB:
  - 3- Cor/raça (autodeclarada):
  - 4- Identidade de gênero:
  - 5- Sexo:
  - 6- Escolaridade:
  - 7- Escolaridade na época que atuava no Movimento Contra UPP na Uneb:
  - 8- Bairro que mora:
  - 9- Bairro que Morava quando atuava no Movimento Contra UPP na Uneb
- 
- Antecedentes do Movimento Contra UPP
- 1- Como e quando cada uma ficou sabendo sobre a instalação de uma Base Comunitária de Segurança no Campus da Uneb? Foi antes ou depois de construírem o prédio que iria instalar a base?
  - 2- Vocês já se conheciam antes de integrar o Movimento contra UPP na Uneb? Falem um pouco dessa relação. E independente de terem se conhecido antes do Movimento, como era o cotidiano de vocês na universidade. Faziam parte de alguma agremiação estudantil?
  - 3- De que parte da cidade é cada uma de vocês? Falem um pouco do cotidiano de suas comunidades de origem em Salvador.
  - 4- O dispositivo de segurança Pública das chamadas Bases Comunitárias de Segurança (BCS) começou a ser implementado pelo governo da Bahia, no contexto do Programa PACTO PELA VIDA no ano de 2011. Diante desse contexto, antes da tentativa de implementação da UPP na UNEB, como avaliavam as Bases Comunitárias já instaladas na cidade, a Exemplo da Base Comunitária de Segurança do Calabar – a primeira – ou do Nordeste de Amaralina e Santa Cruz.
  - 5- De acordo a avaliação de vocês, como foi a reação do contingente de técnicos, professores e alunos da UNEB, em relação a notícia de instalação de uma Base Comunitária de Segurança no Campus? e as instancias representativas, como DAS,

DCE, Sindicato de técnicos e professores e outras instancias de gerencia e deliberação da universidade, como receberam politicamente essa noticia?

- 6- E do ponto de vista da comunidade no entorno da UNEB – engomadeira/Cabula – como foi recebida a noticia da instalação de uma Base Comunitária de Segurança? Tendo em vista que muitas de vocês moravam/moram/nasceram nessas comunidades.
- Histórico do Movimento Contra UPP
    - 1- Quando surgiu e quais motivações que as levaram a impulsionar um Movimento Contra a instalação de uma Base Comunitária de segurança na Engomadeira? E quais medidas foram tomadas nos primeiros momentos no sentido de organizar e dar visibilidade a esse Movimento? E por que Movimento Contra UPP se na Bahia o projeto de “pacificação de favelas” se chama Bases Comunitárias de SEGURANÇA?
    - 2- Lembro-me que a primeira vez que ouvi falar do Movimento Contra UPP na UNEB, me disseram “é um grupo de mulheres que tem batido de frente com a construção de uma UPP na engomadeira”. Tempos depois quando nos conhecemos em ações comunitárias, confirmei que cerca de 90% das pessoas que participavam do Movimento eram mulheres. Ao que se deve esse contingente majoritário de mulheres no Movimento? foi uma medida organizativa proposital? Como refletem essa questão de gênero na luta que estavam impulsionando?
    - 3- Do ponto de vista da comunidade acadêmica da UNEB ( técnicos, professores e alunos) como o Movimento Contra UPP na UNEB foi recebido ? Especialmente tendo em vista que desde o começo do Movimento vocês deixaram bem explicito que a instalação da UPP na engomadeira, foi feita com apoio politico-logístico da UNEB, sobretudo, com a doação de uma parte considerável de um terreno nas dependências da universidade para construção da base.
    - 4- Setores da universidade se manifestaram contra a instalação da UPP na Uneb, como por exemplo, os Coletivos “Contra corrente” e “Corrente estudantil Proletária”, ambos agremiações estudantis ligados a partidos de esquerda. Quando as conheci vocês sempre deixavam demarcado que o Movimento Contra UPP na Uneb não era uma iniciativa de qualquer setor do movimento estudantil da universidade, muito menos, ligado de alguma forma a agremiações partidárias de qualquer ordem. Nesse contexto, quais eram as principais diferenças *organizativas, ideológicas e politicas* do Movimento Contra UPP na Uneb, em relação a categorias universitárias que se organizaram contra instalação da UPP na UNEB?
    - 5- Como era o modo de organização do Movimento Contra UPP na Uneb? com isso quero dizer ; onde e com que periodicidade se reuniam? Quais as pautas do Movimento? Quais as principais táticas e estratégias adotadas para impulsionar as pautas? Qual era o critério de filiação ou recrutamento do Movimento? Quais as principais ações impulsionadas por vocês dentro e fora da universidade , que contribuíram significativamente pro andamento da luta contra a Base Comunitária de Segurança da Engomadeira?

- 6- A gente se conheceu em 2013 no contexto da luta comunitária contra brutalidade policial na Bahia. Na época eu estava envolvido com articulação de cine clubes comunitários na periferia de Cachoeira-BA, além de ser um apoiador da Campanha Reaja ou Sera Mort@, organização que posteriormente passei a integrar como militante. Em meus encontros com o Movimento Contra UPP na UNEB, seja em audiências públicas, no I Encontro de Cine Clube Comunitários da Bahia ou no Tributo a Negro Blul (2014), vocês sempre pontuavam constantemente em suas falas, no perigo que estavam correndo em fazer esse tipo de enfrentamento contra um dispositivo da engenharia da SSP-BA, como sofriam perseguições dentro e fora da UNEB, seja institucionais, há serem taxadas de “mulheres de ladrão”, de “estarem fazendo um movimento a favor da malandragem”. Além de perigos de vida, como relatos que já me disseram de PMs que estudam na UNEB e não viram com bons olhos o Movimento Contra UPP. Nesse contexto, relatem um pouco as perseguições que sofreram dentro e fora da UNEB, como lidaram com isso pessoalmente e politicamente e, em que sentido, a morte violenta era uma variável avaliada por vocês.
- 7- Durante o período que impulsionaram o Movimento Contra UPP NA Uneb, em diferentes momentos realizaram ações em conjunto com a Campanha Reaja ou sera Mort@. Vocês já conheciam a atuação da Campanha Reaja? Falem um pouco sobre isso.
- 8- Quais os principais aspectos que levaram as duas organizações a construírem ações conjuntas? Em que medida essa aproximação tática municiou as ações estratégicas do Movimento Contra UPP na UNEB?
- 9- Qual avaliação que o Movimento fazia da Política de Segurança Pública da Bahia na época? e agora passados quatro anos, mesmo com a interrupção das obras da Base Comunitária da Engomadeira, como avaliam os dispositivos de segurança do Pacto Pela Vida na Comunidade?
- 10- De acordo o portal de comunicação da UNEB *“A construção de uma **Base Comunitária de Segurança (BCS)** dentro do Campus I da UNEB, em Salvador, foi rejeitada pelo **Conselho Universitário (CONSU)**, instância deliberativa máxima da universidade. Os conselheiros, em reunião no último dia 6 no campus de Serrinha, aprovaram parecer da comissão especial constituída pelo próprio conselho para analisar o assunto, **recomendando à administração central da UNEB a não doação do terreno para a construção.** As obras da chamada **BCS de Engomadeira**, bairro popular adjacente ao Campus I, tiveram início em 2013, mas foram paralisadas em janeiro do ano passado, logo após a posse da atual gestão da UNEB”*.

O Discurso institucional invisibiliza a ação do Movimento Contra UPP na UNEB, além de esconder o fato que a administração central da UNEB sempre foi a favor da instalação da Base Comunitária. Nesse contexto, em que medida a ação coordenada do Movimento Contra UPP na Uneb, foi um ator social estratégico para o fim das obras da Base Comunitária na Engomadeira? E como avaliam a

postura dos setores da universidade que em um primeiro momento as criminalizou e posteriormente incorporou a pauta do Movimento contra UPP na Uneb.

- 11- A denúncia que faziam da política de segurança pública racista do governo da Bahia aproximava, mas também afastava possíveis aliados do Movimento Contra UPP na Uneb. Apesar de fazerem enfrentamento direto a um dispositivo de segurança essencialmente racista, poucos agrupamentos políticos do campo do Movimento Social Negro, estabeleceram algum tipo de diálogo ou relação tática com o Movimento Contra UPP na Uneb. Diante desse contexto, como avaliam a postura das entidades do movimento social negro de Salvador, em relação os dispositivos de segurança do Programa Pacto Pela Vida? A exemplo do contexto da instalação das Bases Comunitárias de Segurança e da Chacina do Cabula

**Roteiro de entrevista semiestruturado - ENTREVISTA COM PICHARDOR@S**

- 10- Nome:
  - 11- Cor/raça (autodeclarada):
  - 12- Identidade de gênero:
  - 13- Sexo:
  - 14- Escolaridade:
  - 15- Escolaridade na época que atuava-conheceu o Movimento Contra UPP na Uneb:
  - 16- Bairro que mora:
  - 17- Bairro que Morava quando atuava no Movimento Contra UPP na Uneb
- 
- 7- De que parte da cidade você é. Falem um pouco do cotidiano de um jovem homem negro em uma das cidades mais violentas do mundo.
  - 8- Quando e em que contexto começou seu envolvimento com a cultura de arte de rua, sobretudo, a pichação?
  - 9- Fale um pouco das características estéticas e dos princípios da cultura de rua na cidade de Salvador.
  - 10- Fale um pouco dos perigos – inclusive de morte – do exercício da cultura da pichação na cidade de SALVADOR
  - 11- Quando e como conheceu a atuação do Movimento Contra UPP? Quais eram suas principais impressões sobre o Movimento?
  - 12- Quais motivações que te levaram a participar de atividades impulsionadas pelo Movimento Contra UPP? E quais foram essas atividades?
  - 13- Em minha participação nas ações impulsionadas pelo Movimento Contra UPP, sempre me chamou atenção a presença massiva de pichadores-grafiteiros nas ações comunitárias do Movimento, seja em praticas subterrâneas , como pichar o prédio que seria a BCS, assim como, em ações publicas, como o I microfone aberto no final de linha da engomadeira. A seu ver, o que motivou aproximação dos pichadores do Movimento?
  - 14- Uma das grandes contribuições que os pichadores deram ao Movimento Contra UPP, foi a perpetuação de uma memoria politica subterrânea do Movimento, a medida que as pichações que denunciavam a UPP se espalhavam pela UNEB e cidade de maneira

geral. Pra você qual o papel da pichação na manutenção-codificação da memória política de agrupamentos de negr@s que atuam em uma perspectiva subterrânea?

- 15- Em que medida a atuação do Movimento Contra UPP, influenciou e o municiou a impulsionar enfrentamento racial comunitário na cidade de Salvador a exemplo de sua atuação no LAMA e na biblioteca Zeferina.

### **Roteiro de entrevista semiestruturado – Percepções político- subjetivas de jovens homens negros acerca de morte por arma de fogo no recôncavo sul**

Minuta do capítulo: No quarto capítulo, “*Sobreviventes da Zona limítrofe: percepções político –subjetivas de jovens homens negros acerca de homicídios por arma de fogo no recôncavo sul*” realizaremos uma análise dos sentidos e significados sobre violência , morte por arma de fogo e tecnologias policiais, em três cidades – Cachoeira-BA, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus – tomando como dado etnográfico um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens homens negros que tiveram parentes, amigos, ou conhecidos , assassinados por arma de fogo no ultimo triênio ( 2015-2018).

**18- Nome:**

**19- Cor/raça (autodeclarada):**

**20- Identidade de gênero:**

**21- Sexo:**

**22- Idade:**

**23- Trabalha- estuda:**

**24- Fale sobre sua rotina diária:**

- 16- Quantos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, foram assassinados por arma de fogo nos últimos 10-3 anos?
- 17- Qual a cor dos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, que foram assassinados por arma de fogo nos últimos 10-3 anos?
- 18- Dos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, que foram assassinados por arma de fogo nos últimos 10-3 anos, quantos foram em contexto de execuções sumarias e quantos em operações policiais letais?
- 19- Dos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, que foram assassinados por arma de fogo nos últimos 10-3 anos, quantos foram em contexto de Chacinas?



- 20- Teve algum parente, amigo ou conhecido que desapareceu, ou foi sequestrado e nunca mais voltou? Comente sobre o episódio, ressaltando em que medida afetou e afeta psicologicamente sua trajetória de vida.
- 21- Comente em que medida o assassinato de amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, tem afetado sua trajetória de vida, do ponto de vista psicológico, afetivo e de suas projeções de vida para o futuro.
- 22- Dos amigos, vizinhos, familiares ou conhecidos, que foram assassinados por arma de fogo nos últimos 10-3 anos, qual pessoa era mais próxima a você. Conte-me como esse episódio marcou psicologicamente sua trajetória de vida, suas projeções para o futuro. E, se possível, descreva a circunstância de como essa pessoa (ou grupo de pessoas) foi assassinada? **(pedir ao entrevistad@ pra localizar a notícia online da morte, se houver.)**.
- 23- Você sonha ou tem pesadelos com regularidade com algum amigo, ente querido ou conjugue, que foi assassinado-a por arma de fogo? Conte em detalhes o sonho mais marcante ou, que se repita com regularidade.
- 24- Vamos fazer um exercício ficcional. Se você pudesse enviar um bilhete de sete linhas, ou uma mensagem de whatsapp **(um áudio de 2 minutos)**, 27 minutos antes de um ente querido, amigo ou conhecido ser assassinado por arma de fogo, qual seria o conteúdo? Por favor, escreva nessa folha de papel **(entregar na hora uma folha de papel e caneta, ou pedir pra pessoa enviar um áudio)**.
- 25- Comente as frases em destaque, destacando por que, em sua opinião, os índices de violência letal atingirem mais intensamente uma categoria específica da população:
- 26- Marcados: vítimas de homicídios na Bahia são homens, negros e jovens.

### **Mortes de jovens homens negros correspondem a 90,77% do total na Bahia, revela Atlas da Violência**

- 27- Fale-me como se sente em relação às estatísticas apresentadas na pergunta anterior, já que eh um jovem homem negro e pode estar compondo essas estatísticas a cada 27 minutos.
- 28- Vamos fazer mais um exercício, mas agora de projeção. Vamos supor que você fosse assassinado por arma de fogo daqui a cinco dias, como sua morte prematura repercutiria na sua família, comunidade e rede de amigos-as, sobretudo, do ponto de vista psicológico, afetivo e materialmente falando.

- 29- Você já passou por um episódio de quase-morte, ou sofreu métodos de extrema violência ? Ou seja, já foi alvejado a tiros e sobreviveu, ou mesmo tiros foram deflagrados em sua direção e você conseguiu fugir? Já foi torturado, esfaqueado ou linchado? Conte-me em que medida experiências de quase-morte afetaram você afetivo-psicologicamente.
- 30- Durante toda nossa pesquisa, ouvimos relatos de um certo carro prata-gol branco, como um veículo comumente utilizado em inúmeros casos de sequestro, seguido de morte, ou de morte em contextos de execuções sumarias. O bairro que mora, por exemplo, está no raio de atuação desses veículos de morte. De acordo seu cotidiano e vivência, o que nos poderia dizer sobre esse contexto.
- 31- Durante toda nossa pesquisa, um bordão também foi muito repetido, em diversos contextos - **Pai faz, mãe cria e a PETO da sumiço** – já ouviu essa frase alguma vez? Faça um comentário sobre a frase, fale sua opinião sobre o modo de atuação da corporação policial em sua comunidade.
- 32- Em sua cidade-Bairro a corporação policial utiliza drones? Qual sua opinião a respeito da utilização desse um artefato em operações policiais? Conte-me relatos ou uma experiência sua com esse artefato.
- 33- Nos últimos anos as policias tem se militarizado cada vez mais, adotando um modelo de operação de combate em baixa escala. Em sua opinião o treinamento ostensivo de policiais para campanhas de combate urbano, **tem que impacto na sua comunidade?**
- 34- Tomando como base os dados estatísticos que já expomos, em sua opinião, o fato de morrer diametralmente mais pessoas negras, sobretudo homes-jovens, em relação a população branca, impacta de que forma nos dois segmentos– psicológico-afetivo e economicamente.
- 35- Analise a seguinte trecho de musica –  
**O TRAUMA, O DRAMA, O DILEMA**  
**HOMEM NEGRO INIMIGO PRERENCIAL DO SISTEMA**  
**O TRAUM , O DRAMA, O DILEMA,**  
**HOMEM NEGRO SOREVIVENDO A TRAMA DAS PONTO 40**
- 36- Em sua opinião, por que tantos jovens negros são assassinados por arma de fogo todos os meses em sua cidade, muitos em contextos de execuções sumarias, ou chacinas, mas ainda assim, há pouca ou nenhuma repercussão, ou mesmo, investigação dos assassinatos.

## ANEXOS

### Imagens

**Figura 1: Logo Marca do Movimento Contra UPP**



Fonte: Foto da logo marca cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 2: Placa hasteada no terreno que iria ser construída a Base Comunitária de Segurança da Engomadeira Salvador-BA**



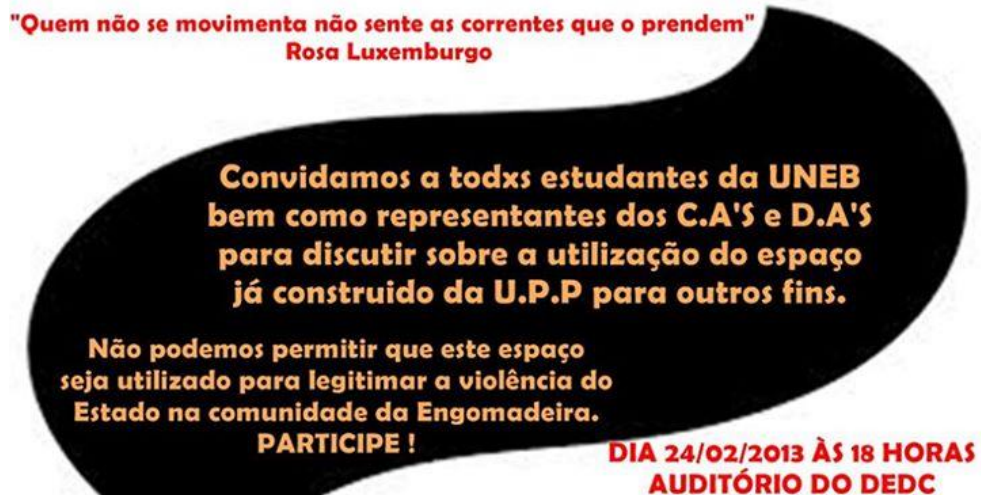
Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 3: Prédio em construção para Base Comunitária de Segurança da Engomadeira**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 4: Cartaz Movimento Contra UPP – 24-02-2013**



Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP

Figura 5: Cartaz de Debate Organizado pelo Movimento Contra UPP - 03-06-2014



**MOVIMENTO CONTRA UPP DEBATE: PERIFERIA EM DESTAQUE**

**GENOCÍDIO DO POVO NEGRO:**  
HAMILTON BORGES

**SEGURANÇA PÚBLICA:**  
PROF. DRA. CLEIDE MAGÁLI

**POLÍTICA DE DROGAS:**  
ANTROPÓLOGA SANTARISTA  
LUANA MALHEIRO

**EXPERIÊNCIA EM UMA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:**  
PAULA REGINA

**DIA:**  
03/06/2014  
**HORÁRIO:**  
13.30 ÀS 17 HS  
**LOCAL:**  
UNEB – AUDITÓRIO DO DEDC  
(DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO)

Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP

Figura 6: Cartaz de Cine Clube Comunitário impulsionado pelo Movimento Contra UPP – 16-09-2014



**ONDE: AUDITÓRIO DO DEDC**  
**QUANDO: 16/09 -14 HORAS**

**CINE DEBATE PERIFERIA EM DESTAQUE**

**EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO:**  
**ELAS DA FAVELA**

**REALIZAÇÃO: MOVIMENTO CONTRA UPP**  
**UNEB/ENGOMADEIRA**

**Figura 7: Fachada da Construção do Prédio da BCS da Engomadeira com a Faixa que foi hasteada pelo Movimento Contra UPP**



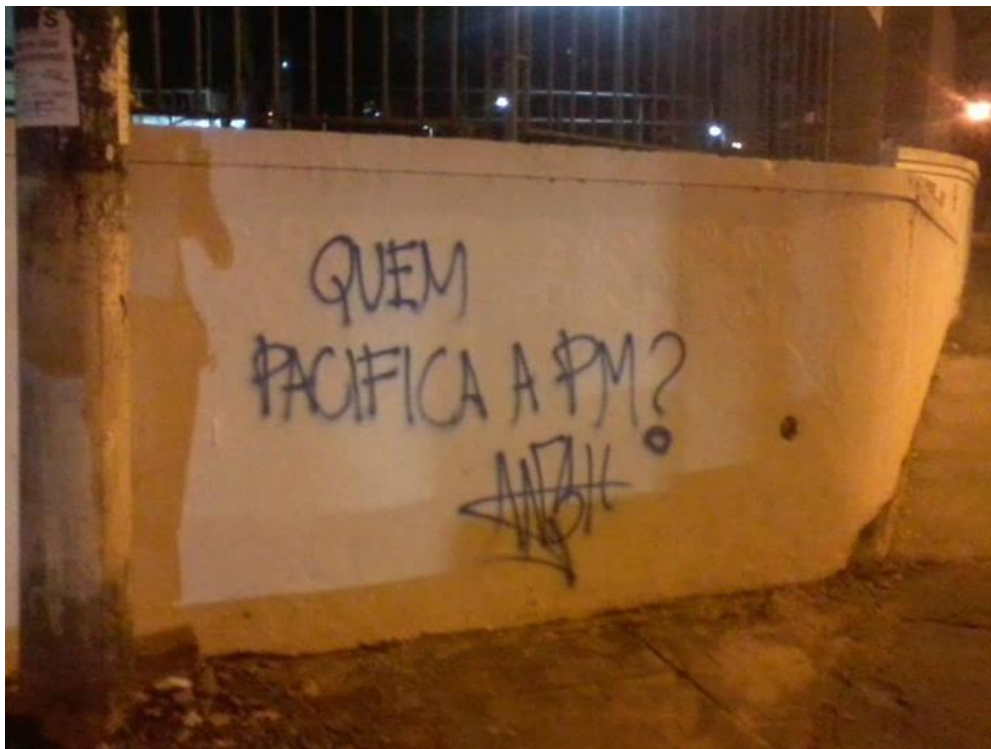
**Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP**

**Figura 8: Militantes e apoiadores do Movimento Contra UPP hasteando faixa de protesto na sede da BCS da Engomadeira – 2014**



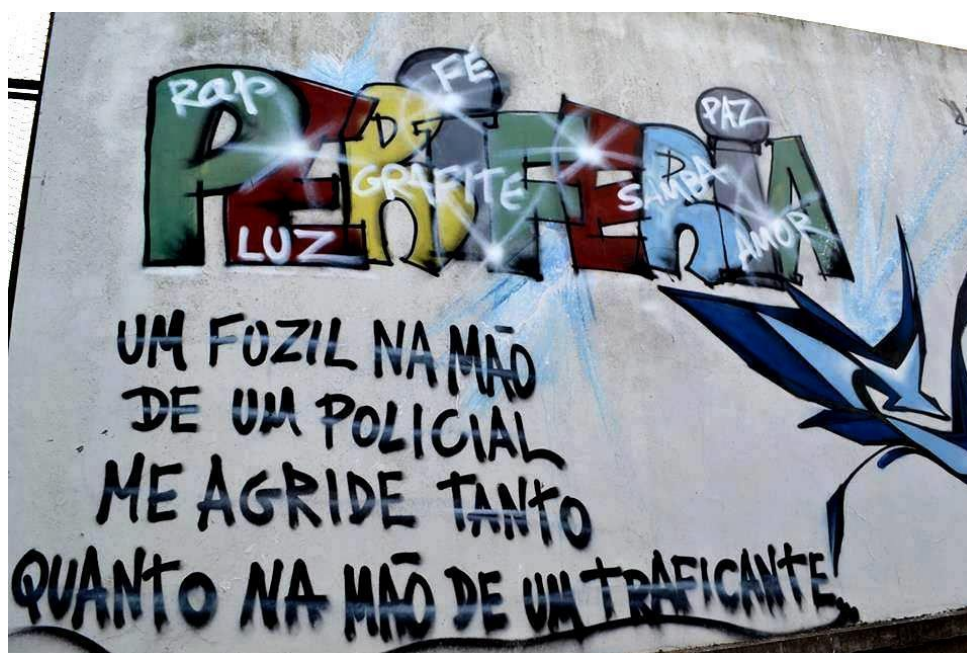
**Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP**

**Figura 9: Pichações realizadas por apoiadores do Movimento Contra UPP**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 10: Painel realizado por apoiadores do Movimento Contra UPP**



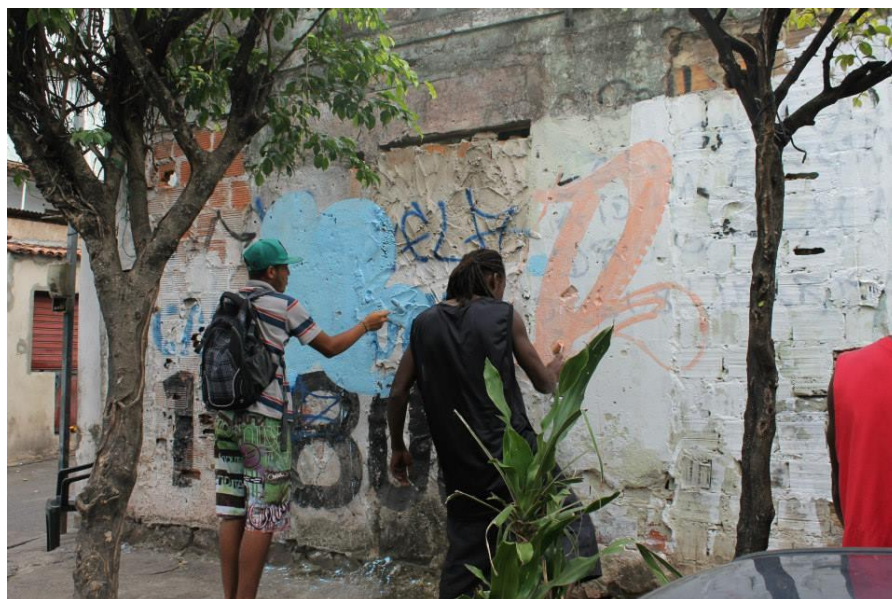
Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 11: Microfone aberto da Engomadeira organizado pelo Movimento Contra UPP e sua rede de alianças comunitárias**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 12: Pichadores fazendo um BOMB durante ação comunitária impulsionada pelo Movimento Contra UPP**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP



**Figura 13: BOMBs feitos por pichadores durante ação comunitária do Movimento Contra UPP**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 14: Microfone Aberto na Engomadeira**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 15: Microfone Aberto na Engomadeira**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 16: Microfone Aberto no Bairro da Paz**



Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP

**Figura 17: Microfone Aberto no Bairro da paz**



**Fonte: Foto cedida por militantes do Movimento Contra UPP**

**Figura 18: Cartaz de convocação para reunião do Movimento Contra UPP**

•REUNIÃO DO MOVIMENTO CONTRA A UPP

ONDE : UNEB ( NA FRENTE DA BIBLIOTECA )

QUANDO : 21/01/14 AS 14 H

PAUTAS :

- Construção do panfleto e cartaz do evento.
- Panfletagem na Engomadeira dia 25/01
- O evento do dia 01.02.

**Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**

Figura 19: Cartaz de convocação para reunião do Movimento Contra UPP

## REUNIÃO DO MOVIMENTO CONTRA A UPP

ONDE : UNEB ( NA FRENTE DA BIBLIOTECA )  
QUANDO : 07/01/14 AS 17 H

PAUTAS :  
•INTERVENÇÕES NA COMUNIDADE  
•AUDIENCIA PUBLICA COM  
REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE  
SEGURANÇA E GOVERNO

Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP

Figura 20: Cartaz de Ato publico impulsionado pelo Movimento Contra UPP



Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP

Figura 21: Audiência pública convocada pelo Movimento Contra UPP



Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP

## CONHEÇA O MOVIMENTO CONTRA A UPP

O movimento contra a UPP na Uneb/ Engomadeira surge em outubro de 2013 a partir de um grupo de alunos inconformados com a construção de uma Base comunitária de segurança ( modelo de segurança conhecido com UPP, bem comum no Rio de Janeiro) no terreno da Universidade do estado da Bahia- Campus Salvador. A não compreensão do que estava acontecendo foi devido ao silenciamento do processo por parte da reitoria da Universidade, que em nenhum momento consultou a comunidade acadêmica sobre a construção dessa base, mesmo o campus passando por vários problemas de falta de espaço físico para a construção de mais salas, de um restaurante universitário e de uma residência própria. Para além dos vários problemas estruturais que a universidade pública passa, devemos nos questionar qual o papel delas na sociedade que viemos. Fica cada vez mais claro para nós que seu papel é de manutenção da ordem vigente, e que a construção de uma base de segurança numa universidade pública é apenas a cereja do bolo.

De outubro pra cá, o movimento realizou várias atividades, entre elas: reuniões abertas, formações, cinedebates, audiência pública, fórum de contrapropostas, microfone aberto, e atos. É evidente que todas as atividades que fizemos não deram caldo pra que nosso movimento fosse forte o suficiente pra se mostrar como deveria, e é por isso que este informe traz um convite pra que você construa conosco o movimento. Para nós, não é a polícia que deve resolver os problemas sociais, a existência dela é a síntese da desigualdade que ecoa aos quatro ventos. Sabemos que a polícia é apenas o braço repressor do Estado e está aí pra garantir a segurança de poucos e o medo de muitos, e a universidade não pode fechar os olhos diante disto. Não adianta ser uma universidade referência nos debates sobre negros, ser a pioneira em implantação de cotas raciais ou ter uma pró-reitoria de ações afirmativas quando se retira de um debate que sempre foi tão caro para o movimento negro: o genocídio da população negra.

O movimento tem sofrido alguns ataques por parte de alguns alunos da UNEB, dos mais conservadores possíveis: de que estamos fechando os olhos pra supostos assaltos e estupros na universidade, que estamos defendendo o tráfico de drogas no campus etc. Não cabe aqui a discussão do pra nós é o tráfico de drogas ou a quem achamos que ele realmente interessa ou sobre nossa defesa sobre a legalização das drogas, mas é necessário deixar muito claro que nosso posicionamento em relação ao policiamento dentro do campus é: 1) a polícia não nos traz segurança; 2) isso nos tira a autonomia e 3) não há históricos de assaltos e/ou estupros

dentro do campus( mesmo que tivesse, não achamos que essa seria a solução). Enfim, pedimos respeito dos colegas com movimento e dizemos que estamos abertos ao diálogo, pra mostrar nossos posicionamentos diante das várias coisas que já foram colocadas sobre nós.

Reiteramos o convite á construção do movimento junto conosco. Vamos resistir juntos contra a perda da autonomia universitária e contra a repressão policial dentro das comunidades. A Engomadeira precisa de educação, saúde, moradia digna, lazer etc, não da polícia. E que nosso movimento sirva de centelha pra resistências em outros bairros e para a compreensão da comunidade acadêmica sobre o seu verdadeiro papel que a nossa universidade deve cumprir nas comunidades do entorno.

Att,

Movimento Contra a UPP na UNEB/Engomadeira

Entre em contato conosco:

Curtam nossa página: [www.facebook.com/contrauppuneb](http://www.facebook.com/contrauppuneb)

Entre em contato no email: [naoauppnauneb@gmail.com](mailto:naoauppnauneb@gmail.com)

**Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**

## **Conheça nossas bandeiras de luta**

### **Desmilitarização:**

A Polícia no Brasil é criada nos anos oitocentos, para combater o quilombo do Urubu que representava a resistência do povo negro em busca de sua liberdade. Enquanto braço armado do Estado, foi executora de desocupações das comunidades negras no período pós-abolicionista e no combate a religiões e manifestações culturais de origens africanas.

Esse modelo da PM atual tem sua origem no período da ditadura militar, servindo para “manter a ordem”, agredindo, torturando e matando aqueles que protestavam contra o sistema ditatorial. A formação militar é utilizada para combater inimigos externos, mas, no caso do Brasil, esses inimigos são os marginalizados por um sistema desigual e opressor – são os negros, pobres, moradores de periferias. Os capitães do mato da atualidade possuem abordagens racistas e preconceituosas, como o baralho do crime e a produção de cartilhas de tatuagens.

Pedir desmilitarização da Polícia Militar é reivindicar o seu próprio fim, mas não significa a extinção das políticas de segurança públicas. Em 2012, até mesmo a ONU pediu o fim da PM brasileira, constatando seus atos de extermínio e brutalidade. É pelo entendimento de sua história e do seu papel social que defendemos a desmilitarização já!

### **Somos contra o genocídio do povo negro**

A PM brasileira mata em média cinco pessoas por dia, além de ser uma das mais letais do mundo. Essas mortes engordam as estatísticas do Estado, mas para nós são muito mais do que isso, elas possuem cor e classe social. É a população jovem e negra que é criminalizada e morta nas mãos da polícia.

Casos ganham a mídia todos os dias, como o do Geovane e Davi Fiuza, pessoas inocentes que são confundidas e assassinadas. Sabemos da atuação dessas bases policiais em todo país e podemos nos calar frente a esse genocídio. Quem não lembra o caso Amarildo? Pedreiro sequestrado e morto foi torturado por policiais dentro de uma UPP no Rio de Janeiro. Não podemos naturalizar essas posturas e é por isso que o Movimento Contra UPP está organizado em luta.

### **Descriminalização e legalização das drogas**



A população carcerária do Brasil vem aumentando consideravelmente e seus prejuízos atingem o sistema econômico do país, assim como a população pobre e negra. As maiorias dos casos são de pessoas envolvidas com tráfico de drogas ou pequenos furtos, demonstrando o caráter falho da proibição.

Nem sempre as drogas foram proibidas, mas, no século passado, essas medidas foram exportadas dos Estados Unidos para o resto do mundo, na tentativa de apontar um novo inimigo, esses são os marginalizados e excluídos do sistema capitalista. Não podemos negar que as abordagens aos usuários são variadas pelos critérios de cor e classe social, onde os presos e mortos são os varejistas, meninos que correm de chinelos entre os dedos nos locais mais pobres da cidade.

Poucos são os casos de mortes pelo uso de droga, enquanto o tráfico é a maior justificativa de assassinatos todos os dias. A proibição das drogas é sustentada pelo negocio das armas e controle social do Estado. Defendemos a descriminalização e legalização das drogas, levando em conta que a verdadeira forma de lidar com essa questão é por meio de educação e saúde pública.

### **Extensão universitária efetiva**

A UNEB está rodeada por várias comunidades periféricas, dentre elas, a Engomadeira. Mas, além da falta de investimento do Estado, a universidade não oferece seu principio de extensão, no qual deveria desenvolver projetos de assistência para a sociedade.

É inadmissível que a Engomadeira seja desassistida pela universidade. Literalmente, suas costas estão viradas para a comunidade, não são desenvolvidos projetos que visem atender as demandas básicas, tais como, lazer, educação e saúde. Está na hora de desenvolver projetos efetivos, construídos ombro a ombro com seus moradores.

Movimento Contra UPP na Uneb

Maio de 2014

**Fonte : Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**

**CONVOCATÓRIA DO FÓRUM PARA A CONDUÇÃO DE CONTRAPROPOSTA DE  
INSTALAÇÃO DA BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA (BCS, OU... UPP) -  
ENGOMADEIRA, NO TERRENO DO CAMPUS I DA UNEB.**

Os representantes do Movimento Contra UPP na UNEB convocam para o Fórum com os Centros Acadêmicos (Cas), Diretórios Acadêmicos (Das), Colegiados de Curso e seus respectivos corpos docentes da UNEB, para tornar público alguns encaminhamentos e posturas adotadas pelo movimento frente à luta contra a UPP – Engomadeira, no terreno do Campus I da Universidade do Estado da Bahia. O fórum acontecerá no dia 24 de fevereiro de 2014, às 18 horas, no auditório do DEDC. É importante a presença de representantes de todos os cursos da UNEB.

**Acerca do movimento contra UPP:**

- ✧ Acreditamos que a polícia não deve ser usada como a única resposta para os problemas sociais. Em que pese que, se a Comunidade da Engomadeira é considerada pelo governo como uma área hostil com altos índices de criminalidade em detrimento de um mal policiamento, essa realidade é também concebida em virtude da ausência de investimento em políticas sociais (como saúde, educação, cultura, esporte e lazer) que são, sumariamente, negadas à comunidade.
- ✧ Sobre a relação polícia-comunidades, compreendemos que é uma relação violenta, em todos os sentidos, e Engomadeira é um exemplo disso: invasões policiais ao bairro da engomadeira com violência física e verbal, truculência e abuso com os moradores do local.
- ✧ Problemáticas do Pacto Pela Vida
- ✧ Questionamos a autonomia da Universidade que se deixa a mercê das decisões da Secretaria de Educação e Segurança Pública passando por cima do seu papel social e das atribuições de Ensino, Pesquisa e, principalmente, Extensão, visto que, até então, em seus 30 anos de existência, o Campus I da UNEB não trouxe nenhuma proposta que aproximasse a Universidade da Comunidade e atendesse, de fato, as necessidades da Comunidade da Engomadeira.
- ✧ Traçamos um debate sério em meio ao extermínio da juventude negra proporcionado pela política policial.
- ✧ A vigilância da instalação da UPP dar-se-á independente do seu local de instalação,

caso seja instalada. Não fecharemos os olhos!

**Acerca das respostas encaminhamentos obtidos até então:**

- ♣ Em virtude da obscuridade sobre o processo de instalação da UPP – Engomadeira no terreno do Campus I, UNEB, localizada na Rua Silveira Martins, 2.555, Cabula, Salvador/BA, o movimento contra UPP na UNEB se articulou para trazer respostas de como e por que isso foi decidido sem o conhecimento dos corpos docentes, discentes, técnicos e da própria comunidade.
- ♣ Solicitamos, assim, uma Audiência Pública com a reitoria e um representante da Secretaria de Segurança Pública para trazer respostas e esclarecimentos sobre a possível instalação. Isso ocorreu no dia 10 de dezembro de 2013, terça-feira, no Teatro da UNEB. As propostas foram encaminhadas, e acompanhadas por comissões junto com o Ministério Público.

**Acerca das contrapropostas:**

- ♣ Frente a Secretaria de Segurança Pública, queremos a desmilitarização da polícia não só em virtude da Comunidade da Engomadeira, mas de todo um cenário Nacional.
- ♣ Frente a Reitoria, queremos uma Universidade autônoma que goze do seu papel social e científico indiscriminadamente.
- ♣ Frente a UPP, exigimos que a Universidade não faça uso de um projeto falho e violento como resposta aos problemas sociais da Engomadeira. Entre a Uneb e a Engomadeira não deve existir polícia, entre a UNEB e a Engomadeira deve existir atividade de extensão!
- ♣ Frente aos demais setores da Universidade (Cas, DAs, Colegiados, Técnicos e Corpo Docente), convidamos os companheiros para a construção de uma proposta de Extensão para a Comunidade da Engomadeira no local em que está sendo construído a UPP. O diálogo com as novas propostas dar-se-á em meio a reuniões que ocorrerão no mês de fevereiro ou por e-mail:

Saudações de luta!

Salvador, Fevereiro de 2014

**Fonte : Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**



**“Não a U.P.P, eu quero educação, saúde, cultura pra sobreviver”**

O movimento contra a UPP Engomadeira/UNEB surge em 2013 a partir de um grupo de alunos inconformados com a construção de uma Base comunitária de segurança ( modelo de segurança conhecido com UPP, bem comum no Rio de Janeiro) no terreno da Universidade do estado da Bahia- Campus Salvador. A não compreensão do que tava acontecendo foi devido ao silenciamento deste processo por parte da reitoria da Universidade, que em nenhum momento consultou a comunidade acadêmica sobre a construção dessa base, mesmo o campus passando por vários problemas de falta de espaço físico para a construção de mais salas, de um restaurante universitário e de uma residência própria. Quando decidimos pelo “UPP” em vez do “BCS” em nosso nome foi pra que deixássemos claro que a mudança do nome de um projeto não altera seu caráter, é o mesmo projeto implantado no Rio que o governo da Bahia trouxe como algo novo. Ainda são os jovens negros os alvos dessa

“pacificação”, ainda são os bairros periféricos os alvos de batidas policiais, toques de recolher e que enchem as estatísticas de mortes por violência. Não nos enganemos, os alvos do genocídio promovido pelo Estado tem classe e cor.

Questionamos a contradição de uma universidade que é pioneira na implantação do sistema de cotas raciais e que recentemente passou a ter uma pró-reitoria de ações afirmativas, mas se retira de um debate que sempre foi tão caro para o movimento negro: o genocídio da população negra. Para nós, não é a polícia que deve resolver os problemas sociais, a existência dela é a síntese da desigualdade que ecoa aos quatro ventos. Sabemos que a polícia é apenas o braço repressor do Estado e está aí pra garantir a segurança de poucos e o medo de muitos e a universidade não pode fechar os olhos diante disto. É diante desta triste realidade que o movimento se articula pra enfrentar este projeto genocida. O movimento realizou

várias atividades, entre elas: reuniões abertas, formações, cine-debates, atos etc. Todos esses espaços foram construídos com luta e dedicação buscando sempre o apoio de outras frentes de lutas como a campanha Reaja ou será morta Reaja ou será morto e a FFAD (Frente Feminista para ação Direta).

O movimento contra UPP tenta de todas as formas estabelecer um diálogo com a comunidade da Engomadeira, pois entende que são as vidas desses moradores que estão em jogo, contudo a conjuntura de terror impõe muitas vezes um silêncio, marca do medo de quem tem suas vidas constantemente nas miras de um estado racista e genocida. Assim é que buscamos através de uma resistência organizada estabelecer pontes para que o enfrentamento a esse projeto de instalação da base comunitária de segurança seja feita em conjunto. Nos colocamos sempre como apoio nessa luta e deixamos sempre claro que somos contra a construção da Base Comunitária de Segurança Pública no terreno da UNEB ou em qualquer outro espaço. Não aceitamos um projeto de pacificação que derrame o sangue dos nossos jovens, não aceitamos a paz da bala, do tapa na cara, da revista vexatória. A comunidade é desassistida em diversos serviços que se fazem mais urgente que a presença da policia neste bairro. Acreditamos que é por meio da educação e da assistência aos direitos básicos do ser humano que se constrói uma comunidade melhor pra se viver. Entendemos também o papel importante que os espaços de esporte e cultura desempenham na transformação das realidades sociais. Assim a polícia não contribuirá para a melhoria do bairro, a polícia na comunidade só reforça a violência, o medo, o silêncio. Portanto não nos cansamos de repetir o coro que surgiu no

microfone aberto realizado na comunidade: Não a UPP, queremos educação, saúde, cultura pra sobreviver!

Ao longo desses meses de intensos debates, o movimento sofreu diversos ataques por parte de alunos e professores da UNEB , dos mais conservadores possíveis: de que estamos fechando os olhos pra supostos assaltos e estupros na universidade, que estamos defendendo o tráfico de drogas no campus, que somos usuários de drogas inconformados com os possíveis “baculejos”, que somos mulheres de traficantes( acusação com teor extremamente machista, considerando que nosso movimento é construído em sua maioria por mulheres) etc. É necessário deixar muito claro que nosso posicionamento em relação ao policiamento dentro do campus é: 1) a polícia não nos traz segurança, muito pelo contrário; 2) isso nos tira a autonomia que tanto reivindicamos e 3) não há históricos de estupros dentro do campus. Em vista a todo nosso histórico de luta é que exigimos respeito a esse movimento que tem sido construído com muita abdicação e luta.

Reiteramos o convite á construção do movimento junto conosco. Vamos resistir juntos contra a perda da autonomia universitária e contra a repressão policial dentro das comunidades. Engomadeira precisa de educação, saúde, moradia digna, lazer e não da polícia. E que nosso movimento sirva de centelha pra resistências em outros bairros e para a compreensão da comunidade acadêmica sobre o papel que nossa universidade deve cumprir nas comunidades do entorno.

---

## **CONHEÇA NOSSAS BANDEIRAS DE LUTAS:**

### **1- Desmilitarização:**

A Polícia no Brasil é criada nos anos oitocentos, para combater o quilombo do Urubu que representava a resistência do povo negro em busca de sua liberdade. Enquanto braço armado do Estado, foi executora de desocupações das comunidades negras no período pós-abolicionista e no combate a religiões e manifestações culturais de origens africanas.

Esse modelo da PM atual tem sua origem no período da ditadura militar, servindo para “manter a ordem”, agredindo, torturando e matando aqueles que protestavam contra o sistema ditatorial. A formação militar é utilizada para combater inimigos externos, mas, no caso do Brasil, esses inimigos são os marginalizados por um sistema desigual e opressor – são os negros, pobres, moradores de periferias. Os capitães do mato da atualidade possuem abordagens racistas e preconceituosas, como o baralho do crime e a produção de cartilhas de tatuagens.

Pedir desmilitarização da Polícia Militar é reivindicar o seu próprio fim, mas não significa a extinção das polícias de segurança públicas. Em 2012, até mesmo a ONU pediu o fim da PM brasileira, constatando seus atos de extermínio e brutalidade. É pelo entendimento de sua história e do seu papel social que defendemos a desmilitarização já!

### **2- Pelo fim do genocídio do povo negro**

A PM brasileira mata em média cinco pessoas por dia, além de ser uma das mais letais do mundo. Essas mortes engordam as estatísticas do Estado, mas para nós são muito mais do que isso, elas possuem cor e classe social. É a população jovem e negra que é criminalizada e morta nas mãos da polícia.

Casos ganham a mídia todos os dias, como o do Geovane e Davi Fiuza, pessoas inocentes que são confundidas e assassinadas. Sabemos da atuação dessas bases policiais em todo país e podemos nos calar frente a esse genocídio. Quem não lembra o caso Amarildo? Pedreiro sequestrado e morto que foi torturado por policiais dentro de uma UPP no Rio de Janeiro. Não podemos naturalizar essas posturas e é por isso que o Movimento Contra UPP está organizado em luta.

### **3- Descriminalização e legalização das drogas**

A população carcerária do Brasil vem aumentando consideravelmente e seus prejuízos atingem o sistema econômico do país, assim como a população pobre e negra. As maiorias dos casos são de pessoas envolvidas com tráfico de drogas ou pequenos furtos, demonstrando o caráter falho da proibição.

Nem sempre as drogas foram proibidas, mas, no século passado, essas medidas foram exportadas dos Estados Unidos para o resto do mundo, na tentativa de apontar um novo inimigo, esses são os marginalizados e excluídos do sistema capitalista. Não podemos negar que as abordagens aos usuários são variadas pelos critérios de cor e classe social, onde os presos e mortos são os varejistas,

meninos que correm de chinelos entre os dedos nos locais mais pobres da cidade.

Poucos são os casos de mortes pelo uso de droga, enquanto o tráfico é a maior justificativa de assassinatos todos os dias. A proibição das drogas é sustentada pelo negócio das armas e controle social do Estado. Defendemos a descriminalização e legalização das drogas, levando em conta que a verdadeira forma de lidar com essa questão é por meio de educação e saúde pública.

#### **4- Extensão universitária efetiva**

A UNEB está rodeada por várias comunidades periféricas, dentre elas, a Engomadeira. Mas, além da falta de investimento do Estado, a universidade não oferece seu princípio de extensão, no qual deveria desenvolver projetos de assistência para a sociedade.

É inadmissível que a Engomadeira seja desassistida pela universidade. Literalmente, suas costas estão viradas para a comunidade, não são desenvolvidos projetos que visem atender as demandas básicas, tais como, lazer, educação e saúde. Está na hora de desenvolver projetos efetivos, construídos ombro a ombro com seus moradores.

**Fonte : Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**



## **NOTA DO MOVIMENTO CONTRA UPP SOBRE A REJEIÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA A CONSTRUÇÃO DA UPP:**

O Movimento Contra UPP, organizado antes mesmo da posse da atual gestão de reitoria da UNEB, não pode deixar passar um momento tão importante para nossa luta: no dia 6 de março, o Conselho Universitário da UNEB aprovou parecer que recomenda a não doação do terreno da Universidade para projeto de construção de Base Comunitária de Segurança de autoria da SSP-BA, articulado junto à Secretaria Estadual de Educação (SEC).

A negociação entre SSP-BA, SEC e UNEB se deu da forma mais obscura e deslegítima possível, de modo a impossibilitar a participação do corpo acadêmico nas decisões que resultaram nas obras de construção da Base Comunitária dentro do Campus I da Universidade. E mesmo assim, sem aprovação ou mesmo discussão do projeto junto à comunidade acadêmica, parte do terreno da UNEB - que, diga-se de passagem, passa por sérios problemas devido à falta de estruturas básicas como laboratórios, restaurante universitário, creche, e mesmo salas de aula - foi entregue à realização de tal projeto.

É, de fato, inconciliável que a Universidade, enquanto espaço responsável por fomentar o conhecimento, e que assume o compromisso de contribuir com a comunidade na qual está inserida, ofereça suporte a uma ferramenta de repressão dessa polícia truculenta. Porém, diferente da posição de concordância perante as políticas de segurança pública expressada na nota, nós somos contra a instauração de qualquer unidade desse caráter na Engomadeira ou qualquer comunidade periférica. Reconhecemos que as medidas de segurança defendidas pelo Estado são motivadoras do genocídio da população negra e pobre e não poderíamos legitimar tal execução em massa de nenhuma forma, em nenhum lugar.

O movimento contra UPP sempre optou por sua autonomia, talvez por isso não tenha sido sequer citado na nota, enquanto a entidade estudantil que não nos representa, seja concedida a fala sobre os diversos “segmento estudantil vem protestando nos 24 campi”. Frente à nota publicada pela UNEB, vale pontuar que a discussão dessa pauta pelo CONSU, divulgada como sendo um êxito trazido pela atual gestão da universidade, foi provocada pelos estudantes e moradores da engomadeira organizados em torno da pauta da implementação da BCS.

Desde as eleições para reitoria o movimento vem cobrando posicionamentos sobre o espaço e a presença da polícia na universidade. Dizer que essa posição foi tomada de livre e espontânea vontade é omitir os avanços alcançados por estudantes e comunidade organizados de forma autônoma. Dizer que essa posição foi tomada de livre e espontânea vontade é a mesma coisa de conceder os créditos à princesa Izabel pela lei Áurea, é o mesmo que afirmar que benefícios e conquistas adquiridos pelo povo sempre partem de cima para baixo, quando é na verdade através dos grupos de pressões e reivindicações que essas medidas são realmente tomadas. Por isso repudiamos a postura assumida pela atual gestão em nota divulgada no site da UNEB

Só a luta muda à vida! O movimento contra UPP não apresenta essa nota declarando seu término, mas firmando compromisso com a comunidade na continuidade de suas ações, lutando pela abertura da farmácia, pressionando a burocracia institucional a tomar providencias sobre o espaço que seria instalado a base, além de todas as bandeiras que levantamos em prol de uma extensão universitária eficaz.

A UNEB, literalmente, está de costas para a comunidade da Engomadeira, e é por isso que continuaremos incansáveis, até que não haja muros separando os privilégios acadêmicos, até que a comunidade tenha de fato visibilidade perante a universidade e a UNEB cumpra seu papel, seu dever, enquanto instituição pública.

Aproveitamos para expressar repúdio a qualquer tentativa de utilização da área da Universidade em ações de qualquer natureza perpetradas pelas forças armadas, e para cobrar novamente um posicionamento da Universidade do Estado da Bahia acerca da ação policial do dia 6 de janeiro de 2015 que deixou 13 homens mortos na região do Cabula, entendendo a Universidade enquanto importante sujeito político que deve estar comprometido com o acontece em seu entorno.

**Nota da UNEB:** [<http://www.uneb.br/.../comunidade-unebiana-rejeita-construca.../>]

**Fonte: Documento cedido por militantes do Movimento Contra UPP**

**DOCUMENTO: Algumas Considerações sobre o Projeto de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia em Parceria com Outros Poderes de Justiça- O Pacto Pela Vida.**

Por Campanha Reaja ou sera Mort@

Junho de 2011

**Apresentação**

A Campanha Reaja é uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do Estado da Bahia, com uma interlocução nacional com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extra-judiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.

No ano de 2005, num contexto de governo ligado a um grupo político que há décadas dominava os recursos financeiros, os meios de produção, o sistema de justiça e comunicação e que tinha no estado penal e no racismo fundamentos para uma política de genocídio, nos insurgimos contra as mortes de milhares de jovens negros desovados como animais às margens de Salvador e Região Metropolitana.

Resolvemos fazer uma articulação comunitária e com os movimentos sociais e politizar nossas mortes. Colocar em evidência a brutalidade policial, a seletividade do sistema de justiça criminal que nos tinha - e ainda tem - como os bandidos padrão, sendo a cor de nossa pele, nossa condição econômica e de moradia, nossa herança ancestral e pertencimento racial a marca a etiqueta de *“inimigos a serem combatidos”*.

A Campanha Reaja apresentou uma série de relatórios, informes, dossiês, denúncias e recomendações a vários organismos nacionais e internacionais, como ONU, OEA, Anistia Internacional, OAB, Defensoria Pública, Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da Assembléia Legislativa e o próprio Governo do Estado, independente de quem estivesse em seu comando. Para nós, o direito a vida e vida digna sem racismo e violência está para além da conjuntura.

Sendo assim, vimos através desse documento declarar nossa posição sobre a política de segurança pública em curso e fazer uma análise embrionária sobre o programa **Pacto Pela Vida**, lançado no dia 06/06/2011 pelo governo do Estado da Bahia.

Documento esse que deve ser encarado como um instrumento de diálogo que buscamos estabelecer com o governo e os demais poderes de justiça articuladores desse programa, bem como as organizações da sociedade civil, o parlamento, e a sociedade de um modo geral. Lembramos que em todas as oportunidades que tivemos para falar com Excelentíssimo Senhor Governador Jaques Wagner apelamos para o fato de que só um diálogo com toda sociedade poderia ajudar a construir um outro modelo de segurança pública. Por tanto nossa exigência feita no calor de nossa ira frente aos corpos de vários jovens que tombaram durante as operações Saneamento I e II, na Chacina de Pero Vaz, na Chacina de Vitória da Conquista, na Chacina (vingança Estatal) de Cana Brava, nasmortes de Edvandro, de Djair, e Clodoaldo Souza o Negro Blul, entre outras, nos obriga a participar dessa construção de forma crítica, não tutelada, propositiva.

Apresentamos a essa plenária alguma considerações sobre segurança pública, relações raciais, sistema de justiça na sua interação com pressupostos racistas, homofóbicos e sexistas que impedem a concretização dos princípios republicanos e democráticos, tão repetidos por Sua Excelência, o Governador do Estado da Bahia Jaques Wagner, listando algumas questões de extrema importância a serem consideradas pelo governo como espinha dorsal na concepção de um possível Pacto Pela Vida

### **Os Pactos e Nós, Os Negros/as**

*“Mesmo que pareça mais atraente e até seguro juntar-se ao sistema, precisamos reconhecer que agindo assim estaremos bem perto de vender nossa alma” ( Bantu Stive Biko, Escrevo o que quero , editora ática , pag.48 2ªedição 1990)*

Cento e vinte e três anos depois da proclamação do pacto abolicionista “fajuto” que as elites fizeram entre si, nos tirando da condição legal de escravizados e nos empurrando para a quase perpétua exclusão dos meios de produção, de participação e do exercício de poder a que temos direito, o Estado, compreendido como os poderes de justiça, o poder legislativo, executivo e agora a defensoria pública, nos convoca a pactuarmos pela proteção da vida.

“Art.5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a **inviolabilidade do direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:” (CEFB/88)

Entendemos que esse pacto, pela vida, já está expresso em nosso ordenamento jurídico e que o Constituinte Originário imprimiu no artigo 5º e esparsamente em toda nossa carta mãe, os fundamentos de um estado democrático de direito, sendo o direito à vida e à vida digna sua expressão máxima. Portanto, segundo várias correntes doutrinárias e o próprio corpo de juízes supremos - (STF) Guardiões da Constituição, excetuando “*caso de Guerra declarada*”(I, XLVII “a” Art.5º) - o valor da vida é um valor absoluto.

Porque o governo do Estado da Bahia nos convoca para um pacto pela vida? E porque as ações anunciadas pelo pacto concentram-se apenas numa suposta guerra contra o crime? Porque um governo democrático participativo e popular opera com uma lógica *de lei e ordem* tendo como fim a criação de um Sistema de Defesa Social? A ideologia de defesa social tem como um de seus princípios norteadores essa dicotomia entre **bem** (cidadão/sociedade) e **mal** (bandido/ criminoso/excluído). Essa dicotomia foi apresentada por um funcionário do governo quando apresentava o pacto a militantes do Movimento Negro, numa reunião chamada pela Sepromi –Secretaria de Promoção da Igualdade. Essa mesma ideologia é expressa pelo mandatário máximo do Governo da Bahia, quando apela em seu discurso para **o combate do bem contra o mal**.

No programa Balanço Geral, exibido pela rede Record de televisão em 08/06/2011, conduzido pelo apresentador Raimundo Varela, o governador falava na “defesa do bem contra o mal”. A julgar pelos corpos exibidos, pelos presos com suas imagens violadas nessa mesma emissora, o bem a que parece se referir o Governador tem origem racial, origem de classe e poder de contratar bons defensores e terem sua imagem e liberdade preservadas. E o mal? Bem, o mal somos nós, negros e negras, a maioria da população. Não um corte ou um grupo de trabalho em eventos promovidos pelo governo, mas a totalidade dos interessados em um novo modelo de segurança.

Segundo Alexandre Barata:

*“Há um controle da criminalidade(mal) em defesa da sociedade(bem). O delito é um dano para a sociedade o delinqüente é um elemento negativo e disfuncional”*(Alexandre Barata , *Criminologia Critica e critica do Direito Penal* , pag.03 editora Rio de Janeiro /2002)

Os chamados inimigos, os maus, em sua maioria são jovens, encarcerados nas instituições de seqüestro por crimes contra o patrimônio, o chamado crime anão, crimes de bagatela e que entopem as cadeias gerando lucros para os empreendedores do ramo industrial carcerário. A ideologia da defesa social quer proteger o patrimônio privado, contendo uma criminalidade descalça, de rua, analfabeta. Uma criminalidade fruto da pobreza, da remoção forçada de famílias inteiras do campo, vítimas da acumulação do capital nas mãos dos herdeiros de quem fez o pacto do tráfico transatlântico de seres humano escravizados: nós, negras e negros.

Assim, consideramos os pontos que seguem de extrema relevância na composição do eixo central de um plausível Pacto Pela Vida:

1. O ordenamento jurídico já consagra a vida como um bem jurídico a ser protegido. O Pacto Pela Vida confirma o fracasso do Estado Brasileiro em garantir nossa segurança. O governo nos convoca por que não pode esconder a tragédia humana em suas mãos. A tragédia de uma guerra cruel, cujas vítimas são negros de baixa escolaridade residindo em lugares precários.
2. O Pacto Pela Vida não pode concentrar-se numa suposta guerra contra o crime apoiada na ideologia da defesa social e da teoria do direito penal do inimigo. Essa lógica do bem e do mal, é reducionista e espalha o medo, sem promover o verdadeiro diálogo. Esse é um modelo ideológico amparado na criminalização, no etiquetamento de pobres, negros e mulheres - estigmatizadas por sua relação afetiva com homens ( jovens negros) que são o principal alvo do atual sistema de segurança pública exilados nas instituições de seqüestros ( Casas de Detenção, cadeia, delegacias e etc).
3. Nós negras e Negros do Estado da Bahia somos os principais interessados em um novo modelo de segurança que não seja racista, machista, homofóbico e sexista. Não somos um corte um grupo de trabalho.
4. Se a proposta é de um provável Pacto pela Vida, é necessário que se reflita sobre uma prática em curso de limpeza étnica, exemplificada pelos títulos das operações Saneamento I e II que levou a óbito mais de 3.000 pessoas entre 2007 e 2010, pela ação estatal da Rondesp, Choque, Caatinga, Guarnições e policia quer pela ação dos grupos de extermínio, esquadrão da morte ou pela omissão do estado.
5. O atual Secretário de Segurança Publica Mauricio Barbosa, surpreendeu a sociedade com o “Baralho” símbolo da indignidade e da ofensa aos direitos fundamentais. Os supostos

criminosos exibidos no jogo de carta virtual são violados em seu direito ao princípio contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal. São pessoas exibidas como culpados antes de serem processados, antes do trânsito em julgado. Este baralho é um ultraje a dignidade humana, uma repaginação dos institutos racistas de busca de africanos foragidos. O baralho deve ser retirado do sistema da SSP.

6. Como tratar de um Pacto Pela Vida, quando temos diante de nós uma demonstração de desrespeito ao meio ambiente e a vida: O Presídio de Simões Filho, construído em área de proteção ambiental (APA), território quilombola amparado pelo decreto 4887. Situação que, sabidamente ameaça a vida de funcionários, presos e suas famílias, pela existência de ductos de gases tóxicos que passam por baixo da construção.
7. Para tratarmos de um provável Pacto Pela Vida, é necessário sairmos da lógica punitiva e apresentar números de instrumentos em política cultural, política de saúde, educação, saneamento, política pública ao invés de militarização do espaço urbano. Urge investir em reparação pecuniária, humanitária aos familiares das vítimas dos grupos de extermínio, esquadrão da morte e oficiais do governo.
8. Pactuar pela Vida significa o respeitar a dignidade humana, impedindo a exposição ilegal de presos em delegacias, responsabilizando delegados, agentes policiais, e polícias militares que expõem a constrangimento ilegal pessoas custodiadas pelo Estado.

Assim, instamos o governo a promover um diálogo permanente que envolva as universidades, o parlamento, o judiciário, os partidos políticos, os meios de comunicação, mas sobretudo as comunidades atingidas e o movimento social para que apontem caminhos não-punitivos de promoção das potencialidades, tendo a liberdade como regra, como consagrado pelo ordenamento jurídico. Um diálogo que resulte numa verdadeira democracia, como queriam os mártires da Revolta dos Búzios.

A reaja convoca negras e negros a agirem como maioria.

Postado há 14th June 2011 por quilombo xis

Disponível em; <http://quilombox.blogspot.com/2011/06/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto.html>

## GLOSSÁRIO

**A pista:** A rua

**As puta:** Polícia

**Carro prata/carro do suco:** Veículo utilizado em ações de execuções sumaria

**Castelo/castelando/castelar:** Projetar, refletir, idealizar

**Cheio de ódio:** Com muita raiva

**Cortado/cortar:** Que foi assassinado a tiros

**Lombrar/lombrado:** Matar ou ser morto

**Maiores onda:** Complexo

**Na visão:** Atento a tudo

**Parceru/cêru:** Parceiro, amigo, quase um irmão

**Tá ligado:** Entendeu?

**Vendo bicho:** Em pânico